REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LX - Nº 036 - SEXTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(Biênio 2005/2006)

PRESIDENTE	**SEVERINO CAVALCANTI – PP – PE**
1º VICE-PRESIDENTE	**JOSÉ THOMAZ NONÔ – PFL – AL**
2º VICE-PRESIDENTE	**CIRO NOGUEIRA – PP – PI**
1º SECRETÁRIO	**INOCÊNCIO OLIVEIRA – PMDB – PE**
2º SECRETÁRIO	**NILTON CAPIXABA – PTB – RO**
3º SECRETÁRIO	**EDUARDO GOMES – PSDB – TO**
4º SECRETÁRIO	**JOÃO CALDAS – PL – AL**
1º SUPLENTE	**GIVALDO CARIMBÃO – PSB – AL**
2º SUPLENTE	**JORGE ALBERTO – PMDB – SE**
3º SUPLENTE	**GERALDO RESENDE – PPS – MS**
4º SUPLENTE	**MÁRIO HERINGER – PDT - MG**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEÇÃO I

SUMÁRIO

1 – ATA DA 35ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SOLENE, MATUTINA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 17 DE MARÇO DE 2005

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

OFÍCIOS

Nº 74/05 – Do Senhor Waldomiro R. de Freitas, Presidente da Câmara Municipal de Sorocaba, Estado de São Paulo, encaminhando xecópia da Moção nº 2/03. 07136

Nº 1/05 – Do Senhor Bernardo Coutinho Silva, Presidente da Câmara Municipal de Araióses, Estado do Maranhão, comunicando a constituição da nova Mesa Diretora para o biênio de 2005/2006. . 07137

Nº 2/05 – Do Senhor Paulo Borba Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Acreúna, Estado do Góias, e outros, manifestando preocupação com a situação da Agricultura brasileira, aduzindo que os preços dos produtos agrícolas não cobrem 80% dos custos de produção. 07137

Nº 67/05 – Do Senhor Roberto Antônio Machado, Diretor Geral da Câmara Municipal de Caçapava do Sul, Estado de Rio Grande do Sul, encaminhando Moção nº 13/05. 07137

S/Nº/05 – Do Senhor João de Queiroz, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, solicitando a revogação do DL nº 406/1968 e a rejeição da MP nº 232/04.. 07138

Nº 20/05 – Do Senhor Roberto Kupski, Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, solicitando audiência para tratar de temas urgentes de interesse da Sociedade Brasileira e Servidores Públicos, que tramitam nesta Casa. 07138

Nº 149/05 – Do Senhor Deputado Rodrigo Maia, Líder do PFL, indicando o Deputado Marcelo Guimarães Filho para integrar a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público..... 07139

Nº 200/05 – Do Senhor Deputado Alberto Goldman, Líder do PSDB, indicando o Deputado Ariosto Holanda para integrar o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica..... 07139

Nº 264/05 – Do Senhor Deputado José Janene, Líder do PP, indicando os Deputados Benedito de Lira e Francisco Gárcia para integrarem a CPI destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a Biopirataria no país. 07139

Nº 269/05 – Do Senhor Deputado José Janene, Líder do PP, indicando o Deputado Ricardo Barros para integrar a CPI destinada a "investigar o processo de privatização das empresas do setor elétrico brasileiro e o papel nele desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES". 07139

Nº 103/05 – Do Senhor Deputado José Múcio Monteiro, Líder do PTB, indicando o Deputado Geraldo Tadeu para integrar a Comissão de Direitos Humanos e Minorias..... 07140

Nº 130/05 – Do Senhor Deputado José Múcio Monteiro, Líder do PTB, indicando a Deputada Zulaiê Cobra para integrar a CPI destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas. 07140

Nº 134/05 – Do Senhor Deputado José Múcio Monteiro, Líder do PTB, indicando o Deputado Jovair Arantes para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PLP nº 4.776/05. . 07140

Nº 175/05 – Do Senhor Deputado Sandro Mabel, Líder do Bloco PL/PSL, indicando os Deputados Carlos Rodrigues e Edmar Moreira para integrarem o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar..... 07140

Nº 177/05 – Do Senhor Deputado Sandro Mabel, Líder do Bloco PL/PSL, indicando o Deputado Luciano Castro para integrar a CPI destinada a "investigar o processo de privatização das empresas do setor elétrico brasileiro e o papel nele desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES". 07140

Nº 42/05 – Do Senhor Deputado Dimas Ramalho, Líder do PPS, indicando os Deputados Colbert Martins e Átila Lins para integrarem a Comissão Especial destinada a elaborar, em cento e oitenta dias, os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45/04. 07141

Nº 57/05 – Do Senhor Deputado Dimas Ramalho, Líder do PPS, indicando o Deputado Geraldo Thadeu para integrar a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Política Rural..... 07141

Nº 40/05 – Do Senhor Deputado Renildo Calheiros, Líder do PC do B, indicando a Deputada Jandira Feghali para integrar a Comissão Especial destinada a efetuar estudos e oferecer proposições sobre a tema trabalho e emprego doméstico. 07141

Nº 41/05 – Do Senhor Deputado Renildo Calheiros, Líder do PC do B, indicando as Deputadas Perpétua Almeida e Vanessa Grazziotin para integrarem a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PLP nº 4.776/05. 07141

Nº 133/05 – Do Senhor Deputado Jader Balbalho, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, comunicando a apreciação do PL nº 376/03. 07141

Nº 134/05 – Do Senhor Deputado Jader Balbalho, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, comunicando a apreciação do PL nº 2.513-A/96..... 07142

Nº 26/05 – Do Senhor Deputado Antonio Carlos Biscaia, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, encaminhando os Projetos de Decreto Legislativo que especifica. ... 07142

Nº 35/05 – Do Senhor Deputado Antonio Carlos Biscaia, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 1.283/03. 07142

Nº 36/05 – Do Senhor Deputado Antonio Carlos Biscaia, Presidente da Comissão de Constituição, comunicando que o PL nº 3.522-A/00, recebeu pareceres divergentes nas Comissões incumbidas da análise do mérito da matéria. 07142

Nº 44/05 – Do Senhor Deputado Antonio Carlos Biscaia, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, encaminhando o Recurso nº 163/05. 07142

Nº 34/05 – Do Senhor Deputado Júlio Lopes, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, comunicando a apreciação do PL nº 3.677/04. 07143

Nº 36/05 – Do Senhor Deputado Júlio Lopes, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, comunicando a apreciação do PL nº 3.777/04. 07143

Nº 118/05 – Do Senhor Deputado Paulo Delgado, Presidente da Comissão de Educação e Cultura, comunicando a rejeição do PL nº 2.167/03... 07143

Nº 122/05 – Do Senhor Deputado Paulo Delgado, Presidente da Comissão de Educação e Cultura, comunicando a aprovação do PL nº 3.096-A/04. 07143

Nº 20/05 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, comunicando a apreciação do PL nº 2.535/03..... 07143

Nº 23/05 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, comunicando que o PL nº 667-A/03, recebeu pareceres divergentes nas Comissões incumbidas da análise do mérito da matéria. 07143

Nº 24/05 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, comunicando a apreciação do PL nº 2.961-A/04. 07144

Nº 25/05 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, comunicando a apreciação do PL nº 2.614/03..... 07144

Nº 4/05 – Do Senhor Senhor Deputado José Militão, Presidente da Turismo e Desporto, encaminhando o relatório das atividades da referida Comissão. 07144

Nº 6/05 – Da Senhora Deputada Dra Clair, encaminhando a Ata da Reunião de reabertura dos trabalhos, bem como o regimento interno aprovado, da Frente Parlamentar de Acompanhamento da Divída Pública, do Sistema Financeiro e da Política de Lucros. 07156

CARTA

Nº 12/05 – Da Senhora Maria Lucia Fattorelli, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores – Fiscais da Receita Federal, solicitando agendar audiências com os Ministros da Casa Civil e da Fazenda..... 07158

MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 240/2005 – do Poder Executivo – Dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004. ... 07172

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 1.564/2005 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Vermelho Novo (ACCVN) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vermelho Novo, Estado de Minas Gerais. 07180

Nº 1.565/2005 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Estância de Poá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poá, Estado São Paulo. 07181

Nº 1.566/2005 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Penapolense para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo..... 07182

Nº 1.567/2005 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Mesópolis

– ADACME a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mesópolis, Estado São Paulo. 07183

Nº 1.568/2005 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo. 07185

Nº 1.569/2005 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duartina, Estado de São Paulo..... 07186

Nº 1.570/2005 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura e Educação Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais..... 07187

Nº 1.571/2005 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Jacutinga, Estado de Minas Gerais..... 07189

INDICAÇÃO

Nº 4.723/2005 – da Srª. Yeda Crusius – Sugere a intervenção do Poder Executivo nas empresas aéreas Varig S.A. – Viação Aérea Rio-Grandense, Rio Sul e Nordeste e em suas respectivas controladoras e controladas. 07190

REQUERIMENTO

S/Nº/05 – Da Senhora Deputada Yeda Crusius, Vice Líder do PSDB, no exercício da Liderança, requerendo a prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao PL nº 4.776/05. 07193

SESSÃO SOLENE DE 17-3-2005

IV – Homenagem

Transcurso do centenário de fundação do Rotary Internacional 07195

PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Composição da Mesa Diretora dos trabalhos. 07195

PRESIDENTE (Feu Rosa) – Transcurso do centenário de fundação do Rotary Internacional... 07195

Oradores: LAURA CARNEIRO (PFL – RJ), EDUARDO SCIARRA (PFL – PR), FEU ROSA (PP – ES. Discurso retirado pelo orador para revisão.), LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR), ANDRÉ ZACHAROW (PSB – PR), ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP), MARCELO ORTIZ (PV – SP), GERALDO THADEU (PPS – MG). 07196

Usou da palavra o Sr. LUIZ COELHO DE OLIVEIRA, Diretor do Rotary Internacional..... 07207

Oradores: FERNANDO FERRO (PT – PE), DR. HELENO (PMDB – RJ), ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP), SANDRO MABEL (Bloco/PL – GO), ROGÉRIO TEÓFILO (PPS – AL). 07207

PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Agradecimento aos Parlamentares e convidados presentes..... 07207

V – Encerramento

2 – ATA DA 36ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 17 DE MARÇO DE 2005

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

SESSÃO ORDINÁRIA DE 17-3-2005

IV – Pequeno Expediente

JAIR BOLSONARO (PFL – RJ) – Correspondência encaminhada ao Ministro da Defesa, José Alencar, sobre a cooperação das Forças Armadas com o Governo Federal no atendimento médico na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Preocupação com a medida, tendo em vista a precariedade do atendimento médico-hospitalar aos militares..... 07217

OSMÂNIO PEREIRA (PTB – MG) – Matéria publicada pelo *Jornal da Ciência*, editado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, e documento de autoria da Sra. Cláudia Batista, professora do Departamento de Histologia e Embriologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, contrários à realização de pesquisas com células-tronco embrionárias humanas. Pedido ao Presidente da República de aposição de veto ao dispositivo relativo à matéria, constante no projeto de lei sobre biossegurança..... 07219

VICENTINHO (PT – SP) – Encontro do orador com lideranças políticas, sindicais e empresariais durante visita aos Municípios de Ribeirão Preto, Sertãozinho e Jaboticabal, Estado de São Paulo. Apoio ao Projeto de Lei nº 4.512, de 2004, sobre instituição do programa de alimentação para trabalhadores rurais..... 07221

Durante o pronunciamento do Deputado Vicentinho, o Sr. Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado João Caldas, suspendeu a sessão em face da queda de energia elétrica no plenário, tendo sido reaberta em seguida..... 07221

LUIZ BITTENCOURT (PMDB – GO) – Transcurso do 20º aniversário da redemocratização do País. Urgente apreciação de reformas essenciais à modernização política e econômica do Brasil. .. 07221

CÉSAR MEDEIROS (PT – MG) – Transcurso do Dia Mundial em Defesa das Populações Atingidas por Barragens. Necessidade de ações para garantia dos direitos de famílias atingidas pela construção de usinas hidrelétricas. Repúdio ao uso da força policial contra manifestantes atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Jurumirim, no Município de Rio Casca, Estado de Minas Gerais..... 07222

SIMÃO SESSIM (PP – RJ) – Homenagem ao médico-professor Dr. José Galvão Alves. Trajetória do homenageado. Discurso proferido pelo Dr. José Galvão Alves na solenidade de posse na Academia Nacional de Medicina. 07223

CORIOLANO SALES (PFL – BA) – Protesto contra o reajuste da taxa básica de juros, a Taxa SELIC, pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central – COPOM. Urgência na alteração da política econômica adotada pelo Governo Federal..... 07228

SERGIO CAIADO (PP – GO – Pela ordem) – Protesto contra o reajuste da taxa básica de juros pelo Banco Central. 07228

JÚLIO CESAR (PFL – PI) – Possibilidade de perdas de recursos pelos Municípios com a aprovação de dispositivo sobre financiamento do Fundo de Desenvolvimento Regional, constante na proposta da reforma tributária. 07229

ANSELMO (PT – RO) – Participação em audiências no Ministério do Trabalho e Emprego para debate da implementação, no Estado de Rondônia, do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego; do Programa Economia Solidária; e do Programa de Qualificação Profissional. 07229

JOÃO GRANDÃO (PT – MS) – Aprovação, pela Casa, de projeto de lei sobre a criação da Universidade Federal da Grande Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul..... 07230

NAZARENO FONTELES (PT – PI) – Apoio à criação do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Conveniência de apreciação da matéria antes da votação da reforma do ensino superior. 07230

IVAN VALENTE (PT – SP) – Justeza e oportunidade da aprovação do projeto de lei sobre a criação da Universidade Federal do ABC. Necessidade de expansão do ensino superior público no Estado de São Paulo. Contrariedade às recomendações do Banco Mundial quanto à prioridade no ensino semipresencial e na educação a distância..... 07231

ANDRÉ DE PAULA (PFL – PE) – Apelo ao Presidente Severino Cavalcanti e aos Líderes partidários para o retorno à pauta do Projeto de Lei nº 3.466, de 2004, sobre o estabelecimento de critérios para a edição de lista preferencial de honorários médicos. Importância do projeto para o fortalecimento do controle social na área de saúde e para a melhoria da assistência médica. 07232

ZELINDA NOVAES (PFL – BA) – Repúdio à Medida Provisória nº 232, de 2004. 07233

GILMAR MACHADO (PT – MG) – Contrariedade ao reajuste da taxa básica de juros pelo COPOM. Importância da aprovação do projeto de lei sobre transformação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro em universidade federal. Desapropriação, pelo INCRA, da Fazenda Reserva para assentamento de trabalhadores rurais, no Município de Limeira do Oeste, Estado de Minas Gerais. Elogio ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, pela condução do processo de reforma agrária no País..... 07234

JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Protesto contra a elevação da taxa básica de juros pelo Banco Central. Conveniência da imediata retirada de pauta da Medida Provisória nº 232, de 2004, sobre elevação da carga tributária das empresas prestadoras de serviços..... 07235

RAUL JUNGMANN (PPS – PE – Pela ordem) – Iniciativa do PPS do Estado de Pernambuco de realização de abaixo-assinado contra a aprovação da Medida Provisória nº 232, de 2004, sobre elevação da carga tributária das empresas prestadoras de serviços. 07235

ROBERTO GOUVEIA (PT – SP) – Legitimidade da intervenção do Governo Federal no setor de saúde pública da cidade do Rio de Janeiro. Apresentação de projeto de lei sobre responsabilidade sanitária. 07236

LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Aprovação de proposta de emenda à Constituição sobre a reforma previdenciária, a chamada PEC Paralela. Importância da aprovação do projeto de lei sobre criação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Repúdio à construção, pelo Governo do Estado da Bahia, de presídio de segurança máxima no Município de Lauro de Freitas sem a devida consulta popular. . 07236

LEANDRO VILELA (PMDB – GO) – Pedido ao Ministério da Saúde de reposição do estoque de medicamentos destinados aos portadores de doenças crônicas no Município de Jataí, Estado de Goiás. 07237

ROGÉRIO TEÓFILO (PPS – AL) – Realizações do Desembargador Washington Luiz Damasceno Freitas na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas..... 07237

MARCELO BARBIERI (PMDB – SP) – Pedido ao Governo Federal de reparação de perdas salariais decorrentes da aplicação da Lei nº 11.098, de 2005, sobre a criação da Secretaria da Receita Previdenciária no âmbito do Ministério da Previdência Social. Manifestação da Associação Nacional dos Servidores Administrativos da Receita Previdenciária acerca do assunto. 07238

GERALDO RESENDE (PPS – MS) – Alerta às autoridades sanitárias do País sobre a possibilidade de surtos de bartonelose na Amazônia. Apresentação de requerimento de informações ao Ministério da Saúde sobre treinamento e capacita-

ção de pessoal e demais medidas adotadas para redução dos danos. 07241

CARLOS NADER (Bloco/PL – RJ) – Conveniência da construção de aeroporto regional na região sul do Estado do Rio de Janeiro. Urgente alocação de recursos, pelo Governo Federal, para a transferência do pátio de manobras ferroviária do centro da cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro. 07242

NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Apoio ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. 07243

HAMILTON CASARA (Bloco/PL – RO) – Importância do setor turístico para a economia mundial e brasileira. Vantagens competitivas do Brasil para a implantação de eficiente indústria turística. Crescimento do ecoturismo no Brasil. Importância do turismo ecológico para a preservação do meio ambiente. Confiança no aproveitamento do potencial do Estado de Rondônia na área de ecoturismo para a melhoria da qualidade de vida da população. Transcurso do Dia Nacional do Consumidor e do Dia Mundial da Água. Preocupação com a escassez de água em regiões do Brasil. Necessidade de observância da Declaração dos Direitos da Água da Organização das Nações Unidas. 07243

GIVALDO CARIMBÃO (PSB – AL) – Conseqüências negativas da estiagem prolongada no Estado do Rio Grande do Sul. Apresentação de propostas para o enfrentamento dos períodos de seca no País. 07246

LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Êxito da política econômica adotada pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Excelência da gestão do Ministro da Cultura, Gilberto Gil. 07246

DR. ROSINHA (PT – PR) – Tentativa de criminalização da luta pela reforma agrária no Estado do Paraná. Defesa de libertação de trabalhadores rurais detidos no Município de Guarapuava. Necessidade de ação da Justiça contra a manutenção de milícias por fazendeiros na região central paranaense. 07247

FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Artigo *A Dívida dos Municípios*, de Cid Heráclito Queiroz, ex-Procurador-Geral da Fazenda Nacional, publicado pelo *Jornal do Brasil*. 07248

ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) – Crise do setor nuclear brasileiro..... 07249

MOREIRA FRANCO (PMDB – RJ) – Crescente conscientização da necessidade de preservação do meio ambiente. Desempenho da organização não-governamental Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro..... 07250

LUCIANA GENRO (Sem Partido – RS) – Crise social do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, provocada pela transferência da sede brasileira da multinacional Kodak do Município de São José dos Campos para Manaus, Estado do Amazonas. Aprofundamento do desequilíbrio fiscal entre os Estados no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. 07251

ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT – MS) – Realização de articulações políticas pela bancada do Estado de Mato Grosso do Sul em busca de alternativas para o corte de recursos orçamentários promovido pelo Governo Federal. 07254

MAURO BENEVIDES (PMDB – CE) – Solicitação ao Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Guido Mantega, de liberação dos recursos federais solicitados pelo Governo do Estado do Ceará para a execução do programa Aproveitamento do Potencial Hidroagrícola. 07254

PAULO ROCHA (PT – PA) – Apoio às reivindicações dos participantes do I Encontro de Agricultores Familiares para o Desenvolvimento Local das Vilas Unidas do Norte e Santa Rita, evento realizado no Município de Novo Repartimento, Estado do Pará. Assistência dada pelo Governo Federal aos assentamentos da região. 07255

V – Grande Expediente

ALMIR MOURA (Sem Partido – RJ) – Caos da área de saúde no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em decorrência da falta de coordenação entre a União e o Município. Críticas ao interventor nomeado pelo Ministério da Saúde, Sérgio Côrtes, por incompetência na gestão do Hospital de Traumato-Ortopedia do Rio de Janeiro. Deficiências no atendimento prestado pelos hospitais estaduais fluminenses. Aumento da demanda por assistência médica no Município de Itaperuna em razão da boa qualidade do atendimento. Estado de calamidade pública de Municípios das regiões norte e noroeste do Rio de Janeiro em conseqüência da deterioração das estradas. Pedido ao Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, para visita às regiões. Críticas à proposta de emenda à Constituição sobre a reforma sindical apresentada pelo Governo Federal. 07256

WALTER BARELLI (PSDB – SP – Pela ordem) – Importância das Instituições para o desenvolvimento do País. Artigo do professor e suplente de Deputado Federal André Franco Montoro Filho, publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, sobre danos às instituições brasileiras decorrentes de declaração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva acerca da prática de corrupção nas privatizações realizadas durante o Governo anterior. 07260

COSTA FERREIRA (PSC – MA – Pela ordem) – Combate ininterrupto à corrupção no País. 07261

LINCOLN PORTELA (Bloco/PL – MG – Pela ordem) – Vigência de tratado internacional sobre redução do tabagismo. 07262

JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA – Pela ordem) – Elevado número de vítimas de trânsito no País. Urgente alocação de recursos, pelo Governo

Federal, para duplicação da Rodovia Belém—Brasília, no Município de Ulianópolis, Estado do Pará... 07263

ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ – Pela ordem) – Oportunidade da criação, pelo Governo Federal, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, tendo em vista a destinação de recursos aos Municípios para atendimento à educação de crianças de 0 a 6 anos de idade. 07264

MARCELO CASTRO (PMDB – PI) – Defesa da criação do Estado do Gurguéia. Necessidade de redivisão do território brasileiro para redução das desigualdades socioeconômicas entre as regiões. Relevância da eleição do Presidente Severino Cavalcanti para afirmação da autonomia do Poder Legislativo. Urgência na apreciação, pela Casa, das propostas de reforma política e de implantação do Orçamento da União impositivo..... 07264

ÁTILA LINS (PPS – AM – Pela ordem) – Repúdio da sociedade à Medida Provisória nº 232, de 2004, alteradora da legislação tributária federal.... 07267

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PMDB – PE – Pela ordem) – Pedido de retificação pela colunista econômica Míriam Leitão de informação infundada prestada no telejornal *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo de Televisão, sobre a responsabilidade da Câmara por possível rombo nas contas da Previdência Social devido à aprovação de dispositivo da PEC Paralela relativo à inclusão das donas de casa e empregados domésticos no sistema previdenciário. 07268

***Apresentação de proposições*:** RENATO CASAGRANDE, ALEXANDRE SANTOS, COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTI CA, JOÃO GRANDÃO, JAIR BOLSONARO, LUIZ CARREIRA, SILAS BRASILEIRO, LUIZ CARLOS HAULY, ALMERINDA DE CARVALHO, LEONARDO PICCIANI, LUIZ COUTO, LINCOLN PORTELA, ALMIR MOURA, BETINHO ROSADO, DURVAL ORLATO, RUBENS OTONI, COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, CELSO RUSSOMANNO, SARNEY FILHO, LUIZ CARLOS HAULY. 07269

VI – Ordem do Dia

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Votação de requerimento para tramitação, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 2.057, de 1991, sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas. 07275

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Votação de requerimento de retirada do Requerimento de Urgência nº 895/03 de pauta. 07275

Usou da palavra para encaminhamento da votação a Sra. Deputada JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP). 07275

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Aprovação do requerimento. 07275

RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Pedido de verificação de votação. 07275

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Deferimento do pedido de verificação de votação. 07275

Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado RODRIGO MAIA (PFL – RJ) 07275

WALTER PINHEIRO (PT – BA – Pela ordem) – Pedido à Presidência de intermediação do acordo para votação das matérias constantes na pauta... 07275

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Resposta ao Deputado Walter Pinheiro. 07275

BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS – Pela ordem) – Conveniência de celebração de acordo sobre a votação das matérias constantes na pauta..... 07275

FERNANDO CORUJA (PPS – SC – Pela ordem) – Descontentamento diante da alteração de termos do acordo sobre a votação das matérias constantes na pauta. 07276

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Esclarecimento ao Deputado Fernando Coruja sobre a alteração da pauta. 07276

RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Retirada do pedido de verificação de votação. 07276

EDUARDO PAES (PSDB – RJ – Pela ordem) – Defesa da votação do item 2 da pauta. Protesto contra a retirada da pauta do Requerimento nº 895, de 2003, sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas. 07277

IVAN RANZOLIN (PP – SC – Pela ordem) – Apoio à proposta do PFL para votação dos itens 2 e 9 da pauta..... 07277

FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Recusa do PPS à votação de requerimentos de urgência. 07277

EDUARDO PAES (PSDB – RJ – Pela ordem) – Associação do PSDB ao posicionamento do PFL e do PPS..... 07277

BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS – Pela ordem) – Apoio à proposta do PFL para votação dos itens 2 e 9 da pauta. 07277

HUMBERTO MICHILES (Bloco/PL – AM – Pela ordem) – Conveniência da apreciação do projeto de decreto legislativo sobre a retirada da obrigatoriedade do curso de direção defensiva e primeiros socorros para motoristas quando da renovação da Carteira Nacional de Habilitação. Relevância da apreciação do item 10 da pauta. 07277

Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados WALTER PINHEIRO (PT – BA), BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS), JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA). 07278

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Votação de requerimento para apreciação, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 4.846, de 1994, sobre medidas destinadas à restrição do consumo de bebidas alcoólicas. 07278

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado WALTER PINHEIRO (PT – BA). 07278

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA), JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP), COLBERT MARTINS (PPS – BA), HUMBERTO MICHILES (Bloco/PL – AM), JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA), IVAN RANZOLIN (PP – SC), EDUARDO PAES (PSDB – RJ), ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA), LUIZ SÉRGIO (PT – RJ), JOVINO CÂNDIDO (PV – SP), BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS). 07278

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Encerramento de votação. 07279

RONALDO DIMAS (PSDB – TO – Pela ordem) – Apelo à Presidência da Casa para a realização de reunião do Colégio de Líderes com vistas à definição da pauta. 07279

Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)..... 07279

RAUL JUNGMANN (PPS – PE – Pela ordem) – Protesto contra alterações no acordo para votação da matéria..... 07280

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Esclarecimento ao Deputado Raul Jungmann sobre a alteração da pauta. 07280

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Declaração de inexistência de *quorum*. Encerramento da Ordem do Dia. 07281

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado WALTER PINHEIRO (PT – BA). 07281

SEVERIANO ALVES (PDT – BA – Pela ordem) – Declaração de obstrução à votação pelo PDT. 07281

ILDEU ARAÚJO (PP – SP – Pela ordem) – Anúncio de lançamento da Frente Parlamentar Mista da Indústria Têxtil, de Confecção e Moda.... 07281

CAPITÃO WAYNE (PSDB – GO – Pela ordem) – Contradição entre as críticas do Senador Maguito Vilela à atuação da Polícia Militar em cumprimento de decisão judicial sobre a remoção de ocupantes de terreno em Goiânia, Estado de Goiás, e o elevado índice de aprovação da ação da Polícia pela sociedade goiana..... 07282

NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PL – ES – Pela ordem) – Otimismo com a possibilidade de criação de universidade pública federal no sul do Estado do Espírito Santo ou implantação de plano de expansão universitária e construção de unidades do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo. 07283

NILSON MOURÃO (PT – AC – Pela ordem) – Indignação com reportagens da revista *Veja* e do jornal *Folha de S. Paulo* sobre envolvimento do Partido dos Trabalhadores com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC..... 07283

COLBERT MARTINS (PPS – BA – Pela ordem) – Regozijo com a criação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano..... 07284

WALTER PINHEIRO (PT – BA – Pela ordem) – Apoio à proposta de redução do tempo de contribuição exigido para concessão do benefício de aposentadoria aos professores, constante na chamada PEC Paralela da Previdência. Expectativa de manutenção pelo Senado Federal do texto aprovado na Casa. 07284

SILAS CÂMARA (PTB – AM – Pela ordem) – Transcurso do 12º aniversário de fundação da Rede Boas Novas, veículo de comunicação da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Estado do Amazonas..... 07284

CARLOS MOTA (Bloco/PL – MG – Pela ordem) – Presença no plenário do Presidente da Câmara Municipal de Capelinha, Vereador José Antônio Alves de Souza, acompanhado dos Edis Jailson Pereira e Laerte Ferreira, e do Vereador Kléverton Tiago Monteiro Gomes, do Município de Água Boa, Estado de Minas Gerais..... 07286

MILTON BARBOSA (PFL – BA – Pela ordem) – Transcurso do 12º ano de criação da Rede Boas Novas..... 07286

FERNANDO FERRO (PT – PE – Pela ordem) – Urgência na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 524, de 2002, sobre instituição do Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. 07286

ZÉ GERALDO (PT – PA – Pela ordem) – Defesa de instalação de Fórum de Justiça no Município de Jacareacanga, Estado do Pará..... 07287

MAURÍCIO RANDS (PT – PE – Pela ordem) – Êxito da intervenção do Governo Federal na rede municipal de saúde do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro..... 07287

GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP – Pela ordem) – Transcurso do 12º aniversário da Rede Boas Novas de Rádio e Televisão. Protesto contra a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central de elevação da taxa básica de juros. 07288

JOÃO BATISTA (PFL – SP – Pela ordem) – Realização do Encontro Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, na cidade de Pirenópolis, Estado de Goiás. 07289

JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA – Pela ordem) – Exploração, pela mídia, da violência no Estado do Pará. Potencialidades do Estado para a agropecuária. Reunião da Federação da Agricultura do Estado do Pará para reivindicação ao Governo Federal de maior apoio o setor. Elogio ao Governo brasileiro pelo envio de tropas do Exército ao Município de Anapu, no Estado. Paradoxo entre as ações do Governo brasileiro para elucidação dos assassinatos

da missionária americana Irmã Dorothy Stang e de produtor rural de Parauapebas. 07290

FÁTIMA BEZERRA (PT – RN – Pela ordem) – Apelo à Presidência da Mesa Diretora para inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 4.819, de 2005, sobre a transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró em Universidade Federal Rural do Semi-Árido. 07290

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Resposta à Deputada Fátima Bezerra..... 07291

PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB – RR – Pela ordem) – Transcurso do 12º aniversário da fundação da Rede Boas Novas de Rádio e Televisão, veículo de comunicação da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, no Estado do Amazonas..... 07291

ZÉ GERALDO (PT – PA – Pela ordem) – Regozijo com a prisão, pela Polícia Federal, de envolvidos com tráfico de droga, roubo de cargas e veículos no Município de Altamira, Estado do Pará. Pedido de manutenção e ampliação da presença do Exército Brasileiro no Estado..... 07291

RAIMUNDO SANTOS (Bloco/PL – PA – Pela ordem) – Associação do orador às homenagens pelo transcurso do 12º aniversário da fundação da Rede Boas Novas de Rádio e Televisão, veículo de comunicação da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, no Estado do Amazonas. Artigo do Pastor Samuel Câmara, intitulado *Doze anos de Luz e Milagres*, publicado no jornal *O Liberal*, de Belém, Estado do Pará. 07291

VII – Comunicações Parlamentares

JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Protesto contra a nova elevação da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central. Homenagem à memória do Deputado Ulysses Guimarães. 07293

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Associação da Presidência ao pronunciamento do Deputado João Correia em homenagem à memória do Deputado Ulysses Guimarães. 07294

JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Transcurso do 45º aniversário de fundação do *Jornal NH*, do Município de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul..... 07294

SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB – MA) – Transcurso do 17º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Miranda do Norte, Estado do Maranhão. Protesto contra a nova elevação da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central. Insuficiência de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura, com ênfase na precariedade da malha rodoviária brasileira. 07295

JOÃO CASTELO (PSDB – MA – Pela ordem) – Descaso do Ministro da Saúde, Humberto Costa, com o pagamento de benefícios a médicos aposentados pelo serviço público de saúde..... 07296

ZEZÉU IBEIRO (PT – BA) – Presença no plenário de Vereadores da Câmara Municipal de Alagoinhas, Estado da Bahia. Empenho do Governo Luiz Inácio Lula da Silva na valorização do ensino superior e na criação de novas universidades federais. Luta pela criação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Defesa da extensão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no Estado de Minas Gerais, aos Municípios baianos de Teixeira de Freitas e Porto Seguro..... 07296

FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – Regozijo com a criação do Fórum de Gestores da Grande Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. Expectativa de tratamento adequado de problemas comuns aos Municípios integrantes da Região Metropolitana de Natal. 07297

LÉO ALCÂNTARA (PSDB – CE – Pela ordem) – Inoportunidade da aprovação, no âmbito da proposta de emenda à Constituição modificadora da reforma previdenciária, de subtetos salariais nos Estados para as carreiras de delegado de polícia, agente fiscal e advogado público com base nos vencimentos do Poder Judiciário. Defesa da aprovação de proposição sobre a criação da Universidade Federal do Cariri, no Estado do Ceará. 07299

PAULO RUBEM SANTIAGO (PT – PE – Pela ordem) – Entrega à Comissão de Finanças e Tributação de relatório sobre a dívida pública brasileira pela Secretaria do Tesouro Nacional. Reflexos nas contas públicas da elevação da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central. 07299

WLADIMIR COSTA (PMDB – PA – Pela ordem) – Adiamento da instalação da CPI sobre as privatizações realizadas no Governo anterior. Desistência do orador da relatoria da CPI. 07300

PAES LANDIM (PTB – PI) – Denúncias de ameaça de morte contra a administradora do Parque Nacional da Serra da Capivara, arqueóloga Niède Guidon. Apelo ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para instalação de Delegacia da Polícia Federal no Município de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí. Solicitação de envio de missão oficial da Casa ao Parque Nacional da Serra da Capivara. 07301

ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA – SP) – Homenagem à memória da enfermeira Ana Néri, auxiliar voluntária do corpo de saúde do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai. 07301

EDSON DUARTE (PV – BA) – Apoio do Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, ao pagamento de diferenças salariais aos funcionários da Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE. Homenagem póstuma ao defensor do Rio São Francisco José Teodomiro Mendes..... 07302

VIII – Encerramento

3 – PARECERES – Projetos de Lei nºs 2.513-B/96, 3.522-B/00, 376-A/03, 667-B/03, 1.283-A/03,

2.167-A/03, 2.535-A/03, 2.614-A/03, 2.961-B/04, 3.096-B/04, 3.677-A/04, 3.777-A/04; Projetos de Decreto Legislativo nº 1.451-A/04, 1.452-A/04, 1.453-A/04, 1.454-A/04, 1.455-A/04, 1.456-A/04, 1.459-A/04, 1.461-A/04, 1.466-A/04 e 1.467-A/04; Recurso nº 163-A/05. 07320

COMISSÕES

4 – DESIGNAÇÕES

a) Comissão de Finanças e Tributação, em 17.3.04..... 07347

SEÇÃO II

5 – ATA DA MESA

3ª Reunião, em 17-3-05. 07348

6 – ATOS DO PRESIDENTE

a) Exonerar: Maria Ines Alonso Neves, Simone Rebelo de Melo. 07354

b) Dispensar: Adriano de Aquino Oliveira e Silva, Beatriz de Fátima e Silva Mezencio, Jairo Cesar dos Santos Ribeiro, Jorge Luiz Rodrigues de Barros, Luiz Fernando Miyamoto, Marcelo Oliveira de Azevedo, Marco Aurelio Tavares, Monica Thaty Soares da Silva Nunes, Patrícia Calderaro Ventura de Azevedo. 07354

c) Designar por acesso: Adriano de Aquino Oliveira e Silva, Beatriz de Fátima e Silva Mezencio, Jairo Cesar dos Santos Ribeiro, Jessemine Carvalho Duarte, Luzimar Gomes de Paiva, Marcelo Oliveira de Azevedo, Mônica Thaty Soares da Silva Nunes, Patrícia Calderaro Ventura de Azevedo. 07355

d) Nomear: Gilcelly Glaucy de Souza Martins, José Edmar Santiago de Melo Júnior, Lívia Oliveira Delgado. 07356

7 – PORTARIA

Nº 032/05, da Primeira Secretaria, referente a credenciamento de entidade de classe..... 07356

8 – MESA

9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

10 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

11 – COMISSÕES

Ata da 35ª Sessão, Solene, Matutina, em 17 de março de 2005

Presidência dos Srs. Severino Cavalcanti, Presidente; Feu Rosa, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno; Laura Carneiro, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno; André Zachaow, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II – LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Passa-se à leitura do expediente.

A SRA. Laura Carneiro, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

Estado de São Paulo

OF. Nº 74

Sorocaba, 3 de fevereiro de 2005

Ao
Excelentíssimo Senhor
João Paulo Cunha
DD. Pres. da Câmara dos Deputados Federais

Excelentíssimo Senhor

Encaminhamos a Vossa Excelência, xerocópia da Moção nº 2/2003, de autoria da Edil Tânia Baccelli, aprovada em Sessão Ordinária realizada por esta Casa de Leis.

Atenciosamente, – **Waldomiro R. de Freitas**, Presidente.

MOÇÃO Nº 2/2003

O Mundo assiste, sem entender muito bem as manifestações beligerantes do Governo Americano em seu interesse em intervir militarmente no Iraque. O Secretário Colin Powell, que até poucos dias era o único, na Casa Branca, a se posicionar contrário á guerra, apresentou justificativas anêmicas ao Conselho da ONU. Apesar disso, estamos na iminência de uma guerra.

Os motivos que os Estados Unidos alegam para o uso de força contra aquele país, como as "indicações" de provas de armas químicas, de destruição em massa, informações de desertores, têm cheiro de sangue.

Evidente que não queremos com este documento, render homenagens ao Ditador Saddam Hussein, que aliás é sempre bom recordar, foi treinado pelas forças americanas.

Especulações no mundo inteiro apontam que Bush quer mesmo é obter o controle do potencial petrolífero iraquiano, e se possível, conquistar o povo árabe para consumir produtos americanos, uma vez que atualmente os acordos comerciais do Oriente Médio são ligados aos países como a Rússia, China, França, Brasil, etc.

O que não, podemos é nos eximir da responsabilidade de posicionarmos contrários a uma guerra, com justificativas torpes, que em nada beneficiará a humanidade, longe disso, espalharia sangue de civis, como sempre acontece em casos de ataques bélicos, inocentes.

Pela paz na terra, repudiamos o ataque militar, liderado pelos Estados Unidos ao Iraque. Que se negocie até a exaustão, mas que não se percam vidas!

A Câmara Municipal de Sorocaba manifesta Repúdio ao Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush pela imposição da necessidade de invasão militar no fraque.

Em caso desta Moção ser, aprovada pelo Plenário, solicitamos enviar cópias para:

Embaixada dos Estados Unidos;
Presidente da República;
Presidente do Senado;
Presidente do Congresso;
Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo;
Às Câmaras Municipais do Estado de São Paulo.

S/S, 10 de fevereiro de 2003. – **Tânia Baccelli,** Vereadora.

Ciente. **Publique-se**. Arquive-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Ofício Circular nº 1/05

Araioses, 3 de janeiro de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência, que em eleição realizada no dia 1 de janeiro de 2005, a Mesa Diretora que dirigirá os trabalhos deste Poder Legislativo para o biênio 2005/2006, ficou assim constituída:

Presidente: **Bernardo Coutinho Silva**
Vice-Presidente: **José Carlos Pereira Silva**
1º Secretário: **Gentil Pereira Lima Neto**
2º Secretário: **Antonio Paulo Cardoso**

Com os protestos de estima consideração e singular apreço, subscrevo-me.

Atenciosamente, **Bernardo Coutinho Silva,** Presidente.

Publique-se. Arquive-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OF. nº 2/05

Acreúna, 17 de fevereiro de 2005

Exmo. Sr
Dr. Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente:

Com o presente queremos manifestar a V. Exª. a nossa preocupação com a situação da agricultura brasileira, neste instante em que os preços dos produtos agrícolas atingem índices de insignificância, não cobrindo, sequer 80% dos custos de produção.

O Município de Acreúna, Localizado no sudoeste goiano, região de alta produção e produtividade de grãos, através dos seus legítimos representantes, os Vereadores, vêm requerer medidas governamentais positivas que possam tranqüilizar não só os agricultores, mas, todos os que fazem parte dessa grande cadeia produtiva decorrente da atividade agrícola. Do contrário, pode ter V. Exª. a certeza, em janeiro e fevereiro próximo, o Governo não estará contabilizando números positivo como os que estão sendo divulgados no momento, e, sim, poderá fazer constar do seu acervo histórico a desestabilização do setor que ultimamente têm trazido enorme dividendos para o nosso País.

A oportunidade, certos de vossa sensibilidade, desde já agradecemos e renovamos nossos protestos de estima e de alta consideração.

Atenciosamente, – **Manoel Dias Monteiro,** Vereador – **Paulo Borba Ferreira,** Presidente da Câmara – **Elias Ferreira Fernandes,** Vice-Presidente – **José Aparecido Tavares,** 1º Secretário – **Paulo César Rodrigues,** 2º Secretário – **Cleuber Aparecida Márquez Custódio,** Vereador – **Marinho Severino Pereira,** Vereador – **Nivaldo Pereira Pinto,** Vereador.

Encaminhe-se à CAPADR.

Publique-se. Oficie-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Ofício nº 67/2005/Gab.Pres

Caçapava do Sul, 16 de fevereiro de 2005

Excelentíssimo Sr.
Deputado Severino Cavalcanti
Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Excelentíssimo Sr.

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos encaminhar proposição do tipo Moção de nº. 13 de origem das Bancadas PP/PMDB/PDT, votada e aprovada pela Câmara de Vereadores de Caçapava do Sul em 15 de fevereiro de 2005.

Atenciosamente, – **Roberto Antonio Machado,** Diretor Geral.

MOÇÃO Nº 13/2005
(Autor: Bancadas PP/PMDB/PDT)

Concede Voto congratulatório ao Excelentíssimo Deputado Severino Cavalcanti.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

Os Vereadores abaixo assinados, membros efetivo destes Parlamento Caçapavano, após tramitação Regimental, requer Moção Voto Congratulatório ao Excelentíssimo Deputado Severino Cavalcanti(PP) pela assunção ao Cargo de Presidente deste Egrégio Parlamento Brasileiro, ocorrido dia 14 Fevereiro de 2005.

Requer ainda que a presente Moção seja enviada ao Excelentíssimo Deputado Severino Cavalcanti (PP) e demais componente desta Mesa.

À apreciação dos Senhores Vereadores.

Sala das Sessões General João Manoel de Lima e Silva, Caçapava do Sul, 15 de Janeiro de 2005. – Vereador **Pedro da Silva Gaspar,** Bancada PP, Presidente – **Sergio Dutra Pereira,** Bancada PDT, Vice-Presidente – **Ver. Ilson Tolfo Tondo,** Bancada

PP. – Vereador**. Antonio Dias de Almeida,** Bancada PP, Vereadora – **Rosilda Freitas,** Bancada PMDB. – Vereador **Acidemar Henriques,** Bancada PP – Vereador **José Sidnei Menezes,** Bancada PP – Vereador **,Josué Lopes,** Bancada PMDB – Vereador **José Luiz Andrade** Bancada PMDB.

Ciente. **Publique-se**. Arquive-se

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

EXMº SR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS

Processo nº 1050209928-8

João de Queiroz, registro em Governador Valadares (28-12-1935), executado pela Fazenda Pública Do Município de Govenador Valadares, fraterno e encimado respeito:

Lei nº 10.559/2002:

Regime Militar instituiu o Decreto-Lei nº 406/68: a classe média paga IRPF, ISSQN, e imposto às corporações (anexo).

Regime Democrático edita MP nº 232 objetivando penalizar ainda mais os prestadores de serviços listados no Decreto-lei autoritário.

Tríplice tributação sobre o fator Trabalho. Smj, máxima vênia.

Cada dia que passa o Governo coloca mais obstáculo na nossa sorte: paráfrase, LULA o Metalúrgico – Mário Morel – editora Nova Fronteira.

Norma dos Princípios Básicos:

Que seja revogado o DL Nº 406/68 e rejeitada a MP nº 232: anistiando a todos os prestadores de serviços de qualquer natureza; à Fazenda Pública do Município de Governador Valadares a que repare o dano moral e material causado ao executado. – **João de Queiroz** – OAB-MG 29.622.

Pede deferimento. – Governador Valadares, 22 de fevereiro de 2005.

MM JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE GOVERNADOR VALADARES

Processo nº 1050209928-8

João de Queiroz, executado pela Fazenda Pública Municipal de Governador Valadares, prazo do DJ de 16-2-2005, fraterno e encimado respeito:

Lei nº 10.559/2002 concede Anistia aos atingidos pelos atos políticos da Ditadura Militar. Smj, data vênia.

Anteriormente ao DL 406/68 (DITADURA MILITAR), os prestadores de serviços jurídicos pagavam tributo Apenas à Ordem dos Advogados do Brasil. Lei nº 8.906/94, Art. 3º § 1º Prestação jurídica equiparada à Advocacia-Geral da União, Fazenda Nacional, Defensoria Pública e às Consultorias dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, Smj, data vênia.

Embargada valeu-se da "derrama" (confisco) do Partido dos Trabalhadores e seus preconceitos contra a "Classe Média". (Lula o Metalúrgico, pág.-170/171 – Mário Morel – Editora Nova Fronteira, 1981). Data vênia. Smj.

Embargante faz jus, pelo menos, ao acordo concedido à Companhia Vale do Rio Doce. (Correios ao Exmº Doutor José Bonifácio Mouro e Exmº Doutor Júlio Avelar, anexos-6). Smj, respeitosamente.

Normas expressas no Art. 745 do Código de Processo Civil (castrense):

Requer sejam os Embargos providos: anistiando o embargante; ou que lhe seja concedido o benefício do acordo, com parcelamento no mesmo prazo da dívida ativa. – J**oão de Queiroz** – OAB-MG 29,622

Pede deferimento. – Governador Valadares, 21 de fevereiro de 2005.

Encaminhe-se à CFT. **Publique-se**. Oficie-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OF. nº 20/2005

Brasília, 15 de fevereiro de 2005

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Federal
Deputado Severino Cavalcanti
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A FEBRAFITE, Entidade Nacional que congrega as Associações dos Fiscos Estaduais, com mais de 30.000 (trinta mil) associados, cumprimenta Vossa Excelência pela eleição para Presidência da Câmara Federal, desejando pleno sucesso na condução desta fundamental Casa Legislativa, e solicita audiência para tratar de temas urgentes de interesse da Sociedade Brasileira e Servidores Públicos, que tramitam nesta Casa, como a Reforma Tributária e a PEC Paralela da Previdência.

No aguardo do agendamento, agradecemos a atenção dispensada e colocamos as nossas Entidades a disposição de Vossa Excelência.

Cordialmente, – **Roberto Kupski**, Presidente da FEBRAFITE.

Entidades Estaduais Filiadas - Presidentes

AAFIT/DF Acácio de Almeida	AFRERJ/RJ Octacílio de Albuquerque Netto
AAFTEMA/MA Magno Vasconcelos Pereira	AFRESP/SP Teruo Massita
AAFTEP/PI Kleber Cavalcanti de Araújo Luz	AAFRON/RO Lidia Oliveira dos Santos
AAFTTEPE/PE Eduardo Pernambucano T. Galvão	ASFAL/AL Edvaldo Robson de Lira Gueiros
AFFEAM/AM Augusto Bernardo Sampaio Cecílio	ASFARN/RN Moacir Pinheiro da Silva
AFFEGO/GO Valdir do Prado	ASFEB/BA Cleudes Cerqueira de Freitas
AFFEMAT/MT Enéas Cardoso Filho	ASFEPA/PA Antônio Carlos de Freitas Catete
AFFEMG/MG Sinval Pereira da Silva	ASFIT/AC Ayrton Geber
AFISVEC/RS Abel Henrique Ferreira	AUDITECE/CE Reginaldo de Melo Carvalho
AFRAFEP/PB José Lanhas Schmid	FISCOSUL/MS Antônio Urban Filho

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Ofício nº 149-L-PFL/2005

Brasília, 16 de março de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Marcelo Guimarães Filho para integrar, como membro suplente, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em vaga existente.

Atenciosamente, – Deputado **Rodrigo Maia,** Líder do PFL.

Defiro. **Publique-se**.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OF. PSDB Nº 200/2005

Brasília, 17 de março de 2005

A sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Ariosto Holanda, como membro titular, para integrar o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica.

Respeitosamente, – Deputado **Alberto Goldman,** Líder do PSDB.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Of. nº 264

Brasília, 16 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Indico os Deputados Benedito de Lira – PP/AL e Francisco Garoa – PP/AM, para Titulares da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a Biopirataria no País.

Atenciosamente, – Deputado **José Janene,** Líder do PP.

Defiro. **Publique-se.**

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Of. Nº 269

Brasília, 16 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Indico o Deputado Ricardo Barros, como Suplente, na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o processo de privatização das empresas do setor elétrico brasileiro e o papel nele desempenhando pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES, em substituição ao Deputado José Janene.

Atenciosamente, – Deputado **José Janene,** Líder do PP.

Defiro. **Publique-se.**

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Of. nº 103/2005

Brasília, 9 de março de 2005

Exmº Sr.
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Sr. Presidente,

Indico a Vossa Excelência o senhor Deputado Geraldo Tadeu (PPS-MG), como Suplente, para ocupar vaga do PTB, na Comissão Permanente de Direitos Humanos e Minorias.

Aproveito o ensejo para reiterar nossos protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente, – Deputado **José Múcio Monteiro,** Líder do PTB.

Defiro. **Publique-se**.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Of. nº 130/2005

Brasília, 16 de março de 2005

Exmo. Sr.
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a Senhora Deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), para a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas, em vaga que cabe ao PTB.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, Deputado **José Múcio Monteiro,** Líder do PTB.

Defiro. **Publique-se.**

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Gabinete da Liderança do PTB

Ofício nº 134/2005

Brasília, 17 de março de 2005

Exmo. Sr.
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Jovair Arantes (PTB – GO), na qualidade de suplente, para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 4.776/05, do Poder Executivo, que dispõe sobre gestão de floresta públicas para produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, e dá outras providências.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **José Múcio Monteiro,** Líder do PTB.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Of. nº 175/05-BLP

Brasília, 16 de março de 2005

Exmo Sr.
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar a V. Exª, para integrar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, como titular, o Deputado Carlos Rodrigues (PL/RJ), e, como suplente, o Deputado Edmar Moreira (PL/MG).

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel,** Líder do Bloco PL/PSL.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Of nº 177/05 – LBP

Brasília, 16 de março de 2005

Exmo Sr.
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª. que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Luciano Castro (PL/RR) para a suplência da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o processo de Privatização das empresas do setor elétrico brasileiro e o papel nele desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel,** Líder Bloco PL/PSL.

Defiro. **Publique-se.**

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OF/LID/Nº 42/2005

Brasília, 16 de março de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Colbert Martins/BA e Átila Lins/AM para integrarem como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Mista Especial destinada a elaborar, em cento e oitenta dias, os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45/04 (Reforma do Judiciário).

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho,** Líder.

Defiro. **Publique-se**.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OF/LID/Nº 57/2005

Brasília, 15 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Geraldo Thadeu, para a suplência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Política Rural.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho,** Líder.

Defiro. **Publique-se**.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Of. nº 40/05

Brasília, 17 de março de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta
Assunto: Indicação de membro de Comissão Especial

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, a Deputada Jandira Feghali para integrar como membro titular a Comissão Especial destinada a efetuar estudo e oferecer proposições sobre o tema trabalho e emprego doméstico.

Respeitosamente, – Deputado **Renildo Calheiros,** Líder do PcdoB.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Of. nº 41/05

Brasília 17 de março de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta
Assunto: Indicação de membro de Comissão Especial

Senhor Presidente.

Indico, nos termos regimentais, a Deputada Perpétua Almeida (titular) e a Deputada Vanessa Grazziotin (suplente) para integrarem a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.776 de 2005, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, e dá outras providências".

Respeitosamente, Deputado **Renildo Calheiros,** Líder do PcdoB.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OF CCTCI-P/133/05

Brasília, 16 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: PL nº 376/03

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 376/03.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Jader Barbalho**, Presidente.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OF CCTCI-P/134/05

Brasília, 16 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: PL nº 2.513-A/96

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 2.513/A/96.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Jader Barbalho**.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OF. Nº 26-PP/2005 – CCJC

Brasília, 9 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, os Projetos de Decreto Legislativo apreciados por este Órgão Técnico, em 8 de março do corrente, a seguir relacionados:

1.451, 1.452, 1.453, 1.454, 1.455, 1.456, 1.459, 1.461, 1.466 e 1.467, de 2004.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia**, Presidente.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OF. Nº 35-PP/2005 – CCJC

Brasília, 16 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, em 15 de março do corrente, do Projeto de Lei nº 1.283/03.

Solicito a Vossa Excelência autorizar referido projeto e parecer a ele oferecido.

Cordialmente, – Deputado **Antonio Carlos Biscaia**, Presidente.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

OF. Nº 36-PP/2005 – CCJC

Brasília, 16 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, em 15 de março do corrente, do Projeto de Lei nº 3.522-A/00.

No ensejo, remeto a Vossa Excelência a decisão quanto à apreciação das matérias pelo Plenário da Casa, dada à divergência de pareceres oferecidos pelas Comissões incumbidas da análise do mérito das referidas proposições, nos termos do Art. 24, II, **g**, do Regimento Interno.

Cordialmente, – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

Ciente. Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o PL nº 3.522/2002, nos termos do art. 24, inciso II, alínea **g**, do RICD. Oficie-se e, após, **publique-se.**

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OF. Nº 44-PP/2005 – CCJC

Brasília, 16 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Recurso nº 163/05, apreciado por este Órgão Técnico, nesta data.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Ofício nº 34-P/2005

Brasília, 16 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 3.677 de 2004, de autoria do Sr. Carlos Nader.

Pelo exposto, solicito autorização para publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Júlio Lopes,** Presidente.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Ofício nº 36-P/2005

Brasília, 16 de março de 2005.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do regimento interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 3.777 de 2004, de autoria do Sr. Carlos Nader.

Pelo exposto, solicito autorização para publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Júlio Lopes,** Presidente.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Ofício-Pres nº 118/CEC

Brasília, 9 de março de 2005.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Publicação do PL nº 2.167/03

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do regimento interno, a rejeição do Projeto de Lei nº 2.167/03, do Sr. Elimar Máximo Damasceno, que "institui o Dia Nacional da Gratidão", para publicação da referida proposição e do parecer a ela oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Paulo Delgado,** Presidente.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Ofício-Pres nº 122/CEC

Brasília, 9 de março de 2005.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Publicação do PL nº 3.096-A/04

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do regimento interno, a aprovação do Projeto de Lei nº 3.096-A/04, do Sr. Max Rosenmann, que "denomina 'Rodovia Governador José Richa' o trecho da rodovia BR-476, entre as cidades de Adrianópolis e Curitiba, no Estado do Paraná", para publicação da referida proposição e do parecer a ela oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Paulo Delgado,** Presidente.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Ofício P- nº 20/2005

Brasília, 16 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58, do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 2.535/03.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Respeitosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Presidente.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Of.P– nº 23/2005

Brasília, 16 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art 58, do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 667-A/03.

No ensejo, remeto a Vossa Excelência a decisão quanto à apreciação da matéria pelo Plenário da Casa, dada a divergência de pareceres oferecidos pelas Comissões incumbidas da análise do mérito

da referida proposição, nos termos do Art. 24,II, **g**, do Regimento Interno.

Respeitosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Presidente.

Ciente. Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o PL 667/2003, nos termos do art. 24, inciso II, alínea g, do RICD. Oficie-se e, após, **publique-se.**

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Of.P– nº 24/2005

Brasília, 16 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 2.961-A/O4.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Respeitosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Presidente.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Of.P– nº 25/2005

Brasília, 16 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 2.614/03.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Respeitosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Presidente.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Of. Pres Circ. nº. 4/04/CTD

Brasília, 24 de fevereiro de 2005

Ao Senhor
Mozart Vianna De Paiva
Secretário-Geral da Mesa
Edifício Principal, Espaço Cultural
Câmara dos Deputados
Assunto: Encaminhamento de Relatório Anual

Senhor Secretário-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria, para Atividades da Comissão de Turismo e Desporto.

Esta publicação descreve alguns dos trabalhos desenvolvidas por este órgão técnico durante o ano de 2004, como a apreciação das proposições e a realização de audiências públicas e outros eventos.

Atenciosamente, – Deputado **José Militão**, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2004 DA COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

Sumário

1. Apresentação
2.1 Mesa Diretora 5
Membros da Comissão 6
Titulares 6
Suplentes 6
PT 6
PMDB 6
Bloco PFL, PRONA 6
PP 6
PSDB 6
PTB 6
Bloco PL, PSL 6
PPS 6
PSB 6
PDT 6
PCdoB 6
9.1. Reuniões 16
Reuniões 16
Quantidade 16
Total 16
9.2. Projetos 17
Projetos 17
Total 17
9.3. Requerimentos 18
Requerimentos 18
Quantidade 18
Total 18

10.1. Audiência Pública realizada em 28 de abril de 2004. 18
10.2. Audiência Pública realizada em 5 de maio de 2004. 21
10.3. Audiência Pública realizada em 17 de junho de 2004. 23
10.4. Audiência Pública realizada em 7 de julho de 2004. 24
10.6. Audiência Pública realizada em 1º de dezembro de 2004, 27
11.1. Semana Fitness 28
11.2. VI Congresso Brasileiro da Atividade Turística – CBRATUR 29
11.3. Sessão solene em comemoração ao Dia Mundial do Turismo 30
10.2. audiência pública realizada em 5 de maio de 2004 21
10.3. audiência pública realizada em 17 de junho de 2004 23
10.4. audiência pública realizada em 7 de julho de 2004 24
10.5. audiência pública realizada em 10 de novembro de 2004 26
10.6. audiência pública realizada em 7 de dezembro de 2004 27
11. outros eventos 28
11.1. semana fitness 28
11.2. Vi congresso brasileiro da atividade turística – cbratur 29
11.3. Sessão solene em comemoração ao dia mundial do turismo 30
12. emendas à lei orçamentária anual de 2005 31

1. Apresentação

Ao assumir a presidência desta Comissão, no seu segundo ano de existência, tive a grata satisfação de ver a importância de sua criação. Foi ao mesmo tempo um privilégio e um desafio.

Apesar de esta sessão legislativa ter coincidido com o ano eleitoral, o que repercutiu no ritmo dos trabalhos do Congresso Nacional e, naturalmente, sobre o de todas as Comissões temáticas, os resultados alcançados foram bastante auspiciosos.

Contando com a assiduidade e o empenho de todos os membros, conseguimos realizar além de seis audiências públicas, que abordaram importantes questões relacionadas ao turismo e ao esporte brasileiros, treze reuniões deliberativas, com a apreciação de dezessete projetos, trinta e um requerimentos, e várias outras atividades que serviram para divulgar o trabalho da Comissão.

Merece especial destaque a participação de entidades da sociedade civil que muito contribuíram na realização de alguns eventos importantes como por exemplo a I Conferência Nacional de Atividade Física para a Saúde (entre os dias 17 e 21 de maio), em que o Sistema Confef/Cref juntamente com a Frente Parlamentar de Atividade Física buscaram demonstrar ao Parlamento a importância da atividade física para a saúde e a qualidade de vida, quando ministrada por profissionais devidamente habilitados. A Semana Fitness, como ficou conhecida, mexeu com todos os que compareceram à Câmara dos Deputados, pois foi montada uma academia demonstrativa de atividades físicas com suas diversas modalidades.

Outra parceria importante foi com a Confederação Nacional do Comércio (Sistema CNC-Sesc-Senac), que tornou possível a produção de uma série de doze programas televisivos chamados “Turismo Brasil”, veiculados na TV Câmara e na TV Senado, sempre com a participação de vários membros deste colegiado ao lado de senadores e especialistas do setor debatendo temas relacionados ao turismo.

Ainda com o apoio acima citado e mais o da Frente Parlamentar de Turismo e da Subcomissão de Turismo do Senado Federal, realizou-se no dia 24 de novembro o VI Congresso Brasileiro de Atividade Turística, cujo foco das discussões foi o Anteprojeto da Lei Geral do Turismo, que deverá estabelecer os critérios e as normas sobre toda a atividade turística do País. Neste ano o Cbratur teve um novo formato, o de videoconferência interativa, transmitida para as assembléias legislativas de todos os estados que integram o sistema Interlegis, e contou com a participação de várias autoridades e empresários do trade turístico.

Na comemoração do Dia Mundial do Turismo contamos com outros parceiros – além dos já citados –, o que garantiu o sucesso do evento, que foi realizado no Plenário Ulysses Guimarães com a presença de várias autoridades, entre elas o Ministro Walfrido dos Mares Guia e o Senador Paulo Octávio.

A preocupação dos membros deste colegiado com os planos de financiamento do segmento foram demonstrados de forma inequívoca na instalação e nos trabalhos da Subcomissão Especial para Tratar de Linhas de Financiamento para o Setor de Turismo, que realizou audiências públicas para debater o assunto com a presença de representantes dos bancos públicos e privados e técnicos do Ministério do Turismo.

Ao terminarmos o nosso ciclo frente a tão honrosa missão, não poderia deixar de registrar o zelo e o cuidado dos relatores e demais deputados sempre dispostos a examinar todos os pontos de vista dos projetos apreciados pela Comissão, buscando sempre maior eficiência legislativa, e agradecer o apoio dos diversos órgãos da Casa que contribuíram para o bom andamento das atividades realizadas.

É preciso reconhecer que muito se fez, mas ainda há muito por fazer, por isso gostaria de manifestar a minha esperança e os votos de sucesso para aqueles que à frente desta Comissão lutarão pela aprovação, não só da Lei Geral do Turismo e do Estatuto do Desporto, mas de todas as iniciativas legislativas que visem

a superar os problemas e as dificuldades que impedem o crescimento destas duas atividades importantes para o desenvolvimento do nosso País.

Deputado **José Militão. –** Presidente da Comissão de Turismo e Desporto

2. Composição da Comissão de Turismo e Desporto

2.1 Mesa Diretora

José Militão – PTB/MG

Presidente

Pastor Reinaldo – PTB/RS

1º Vice-Presidente

Colbert Martins – PPS/BA

2º Vice-Presidente

Hamilton Casara – PSB/RO

3º Vice-Presidente

Membros da Comissão

Gilmar Machado - MG	César Medeiros - MG
Orlando Desconsi - RS	João Grandão - MS
	Mariângela Duarte - SP
PMDB	
Alceste Almeida - RR	Edison Andrino - SC
	Jefferson Campos - SP
	Marcelo Teixeira - CE
Bloco PFL, PRONA	
Marcelo Guimarães Filho - BA	Eduardo Sciarra - PR
1 vaga	José Rocha - BA
PP	
	Ildeu Araujo - SP
	Júlio Lopes - RJ
PSDB	
Bismarck Maia - CE	Carlos Alberto Leréia - GO
	Jutahy Junior - BA
PTB	
Alex Canziani - PR	Philemon Rodrigues - PB
José Militão - MG	Ronaldo Vasconcellos - MG
Josué Bengtson - PA	
Pastor Reinaldo - RS	
Ricarte de Freitas - MT	
Enio Tatico - GO	
Tatico - DF	
Bloco PL, PSL	
João Mendes de Jesus - RJ	Reinaldo Betão - RJ
João Tota - AC	
PPS	
Colbert Martins - BA	
PSB	
Hamilton Casara - RO	Dr. Ribamar Alves - MA
PDT	
	João Hermann Neto - SP
PCdoB	
	Renildo Calheiros - PE
PV	
Deley - RJ	

3. Quadro Técnico da Comissão

Secretária

Elizabeth Paes dos Santos

Assistentes de Comissão

Maria de Fátima Vieira Ornelas

Paula Mari Mikai Nakamura

Encarregados de Setor

Hérica Pimentel Brito de Souza

Márcia Cristina Abreu

Suely Pereira dos Santos

Contatos com a Comissão

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados,
Anexo II, Ala A, Térreo, Sala T-5,
CEP 70.160-900, Brasília-DF
Telefones: (61) 216-6831 a 6834 Fax: (61) 216-6835
e-mail: ctd.decom@camara.gov.br

4. PROPOSIÇÕES APRECIADAS

Proposição	Autor	Ementa	Relator	Parecer	RESULTADO
PL 2005/2003	Ronaldo Vasconcellos	Modifica a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.	Deley	Parecer do relator pela aprovação.	Aprovado o parecer em 31/03/03.
PL 7414/2002	Jovair Arantes	Dispõe sobre o trabalho escolar de estudantes de nível superior que participem periodicamente de competições desportivas ou exerçam atividades artísticas itinerantes.	Ronaldo Vasconcellos	Parecer do relator pela aprovação	Aprovado o parecer com complementação de voto em 26/05/04.
PL 1616/2003	Ronaldo Vasconcellos	Dispõe sobre condições a serem observadas na implantação de infra-estrutura turística por micro e pequenas empresas financiadas por recursos públicos federais.	Cleuber Carneiro	Parecer do relator pela aprovação.	Aprovado o parecer em 16/06/04.
PL 1633/2003	Joaquim Francisco	Modifica o prazo de financiamento pelo Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR para a construção de hotéis de turismo.	Marcelo Guimarães Filho	Parecer do relator pela aprovação.	Aprovado o parecer em 16/06/04.
PL 2706/2003	Bernardo Ariston	Institui o Selo de Qualidade Nacional de Turismo, no âmbito do Território Nacional, e dá outras providências.	Enio Tatico	Parecer do relator pela aprovação deste com emendas.	Aprovado o parecer em 16/06/04.
PL 2492/2003	Carlos Alberto Rosado	Institui o título "Capital Brasileira da Cultura" e dá outras providências.	Hamilton Casara	Parecer do relator pela aprovação.	Aprovado o parecer em 25/08/04.
PL 3507/2004	Carlos Nader	Dispõe sobre a inclusão de quadras poliesportivas nos projetos de construção de escolas públicas e dá outras providências.	Cleuber Carneiro	Parecer com complementação de voto pela aprovação.	Aprovado o parecer com complementação de voto em 25/08/04.
PL 383/2003	Maurício Rabelo	Dispõe sobre o piso salarial de atleta de prática profissional da modalidade de futebol.	Eduardo Sciarra	Parecer com complementação de voto pela aprovação deste com emenda, e subemenda à emenda adotada pela CECD.	Aprovado o parecer com complementação de voto em 20/10/04.
PLP 154/2004	Reinaldo Betão	Torna obrigatória a sinalização turística nos Municípios onde se utiliza o turismo como atividade econômica.	Josué Bengtson	Parecer do relator pela aprovação.	Aprovado o parecer em 20/10/04.
PDC 1378/2004	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em 4 de dezembro de 2003, em Beirute.	Ronaldo Vasconcellos	Parecer do relator pela aprovação.	Aprovado o parecer em 17/11/04.
PL 1990/2003 Apensado: PL 1991/2003	Ronaldo Vasconcellos	Modifica a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.	Alex Canziani	Parecer do relator pela rejeição deste e pela aprovação do PL 1991/2003, apensado.	Aprovado o parecer em 31/03/04.
PL 2295/2003	Maurício Rands	Dispõe sobre o horário para realização de partidas de futebol profissional, oficiais e amistosas.	Júlio Lopes	Parecer pela rejeição.	Aprovado o parecer em 14/04/04.
PL 2142/2003	Coronel Alves	Dispõe sobre a criação do Programa Bolsa Esporte Olímpico do Estado e dá outras providências.	Mariângela Duarte	Parecer pela rejeição.	Aprovado o parecer em 16/06/04.
PL	Elimar	Dispõe sobre a obrigatoriedade de assinatura	Enio Tatico	Parecer pela	Aprovado o

3439/2004	Máximo Damasceno	de termo de responsabilidade e de contratação de seguro obrigatório para a prática de esportes de aventura ou radicais.		rejeição.	parecer em 20/10/04.
PL 1940/2003	Júlio Redecker	Dispõe sobre a prestação de serviço rodoviário interestadual de transporte coletivo de passageiros sob regime de fretamento turístico.	Alex Canziani	Parecer do relator pela rejeição.	Aprovado o parecer em 17/11/04.
PL 3589/2004	Roberto Pessoa	Acrescenta artigo à Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, dispondo sobre a paralisação de competições para correção de erros de arbitragem.	Deley	Parecer do relator pela rejeição.	Aprovado o parecer em 15/12/04.
PL 350/2003	Bismarck Maia	Acrescenta parágrafo único ao art. 14 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto.	Gilmar Machado	Parecer do relator pela rejeição.	Aprovado o parecer em 15/12/04.

5. Projetos aguardando parecer

PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR
PL 2264/99	Marinha Raupp	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências".	Deley
PL 3477/00	Ronaldo Vasconcellos	Especifica que os programas de incentivo ao turismo financiados, no todo ou em parte, por instituições financeiras oficiais deverão considerar normas e padrões de qualidade e de responsabilidade ambiental comprovados e reconhecidos.	César Medeiros
PL 7370/02	Luiz Antonio Fleury	Acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei 9.696, de 1º de setembro de 1998.	Josué Bengtson
PL 140/03 Apensados: PL 973/03 PL 2141/03 PL 3178/04 PL 3979/04	Bismarck Maia	Altera os artigos 3º e 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências".	Carlos Alberto Leréia
PL 1875/03	Bismarck Maia	Institui os Centros de Ensino Esportivo e dá outras providências.	João Tota
PL 1941/03	Júlio Redecker	Dispõe sobre o cadastramento obrigatório dos empreendimentos ou estabelecimentos que explorem serviços de hospedagem.	Ricarte de Freitas
PL 2187/03	Ronaldo Vasconcellos	Dispõe sobre o registro obrigatório das empresas organizadoras de eventos no órgão competente.	Bismarck Maia
PL 2964/04	Wladimir Costa	Dispõe sobre a criação do Vale Turismo, nas condições em que especifica.	Colbert Martins
PL 4491/04	Poder Executivo	Acresce parágrafos ao art. 10 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto, e dá outras providências".	Orlando Desconsi

6. Projetos aguardando designação do relator

PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA
PL 1276/03	Renato Cozzolino	Proíbe os órgãos públicos, as sociedades de economia mista, as autarquias e os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, de favorecer o desporto internacional com destinação de doações, promoções e patrocínios, e dá outras providências.

PL 1367/03	Bismarck Maia	Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.
PL 3359/04	Ronaldo Vasconcellos	Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.

7. Projetos aguardando vistas

PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
PL 3348/04	Augusto Nardes	Proíbe a celebração de contrato com outra entidade de prática desportiva que não aquela com a qual tiver celebrado seu primeiro contrato, antes dos vinte e cinco anos de idade.	Gilmar Machado	Parecer pela rejeição.	Vista ao Dep. Colbert Martins em 15/12/04.
PL 3980/04	Ivan Ranzolin	Institui o Programa Atleta Olímpico	Orlando Desconsi	Parecer pela rejeição.	Vista ao Dep. Colbert Martins em 15/12/04.
PL 4203/04	Ronaldo Vasconcellos	Altera o artigo 19 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 - Estatuto do Torcedor.	Marcelo Guimarães Filho	Parecer pela aprovação.	Vista ao Dep. Josué Bengtson em 15/12/04.

8. Requerimentos apresentados

PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RESULTADO
REQ 45/2004	Claudio Cajado	Requer a realização de uma conferência abordando o tema "I Conferência Nacional de Atividade Física e Desporto para a Saúde".	Prejudicado, nos termos do art. 163, VIII, c/c 164,II, do RICD, em 04/05/04.
REQ 46/2004	Júlio Lopes	Sejam convidadas as autoridades relacionadas para discutir a destinação de 2% da arrecadação das loterias da CEF ao COB e Comitê Paraolímpico Brasileiro.	Retirado pelo autor nos termos do art. 114, V do RICD, em 31/03/04.
REQ 47/2004	Ivan Ranzolin	Requer a realização de Audiência Pública com a presença do Ministro Agnelo Queiroz para prestar esclarecimentos sobre os projetos e ações do Ministério do Esporte para o ano de 2004."	Aprovado em 14/04/04.
REQ 48/2004	Ronaldo Vasconcellos	Requer seja convidado Governador de Minas Gerais - Aécio Neves, o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Robson Andrade, e o Secretário Estadual de Turismo Herculano Anghineti, para em Audiência Pública exporem e debaterem sobre a importância do Estado Real para o turismo do Estado de Minas Gerais.	Aprovado em 14/04/04.
REQ 49/2004	Alex Canziani	Propõe constituição de Subcomissão Especial para tratar de Linhas de Financiamento para o Setor de Turismo.	Aprovado em 31/03/04.
REQ 50/2004	Marcelo Guimarães Filho	Solicita sejam convidados os Srs. Tasso Gadzanis, Presidente da ABAV/CN - Associação Brasileira das Agências de Viagens, Goiaci Alves Guimarães, Presidente do FAVECC - Fórum das Agências de Viagens Especializadas em Contas Comerciais, Michel Tuma Ness, Presidente da FENACTUR - Federação Nacional do Turismo, Wagner Ferreira, Vice-Presidente da TAM - Transportes Aéreos Marília, Tarcisio Gargioni, Vice-Presidente da GOL Transportes Aéreos, Marcelo Bottini, Diretor Comercial da VARIG - Viação Aérea Rio Grandense e Rodolfo Canhedo, Diretor Comercial da VASP - Viação Aérea São Paulo, a fim de prestarem informações sobre as relações comerciais havida entre as companhias aéreas e agências de viagens, especialmente envolvendo a prestação de serviços a órgãos da administração pública.	Aprovado em 31/03/04.
REQ 51/2004	Ronaldo Vasconcellos	Requer seja convidado o Presidente da Caixa Econômica Federal - CEF - Sr. Jorge Eduardo Levi Mattoso - para expor e debater em Audiência Pública sobre planos de financiamentos bancários no setor de Turismo.	Aprovado em 14/04/04.

REQ 52/2004	Ronaldo Vasconcellos	Requer seja convidado o Presidente do Banco do Brasil - Sr. Cássio Casseb Lima - para expor e debater em Audiência Pública sobre planos de financiamentos bancários no setor de Turismo.	Aprovado em 31/03/04.
REQ 53/2004	Ronaldo Vasconcellos	Requer a suspensão ao Ministério da Educação por seis meses, ou prazo que se faça necessário, de abertura de novos cursos de graduação na área de Turismo.	Aprovado , com a solicitação do Deputado Colbert Martins de que seja ouvido em audiência
REQ 54/2004	Ronaldo Vasconcellos	Requer seja convidado o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - Sr. Carlos Lessa - para expor e debater em Audiência Pública sobre planos de financiamentos bancários no setor de Turismo.	Aprovado em 31/03/04.
REQ 55/2004	Ronaldo Vasconcellos	Requer seja convidado o Presidente do Banco do Nordeste - Sr. Roberto Smith - para expor e debater em Audiência Pública sobre planos de financiamentos bancários no setor de Turismo.	Aprovado em 31/03/04.
REQ 56/2004	Ronaldo Vasconcellos	Requer seja convidado o Presidente do Banco Basa - Banco da Amazônia - Sr. Mâncio Lima Cordeiro - para expor e debater em Audiência Pública sobre planos de financiamentos bancários no setor de Turismo.	Aprovado em 31/03/04.
REQ 57/2004	Ricarte de Freitas	Requer a realização de audiência pública para debater a situação dos passaportes brasileiros.	Aprovado em 31/03/04.
REQ 58/2004	José Rocha	Convida o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro para prestar esclarecimentos acerca da matéria veiculada na Folha de São Paulo, Caderno de Esporte, do dia 17/03/2004.	Aprovado em 31/03/04.
REQ 59/2004	Alex Canziani	Requer a indicação de membros da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados para integrar viagem em Missão Oficial.	Aprovado em 31/03/04.
REQ 60/2004	Marcelo Guimarães Filho	Requer a realização de uma Conferência Abordando o Tema "I Conferência Nacional de Atividade Física e Desporto para Saúde", em conjunto com a "Semana Fitness" da Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física -FPDAF.	Aprovado em 28/04/04.
REQ 61/2004	Ronaldo Vasconcellos	Propõe Constituição de Subcomissão Especial para acompanhar os trabalhos da Comissão Especial encarregada de analisar e proferir parecer sobre o Projeto de Lei 4.874/2001 (Estatuto do Desporto).	Aprovado em 14/04/04.
REQ 62/2004	Hamilton Casara	Propõe a indicação de Membro da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados para integrar em caráter oficial a "Expedição nos Vales do Guaporé, Mamoré e Madeira no Estado de Rondônia", com o objetivo de fortalecimento da atividade de turismo.	Aprovado em 28/04/04.
REQ 63/2004	João Mendes de Jesus	Requer que seja convidado, para a realização de audiência pública, o senhor Luiz Fernando Furlan, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a fim de prestar informações sobre a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior divulgada pelo Governo Federal, no dia 31 de março deste ano.	Aprovado, com a substituição do Senhor Luiz Fernando Furlan pelo Senhor Alessandro Teixeira, diretor da Apex-Brasil, em 16/06/04.
REQ 64/2004	João Mendes de Jesus	Requer que seja convidado, para a realização de audiência pública, o Presidente da Confederação Nacional do Transporte - CNT, Senhor Clésio Andrade, a fim de prestar informações sobre as condições em que se encontram as estradas brasileiras para o transporte de turistas	Aprovado, com a inclusão do nome de um diretor técnico do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de
REQ 65/2004	João Mendes de Jesus	Requer que seja convidado, para a realização de audiência pública, o Ministro dos Transportes, Senhor Alfredo Pereira Nascimento, a fim de prestar informações sobre o estado de conservação e os novos investimentos que serão aplicados nas estradas brasileiras.	Prejudicado, nos termos do art. 163, VIII, c/c 164,II.

REQ 66/2004	Gilmar Machado	Requer a realização de audiência pública com a presença do Sr. Lino Castellani Filho, Secretário Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte para debater os programas e ações desenvolvidos por esta Secretaria no âmbito do Ministério do Esporte.	Aprovado em 26/5/04.
REQ 67/2004	Mariângela Duarte	Requer sejam convidados a comparecer à Comissão de Turismo e Desporto, em audiênica pública, o Sr. Ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia; representantes da Infraero; do DAC - Departamento de Aviação Civil; e de Cias. aéreas que operam comercialmenrte no País, para discutir sobre o preco das tarifas aéreas.	Aprovado, com a substituição do Ministro do Turismo por um representante do Ministério do
REQ 68/2004	Deley	Requer a realização de Audiência Pública com a presença do Presidente da Confederação Brasileira de Voleibol, Ary da Silva Graça Filho, para expor a situação do Voleibol Brasileiro.	Aprovado, com a inclusão do nome do treinador da Seleção masculina de
REQ 69/2004	Mariângela Duarte	Requer seja convidada a comparecer à Comissão de Turismo e Desporto, em audiência pública, a Sra. Zezé Motta, atriz e apresentadora da série "A Arte da Gastronomia pelo Brasil", do Canal Brasil de Televisão, para expor sobre Gastronomia e Incentivo ao Turismo.	Aprovado, com a inclusão do nome do Senhor Northon Lenhart, Presidente da Câmara de Comércio de Desenvolvimento do Turismo, e um representante da Abrasel, em 25/8/04.
REQ 70/2004	José Militão	Requer a realização de uma solenidade em comemoração ao Dia Mundial do Turismo.	Aprovado em 25/8/04.
REQ 71/2004	Colbert Martins	Requer que seja convidado o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Sr. Carlos Arthur Nuzman, para debater sobre o desempenho do Brasil nas Olimpíadas de Athenas 2004.	Aprovado, com a inclusão do nome do Sr. Vital Severino Neto, Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, em 20/10/04.
REQ 72/2004	Ronaldo Vasconcellos	Solicita a realização de Audiência Pública com o Secretário Municipal de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Rubem Medina, e com o Sr. Secretário de Segurança Pública, - Antony Garotinho.	Aprovado em 10/11/04.
REQ 73/2004	Ronaldo Vasconcellos	Solicita a realização de Audiência Pública para debater sobre provável mudança no embarque e desembarque dos aeroportos que atendem a Belo Horizonte – MG.	Aprovado em 10/11/04.
REQ 74/2004	Reinaldo Betão	Requer que seja realizada audiência pública na Comissão de Turismo para debater politca de Sinalização Turística.	Aprovado em 17/11/04.
REQ 75/2004[1]	Mariângela Duarte	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo a adoção do ano de 2005 como o "Ano Nacional da Educação Física e do Esporte."	Aprovado em 10/11/04.
REQ 76/2004	Alex Canziani	Propõe a indicação de membro da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados para integrar, em caráter oficial, a missão oficial que participará do "16º Festival de Turismo de Gramado".	Aprovado em 10/11/04.
REQ 77/2004	Alex Canziani	Propõe convidar a prestar esclarecimentos na Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, a Presidente da CBG Confederação Brasileira de Ginástica, a respeito dos interesse da ginástica brasileira.	Aprovado em 10/11/04.
REQ 78/2004	Josué Bengtson	Solicita a realização de audiência pública para subsidiar o parecer ao Projeto de Lei 7.370, de 2003, que "acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei 9.696, de 1º de setembro de 1998", excepcionando da	Aprovado em 17/11/04.

1 Transformado na Indicação nº 4.193/2004

		fiscalização dos conselhos de educação física os profissionais de danças, artes marciais e yoga, seus instrutores, professores e academias.	

9. Demonstrativos Numéricos das Atividades

9.1. Reuniões

Reuniões

Reuniões	**Quantidade**
Reunião de Eleição Ordinária	**1**
Reunião Deliberativa Ordinária	**11**
Reunião de Audiência Pública	**6**
Reunião Deliberativa Extraordinária	**2**
Outros Eventos	**4**
Total	**24**

9.2. Projetos

Projetos

Projetos	**Quantidade**
Pendentes do ano anterior	16
Projetos recebidos em 2004	20
Total	**36**
Projetos aprovados	10
Projetos rejeitados	07
Aguardando parecer	09
Aguardando designação	07
Aguardando apreciação	03

9.3. Requerimentos

Requerimentos

Requerimentos	**Quantidade**
Aprovados	31
Rejeitados	00
Prejudicados	03
Total	**34**

10. Audiências Públicas

10.1. Audiência Pública realizada em 28 de abril de 2004

Tema

Obtenção de esclarecimentos sobre a participação do Brasil nas Olimpíadas de Atenas e sobre o andamento dos preparativos para a realização dos Jogos Pan-Americanos Rio-2007.

Convidados

Carlos Arthur Nuzman – Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro; (COB)

Vital Severino Neto – Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro;

Além dos expositores, também compuseram a Mesa os senhores:

Bernard Razman – Secretário Estadual dos Jogos Pan-Americanos de 2007;

André Arantes – Secretário Nacional de Esportes de Alto Rendimento, do Ministério do Esporte;

Claudio Versiani – Secretário para a Candidatura do Rio 2012;

Lars Grael – Secretário de Esportes do Estado de São Paulo e Presidente do Fórum Nacional de Secretarias Estaduais de Esportes.

Nesta Audiência Pública, solicitada pelos Deputados João Mendes de Jesus e José Rocha, os presidentes dos Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros tiveram a oportunidade de discorrer sobre os desafios e oportunidades gerados com a organização de jogos esportivos de grande porte no País. Os Jogos Pan-Americanos e Para-Panamericanos Rio 2007, já em estágio avançado de organização, aumentam a possibilidade da candidatura da cidade para sediar as Olimpíadas de 2012 e produzem um impacto benéfico na sociedade e na economia carioca e brasileira. Foram expostos vários detalhes sobre o orçamento envolvido na organização tanto dos Jogos Pan e Para-Panamericanos como da estrutura e recursos necessários para a organização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2012, deixando claro que é necessário o empenho em conjunto de todos os segmentos interessados, para que, nessa iniciativa suprapartidária e das diversas esferas do governo, toda a sociedade seja beneficiada.

10.2. Audiência Pública realizada em 5 de maio de 2004

Tema

Debate sobre assuntos relacionados à situação dos passaportes brasileiros, às taxas de embarque, ao eco-turismo rural, ao financiamento para o setor, bem como os relacionados aos projetos da Estrada Real – MG.

Convidado

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo – Walfrido dos Mares Guia.

Durante esta Audiência Pública, resultante da apresentação dos Requerimentos nº 3, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, nº 32, do Deputado Reinaldo Betão, nº 37, do Deputado Mauro Passos, e nº 57, do Deputado Ricarte de Freitas, o Excelentíssimo Senhor Walfrido dos Mares Guia, Ministro de Estado do Turismo, teve a oportunidade de expor as ações do Ministério do Turismo nessa primeira parte do governo, a importância do turismo na economia mundial e o impacto na economia brasileira. O Ministro aproveitou a oportunidade para anunciar o lançamento do Plano de Regionalização do Turismo no Brasil, que visa ampliar, estruturar e qualificar o turismo nacional e ressaltar os seguintes pontos: a entrada de 879 milhões de dólares trazidos por turistas estrangeiros, via Banco Central, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2004, gerando no turismo um superávit de 292 milhões de dólares – valor bem superior aos alcançados nos anos de 1999 a 2003; o incremento de desembarque de turistas estrangeiros graças à profissionalização na atração de turistas para o Brasil e a implantação de estrutura internacional em diversos aeroportos do País; o apoio da Câmara dos Deputados ao não cortar o orçamento do Ministério do Turismo para 2004 e a importância do acesso das empresas ao financiamento.

10.3. Audiência Pública realizada em 17 de junho de 2004

Tema

Debate sobre os programas e ações desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer no âmbito do Ministério do Esporte

Convidados

Lino Castellani Filho – Secretário Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte.

Nesta audiência pública, solicitada por meio de requerimento apresentado pelo Deputado Gilmar Machado, o Sr. Lino Castellani Filho discorreu sobre a democratização do acesso ao esporte e o esporte de lazer como instrumento de construção da cidadania e da inclusão social. Também destacou o papel de sua secretaria e do Ministério do Esporte na atual conjuntura, apresentando avanços concretos na instituição da atividade esportiva e do lazer como instrumentos do desenvolvimento social.

10.4. Audiência Pública realizada em 7 de julho de 2004.

Tema

Audiência Pública para debater os planos de financiamentos bancários no setor de Turismo.

Convidados

Sr. Carlos Henrique Almeida Custódio, Diretor de Crédito da Caixa Econômica Federal;

Sr. João Rabelo Pinto Júnior, Gerente Executivo da Diretoria de Governo do Banco do Brasil;

Sr. Fábio Stefano Erber, Diretor da Área Industrial, do BNDES;

Srª. Helena Roraima Iracema Cavalcante Leite, Gerente de Ambiente de Representação e Assessoria Político Instituconal do Gabinete da Presidência do Banco do Nordeste;

Sr. Oduval Lobato Neto, Gerente de Estudos Econômicos do Banco da Amazônia.

Os expositores tiveram a oportunidade de mostrar à Comissão de Turismo e Desporto e à sociedade a política de financiamento no setor de turismo e os instrumentos e programas de que os bancos convidados dispunham para fazer chegar o crédito ao tomador final. A Audiência foi fruto dos Requerimentos nºs 51, 52, 54, 55 e 56, apresentados pelo Deputado Ronaldo Vasconcellos.

10.5. Audiência Pública realizada em 10 de novembro de 2004

Tema

Audiência Pública para debater sobre as Emendas ao Orçamento 2005 na área do desporto.

Convidado

Senhor Agnelo Santos Queiroz Filho, Ministro de Estado do Esporte.

Nesta audiência pública, o Senhor Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, afirmou que o objetivo do ministério, ao sugerir as três Emendas ao Orçamento de 2005, é atender aos programas de inclusão social.

Ele destacou a importância do esporte na vida nacional e que, apesar de ainda estar concentrando esforços no alto rendimento, reconhece que se deve ampliar a participação no esporte educacional e no esporte de participação.

A primeira emenda sugerida iria ampliar o Programa Segundo Tempo que já atende a oitocentos mil alunos do ensino fundamental em 774 municípios, abrangendo práticas esportivas, alimentação e reforço escolar. A segunda emenda atenderia ao Bolsa-Atleta, beneficiando 2.644 atletas, e a terceira emenda seria para o Esporte e Lazer da Cidade, voltado para a recreação das comunidades carentes, em especial no interior do nosso País.

10.6. Audiência Pública realizada em 1º de dezembro de 2004,

Tema

Audiência Pública para debater sobre os interesses da Ginástica Brasileira.

Convidados

Senhora Vicélia Angela Florenzano, Presidente da Confederação Brasileira de Ginástica

Senhor Sérgio Bastos, Ex-Presidente da Confederação Brasileira de Trampolim

Senhora Clarisse Morales, Presidente da Federação Paulista de Ginástica

Senhora Bárbara Lafranchi, Técnica de Ginástica Olímpica

Senhorita Dayane Camilo da Silva, Ginasta

Senhora Luiza Parente, Ex-Ginasta

Senhora Georgette Vidor, Técnica de Ginástica Olímpica e Deputada Estadual-RJ

Durante essa Audiência Pública, solicitada por meio do Requerimento nº 77/2004, do Deputado Alex Canziani, foram debatidos os critérios para alocação dos recursos geridos pela Confederação Brasileira de Ginástica e sua política de investimento.

11. Outros Eventos

11.1. Semana Fitness

Com a proposta de demonstrar ao Parlamento a importância da atividade física para a saúde e qualidade de vida, quando ministrada por profissionais devidamente habilitados, foi realizada, entre os dias 17 e 21 de maio de 2004, a I Conferência Nacional de Atividade Física para Saúde.

Foram convidados nutricionistas, médicos, fisioterapeutas além, é claro, de profissionais da Educação Física para ministrarem as palestras, que trataram do impacto do setor no mercado de trabalho, do profissional e sua formação, da Educação Física interagindo com a saúde e a cultura, além de abordarem também a Educação Física escolar e a estrutura do Sistema Confef/Cref.

Paralelamente, foi montada uma academia demonstrativa que disponibilizou concorridas avaliações físicas para os funcionários, parlamentares e visitantes.

Foram oferecidas também miniaulas gratuitas e apresentações das modalidades de ginástica localizada, método Pilates de ginástica, musculação, ergometria, lutas desportivas, *body pump*, *jump fit* e demonstrações de escolinhas de voleibol.

11.2. VI Congresso Brasileiro da Atividade Turística – CBRATUR

A Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, juntamente com a Subcomissão de Turismo do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Turismo e o Sistema CNC-Sesc-Senac, promoveu no dia 24 de novembro o VI CBRATUR – Congresso Brasileiro de Atividade Turística, quando foi debatido o Anteprojeto da Lei Geral do Turismo. Várias autoridades, gestores de políticas públicas e representantes do setor puderam participar não só no auditório do Interlegis, como também nas Assembléias Legislativas, por meio de videoconferência. O debate com os parlamentares visou ainda chamar a atenção da sociedade para a importância social e econômica do desenvolvimento do turismo no Brasil.

O Ministério do Turismo pretende apresentar o projeto da Lei Geral do Turismo até fevereiro de 2005, para que o País defina, o mais brevemente possível, uma política para o setor. Assim, espera-se que haja um ordenamento maior da concorrência interna e a promoção do turismo brasileiro no exterior.

11.3. Sessão solene em comemoração ao Dia Mundial do Turismo

O dia 27 de setembro, eleito Dia Mundial do Turismo pela Organização Mundial do Turismo – OMT, órgão vinculado à Organização das Nações Unidas – ONU, foi comemorado na Câmara dos Deputados em Sessão Solene.

Representando o Presidente da República, o Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, anunciou números recordes do turismo brasileiro. Números que refletem a importância que a atividade turística vem ganhando graças à sua relevância econômica, capacidade de geração de empregos e de alavancar o desenvolvimento do País. Essa percepção da importância do turismo para a economia foi elogiada pelo Deputado Reinaldo Betão, autor do requerimento para a realização da Sessão Solene.

A Organização para o Desenvolvimento do Turismo – Ongtur, entidade criada para promover meios legais e políticos para o desenvolvimento do turismo no país, foi parceira na organização desta Sessão Solente, que também teve o apoio da Confederação Nacional do Comércio – CNC, e de várias faculdades de Turismo do Distrito Federal.

12. Emendas à lei orçamentária anual de 2005

O Orçamento é uma lei de iniciativa do Poder Executivo. Por meio das emendas, os parlamentares e as comissões temáticas do Congresso Nacional procuram aperfeiçoar a proposta encaminhada pelo Executivo.

A Comissão de Turismo e Desporto ao usar desta prerrogativa votou em cinco das sete sugestões recebidas, algumas vindas, inclusive, dos próprios ministérios interessados.

Na área de turismo foram selecionadas as emendas que apóiam projetos de infra-estrutura turística; promoção de eventos para a divulgação do turismo no mercado nacional e internacional e participação da União em projetos de infra-estrutura no âmbito do Prodetur.

Na área do desporto foram aprovadas as emendas que incentivam o funcionamento dos núcleos de esporte educacional e os projetos de esporte de base, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Emendas da Comissão ao Orçamento de 2005			
Unidade Orçamentária	Subtítulo	Valor (R$)	
		Solicitado	Incluído no Orçamento
Ministério do Turismo	Promoção de Eventos para divulgação do Turismo no Mercado Nacional e Internacional	50.000.000	11.790.000
Ministério do Turismo	Apoio a Projetos de infra-estrutura Turística	150.000.000	31.284.000
Ministério do Turismo	Apoio a Projetos de infra-estrutura Turística no âmbito do PRODETUR	150.000.000	78.000.000
Ministério do Esporte	Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional	93.874.271	34.236.000
Ministério do Esporte	Fomento a Projetos de Esporte de Base	200.000.000	29.448.000
Total		443.874.471	184.758.000

OF I Nº 6/2005

Brasília, 15 de março de 2005

Exmº Sr.
Severino Cavalcanti
DD Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados,

Em razão da retomada das atividades da Frente Parlamentar de Acompanhamento da Dívida Pública, do Sistema Financeiro e da Política de Juros, encaminho a ata da reunião de reabertura dos trabalhos, bem como o regimento interno aprovado.

Reitero meus protestos de estima e consideração. – **Drª Clair da Flora Martins,** Deputada Federal PT/PR.

Ata da Primeira Reunião de 2005 da Frente Parlamentar e Social de Acompanhamento da Dívida Pública, do Sistema Financeiro e da Política de Juros

Em dois de março de dois mil e cinco, reuniram-se na Sala da Presidência da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, às 16h30, os membros da Frente Parlamentar e Social de Acompanhamento da Dívida Pública, do Sistema Financeiro e da Política de Juros, tendo como pauta:

a) a reinstalação dos trabalhos da Frente;

b) a aprovação do regimento da Frente;

c) a eleição dos coordenadores da Frente;

d) o cronograma de atividades da Frente para o ano de 2005.

Abertos os trabalhos, a Frente foi considerada reinstalada e seu regimento aprovado, nos termos do anexo.

Como coordenadores foram eleitos os seguintes parlamentares: Deputada Drª Clair; Deputado Sérgio Miranda; Deputado Mauro Passos; Deputado Paulo Rubem; Deputado Nazareno Fonteles; Deputado Tarcísio Zimmermann.

As atividades a serem desenvolvidas seriam:

a) uma mobilização com a participação de entidades no dia da reunião do Copom;

b) um debate sobre a moratória na Argentina com a participação de membros do governo que participaram desse ato.

Foi encerrada a reunião, estando pré agendada a próxima para o dia 8-3-2005.

REGIMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR E SOCIAL DE ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA, DO SISTEMA FINANCEIRO E DA POLÍTICA DE JUROS

CAPÍTULO I

Da Denominação, Natureza, Duração, Sede e Finalidade

Art 1º A Frente Parlamentar e Social de Acompanhamento da Dívida Pública, do Sistema Financeiro e da Política de Juros é uma associação, de natureza política suprapartidária, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, de duração indeterminada.

Art 2º São finalidades da Frente Parlamentar e Social de Acompanhamento da Dívida Pública, do Sistema Financeiro e da Política de Juros:

I – estimular o amplo debate com os diversos setores da sociedade civil organizada, com os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal interessados na proposição de políticas que visem à avaliação, estudo, discussão e proposição de alter-

nativas possíveis para o perfil da Dívida Pública sua relação com o Produto Interno Bruto – PIB;

II – apoiar programas, projetos e ações governamentais e não-governamentais que visem à discussão de aspectos da dívida, taxas de juros, acordos internacionais, renegociação, auditoria, moratória, dependência externa de recursos e os impactos sociais e econômicos sobre o desenvolvimento nacional e da soberania do País;

III – discutir a experiência nacional e internacional de renegociação da dívida pública, avaliando seus desempenhos e propondo estratégias para a geração de alternativas e o enfrentamento dos problemas relacionados ao tema;

IV – consolidar, atualizar, rever e adequar todas as normas legais pertinentes, de forma dinâmica e contínua, propondo alternativas e procedimentos, de modo a manter as perspectivas sociais da divida pública em consonância com as propostas desta Frente e as necessidades do País;

V – acompanhar, fiscalizar, alertar sobre as ações e políticas governamentais que configurem práticas nocivas e prejudiciais a qualquer dado, fato ou circunstância que possa comprometer os objetivos anteriores estabelecidos pela Frente, de modo a minimizar seus efeitos e corrigir rumos, atuando em defesa da soberania nacional e do interesse social;

VI – promover seminários, encontros, conferências, manifestos, cartilhas sobre o tema, com o objetivo de oferecer subsídios e ou questionamentos às políticas governamentais de tratamento da dívida pública, em consonância com os objetivos da Frente e ao crescimento econômico do País, a distribuição de renda, a soberania nacional e ao bem-estar da população;

VII – definir posições acerca dos objetivos, assim como dar publicidade destas e de seus atos.

CAPÍTULO II
Da organização

Art 3º Integram a Frente Parlamentar e Social da Dívida Pública:

I – os deputados e senadores da República que subscreverem o termo de adesão;

II – as entidades da sociedade civil organizada e cidadãos que subscreveram o termo de adesão.

Art. 4º A Frente Parlamentar e Social de Acompanhamento da Dívida Pública – FPSADP tem a seguinte estrutura:

I – A Comissão Diretora Executiva composta por até cinco (5) membros Coordenadores, que se revezarão na presidência da Frente e serão escolhidos pelo conselho.

II – O Conselho Político será formado pelos deputados, senadores, entidades civis e cidadãos que subscreverem a Frente.

CAPÍTULO III
Da Competência

Art 5º À Comissão Diretoria Executiva compete:

I – estabelecer, dirigir, supervisionar, propor e executar os trabalhos e as diretrizes de responsabilidade da Frente Parlamentar e Social de Acompanhamento da Dívida Pública, do Sistema Financeiro e da Política de Juros;

II – elaborar pareceres, notas, manifestos, proposições legislativas e outras propostas de interesse da Frente;

III – planejar e coordenar os eventos;

IV – criar Comissões temáticas e técnicas e órgãos auxiliares para execução dos objetivos da Frente;

V – manter atualizados os cadastros dos parlamentares e membros da Frente;

VI – incrementar a integração e ações entre Estados e Nações para fortalecer e ampliar os objetivos da Frente.

Art 6º Ao Presidente incumbe:

I – representar legal e socialmente a Frente;

II – delegar atribuições, especificando a autoridade delegada e os limites da delegação;

III – convocar e presidir as reuniões de Comissão Diretora e do conselho político;

IV – dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Frente em consonância com a Diretoria Executiva e os objetivos da Frente.

Art 7º Ao Conselho Político cabe traçar as diretrizes da FPSADP.

CAPÍTULO IV
Das Disposições Gerais

Art. 8º As dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação do presente regimento serão dirimidos pelo Presidente da Frente Parlamentar e Social de Acompanhamento da Dívida Pública, do Sistema Financeiro e da Política de Juros e submetidos à aprovação do Conselho político.

Art. 9º A Frente Parlamentar e Social de Acompanhamento da Divida Pública, do Sistema Financeiro e da Política de Juros poderá ser extinta por deliberação do Conselho.

Art. 10. O ato de filiação à FPSADP é feito por livre adesão, mediante assinatura do termo próprio, respeitadas as normas deste regimento.

Parágrafo único. A desfiliação dar-se-á por solicitação expressa do interessado à Diretoria.

CAPÍTULO V
Das Disposições Transitórias

Art. 11. A primeira Comissão Diretora da FPSADP será designada pelos parlamentares pertencentes ao núcleo de formação da entidade.

Brasília, 2005. – **Dr. Clair Flora Martins**, Deputada Federal.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Carta PR nº 12/2005

Brasília, 17 de janeiro de 2005

Exmº Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Conforme contato telefônico, solicitamos a valiosa intermediação de Vossa Excelência, no sentido de agendar audiências com os ministros da Casa Civil e da Fazenda, conforme solicitações anexas.

Conforme me comprometi, envio-lhe cópia de notícias veiculadas na imprensa e em nosso boletim sobre a matéria.

Desde já agradecemos a valorosa atenção de Vossa Excelência.

Saudações Sindicais, – **Maria Lúcia Fattorelli Carneiro**, Presidente.

Brasília, 11 de janeiro de 2005

Exmº Senhor
Dr. José Dirceu
Ministro-Chefe da Casa Civil
Brasília – DF

Senhor Ministro,

Pela presente, as entidades representativas das categorias dos auditores-fiscais da Receita Federal e dos auditores-fiscais da Previdência Social solicitam, conjuntamente, o agendamento de audiência com Vossa Excelência, em caráter de urgência, a fim de tratarmos de assunto recentemente veiculado pela imprensa, referente ao projeto de fusão dos órgãos arrecadadores da Receita Federal e da Previdência Social.

Certos do atendimento ao pleito, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente, – **Marcelo Oliveira**, Presidente da Anfip, – **Lupércio Machado Montenegro**, Presidente da Fenafisp – **Maria Lucia Fattorelli Carneiro**, Presidente do Unafisco Sindical.

Carta PR. nº 3/2005

Brasília, 5 de janeiro de 2005

Exmº Senhor
Dr. José Dirceu
Ministro-Chefe da Casa Civil
Brasília – DF

Senhor Ministro,

Reiteramos, pela presente, o pedido de audiência formulado em 17 de dezembro de 2004, com Vossa Excelência, em caráter de urgência, a fim de tratarmos de assunto recentemente veiculado pela imprensa, referente ao projeto de fusão dos órgãos arrecadadores da Receita Federal e da Previdência Social.

Certos do atendimento ao pleito, agradecemos antecipadamente.

Saudações Sindicais, – **Maria Lucia Fattorelli Carneiro**, Presidente.

Carta PR. nº 410/2004

Brasília, 17 de dezembro de 2004

Exmº Senhor
Dr. José Dirceu
D.D. Ministro-Chefe da Casa Civil
Brasília – DF

Senhor Ministro,

Solicitamos, pela presente, seja agendada audiência com Vossa Excelência, em caráter de urgência, a fim de tratarmos de assunto recentemente veiculado pela imprensa, referente a projeto de fusão dos órgãos arrecadadores da Receita Federal e da Previdência Social.

Certos do atendimento, agradecemos antecipadamente.

Saudações sindicais, – **Maria Lucia Fattorelli Carneiro**, Presidente.

Brasília, 11 de janeiro de 2005

Exmº Sr.
Dr. Antônio Palocci Filho
Ministro da Fazenda
Brasília – DF

Senhor Ministro,

Pela presente, as entidades representativas das categorias dos auditores-fiscais da Receita Federal e dos auditores-fiscais da Previdência Social solicitam, conjuntamente, o agendamento de audiência com Vossa Excelência, em caráter de urgência, a fim de tratarmos de assunto recentemente veiculado pela imprensa, referente ao projeto de fusão dos órgãos arrecadadores da Receita Federal e da Previdência Social.

Certos do atendimento ao pleito, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente, – **Marcelo Oliveira**, Presidente da Anfip, – **Lupércio Machado Montenegro**, Presidente da Fenafisp, – **Maria Lucia Fattorelli Carneiro**, Presidente do Unafisco Sindical.

Carta PR. nº 4/2005

Brasília, 5 de janeiro de 2005

Senhor Ministro,

Reiteramos, pela presente, o pedido de audiência formulado em dezembro de 2004, com Vossa Excelência, em caráter de urgência, a fim de tratarmos de assunto recentemente veiculado pela imprensa, referente ao projeto de fusão dos órgãos arrecadadores da Receita Federal e da Previdência Social.

Certos do atendimento ao pleito, agradecemos antecipadamente.

Saudações Sindicais, – **Maria Lucia Fattoreli Carneiro**, Presidente.

Carta PR. nº 409/2004

Brasília, 17 de dezembro de 2004

Exmº Sr.
Dr. Antônio Palocci Filho
DD. Ministro da Fazenda
Brasília – DF

Senhor Ministro,

Solicitamos, pela presente, seja agendada audiência com Vossa Excelência, em caráter de urgência, a fim de tratarmos de assunto recentemente veiculado pela imprensa, referente a projeto de fusão dos órgãos arrecadadores da Receita Federal e da Previdência Social.

Certos do atendimento, agradecemos antecipadamente.

Saudações sindicais, – **Maria Lucia Fattorelli Carneiro**, Presidente.

Brasília, 11 de janeiro de 2005

Exmº Sr.
Dr. Amir Lando
Ministro da Previdência e Assistência Social
Brasília – DF

Senhor Ministro,

Pela presente, as entidades representativas das categorias dos auditores-fiscais da Receita Federal e dos auditores-fiscais da Previdência Social solicitam, conjuntamente, o agendamento de audiência com Vossa Excelência, em caráter de urgência, a fim de tratarmos de assunto recentemente veiculado pela imprensa, referente ao projeto de fusão dos órgãos arrecadadores da Receita Federal e da Previdência Social.

Certos do atendimento ao pleito, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente, – **Marcelo Oliveira**, Presidente da Anfip – **Lupércio Machado Montenegro**, Presidente da Fenafisp – **Maria Lucia Fattorelli Carneiro**, Presidente do Unafisco Sindical.

Carta PR. nº 2/2005

Brasília, 5 de janeiro de 2005

Exmº Sr.
Dr. Amir Lando
Ministra da Previdência e Assistência Social
Brasília – DF

Senhor Ministro,

Reiteramos, pela presente, o pedido de audiência formulado em 17 de dezembro de 2004, com Vossa Excelência, em caráter de urgência, a fim de tratarmos de assunto recentemente veiculado pela imprensa, referente ao projeto de fusão dos órgãos arrecadadores da Receita Federal e da Previdência Social.

Certos do atendimento ao pleito, agradecemos antecipadamente.

Saudações Sindicais, – **Maria Lucia Fattorelli Carneiro**, Presidente.

Carta PR. nº 411/2004

Brasília, 17 de dezembro de 2004

Exmo. Sr.
Dr. Amir Lando
D.D Ministro da Previdência
Brasília – DF

Senhor Ministro,

Solicitamos, pela presente, seja agendada audiência com Vossa Excelência, em caráter de urgência, a fim de tratarmos de assunto recentemente veiculado pela imprensa, referente a projeto de fusão dos órgãos arrecadadores da Receita Federal e da Previdência Social.

Certos do atendimento, agradecemos antecipadamente.

Saudações sindicais, – **Maria Lucia Fattorelli Carneiro**, Presidente.

Brasília, 11 de janeiro de 2005

Ilmo. Sr.
Jorge Antônio Deher Rachid
Secretário da Receita Federal
Brasília – DF

Senhor Secretário,

Pela presente, as entidades representativas das categorias dos auditores-fiscais da Receita Federal e dos auditores-fiscais da Previdência Social solicitam, conjuntamente, o agendamento de audiência com Vossa Senhoria, em caráter de urgência, a fim de tratarmos

de assunto recentemente veiculado pela imprensa, referente ao projeto de fusão dos árgãos arrecadadores da Receita Federal e da Previdência Social.

Certos do atendimento ao pleito, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente, – **Marcelo Oliveira**, Presidente da Anfip – **Lupércio Machado Montenegro**, Presidente da Fenafisp – **Maria Lúcia Fattorelli Carneiro**, Presidente do Unafisco Sindical.

Carta PR. nº 1/2005

Brasília, 5 de janeiro de 2005

Ilmo. Sr.
Jorge Antônio Deher Rachid
Secretário da Receita Federal
Brasília – DF

Senhor Secretário,

Reiteramos, pela presente, os pedidos de audiência formulados respectivamente em 16 e 17 de dezembro de 2004, com Vossa Senhoria, em caráter de urgência, a fim de tratarmos de assunto recentemente veiculado pela imprensa, referente ao projeto de fusão dos órgãos arrecadadores da Receita Federal e da Previdência Social.

Certos do atendimento ao pleito, agradecemos antecipadamente.

Saudações Sindicais, – **Maria Lúcia Fattorelli Carneiro**, Presidente.

Carta PR. nº 408/2004

Brasília, 16 de dezembro de 2004

Ilmo. Sr.
Jorge Antônio Deher Rachid
DD. Secretário da Receita Federal

Pela presente, solicitamos agendamento de audiência com Vossa Senhoria, com a possível urgência, para tratarmos da notícia veiculada hoje pela imprensa (cópia anexa) sobre a criação de um novo órgão de arrecadação, na forma de autarquia.

Certos do atendimento, agradecemos antecipadamente.

Saudações Sindicais, – **Maria Lucia Fattorelli Carneiro**, Presidente.

Tributação

Lula quer centralizar impostos numa "Super-Receita"

Quinta, 16 de Dezembro de 2004, 13h32

Fonte: Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao ministro Antônio Palocci, da Fazenda, que faça estudos para criar uma autarquia que concentre o recolhimento de todos os impostos pagos no País.

O nome do novo órgão, ainda provisório, é Receita Federal do Brasil.

A proposta é no sentido de que a Receita racionalize suas atividades e combata fraudes. A nova entidade, que seria uma espécie de ampliação da atual Receita Federal, com mais poderes, ainda não tem prazo para ser criada.

- VEJA TAMBÉM: Tabela do IR é corrigida em 10%
- VÍDEO: Contribuinte pode economizar R$ 164 com nova tabela.

As informações foram antecipadas nesta quinta-feira pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

A criação de um órgão centralizador da arrecadação já havia sido colocado em discussão no ano passado, mas o tema não avançou porque não foi considerado prioritário pelo governo.

QUER SABER MAIS NOTÍCIAS DE ECONOMIA? ENTÃO CLIQUE **AQUI**.

Carta PR. nº 412/2004

Brasília, 17 de dezembro de 2004

Ilmº Sr.
Jorge Antônio Deher Rachid
DD. Secretário da Receita Federal

Senhor Secretário,

Reiteramos, pela presente, o pedido de agendamento de audiência com Vossa Senhoria, em caráter de urgência, a fim de tratarmos de assunto recentemente veiculado pela imprensa, referente a projeto de fusão dos órgãos arrecadadores da Receita Federal e da Previdência Social.

Certos do atendimento, agradecemos antecipadamente.

Saudações sindicais, _ **Maria Lucia Fattorelli Carneiro**, Presidente.

Brasília, 11 de janeiro de 2005

Ilmº Sr.
José Roberto Pimentel
Secretário da Receita Previdenciária
Brasília – DF

Senhor Secretário,

Pela presente, as entidades representativas das categorias dos auditores-fiscais da Receita Federal e dos auditores-fiscais da Previdência Social solicitam, conjuntamente, o agendamento de audiência com Vossa Senhoria, em caráter de urgência, a fim de tratarmos de assunto recentemente veiculado pela imprensa, referente ao projeto de fusão dos órgãos arrecadadores da Receita Federal e da Previdência Social.

certos do atendimento ao pleito, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente, – **Marcelo Oliveira**, Presidente da Anfip – **Lupércio Machado Montenegro**, Presidente da Fenafisp – **Maria Lucia Fattorelli Carneiro**, Presidente do Unafisco Sindical.

Brasília, 11 de janeiro de 2005

Ilmº Sr.
Luiz Alberto dos Santos
Subchefe da Coordenação da Ação Governamental
Brasília – DF

Prezado Senhor,

Pela presente, as entidades representativas das categorias dos auditores-fiscais da Receita Federal e dos auditores-fiscais da Previdência Social solicitam, conjuntamente, o agendamento de audiência com Vossa Senhoria, em caráter de urgência, a fim de tratarmos de assunto recentemente veiculado pela imprensa, referente ao projeto de fusão dos órgãos arrecadadores da Receita Federal e da Previdência Social.

Certos do atendimento ao pleito, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente, – **Marcelo Oliveira**, Presidente da Anfip – **Lupércio Machado Montenegro**, Presidente da Fenafisp – **Maria Lucia Fattorelli Carneiro**, Presidente do Unafisco Sindical.

NOTÍCIAS VEICULADAS NA IMPRENSA E SITES SOBRE "SUPER RECEITA"

1. Fonte Anfip: 3-12-2004
Representante da casa Civil fala sobre unificação da administração tributária

2. Fonte: Agência Brasil (site terra) – 16-12-2004
Tributação: Lula quer centralizar impostos numa "Super-Receita"

3. Fonte: Site da Casa Civil – 16-12-2004
Parte da entrevista coletiva concedida pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu

4. Fonte: **Jornal O Globo** – 17-12-2004 Luta quer só um órgão arrecadador

5. Fonte: **Jornal do Commércio** – 17-12-2004
Supersecretaria para centralizar arrecadação

6. Fonte: **Jornal O DIA** – 17-12-2004
Dirceu diz que vai arrochar a fiscalização dos benefícios do INSS com uma
nova Secretaria

7. Fonte: **Jornal Estado do Minas** – 17-12-2004
Ministro da Casa Civil anuncia que Lula encomendou projeto de criação de Receita Federal do Brasil para arrecadar todos os impostos e combater desvios na área de saúde e na Previdência Social

8. Fonte: **A Gazeta de Cuiabá** – 17-12-2004 Dirceu anuncia supersecretaria

9. Fonte: **Jornal do Tocantins** – 17-12-2004 Governo quer atar nova Receita Federal

10. Fonte: Agência Brasil – 18-12-2004
Sindicatos debatem criação de novo órgão da Receita Federal

11. Fonte: **Tribuna do Norte** – 18-12-2004 Sindicato critica super-Receita

12. Fonte: **Zero Hora** – 19-12-2004
Supersecretaria da Receita é criticada

13. Fonte: **O Estado de S.Paulo** – 18-12-2004
Sindicato dos Auditores rejeita idéia de super-Receita

14. Fonte: **Jornal do Commercio** – 18-12-2004
Sindicato dos Auditores é contra supersecretaria

15. Fonte: **Jornal O DIA** – 18-12-2004 Unafisco se opõe à supersecretaria

Representante da Casa Civil fala sobre unificação da administração tributária

Durante seminário promovido pela ANFIP e pelo Sindireceita, o subchefe de Ação Governamental da Casa Civil da Presidência da República, Luiz Alberto dos Santos, falou ontem (2) sobre a possibilidade de unificar a administração tributária do governo, composta por órgãos como a Secretaria da Receita Federal e a nova Secretaria da Receita Previdenciária (SRP).

Segundo o representante da Casa Civil, o novo órgão poderia ser uma autarquia, uma secretaria ou mesmo um ministério da arrecadação. Sobre a data, explicou: "Não há calendário, mas está sendo objeto de estudos. É um cenário com aspectos positivos e negativos e, por isso, requer mais reflexão e planejamento".

Luiz Alberto citou a criação da SRP e da Gifa, gratificação para quem atua nas áreas de arrecadação e fiscalização, como formas recentes de melhoria do serviço público. A nova gratificação está vinculada às metas de arrecadação e deve ser auto-sustentável (valor arrecadado cobre o gasto com o pagamento da Gifa). Na Previdência, o subchefe explicou que a meta fixada para este ano é de R$ 94 bilhões.

Sobre a criação da SRP, afirmou ser uma forma de dar mais vigor à arrecadação previdenciária. Segundo ele, a estimativa de acréscimo na arrecadação de R$ 2 bilhões para o ano que vem já é resultado dessa medida. Luiz Alberto acrescentou que o número de cerca de quatro mil Auditores Fiscais da Previdência Social (AFPS) é "insuficiente e tímido".

Críticas – O subchefe justificou as várias críticas recebidas com a situação encontrada pelo presidente Lula ao assumir o cargo: administração pública sucateada e com precarização da mão-de-obra; crise fiscal, e compromissos financeiros. Luiz Alberto disse, também, que o presidente Lula quer resgatar o aparelho do Estado. Ano que vem, lembrou, a folha de pagamento de pessoal terá uma acréscimo de R$ 6 bilhões somados aos atuais R$ 97 bilhões, um resultado direto da mudança.

Data: 16/12/2004
Fonte: Agência Brasil (site terra)

Tributação: Lula quer centralizar impostos numa "Super-Receita"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao ministro Antônio Palocci, da Fazenda, que faça estudos para criar uma autarquia que concentre o recolhimento de todos os impostos pagos no País.

O nome do novo órgão, ainda provisório, é Receita Federal do Brasil.

A proposta é no sentido de que a Receita racionalize suas atividades e combata fraudes. A nova entidade, que seria uma espécie de ampliação da atual Receita Federal, com mais poderes, ainda não tem prazo para ser criada.

As informações foram antecipadas nesta quinta-feira pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

A criação de um órgão centralizador da arrecadação já havia sido colocado em discussão no ano passado, mas o tema não avançou porque não foi considerado prioritário pelo governo.

Entrevistas

16 de Dezembro de 2004

Parte da Entrevista coletiva concedida pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, sobre o balanço dos dois anos do governo Lula - Palácio do Planalto

Jornalista: Ministro, queria que o senhor detalhasse um pouco mais essa questão que o senhor disse, de aumentar a fiscalização em relação aos benefícios da Previdência, se haveria um cruzamento com os CPFs. Como é que se dará, agora, esse combate?

Ministro: Nós vamos, primeiro, modernizar e revitalizar a Dataprev. A criação da Secretaria da Receita é um primeiro passo. O Presidente já disse e já solicitou ao ministro Palocci e à Receita um estudo, que ele quer criar a Receita Federal do Brasil, ou seja, um organismo que arrecadará todos os tributos do país. Então, nós vamos, no futuro, avançar, porque isso evita, racionaliza, diminui custo e evita a sonegação e a fraude.
Nós vamos modernizar, portanto, o sistema e vamos estabelecer uma série de procedimentos para, além dos procedimentos repressivos de vigilância e fiscalização, vamos modernizar e cruzar os sistemas.
Eu não sou técnico nessa área, não poderia avançar mais do que isso. Eu apenas tenho recebido do ministro Amir Lando e do comitê interministerial que apóia a ação do ministro Amir Lando, as demandas que ele faz à Casa Civil com relação a recursos, que nós levamos ao Orçamento, à Fazenda e ao Planejamento, e com relação à contratação de técnicos, de servidores e, também, as medidas legais, como foi a criação da Secretaria da Receita e a transformação da Secretaria da Previdência Complementar em Superintendência. E, agora, ele apresentará para o Presidente uma série de medidas para avançar no combate à fraude e à sonegação.

Jornalista: A criação dessa Receita Federal unificada teria um prazo?

Ministro: Não, não tem prazo. O Presidente pediu ao ministro Palocci um estudo, pela primeira vez, inclusive anunciou isso ontem, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial.

Jornalista: A Dataprev poderia ser transferida, a sede dela, para Brasília, como já se pensou em outras vezes?

Ministro: Não, não tenho informação sobre isso e nunca ouvi nada sobre isso. O que a Dataprev vai passar é por uma reestruturação, por uma série de mudanças e por investimentos que o ministro Amir Lando... A Dataprev já tinha apresentado isso, havia demanda de recursos e nós vamos viabilizar esses recursos. É uma urgência.
Mas a prioridade, com relação ao combate às filas, à fraude e à sonegação, e o respeito ao cidadão e à cidadã nos serviços públicos, particularmente de saúde e na Previdência, é uma exigência do Presidente aos ministros e às ministras que são responsáveis pelas áreas, e nós vamos fazê-lo. Assumimos esse compromisso com ele e vamos levar à prática.

O Globo – 17-12-2004

Capa/O País

Lula quer só um órgão arrecadador

Governo planeja criar a Receita Federal do Brasil

Cristiane Jungblut e Luiza Damé

Brasília. O Chefe da Casa Civil, José Dirceu, disse ontem que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer criar a Receita Federal do Brasil, um novo órgão que vai concentrar a arrecadação de todos os tributos federais. Na entrevista em que fez um balanço de dois anos do Governo, Dirceu afirmou que o Presidente pediu anteontem ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para elaborar uma proposta nesse sentido.

Dirceu não detalhou como seria a Receita Federal do Brasil, mas disse que ela faz parte de uma decisão do Governo de combater fraudes e sonegação, principalmente na Previdência, e que o objetivo é aumentar a eficiência nesse setor. A idéia, segundo integrantes do Governo, é criar uma espécie de supersecretaria, munindo as atribuições da atual Receita Federal e da recém-criada Secretaria de Receita Previdenciária, que cuida da arrecadação das contribuições sociais e previdenciárias. Dirceu citou a modernização da Dataprev, que deve ser totalmente reformulada.

– O Presidente já disse e já solicitou ao Ministro Palocci e à Receita um estudo, porque ele quer criar a Receita Federal do Brasil. Ou seja, um organismo que arrecadará todos os tributos do País. No futuro, isso vai racionalizar e diminuir o custo e evita a sonegação e a fraude. Vamos modernizar o sistema e estabelecer uma série de procedimentos para, além dos procedimentos repressivos de vigilância e fiscalização, modernizar e cruzar os sistemas – disse.

Para Dirceu, o Governo falha ao não cruzar sequer números de CPF contidos em diferentes cadastros dos órgãos do Governo, como os da Receita Federal, que tratam do Imposto de Renda, e os do INSS.

Os principais trechos da entrevista:

Receita Federal do Brasil: Vamos modernizar e instrumentalizar a Dataprev. A criação da Receita Federal do Brasil é o primeiro passo. O Presidente Lula já solicitou ao Ministro Antonio Palocci (Fazenda) a proposta para criar a Receita Federal do Brasil, um organismo que arrecadará todos os tributos do País. Isso racionaliza e diminuí o custo e evita a sonegação e a fraude.

Juros: Não vejo problema para o financiamento do investimento (o aumento dos juros). Se a economia cresce, o investimento vem e o importante é sustentar o crescimento econômico. O Banco Central, por meio das atas do COPOM (Comitê de Política Monetária), já tinha sinalizado um aumento de juros, porque entende que precisa trazer a inflação para o núcleo da meta. Isso era esperado pelo País, que cresceu, mesmo assim, mais de 5%. O papel do Governo é ter, além da política monetária e fiscal, além do papel do Banco Central, uma política de desenvolvimento. Não acredito que os juros sejam um empecilho para o crescimento.

Agenda de Governo e Eleição de 2006: O Governo do Presidente Lula não tem como agenda em 2005 as eleições de 2006. O Presidente Lula foi muito claro. A agenda dele é uma agenda que está concentrada em governar. Vamos trabalhar, governar, que estamos aqui para isso. E o Presidente governa. Todo dia, o Presidente cobra, exige.

Resposta a FH: A Saúde reduziu o custo de aquisição de medicamentos em 30%, em média, nos últimos dois anos. E o pregão eletrônico já atinge 61% das compras e contratações, gerando uma redução média de 20% nos preços. Isso aqui é para responder aos que dizem que o nosso Governo não é eficiente. Tem alguns saudosistas com a ineficiência, que andam afirmando que nosso Governo não é eficiente.

Resposta a FH II: Estamos remontando o Estado brasileiro. Houve a maior autorização de concursos na última década. Isso também é para responder ao ex-presidente, que nos criticou por causa de contratações. Isso não é empreguismo, nepotismo. É economia de recursos públicos, é para atender ao cidadão.

Salário-mínimo: Precisamos ter como guia o Orçamento. Teremos um ano de crescimento, um ano bom para o País, mas não um ano sem problemas. O Ministro Palocci foi muito franco. A proposta que o Presidente apresentou está dentro das possibilidades do País, da situação do Brasil, do nosso Orçamento. É um grande avanço um aumento (real) de quase 10% no salário-mínimo. E 39% da tabela do IR não foram corrigidos no Governo passado. O nosso Governo tem 17% (em perdas da inflação) e está corrigindo em 10% a tabela. E tem compromisso de buscar corrigir até o final, até 2007, o resto da tabela.

Conselho Federal de Jornalismo: Quero fazer uma autocrítica. O CFJ não foi debatido com a sociedade e teve o fim que teve. É uma lição para todos nós.

Previdência e Saúde: Vamos arrochar a fiscalização dos benefícios. É preciso acabar com as filas, com a humilhação dos brasileiros na saúde e na Previdência.

Teto Salarial: A proposta do presidente do STF, Ministro Nelson Jobim, foi enviada de comum acordo com o Presidente da República. Não há possibilidade orçamentária do ponto de vista do Executivo de aumento para outros setores da administração pública. Agora, como cidadão e parlamentar licenciado, diria que, se eu fosse parlamentar, não faria isso. O salário

dos parlamentares está dentro dos parâmetros que o País pode pagar.

Reforma Agrária: Não atingimos as metas. Vamos tentar chegar a 95 mil famílias esse ano (a meta era 115 mil famílias).

Varig: O ministro da Defesa e vice-presidente, José Alencar, vai estudar agora essa outra alternativa que o Deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) colocou: que seria um acordo dos credores com a empresa para que os créditos sejam transformados em participação acionária. Portanto, teremos essa questão adiada para o ano que vem. Não há possibilidade de estatização da empresa. Deseja-se uma solução de mercado.

Sarney também faz balanço: elogios a Lula

Brasília. A menos de dois meses de deixar a presidência do Senado, o peemedebista José Sarney (AP) desdenha da possibilidade de ser presidente do PMDB, como deseja o Palácio do Planalto. No entanto, articula como nunca nos bastidores do partido, a cada dia mais dividido. Após passar o ano inteiro tentando impedir que o colega de bancada Renan Calheiros (AL) fosse seu sucessor, agora dá como certa a escolha dele para a presidência do Senado. Sobre a idéia da ala governista do PMDB de tê-lo no comando a partir de março de 2005, no lugar do Deputado Michel Temer (SP), disse ontem:

– Já passei da idade de ser presidente de partido. Pior que isso, só ser presidente da Funai – disse, sem perder a oportunidade de alfinetar Temer, que tem pretensões de voltar à presidência da Câmara dos Deputados, na condição de candidato da oposição ao cargo. – Não vejo Michel Temer como nome para arregimentar a oposição na Câmara.

Num balanço dos dois primeiros anos do Governo Lula, Sarney elogiou o rumo da economia e aproveitou para se vangloriar dos resultados de seu Governo (1985-1990). Segundo ele, os números previstos para o crescimento deste ano (5,3%) não são alcançados há dez anos. No auge do Plano Cruzado, em 1986, lembrou, a economia cresceu 8,7%. Ele previu que, se a popularidade de Lula se mantiver, dificilmente haverá um adversário em 2006 com chances reais de derrotá-lo.

Jornal do Commercio (RJ)
17-12-2004
Economia

Supersecretaria para centralizar arrecadação
Objetivo do novo órgão é combater fraudes

O Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, anunciou ontem a criação de uma supersecretaria, a Receita Federal do Brasil, um organismo que centralizará a arrecadação de impostos e contribuições sociais e previdenciárias. A nova repartição terá como meta unificar as atuais atribuições da Receita Federal e da recém-criada Secretaria de Receita Previdenciária.

O projeto foi encomendado na quarta-feira pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Ministro da Fazenda, Antônio Palocci. O anúncio, no entanto, pegou de surpresa técnicos da própria Receita, que há anos brigam pela transformação da secretaria numa autarquia, com orçamento próprio e mais independência para trabalhar. Dirceu afirmou que o projeto integra a lista das prioridades do Governo para combater as fraudes na Saúde e na Previdência em 2005.

Ao fazer o balanço de dois anos da gestão de Lula e anunciar as prioridades para o próximo ano, no Palácio do Planalto, Dirceu disse que o Governo vai intensificar a fiscalização dos benefícios concedidos pela Previdência Social.

- Vamos arrochar a fiscalização, pois há um crescimento desproporcional de benefícios, por exemplo, a licença-saúde – ressaltou o ministro.

Segundo Dirceu, neste ano, o Governo desembolsou R$18,1 bilhões para pagamento de benefícios. O ministro reiterou que acabar com as filas nos hospitais e postos da previdência é uma “obsessão” do Presidente Lula na segunda metade de seu mandato. É preciso acabar com essa “humilhação”, destacou o ministro. Para isso, o Ministério da Previdência vai implantar programa piloto para melhorar a gestão e o atendimento.

“Atual Governo é reformista”

Dirceu disse que o atual Governo é “reformista” e criticou oposicionistas, chamando-os de “saudosistas da ineficiência”. Afirmou ainda que a taxa de juros em 2005 não será um “empecilho” ao crescimento.

- Este é um Governo reformista, não só de reformas sociais como político-institucionais – disse Dirceu, citando as reformas tributária e previdenciária.

Dirceu disse que o projeto de lei que criará o marco regulatório para o saneamento ambiental será enviado ao Congresso no início de 2005. Ele reconheceu também que o projeto de lei que reformula as agências reguladoras não poderá ser votado este ano, mas previu que a sua aprovação ocorrerá antes da Semana Santa, até março do próximo ano.

O ministro destacou diversos avanços na economia brasileira como a inflação de um dígito, a geração de 1,8 milhão de empregos, a desoneração de diversos setores e da cesta básica, a redução do risco Brasil ao menor nível dos últimos sete anos, além do alongamento da dívida pública. Ressaltou também reformas institucionais como a do Judiciário, que tornará esse Poder mais ágil e transparente. Destacou ainda

a aprovação da Lei de Falências, que em sua opinião acabará com a indústria de concordatas.

Dirceu citou a aprovação da lei de inovação tecnológica, que aumentará a produtividade da indústria e o novo modelo do setor elétrico, que corrigiu graves distorções nessas área, segundo o ministro.

O ministro admitiu, porém, que o Governo não irá cumprir a meta de 115 mil famílias assentadas neste ano. A explicação, segundo ele, é que foi priorizada a implantação de infra-estrutura em assentamentos antigos. No balanço, os números aparecem infladas: 70,6 mil famílias assentadas, contra as 55 mil oficializadas pelo Incra até novembro. A seguir, os principais pontos da entrevista:

FHC – "Há alguns saudosistas da ineficiência que andam afirmando que o nosso Governo não é eficiente. Estamos remontando o Estado. Isso também é para criticar um ex-Presidente da República (Fernando Henrique Cardoso) que nos criticou por causa de contratação. Contratação onde? Na segurança pública, na educação, na Previdência." TETO – "Não há nenhuma possibilidade orçamentária, do ponto de vista do Executivo, de aumento para outros setores da administração. O País não suportará um aumento para além disso. Para o Poder Judiciário, foi feito um acordo em três vezes. A discussão sobre o Legislativo é do Legislativo. Eu, como cidadão, parlamentar licenciado, não faria isso. Acho que o salário dos parlamentares está dentro dos parâmetros que o País pode pagar. Não tem nada a ver com pagar passagem aérea. Se tivessem de pagar, não teriam como sobreviver." CFJ – "Quero fazer uma autocrítica. O Conselho Federal de Jornalismo não foi discutido nem debatido com a sociedade e teve o fim que teve no Congresso Nacional ontem (quarta-feira). Uma decisão para todos nós: dialogar com a sociedade cria consensos progressivos que viabilizam a aprovação no Congresso Nacional de medidas." SALÁRIO MÍNIMO -"O Congresso tem autonomia para (analisar) outras propostas, e o Governo vai analisá-las. Mas precisamos ter como guia o Orçamento. Teremos um ano de crescimento, um ano bom, mas não um ano sem problemas. A proposta que o presidente apresentou está dentro das possibilidades do País. É um grande avanço, um aumento (real) de quase 10% no mínimo. " JUROS EM 2005 – "O Banco Central, por meio das atas do Copom, já tinha sinalizado o aumento dos juros, porque entende que precisa trazer a inflação para o núcleo da meta. Isso era esperado pelo País, que cresceu ainda assim mais de 5%. O papel do Governo é ter uma política monetária e fiscal além do papel do BC. É ter política de desenvolvimento. Não acredito que os juros sejam um empecilho para o aumento do crescimento (em 2005)." RECEITA – "O Governo vai aumentar o controle sobre as fraudes na Previdência. Inclusive o Governo vai praticamente visitar todo o cadastro de aposentados que não tinha CPF." "Vamos primeiro modernizar a Dataprev.

Varig não será estatizada, diz ministro.

O Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, garantiu ontem que o Governo não pretende estatizar a Varig e, com isso, reforçou a posição de parte do Governo que quer uma solução de mercado para a empresa. Dirceu ressaltou que a proposta em estudo, de transformar os créditos de empresas estatais, fornecedores e clientes em participação acionária na companhia aérea, precisa passar por análise jurídica.

Concordando com o que disse na véspera o Vice-Presidente e Ministro da Defesa, José Alencar, Dirceu informou que a solução ficará para 2005. "Estatizar a empresa não é o objetivo do Governo, o objetivo é buscar uma solução de mercado", afirmou.

Outra corrente dentro do Governo defende solução política, com a intervenção do Governo na empresa. Alencar recebeu anteontem a sugestão de fazer uma conversão das dívidas em ações da Varig do Deputado Beto Albuquerque (PSB-RS).

Ao fazer um balanço das ações do Governo no ano, Dirceu explicou que a questão precisa ser ainda estudada do ponto de vista jurídico porque os credores da empresa não são apenas a Receita e o INSS ou as empresas estatais, mas também fornecedores nacionais e estrangeiros. Todos, disse o ministro, precisam ser consultados sobre a proposta.

Trechos do balanço feito pelo Ministro José Dirceu

Fernando Henrique – "Este é um Governo que não rouba, não deixa roubar e combate a corrupção. (...) Isso é para responder àqueles que dizem que nosso Governo não é eficiente. Alguns são saudosistas da ineficiência. Isso é para responder a um ex-presidente que nos criticou por contratar servidores."

Teto – "Não há nenhuma possibilidade orçamentária, do ponto de vista do Executivo, de aumento para outros setores da administração. O País não suportará um aumento para além disso. Para o Poder Judiciário, foi feito um acordo em três vezes. A discussão sobre o Legislativo é do Legislativo."

Conselho Federal de Jornalismo – "Quero fazer uma autocrítica. O CFJ não foi discutido nem debatido

com a sociedade e teve o fim que teve no Congresso Nacional. Uma decisão para todos nós, dialogar com a sociedade cria consensos progressivos que viabilizam a aprovação no Congresso de medidas."

Salário Mínimo – "O Congresso tem autonomia para outras propostas, e o Governo vai analisá-las. Mas precisamos ter como guia o Orçamento."

Juros em 2005 – "Não acredito que os juros sejam um empecilho para o aumento do crescimento. Outras variáveis talvez sejam tão importantes quanto a política monetária, como o preço do petróleo, a expansão da China e os juros nos EUA.'".

Receita – "O Governo vai aumentar o controle sobre as fraudes na Previdência. Inclusive o Governo vai praticamente visitar todo o cadastro de aposentados que não tinha CPF (...). Vamos primeiro modernizar a Dataprev. O presidente já disse e já solicitou ao Ministro Palocci um estudo porque ele quer criar a Receita Federal do Brasil, um organismo que arrecadará todos os tributos do País. Nós vamos no futuro avançar porque isso racionaliza, diminui o custo e evita a sonegação e a fraude."

Estado de Minas (MG) – 17-12-2004
Política

Centralização contra fraudes

Ministro da Casa Civil anuncia que Lula encomendou projeto de criação da Receita Federal do Brasil para arrecadar todos os impostos e combater desvios na área de saúde e na Previdência Social.

Brasília – O Ministro da Casa Civil, José Dirceu, anunciou ontem que o Governo pretende criar a Receita Federal do Brasil, um órgão que centralizaria a arrecadação de impostos de todos os setores do Governo, reduzindo custos e fraudes. Dirceu disse que o órgão seria responsável pela arrecadação de todos os tributos do País. O ministro afirmou que um projeto nesse sentido foi encomendado anteontem pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. A proposta faz parte da prioridade do Governo de melhorar o atendimento e combater as fraudes na área da saúde e na Previdência Social em 2005.

"Vamos arrochar a fiscalização dos benefícios concedidos pela Previdência. O presidente já solicitou a criação da Receita Federal do Brasil", afirmou Dirceu, ao fazer um balanço de 2004 e anunciar as prioridades para o próximo ano, no Palácio do Planalto. Segundo Dirceu, neste ano, o Governo desembolsou R$18,1 bilhões para pagamento de benefícios. Ele lembrou, por exemplo, a criação da Secretaria de Receita Previdenciária, como uma das medidas de combate às fraudes e corrupção. Ele citou também o portal da transparência e a instalação de auditorias. "Este é um Governo que não rouba e não deixa roubar', disse o ministro.

O ministro reiterou que acabar com as filas nos hospitais e postos da Previdência é uma "obsessão" do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na segunda metade de seu mandato. É preciso acabar com essa "humilhação", destacou o ministro.

Infra-estrutura – A infra-estrutura é outra prioridade para o Governo no ano que vem, para que o crescimento econômico sustentável possa ocorrer. Dirceu informou que mais R$2,5 bilhões foram acrescentados ao orçamento da área, para recuperação e construção de estradas. De acordo com ele, o dinheiro será usado para a conclusão das rodovias Fernão Dias-Régis Bittencourt e o início das obras das BR-1 63, BR-1 01-Sul e BR-1O1-Nordeste. Para viabilizar

os investimentos, o projeto de lei que criará o marco regulatório para o saneamento ambiental será enviado ao Congresso no início de 2005. José Dirceu reconheceu também que o projeto de lei que reformula as agências reguladoras não poderá ser votado este ano, mas previu que a sua aprovação ocorrerá antes da Semana Santa, até março do próximo ano.

Durante o balanço, Dirceu destacou diversos avanços na economia brasileira como a inflação de um digito, a geração de 1,8 milhão de empregos, a desoneração de diversos setores e da cesta básica, a redução do risco Brasil ao menor nível dos últimos sete anos, além do alongamento da dívida pública. Ele ressaltou também reformas institucionais, como a do Judiciário, e ainda a aprovação da Lei de Falências, que em sua opinião acabará com a indústria de concordatas. Dirceu voltou a dizer que a reeleição não está na pauta do Governo em 2005. "Nós vamos trabalhar, governar, e estamos aqui para isso. Ganhamos pouco, mas recebemos em dia. O povo nos paga para trabalhar, destacou

Arquivos

O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, afirmou ontem que os arquivos sobre a ditadura militar devem ser revelados à população brasileira. "Eu tenho dito ao Presidente Lula que é um erro grave não contar toda a verdade ao País imediatamente", disse o ministro. Segundo o ministro, o "governo não tem

por que esconder a verdade do País". De acordo com José Dirceu, a queima de documentos que tratam do regime militar será punida com rigor, já que se trata de crime. O ministro afirmou que poucos documentos vão permanecer sigilosos. Ele reconheceu que alguns arquivos podem estar nas mãos de particulares. "É evidente que muito desses documentos estão de posse de oficiais da reserva, de ex-ministros. Isso vai surgir. Sabemos que existem também setores inconformados, que criam incidentes, que querem tumultuar o ambiente democrático do país. Nós temos que evitar isso", disse Dirceu.

A Gazeta de Cuiabá (MT)
17-12-2004
Política
Dirceu anuncia supersecretaria
Vera Rosa e Sheila D" Amorim
Brasília/AE

Na apresentação do balanço de quase dois anos de governo, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, anunciou ontem a criação de uma supersecretaria, a Receita Federal do Brasil, um organismo que centralizará a arrecadação de impostos e contribuições sociais e previdenciárias. A nova repartição terá como meta unificar as atuais atribuições da Receita Federal e da recém-criada Secretaria de Receita Previdenciária. O projeto foi encomendado na quarta-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O anúncio, no entanto, pegou de surpresa técnicos da própria Receita Federal, que há anos brigam pela transformação da secretaria numa autarquia, com orçamento próprio e mais independência para trabalhar.

Dirceu afirmou que o projeto integra a lista das prioridades do governo para combater as fraudes na saúde e na Previdência em 2005. "Vamos arrochar a fiscalização dos benefícios concedidos pela Previdência", disse o ministro. O foco será melhorar a qualidade do atendimento e diminuir as filas.

Ao falar das prioridades para 2005, Dirceu disse que sem investimentos não há crescimento econômico, mas procurou não destoar das análises feitas por Palocci. Questionado sobre a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de elevar para 17,75% a taxa de juros, ele adotou um discurso mais cauteloso que em ocasiões anteriores. "Não acredito que os juros sejam empecilho para o aumento do crescimento". Mais: ele disse que o Banco Central (BC) "já tem autonomia". Com oposição ferrenha do PT, o projeto que prevê autonomia do BC está engavetado e não deve ser enviado ao Congresso em 2005, que antecede o ano de eleições presidenciais.

Na exposição, Dirceu deu a entender que não há disposição de Lula de voltar a negociar o salário mínimo, fixado na quarta-feira em R$300 a partir de maio, nem a tabela do Imposto de Renda, corrigida em 10%. "Teremos um ano de crescimento, bom para o País, mas não é um ano sem problema e Palocci foi muito franco", afirmou o ministro José Dirceu, ao lembrar do alerta feito pelo colega na reunião ministerial.

Jornal do Tocantins (TO)
17-12-2004
Geral
Governo quer criar nova **Receita Federal**

Brasília (AE) – O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, anunciou ontem que o Governo pretende criar a Receita Federal do Brasil, um órgão que será responsável pela arrecadação de todos os tributos federais do País, principalmente da Previdência e da Fazenda. Ele disse que os estudos da proposta foram solicitados ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, mas sem prazo para conclusão.

Segundo Dirceu, que fez o anúncio durante balanço de dois anos do Governo, o objetivo do novo Órgão será racionalizar o processo de cobrança de tributos, diminuir os custos desse processo e reduzir as fraudes. Ele anunciou ainda a intenção do Governo de modernizar os sistemas de informática, principalmente da Dataprev, para permitir cruzamento de informações e aperfeiçoar fiscalização.

Balanço

Durante o balanço da atuação do Governo, Dirceu assegurou que a política de juros desenvolvida pelo Banco Central não vai impedir a aceleração da economia porque as decisões da equipe econômica e o crescimento da economia estão atraindo investimentos suficientes para manter o crescimento sustentado do País.

José Dirceu descreveu as fontes de recursos que serão injetados na economia. "O Governo fará um superávit de 4,25% (do PIB) no ano que vem. Este ano foi de 4,5%", lembrou. "Houve um excesso de arrecadação este ano e este excesso se transformou em superávit, 0,25% (do PIB), e R$5 bilhões, (foram usados para conceder) isenções que demos para máquinas e equipamentos, Reporto (obras de recuperação nos portos), mercado de capital, fundos de pensões, cesta básica", alinhou.

Sindicatos debatem criação de novo órgão da Receita Federal

17:06

Daniel Lima
Repórter da Agência Brasil

Brasília - As discussões no Ministério da Fazenda para a criação de um órgão centralizador na arrecadação de tributos federais existem, mas não há ainda informações detalhadas sobre o assunto na Secretaria da Receita Federal. Os técnicos dizem apenas que a mudança já vem sendo discutida com a Casa Civil.

A criação do novo órgão foi anunciada ontem pelo Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu, em entrevista. Ele falou após fazer o balanço de dois anos de governo. Como indicação da função do novo órgão, Dirceu informou que o governo quer aumentar o controle sobre as fraudes na Previdência depois de modernizar a Dataprev – empresa de processamento de dados.

O ministro também afirmou que o presidente Lula solicitou ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para fazer os estudos para criar a Receita Federal do Brasil, que, segundo Dirceu, arrecadará todos os tributos do país. Ainda não há prazo, disse Dirceu, para a criação do novo órgão, que, para o governo, poderá racionalizar as atividades da receita, diminuir seus custos operacionais e evitar sonegação e fraudes.

Os auditores fiscais da Receita Federal se disseram surpresos com a mudança e sugerem que se faça uma ampla discussão sobre o assunto. Acham necessário evitar o que chamam de "autarquização" da Secretaria.

Maria Lúcia Fattorelli Carneiro, presidente do Unafisco, sindicato que representa os auditores fiscais, diz que essa é uma discussão antiga, que já dura mais de cinco anos, e que a proposta de um novo órgão é contestada pelos auditores.

"Seria um suicídio institucional. O problema começa pela estrutura do órgão, que tem poder de Estado, com a obrigação de arrecadar e de fiscalizar", afirmou. Para ela, "a Receita não pode ficar ligada a um governo ou qualquer outro tipo de poder".

Ela lembra, ainda, que as autarquias têm um grau de independência muito grande e abrem, por exemplo, a possibilidade de terceirização de muitos serviços. A eficiência na fiscalização também poderia ser prejudicada com o novo órgão, no entender da presidente do Unafisco.

"Se você multiplica as atribuições, vai gerar eficiência?", questiona.

Sobre uma possível fusão entre os setores, que cuidam da fiscalização na Receita e na Previdência, Fatorelli não tem uma posição da categoria e, por isso, convocou uma assembléia nacional para próxima quinta-feira (23).

"Em princípio não temos posição sobre uma fusão. Queremos audiência com os ministros da área e com o Secretário da Receita Federal. É um desrespeito grande vir a público anunciar um projeto sem discutir com a categoria", reclama.

Já o diretor para assuntos parlamentares do Sindireceita (sindicato dos técnicos da Receita Federal) , Rodrigo Thompsom, diz que eles são favoráveis à proposta de criação da Receita Federal do Brasil.

"Somos favoráveis porque se estaria criando um órgão mais forte, dentro da estrutura do governo, com mais recursos e valorização salarial", afirma.

Ele pondera que o assunto precisa ser mais discutido, mas acha que a proposta é positiva, mesmo se a Receita Federal for transformada em uma autarquia.

"Nós somos a favor do fortalecimento da Receita Federal. Se a autarquização trouxer a elevação do "status" do órgão, nós somos favoráveis", afirmou.

Thompsom acredita que para o contribuinte a mudança também será favorável pois será uma estrutura otimizada e com mais simplificação ao contribuinte, inclusive na parte de atendimento.

Isso porque, segundo o diretor, em um mesmo órgão estarão concentrados a parte de arrecadação do INSS e a da arrecadação da Receita Federal. Com isso, o contribuinte não vai precisar mais fazer várias declarações e o dois cadastros vão ser unificados.

"Acredito muito que a gente vá chegar em um modelo que vai ser bom para todos nós. Os servidores felizes e satisfeitos. E o cidadão com muito menos burocracia para enfrentar", disse.

17-12-2004

Tribuna do Norte (RN)
18-12-2004

Política
Sindicato critica super-Receita

Brasília (AE) – A presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Maria Lúcia Fattorelli, criticou ontem a proposta divulgada na quinta-feira pelo chefe da Casa Civil, José Dirceu, de criar uma super-Receita Federal. Pela proposta, haveria a unificação num só organismo das atribuições e estruturas da Secretaria da Receita Federal, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, e da Secretaria de Receita Previdenciária, do Ministério da Previdência.

A direção do Unafisco convocou hoje uma assembléia da categoria em todo o País para quinta-feira (23) com o objetivo de discutir a proposta e definir como será a mobilização contra a idéia de transformar a Receita numa autarquia. A presidente do Unafisco também pediu audiências com os ministros a Fazenda, Antonio Palocci, e Dirceu, além do próprio secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, ainda não confirmadas.

Maria Lúcia disse que a categoria ficou surpresa e classificou de "falta de respeito" o fato de um assunto de tamanha importância não ter sido discutido com a categoria. Segundo ela, a proposta causa preocupação porque não está havendo no governo um entendimento claro sobre a importância dos serviços essenciais para o Estado brasileiro.

Ela advertiu que a transformação da Receita numa autarquia é o primeiro passo para criação de uma agência, abrindo espaço para uma terceirização, para a iniciativa privada, dos serviços de fiscalização e arrecadação.

O Estado de S.Paulo
18-12-2004
Nacional
Sindicato dos auditores rejeita idéia de super-Receita
Adriana Fernandes

Brasília – A presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Maria Lúcia Fattorelli, criticou ontem a proposta divulgada na quinta-feira pelo ministro da Casa Civil, José Dirceu, de criar uma super-Receita Federal. Pela proposta, haveria a unificação num só organismo das atribuições e estruturas da Secretaria da Receita Federal órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, e da Secretaria de Receita Previdenciária, do Ministério da Previdência.

A direção do Unafisco convocou ontem uma assembléia da categoria em todo o País para a próxima quinta-feira, para discutir a proposta e definir como será a mobilização contra a idéia de transformar a Receita numa autarquia. A presidente do Unafisco também pediu audiências com os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e Dirceu, além do próprio secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, ainda não confirmadas.

Maria Lúcia disse que a categoria ficou surpresa e classificou de "falta de respeito" o fato de um assunto de tamanha importância não ter sido discutido com a categoria. Segundo ela, a proposta causa preocupação porque não está havendo no governo um entendimento claro sobre o a imponência dos serviços essenciais para o Estado brasileiro.

Ela advertiu que a transformação da Receita numa autarquia é o primeiro passo para criação de uma agência, abrindo espaço para uma terceirização, para a iniciativa privada, dos serviços de fiscalização e arrecadação. Segundo ela, as atribuições da Receita são incompatíveis corri a iniciativa privada. "Imagina um empresa privada arrecadando e fiscalizando", disse.

Jornal do Commercio (RJ)
18-12-2004

Economia
Sindicato dos auditores é contra supersecretaria

A presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Maria Lúcia Fattorelli, criticou ontem a proposta divulgada na quinta-feira pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, de criar uma supersecretaria da Receita Federal. Pera proposta, haveria a unificação num só organismo das atribuições da Secretaria da Receita Federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, e da Secretaria de Receita Previdenciária, do Ministério da Previdência.

A direção do Unafisco convocou ontem uma assembléia nacional da categoria em todo o País para a próxima quinta-feira, para discutir a proposta e definir como será a m obilização contra a idéia de transformar a Receita numa autarquia. A presidente do Unafisco também pediu audiências com os ministros Antônio Palocci e José Dirceu, além do próprio secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, ainda não confirmadas.

Maria Lúcia disse que a categoria ficou surpresa com o anúncio e classificou de "falta de respeito" o fato de um assunto de tamanha importância para o órgão não ter sido discutido com a própria categoria. Segundo ela, a proposta causa preocupação porque, na avaliação da presidente do Unafisco, não está havendo no Governo um entendimento claro sobre a importância dos serviços essenciais para o Estado brasileiro.

Maria Lúcia advertiu que a transformação da Receita numa autarquia é o primeiro passo para criação de uma agência, abrindo espaço para uma terceirização, para a iniciativa privada, dos serviços de fiscalização e rrecadação. Segundo ela, as atribuições da Receita são incompatíveis com a iniciativa privada. "Imagina uma empresa privada arrecadando e fiscalizando", questionou.

Especialização

Sobre a unificação das atribuições da Receita Federal com as da arrecadação previdenciária, a categoria ainda terá que definir uma posição. Mas, para Maria Lúcia, a proposta é mim para o órgão. Ela argumentou

que o que traz a possibilidade de uma prestação de serviços eficiente é a especialização. E, no entender dela, com a unificação com o órgão que cuida da receita previdência, essa eficiência ficará diluída.

A presidente da Unafisco lembrou, além disso, que a Receita tem outras atribuições, como a área aduaneira. "Ainda vamos cuidar da Previdência?", questionou. Maria Lúcia disse que a posição da categoria contra a transformação em autarquia é um princípio básico, porque ela vê a Receita como órgão de Estado. O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, não quis comentar a proposta em estudo pelo Governo.

O Dia (RJ)
18-12-2004

Economia
DIA-A-DIA
Unafisco se opõe à supersecretaria

A presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Maria Lúcia Fattorelli, criticou ontem a proposta divulgada pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, de criar uma supersecretaria da Receita Federal. Pela proposta, haveria a unificação num só organismo das atribuições da Secretaria da Receita Federal, ligada ao Ministério da Fazenda, e da Secretaria de Receita Previdenciária. A direção do Unafisco convocou assembléia nacional da categoria em todo o País para quinta-feira com o objetivo de discutir a proposta e definir como será a mobilização contra a idéia.

Publique-se. Arquive-se.

Em 17-3-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 240, DE 2005
(Do Poder Executivo)
MENSAGEM Nº 116/2005
AVISO Nº 199/2005 – C. CIVIL

Dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004. Pendente de parecer da Comissão Mista.

Despacho: Publique-se. Submeta-se ao plenário.

Apreciação: Proposição sujeita à Apreciação do Plenário.

SUMÁRIO

I – Medida inicial
II – Na Comissão Mista:
– Emendas apresentadas na Comissão (7)

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º As alterações promovidas pelos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004, somente se aplicam aos pagamentos ou créditos efetuados a partir de 1º de abril de 2005.

Art. 2º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2005.

Art. 3º Fica revogado o art. 8º da Medida Provisória nº 237, de 27 de janeiro de 2005.

Brasília, 1º de março de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **José de Alencar**.

EM nº 20/2005 – MF

Brasília, 2 de março de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o presente Projeto de Medida Provisória que altera a data de produção de efeitos dos arts. 5º a 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004, de 1º de março para 1º de abril de 2005.

2. A alteração dos efeitos dos arts. 5º a 8º da mencionada medida provisória faz-se necessária para possibilitar que a fonte pagadora – responsável pela retenção e recolhimento dos impostos e contribuições – possa adequar seus controles e sistemas para cumprir adequadamente a determinação legal.

3. Por outro lado, não há ofensa à Lei de Responsabilidade Fiscal, pois a medida cuida da dilação de prazo para produção de efeitos de norma sobre retenção na fonte de tributos e contribuições. Como a retenção na fonte é uma antecipação do devido pelo contribuinte, não ocorre perda de arrecadação.

4. A relevância e a urgência da proposta, que motiva a adoção de medida provisória, se justifica tendo em vista que os referidos dispositivos produzem efeitos a partir de 1º de março de 2005.

Respeitosamente, – **Antonio Palocci Filho**, Ministro de Estado da Fazenda.

Ofício nº 70 (CN)

Brasília, 15 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Encaminha processado de medida provisória

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 240, de 2005, que "dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004."

Informo, por oportuno, que à Medida foram oferecidas 7 (sete) emendas e que a Comissão Mista designada não se instalou.

Atenciosamente, – **Renan Calheiros**, Presidente.

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 240**, adotada em 1º de março de 2005 e publicada no dia 02 do mesmo mês e ano, que **"Dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004"**

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado EDUARDO GOMES	002 e 004
Deputado PAULO BAUER	001, 003, 005 e 006
Deputado EDUARDO CUNHA	007

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 007

MPV - 240/05

00001

Data	Proposição
03.03.2005	Medida Provisória nº 240, de 1º de março 2005

Autor	nº do prontuário
PAULO BAUER	

1 ☞ Supressiva 2. ☞ substitutiva 3 . Modificativa 4 aditiva 5. ☞ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
	1º			

TEXTO

O Artigo 1º passa a vigorar com as seguintes redação:

Art. 1º As alterações promovidas pelos Arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004, somente se aplicam aos pagamentos ou créditos efetuados a partir de 1º de janeiro de 2006.

Justificativa

O Poder Executivo Federal através da Medida Provisória 240, transfere para 1º de Abril do presente exercício o início da vigência das alterações que pretende promover na arrecadação de Tributos e Contribuições previstas na MP 232 editada em 30 de dezembro de 2004.

A MP 232 tem merecido questionamentos de todos os segmentos organizados da sociedade e produzido constantes questionamentos de parlamentares no Congresso Nacional, não apenas por aumentar e estabelecer novas alíquotas mas também em razão da forma que o Poder Executivo adotou para sua implementação qual seja a do uso do Instituto da Medida Provisória e a data escolhida para sua edição.

Embora existam indicações de que a MP 232 poderá não ser aprovada, ou, se for, sofrerá alterações que reduzirão seu impacto na economia e evitarão o aumento da carga tributária, faz-se necessário a apresentação da presente emenda que transfere seus efeitos para o exercício de 2006, dando-se ao país mais tempo e prazo, indispensáveis para se adequar às novas condições tributárias.

Brasília 03 de março de 2005

MPV - 240/05

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MEDIDA PROVISÓRIA 240 DE 02 DE MARÇO DE 2005

Autor	nº do prontuário
Deputado Eduardo Gomes	

1. [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva 3. [X] modificativa 4. [ ] aditiva 5. [ ] Substitutivo global

Página	Artigo Inclusão	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Propõe-se a inclusão de artigos na Medida Provisória Nº 240, de 02 de março de 2005, modificando o inciso VIII, do art. 8º, da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e o inciso VIII, do art. 10, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para abranger a expressão "das atividades de energia elétrica", na forma seguinte:

Artº ___O inciso VIII, do art. 8º, da Lei nº 10.637/2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"VIII - as receitas decorrentes de prestação de serviços de telecomunicações e das atividades de energia elétrica";

Artº ___O inciso VIII, do art. 10, da Lei nº 10.833/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"VIII - as receitas decorrentes de prestação de serviços de telecomunicações e das atividades de energia elétrica";

JUSTIFICATIVA:

Os serviços de energia elétrica são considerados essenciais a todas as atividades produtivas, tais como a industrial, comercial e rural, inclusive os fornecimentos feitos aos Poderes Públicos e às classes residenciais, incluindo a sub-classe dos residenciais de baixa renda. Estes serviços são, portanto, fundamentais para o desenvolvimento econômico do país.

Dessa forma, é imprescindível que o fornecimento de energia elétrica possa ser feito mediante tarifas mitigadas, de forma a propiciar um adequado consumo a valores módicos. Atualmente 37 % do valor da conta de energia elétrica destinam-se ao pagamento de tributos e encargos. As mudanças na forma de cálculo e alíquotas do PIS e da COFINS introduzidas pelas Leis 10.637/03 e 10.833/04 elevarão ainda mais a carga tributária do setor, traduzindo-se em ônus adicional para o consumidor de aproximadamente 1,5 % com o repasse deste custo para a tarifa. Os consumidores mais afetados com estas mudanças são os residenciais, especialmente os de baixa renda que não se beneficiam dos créditos tributários. Acrescente-se ainda que este efeito vai de encontro ao objetivo maior de modicidade tarifária do Novo Modelo do Setor Elétrico consubstanciado nas Leis 10.847 e 10.848 recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional.

De outra feita, a oneração das tarifas de fornecimento, pelo reflexo da carga tributária, torna mais grave o problema da inadimplência dos consumidores, notadamente aqueles de menor disponibilidade financeira.

Mais, ainda, contemplar as atividades de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica como a salvo do alcance da majoração da alíquota, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º, da Lei nº 10833, de 2004 , é forma inequívoca de contemplar o principio constitucional da isonomia de tratamento com os serviços de telecomunicações.

PARLAMENTAR

Brasília

MPV - 240/05

00003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
03/03/2005

Proposição
Medida Provisória nº 240, de 1º de março de 2005

Autor
PAULO BAUER

nº do prontuário

1 ☞ Supressiva 2. ☞ substitutiva 3. ☞ modificativa 4 . aditiva 5. ☞ Substitutivo global

Página **Artigo** **Parágrafo** **Inciso** **Alínea**

TEXTO

Inclua-se o seguinte artigo na Medida Provisória, modificando o inciso VIII, do Art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

Art. ___ O inciso VIII, do art. 8º, da Lei 10.637/2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

VIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de telecomunicações e das atividades de energia elétrica.

Justificativa

Os serviços de energia elétrica são considerados essenciais a todas as atividades produtivas, tais como a industrial, comercial e rural, inclusive os fornecimentos feitos aos Poderes públicos e às classes residenciais, incluindo a sub-classe dos residenciais de baixa renda. Estes serviços são, portanto, fundamentais para o desenvolvimento econômico do País.
Dessa Forma, é imprescindível que o fornecimento de energia elétrica possa ser feito mediante tarifas mitigadas, de forma a propiciar um adequado consumo a valores módicos. Atualmente 37 % do valor da conta de energia elétrica destinam-se ao pagamento de tributos e encargos. As mudanças na forma de Cálculo e alíquotas do PIS e COFINS introduzidas pelas Leis 10.637/03 e 10.833/04 elevarão ainda mais a carga tributária do setor, traduzindo-se em ônus adicional para o consumidor de aproximadamente 1,5% com o repasse deste custo para a tarifa. Os consumidores mais afetados com estas mudanças são os residenciais, especialmente os de baixa renda que não se beneficiam dos créditos tributários. Acrescente-se ainda que este efeito vai de encontro ao objetivo maior de modicidade tarifária do Novo Modelo do Setor Elétrico consubstanciado nas Leis 10.847 e 10.848 recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional.
De outra feita, a oneração das tarifas de fornecimento, pelo reflexo da carga tributária, torna mais grave o problema da inadimplência dos consumidores, notadamente aqueles de menor disponibilidade financeira.
Mais, ainda, contemplar as atividades de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica como a salvo do alcance da majoração da alíquota, não se lhes aplicando as disposições das Arts. 1º a 8º , da Lei 10.833/2004, é forma inequívoca de contemplar o princípio constitucional da isonomia de tratamento com os serviços de telecomunicações.

PARLAMENTAR

Brasília 03 março de 2005

MPV - 240/05

00004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MEDIDA PROVISÓRIA 240 DE 02 DE MARÇO DE 2005

Autor	nº do prontuário
Deputado Eduardo Gomes	

1. [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva 3. X modificativa 4. [ ] aditiva 5. [ ] Substitutivo global

Página	Artigo Inclusão	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Propõe-se a alteração da redação da Medida Provisória Nº 240, de 02 de março de 2005, modificando a alínea "b", do inciso XI, do art. 10º, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para esclarecer alguns aspectos importantes como:

Artº ___O inciso XI, do art. 10º, da Lei nº 10.833/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"b) com prazo superior a 1 (um) ano, de construção por empreitada ou de fornecimento de bens ou serviços, a preço determinado, independentemente de possuírem cláusula de reajustamento por índices oficiais;"

JUSTIFICATIVA:

Deixar claro a redação que reajustamento decorrente dos efeitos inflacionários não descaracteriza a condição de preço predeterminado. Este esclarecimento é importante porque a lei fala em preço "predeterminado" e não em preço "fixo".

PARLAMENTAR

Brasília

MPV - 240/05

00005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
03.03.2005

Proposição
Medida Provisória nº 240, 1º de março de 2005

Autor
PAULO BAUER

nº do prontuário

1 ☞ Supressiva 2. ☞ substitutiva 3. ☞ modificativa 4 . aditiva 5. ☞ Substitutivo global

Página **Artigo** **Parágrafo** **Inciso** **Alínea**

TEXTO

Inclua-se o seguinte artigo na Medida Provisória, modificando o inciso VIII, do art. 10, da Lei 10.833 de 29 de dezembro de 2003

Art. --- O inciso VIII, do art. 10, da Lei 10.833/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

VIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de telecomunicações e das atividades de energia elétrica.

Justificativa

Os serviços de energia elétrica são considerados essenciais a todas as atividades produtivas, tais como a industrial, comercial e rural, inclusive os fornecimentos feitos aos Poderes públicos e às classes residenciais, incluindo a sub-classe dos residenciais de baixa renda. Estes serviços são, portanto, fundamentais para o desenvolvimento econômico do País.
Dessa Forma, é imprescindível que o fornecimento de energia elétrica possa ser feito mediante tarifas mitigadas, de forma a propiciar um adequado consumo a valores módicos. Atualmente 37 % do valor da conta de energia elétrica destinam-se ao pagamento de tributos e encargos. As mudanças na forma de Cálculo e alíquotas do PIS e COFINS introduzidas pelas Leis 10.637/03 e 10.833/04 elevarão ainda mais a carga tributária do setor, traduzindo-se em ônus adicional para o consumidor de aproximadamente 1,5% com o repasse deste custo para a tarifa. Os consumidores mais afetados com estas mudanças são os residenciais, especialmente os de baixa renda que não se beneficiam dos créditos tributários. Acrescente-se ainda que este efeito vai de encontro ao objetivo maior de modicidade tarifária do Novo Modelo do Setor Elétrico consubstanciado nas Leis 10.847 e 10.848 recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional.
De outra feita, a oneração das tarifas de fornecimento, pelo reflexo da carga tributária, torna mais grave o problema da inadimplência dos consumidores, notadamente aqueles de menor disponibilidade financeira.
Mais, ainda, contemplar as atividades de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica como a salvo do alcance da majoração da alíquota, não se lhes aplicando as disposições das Arts. 1º a 8º , da Lei 10.833/2004, é forma inequívoca de contemplar o princípio constitucional da isonomia de tratamento com os serviços de telecomunicações.

PARLAMENTAR

Brasília 03 de março de 2005

MPV - 240/05

00006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
03.03.2005

Proposição
Medida Provisória nº 240, de 1º de março 2005

Autor
PAULO BAUER

nº do prontuário

1 ☞ Supressiva 2. ☞ substitutiva 3. modificativa 4 . aditiva 5. ☞ Substitutivo global

Página **Artigo** **Parágrafo** **Inciso** **Alínea**

TEXTO

Inclua-se o seguinte artigo na Medida Provisória:

Art. No período de 36 meses, a contar de 1º de janeiro de 2007, o valor das alíquotas da CSLL, da COFINS e do PIS/PASEP deverão ser reduzidos em, no mínimo 50% (cinqüenta por sento) do estabelecido em 1º de janeiro de 2007.

1§ - O Poder Executivo editará trimestralmente, Decretos estabelecendo as alíquotas, para o cumprimento do previsto neste artigo.

Justificativa

A carga tributária no Brasil é elevadíssima e compromete a economia nacional bem como estimula a sonegação. Também é fato que o Governo Federal concentra em torno da sua competência a arrecadação da maior parcela de recursos em favor do Poder Público.

O mecanismo arrecadatório idealizado através das contribuições como CSLL, COFINS e PIS/PASEP oneram a produção nacional e não favorecem Governos Estaduais e Municipais, que por estarem mais próximos dos problemas que afligem a população, convivem com constantes dificuldades financeiras.

Necessário se faz portanto que no Brasil se inicie um plano de redução da carga tributária e a presente emenda pretende oportunizar este propósito.

PARLAMENTAR

Brasilia 03 de março de 2005

MPV - 240/05

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00007

Data	proposição
08/03/2005	Medida Provisória nº 240/2005

autor	nº de prontuário
Deputado EDUARDO CUNHA	300

1 ☐ Supressiva	2 ☐ Substitutiva	3 ☒ Modificativa	4 ☒ Aditiva	5 ☐ Substitutivo Global

Página 01/01	Artigo 2º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

O Art.2º da Medida Provisória nº 240, de 01 de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

ART.2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2006.

JUSTIFICAÇÃO

A mudança de prazo nesta Medida Provisória proporcionará uma melhor programação das partes envolvidas.

PARLAMENTAR

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.564, DE 2005
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 232/04
MSC Nº 501/04

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Vermelho Novo (ACCVN) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vermelho Novo, Estado de Minas Gerais.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, Ricd)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer nº 9/90 – CCJR)

Publicação Inicial: Art. 137, **caput** – RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 667, de 09 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Vermelho Novo (ACCVN) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vermelho Novo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de março de 2005. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

TVR Nº 232, DE 2004
(MENSAGEM Nº 501, DE 2004)

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 667, de 09 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Vermelho Novo (ACCVN), a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vermelho Novo, Estado de Minas Gerais.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

I – Relatório

De conformidade com o art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Vermelho Novo (ACCVN) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária.

Atendendo ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeitos após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame desta Comissão, nos termos do inciso II, alínea "h", do art. 32 do Regimento Interno.

II – Voto do Relator

A autorização do Poder Público para a execução de serviço de radiodifusão comunitária é regulada pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. No processo em questão, a Associação Comunitária Cultural de Vermelho Novo (ACCVN) atendeu aos requisitos da legislação específica e recebeu autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

A análise deste processo deve basear-se no Ato Normativo nº 1, de 1999, desta Comissão. Verificada a documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por este diploma regulamentar.

O ato de outorga obedece aos princípios de constitucionalidade, especialmente no que se refere aos artigos 220 a 223 da Constituição Federal, e atende às formalidades legais, motivos pelos quais somos pela homologação do ato do Poder Executivo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, 3 de dezembro de 2004. – **Deputado Raimundo Santos,** Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Vermelho Novo (ACCVN) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vermelho Novo, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 667, de 09 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Vermelho Novo (ACCVN) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão co-

munitária na cidade de Vermelho Novo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 3 de dezembro de 2004. – Deputado **Raimundo Santos,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o parecer favorável do Relator, Deputado Raimundo Santos, à TVR nº 232/2004, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jader Barbalho – Presidente, Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes, Adelor Vieira, Ariosto Holanda, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Durval Orlato, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Jurandir Boia, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Mariângela Duarte, Miro Teixeira, Nazareno Fonteles, Nelson Proença, Pedro Canedo, Pedro Irujo, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Takayama, Walter Pinheiro, Amauri Gasques, Lobbe Neto e Salvador Zimbaldi.

Sala da Comissão, 9 de março de 2005. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.565, DE 2005
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 240/04
MSC Nº 502/04

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Estância de Poá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poá, Estado São Paulo.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, Ricd)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer nº 9/90 – CCJR)

Publicação Inicial Art. 137, **caput –** RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 596, de 10 de novembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Estância de Poá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poá, Estado São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de março de 2005. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

TVR Nº 240, DE 2004
(MENSAGEM Nº 502, DE 2004)

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 596, de 10 de novembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Estância de Poá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poá, Estado São Paulo.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

I – Relatório

De conformidade com o art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Estância de Poá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária.

Atendendo ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeitos após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame desta Comissão, nos termos do inciso II, alínea “h”, do art. 32 do Regimento Interno.

II – Voto do Relator

A autorização do Poder Público para a execução de serviço de radiodifusão comunitária é regulada pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. No processo em questão, a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Estância de Poá atendeu aos requisitos da legislação específica e recebeu autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

A análise deste processo deve basear-se no Ato Normativo nº 01, de 1999, desta Comissão. Verificada a

documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por este diploma regulamentar.

O ato de outorga obedece aos princípios de constitucionalidade, especialmente no que se refere aos artigos 220 a 223 da Constituição Federal, e atende às formalidades legais, motivos pelos quais somos pela homologação do ato do Poder Executivo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2004. – Deputado **José Mendonça Bezerra,** Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Estância de Poá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poá, Estado São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 596, de 10 de novembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Estância de Poá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poá, Estado São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2004. – Deputado **José Mendonça Bezerra,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o parecer favorável do Relator, Deputado José Mendonça Bezerra, à TVR nº 240/2004, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jader Barbalho – Presidente, Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes, Adelor Vieira, Ariosto Holanda, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Durval Orlato, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Jurandir Boia, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Mariângela Duarte, Miro Teixeira, Nazareno Fonteles, Nelson Proença, Pedro Canedo, Pedro Irujo, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Takayama, Walter Pinheiro, Amauri Gasques, Lobbe Neto e Salvador Zimbaldi.

Sala da Comissão, 9 de março de 2005. Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.566, DE 2005
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 273/04
MSC Nº 517/04

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Penapolense para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, Ricd)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR)

Publicação Inicial Art. 137, **caput –** RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 2.949, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 778, de 22 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Penapolense para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de março de 2005. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

TVR Nº 273, DE 2004
(MENSAGEM Nº 517, DE 2004)

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.949, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 778, de 22 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Penapolense para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

I – Relatório

De conformidade com o art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato que autoriza a Associação Comunitária Penapolense para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária.

Atendendo ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeitos após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame desta Comissão, nos termos do inciso II, alínea "h", do art. 32 do Regimento Interno.

II – Voto do Relator

A autorização do Poder Público para a execução de serviço de radiodifusão comunitária é regulada pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. No processo em questão, a Associação Comunitária Penapolense para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico atendeu aos requisitos da legislação específica e recebeu autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

A análise deste processo deve basear-se no Ato Normativo nº 01, de 1999, desta Comissão. Verificada a documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por este diploma regulamentar.

O ato de outorga obedece aos princípios de constitucionalidade, especialmente no que se refere aos artigos 220 a 223 da Constituição Federal, e atende às formalidades legais, motivos pelos quais somos pela homologação do ato do Poder Executivo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2004. – Deputado **Ricardo Barros,** Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Penapolense para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 2.949, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 778, de 22 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Penapolense para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2004. – Deputado **Ricardo Barros,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o parecer favorável do Relator, Deputado Ricardo Barros, à TVR nº 273/2004, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jader Barbalho – Presidente, Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes, Adelor Vieira, Ariosto Holanda, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Durval Orlato, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Jurandir Boia, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Mariângela Duarte, Miro Teixeira, Nazareno Fonteles, Nelson Proença, Pedro Canedo, Pedro Irujo, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Takayama, Walter Pinheiro, Amauri Gasques, Lobbe Neto e Salvador Zimbaldi.

Sala da Comissão, 9 de março de 2005. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.567, DE 2005
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 275/04
MSC Nº 517/04

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Mesópolis – ADACME a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mesópolis, Estado São Paulo.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, Ricd)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR)

Publicação Inicial Art. 137, **caput –** RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 502, de 22 de setembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Mesópolis – ADACME a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mesópolis, Estado São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de março de 2005. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

TVR Nº 275, de 2004
(MENSAGEM Nº 517, de 2004)

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 502, de 22 de setembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Mesópolis – ADACME a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mesópolis, Estado São Paulo.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

I – Relatório

De conformidade com o art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Mesópolis – ADACME a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária.

Atendendo ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeitos após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame desta Comissão, nos termos do inciso II, alínea "h", do art. 32 do Regimento Interno.

II – Voto do Relator

A autorização do Poder Público para a execução de serviço de radiodifusão comunitária é regulada pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. No processo em questão, a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Mesópolis – ADACME atendeu aos requisitos da legislação específica e recebeu autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

A análise deste processo deve basear-se no Ato Normativo nº 01, de 1999, desta Comissão. Verificada a documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por este diploma regulamentar.

O ato de outorga obedece aos princípios de constitucionalidade, especialmente no que se refere aos artigos 220 a 223 da Constituição Federal, e atende às formalidades legais, motivos pelos quais somos pela homologação do ato do Poder Executivo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, 8 de dezembro de 2004. – Deputado **Narcio Rodrigues,** Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Mesópolis – ADACME a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mesópolis, Estado São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 502, de 22 de setembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Mesópolis – ADACME a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mesópolis, Estado São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de dezembro de 2004. – Deputado **Narcio Rodrigues,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje,

aprovou unanimemente o parecer favorável do Relator, Deputado Narcio Rodrigues, à TVR nº 275/2004, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jader Barbalho – Presidente, Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes, Adelor Vieira, Ariosto Holanda, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Durval Orlato, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Jurandir Boia, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Mariângela Duarte, Miro Teixeira, Nazareno Fonteles, Nelson Proença, Pedro Canedo, Pedro Irujo, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Takayama, Walter Pinheiro, Amauri Gasques, Lobbe Neto e Salvador Zimbaldi.

Sala da Comissão, em 9 de março de 2005. – Deputado **Jader Barbalho.** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.568, DE 2005

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)

TVR 303/04

MSC 526/04

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, Ricd)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR)

Publicação Inicial Art. 137, **caput –** RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 526, de 08 de outubro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de março de 2005. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente

TVR Nº 303, DE 2004

(MENSAGEM Nº 526, DE 2004)

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 526, de 08 de outubro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

I – Relatório

De conformidade com o art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária.

Atendendo ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeitos após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame desta Comissão, nos termos do inciso II, alínea "h", do art. 32 do Regimento Interno.

II – Voto do Relator

A autorização do Poder Público para a execução de serviço de radiodifusão comunitária é regulada pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. No processo em questão, a Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão atendeu aos requisitos da legislação específica e recebeu autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

A análise deste processo deve basear-se no Ato Normativo nº 01, de 1999, desta Comissão. Verificada a documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por este diploma regulamentar.

O ato de outorga obedece aos princípios de constitucionalidade, especialmente no que se refere aos

artigos 220 a 223 da Constituição Federal, e atende às formalidades legais, motivos pelos quais somos pela homologação do ato do Poder Executivo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, 1º de dezembro de 2004. – Deputado **Iris Simões,** Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 526, de 08 de outubro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 1 de dezembro de 2004. – Deputado **Iris Simões,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o parecer favorável do Relator, Deputado Iris Simões, à TVR nº 303/2004, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jader Barbalho – Presidente, Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes, Adelor Vieira, Ariosto Holanda, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Durval Orlato, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Jurandir Boia, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Mariângela Duarte, Miro Teixeira, Nazareno Fonteles, Nelson Proença, Pedro Canedo, Pedro Irujo, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Takayama, Walter Pinheiro, Amauri Gasques, Lobbe Neto e Salvador Zimbaldi.

Sala da Comissão, 9 de março de 2005. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.569, DE 2005
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 336/04
MSC Nº 640/04

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duartina, Estado de São Paulo.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, Ricd)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR)

Publicação Inicial Art. 137, **caput –** RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 180, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação Cultural Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duartina, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de março de 2005. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

TVR Nº 336, DE 2004
(MENSAGEM Nº 640, DE 2004)

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 180, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação Cultural Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duartina, Estado de São Paulo.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

I – Relatório

De conformidade com o art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato que autoriza a As-

sociação Cultural Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária.

Atendendo ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeitos após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame desta Comissão, nos termos do inciso II, alínea "h", do art. 32 do Regimento Interno.

II – Voto do Relator

A autorização do Poder Público para a execução de serviço de radiodifusão comunitária é regulada pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. No processo em questão, a Associação Cultural Comunitária atendeu aos requisitos da legislação específica e recebeu autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

A análise deste processo deve basear-se no Ato Normativo nº 01, de 1999, desta Comissão. Verificada a documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por este diploma regulamentar.

O ato de outorga obedece aos princípios de constitucionalidade, especialmente no que se refere aos artigos 220 a 223 da Constituição Federal, e atende às formalidades legais, motivos pelos quais somos pela homologação do ato do Poder Executivo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, 7 de dezembro de 2004. – Deputado **Jurandir Boia,** Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duartina, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 180, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação Cultural Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duartina, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 7 de dezembro de 2004. – Deputado **Jurandir Boia,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o parecer favorável do Relator, Deputado Jurandir Boia, à TVR nº 336/2004, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jader Barbalho – Presidente, Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes, Adelor Vieira, Ariosto Holanda, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Durval Orlato, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Jurandir Boia, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Mariângela Duarte, Miro Teixeira, Nazareno Fonteles, Nelson Proença, Pedro Canedo, Pedro Irujo, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Takayama, Walter Pinheiro, Amauri Gasques, Lobbe Neto e Salvador Zimbaldi.

Sala da Comissão, em 9 de março de 2005. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.570, DE 2005
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 345/04
MSC Nº 743/03

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura e Educação Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, Ricd)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR)

Publicação Inicial Art. 137, **caput –** RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 662, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura e Educação Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de março de 2005. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente

TVR Nº 345, DE 2004
(MENSAGEM Nº 743, DE 2004)

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 662, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura e Educação Social, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

I – Relatório

De conformidade com o art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura e Educação Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária.

Atendendo ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeitos após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame desta Comissão, nos termos do inciso II, alínea "h", do art. 32 do Regimento Interno.

II – Voto do Relator

A autorização do Poder Público para a execução de serviço de radiodifusão comunitária é regulada pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. No processo em questão, a Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura e Educação Social atendeu aos requisitos da legislação específica e recebeu autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

A análise deste processo deve basear-se no Ato Normativo nº 01, de 1999, desta Comissão. Verificada a documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por este diploma regulamentar.

O ato de outorga obedece aos princípios de constitucionalidade, especialmente no que se refere aos artigos 220 a 223 da Constituição Federal, e atende às formalidades legais, motivos pelos quais somos pela homologação do ato do Poder Executivo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2004.– Deputado **Nazareno Fonteles,** Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura e Educação Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 662, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura e Educação Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2004. – Deputado **Nazareno Fonteles,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o parecer favorável do Relator, Deputado Nazareno Fonteles, à TVR nº 345/2004, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jader Barbalho – Presidente, Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes, Adelor Vieira, Ariosto Holanda, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Durval Orlato, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Jurandir Boia,

Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Mariângela Duarte, Miro Teixeira, Nazareno Fonteles, Nelson Proença, Pedro Canedo, Pedro Irujo, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Takayama, Walter Pinheiro, Amauri Gasques, Lobbe Neto e Salvador Zimbaldi.

Sala da Comissão, 9 de março de 2005. –Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.571, DE 2005
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 352/04
MSC Nº 740/04

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, Ricd)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR)

Publicação Inicial Art. 137, **caput –** RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 262, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de março de 2005. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

TVR Nº 352, DE 2004
(MENSAGEM Nº 740, DE 2004)

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 262, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

I – Relatório

De conformidade com o art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária.

Atendendo ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeitos após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame desta Comissão, nos termos do inciso II, alínea "h", do art. 32 do Regimento Interno.

II – Voto da Relatora

A autorização do Poder Público para a execução de serviço de radiodifusão comunitária é regulada pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. No processo em questão, a Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga atendeu aos requisitos da legislação específica e recebeu autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

A análise deste processo deve basear-se no Ato Normativo nº 01, de 1999, desta Comissão. Verificada a documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por este diploma regulamentar.

O ato de outorga obedece aos princípios de constitucionalidade, especialmente no que se refere aos artigos 220 a 223 da Constituição Federal, e atende às formalidades legais, motivos pelos quais somos pela homologação do ato do Poder Executivo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2004. – Deputada **Luiza Erundina,** Relatora.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade

de Santa Rita de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 262, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2004. – Deputada **Luiza Erundina,** Relatora.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o parecer favorável da Relatora, Deputada Luiza Erundina, à TVR nº 352/2004, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jader Barbalho – Presidente, Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes, Adelor Vieira, Ariosto Holanda, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Durval Orlato, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Jurandir Boia, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Mariângela Duarte, Miro Teixeira, Nazareno Fonteles, Nelson Proença, Pedro Canedo, Pedro Irujo, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Takayama, Walter Pinheiro, Amauri Gasques, Lobbe Neto e Salvador Zimbaldi.

Sala da Comissão, 9 de março de 2005. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

INDICAÇÃO Nº 4.723, DE 2005

(Da Srª Yeda Crusius e outros)

Sugere a intervenção do Poder Executivo nas empresas aéreas Varig S.A. – Viação Aérea Riograndes, Rio Sul e Nordeste e em suas respectivas controladoras e controladas.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa:

Na economia globalizada, com mercados integrados, porém, com fornecedores e compradores distantes muitos quilômetros uns dos outros, se acentua cada vez mais a necessidade de ações rápidas e deslocamentos ágeis e seguros, de pessoas, bens e valores. Nesse contexto, o transporte aéreo tornou-se um serviço essencial, no mínimo, tanto quanto, por exemplo, a energia elétrica ou a água, uma vez que os prejuízos decorrentes da desarticulação de urna rede de transporte aéreo afetam a economia de forma similar á carência de fornecimento destes.

Esta é a razão fundamental pela qual o Governo brasileiro não pode permitir a descontinuidade da prestação dos serviços de transporte aéreo. No entanto, há anos a sociedade brasileira vem convivendo com os dissabores e inseguranças gerados pelo fraco equilíbrio econômico-financeiro das empresas aéreas nacionais, com suas inevitáveis repercussões sobre a segurança na prestação daqueles serviços.

Já não bastassem as desastrosas experiências recentes da Transbrasil e da Vasp, agrava-se á evidência e crise que se abate sobre a Varig e suas associadas, Rio-Sul e Nordeste.

No plano internacional, a Varig responde por 82% do tráfego de bandeira; no mercado doméstico, a empresa ainda detém 31%. A interrupção da operação da empresa não poderá ser suprida, a curto prazo, por terceiros, em caso de falência ou caos operacional, que se avizinha, como adiante demonstrado. Essa eventual ruptura da rede de transporte implicará transtornos profundos nos mais diversos segmentos da atividade: a distribuição de jornais e revistas, os serviços de correios, suprimentos eletro-eletrônicos e farmacêuticos, atividades políticas e governamentais, dentre outros.

A crise financeira da Varig, expressa em débitos crescentes com funcionários, fornecedores e com a União, que já se prolonga por mais de três anos, agrava-se a cada dia, sem que o controlador tenha tido a capacidade de sequer encaminhar uma solução para os problemas. Nos últimos três anos, o patrimônio líquido negativo da empresa passou de R$600 milhões (dezembro de 2001), para R$6,66 bilhões (setembro de 2004), o que demonstra a incapacidade dos atuais controladores de solucionar a questão.

No período mencionado, a Varig entregou ou devolveu, a empresas de arrendamento mercantil, mais de trinta aeronaves, reduzindo sua capacidade de prestação de serviços. Sua participação de mercado encolheu de 44 para 31%.

Fornecedores de combustíveis (como a BR Distribuidora) e de serviços aeroportuários (como a Infraero), e também os responsáveis pela manutenção de turbinas, dentre outros, têm deixado claro ser iminente a interrupção do suprimento à Varig, a menos de pa-

gamentos á vista. É inegável que, sem tais produtos e serviços, a empresa não poderá operar.

O Tesouro Nacional, credor da empresa em estimados R$3,1 bilhões, por certo não os receberá, no caso da interrupção da sua operação; da mesma forma, cerca de 30.000 funcionários, atuais e aposentados, deixarão de receber suas complementações de aposentadoria, haja vista o débito da Varig para com o Aerus, fundo de pensão.

A recusa, da parte dos representantes da Fundação Ruben Berta, controladora da Varig, em comparecer à Câmara dos Deputados, inobstante os repetidos convites efetuados pelas suas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, assim como pelo Grupo Parlamentar Misto em Defesa da Varig, aprofunda ainda mais a falta de credibilidade do atual controlador junto aos agentes econômicos dispostos a investir na Varig, como sobejamente conhecido. Tal recusa veio também a caracterizar, e de forma contundente, a total falta de transparência da atual gestão, que torna impossível atingir o necessário nível de confiança na escrituração contábil da companhia e, portanto, gera dúvidas incontornáveis a possíveis investidores, quanto ao real valor do passivo a ser equacionado.

Ao menos, em carta enviada à primeira signatária desta indicação, em 14 de março de 2005, o Presidente do Conselho da Fundação Ruben Berta[1] afirma, "inequivocamente", que esta abre mão do controle da Varig em prol da recuperação da empresa, aceitando diluir sua participação, hoje majoritária (detém cerca de 88% do capital).

Senhor Ministro, é mister proceder à intervenção na Varig, o quanto antes!

Como bem sabe Vossa Excelência, a intervenção é aplicável a qualquer entidade concessionária de serviço público (arts. 32 a 34 da Lei nº 8.987/95):

> "Art. 32. O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes."

O uso dos recursos legais, ainda que extremos, pela autoridade, reforça a clareza do sistema jurídico e a capacidade do Governo de promover os fins socialmente desejados.

A intervenção nas empresas concessionárias do serviço público de transporte aéreo é complementar e especialmente regulada pelo art. 168 do Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565/86):

> "Art. 188. O Poder Executivo poderá intervir nas empresas concessionárias ou autorizadas, cuja situação operacional, financeira ou econômica ameace a continuidade dos serviços, a eficiência ou a segurança do transporte aéreo.
>
> § 1º A intervenção visará ao restabelecimento de normalidade dos serviços e durará enquanto necessária à consecução do objetivo"

A previsão legal de que "o poder executivo poderá intervir..." é entendida, por eminentes administrativistas, dentre eles o mestre Hely Lopes Meirelles[2], como significando "o poder executivo deverá intervir..." , quando se verificarem as condições expressas, de forma a defender o interesse público, com base no princípio da prevalência deste sobre o interesse privado. Tais juristas consideram a intervenção como princípio inafastável do direito administrativo. Ao não intervir, estaria o Poder Executivo omitindo-se de seu poder-dever, ou impondo à coletividade prejuízos que poderiam ser evitados.

O ato administrativo deflagrador[3] regulará os termos da intervenção, devendo ser ressaltado que toda a regulação do procedimento de intervenção deve ser elaborada de acordo com o caso concreto[4].

Do decreto de intervenção devem constar a designação do interventor, o prazo da intervenção (máximo de dois anos, conforme o art. 320, do Código Brasileiro de Aeronáutica) e os objetivos e limites da medida, conforme dispõe o art. 32, parágrafo único da Lei nº 8.987/95, respectivamente:

> "Art. 320. A intervenção e liquidação extrajudicial deverão encerrar-se no prazo de 2 (dois) anos."

1 Controladora da FRBPar, por sua vez controladora das empresas Varig S.A., e VPTA, esta controladora da Rio Sul e da Nordeste.

2 "Se para o particular o poder de agir é uma faculdade, para o administrador é uma obrigação atuar desde que se apresente o ensejo de exercitá-lo em benefício da comunidade. É que o Direito Público ajunta ao poder do administrador o dever de administrativo. A propósito, já proclamou o colendo TFR que "o vocábulo poder significa dever quando se trata de atribuições de autoridades administrativas". Idêntica é a doutrina exposta por Carlos Maximiliano ao sustentar que, "para a autoridade, que tem a prerrogativa de ajuizar por alvedrio próprio, da oportunidade e dos meios adequados para exercer as suas atribuições, o poder se resolve em dever". (Meirelles, Holy Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 1998, p. 92).

3 A intervenção é definida por José dos Santos Carvalho Filho como sendo "a ingerência direta do concedente na prestação do serviço delegado, em caráter de controle, com o fim de manter o serviço adequado a suas finalidades e para garantir o fiel cumprimento das normas legais, regulamentares e contratuais da concessão" (Manual de Direito Administrativo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Juris, 1999, p. 284).

4 "No poder de fiscalização está implícito o de intervenção para regularizar o serviço, quando estiver sendo prestado deficientemente aos usuários ou ocorrer sua indevida paralisação. O ato interventivo, expedido previamente pelo concedente, deverá indicar os motivos da medida e o prazo de sua duração, e no inicio e no fim da intervenção lavrar-se-á o termo respectivo com todas as indicações necessárias á sua regularidade. A intervenção há que ser provisória, pois, se definitiva, importaria encampação do serviço ou rescisão do contrato" (Meirelles, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 19ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1994, p. 345).

"Art. 32..... .....

Parágrafo único. A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida."

O decreto de intervenção, editado quando constatadas a irregularidade da prestação de serviço e a situação emergencial, goza de auto-executoriedade, produzindo efeitos imediatos.

O interventor passa a gerir a sociedade buscando recuperar a empresa e assegurar a continuidade do serviço e o atendimento às normas de segurança, afastando-se, deste modo, a administração da concessionária. Para exercer sua função, deve ter poderes que lhe permitam praticar ou ordenar atos necessários à consecução dos objetivos da intervenção e zelar pelo integral cumprimento de todas as disposições e obrigações relativas à concessão.

Segue-se ao decreto de intervenção a instauração, no prazo de trinta dias, de um procedimento administrativo, com vistas a comprovar as causas determinantes da medida e apurar eventuais responsabilidades, de acordo com o art. 33, **caput** da citada Lei de Concessões de Serviços Públicos.

"Art. 33. Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa."

Finalmente, tendo o controlador se manifestado disposto a abrir mão do controle da Varig, em prol da continuidade da empresa, é de se supor que, renovada a credibilidade da empresa, a partir de uma posição firme do Governo e um desempenho do interventor focado na reorganização societária e na recuperação da empresa, as condições negociais estarão dadas e, ao final da intervenção, a Varig, como suas associadas, saneada e com uma nova estrutura acionária e administrativa, será entregue aos novos administradores e controladores, na forma do art. 188 do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Nessa perspectiva, os congressistas abaixo assinados, senadores e deputados federais, em posição de consenso quanto à necessidade de uma solução urgente para o caso Varig, vêm apresentar a Vossa Excelência a presente Indicação, com anexa minuta de Decreto de Intervenção, visando aos mais elevados fins sociais, come acima exposto, esperando contar com a boa compreensão, a sensibilidade e a atuação firme e decidida por parte do Poder Executivo federal, para adoção das medidas necessárias ao restabelecimento da credibilidade, da transferência, da saúde financeira e da segurança operacional do setor aéreo brasileiro.

Sala das Sessões, em de de 2005. – Deputada **Yeda Crusius.**

DECRETO Nº , DE 2005
(MENSAGEM Nº)

Determina a intervenção nas empresas aéreas Varig S. A. – Viação Aérea Rio Grandense, Rio-Sul e Nordeste e em suas respectivas controladoras e controladas.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 1º, inciso II, e § 2º do art. 9º e art. 12 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997,

Decreta:

Art. 1º Fica decretada a intervenção sobre as seguintes sociedades empresárias concessionárias de serviços de transporte aéreo:

I – VARIG S. A. – Viação Aérea Rio-Grandense, CNPJ 92.772.821/0001-64, e sua controlada Variglog, CNPJ...;

II – VPTA – Varig Participações e Transportes Aéreos, CNPJ..., e suas controladas Rio-Sul Serviços Aéreos Regionais, CNPJ..., e Nordeste Linhas Aéreas S/A, CNPJ...;

III – FRBPAR – Investimentos S.A., CNPJ 03.478.789/0001-89, controladora da Varig S.A. – Viação Aérea Riograndense e VPTA – Varig Participações e Transportes Aéreos, quanto aos negócios jurídicos e os aspectos administrativos, financeiros, econômicos e contábeis atinentes à gestão da concessão de serviços de transporte aéreo.

Art. 2º O prazo de intervenção será de 6 (seis) meses, durante o qual incumbirá ao interventor adotar as seguintes providências:

I – proceder a auditoria operacional, contábil e financeira, consolidando diagnóstico de cada uma das sociedades objeto da intervenção e propondo soluções para os problemas que forem detectados, em especial o equacionamento dos passivos, revisão dos estatutos e reestruturação societária do grupo empresarial, submetendo-os às respectivas assembléias gerais de acionistas;

II – supervisão da elaboração e implementação de plano de reestruturação a ser submetido à assembléia geral dos respectivos acionistas, podendo propor ao Poder Executivo, caso necessário e a bem do interesse público, a desapropriação de ações das sociedades empresárias sob intervenção;

III – gerir os negócios das sociedades empresárias sob intervenção, podendo nomear ou exonerar administradores e contratar serviços técnicos e jurídicos especializados, adotando estrutura administrativa que julgar adequada para cumprimento dos fins do presente decreto.

Art. 3º Fica nomeado(a) interventor(a) o(a) Senhor(a) ..., RG..., CPF ..., que prestará contas ao Ministro da Defesa dos seus atos e do fiel cumprimento do quanto disposto no presente decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva** – **José Alencar Gomes da Silva.**

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

(Dos Senhores Deputados Yeda Crusius, Romeu Querioz, Gonzaga Mota e Carlos Melles)

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência seja encaminhada ao Poder Executivo a indicação em anexo, sugerindo intervenção nas empresas aéreas Varig S.A – Viação Aérea Rio-Grandense, Rio-Sul e Nordeste, em suas respectivas controladoras e controladas.

Sala da Comissão, 15 de março de 2005.

ROMEU QUEIROZ
YEDA CRUSIUS
BISMARCK MAIA
GONZAGA MOTA
CARLOS MELLES
SERGIO ARAUJO
EDUARDO PAES
ALEX COLLARES
GONZAGA MOTA
OSVALDO BIOLCHI
RICARDO SILVA
JOÃO FAUSTO
FLEURY
HENRIQUE FONTES
NILSON PINTO
PEDRO WONS

TUTHYJR

A.C.M. THAME

ANTONIO CARLOS A –

725 A. Vasconcellos

Walter Barelli

Silvio Torres

Arruda

Onyx Lorenzoni

315 João Campos

ZARATTINI JR

REQUERIMENTO

Requeiro a Vossa Excelência, a prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao PL nº 4.776/05 que "Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, e dá outras providências" tendo em vista considerarmos não existir tempo hábil para elaboração das mesmas, justificada pela complexidade e importância da matéria em questão.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2005. –

LÍDER DO PSDB

ATO DA PRESIDÊNCIA

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições regimentais,

Resolve

excepcionalmente, prorrogar, por 5 (cinco) sessões, o prazo para recebimento de emendas, em Plenário, ao Projeto de Lei nº 4.776, de 2005, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, e dá outras providências".

Publique-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Publique-se.

Brasília, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Finda a leitura do expediente, passa-se à

IV – HOMENAGEM

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Esta sessão solene destina-se a homenagear o Rotary Internacional pelo seu centenário e foi requerida pelos nobres Deputados Laura Carneiro, André Zacharow, Tadeu Filippelli, Dr. Rodolfo Pereira, Feu Rosa, Luiz Carlos Hauly, Eduardo Sciarra, Antonio Carlos Pannunzio, Marcelo Ortiz e Geraldo Thadeu.

Convido para compor a Mesa dos trabalhos o Sr. Luiz Coelho de Oliveira, Diretor do Rotary Internacional *(palmas);* o Sr. Salvador da Costa Marques Neto, Governador do Rotary do Rio de Janeiro *(palmas);* o Sr. Oswaldo Dias Carvalho, Governador do Rotary de Goiás *(palmas*); o Sr. Emanuel Padilha, Governador do Rotary Paraná/Sul *(palmas);* a Sra. Maria Aparecida Abdala Dias, esposa do Governador Oswaldo Dias *(palmas*); e a Sra. Leda Maria Padilha, esposa do Governador Emanuel Padilha. (*Palmas.*)

Convido todos a ouvirem, de pé, o Hino Nacional, interpretado pelo Coral do Senado Federal, regido pela maestrina Glicínia Mendes.

(É executado o Hino Nacional.)

O Sr. Severino Cavalcanti, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Feu Rosa, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – A seguir, assistiremos a um vídeo institucional do Rotary.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Feu Rosa) – Dando continuidade à sessão solene em homenagem ao Rotary Internacional pelo seu centenário, vou ler a mensagem do nobre Presidente Severino Cavalcanti às autoridades rotarianas, a todos os presentes e aos nossos ilustres colegas Deputadas e Deputados.

"A humanidade vive um momento de profunda conturbação, tomada pela incompreensão, pela intolerância, pela insensatez. Esquecido do sentimento da generosidade, negligente com relação ao próprio futuro, o mundo submete-se à globalização, de acordo com os desejos do mercado, mas não se rende a valores morais mais elevados, em torno dos quais deveria buscar a união entre todos os povos e construir uma pregação de paz, amizade e alianças. O novo milênio espera pelo reescrever da história.

'Caberá aos nobres de sentimento e aos fortes de alma a difícil tarefa. Aos homens e mulheres que quiserem melhorar o mundo, basta um só requisito: boa vontade'.

Foi dessa forma que, em 23 de fevereiro de 1905, 3 amigos tiveram a iniciativa de reunir-se em Chicago, Estados Unidos. Queriam reavivar o espírito de amizade que cada um trouxera da sua terra natal. Em rápida expansão, o grupo logo ampliou o objetivo inicial. Valendo-se das habilidades, bem como dos recursos dos sócios, tornou-se rapidamente um clube de serviços voltado para a comunidade. A semente da esperança, da concórdia, do companheirismo e da solidariedade não demorou a dar os primeiros frutos.

E assim continuou: crescendo e se espalhando para outras cidades dos Estados Unidos. Do conjunto dos vários clubes, nasceria a Associação Nacional de Rotary Clubes. Em 1911, a idéia já ganhava outros países, dando lugar à Associação Internacional de Rotary Clubes, depois denominada Rotary Internacional.

A presente comemoração do centenário do Rotary Internacional vem encontrar uma Instituição forte, que se ampliou e se modernizou, sem jamais haver perdido a razão da própria existência. Contam-se hoje mais de 1 milhão de pessoas, a trabalhar por seu engrandecimento constante, na perfeita assimilação do papel desempenhado indivíduo a indivíduo, dentro dessa corrente formidável.

Em todos os lugares onde está presente o Rotary, a data de 23 de fevereiro último transcorreu num clima de entusiasmo e júbilo, largamente partilhado pela grande comunidade rotariana no Brasil. Orgulhosos do trabalho que realizam, os rotarianos brasileiros espelham-se na instituição-mãe como forma de melhor servir, e contribuem para dar ao Rotary, no mundo, a dimensão que nem mesmo seus fundadores ousaram imaginar. Decorridos 100 anos, o Rotary tornou-se maior do que a própria tradição.

Ao longo do tempo, o Rotary viu o mundo mudar: presenciou as duas grandes guerras; acompanhou o impacto de profundas transformações sociais; assistiu ao alarmante crescimento da fome e da miséria; viveu a ascensão e queda de regimes, governos, e ideologias; acompanhou o alvorecer de um novo século e, com ele, o renascer da esperança; sofreu com as crises, mas se congratulou diante das soluções; apreensivamente, acompanha a es-

calada sem limites do fanatismo, mas, entusiasticamente, aclama todos os esforços pela paz. E, de alguma forma, influencia e participa dos acontecimentos, porque, onde quer que haja um Rotary, este contará sempre com cidadãos de grande representatividade, junto aos diversos segmentos da sociedade.

Posso dizer que estamos diante de uma instituição de nosso tempo. Vou mais longe: já há muito tempo, e mais agora, aos 100 anos, o Rotary Internacional alcançou o sucesso, e nos brinda com o sentido da permanência.

Receba o Rotary Internacional os parabéns desta Casa. A todos os rotarianos, a nossa homenagem.

Severino Cavalcanti." *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Feu Rosa) – Dando continuidade aos nossos trabalhos, antes de assumir a Presidência na qualidade de co-autora do requerimento de realização desta sessão solene, em comemoração aos 100 anos do Rotary Internacional, tem a palavra a nobre Deputada Laura Carneiro, do Rio de Janeiro. (*Palmas*.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Feu Rosa, que neste ato representa o Sr. Presidente Severino Cavalcanti; Dr. Luiz Coelho de Oliveira, Diretor Internacional do Rotary, com quem, nos últimos dias, falamos muito sobre a organização do evento de hoje, e a quem agradeço o carinho de nos ter cedido o vídeo apresentado; Governador do Rotary do Rio de Janeiro, Sr. Salvador da Costa Marques Neto, o primeiro a ser chamado para integrar a Mesa, e não poderia ser diferente; Governador Oswaldo Dias Carvalho, com quem fizemos várias tratativas para que esta sessão pudesse ser realizada; Governador do Rotary do Paraná, Sr. Emanuel Padilha; Sra. Maria Aparecida Abdala; Sra. Leda Maria Padilha, é um prazer enorme para nós, Deputadas e Deputados, receber a família Rotary em nossa Casa.

No dia 23 de fevereiro, o Rotary Internacional comemorou 100 anos de existência. Tamanha longevidade, que poucas organizações conseguem atingir, já revela a importância do trabalho desenvolvido por seus integrantes em todo o mundo, como observamos no vídeo.

Foram 100 anos muito bem vividos, desde que Paul Harris e 3 amigos se encontraram num pequeno escritório de advocacia em Chicago, Deputada Zulaiê Cobra, para discutir a idéia de reunir periodicamente homens de negócios – naquela época, só homens – motivados pelo espírito de companheirismo e pela vontade de expandir seu círculo de relações profissionais.

Com o tempo, o grupo foi se ampliando, diversificou objetivos, multiplicou-se em outras cidades norte-americanas e passou a desenvolver ações humanitárias.

Durante a Primeira Guerra Mundial, arrecadou fundos para assistência e auxílio a situações de emergência. Logo após a Segunda Guerra, a delegação do Rotary Internacional, com 49 rotarianos, foi a maior entre todas as ONGs presentes à conferência de fundação das Nações Unidas, em 1945.

Em 1947, a Fundação Rotária, um fundo de dotações criado pelo Rotary, inaugurou seu primeiro programa de bolsas de estudos, Deputada Mariângela Duarte, enviando 18 estudantes a 7 países diferentes. Hoje, mais de 1.300 estudantes viajam ao exterior a cada ano como bolsistas do Rotary.

E o que faz o Rotary Club ser uma instituição tão respeitada? Simples. O que melhor a define é o sentido de sua missão: *"Dar de si antes de pensar em si"*. Sob esse lema, o Rotary ultrapassou fronteiras nacionais, barreiras idiomáticas, preconceitos raciais e dogmas religiosos para tornar-se entidade de âmbito mundial dedicada à promoção da paz e à compreensão entre os membros da imensa família humana.

Hoje, o Rotary congrega 1,2 milhão de homens e mulheres em 176 países, 31.600 clubes e, para o nosso orgulho, Deputadas, 1.900 mulheres são presidentas do Rotary. É gente dinâmica e de espírito contagiante que pratica ação construtiva, fazendo da boa vontade um hábito e que enriquece ainda mais o agora centenário legado dessa organização, reconhecida como a mais antiga a se devotar à prestação de serviços em todo o mundo.

Esse reconhecimento está expresso no fato de ter sido a única instituição privada, Deputado Simão Sessim, a receber a distinção de ocupar um assento no Conselho Comunitário da ONU, de onde contribui com entidades do porte da UNICEF para a realização de ações humanitárias de dimensões globais.

E são notáveis os projetos e programas dos quais participa, como a Campanha PolioPlus, que tem o objetivo de erradicar a poliomielite em todo o planeta até 2005. Para esse fim já investiu, nobres companheiros, 500 milhões de dólares, doados pelos rotarianos, e continua trabalhando para arrecadar mais 400 milhões de dólares.

Outra ação de bastante importância é a dos subsídios equivalentes, que permitem o desenvolvimento de projetos em conjunto por clubes rotarianos de diversos países, em benefício de determinada comunidade alvo.

Diversas iniciativas poderiam ser mencionadas, como as voltadas à alfabetização, ao combate à fome,

à atenção à saúde, à proteção à infância e à adolescência e ao desenvolvimento sustentável, para exemplificar a enorme importância do trabalho do Rotary em prol da humanidade.

Manifesto aqui o nosso orgulho e o de todos os Governadores, posto que o Presidente Internacional da entidade chegará, às 10h, ao Rio de Janeiro, em visita ao País. S.Sa. visitará apenas 9 países. Infelizmente, foi impossível chegar a tempo de participar da nossa sessão.

No Brasil, alguns números atestam a grandiosidade desse trabalho: alfabetização de cerca de 600 mil crianças e de mais de 100 mil adultos; atenção a mais de 100 mil portadores de necessidades especiais e assistência a 150 mil menores em situação de risco, além de milhares de crianças atendidas por creches, cursos profissionalizantes, ações de combate à fome e de cuidado com a saúde.

Parabéns ao Rotary Brasil!

Essa capacidade de servir, esse modo de atuar fundamentado no convívio, esse novo sentido dado à vida é a razão do enorme sucesso do Rotary Internacional. A cada dia, os rotarianos descobrem novos horizontes; a cada dia, aperfeiçoam os instrumentos para a realização de ações solidárias. Assim, vêm continuamente recriando sua organização, o que fazem há 1 século. E estão prontos para mais 100 anos de serviço e de sucesso.

A obra meritória concretizada pelas mulheres e pelos homens que vivem o Rotary em todo o mundo, e no Brasil em particular, é digna de nosso respeito e de nosso reconhecimento. Nesse sentido, subscrevi o requerimento para a realização desta sessão solene, por meio da qual a Câmara dos Deputados, falando em nome do povo brasileiro, tem a oportunidade de homenagear o Rotary Internacional pelo brilhante trabalho de prestação de serviços conduzido neste século de existência.

Tive a honra de ser a primeira a subscrever o requerimento, e o fiz ainda no ano passado, na verdade atendendo a pedido do nosso ex-Governador Wilmar e do atual Governador Salvador, do distrito do Rio de Janeiro, mas outros tantos Deputados o subscreveram, a saber: Deputados André Zacharow, Tadeu Filippelli, Dr. Rodolfo Pereira, Feu Rosa, Luiz Carlos Hauly, Eduardo Sciarra, Antonio Carlos Pannunzio, Marcelo Ortiz e Geraldo Thadeu.

Esta homenagem é o reconhecimento da Câmara dos Deputados ao trabalho dos senhores.

Celebremos o Rotary!

Parabéns a todos!

Saudações rotárias! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Feu Rosa) – Convido a ilustre Deputada Laura Carneiro a assumir a presidência dos trabalhos.

O Sr. Feu Rosa, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Laura Carneiro, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Sciarra, na qualidade de autor do requerimento de realização desta sessão solene.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PFL – PR. Sem revisão do orador.) – Saúdo V.Exa., Deputada Laura Carneiro, co-autora do requerimento de realização desta sessão solene que neste momento preside a sessão; o Deputado Feu Rosa, representante nesta sessão do Presidente Severino Cavalcanti; o Sr. Luiz Coelho de Oliveira, Diretor Internacional do Rotary; o Sr. Salvador da Costa Marques Neto, Governador do Rotary do Rio de Janeiro; o Sr. Oswaldo Dias Carvalho, Governador do Rotary de Goiás, e sua esposa, Sra. Maria Aparecida Abdala Dias; o Sr. Emanuel Padilha, Governador do Rotary do meu Estado, o Paraná, e sua esposa, a Sra. Leda Maria Padilha; os Deputados que se somaram para a apresentação do requerimento de homenagem ao transcurso dos 100 anos de criação do Rotary Internacional; e os demais presentes que prestigiam esta solenidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 23 de fevereiro de 1905, o advogado Paul Harris reuniu-se com 3 amigos em um pequeno escritório situado na cidade de Chicago, com o objetivo de fazer prevalecer "o espírito de amizade cultivado em suas cidades natais". Mais pessoas também foram convidadas para se juntar ao grupo, e o clube tornou-se conhecido.

Atualmente, o Rotary é constituído por profissionais de diversas áreas de atuação, cujo objetivo precípuo é o de proporcionar o bem-estar da humanidade, trabalhando na construção da paz, da boa vontade e especialmente na construção e na manutenção dos mais altos padrões da Ética. No início, faziam-se reuniões alternadas nos escritórios de seus membros, daí a explicação para o nome "Rotary".

Desde 1987, as mulheres passaram a ser admitidas no Rotary, e sua participação vem crescendo rápida, organizada e competentemente, ocupando lugares de destaque dentro da instituição. Temos hoje, ao redor do mundo, cerca de 2 mil mulheres presidentas de clube, e um total de 1,22 milhão de rotarianos de ambos os sexos.

A Fundação Rotária é a maior organização não-governamental e sem fins lucrativos do mundo, lutando

pela paz e a organização mundial através de programas educacionais e de intercâmbio cultura. É mantida por doações feitas por rotarianos e por pessoas que acreditam que um mundo melhor é possível.

Atualmente, mais de 1.300 estudantes viajam, por ano, na condição de bolsistas do Rotary, sendo que, ao todo, já foram mais de 35 mil os bolsistas neste primeiro século de existência da organização. Os bolsistas não são apenas e tão-somente estudantes. No mais das vezes, são profissionais de alta envergadura que prestam seus serviços a instituições como ONU, embaixadas e outras corporações, disseminando em suas comunidades e mormente por onde passam ampla visão do mundo.

Atualmente, a Fundação Rotária conta com o programa de Centro de Estudos Internacionais na área da paz e da resolução de conflitos.

Na década de 60, cria-se a Rotaract e o Interact, tratando-se, nada mais nada menos, do que de um programa de Rotary para jovens de 14 a 28 anos e de 18 a 30 anos de idade, respectivamente, supervisionado por Rotary Clubs patrocinadores.

Desde o ano de 1965, a Fundação Rotária presta auxílios à comunidade internacional, dos quais podemos citar os projetos de subsídios individuais; subsídios distritais simplificados; saúde, fome e humanidade. Porém, o projeto mais ambicioso do Rotary, anunciado em 1985, foi o PolioPlus, um programa audacioso cujo objetivo é o de erradicar a poliomielite do mundo até o ano de 2005, com a cooperação de Governos nacionais, da Organização Mundial de Saúde e da UNICEF.

O Rotary atingiu neste ano a marca de meio bilhão de dólares em contribuições financeiras feitas por rotarianos e destinados à erradicação mundial da pólio.

No início, a participação do Rotary era apenas financeira, angariando voluntários para auxiliar na distribuição de vacinas. Atualmente, os fundos do Programa PolioPlus financiam transportes, distribuição de vacinas, laboratórios e treinamento de profissionais de saúde e voluntários que participam do processo de imunização.

Com o trabalho sério desenvolvido em 1995, o Rotary promoveu uma força-tarefa junto aos governos, que resultou em mais de 1,5 bilhão em subsídios públicos para tal fim.

O Rotary continua a se multiplicar. Desde 1990, já dispõe de clubes na Rússia e em alguns países da antiga União Soviética, tais como a Armênia.

O Brasil tem hoje 2.290 clubes espalhados pelo País, totalizando 54.400 rotarianos. O Paraná, meu Estado, conta com 4 distritos do Rotary: o 4.630, sediado em Maringá, com 68 clubes e 1.760 rotarianos; o 4.640, sediado em Foz do Iguaçu, com 79 clubes e 2.020 rotarianos, na minha região de Cascavel; o 4.710, sediado em Londrina, com 53 clubes e 1.200 rotarianos; e o 4.730, com sede em Curitiba, com 78 clubes e 1.800 rotarianos.

O Governador Emanuel Padilha, do Distrito 4.730, tem dito que a pólio está praticamente extinta graças a uma ação global. Recentemente, lançou um desafio para os paranaenses no sentido de trabalharem contra a lepra no Estado. São esses desafios que fazem do Rotary um clube de serviço antenado e sensível aos problemas sociais.

Ao completar 100 anos, o Rotary é, sem sombra de dúvida, instituição nova, menina, que na idade começa a germinar, mas que na prática, crescida, madura e consciente de sua responsabilidade social, sabe que hoje, a exemplo dos 100 anos passados, não basta apenas cumprirmos a nossa obrigação neste mundo de fome, miséria, violência, doenças contagiosas, meio ambiente fragilizado, massacres desenfreados em nome da paz e da democracia.

É preciso muito mais. É preciso que a sociedade se organize, que tenha, como os rotarianos, o espírito altruísta e lembre-se do que o Mestre já dizia: *"Amai ao próximo como a ti mesmo"*. No Rotary dizemos: *"Dar de si antes de pensar em si"*.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Concedo a palavra ao Deputado Feu Rosa, um dos autores do requerimento de realização desta sessão solene, que, tenho certeza, falando com o coração, fará o melhor discurso da manhã.

DISCURSO DO SR. DEPUTADO FEU ROSA QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Registro a presença do Governador eleito para o biênio 2005/2006, Distrito nº 4.730, Dr. Jaroslaw Hrebinnik, do Rotary Club de Curitiba, Cidade Sorriso; do Governador eleito para o biênio 2005/2006, Distrito nº 4.390, Alagoas, Sergipe e norte da Bahia, Sr. José Firmino de Oliveira; do futuro Governador eleito para o biênio 2006/2007, Distrito nº 4.530, Dr. Luiz Gustavo Kuster Prado.

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly, como autor da proposição.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, Ilmo. Sr. Luiz Coelho de Oliveira, Diretor do Rotary Internacional; Sr. Salvador da Costa Marques Neto, Governador do Rotary do Rio de Janeiro;

Sr. Oswaldo Dias Carvalho, Governador do Rotary de Goiás; Sr. Emanuel Mascarenhas Padilha, companheiro Governador do Rotary do Paraná/Sul; Sra. Maria Aparecida Abdala Dias, esposa do Governador Oswaldo Dias de Carvalho; Sra. Leda Maria Padilha, esposa do Governador Emanuel Padilha; Sr. Governador Frederico Scandelae, do Distrito nº 4.710, de Londrina, Paraná; Sr. Presidente do meu Cambezão, Rotary Clube Cambé, Sr. Francisco Montes Hernandes; Sras. e Srs. Parlamentares; senhoras e senhores rotarianos do Brasil aqui presentes.

Com grande satisfação, venho congratular-me com o Rotary Club Internacional pelo transcurso de seu centenário, ocorrido em 23 de fevereiro último.

Instituição com aproximadamente 1 milhão e 200 mil associados e atuando em 166 países, o Rotary tem mais de 31.000 clubes, cuja principal missão é servir à comunidade.

O centenário comemorado este ano pelos rotarianos nos contagia, pois a trajetória iniciada em 23 de fevereiro de 1905 é uma clara demonstração de que o mundo precisa de solidariedade e de amizade.

Nesta data jubilosa vale a pena rememorar momentos marcantes que ocorreram no transcurso desses 100 anos de dedicação, principalmente ao fortalecimento dos laços de amizade, ao crescimento pessoal e à atuação cívica junto à comunidade.

Rememorando sua origem, o primeiro clube de prestação de serviços foi fundado no dia 23 de fevereiro de 1905, quando o advogado Paul Harris reuniu-se com 3 amigos em um pequeno escritório no centro de Chicago, nos Estados Unidos da América.

Os discursos se repetem, mas é importante frisar a origem e os principais eventos.

O principal objetivo era reavivar, durante a virada do século, o espírito de amizade conhecido em suas cidades natais.

Com a ampliação do número de associados ele passou a ser denominado Rotary, já que o local onde os sócios se reuniram era rotativo – cada vez no escritório de um deles, sendo que o seu processo de institucionalização ocorreu com a celebração da primeira convenção do Rotary, que se realizou no Congress Hotel, em Chicago, no mês de agosto de 1910.

Ouço, com prazer, o nobre Deputado Lobbe Neto.

O Sr. Lobbe Neto – Caro Deputado Luiz Carlos Hauly, cumprimento V.Exa., a Presidenta desta sessão solene, Deputada Laura Carneiro, e os demais autores do requerimento de realização desta sessão de homenagem ao centenário do Rotary Internacional. Nada mais justo do que a Câmara dos Deputados prestar homenagem a essa instituição que completa 100 anos de solidariedade, companheirismo e parcerias com a União, Estados, Municípios e entidades não governamentais, minimizando o sofrimento da população. Em colaboração com governos constituídos, o Rotary proporciona uma vida melhor a todos os cidadãos em âmbito mundial. Parabenizo V.Exa., os autores do requerimento, o Diretor do Rotary Internacional e todas as rotarianas e os rotarianos que se encontram presentes. Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Agradeço ao Deputado Lobbe Neto, do PSDB de São Paulo, o aparte. Cumprimento os membros do PSDB, representado nesta sessão solene por mim e pelo Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

Antes de chegar a seu 20º aniversário, o Rotary já contava com quase 200 clubes e mais de 20.000 sócios ao redor do mundo.

O primeiro Rotary Club na América Latina foi organizado em Havana, Cuba, em 1915.

No Brasil, as comemorações dos 100 anos de Independência do Brasil, bem como suas fortes repercussões, serviram como um incentivo para a fundação do Rotary Club do Rio de Janeiro, quando 16 brasileiros, em 15 de dezembro de 1922, fundaram o primeiro Rotary Club do Brasil.

Contudo, a oficialização da admissão do Rotary Club do Rio de Janeiro ao Rotary Internacional somente foi registrada em 28 de fevereiro de 1923, data esta que passou a ser a de aniversário da organização no Brasil.

Em relação à participação das mulheres, em 1987 elas passaram a ser admitidas pela organização e hoje representam o segmento que mais rapidamente se expande. Atualmente, mais de 2.000 Rotary Clubs são presididos por mulheres, que, além disso, também estão assumindo papéis de liderança em nível regional.

Em 1943, uma conferência patrocinada pelo Rotary, em Londres, serviria de inspiração para a criação da Organização para Educação Ciência e Cultura – UNESCO, em 1946.

Em 1945, em San Francisco, com uma delegação formada por 49 membros, o Rotary Internacional foi a presença de maior peso entre as organizações não governamentais na conferência de fundação da Organização das Nações Unidas.

Conforme destacamos neste pronunciamento, o objetivo principal do Rotary é servir – na comunidade, no local de trabalho, no mundo em geral. Os rotarianos procuram estabelecer a boa vontade e a paz no mundo, oferecer serviços humanitários e fomentar um elevado padrão de ética em todas as profissões.

"Dar de si antes de pensar em si" é o lema rotário. "Mais se beneficia quem melhor serve". E a prova quádrupla é maravilhosa: "É a verdade? É justo para todos os interessados? Criará boa vontade e melhores amizades? Será benéfico para todos os interessados?"

O principal destaque que nos leva a homenagear essa instituição nesta data é o alcance das suas atividades.

Durante a 1ª Guerra Mundial, o Rotary descobriu novas maneiras de servir, ou seja, por meio de arrecadações para trabalhos de assistência e auxílio em situações de emergência. Após a 2ª Guerra Mundial, deram início a novos projetos de prestação de serviços, que incluíam auxílio a refugiados e prisioneiros de guerra.

Atualmente, os rotarianos implementam, por meio de seus Rotary Clubs, projetos comunitários que procuram sanar muitos dos problemas críticos da atualidade, entre eles, a violência, abuso de drogas, falta de orientação à juventude, AIDS, fome, analfabetismo e destruição do meio ambiente.

Um dos seus focos principais é o trabalho voltado para a formação de jovens, procurando focalizar os desafios enfrentados pela mesma nos dias de hoje. Como exemplo citamos os programas Interact Clubs (para jovens de 14 a 18 anos), Rotaract Clubs (para jovens de 18 a 30 anos) e Prêmios Rotários de Liderança Juvenil (seminários RYLA). Os jovens aprendem a ser líderes, bem como a importância da prestação de serviços à comunidade.

Quero ressaltar que fui um rotariano, fundei o primeiro Rotaract da minha cidade, na época, com 95 sócios. Evidentemente eu era bem jovem.

Esse programa educacional da Fundação Rotária é considerado o maior programa internacional de bolsas de estudos do mundo financiado por uma entidade privada. Atualmente mais de 1.100 bolsas são outorgadas anualmente para estudos no exterior. Além disso, a entidade também oferece subsídios para professores universitários lecionarem em países em desenvolvimento e para o intercâmbio de equipes integradas por líderes executivos e profissionais, dando a eles oportunidade de prestar serviços à comunidade, além de desenvolver sua capacidade de liderança e promover a paz e compreensão mundial.

Destaca-se, ainda, todo apoio em campanhas de vacinação, que proporcionaram, por exemplo, a erradicação da poliomielite em nosso território. Através da PolioPlus, é representado o compromisso do Rotary com a erradicação da poliomielite até o ano 2005.

Graças aos esforços do Rotary e de seus parceiros na luta contra essa doença, mais de 2 bilhões de crianças foram imunizadas, mundialmente, desde 1985.

Em 1986, registraram-se 154 nações sem nenhum caso de pólio. Um grande feito, considerando que, quando o programa PolioPlus foi lançado, somente 85 países estavam livres da doença.

Calcula-se que, neste ano de 2005, as contribuições dos rotarianos para a erradicação da poliomielite totalizarão cerca de meio bilhão de dólares.

Além disso, o Rotary Internacional vem mobilizando número imenso de voluntários que colaboram com o transporte das vacinas e com as atividades de imunização em geral.

Um índice recorde de imunização em 2000: 550 milhões de crianças – quase um décimo da população mundial – tomaram a vacina oral antipólio, graças às atividades de reforço dos trabalhos de imunização em 82 países. Em todos os países com pólio endêmica o número de Dias Nacionais de Imunização aumentou e trabalhos de vacinação de casa em casa foram iniciados para não deixar nenhuma criança sem ser vacinada.

É com justo orgulho que faço este pronunciamento, pois, como rotariano e rotaractiano e ex-presidente dos clubes de minha cidade natal, sou testemunha do alcance social que a organização possui em todo o mundo.

Parabéns, Rotary, pelos seus 100 anos! Viva a paz mundial! Viva o Rotary! *(Palmas.)*

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – O nobre Deputado Luiz Carlos Hauly, autor da sessão de homenagem ao Rotary Internacional pelos seus 95 anos, não poderia ter feito melhor pronunciamento na tribuna da Casa.

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, nobre Deputado André Zacharow, esclareço a V.Sas. que o Dr. Oswaldo Dias de Carvalho não é Governador apenas do Rotary de Goiás, mas também do Rotary do Distrito Federal e do Tocantins.

Saúdo o Dr. Othon Pio de Abreu, Governador do Rotary de Brasília, Distrito 4.530, no período de 1976 a 1977; o Dr. Francisco Augusto Ramos, Vice-Presidente, no período 2004/2005, e Presidente, no período 2005/2006, do Rotary Club de Palmas, Tocantins, Distrito 4.530; o Dr. Jafé Torres, Presidente da Casa de Pernambuco, em Brasília; o Dr. Claud Wagner Gonçalves Dias, Presidente do Conselho de Governadores do Rotary Internacional, Distrito 4.530, bem como sua esposa Sandra.

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Concedo a palavra ao Deputado André Zacharow, autor da proposição.

O SR. ANDRÉ ZACHAROW (PSB – PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Deputada Laura Carneiro, Sras. e Srs. Deputados, autoridades rotárias, rotarianos presentes, sou rotariano há cerca de 10 anos, filiado ao clube Cidade Industrial de Curitiba, pertencente ao Distrito 4.730.

É com muita honra que recebemos nesta Casa o companheiro Emanuel Mascarenhas Padilha, Governador do Rotary do Paraná para 2004/2005, acompanhado de sua esposa, D. Leda Maria Padilha, e também o companheiro Jaroslaw Hrebinnik, Governador desse mesmo distrito para o biênio 2005/2006, e sua esposa Lhuba. Muito obrigado por prestigiarem esta sessão solene, da qual sou também proponente.

O Rotary Internacional, em fevereiro de 2005, completou 100 anos de existência, sempre objetivando a promoção da paz e da compreensão mundial.

Nesses 100 anos, o Rotary tem realizado projetos e participado de programas muito significativos, como, por exemplo, a busca da erradicação da poliomielite no mundo, o que espera obter até 2005, e para tal objetivo já destinou mais de 500 milhões de dólares, além de está arrecadando mais 400 milhões de dólares para aplicar nos próximos 2 anos.

Vem realizando intercâmbios de jovens, tendo até hoje mais de 7.500 estudantes participado desse programa. Foram também distribuídas 34 mil bolsas educacionais que proporcionaram melhor formação profissional e experiências pessoais muito gratificantes aos envolvidos, além de bolsas para professores em países de baixa renda.

Outra atividade muito importante são os programas de subsídios equivalentes, que permitem o desenvolvimento de projetos conjuntos entre clubes de países diversos e que favorecem a comunidade alvo, além de propiciar a compreensão entre pessoas que vivem em diferentes realidades. Em tais programas já foram aplicados mais de 390 milhões de dólares. Investindo na especialização de negociadores, foram criados 7 Centros Rotary para a Paz Mundial, com um curso de pós-graduação, em convênio com universidades, que forma 70 conciliadores por ano, desde 2001. Tais especialistas em administração de conflitos serão mais uma contribuição efetiva do Rotary Internacional na busca da paz e da compreensão mundial.

Outros programas e projetos que visam mitigar a fome, a falta de casa, a proteção à criança e a manutenção da saúde também recebem do Rotary valores significativos. Só em Curitiba já se construíram 100 casas e outras 100 serão construídas no interior do Estado.

Hoje, aproximadamente 1,5 milhão de membros, agrupados em clubes de 169 países, formam esse contingente de profissionais, líderes nos seus segmentos de mercado, imbuídos dos ideais rotários e dispostos a esse esforço global de priorizar a paz entre as Nações e a boa vontade entre os povos.

Sr. Presidente, a importância do Rotary Internacional foi reconhecida pela ONU, que lhe destinou uma cadeira na Assembléia Geral, única organização no mundo a receber tal distinção.

No Brasil – e no Paraná, em particular – não é menor a presença do Rotary. Só no Distrito 4.730, nos dias atuais, por exemplo, temos 25 jovens participando do intercâmbio; 80 projetos de subsídios em andamento ou já concluídos, no valor de 500 mil reais, aproximadamente, e temos recebido, a cada ano, 2 grupos de intercambistas, jovens profissionais vindos dos Estados Unidos, Canadá, Índia, França, Alemanha, entre outros países.

Sr. Presidente, temos razões mais do que suficientes para comemorar o centenário da nossa organização e fazê-lo condignamente, como é exemplo esta sessão solene, em que tenho a oportunidade, como membro desta organização, de parabenizar os rotarianos do mundo todo, do Brasil e, em particular, da cidade industrial de Curitiba, clube ao qual pertenço.

Registro a presença dos nossos 2 Governadores, os companheiros Emanuel Mascarenhas Padilha e Jaroslaw Hrebinnik.

O Rotary continua a sua luta.

Conclamo todos os rotarianos a continuarem como bem ensinou o apóstolo Paulo em Gálatas, capítulo 6, verso 9: *"E não nos cansemos de fazer o bem".*

Ouço, com prazer, a nobre Deputada Mariângela Duarte.

A Sra. Mariângela Duarte – Agradeço a V.Exa. por me conceder o aparte. Sentia-me no dever de parabenizar a Deputada Laura Carneiro, os demais proponentes desta mais do que feliz iniciativa e a todos os dirigentes do Rotary. Venho do Estado de São Paulo, de Santos, cidade do Presidente Internacional do Rotary, o nosso saudoso Paulo Viriato Corrêa da Costa *(palmas),* recentemente falecido. Ele representava uma força inacreditável na cidade de Santos, litoral de São Paulo – fico até arrepiada ao falar. Este grande homem, o Dr. Paulo Viriato, Presidente Internacional do Rotary, saiu da nossa cidade. Senti-me no dever de exaltar aqui a grandeza do Rotary, da associação de famílias rotarianas, do projeto Rumos e da campanha contra a poliomielite. Quero agradecer e aproveitar este instante para homenagear os Rotary Clubs do Brasil

e do mundo e, de um modo muito especial, o Rotary da Baixada Santista, no Estado de São Paulo. Nessa homenagem a todos, lembro a civilidade, a cidadania, a luta pela paz e a dedicação ao próximo sempre presentes na figura do Dr. Paulo Viriato Corrêa da Costa. Muito obrigada.

O SR. ANDRÉ ZACHAROW – Agradeço o aparte.

O Rotary é uma verdadeira universidade de cidadania, de culto às coisas boas da vida, de valorização da família e do homem e de luta pela paz mundial.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Pannunzio, autor da proposição.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Saúdo a Deputada Laura Carneiro e o Deputado André Zacharow, que ora assume a direção dos trabalhos; saúdo todos os Parlamentares que tiveram a idéia de propor a realização desta sessão solene e os demais que aqui vieram dar seu testemunho a respeito do Rotary.

Sr. Luiz Coelho de Oliveira, demais integrantes da Mesa, minhas amigas, meus amigos, convidados, começo dizendo que não sou rotariano, no entanto, atrevo-me a chamar-lhes companheiros.

Ao falar do Rotary, tenho de voltar ao meu passado, hoje já não mais tão próximo. Sou filho de rotariano. Vivi desde a minha tenra infância até a plenitude da juventude com meu pai, freqüentando as reuniões do Rotary. Para nós, crianças de então – remeto-me à década de 50 –, naquela euforia e agitação da infância e na liberdade que as crianças tinham naquele tempo, a percepção de que o ano estava findando só vinha quando o pai e a mãe diziam: *"Menino, vai se preparar que está chegando a hora da festa de Natal do Rotary".* Aí eu compreendia que o ano estava acabando.

Sou de Sorocaba, Estado de São Paulo. Naquele tempo, tínhamos um Rotary Clube apenas, hoje são mais de 10. Voltando a esse tempo, quero dizer o quão importante foram na minha formação as influências positivas, meu caro Presidente, que recebi da família rotária.

Comecei a ter a percepção de que o ideal maior de Paul Harris, que no início talvez pensasse apenas na interação entre as pessoas da sua cidade, a conturbada Chicago do início do século XX, no intuito de ressaltar valores morais e éticos e o auxílio que as pessoas deviam prestar umas às outras, evoluiu.

Perdoem-me se não for adequado, mas, se pudesse dar uma definição para o Rotary Clube, diria que se trata de uma tremenda congregação, que reúne em torno de si homens e mulheres de boa vontade.

Daquele ideal primeiro de Paul Harris e seus companheiros, veio a percepção de que o Rotary poderia ir além dessa interação entre as pessoas que participavam do clube. Poderiam se preocupar com o seu próximo, participar das lutas e das causas da sociedade e, de um certo momento em diante, das lutas e causas da humanidade.

O Rotary tem uma história que se reflete em todos os atos das famílias rotárias: o desprendimento; a capacidade de um rotariano da Índia ao cunhar uma frase que correu o mundo: *"A capacidade que cada um de vocês tem de enxergar além de si mesmo"*.

Isso faz do Rotary uma instituição totalmente diferenciada. Faz do Rotary aquilo que os senhores nos mostraram num vídeo de curta duração, muito pouco para mostrar o que o Rotary fez pela humanidade, mas faz do Rotary a instituição que trabalha pela extinção da fome, pela eliminação da ignorância, pela observância dos direitos humanos. Faz do Rotary uma instituição universal a serviço do ser humano.

Parabéns rotarianas e rotarianos. Parabéns, Rotary Internacional, por um século de dedicação às causas da humanidade! *(Palmas.)*

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Pannunzio, a Sra. Laura Carneiro, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. André Zacharow, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow) – Convido o Deputado Marcelo Ortiz a fazer uso da palavra, na condição de autor do requerimento de realização desta sessão solene.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; integrantes da Mesa; Sr. Luiz Coelho de Oliveira, Diretor Internacional do Rotary; Sr. Salvador da Costa Marques Neto, Governador do Rotary do Rio de Janeiro; Sr. Oswaldo Dias Carvalho, Governador do Rotary de Goiás, Distrito Federal e Tocantins, e sua esposa, Sra. Maria Aparecida Abdala Dias; Sr. Emanuel Padilha, Governador do Rotary do Paraná/Sul, e sua esposa, Sra. Leda Padilha; Sras. e Srs. Deputados; rotarianos presentes; senhoras e senhores, é com grande alegria que, na condição de Líder do Partido Verde nesta magna Casa de leis e de co-autor do requerimento de realização da presente sessão, venho a esta tribuna celebrar o centenário do Rotary Club e seus tão relevantes serviços oferecidos à coletividade.

Após ouvir as palavras proferidas pelo Deputado que me antecedeu, com a veemência do seu reconhecimento pelo que efetivamente o Rotary representa

para o País e o mundo, seria difícil simplesmente ler o pronunciamento que trouxe por escrito. Falo em nome da Liderança do partido e tenho de me pautar por esse posicionamento.

Sei que nada vou dizer a mais do que já foi dito neste plenário. Por isso, afirmo inicialmente que constitui motivo de júbilo e alegria lembrar alguns momentos da minha vida.

Meus filhos foram encaminhados ao exterior pelo Rotary. E foi muito bom: eles muito aprenderam. Num determinado tempo da minha vida, tive a felicidade de ser rotariano. Logo em seguida, tive a infelicidade de deixar o Rotary em razão de outros trabalhos que deveria desenvolver. Fiz a opção, não consegui permanecer no Rotary, porque acredito que, quando se participa de uma organização como essa, deve-se fazer com que ela não tenha nenhum prejuízo. E comecei a fazer com que o Rotary da minha região tivesse prejuízo com as minhas faltas. Então, para que o Rotary tivesse 100% de presença, optei por minha retirada.

Nessa época, assumi a Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Guaratinguetá, e praticamente não tinha tempo para mais nada além dos afazeres da minha profissão, de advogado, e de Procurador do Estado. Enfim, fiz essa escolha com muita dor no coração, exatamente porque aquilo que o Deputado Antonio Carlos Pannunzio acabou de dizer é realidade. S.Exa. disse que não foi rotariano. Eu fui. Sinto estar fora da instituição, mas tenho de reconhecer e dizer a determinadas pessoas que jamais tiveram essa oportunidade o quanto é bom sair do Rotary, chegar em casa, colocar a cabeça no travesseiro e pensar: *"Cumpri o meu dever de cidadão"*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 100 anos surgia um movimento de solidariedade internacional, marcado pelo comprometimento ético com o bem-estar coletivo e que tantos milhões de pessoas auxilia em todo o mundo.

Falar dessa notável organização constitui, para mim, motivo de grande contentamento, uma vez que se trata de um conjunto de homens e mulheres cuja integridade e seriedade de propósitos posso testemunhar.

Nascido do sonho de um homem, Paul Harris, no dia 23 de fevereiro de 1905, em um pequeno escritório de advocacia no centro de Chicago, Estados Unidos, o Rotary Clube, cuja intenção inicial era fomentar o companheirismo, rapidamente passou a aproveitar as habilidades e os recursos de seus membros para fornecer serviços à comunidade. Tamanho foi o seu entusiasmo que, em 1911, o Rotary Clube já deixava as fronteiras norte-americanas e instalava sua primeira unidade no Canadá.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no Brasil, o Rotary Clube chegou ainda nos primórdios da associação. Fundado em 28 de fevereiro de 1923, no Rio de Janeiro, por Richard Momsen, advogado e ex-Cônsul-Geral dos Estados Unidos naquela cidade, e por Herbert Percival Coates, logo se expandiu por todo o território nacional. Atualmente, estamos em terceiro lugar em número de clubes e em quinto em número de sócios: são 38 distritos, com mais de 2.300 unidades rotárias, das quais fazem parte mais de 53 mil rotarianos, somando-se aos esforços desenvolvidos por seus congêneres em outros países.

Diversos são os programas concebidos e mantidos pelo Rotary Clube em todo o mundo que procuram sanar muitos dos problemas críticos da atualidade, entre eles a violência, o abuso de drogas, a falta de orientação à juventude, a AIDS, a fome, o analfabetismo e a destruição do meio ambiente.

Uma das atividades de maior relevância levadas a efeito pelo Rotary Clube é o chamado PolioPlus, ambicioso projeto mundial iniciado em 1985 com o objetivo de erradicar o flagelo da poliomielite até o ano de 2005. Conduzida com a cooperação de Governos nacionais e agências internacionais, como a Organização Mundial de Saúde e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, essa iniciativa constitui paradigma de cooperação entre setor público e privado na luta contra uma doença. Quero enfatizar que o PolioPlus ajuda programas de erradicação da poliomielite em âmbito regional, nacional e internacional, oferecendo vacinas, vigilância e mobilização. Até o fim ano deste ano, as contribuições de rotarianos à erradicação mundial da pólio terão atingido a espantosa cifra de meio bilhão de dólares.

Sr. Presidente, cientes de que o futuro da humanidade está nas mãos de nossos filhos e netos, os rotarianos trabalham para a juventude e com ela, por intermédio de 2 grandes programas: o Interact Clubs (para adolescentes de 14 a 18 anos) e o Rotaract Clubs (para jovens entre 18 e 30 anos). Nessas atividades, os jovens e adolescentes aprendem a ser líderes, bem como a importância de doar um pouco de si ao próximo, prestando serviços voluntários à comunidade. Ademais, o programa Intercâmbio de Jovens oferece a estudantes do ensino médio a oportunidade de morar por algum tempo no exterior, ampliando sua visão de mundo e travando amizades internacionais. Dessa maneira, o Rotary Clube focaliza parte de suas ações nos desafios enfrentados pela juventude nos dias de hoje, canalizando a energia dela para atividades produtivas e úteis à coletividade.

Como se pode ver, o Rotary Clube vem prestando inestimáveis serviços em prol do bem comum, não

apenas no Brasil, mas em todos os 166 países em que se faz presente, com quase 1,2 milhão de sócios, entre os quais cerca de 150 mil são mulheres.

A semente lançada por Paul Harris, há exatos 100 anos, não apenas vingou, mas também produziu frutos em abundância. É esse o exemplo que conclamo V.Exas., os demais homens públicos e os cidadãos deste País a seguir, baseados no lema rotário: *"Dar de si antes de pensar em si"*.

Por tudo que o Rotary Clube representa para o Brasil e para o mundo, rendo aqui as sinceras homenagens do Partido Verde brasileiro a seus fundadores e a todos os seus sócios. Que os rotarianos continuem a trilhar os caminhos da Ética, da Justiça e do serviço ao próximo.

Que Deus os proteja, para que consigam continuar esse trabalho maravilhoso. Parabéns! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow) – Convido o Deputado Geraldo Thadeu para fazer uso da palavra, como autor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar o Diretor Internacional do Rotary, Sr. Luiz Coelho de Oliveira, os demais membros da Mesa, os Presidentes e Governadores de Rotary, os companheiros e as companheiras.

Fico feliz e até emocionado, porque sou rotariano há 30 anos, portanto um veterano. Fui Presidente do Rotary Club de Poços de Caldas por duas vezes. O Rotary significa muito para mim, para a minha vida, e tenho certeza de que significa muito para milhares de pessoas no mundo.

Já ouvimos os pronunciamentos de outros proponentes desta sessão solene, a quem parabenizo por esta justa homenagem ao nosso Rotary Club, em especial a Deputada Laura Carneiro, que com muita determinação preparou esta sessão com vídeos, trabalho, e aos funcionários desta Casa.

Quero dizer aos presentes e a todos que estão nos assistindo que o Rotary, no qual ingressei há 30 anos, foi como uma nova família para mim. O Rotary me ensinou muito.

É interessante, Sr. Presidente, que, naquela época, em Rotary não se discutia futebol, política nem religião. Eu não imaginava que um dia me tornaria político, Prefeito da minha cidade, Deputado Federal, mas aqui estou porque no Rotary aprendi a servir, a ser útil; a pensar na coletividade, naquelas pessoas que mais precisam; a pensar na paz, na democracia, no direito do cidadão. Tudo isso aprendi no Rotary Club. Então, realmente me emociona muito estar aqui e fazer este pronunciamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a mesma humanidade, que, de um lado é responsável por muitos problemas e por um cenário por vezes tão sombrio para o nosso planeta, consegue, felizmente, por outro lado, produzir obras notáveis, sob os aspectos sociais, espirituais e tecnológicos.

Com os avanços da ciência, foi possível enviar gente à lua e sondas espaciais às proximidades de todos os planetas e respectivos satélites de nosso sistema e à nossa própria estrela-mãe, o Sol. Duas dessas sondas, a Voyager I e a Voyager II, já se projetaram para além do sistema solar. Temos telescópios em nossa órbita detectando a luz e as radiações emitidas por galáxias há 13 bilhões de anos-luz de distância, de um tempo próximo à própria idade estimada de nosso universo.

A medicina, a cada dia, descobre novas maneiras de prolongar a vida humana e de dar a ela uma qualidade de saúde cada dia mais evoluída.

Democratiza-se o acesso às informações e ao aprendizado, com o advento dos microcomputadores e da Internet.

Desenvolve-se, no âmbito mundial, em especial entre a população mais jovem, a consciência ecológica, apontando para a necessidade de preservação do meio ambiente, da fauna, da flora, e do uso racional das nossas riquezas naturais.

Na música, na literatura, na pintura, na escultura, no cinema, no teatro, na dança, artistas excepcionais produzem obras que se imortalizam através dos tempos, dando mostras das coisas maravilhosas de que é capaz o lado bom do espírito humano.

E multiplica-se também, mundo afora, a quantidade de organizações não governamentais voltadas para promover a melhoria do ser humano, especialmente mediante a adoção de trabalho voluntário.

Dentre essas inúmeras e importantes organizações não governamentais mencionadas, uma se destaca no cenário do turbulento e emocionante século XX, e no início deste imprevisível século XXI: o Rotary International.

Esse destaque não é apenas por se tratar da mais antiga ONG mundial, tendo completado 100 anos de existência, no último dia 23 de fevereiro; também não é apenas por se tratar da maior ONG mundial, com mais de 1.200.000 membros distribuídos por 166 países, além de mais de 176.000 jovens rotaractianos e mais de 220.000 jovens interactianos. Essas duas características, por si só, são extremamente importantes e meritórias.

Todavia, o destaque obtido por Rotary no contexto mundial deve-se primordialmente a sua extraordinária obra social e humanitária, desenvolvida dia-a-dia, mês

a mês, ano a ano, no conjunto e em cada uma das frentes de atuação dessa organização, a saber:

a) em cada um dos Rotary Clubs que compõem o Rotary International, atuando a partir de suas comunidades, por suas Avenidas de Serviços e Comissões;

b) pelo Rotary International, associação constituída pelos Rotary Clubs do mundo todo, hoje com 32.134 clubes;

c) pela Fundação Rotária, que tem como entidade mantenedora o Rotary International, e cujo patrimônio foi constituído a partir de doações de rotarianos de todo o mundo;

d) em cada um dos 9.661 clubes de Interact e em cada um dos 7.663 clubes de Rotaract, criados e orientados pelo Rotary International, além das atuantes Casas de Amizade/Associações de Senhoras de Rotarianos.

Da somatória de esforços dessas frentes de atuação, com o efetivo trabalho individual e voluntário de gerações de rotarianos ao longo de décadas, resultou uma gama de realizações literalmente incomensurável, dos pontos de vista quantitativo e qualitativo. Cabe a menção de algumas delas, até o momento:

– Em Âmbito Mundial (Programas da Fundação Rotária)

Bolsas educacionais: constituiu-se no maior e mais bem-sucedido programa internacional de bolsas para as áreas educacionais e culturais, beneficiando mais de 80.000 pessoas, de diversos países (incluídos os integrantes de IOEs).

Intercâmbio de Grupos de Estudos (COTE): subsidiou o envio de grupos de 4 jovens profissionais, maiores de 25 anos, acompanhados de um rotariano, para visitar e estudar outros países, sua gente e suas instituições;

Programa Pró-Paz: esse programa patrocinou conferências internacionais e outras atividades que discutiram tópicos referentes à solução de conflitos e à participação do público na implementação da paz;

Subsídios equivalentes: foram destinados a projetos educacionais ou caritativos, envolvendo construções ou compra de equipamentos. Metade dos fundos provinha de clubes e distritos interessados; a outra metade vinha de clubes e distritos de outros países. A Fundação dobrava, até o valor de US$50.000, o total conseguido;

Subsídios para professores universitários: outorgou subsídios a professores universitários, rotarianos ou não, que se dispuseram a lecionar em faculdades de países de baixa renda;

Voluntários do Rotary: esse programa ofereceu subsídios para o envio de rotarianos, rotaractianos e ex-bolsistas da Fundação, para prestação de serviços profissionais em áreas carentes no exterior;

Programa Saúde, Fome e Humanidade (3H): ofereceu subsídios para projetos humanitários de grande vulto, de 1 a 5 anos de duração, nas áreas de assistência médica, reabilitação, produção de alimentos, alfabetização e treinamento profissionalizante.

Campanha PolioPlus: essa campanha mundial foi lançada em 1985 pelo Rotary International, com uma parceria inédita entre uma organização privada e organismos públicos, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), o UNICEF e o Centro Norte-Americano para o Controle e Prevenção de Doenças. Seu resultado prático foi a imunização de 2,5 bilhões de crianças contra a pólio, eliminando até o momento 99% dos casos mundiais dessa doença. De acordo com a palestra do decano do Colégio de Diretores Brasileiros de Rotary International, Archimedes Theodoro, no XXVI Instituto Rotário do Brasil, realizado recentemente em Aracaju, a Fundação Rotária, através de um esforço extraordinário dos rotarianos de todo o mundo, já contribuiu com US$628 milhões para o programa, graças ao qual 5 milhões de crianças deixaram de contrair a poliomielite entre 1985 e 2005. Apenas o Governo norte-americano – com US$700 milhões – contribuiu mais que o Rotary, nessa meta de erradicar totalmente a poliomielite, o que dá uma idéia da magnitude da atuação rotária.

– Em Nível Local: aqui, as realizações de Rotary são imiscíveis e impossíveis de sequer serem listadas. Justamente por isso são tão importantes quanto as realizações em âmbito mundial, às quais complementam e com elas interagem.

As realizações ocorrem de modo:

Individual: por meio de serviços prestados à comunidade em nome do clube, por um, ou mais de um, de seus sócios, com recursos próprios ou por meio da sua influência como líder de um negócio ou profissão;

Próprio: por meio de serviços prestados à comunidade exclusivamente pelo clube, às expensas de seus membros ou com promoções para angariar fundos, e ainda por meio de reivindicações e conquistas junto a órgãos públicos e outros;

Conjunto: o clube, em ação conjunta com uma entidade assistencial carente de colaboração;

Coletivo: o clube e a própria entidade beneficiada, com apoio e auxílio da coletividade;

Compartilhado: o clube, em parceria com outro clube de serviço, sociedade beneficente, órgão público ou particular.

O grande escritor russo Tolstoi nos ensinou: *"Canta tua aldeia e serás universal"*. Dentro do extraordinário contexto que representa o Rotary International,

a grande fonte de energia que move a roda dentada que o simboliza é a força de trabalho que emana de cada um dos Distritos em que se subdividem e de cada um dos Rotary Clubs que compõem essa grande organização.

Homenageando-os, quero dar alguns pequenos exemplos do que pode ser feito por eles para suas comunidades, contando, um pouco, do que fizeram pela cidade de Poços de Caldas seus dois clubes, integrantes do Distrito 4.560 de RI: o Rotary Club Poços de Caldas/Sul, que já contabiliza nada menos que 31 anos de serviços prestados:

1 – A criação do Instituto do Menor Defeituoso, que resultou na construção de uma ala inteira da Santa Casa, pelos rotarianos, e que foi sucedido pela APAE, local, também fundada por rotarianos e que, hoje, conta com diversos voluntários em 2 clubes trabalhando em sua diretoria;

2 – A doação de um ecocardiógrafo, o primeiro de Minas Gerais, para a APAE, através de um programa internacional de emparceiramento que envolveu clubes da França e do Japão;

3 – A instalação do Corpo de Bombeiros local;

4 – A pavimentação da estrada Poços–Ponto da Cascata;

5 – A. instalação do Bosque da Amizade, no Country Club;

6 – A construção do Monumento às Bandeiras, no Parque José Afonso Junqueira;

7 – A promoção de diversas Semanas de Serviços Profissionais e Semanas da Saúde, em parceria com escolas do Município;

8 – A participação na Fundação do Banco de Olhos;

9 – A construção da sede do Serviço de Obras Sociais – SOS;

10 – A promoção, durante décadas, do Baile das Debutantes e das Festas do Queijo e do Vinhos, cujos expressivos resultados financeiros foram integralmente revertidos em prol de instituições filantrópicas parceiras, especialmente a APAE, a Gota de Leite, o SOS e a Santa Casa.

Nessa simples listagem de exemplificação, pôde-se ver, num *flash*, o quanto os Rotary Clubs de pequenas, médias e grandes cidades do Brasil realizam, efetivamente, em suas comunidades, e o potencial de ampliação e multiplicação de suas notáveis obras.

Como diz um antigo provérbio árabe, *"quando você não sabe aonde quer ir, todos os caminhos levam a lugar nenhum".* No longínquo dia 23 de fevereiro de 1905, na então violenta cidade de Chicago, nos Estados Unidos, reuniram-se quatro pessoas, sob a liderança de Paul Percy Harris, e fundaram uma organização de homens de negócios e profissionais, que rapidamente se disseminou por todos os países do mundo livre. Essa organização, o Rotary, tinha o objetivo de: estimular e fomentar o ideal de servir como base de todo empreendimento digno, promovendo e apoiando:

Primeiro: o desenvolvimento do companheirismo como elemento capaz de proporcionar oportunidades de servir;

Segundo: o reconhecimento do mérito de toda ocupação útil e a difusão de normas de ética profissional;

Terceiro: a melhoria da comunidade pela conduta exemplar de cada um na sua vida pública e particular;

Quarto: a aproximação dos profissionais de todo o mundo, visando a consolidação das boas relações, da cooperação e da paz entre as nações.

As realizações de Rotary são o resultado de uma organização que sabe onde quer ir e que tem um objetivo claro, derivado de um idealismo elevado, e que deve servir de exemplo de como as boas causas podem sair da fundamental esfera dos sonhos para a indispensável esfera da realidade.

O Rotary International tem feito um grande trabalho, ao longo desses 100 anos, envolvendo a dedicação e o empenho de milhões de seus membros, cujos resultados, inegavelmente, mudaram e melhoraram nosso mundo.

Encerrando, gostaria de prestar uma homenagem ao ex-Presidente do Rotary International, Jonathan Majiyagbe, que recentemente relembrou as palavras de Carol Bellamy, Diretora-Executiva do UNICEF: *"O Rotary conquistou o respeito da aldeia global. Na verdade, o Rotary ajudou a transformar o mundo em uma aldeia global."*

Por isso, apresentamos aqui nossas homenagens ao Presidente do Rotary International, Glenn E. Estess, e a todos os Governadores de Distrito de Rotary International, em particular ao nosso companheiro Aroldo Ribeiro Campos, do Distrito 4.560, que é o meu Distrito, e ao nosso Colégio de Governadores, constituído pelos companheiros: Benedito Valias de Rezende, Oswaldo Louzada Serra, Francisco de Assis Castilho Moreira, José Otávio de Azevedo, José de Alencar e Silva, Edmundo Pereira Dantas Filho, Walter Bachmann, Gabriel Siqueira Lopes, Gastão Neto Barboza, Jucelino da Silva, Lindley Gregório Mendes, Valdizar Roosevelt Diniz Barbosa, João Márcio do Carvalho Rios, Carlos Alberto Araújo Peçanha, Juventino Júlio de Souza, Zoroastro Pimentel, Fernando Sérgio, Célio Falabela de Castro Filho, Patrícia Gonçalves Nogueira, João Carlos Barbosa, Rowilson Flora, Antônio Elcio Coelho Sarto e Guaraci C. Nogueira.

Nossas homenagens também a todos os Presidentes de Rotary Club, em particular os nossos companheiros Ney Elói Pomarico Medri, do Rotary Club Poços de Caldas, e Gustavo Bertozzi, do Rotary Club Poços de Caldas/Sul.

Sra. Presidenta, Deputada Laura Carneiro, que possibilitou tão brilhante homenagem ao nosso Rotary Club, caros companheiras e companheiros rotarianos, Deus abençoe o Rotary Club e todos os presentes. Continuem trabalhando como sempre fizeram, dando esse exemplo maravilhoso de paz, solidariedade e democracia. Aqui está um produto desse trabalho.

Muito obrigado. Que Deus abençoe todos. *(Palmas.)*

Durante o discurso do Sr. Geraldo Thadeu, o Sr. André Zacharow, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Laura Carneiro, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Finda a parte destinada à manifestação dos autores do requerimento para a realização desta sessão e antes de passar a palavra aos representantes dos demais partidos, vamos ouvir o Dr. Luiz Coelho de Oliveira, Diretor do Rotary Internacional, a quem concedo a palavra.

O SR. LUIZ COELHO DE OLIVEIRA – Minha caríssima Deputada Laura Carneiro, na pessoa de quem saúdo os autores da propositura que originou esta sessão, o Rotary Internacional sente-se profundamente honrado com a homenagem prestada por esta Casa neste momento em que completa um século de trabalho e em que também o Presidente de Rotary International, Glenn Estess, se encontra em nosso País, numa homenagem ao transcurso do centenário da nossa instituição.

De pronto, convém destacar que, dos 166 países em que há clubes rotarianos, somos o quarto em número de membros, todos sempre buscando a paz e a compreensão mundiais.

Como contribuintes da Fundação Rotária, oferecemos as bolsas educacionais, aqui tão referidas. Como contribuintes da Fundação Rotária, minha cara Deputada, tenha certeza de que estamos imbuídos em contribuir decisivamente, no ano do nosso centenário, para erradicação da paralisia infantil da face da Terra, um trabalho hercúleo no qual os rotarianos de todas as partes do Brasil e do mundo se envolveram e se comprometeram para o bem da humanidade.

Meus queridos companheiros, gostaria de lhes informar que, no mês passado, tivemos a satisfação de firmar um protocolo de intenções com o Ministério da Educação, mediante o qual o Ministro Tarso Genro, filho de rotariano, sabedor da capilaridade do Rotary, nos ofereceu a oportunidade de parceria num ambicioso projeto do Governo Federal.

Isso nos faz credores na luta pelo resgate da cidadania, porque a busca de cidadania e de resgate dos grandes problemas sociais do nosso País não podem ser responsabilidade única dos Governo federal, estaduais e municipais. O Rotary também se envolve no sentido de minorar a fome, reduzir a violência e melhorar a qualidade de vida dos mais carentes.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, companheiros presentes, em nome do Rotary International, sinto-me lisonjeado por participar desta iniciativa da Câmara dos Deputados.

Agradecemos aos senhores que nos deram a magnífica oportunidade de compartilhar nossos ideais.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Em nome de todos os Deputados, agradecemos ao Diretor do Rotary Internacional, Sr. Luiz Coelho de Oliveira, o carinho. É uma honra ouvi-lo.

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Ferro, que falará em nome do Partido dos Trabalhadores.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) – Cara amiga Presidenta, Deputada Laura Carneiro, cumprimento V.Exa. e Parlamentares desta Casa por esta importante sessão solene em homenagem ao Rotary Internacional pelo seu centenário.

Saúdo os Srs. Luiz Coelho de Oliveira, Diretor Internacional do Rotary Internacional; Salvador da Costa Marques Neto, Governador do Rotary do Rio de Janeiro; Oswaldo Dias Carvalho e esposa; Sr. Emanuel Padilha, Governador do Rotary do Paraná e esposa; Sra. Leda Maria Padilha; as senhoras e os senhores presentes que compõem esta importante entidade, que iniciou os seus trabalhos na década de 20 e tem crescido e representado um ganho para a cidadania do nosso País.

Num mundo dividido por guerras e problemas, é extremamente importante e salutar o encontro de homens, mulheres e jovens com ideais de fraternidade, solidariedade e humanismo, para promover a integração do nosso País e do nosso planeta.

O vídeo que vimos há pouco revela o sentimento de mundo que os senhores têm: a compreensão de que somos um só e de que as fronteiras dos nossos países e dos nossos Estados são meros contornos geográficos que têm de se submeter, necessariamente, a uma compreensão de humanidade, de fraternidade e de generosidade, capazes de conduzir o nosso mundo

para um outro destino que não este do sofrimento, da guerra e da divisão.

É extremamente salutar homenageá-los por esta maneira de viver, de transformar nossas vidas em algo grandioso, assentado em valores positivos. As ações dos senhores são para melhorar a educação e levá-la aos necessitados, dando-lhes oportunidade de aprendizagem, saúde e emprego, formando homens, mulheres e jovens dignos, construtores não só da nossa Nação, mas do nosso planeta.

Essa visão generosa do mundo permite-nos ter esperança no futuro da humanidade. Sabemos que existem outras instituições que trabalham nesse rumo e das mazelas a que estão submetidas no cotidiano, mas não deixa de ser esperançoso e grande esse sentimento expresso nas ações praticadas pelos senhores nos 4 cantos da terra. O nosso País sente-se honrado com a presença dos senhores.

Saúdo os rotarianos do Estado de Pernambuco, em particular os da minha região, Garanhuns. Sei que trabalham sem buscar honrarias, sem nenhum orgulho ou interesse pessoal, mas pela compreensão generosa de trocar informações e conhecimentos em prol dos que necessitam de oportunidade para crescer.

Deputada Laura Carneiro, somos de partidos distintos, mas aprendemos nesta Casa quão importante é o respeito à vida construída com diferenças. Necessariamente, as diferenças são importantes para o mundo, mas somos obrigatoriamente combatentes das desigualdades.

As diferenças nos fazem ricos. Há diferenças culturais entre homens e mulheres. Elas nos fazem engrandecer e intercambiar. Esse sentimento de luta contra a desigualdade nos torna parceiro dos senhores.

Parabenizo todos as senhoras e os senhores, jovens e crianças que estão construindo um outro País, com outra consciência de mundo e de humanidade.

Desejo centenas de anos a todos, para dignificarem cada vez mais a vida no nosso planeta.

(*Palmas*.)

A SR. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Agradeço ao Deputado Fernando Ferro o carinho. V.Exa. é um dos bravos guerreiros de Pernambuco que sabe, a todo momento, defender as causas mais justas deste nosso País maravilhoso.

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Heleno, que falará em nome do PMDB.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, senhoras e senhores, o PMDB tem a honra de transmitir as congratulações e o devido tributo de reconhecimento ao Rotary Internacional, que completa 100 anos de atividades, promovendo obras de grande relevância social e humana, desenvolvendo programas benemerentes, proporcionando auxílio aos menos favorecidos e ampliando em todo o mundo a presença da renomada instituição.

Sou rotariano há 36 anos e fundador do único Rotary Club existente em Nilo Peçanha, Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro. E quantas palavras bonitas tenho aqui a dizer sobre o Rotary, mas é muito melhor falar da Deputada Laura Carneiro, dos meus companheiros que estão oferecendo este espetáculo, esta sessão solene, para que o Brasil conheça o verdadeiro sentimento rotariano que nasce de nós, de acordo com esta ordem: *"Dar de si antes de pensar em si".* Quer dizer, devemos ser despojados de qualquer interesse e receber a gratidão desta Casa.

Esta é a Casa do povo. Não precisamos de grande número de pessoas aqui presentes, mas que elas, de fato, tenham gratidão e reconheçam o trabalho que o Rotary presta. Refiro-me aos integrantes da Mesa: Sr. Luiz Coelho de Oliveira, Diretor Internacional do Rotary, a quem agradeço por um dos maiores favores do mundo: sua doação total; Sr. Salvador da Costa Marques Neto, Governador do Rotary do Rio de Janeiro, do meu Distrito, nº 4570 – é um prazer vê-lo aqui; Sr. Oswaldo Dias Carvalho, Governador do Rotary de Goiás, e sua esposa, Sra. Maria Aparecida Abdala Dias; Sr. Emanuel Padilha, Governador do Rotary do Paraná/Sul, e sua esposa, Sra. Leda Maria Padilha.

Para efeito de registro, informo que o transcurso do centenário do Rotary coincidiu com o centenário de minha mãe, no dia 7 de setembro.

Senhoras e senhores, o rotariano não desaparece nem morre. Ele comparece quando partilha aquilo que recebe. *"Dar de si antes de pensar em si"*.

Diante dos ingentes e numerosos desafios da atualidade, afirma-se mesmo, cada vez mais, a importância do Rotary, cuja fundação data de 23 de fevereiro de 1905, em Chicago, Illinois, Estados Unidos, por iniciativa de Paul Percy Harris.

Para se ter idéia de quanto cresceu a centenária instituição, os rotarianos são, hoje, 1.213.156 cidadãos e cidadãs atuando em 166 países, reunidos em 9.661 clubes rotários. No Brasil são 51.183 companheiros e companheiras rotarianos em 2.319 clubes e 38 Distritos de Rotary. É a maior organização não-governamental do mundo. Entre suas ações distinguem-se desde a criação e manutenção de postos de saúde, lares para idosos, orfanatos e creches até a implementação de campanhas humanitárias e programas tão amplos como o de Erradicação da Poliomielite, denominado PolioPlus.

Trata-se, com efeito, de trajetória pontuada por muitas lutas, dificuldades e obstáculos, mas repleta

também de vitórias expressivas, nas quais se revelam e se exaltam valores como dignidade, conduta exemplar na vida pública e particular, ética profissional, solidariedade e, especialmente, firme disposição de servir.

Afinal, ser rotariano significa estar pronto a servir, ter boa vontade para atender as necessidades do próximo. A permanente fidelidade a esse ideal se expressa numa pergunta que o rotariano costuma fazer: *"A quem prestarei serviço hoje?"* Em suma, espera-se do rotariano a obediência ao lema: "Dar de si antes de pensar em si".

Assim, muitos homens e mulheres, movidos por esse desprendimento e espírito de solidariedade, têm unido forças e somado contribuições efetivas para a construção de um mundo melhor, empenhando-se no combate contra os mais diversos e graves flagelos que afligem a humanidade. Cumprem, portanto, os rotarianos trabalho inestimável para minorar os danos e sofrimentos causados por doenças, guerras, drogas, analfabetismo, fome, miséria e demais adversidades. Sempre haverá um rotariano próximo, pronto a estender a sua mão e levar o auxílio, o socorro providencial, aos necessitados.

A propósito, coincidem com esse ânimo prestativo, diligente e solidário permanentemente alimentado pelo Rotary as palavras de Schiller, poeta e dramaturgo alemão: *"Não temos em nossas mãos as soluções para todos os problemas do mundo, mas diante de todos os problemas do mundo temos nossas mãos"*.

Realmente, não faltam razões para enaltecer o Rotary Internacional pela atuação firme, pelo papel exemplar, dinâmico e eficaz que desempenha em defesa da dignidade do ser humano, da integridade da família, do caráter elevado, da cooperação, do altruísmo, da saúde, da educação, da cultura, do amparo às crianças, aos idosos e aos desprovidos de recursos materiais.

Em conclusão, o PMDB reitera a confiança no trabalho do Rotary, identificado por sua magnitude e pela influência extremamente positiva, mediante amplo conjunto de projetos e iniciativas em benefício da humanidade, do bem-estar social, da paz e do progresso. Que assim continue, então, o Rotary, crescendo e estimulando o amor ao próximo, a prática do bem, o ideal de servir, com obras e ações altamente meritórias.

São esses os nossos votos ao Rotary, maior instituição não-governamental do mundo. Temos de nos orgulhar disso. Que a multiplicação dos pães do serviço ao próximo não pare nunca; que o Rotary continue servindo em toda a sua amplitude.

Por último, na qualidade de defensor das mulheres, parabenizo a Deputada Laura Carneiro pela iniciativa.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, pelo PTB.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Deputada Laura Carneiro; Sras. e Srs. Parlamentares; Sr. Luiz Coelho de Oliveira, Diretor Internacional do Rotary; Sr. Salvador da Costa Marques Neto, Governador do Rotary do Rio de Janeiro; Sr. Oswaldo Dias Carvalho, Governador do Rotary de Goiás, e sua esposa, Sra. Maria Aparecida Abdala Dias; Sr. Emanuel Padilha, Governador do Rotary Paraná/Sul, e sua esposa Leda Maria Padilha, é com muita alegria e satisfação que temos a oportunidade de comemorar nesta Casa o centenário do Rotary Internacional.

Hoje, várias entidades representativas de ONGs mostram seu trabalho e sua luta, mas, antes delas, o Rotary já era uma entidade internacional.

Presentes em mais de 160 países, os rotarianos têm procurado fazer intercâmbio, por meio de seus mais de 30 mil clubes, e demonstram que, com o trabalho desenvolvido nas áreas de saúde e educação, é possível valorizar a ética e a moral. Ressalte-se que o Rotary sempre primou por defender valores éticos e morais, os quais, sem dúvida, faltam à sociedade nos dias de hoje.

Ligado ao Rotary de Araraquara, tenho a alegria e a satisfação, em nome do Rotary Clube de São Paulo, de me dirigir à Mesa, presidida pela nobre Deputada Laura Carneiro, e composta, entre outros, pelo Diretor Internacional, Sr. Luiz Coelho de Oliveira. A Câmara dos Deputados precisa descobrir a importância de trabalhos como os realizados pelos rotarianos, de valorização da comunidade e da sociedade.

Por isso, quando a Presidenta Laura Carneiro suspendeu os trabalhos, de forma regimental, para que o Diretor Luiz Coelho de Oliveira pudesse se pronunciar da tribuna desta Casa, vivemos momento de grande importância.

Também ontem, Sra. Presidenta, vivenciamos destacado momento, quando, em sessão ordinária presidida pelo Deputado Severino Cavalcanti, cumprida a importante etapa da votação da PEC Paralela da Previdência – que vai garantir aos trabalhadores do serviço público etapa de transição para que entre em vigência o que foi aprovado na PEC da Previdência, que suprime direitos trabalhistas –, aprovamos a dispensa do interstício para a votação da matéria em segundo turno, garantindo ao funcionalismo público os princípios da ética e da moral, que norteiam o trabalho do Rotary Club.

A atuação do Rotary Internacional é pujante, forte e marcante. Ele está presente na sociedade brasileira,

certamente e acima de tudo não apenas ensinando os princípios do Rotary Internacional, mas também fazendo com que o Brasil seja inserido no contexto de valorização da ética e da moral, valores que sempre têm de nortear, acima do espírito político e religioso, a conduta do cidadão. Cidadania acima de tudo!

Prestar homenagem ao Rotary é fazer com que ele faça do seu moto-contínuo a valorização das sociedades brasileira e mundial.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, o fortalecimento do Rotary Internacional expressa o movimento das sociedades contemporâneas em busca de maior qualidade nos relacionamentos humanos em todos os campos de atividade.

Nesse sentido, as comemorações do centenário da entidade ocorrem num momento em que se intensifica a busca por maior integridade das experiências profissionais e familiares através do aprimoramento da solidariedade, da compreensão e da tolerância entre as pessoas.

Nos mais de 30 mil clubes espalhados por 165 países, os rotarianos desenvolvem atividades que não apenas os fortalecem como pessoas e como líderes, mas que também promovem melhoria na qualidade de vida de todas as comunidades a que estão vinculados.

As dificuldades por que passam os povos neste momento da história humana revelam a fragilização dos princípios éticos em decorrência tanto do progresso material quanto da aproximação das culturas e da conseqüente relativização de valores.

Para fazer frente a essa realidade, o Rotary Internacional promove reuniões e oferece oportunidades para que todos desenvolvam sua capacidade de liderança e aprimorem seus conhecimentos acerca dos temas mais atuais, ao mesmo tempo em que fortalecem laços de amizade com os demais membros do clube.

Através das atividades promovidas pelo Rotary Internacional, é possível conhecer expoentes de todos os setores, sem qualquer vínculo político ou religioso, mantendo o espírito aberto para o conhecimento das questões mais relevantes e também para o fortalecimento dos vínculos éticos sobre os quais deve sustentar-se a construção de uma cidadania participativa que tem como objetivo maior a integração pacífica de toda a humanidade.

Quem trabalha motivado pela justiça e pelo fortalecimento da amizade e da integração comunitária, tem muito mais chance de contribuir efetivamente para a melhoria da realidade em que vive. É por isso que número crescente de profissionais e empresas tem reformulado seus paradigmas, procurando encontrar uma forma mais íntegra e satisfatória de relacionamento social.

No Brasil, o espírito rotariano tem encontrado terreno fértil para se desenvolver, o que se deve à busca por maior equilíbrio na estrutura social, desafio muito presente neste momento de nossa história.

O fato de as propostas rotarianas possuírem sempre um foco no exemplo pessoal contribui para que se obtenha êxito no processo de educação e de aperfeiçoamento dos indivíduos. Num momento em que a questão ética sobressai nos debates políticos em todas as nações, são fundamentais as ações realizadas pelos líderes. É assim que construiremos instituições fortes e que lograremos traçar objetivos claros e viáveis para o diálogo maduro e construtivo entre os povos.

É, portanto, com grande satisfação que prestamos esta homenagem aos 100 anos do Rotary Internacional. O povo brasileiro tem-se beneficiado muito das ações que seus membros realizam e certamente saberá aproveitar cada vez mais os exemplos que ali se produzem para consolidar a cidadania e a justiça social.

Saúdo, portanto, em nome do PTB, o Rotary Internacional pelo transcurso desta data memorável.

Parabéns, Rotary Club Internacional! (*Palmas.*)

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Agradeço ao Deputado Arnaldo Faria de Sá as palavras, que se confundem com a luta dos trabalhadores. Por isso S.Exa. citou a relevante votação de ontem, quando aprovamos em primeiro e segundo turnos a PEC Paralela da Previdência.

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Com a palavra o nobre Líder do Partido Liberal, Deputado Sandro Mabel.

O SR. SANDRO MABEL (Bloco/PL – GO. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Deputada Laura Carneira, nesta Casa, as mulheres estão avançando, e, tenho certeza, elas não só chegarão à Presidência da Câmara dos Deputados, mas também à do Brasil. E acho até que, quando isso ocorrer, o Brasil vai melhorar.

Cumprimento os demais Parlamentares presentes; o Sr. Luiz Coelho de Oliveira, Diretor Internacional de Rotary; o Sr. Salvador da Costa Marques Neto, Governador do Rotary do Rio de Janeiro; o Sr. Oswaldo Dias Carvalho, o meu Governador, e a primeira-dama rotariana, Maria Aparecida Abdala Dias, que tem feito espetacular trabalho na nossa região. Alias, aproveito a ocasião para registrar que a Sra. Maria Aparecida Abdala Dias terá grande participação na 50º Conferência de Rotary Clube em Goiânia, a se realizar nos dias 21, 22 e 23 de abril, com a presença do Vice-Presidente da República, José Alencar. Convidamos todos a par-

ticiparem desse evento. Cumprimento também o Governador do Rotary Clube do Paraná/Sul, Sr. Padilha e sua esposa, Sra. Leda Maria Padilha; as senhoras e senhores presentes e os jovens rotarianos.

Vou falar com brevidade, mas de todo o coração. Praticamente nasci no Rotary Club, pois meu pai foi rotariano. Lembro-me de que, aos 3 anos de idade, ia às festas juninas e natalinas do Rotary Club.

Aos 18 anos, ingressei no Rotary Club de Ribeirão Preto, onde morava, como sócio efetivo. Depois me mudei para Goiânia, e, aos 24 anos, fui Presidente do Rotary Club da cidade.

Naquela época, os companheiros rotarianos tinham mais de 65 anos e já integravam o Rotary há muito tempo. Por ser então o único membro com menos de 60 anos, colocaram-me na presidência exatamente para renovar as atividades do clube e angariar novos associados. Hoje, o Rotary Club de Goiânia já alcançou grande desenvolvimento.

Sempre fui apaixonado pelo Rotary, assim como minha mãe. Nos bazares, eu empacotava e carregava coisas.

Quando Presidente do Rotary de Goiânia, fundei o que chamávamos carinhosamente de "escolinha" – embora tivesse mais de mil alunos – e que hoje desenvolve amplo trabalho com a comunidade.

O Rotary, porém, é mais do que isso. Na grande campanha que promoveu contra a pólio, milhares e milhares de crianças foram salvas.

Muitos jovens tiveram a chance de desenvolver as respectivas carreiras no Interact e no Rotaract.

O Deputado Paulo Marinho, do PL do Maranhão, também desejava participar desta homenagem, mas teve de viajar ontem à noite para o seu Estado. Quando jovem, com a bolsa de estudos parcial do Rotary, ele estudou no exterior por 2 anos. Hoje, formado, fala várias línguas, inclusive japonês. Oportunidades semelhantes foram concedidas a muitos outros jovens.

Além disso, o Rotary Clube agrega milhões de voluntários que diariamente desenvolvem os mais variados trabalho. Em algum lugar do mundo, sempre há homens, mulheres e jovens rotarianos com o ideal de servir.

E esse também tem sido o ideal da minha vida. Meu pai sempre me ensinou a servir. Esse princípio de vida ele aprendeu no Rotary e o pratica na nossa casa e na nossa empresa – temos mais de 4 mil funcionários –, onde temos procurado servir nossos funcionários e não só ser servidos por eles. Dentro dessa visão, a Mabel mantém creches e um conjunto habitacional com mais de 200 casas. Sempre achamos que servir é o melhor dos objetivos, ensinamento que nos foi passado pelo Rotary. Com base nessa visão rotária, portanto, é que temos conduzido a nossa vida e alcançado sucesso empresarial.

Deputada Laura Carneiro, quando menino, carreguei muito saco de açúcar, de farinha e de biscoito. Não fui criado na vida boa. Fui criado trabalhando e estudando. Foi assim que nos desenvolvemos, e o Rotary foi muito importante para minha família.

Repito, desde os 3 anos de idade sou rotariano. Tenho fotos em festas do Rotary. Já estou com quase meio século de Rotary, pois tenho 46 anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Partido Liberal, por meu intermédio, presta suas homenagens à mais antiga organização de serviços voluntários sem caráter religioso.

O Rotary Internacional comemora seu primeiro século de existência com uma impressionante folha corrida de bons serviços prestados à humanidade. Após a Primeira Guerra Mundial, o Rotary já estava agregando fundos e voluntários para ajudar os destituídos pelo conflito; após a Segunda Guerra, prestava auxílio a refugiados, prisioneiros e a outras vítimas da insensatez humana.

Para minimizar a possibilidade de novos conflitos mundiais, foi a organização não governamental com maior número de membros presentes na convenção que aprovou a criação da Organização das Nações Unidas.

A UNESCO, entidade das Nações Unidas destinada à cultura e à educação, também foi criada por inspiração dessa rede mundial de solidariedade. O Rotary é a entidade privada com o maior programa mundial de bolsas de estudo: mais de 30 mil bolsas a cidadãos de mais de 100 países foram oferecidas desde 1947, e hoje em dia quase 1.300 bolsas são oferecidas anualmente.

Poderíamos falar que metade das unidades do Rotary International se dedica à erradicação do analfabetismo; ou que, nos últimos 10 anos, 500 milhões de dólares foram arrecadados por nosso homenageado para combater a paralisia infantil. Contudo, não se trata, aqui, de listar as inumeráveis ações de relevância internacional que têm o Rotary como principal apoio.

Queremos apenas ressaltar o fato de que bem antes do surgimento da Internet, o Rotary já conseguia unir pessoas de todos os países, potencializando campanhas de solidariedade e servindo de modelo para várias outras organizações semelhantes.

Esta Casa faz muito bem, portanto, em homenagear as mais de 31 mil unidades do Rotary existentes em praticamente todos os países do mundo, e congregando quase 1,5 milhão de associados. Trata-se de uma rede cuja principal motivação é o altruísmo, e cujo crescimento, à taxa média de uma nova cidade

por dia, é uma boa notícia neste mundo tão carente de homens de boa vontade.

Portanto, sinto-me feliz em poder participar desta sessão solene em comemoração ao centenário do Rotary Internacional. Que bom que a nossa querida Presidenta Laura Carneiro, competente Deputada pelo Rio de Janeiro, tenha tido a sensibilidade de tomar a iniciativa da realização desta sessão! A propósito, lembro ao Governador do Rotary do Rio de Janeiro que a Deputada Laura Carneiro ainda não é rotariana. Ele precisa trazê-la para nossos quadros, mesmo correndo o risco de que ela se torne Governadora de Rotary. Presidenta do clube ela vai ser, não tenha dúvida.

Foi muito importante que uma mulher com a dedicação e competência da Deputada Laura Carneiro tenha se lembrado do Rotary Clube. Ela passou na nossa frente ao requerer, com o apoio de todos nós, a realização desta sessão solene, mas ela ainda não é do Rotary Clube. Com o seu ingresso, vamos aumentar ainda mais o número de rotarianos.

Através das casas de amizade e no trabalho voluntário, façamos o bem sem olhar a quem, com disposição e com vontade, como fazem os rotarianos.

Que Deus abençoe o Rotary e todos os rotarianos que prestam esse lindo serviço não só ao Brasil, mas ao mundo de uma maneira geral!

Parabéns ao Rotary Clube! Parabéns aos que dirigem o Rotary Clube! Parabéns pelo nosso centenário! Que Deus nos abençoe a todos!

Obrigado.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Agradeço ao Deputado Sandro Mabel as palavras. É complicado, no Rio de Janeiro, eu ir para um clube, sendo amiga de tantos.

A SR. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Passo a palavra ao representante do PPS, Deputado Rogério Teófilo, a quem faço uma homenagem, pois S.Exa. assistiu à sessão do começo ao fim. Mesmo tendo, como todos nós, várias atividades a desenvolver nesta Casa, S.Exa. dedicou toda a sua manhã a acompanhar esta sessão.

O SR. ROGÉRIO TEÓFILO (PPS – AL. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Deputada Laura Carneiro; Sr. Luiz Coelho de Oliveira, Diretor Internacional do Rotary, na pessoa de quem saúdo os membros da Mesa; Sr. José Firmino Oliveira, futuro Governador Distrital de Alagoas, Sergipe e da parte norte da Bahia, na pessoa de quem saúdo os rotarianos presentes, tinha preparado um discurso para esta solenidade. Contudo, nesta sessão festiva a que o Brasil está assistindo pela *TV Câmara*, não quero falar com a razão, mas com a emoção e com o coração.

Eu poderia, em meu discurso, Sr. Presidente, falar do Rotary da educação, do Rotary da saúde, daqueles 4 americanos que há cem anos deram início ao trabalho que hoje estamos comemorando, do belíssimo trabalho que o Rotary desenvolve em 166 países, das ações empreendidas por mais de 144 mil mulheres rotarianas. Eu poderia falar de tudo isso e de muito mais.

Entretanto, Deputada Laura Carneiro, amigas e amigos rotarianos, quero contar apenas uma história.

Vou falar de um Rotary que, talvez, seja um exemplo, lá dos torrões do agreste nordestino. E assim fazendo, estarei falando de todos os Rotary do mundo e do Brasil. Vou falar do Rotary da cidade onde tenho orgulho de ter nascido, Arapiraca, do Rotary de que tenho orgulho de ser membro, do Rotary que muito em breve vai dar para Sergipe, para Alagoas e para o norte da Bahia um Governador Distrital. Vou falar de um Rotary que soergueu um hospital que atende milhares de pessoas lá no agreste do sertão alagoano. Vou falar de um Rotary que tem mais de 4 escolas rotarianas na cidade de Arapiraca, vou falar de um Rotary que é dos Manoéis, dos Josés, das Antônias, das Marias, de rotarianos que não têm a camisa do Rotary, mas que são atendidos pelos rotarianos e pelas rotarianas.

É a esses rotarianos que quero parabenizar.

Rotarianos, vocês é que fazem essa entidade, que não tem cor partidária, vanguardeira no mundo, vocês é que são o símbolo da cidadania, vocês é que simbolizam o orgulho dos cidadãos mundiais.

E vocês do meu torrão natal, lá em Alagoas, são exemplos para o mundo.

Esse pequeno clube, de praticamente 40 anos, simboliza os Rotary do mundo e os Rotary do Brasil, aqui tão bem representados. É do Rotary da cidade Arapiraca que sinto orgulho, quando olho para as crianças que estão vivas em razão do trabalho digno e honesto feito pelos rotarianos; é do Rotary da cidade e Arapiraca que tenho orgulho, quando vejo que um hospital, antes fechado, hoje tem quase 400 leitos ativos e atende ao pobre arapiraquense, ao pobre agrestino, ao pobre sertanejo.

Cem anos de Rotary, cem anos de cidadania; cem anos de Rotary, cem anos de saúde para o povo brasileiro; cem anos de Rotary, cem anos de educação para o povo brasileiro.

Deputada Laura Carneiro, com essas palavras, quero dizer que o Rotary de Chicago é o mesmo Rotary de Arapiraca; que o Rotary do Rio de Janeiro é o mesmo Rotary de Brasília, porque o Rotary do Brasil é o Rotary Internacional.

Parabéns, Rotary, por desenvolver esse trabalho digno pela sociedade mundial, pela sociedade brasileira, pela sociedade alagoana e pela sociedade arapiraquense!

Muito obrigado.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – O Dr. Luiz Coelho de Oliveira solicitou a esta Presidência que apresente suas desculpas por ter sido obrigado a se retirar, para não perder o vôo para o Rio de Janeiro, onde o Presidente do Rotary Internacional o espera.

Agradeço a todos os que participaram desta sessão: aos Governadores que saíram de seus Estados para estar conosco nesta homenagem; a cada servidor desta Casa que tornou possível a realização deste evento; ao Coral do Senado Federal e a sua maestrina, pela habilidade com que o dirigiu; aos servidores do meu gabinete que, de alguma maneira, contribuíram para tornar possível esta sessão; aos Deputados que aqui estiveram, em especial ao Deputado Itamar Serpa, rotariano de Nova Iguaçu, Distrito 457, que não pôde ficar até o final da sessão; e aos companheiros que compõem a Mesa.

Que Deus proteja a todos. *(Palmas.)*

Antes de encerrar a sessão, vamos ouvir o Hino do Centenário do Rotary.

(É executado o Hino do Centenário do Rotary. Palmas.)

V – ENCERRAMENTO

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Laura Carneiro) – Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 13h.)

Ata da 36ª Sessão, em 17 de março de 2005

Presidência dos Srs. José Thomaz Nonô; 1º Vice-Presidente: Inocêncio Oliveira; 1º Secretário: João Caldas; 4º Secretário: Geraldo Resende; 3º Suplente de Secretário: Átila Lins, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Severino Cavalcanti
José Thomaz Nonô
Ciro Nogueira
Inocêncio Oliveira
Nilton Capixaba
Eduardo Gomes
João Caldas
Givaldo Carimbão
Geraldo Resende

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA PMDB
ALMIR SÁ PL PL/PSL
LUCIANO CASTRO PL PL/PSL
MARIA HELENA PPS
PASTOR FRANKEMBERGEN PTB
SUELY CAMPOS PP
Total de Roraima: 6

AMAPÁ

BADU PICANÇO PL PL/PSL
DAVI ALCOLUMBRE PFL
DR. BENEDITO DIAS PP
EDUARDO SEABRA PTB
JANETE CAPIBERIBE PSB
JURANDIL JUAREZ PMDB
Total de Amapá: 6

PARÁ

JOSÉ PRIANTE PMDB
JOSUÉ BENGTSON PTB
NILSON PINTO PSDB
PAULO ROCHA PT
RAIMUNDO SANTOS PL PL/PSL
VIC PIRES FRANCO PFL
WLADIMIR COSTA PMDB
ZÉ GERALDO PT
ZÉ LIMA PP
ZENALDO COUTINHO PSDB
ZEQUINHA MARINHO S.PART.
Total de Pará: 11

AMAZONAS

ÁTILA LINS PPS
CARLOS SOUZA PP
FRANCISCO GARCIA PP
HUMBERTO MICHILES PL PL/PSL
LUPÉRCIO RAMOS PMDB
PAUDERNEY AVELINO PFL
SILAS CÂMARA PTB
VANESSA GRAZZIOTIN PCdoB
Total de Amazonas: 8

RONDÔNIA

AGNALDO MUNIZ PP
ANSELMO PT
HAMILTON CASARA PL PL/PSL
MARINHA RAUPP PMDB
MIGUEL DE SOUZA PL PL/PSL
NATAN DONADON PMDB
Total de Rondônia: 6

ACRE

JOÃO CORREIA PMDB
JÚNIOR BETÃO PL PL/PSL
RONIVON SANTIAGO PP
ZICO BRONZEADO PT
Total de Acre: 4

TOCANTINS

ANA ALENCAR PSDB
DARCI COELHO PP
OSVALDO REIS PMDB
PASTOR AMARILDO PMDB
Total de Tocantins: 4

MARANHÃO

ANTONIO JOAQUIM PTB
CÉSAR BANDEIRA PFL
COSTA FERREIRA PSC
DR. RIBAMAR ALVES PSB
GASTÃO VIEIRA PMDB
JOÃO CASTELO PSDB
PAULO MARINHO PL PL/PSL
PEDRO FERNANDES PTB
REMI TRINTA PL PL/PSL
SARNEY FILHO PV
SEBASTIÃO MADEIRA PSDB
TEREZINHA FERNANDES PT
WAGNER LAGO PP
Total de Maranhão: 13

CEARÁ

ALMEIDA DE JESUS PL PL/PSL
ANDRÉ FIGUEIREDO PDT
ANTONIO CAMBRAIA PSDB
ARIOSTO HOLANDA PSDB
ARNON BEZERRA PTB
BISMARCK MAIA PSDB
GONZAGA MOTA PSDB
JOSÉ LINHARES PP
JOSÉ PIMENTEL PT
LÉO ALCÂNTARA PSDB
MANOEL SALVIANO PSDB
MARCELO TEIXEIRA PMDB
MAURO BENEVIDES PMDB
MORONI TORGAN PFL
VICENTE ARRUDA PSDB
ZÉ GERARDO PMDB
Total de Ceará: 16

PIAUÍ

ÁTILA LIRA PSDB
B. SÁ PPS
JÚLIO CESAR PFL
MUSSA DEMES PFL
NAZARENO FONTELES PT
PAES LANDIM PTB
SIMPLÍCIO MÁRIO PT
Total de Piauí: 7

RIO GRANDE DO NORTE

FÁTIMA BEZERRA PT
IBERÊ FERREIRA PTB
NEY LOPES PFL
SANDRA ROSADO PMDB
Total de Rio Grande do Norte: 4

PARAÍBA

BENJAMIN MARANHÃO PMDB
DOMICIANO CABRAL PSDB
ENIVALDO RIBEIRO PP
INALDO LEITÃO PL PL/PSL
LÚCIA BRAGA PMDB
MARCONDES GADELHA PTB
PHILEMON RODRIGUES PTB
RICARDO RIQUE PL PL/PSL
Total de Paraíba: 8

PERNAMBUCO

ANDRÉ DE PAULA PFL
CARLOS EDUARDO CADOCA PMDB
FERNANDO FERRO PT
GONZAGA PATRIOTA PSB
JORGE GOMES PSB
JOSÉ CHAVES PTB
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA PFL
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO PTB
LUIZ PIAUHYLINO PDT
MAURÍCIO RANDS PT
PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO PSB
PAULO RUBEM SANTIAGO PT
PEDRO CORRÊA PP
RENILDO CALHEIROS PCdoB
ROBERTO MAGALHÃES PFL
Total de Pernambuco: 15

ALAGOAS

JOÃO LYRA PTB
JURANDIR BOIA PDT
ROGÉRIO TEÓFILO PPS
Total de Alagoas: 3

SERGIPE

BOSCO COSTA PSDB
CLEONÂNCIO FONSECA PP
IVAN PAIXÃO PPS
JOÃO FONTES PDT
JOSÉ CARLOS MACHADO PFL
Total de Sergipe: 5

BAHIA

ALICE PORTUGAL PCdoB
AROLDO CEDRAZ PFL
CLAUDIO CAJADO PFL
COLBERT MARTINS PPS
CORIOLANO SALES PFL
DANIEL ALMEIDA PCdoB
GUILHERME MENEZES PT
JOÃO CARLOS BACELAR PFL
JOÃO LEÃO PL PL/PSL
JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL
JOSÉ CARLOS ARAÚJO PFL
JUTAHY JUNIOR PSDB
LUIZ ALBERTO PT
LUIZ BASSUMA PT
MARCELO GUIMARÃES FILHO PFL
MÁRIO NEGROMONTE PP
NELSON PELLEGRINO PT
PEDRO IRUJO PL PL/PSL
REGINALDO GERMANO PP
ROBÉRIO NUNES PFL
SEVERIANO ALVES PDT
WALTER PINHEIRO PT
ZELINDA NOVAES PFL
Total de Bahia: 23

MINAS GERAIS

ADEMIR CAMILO PL PL/PSL
ARACELY DE PAULA PL PL/PSL
CARLOS MOTA PL PL/PSL
CARLOS WILLIAN PMDB
CLEUBER CARNEIRO PTB
CUSTÓDIO MATTOS PSDB
DR. FRANCISCO GONÇALVES PTB
EDMAR MOREIRA PL PL/PSL
EDUARDO BARBOSA PSDB
ELISEU RESENDE PFL
GERALDO THADEU PPS
GILMAR MACHADO PT
JAIME MARTINS PL PL/PSL
JOÃO PAULO GOMES DA SILVA PL PL/PSL
JOSÉ MILITÃO PTB
JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS PL PL/PSL
JÚLIO DELGADO PPS
LAEL VARELLA PFL
LEONARDO MATTOS PV
LEONARDO MONTEIRO PT
LINCOLN PORTELA PL PL/PSL
MARIA DO CARMO LARA PT
MAURO LOPES PMDB
OSMÂNIO PEREIRA PTB
PAULO DELGADO PT
RAFAEL GUERRA PSDB
ROBERTO BRANT PFL
ROMEL ANIZIO PP
ROMEU QUEIROZ PTB
SARAIVA FELIPE PMDB
SÉRGIO MIRANDA PCdoB
SILAS BRASILEIRO PMDB
VIRGÍLIO GUIMARÃES PT
VITTORIO MEDIOLI PSDB
Total de Minas Gerais: 34

ESPÍRITO SANTO

FEU ROSA PP
IRINY LOPES PT
JAIR DE OLIVEIRA PMDB
MANATO PDT
MARCELINO FRAGA PMDB
MARCUS VICENTE PTB
NEUCIMAR FRAGA PL PL/PSL
NILTON BAIANO PP
RENATO CASAGRANDE PSB
ROSE DE FREITAS PMDB
Total de Espírito Santo: 10

RIO DE JANEIRO

ALDIR CABRAL PFL
ALEXANDRE CARDOSO PSB
ALEXANDRE SANTOS PMDB
ALMERINDA DE CARVALHO PMDB
ALMIR MOURA S.PART.
ANTONIO CARLOS BISCAIA PT
CARLOS NADER PL PL/PSL
CARLOS SANTANA PT
CHICO ALENCAR PT
DELEY PMDB
DR. HELENO PMDB
EDSON EZEQUIEL PMDB
EDUARDO CUNHA PMDB
EDUARDO PAES PSDB

ELAINE COSTA PTB
FERNANDO GABEIRA PV
FERNANDO LOPES PMDB
ITAMAR SERPA PSDB
JAIR BOLSONARO PFL
JANDIRA FEGHALI PCdoB
JORGE BITTAR PT
JOSÉ DIVINO PMDB
JUÍZA DENISE FROSSARD PPS
LAURA CARNEIRO PFL
LEONARDO PICCIANI PMDB
LUIZ SÉRGIO PT
MOREIRA FRANCO PMDB
NELSON BORNIER PMDB
PAULO BALTAZAR PSB
PAULO FEIJÓ PSDB
RENATO COZZOLINO S.PART.
ROBERTO JEFFERSON PTB
RODRIGO MAIA PFL
SANDRO MATOS PTB
SIMÃO SESSIM PP
Total de Rio de Janeiro: 35

SÃO PAULO

AMAURI GASQUES PL PL/PSL
ANGELA GUADAGNIN PT
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO PSDB
ARLINDO CHINAGLIA PT
ARNALDO FARIA DE SÁ PTB
ARY KARA PTB
CELSO RUSSOMANNO PP
CLÁUDIO MAGRÃO PPS
CORAUCI SOBRINHO PFL
DEVANIR RIBEIRO PT
DIMAS RAMALHO PPS
DURVAL ORLATO PT
EDINHO MONTEMOR PL PL/PSL
EDNA MACEDO PTB
ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO PRONA
ENÉAS PRONA
GILBERTO NASCIMENTO PMDB
ILDEU ARAUJO PP
IVAN VALENTE PT
JEFFERSON CAMPOS PMDB
JOÃO HERRMANN NETO PDT
JOÃO PAULO CUNHA PT
JOSÉ EDUARDO CARDOZO PT
JOSÉ MENTOR PT
JOVINO CÂNDIDO PV
JULIO SEMEGHINI PSDB
LOBBE NETO PSDB
LUCIANO ZICA PT
LUIZ ANTONIO FLEURY PTB
LUIZ CARLOS SANTOS PFL
LUIZ EDUARDO GREENHALGH PT
LUIZA ERUNDINA PSB
MARCELO BARBIERI PMDB
MARCELO ORTIZ PV
MARIÂNGELA DUARTE PT
MILTON MONTI PL PL/PSL
NELSON MARQUEZELLI PTB
NEUTON LIMA PTB
PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA PP
PROFESSOR LUIZINHO PT
RICARDO IZAR PTB
ROBERTO GOUVEIA PT
ROBSON TUMA PFL
RUBINELLI PT
SALVADOR ZIMBALDI PTB
SILVIO TORRES PSDB
TELMA DE SOUZA PT
VADÃO GOMES PP
VALDEMAR COSTA NETO PL PL/PSL
VANDERLEI ASSIS PP
VICENTINHO PT
WALTER BARELLI PSDB
WANDERVAL SANTOS PL PL/PSL
ZARATTINI PT
ZULAIÊ COBRA PSDB
Total de São Paulo: 55

MATO GROSSO

CARLOS ABICALIL PT
CELCITA PINHEIRO PFL
RICARTE DE FREITAS PTB
TETÉ BEZERRA PMDB
THELMA DE OLIVEIRA PSDB
Total de Mato Grosso: 5

DISTRITO FEDERAL

ALBERTO FRAGA PTB
JORGE PINHEIRO PL PL/PSL
JOSÉ ROBERTO ARRUDA PFL
MANINHA PT
SIGMARINGA SEIXAS PT
TATICO PL PL/PSL
WASNY DE ROURE PT
Total de Distrito Federal: 7

GOIÁS

BARBOSA NETO PSB
CAPITÃO WAYNE PSDB
CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB
JOÃO CAMPOS PSDB
JOVAIR ARANTES PTB
LEANDRO VILELA PMDB
LUIZ BITTENCOURT PMDB
PEDRO CANEDO PP
PEDRO CHAVES PMDB
RONALDO CAIADO PFL
RUBENS OTONI PT
SANDES JÚNIOR PP
SANDRO MABEL PL PL/PSL
VILMAR ROCHA PFL
Total de Goiás: 14

MATO GROSSO DO SUL

ANTONIO CRUZ PTB
JOÃO GRANDÃO PT
MURILO ZAUITH PFL
NELSON TRAD PMDB
VANDER LOUBET PT
WALDEMIR MOKA PMDB
Total de Mato Grosso do Sul: 6

PARANÁ

AFFONSO CAMARGO PSDB
ALEX CANZIANI PTB
ANDRÉ ZACHAROW PSB
CHICO DA PRINCESA PL PL/PSL
DILCEU SPERAFICO PP
DR. ROSINHA PT
EDUARDO SCIARRA PFL
GUSTAVO FRUET PSDB
IRIS SIMÕES PTB
JOSÉ BORBA PMDB
LUIZ CARLOS HAULY PSDB
MOACIR MICHELETTO PMDB
NELSON MEURER PP
OLIVEIRA FILHO PL PL/PSL
OSMAR SERRAGLIO PMDB
PAULO BERNARDO PT
RICARDO BARROS PP
Total de Paraná: 17

SANTA CATARINA

ADELOR VIEIRA PMDB
CARLITO MERSS PT
FERNANDO CORUJA PPS
GERVÁSIO SILVA PFL
IVAN RANZOLIN PP
JOÃO PIZZOLATTI PP
LEODEGAR TISCOSKI PP
PAULO AFONSO PMDB
PAULO BAUER PFL
ZONTA PP
Total de Santa Catarina: 10

RIO GRANDE DO SUL

ALCEU COLLARES PDT
AUGUSTO NARDES PP
BETO ALBUQUERQUE PSB
FRANCISCO TURRA PP
HENRIQUE FONTANA PT
MENDES RIBEIRO FILHO PMDB
MILTON CARDIAS PTB
ORLANDO DESCONSI PT
PASTOR REINALDO PTB
POMPEO DE MATTOS PDT
WILSON CIGNACHI PMDB
Total de Rio Grande do Sul: 11

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 352 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. ZEQUINHA MARINHO, servindo como 2° Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Passa – se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Passa – se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. JAIR BOLSONARO (PFL – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gosto de falar de improviso, mas hoje não o farei, pois o assunto de que tratarei é extremamente grave e não posso deixar a emoção tomar conta da razão. Por isso, lerei o ofício

que encaminharei ao Exmo. Sr. Ministro da Defesa, José Alencar, acerca da notícia da cooperação das Forças Armadas com o Governo Federal, no atendimento médico no Município do Rio de Janeiro, estampada em vários jornais do País.

Diz o ofício:

"Senhor Ministro,

O apoio ora oferecido pelo Governo Federal, por intermédio de representantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ao coordenador da intervenção na rede hospitalar pública do município do Rio de Janeiro causa-nos apreensão e preocupação pela tal incapacidade de, ainda que emergencialmente, se atenderem às justas necessidades da população daquela Cidade, pelos aspectos que, de forma sucinta, enumeramos abaixo:

1. Situação Atual Na Marinha

a) Hospital Naval Marcílio Dias.

1) Geriatria

– atendimento deve ser marcado com antecedência mínima de 1 (um) mês;

2) Pneumologia

– atendimento somente a partir de junho;

3) Laboratório

– inexistência de recipientes para colher material para exames laboratoriais (deve ser adquirido pelo usuário);

4) Raios X de tórax

– inexistência de filmes.

b) Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória

– Cardiologia – exame só para o início de junho.

Prova inequívoca da precariedade do atendimento médico – hospitalar pela Marinha aos seus integrantes é o convênio firmado por aquela Força com a UNIMED, ou seja, os beneficiários têm que pagar dois planos se desejarem ter bom atendimento.

2. Situação Atual No Exército

Os dois hospitais e as três policlínicas, no Rio de Janeiro, encontram – se com demanda reprimida nos ambulatórios, ou seja, o número de pacientes é muito superior às vagas oferecidas, o que ocasiona marcação de atendimento para 15, 20 ou até 30 dias, a contar da data solicitada, não comportando acréscimo de mais pacientes."

Deixo bem claro, Sr. Presidente, que a situação relatada diz respeito ao atendimento prestado apenas aos militares.

"Como exemplo, pode – se citar as clínicas de ortopedia, cardiologia, psiquiatria, neurologia e reumatologia.

Embora, na teoria, o Hospital Central do Exército – HCE seja a única Organização de Saúde da Força com serviço de emergência em todas as especialidades (24 horas), encontra – se sem condições de absorver novos casos de urgência, já que não há disponibilidade de profissionais, de salas cirúrgicas e de material.

As policlínicas e o Hospital de Guarnição da Vila Militar – HGuVM não têm emergência e sim pronto-atendimento. Como ilustração, pode – se citar que hoje, pela manhã, no pronto – atendimento do HguVM, cerca de 40 pacientes aguardavam sua vez para serem atendidos por apenas uma médica, situação agravada pela informação que lhes foi passada sobre a impossibilidade de a profissional que prestaria o atendimento à tarde encontrar – se impossibilitada de fazê-lo por motivo de doença (informação prestada por uma beneficiária do FUSEx).

O Instituto de Biologia do Exército – IBEx não tem condições de atender a demanda pelo fato de ser o único laboratório disponível para realização de exames, já que as demais organizações militares de saúde da Força operam, apenas, como postos de coleta de materiais.

Freqüentemente, a radiologia do HCE fica inoperante por falta de filmes.

A realização de ultra – sonografia e tomografia ultrapassa mais de 30 dias após as marcações solicitadas.

A situação precária do Exército pode ser caracterizada pelo fato do grande número de anúncios constantes da Revista do Clube Militar, informativo direcionado, basicamente, para militares e pensionistas das três Forças. Os diretores de planos particulares de saúde não investiriam naquela revista caso o atendimento nas organizações militares de saúde fosse satisfatório.

3. Situação Atual Aeronáutica

As organizações de saúde da Aeronáutica encontram dificuldades semelhantes às da Marinha e do Exército.

Como informações adicionais, constata – se o seguinte:

– todos os militares, assim como os pensionistas, descontam, obrigatoriamente, para os seus respectivos fundos de saúde (até 3,5% de suas remunerações, proventos ou pensões);

– os atendimentos são efetuados mediante pagamento de no mínimo 20% de seus custos, o que inclui os 'planos de saúde das Forças' entre os mais caros do Brasil;

– em que pesem a dedicação e a presteza dispensadas pelos profissionais de saúde das Forças, há de se considerar que, em sua maioria, são jovens egressos de faculdades, com pouca experiência profissional, que prestam serviço militar obrigatório;

– o montante arrecadado, originário de desconto obrigatório na remuneração dos militares e pensionistas, por serem considerados orçamentários são contingenciados pelo Governo Federal, na ordem de 50%, o que, em tese, poderia ser considerado apropriação indébita" por parte do Governo Federal.

"Em passado recente, este parlamentar apresentou sugestão ao Ministério da Defesa para que fosse criada uma fundação de saúde para cada Força, destinada a administrar os recursos arrecadados para atendimento médico-hospitalar, ficando imune aos criminosos contingenciamentos ora aplicados pelo Governo Federal.

De positivo, restam tão – somente a dedicação e o profissionalismo dos oficiais, praças e servidores civis da área de saúde.

Os casos ora citados foram relatados por usuários, não caracterizando, de nossa parte, qualquer ilação de descrédito para com os Diretores das mencionadas OMS e, ao contrário, sou testemunha do zelo e dedicação como se conduzem no exercício de suas funções.

As razões expostas levam à presunção de que o oferecimento em pauta é inadequado e, certamente, causará aos usuários dos serviços de saúde das Forças sensível piora no atendimento com reflexos negativos para os seus Comandantes, sendo de suma importância considerar – se que tais serviços são custeados, obrigatoriamente, por descontos feitos nas remunerações dos militares e pensionistas.

Por fim, há de se ressaltar que Marinha e Exército não prestam atendimento médico – hospitalar aos ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial e seus pensionistas, sob alegação de falta de meios".

Infelizmente, Sr. Presidente, beira à demagogia a ajuda proposta pelo Governo Federal para atender à demanda do Município do Rio de Janeiro.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA (PTB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a transcrição nos Anais da Casa de matéria publicada no *Jornal da Ciência*, órgão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, do dia de 11 de março de 2005, intitulado *Células – tronco: nem tanto otimismo que crie falsa ilusão, nem tanto pessimismo que mate a esperança.*

Diz o cientista:

> "A credibilidade da ciência no Brasil pode estar se defrontando com uma situação crítica, neste momento. Durante a campanha pela aprovação do projeto de Lei de Biossegurança, sobretudo na fase final, na Câmara dos Deputados, a defesa das pesquisas com células – tronco no País exagerou tanto que criou expectativa infundada, segundo muitos pesquisadores. Isso pode minar a boa imagem da ciência entre nós".

Sr. Presidente, isso é grave. A sociedade brasileira foi enganada por nós e pelo Congresso brasileiro.

Peço ainda a transcrição de um documento da Dra. Cláudia Batista, professora do Departamento de Histologia e Embriologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ambos condenam o que fizemos.

Apelamos para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sentido de que examine o assunto com seriedade, convoque os verdadeiros cientistas deste País e vete o artigo antes que a Lei de Biossegurança seja considerada inconstitucional.

Tenho certeza de que a Assessoria da Presidência da República e os Ministros estão nos vendo e ouvindo neste instante. S.Exas. devem pensar seriamente no veto ao art. 5º dessa lei, sob pena de cair no Supremo Tribunal Federal.

Já na segunda – feira cientistas brasileiros de renome internacional estarão com o Procurador – Geral da República. O País precisa de uma lei de biossegurança, mas não de enxerto. E foi o enxerto que se introduziu na lei que recentemente aprovamos.

Sr. Presidente da República, por favor, vete o art. 5º, sob pena de toda a lei ser declarada inconstitucional.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR

Células-tronco: nem tanto otimismo que crie falsa ilusão, nem tanto pessimismo que mate a esperança

A credibilidade da ciência no Brasil pode estar se defrontando com uma situação crítica, neste momento. Durante a campanha pela aprovação do projeto de Lei de Biossegurança, sobretudo na fase final, na Câmara dos Deputados, a defesa das pesquisas com células-tronco no país exagerou tanto que criou expectativa infundada, segundo muitos pesquisadores. Isso pode minar a boa imagem da ciência entre nós. No Reino Unido, no início da epidemia da vaca louca, os cientistas omitiram sua verdadeira gravidade. Resultado: a opinião pública perdeu a confiança neles. A ciência não pode faltar com a verdade.

Lygia da Veiga Pereira, chefe do Laboratório de Genética Molecular do Depto. de Biologia e do Centro de Estudos do Genoma Humano, observou, em artigo publicado em *O Estado de SP* (6/3): "Talvez um certo sensacionalismo faça parte do jogo e tenha sido importante para mobilizar a sociedade e os parlamentares e levar à aprovação do projeto de Lei de Biossegurança."

De fato esse "certo sensacionalismo" não só faz parte do jogo, como pôs em movimento o barco das ilusões. Foi um jogo perigoso. Mexeu com a emoção e o sentimento das pessoas. Quantos se detiveram a pensar sobre as implicações humanas e éticas de tais manobras? Isso é inadmissível em qualquer hipótese. Os fins jamais justificarão os meios. Em ciência, isso sempre acabou mal.

Ainda bem que a própria Lygia tratou de colocar as perspectivas das pesquisas com células-tronco em termos realistas e verdadeiros, a começar pelo título de seu texto: "Por enquanto, apenas um fio de esperança".

E também revelou que numa entrevista ao vivo sobre a aprovação do projeto, perguntaram-lhe quantos pacientes sairiam agora da fila dos transplantes, ou seja, quantos passariam a ser tratados diretamente.

"Respirei fundo", contou Lygia, "e respondi: 'Nenhum'".

E explicou no artigo: "Nenhum hoje, nenhum até mesmo nos próximos anos. Mas, quem sabe, muitos, no longo prazo, agora que podemos trabalhar com células-tronco embrionárias humanas no Brasil".

Em suma, todo cuidado é pouco para preservar a dignidade e confiabilidade da ciência, e a esperança que ela representa para o futuro da espécie humana. A verdade e a transparência são valores inegociáveis. E os cientistas, pela responsabilidade do saber, devem estar sempre na dianteira desta luta. *(JMF)*

Carlos Henrique de Brito Cruz, reitor da Unicamp e futuro diretor científico da Fapesp, disse ao *JC* que, apesar dos defeitos apontados por ele e outros no anteprojeto do MEC, vale reconhecer que a iniciativa tem o grande mérito de incluir na agenda nacional o debate sobre o ensino superior. *(Leia nas pp. 6 e 7)*

Células-tronco

• Retornei recentemente ao Brasil após dois anos de trabalho com um renomado grupo de pesquisa em células-tronco no Canadá. Ao chegar, deparei-me com um clima de euforia incomum em relação às promessas atribuídas às células-tronco embrionárias. Famílias e deficientes físicos estão iludidos com uma euforia sem base científica que justifique o uso de células-tronco embrionárias humanas. Como uma das pouquíssimas pesquisadoras do uso de células-tronco no tratamento de doenças neurodegenerativas no Brasil, acredito no potencial de células-tronco maduras, que são, de fato, as mais promissoras, as únicas até hoje empregadas em terapias já em fase clínica. As células-tronco derivadas do embrião geraram tumores e são rejeitadas pelo organismo transplantado. O lobby feito por um pequeno grupo confunde os leigos. Todas as terapias testadas no Brasil e no mundo até hoje foram feitas apenas com células maduras e só estas alcançaram resultados promissores!

CLAUDIA BATISTA
professora-adjunta do Departamento de Histologia e Embriologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (via Globo Online, 3/3), Rio

O SR. VICENTINHO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mando um abraço muito especial às comunidades de Ribeirão Preto, Sertãozinho e Jaboticabal, que visitei no final de semana.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – A Presidência suspende a sessão até o retorno da energia elétrica.

(A sessão é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Resende) – Está reaberta a sessão.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO – Sr. Presidente, na visita àquela região paulista, fui recebido com muito orgulho e alegria pelo companheiro Fernando Tremura, líder político da comunidade de Ribeirão Preto, que me acompanhou durante toda a viagem.

O Dr. Márcio Pereira, advogado muito querido da região de Sertãozinho, levou-me a conhecer o Prefeito, o Vice-Prefeito e alguns Vereadores da cidade. Estávamos acompanhados do companheiro Tião Macedo, Presidente do Partido dos Trabalhadores em Sertãozinho.

Tive oportunidade de conhecer o Sr. Manoel Ortolan, Presidente da Cooperativa dos Produtores de Cana do Estado de São Paulo – CANAOESTE, que me apresentou alguns problemas de seus cooperados. Essa cooperativa produz cana-de-açúcar, amendoim e outras culturas. Mas eles, os cooperados, não são usineiros nem assalariados.

Na oportunidade, conheci também o Sr. Mário Garrefa, Presidente do CIESP de Sertãozinho, que nos apresentou um projeto muito bonito de desenvolvimento, com perspectiva de geração de empregos. Visitei também a empresa DEDINE, e encontrei, por coincidência, o Sr. Cássio, atual Presidente da empresa, e que foi o dirigente da empresa Vilares Equipamentos que assinou a demissão do companheiro Lula quando este era militante sindical em São Bernardo do Campo. Trata-se de pessoa muito digna, que relembrou aquele acontecimento como um fato histórico que lhe deixou uma marca. Segundo o próprio Dr. Cássio, aquela não foi uma atitude pessoal, mas uma decisão coletiva que refletiu em muitos, inclusive no Presidente Lula.

Ao visitar aquela fábrica, 2 fatos me deixaram impressionados. A grande maioria de funcionários da empresa é de pessoas idosas. Ela preserva o emprego do profissional idoso. Além disso, ela dispõe de 250 vagas, mas não tem profissionais – ferramenteiro, fresador, ajustador mecânico e outros – para preenchê-las.

Na cidade de Ribeirão Preto tive a oportunidade de, liderado pelo companheiro Wagner de Souza Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Servidores Municípios de Ribeirão Preto, participar de uma palestra em seu sindicato, com a presença dos sindicalistas da região, sobre a reforma sindical. Foi um debate muito rico, em que expus minhas opiniões e ouvi as dos companheiros. Aproveito a oportunidade para mandar um abraço ao companheiro Wagner e a toda a Diretoria que nos acolheu com tanto carinho.

Nosso companheiro Fernando Tremura tinha toda a razão quando falou sobre a importância do papel dessa nova diretoria naquele sindicato.

Depois fomos a Jaboticabal, onde tive a honra de encontrar a ex-Prefeita e querida amiga Carlota. Coordenada pelo Vereador Carlinhos Santiago, foi realizada uma prestação de contas do meu mandato na Câmara de Vereadores de Jaboticabal. Falamos sobre projetos, debatemos questões da Casa e a situação do Brasil.

Enfim, desejo mandar ao povo daquela região paulista um agradecimento muito profundo pela acolhida, pelo carinho, pelo respeito, ao mesmo tempo em que reafirmamos o nosso compromisso parlamentar com os trabalhadores daquela região, os pequenos empresários, enfim, com toda a comunidade.

Embora não beba cerveja, não deixei de tomar um chope no Pingüim, de tradição em Ribeirão Preto.

Fomos convidados para a XIII FENASUCRO, a maior feira da América Latina, quem sabe do mundo, que se realizará em setembro. Fizeram-me porta-voz de um convite ao Presidente Lula.

Quero lembrar que, nesta Casa, tramita um projeto de minha autoria que assegura alimento aos assalariados rurais – café da manhã e almoço – para acabar com o sofrimento e a tortura dos bóias-frias, que não têm aposentadoria digna, ganham um salário péssimo e têm um trabalho horrível.

Sr. Presidente, reitero meu carinho e agradecimento ao Dr. Márcio Pereira, ao Fernando Tremura, ao Carlinhos Santiago, e a todo o povo da região.

Obrigado, meu caro Presidente.

Durante o discurso do Sr. Vicentinho, o Sr. João Caldas, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Resende, 3º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Resende) – Com a palavra o nobre Deputado Luiz Bittencourt.

O SR. LUIZ BITTENCOURT (PMDB – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil acaba de completar 20 anos do início do processo de redemocratização. Quero prestar homenagem ao brasileiro anônimo que saiu às ruas – es-

tudantes, trabalhadores, movimentos organizados – e que deu ao País essa grande conquista.

A derrocada do regime militar, com a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República pelo Colégio Eleitoral, o calvário do Presidente eleito e a posse do Vice José Sarney foram o marco da instauração da chamada Nova República. As 2 últimas décadas foram de muitos espinhos e desafios, não só para a consolidação da incipiente democracia, mas também para a área econômica, submetida aos gargalos da espiral inflacionária e do atraso em relação ao mercado mundial.

Os 20 anos que se passaram foram heróicos e se inscreveram na história como os que levaram a Nação a se reencontrar com o seu povo. A trajetória do Brasil foi sacudida por acontecimentos extraordinários. Tivemos a Assembléia Nacional Constituinte, que legou ao País a chamada Constituição cidadã. Elegemos pela via direta Fernando Collor de Mello à Presidência da República, que apearíamos do poder com impeachment por corrupção.

Fizemos a transição com Itamar Franco, que implementaria o Plano Real e emplacaria seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso. FHC governaria por longos 8 anos, seguindo os passos do neoliberalismo. Por fim, assistiríamos à ascensão do operário Lula ao Planalto, o que coroaria de uma vez por todas a obra política iniciada pela geração política que teve à frente grandes homens como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Paulo Brossard, Freitas Nobre, Teotônio Vilela e Leonel Brizola.

Foram tempos difíceis. No plano da economia, amargamos confiscos da poupança e de boi no pasto, planos econômicos mirabolantes e inflação fora de controle. Presenciamos escândalos de toda sorte, cassação de mandatos populares pelo Congresso e estagnação econômica. Como numa gangorra, experimentamos fases boas e ruins na vida do País, que só voltou a produzir recuperação da economia e nível de emprego em 2004, com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima de 5%.

A passagem dos 20 anos do processo de redemocratização não deve ser tomada como mero acontecimento político, mas, sobretudo, como momento de reflexão sobre o futuro do País. A democracia política foi uma grande conquista. Contudo, um longo caminho nos separa da garantia do ideal republicano de igualdade de oportunidades para todos os brasileiros. O Brasil é hoje uma das nações mais injustas do mundo. A concentração de renda é perversa e condena milhões de brasileiros à sobrevivência abaixo da linha da pobreza.

Temos ainda muito o que fazer. Na agenda do País ainda permanecem desafiadoras reformas essenciais à modernização política e econômica. Itens fundamentais como a reforma política, a reforma tributária e a reforma do Judiciário, entre outros, insistem em prosseguir inconclusos ou intocados, bem como a garantia da cidadania básica, a exemplo do acesso aos avanços digitais, da universalização da educação e da aplicação de normas civilizadas na proteção aos consumidores.

É de se esperar que daqui a 20 anos possamos comemorar, com a mesma intensidade com que hoje brindamos o nosso progresso político, a chegada do Brasil ao patamar das nações desenvolvidas, acima de tudo, com dignidade humana e justiça social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. CÉSAR MEDEIROS (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 14 de março se comemora o Dia Mundial em Defesa das Populações Atingidas por Barragens. A data foi lembrada em diversos Municípios do País e do mundo.

Desde já, parabenizo a Universidade Federal de Viçosa pelo projeto de extensão de assessoria a essas comunidades, do qual já fiz parte. No dia 14 foi realizado evento na Universidade para discutir os impactos socioambientais de tais obras.

Queria poder citar avanços e conquistas no tratamento dado pelo Governo e pelas empresas a essas famílias. Infelizmente, a perseguição e a violência ainda têm sido usadas para resolver o problema.

Sr. Presidente, quero denunciar a forma truculenta e desrespeitosa como foram tratadas as famílias atingidas pela UHE Jurumirim, na cidade de Rio Casca, em Minas Gerais, no dia 8 de março. Vários policiais agrediram violentamente os membros do MAB que se manifestavam contra a realização de audiência pública, por falta de informações sobre o projeto.

Sras. e Srs. Deputados, muitas pessoas ficaram feridas, entre elas 6 mulheres, 2 delas grávidas, e 12 jovens e idosos. O assessor do MAB em Minas Gerais e 4 trabalhadores foram levados para a delegacia, onde ficaram retidos por cerca de 4 horas. Logo, senhoras e senhores, no Dia Internacional da mulher!

É absurdo tratar dessa forma uma manifestação legítima de famílias ribeirinhas, que desejavam apenas mais informações sobre a UHE Jurumirim. Espero que a Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais e o Ministério Público apurem rigorosamente essa conduta violenta e retrógrada contra um movimento democrático.

A triste realidade de Minas Gerais se repete em outros Estados do Brasil. Recentemente, companheiros atingidos pela UHE Campos Novos, planejada para ser construída no Estado de Santa Catarina, estão com prisão preventiva decretada, enquanto outros já foram presos.

Sr. Presidente, percebe-se que em pleno século XXI nosso País continua tratando as questões sociais como caso de polícia. É preciso que nossos Governos dêem mais atenção aos problemas causados pela construção de barragens hidrelétricas. Nossa energia não pode ser produzida com repressão, com truculência, com desrespeito aos direitos das famílias ribeirinhas atingidas por essas obras.

Precisamos não somente potencializar a capacidade das usinas já existentes, diminuir as perdas na transmissão da energia, investir mais nas energias alternativas e realmente limpas, mas também, e urgentemente, respeitar a legislação ambiental na construção das barragens hidrelétricas e assegurar os direitos fundamentais das famílias, infelizmente, condenadas a serem atingidas por tais projetos.

Dessa forma, com muita tristeza, lembro nesta Casa o 14 de Março, Dia Mundial em Defesa das Populações Atingidas por Barragens.

Muito obrigado.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diz a experiência humana que, de vez em quando, Deus escolhe um dos mais competentes filhos para executar trabalhos especiais aqui na Terra. Certamente foi o que aconteceu com o ilustre cidadão e médico gastroenterologista José Galvão Alves, hoje radicado no Rio de Janeiro, e a quem presto da tribuna desta Casa uma singela mas justa homenagem como o mais novo membro titular da Academia Nacional de Medicina.

Chefe do Ambulatório Geral, Chefe da 18ª Enfermaria e Diretor de Ensino e Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, onde ao longo de 25 anos tem se dedicado de corpo e alma ao ensino e também à assistência aos mais necessitados, o Dr. José Galvão Alves, filho da acolhedora cidade paulistana de Guaratinguetá, acaba de assumir, para orgulho de todos nós, brasileiros, a Cadeira nº 51 da Academia Nacional de Medicina, antes ocupada pelo emérito Professor Carlos da Silva Locaz, seu grande amigo e incentivador, possivelmente um dos mais orgulhosos, onde quer que esteja, com a ascensão do jovem discípulo.

Dono de um invejável currículo, o Dr. José Galvão Alves, atua em duas frentes de trabalho na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro: uma, de cunho assistencial, voltada aos pacientes mais carentes, e outra para o ensino da Medicina como Professor Titular de Clínica Médica das Universidades Gama Filho e Souza Marques. Já na Pós-Graduação atua como Professor Titular de Gastroenterologia, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O ponto de partida de José Galvão Alves para a brilhante carreira aconteceu aos 15 anos de idade, quando deixou para trás, em Guaratinguetá, a família – seus pais, irmãos, amigos, para, sozinho, brilhar no Rio de Janeiro, na extinta Faculdade Nacional de Medicina, da UFRJ. Hoje, 37 anos depois, desfruta de alto prestígio como membro de uma instituição secular, onde há 175 anos se enaltece o saber, num exemplo de tradição e amor à ciência; uma instituição de exceção, liderada e composta por homens de exceção, como bem disse o próprio acadêmico, em seu discurso de posse.

Desde outubro passado, o Dr. José Galvão Alves, autor de 15 livros publicados, está convivendo, lado a lado, com luminares, sábios que humildemente entendem que pertencer à Academia Nacional de Medicina é uma forma nobre e gratuita de contribuir para a ciência do nosso País. Fruto, Sr. Presidente, da admiração, respeito, da sólida formação profissional e a vasta cultura intelectual, bem como a grande conduta moral, o Dr. José Galvão Alves, acabou por conquistar o coração de seus pares.

Não resta a menor dúvida, Sr. Presidente e nobres Deputados: o exemplo da conduta, a retidão e a competente dedicação do Dr. José Galvão Alves se constitui em marco maior para seus colegas, amigos, familiares e todos aqueles que aprenderam a respeitá-lo e amá-lo.

Ser médico, certamente, não é tarefa fácil. Até porque a Medicina não é somente números e estatística; é sentimento e arte; sentimento que nasce do indissociável compromisso de solidariedade com o homem. Arte, Sr. Presidente, que aflora da sensação de que o conhecimento científico não encerra em si toda a natureza do ofício.

Li, certa vez, em algum lugar, que o segredo do médico é compreender as pessoas, além das doenças. O médico entende o sofrimento humano e o respeita. Seu esforço para compreender o mecanismo e as conseqüências das doenças vai além do físico e do químico para penetrar no espírito das pessoas e partilhar suas aflições. Por isso mesmo o Dr. José Galvão Alves, a quem prestamos esta homenagem, com o seu modo de vida, sua personalidade, seus ideais, sua alegria, sua gentileza, consolidou a profissão no seu próprio País.

Há 26 anos ininterruptos, colaborando com a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, o Dr. José Galvão Alves mostra-se um notável médico no sentido cordial, humanitário e prestativo, dedicando-se inteiramente à tarefa de auxiliar o seu próximo, conseguindo dessa formar realizar gigantesco trabalho de assistência individual e coletiva.

Quero estender esta homenagem aos familiares do Dr. José Galvão Alves, na pessoa de sua esposa, Dra. Marta Carvalho Galvão, do filho, Felippe Galvão Alves, e de todos os entes queridos, pedindo a Deus que os ilumine para que possam continuar sempre generosos, amáveis e solidários com o sofrimento de quem precisa de um afago, de mais atenção e de uma palavra amiga que revigore a força da vontade de viver.

Alguém já disse que ser médico é algo extremamente complexo, porém necessário; é algo arriscado, porém preciso; é algo difícil, porém possível; é algo sofrido, porém fonte de felicidade para quem gosta de gente e de observar no outro o sonho de ver em cada um a extensão de sua própria humanidade.

Receba, portanto, amigo José Galvão Alves, a minha manifestação de respeito, apreço e os meus votos de congratulações por mais este brilhante passo na sua vida profissional!

Ao encerrar, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize o registro nos Anais desta Casa do brilhante discurso de posse do Dr. José Galvão Alves, por ocasião de seu ingresso na Academia Nacional de Medicina.

DISCURSO A QUE SE REFERE O ORADOR

DISCURSO DE POSSE – ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA – EM 23/11/2004 PROF. JOSÉ GALVÃO ALVES

Excelentíssimo Senhor Presidente da Academia Nacional de Medicina, Prof. Pietro Novellino

Excelentíssimos Senhores ex-Presidentes da Academia Nacional de Medicina.

Excelentíssimos Senhoras e Senhores Acadêmicos

Excelentíssimo senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro – Dr. Dahas Zarur

Demais autoridades que compõem a mesa diretora

Senhoras e senhores

Permitam-me apresentar a bancada composta por minha família e meus amigos:

Minha mulher – Dra. Marta Carvalho Galvão

Meu filho – Felippe Galvão Alves

Minha irmã – Sônia Galvão e seu marido Dr. Carlos Quiros

Meu irmão – Ivens Alberto

Meu cunhado – José Luiz Carvalho (e sua mulher Ângela Carvalho)

Representando meus Assistentes e meus amigos, Dr. Rubens Basile

Representando a família Lacaz, seu sobrinho, Sr. Wilson Lacaz. E sua esposa.

É com imenso orgulho, sensação de conquista e um grau imensurável de expectativa, que inicio esta oração, marco de meu primeiro dia nesta secular academia.

A presença neste recinto de um grupo heterogêneo de pessoas, obriga-me a uma breve explanação histórica do que é a “Academia Nacional de Medicina”.

Fundada em 30 de junho de 1829, sob o reinado do Imperador D. Pedro I, esta representa a mais antiga Instituição cultural de nosso país. Dentre seus objetivos iniciais, destacava-se o dever de orientar as decisões governamentais na área da saúde, o que creio ainda seja um dos seus mais importantes destinos.

Aqui se reúnem os Acadêmicos semanalmente ininterruptamente há 175 anos para a tradicional sessão das 17 horas, que se divide em dois momentos.

Num primeiro, confraternizam-se num agradável chá, para depois se reunirem no salão nobre a fim de discutir temas gerais, arte, esporte, política ou mesmo ciência médica, sempre visando àquilo que é de interesse social amplo. Este é um momento amistoso, agradável, em que temos a possibilidade e o prazer de conviver mais proximamente aos Excelentíssimos Senhores Acadêmicos. Segue-se então, num segundo momento, rigorosamente no horário das 18 às 20 horas, a sessão científico-cultural, que por norma e tradição, apenas os Acadêmicos podem se manifestar.

Durante alguns anos, de forma irregular e mais recentemente com uma freqüência quase que contínua, tenho participado como ouvinte nestas sessões e podido observar a riqueza, eloqüência e elegância das discussões. É um momento de ciência, envolto num clima de respeito, cordialidade e exaltação do saber.

Há 175 anos, essa sessão enaltece o saber, num exemplo de tradição e amor à ciência.

A Academia Nacional de Medicina é uma Instituição de exceção, liderada e composta por homens de exceção.

Ao contrário do que muitos propalam, esta não é uma “Casa de chá” e sim uma casa de homens que contribuíram de maneira singular para o engrandecimento de nosso país. Aqui se convive com luminares, sábios que humildemente entenderam que pertencer a esta Instituição é uma forma nobre e gratuita de contribuírem para a ciência de nosso país.

Desde sua criação há 175 anos, foram apenas 625 Acadêmicos que tiveram a felicidade e privilégio de pertencerem a esta Instituição.

O Acadêmico não é eleito apenas pelo seu Curriculum; a este se somam a avaliação do homem, sua história, seu comportamento, sua maneira de colocar-se, conviver, e acima de tudo, seu espírito humanístico.

As visitas protocolares – essenciais no meu entender – permitem-nos conhecer e conviver intimamente com os Excelentíssimos Senhores Acadêmicos.

Por vezes somos recebidos em sua residência, outras em seu ambiente de trabalho (consultório ou hospital), porém, sempre com um grau de cordialidade, respeito e carinho que enaltece a importância da relação humana e da amizade. Aproveito para salientar a riqueza deste momento e agradecer a todos pela forma amável com que fui recebido.

Visitei vários Estados, interior e capital, e pude perceber a abrangência nacional de nossa Academia.

É a Academia Nacional de Medicina um órgão catalisador do saber e coloca-se obviamente acima das unidades universitárias e hospitalares – estas são parte, a Academia é o todo. Há que se ter sensibilidade e grandeza para entendê-la e humildade ao desejá-la.

Ao ser hoje aqui empossado numa sessão solene, a Academia reforça, com este ritual, sua tradição, sua imponência e seu respeito por seus membros.

O Acadêmico e amigo Dr. Augusto Paulino Netto, ex-presidente desta casa, premia-me com seu discurso, fruto do convívio de anos, do respeito e admiração que lhe dedico.

Ele e seus antecessores familiares (pai, avô e tio) ocupam há mais de 100 anos as cadeiras desta casa. Tive a honra de conhecê-lo e encaminhá-lo meus pacientes cirúrgicos, desde a década de 70 e nossa paixão pelo pâncreas uniu-nos ainda mais. Leal aos amigos, cuidadoso e humano com os pacientes, ético por excelência, é um médico na mais pura acepção da palavra. Um dos mais importantes cirurgiões de nosso país, tem consigo há mais de 40 anos a companhia de sua mulher, Mônica, a quem estendo meus agradecimentos.

A imortalidade Acadêmica obriga-nos a enaltecer àqueles que nos antecederam na cadeira que agora ocuparei na Academia Nacional de Medicina.

O patrono da cadeira de número 51, portanto seu primeiro ocupante, é o Acadêmico Prof. João Paulino Marques, pernambucano eleito em Outubro de 1920. Médico clínico, formado na Faculdade de Medicina da Bahia, destacou-se por seus inúmeros trabalhos na área da cardiologia e por sua dedicação ao ensino da propedêutica.

Com seu irmão, o professor catedrático de cirurgia, Arnóbio Marques e com Otávio Freitas, fundaram a Faculdade de Medicina de Recife.

Segue-se ao professor João Paulino Marques, o Acadêmico Eduardo Rabelo, professor de Clínica Dermatológica da então Faculdade Nacional de Medicina, um dos maiores expoentes da especialidade em nosso meio. Dedicou-se profundamente às doenças infecciosas da pele, em especial, à sífilis, a tuberculose e à lepra, hoje denominada Hanseníase.

Em 1930 – 1931 Eduardo Rabelo constrói na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, o Pavilhão São Miguel, berço sagrado do ensino da Dermatologia nacional, e hoje sob a direção do eminente dermatologista e ex-presidente desta casa, Prof. Rubem David Azulay.

Faleceu o Prof. Eduardo Rabelo em 1940, deixando-nos sua maior obra, seu filho, Prof. Francisco Eduardo Rabelo, um dos mais nobres e humanistas médicos que tive o privilégio de conviver.

Em 1941 ocupa então a cadeira de número 51 o Prof. Aluízio Cavalcanti Marques, filho do patrono desta cadeira, o Prof. João Paulino Marques. É recebido pelo nobre acadêmico Prof. Genival Londres, fundador da Clínica São Vicente e pai de nosso querido e amável amigo Luiz Roberto Londres.

Em novembro de 1965 passou a ocupar a cadeira de número 51 o Acadêmico Moacyr Santos Silva, eminente cancerologista e um dos grandes responsáveis pelo crescimento da especialidade em nosso meio.

À época, a Academia Nacional de Medicina era presidida pelo Prof. Carlos Cruz Lima – chefe da 7ª Enfermaria da Santa Casa – e com quem tive a honra de trabalhar, a convite do Prof. Mário Castello Branco.

Cruz Lima era um exemplo de amabilidade, cordialidade e humanismo.

Com o falecimento do Acadêmico Moacir dos Santos Silva, ocupa a cadeira 51 meu antecessor, o Prof. Carlos da Silva Lacaz.

Nasceu na tradicional Guaratinguetá, no vale do Paraíba, berço de filhos ilustres como o Frei Antônio de Sant'Ana Galvão, beatificado pelo Vaticano em 1998 e de cuja família tenho a honra de pertencer; berço do estadista e presidente da República Rodrigues Alves, que quando governador de São Paulo, criou a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – a USP. Em Guaratinguetá também nasceu o consagrado cirurgião Euryclides de Jesus Zerbini, pioneiro do transplante cardíaco no Brasil, e juntamente com Luiz Decourt criou o Instituto do Coração de São Paulo – INCOR. Destacam-se ainda como grandes guaratinguetaenses o imortal escritor Francisco de Assis Barbosa e o violinista Dilhermano Reis.

Sinto-me honrado com a presença, neste recinto, do Excelentíssimo senhor Prefeito eleito de Guaratinguetá, Gilberto Filipo Junior, meu querido amigo.

Permitam-me os presentes reduzir a poucas palavras a grandeza da família Lacaz, em especial do Prof. Carlos Lacaz.

Em sua casa no Largo da Estação, em Guaratinguetá, onde passou sua infância, uma singela e peculiar placa de bronze registra e anuncia sua gloriosa história: Abre aspas -"Chalé da Família Lacaz. Aqui viveram o Professor Rogério da Silva Lacaz, sua esposa Judith e seus filhos, Emília, Rogério, Francisco, Antonio, Paulo, Carlos e José, educadores por vocação" – fecha aspas. Exemplificam bem o nível intelectual da família Lacaz os irmãos Francisco e Paulo.

Francisco Lacaz foi catedrático e Reitor do conceituadíssimo ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica). Paulo Lacaz, também membro desta Academia, foi um bioquímico e cientista de renome e prestígio internacional; como Professor Titular de Bioquímica da Faculdade Nacional de Medicina, sempre acolheu com redobrado carinho aos estudantes de medicina guaratinguetaenses que para cá se destinaram. Eu sou uma comprovação disto.

Já o Professor Carlos Lacaz estudou na Faculdade de Medicina da USP e lá alicerçou toda a sua trajetória, tendo ocupado inúmeros cargos, na direção e na reitora daquela renomada Universidade.

Fundou o Instituto de Medicina Tropical de São Paulo e o Museu Histórico da USP, sendo que ambos recebem hoje o seu nome.

Idealista, dedicou sua vida ao ensino, a educação dos mais jovens e a enaltecer a história da Medicina. Fundou a Sociedade Brasileira de História da Medicina e foi seu primeiro presidente.

Amigo de seus amigos, apaixonado por sua cidade natal, brilhante médico, excepcional irmão e pai, Lacaz teve uma história singular.

O neurocirurgião e escritor Henrique Ivamoto, dedica um memorável livro a Lacaz e ressalta o cientista, o médico e o humanista.

Ao afirmar que a maior honra da minha vida acadêmica é ter ingressado na Academia Nacional de Medicina, devo ressaltar que a mesma se redobra de valor e amor por ocupar a cadeira de um conterrâneo tão ilustre. Isto não foi simples coincidência – foi a concretização de uma espera e de um sonho.

Carlos Lacaz foi amigo de infância de meu pai, José Alves da Silva, meu grande amigo e meu maior exemplo. Meu pai ensinou-me os limites e as diferenças, fatores que, respeitados, nos amenizam o viver. O limite impõe-nos o respeito pelo direito do próximo e a diferença, obriga-nos a valorizar a individualidade e o direito de ser e pensar do outro. Com meu pai tenho conversado durante toda minha vida, às vezes na varanda de minha casa em Guaratinguetá, noutras, através dos pensamentos. Saber ouvir, valorizar o próximo, não julgar precipitadamente, simplicidade no raciocínio e na ação foram ensinamentos transmitidos pelo exemplo e não apenas pelo discurso.

Em certa ocasião disse a seu querido irmão – o desembargador, Valentim Alves da Silva, então residente em São Paulo e que se referia a meu pai como um próspero comerciante: "Onde eu não entro com o chapéu na mão você entra com o chapéu na cabeça."

Era uma referência ao prestígio, legitimado pelo saber.

Passei minha infância aprendendo a importância do saber e mais do que isto, a importância de transformar o saber em ações do bem.

Por motivo de saúde meus pais não puderam estar aqui hoje conosco. Estão aqui representados por minha querida irmã Sonia e meu irmão e amigo Ivens. Acredito profundamente na família, no amor paterno e no convívio fraternal, riquezas que a sociedade tem desprezado e cujo erro não conseguirá suportar.

Fui criado numa Guaratinguetá glamourosa, onde a liberdade tão necessária ao desenvolvimento de uma criança imperava, porém, tive o limite imposto por uma comunidade, onde todos se conheciam e onde o anonimato era a exceção e a solidariedade a regra.

Aos cinco anos, como que um "guia turístico", conhecia todos os recantos de minha cidade e por eles livremente transitava, a conhecer e conviver com pobres e ricos, letrados e ignorantes. A riqueza da alma humana é imensurável, cada ser tem sua história, seus valores, suas medidas e suas verdades. A essência do relacionamento humano está exatamente na capacidade do respeito a desigualdades.

Já no Rio de Janeiro, o convívio é diferente. Os valores tornaram-se outros e perdemos na essência, esquecemos o próximo e ele certamente também nos esquece; porém há exceções e a Academia Nacional de Medicina coloca-se exatamente como tal. Aqui, como numa pequena cidade, busca-se a proximidade, a solidariedade e a comunhão. Neste convívio algumas pessoas marcaram-me pela elegância, pelo zelo no trato interpessoal, pela preocupação com o outro e dentre tantos gostaria de destacar o Professor Luiz Felippe de Queirós Mattoso, amigo de uma vida, exemplo de homem e brilhante profissional. Honra-me a mim e minha família os laços de amizade que nos une.

Aos quinze anos, por decisão de meu pai, José e Dirce, minha querida e zelosa mãe, mudo-me para o Rio de Janeiro e passo a morar com meu querido

e saudoso Tio Toninho, irmão de meu pai, amigo e protetor.

A mudança fora radical – de hábitos, de costumes e de privilégios. A distância de meus irmãos e amigos fizeram-me experimentar dor e sofrimento. Agarrei-me aos livros, dediquei-me de corpo e alma aos estudos, conseguindo assim ingressar na Faculdade Nacional de Medicina, na memorável e saudosa Praia Vermelha, edificação melancolicamente demolida como forma de punição à liberdade acadêmica.

Festa em minha família, surpresa para muitos, realização para mim. Os estudantes que se afastam de sua origem para cursar uma Universidade deveriam ter um tratamento especial pelo corpo docente, pois as dificuldades são inúmeras, a adaptação por vezes dolorosa e a solidão o fragiliza.

Foi apenas no terceiro ano, ao cursar a disciplina de Semiologia no Serviço do Prof. José de Paula Lopes Pontes, ex-presidente desta Casa, exemplo de mestre e médico, que passo a identificar-me profundamente com a Medicina. O Acadêmico Eduardo Lopes Pontes, seu filho e meu amigo, bem o representa entre nós.

Nas pessoas do saudoso amigo e orientador Rodolpho Paulo Rocco, encontrei o clínico de família, professor dedicado, o humanista e o médico exemplar. Rocco me apresentou à clínica privada, confiando-me seus pacientes e por vezes seus próprios filhos. Um outro lado de minha formação devo a Júlio de Mello Filho, professor e estudioso de Psicologia Médica. Em suas reuniões semanais, no Hospital São Francisco de Assis pude entender o processo de somatização e a importância de decodificar as queixas de nossos pacientes. Ao grupo do Prof. Lopes Pontes, aqui muito bem representado pelo Acadêmico Glaciomar Machado, minha eterna gratidão.

Ano de formatura – 1976. Indecisões, angústias, mas sempre uma certeza – minha escolha fora correta. Aprovado nos dois concursos de Residência médica que prestei, optei pelo Hospital São Francisco de Assis da UFRJ, embora o quarto lugar conquistado na prova geral do então INPS, proporcionara-me o direito de escolher qualquer de seus hospitais, e além disso, contar com uma bolsa de estudos bastante superior àquela oferecida pela minha querida Universidade. Optei pela Universidade. Não me fora nada penoso, era tudo que eu sonhara. O primeiro ano de residência foi no Hospital São Francisco, sendo que, no segundo ano inaugurava o Hospital Clementino Fraga Filho, e para lá me transferi .

Fim de 1978 – término de minha residência médica. Adiava temporariamente meus sonhos universitários. Restava-me, nesta ocasião, apenas o plantão semanal de 24 horas no setor de Emergências do Hospital Estadual Carlos Chagas, onde pude exercer efetivamente meus conhecimentos teóricos.

Ali, aprendi que as condições materiais dificultam o atendimento, mas o interesse e a dedicação o viabilizam.

Chego a meu porto seguro – a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, onde ao longo dos últimos 25 anos tenho me dedicado de corpo e alma ao ensino e a assistência aos mais carentes. Formei um grupo de assistentes oriundos da Universidade Gama Filho e Fundação Técnico Educacional Souza Marques, e juntos conseguimos lugar de destaque no cenário médico nacional. É para mim motivo de extremo orgulho observar ao longo destes anos o crescimento destes “jovens”, hoje Mestres e Doutores, Professores e Escritores Médicos. Este grupo está hoje aqui representado pelo Dr. Rubens Basile, meu especial amigo. Ao identificar que mais de 50% das vagas para Medicina estão para as Escolas Privadas e percebendo-se as dificuldades por que passam as Escolas Públicas, parece-me incompreensível o desprestigio que tentam impor às Escolas não governamentais.

A grande maioria das Universidades americanas é privada a destacar-se a Universidade de Harvard. Deve-se assim valorizar o ensino estatal, sem que isto implique na desvalorização do ensino privado. Muito pelo contrário, devemos exercer sobre estes uma vigília contínua e ajudá-los a cumprir suas metas e objetivos.

Durante as últimas duas décadas convivi com o Dr. Paulo Niemeyer e Dr. Dahas Zarur, figuras marcantes em minha trajetória profissional e que me confiaram grandes missões, em especial, o ensino pós graduado, onde, com o saudoso Prof. Barreto Netto e o Acadêmico Prof. Hildebrando Monteiro Marinho, criamos e oficializamos a Residência Médica da Santa Casa. Acredito piamente na tradição e missão histórica da Santa Casa da Misericórdia e tudo farei para mantê-la à frente do ensino médico do nosso país. Para isto o corpo clínico da Santa Casa do Rio de Janeiro espera e confia na gestão de nosso atual Provedor Dr. Dahas Zarur.

Realizei, entre cursos e jornadas, mais de uma centena de eventos nos salões deste Hospital e aproveito para agradecer a todos os Mestres que entenderam minhas intenções e que, com espírito de grandeza, atenderam meus convites. Dentre tantos, destacaria os Senhores Acadêmicos Sérgio Novis, Mário Barreto Correa Lima, Carlos Alberto de Barros Franco e José Augusto Messias, e também aos professores Nelson Gonçalves Pereira, Evandro Freire e Gilberto Perez Cardoso, meu colega de turma e amigo.

Minha paixão pela Residência Médica, me obriga a homenagear o Senhor Acadêmico e ex-presidente desta Casa, Prof. Aloysio Salles, fundador desta forma de pós graduação em nosso país nos idos de 1948.

A emoção deste momento me é peculiar. A trajetória entre a Rua Lamartine Delamare em Guaratinguetá e a Avenida General Justo no Rio de Janeiro foi longa, mas prazerosa e aliviada pelo encontro de amigos e orientadores como, Sérgio Aguinaga, Felício Falci, Eustáchio Portela, Paulo Niemeyer Filho, Paiva Gonçalves Filho, Yvon Rodrigues, Aldolpho Hoirisch, Joaquim José do Amaral Castellões, Cláudio Zarur, Mario Giorgio Marrano e tantos outros.

A meu querido amigo Acadêmico Celso Portella, uma gratidão especial, pelo empenho em minha candidatura e pelas boas notícias noturnas, que me propiciaram noites tranqüilas. Exemplo de ética e profissionalismo.

Ao terminar esta oração, agradeço a todos aqui presentes e em especial amigos e clientes, prometendo dedicar-me ainda mais a qualificar a medicina de nosso país.

À minha família que, de Guaratinguetá sempre orou por mim e a família de minha mulher, de Andrelândia, que ao me acolher com tanto amor tornaram-me um tanto mineiro, minha gratidão e carinho.

A Marta, minha querida mulher, companheira incansável desta e de todas minhas jornadas, alicerce de minhas conquistas e meu amor, o meu muito obrigado.

E, finalmente, a meu grande e maior amigo, meu amado Felippe, filho exemplar, carinhoso e companheiro, que divide comigo outra grande paixão – nosso Corinthians.

Peço a Deus que nos ilumine para que possamos, através do bem, encontrar novos caminhos e uma sociedade mais justa.

Muito obrigado.

O SR. CORIOLANO SALES (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, o COPOM aumentou a taxa SELIC, que sobe de 18,75% para 19,25% ao ano, ampliando sensivelmente o fosso que separa o setor produtivo do monetário.

É incrível que o Governo insista na política suicida de aumento de juros para atender ao Fundo Monetário Internacional, às aspirações dos banqueiros nacionais e internacionais.

Caminha-se rapidamente, outra vez, para a especulação financeira, para a política de geração de juros para o capital nacional e internacional, que acha mais fácil especular na bolsa, com moeda, do que investir no setor produtivo.

A idéia de que é preciso controlar os preços a ferro, de qualquer modo e a qualquer custo, com o sacrifício da população, sobretudo da base da sociedade, que não tem crédito para produzir, é inteiramente equivocada.

O País inteiro tem-se manifestado contrariamente à política monetária desenvolvida sobretudo pelo Banco Central, que não é autônomo, independente. A responsabilidade, então, é inteiramente do Governo, que insiste na política de controlar a inflação com base na taxa de juros, um grande equívoco.

O setor rural, as pequenas e médias empresas quebram e não têm recursos para reaplicar devido às violentas taxas de juros. Essa também é a razão pela qual a informalidade cresce assustadoramente. O Governo sangra as empresas e a população com impostos federais. A arrecadação está cada vez maior, e neste ano é estimada em 365, 370 bilhões de reais.

Percebe-se claramente um clamor no País contra essa derrama, essa política monetária e financeira desenvolvida pelo Governo, que privilegia apenas o setor financeiro e os bancos, que cada vez mais têm lucros exorbitantes. Ninguém é contra os lucros de bancos e empresas. Mas isso não pode ocorrer em detrimento da produção, matriz da geração de emprego e de renda.

O Brasil não é um país qualquer. É o quinto maior do mundo em território, tem o subsolo rico em minerais e o solo fértil para agricultura e agropecuária. Sua gente não pode ser sacrificada por essa política suicida praticada pelo Governo.

Sr. Presidente, meus pêsames ao Governo brasileiro por desenvolver essa política financeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Resende) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Sergio Caiado.

O SR. SERGIO CAIADO (PP – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em rápidas palavras, desejo fazer coro com o Deputado que me antecedeu e se manifestou sobre o aumento da taxa SELIC, um absurdo num país em desenvolvimento, com problemas imensos.

Nós, que acompanhamos o setor agropecuário, que emprega quase metade da população brasileira e é responsável por 38% do PIB nacional, sabemos que esse setor vive situação de angústia e que a alta dos juros, a baixa do dólar e os impostos escorchantes só vão contribuir para o atraso do País.

Sr. Presidente, fica o protesto, na Casa do povo, contra esse novo aumento da taxa SELIC.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Resende) – Concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar.

O SR. JÚLIO CESAR (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos de todos os Municípios do Brasil, hoje, buscamos desfazer um grave equívoco que ronda a tão esperada reforma tributária. Um equívoco que prejudicará os Municípios brasileiros.

Nos últimos 10 anos, as receitas públicas federais cresceram significativamente. Contudo, por opções mais fiscalistas que democráticas, essa elevação foi sempre feita por meio de tributos não divididos entre Estados e Municípios, especificamente as contribuições sociais, como a CPMF, a COFINS e o PIS/PASEP. Por outro lado, as obrigações dos Municípios foram se elevando constantemente, tanto pela maior atuação dos cidadãos, mais cônscios de seus direitos, quanto pela assunção de responsabilidades que antes eram da União e dos Estados, como no caso da saúde.

A reforma tributária, enviada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, abriu novamente a porta para essa discussão. Vários foram os pleitos, várias as lutas, mas até agora os Municípios brasileiros recolheram poucos frutos dessa batalha. No momento, estão em discussão dois pontos nevrálgicos da reforma: a elevação do FPM em um ponto percentual, passando os Municípios a receberem 23,5% da arrecadação do IR e do IPI, e a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional.

Aparentemente, os Municípios iriam ter ganhos com essas mudanças, mas aí reside o equívoco que o Governo Federal, o Poder Executivo, evita trazer às claras.

A elevação do FPM em 1% corresponde, em termos da arrecadação total de IR e IPI em 2004, a R$1,25 milhões. Não obstante, a implantação do Fundo de Desenvolvimento Regional, da forma como está na PEC nº 285, implica uma perda de cerca de R$500 milhões para os Municípios brasileiros. Em termos líquidos, após tanta luta, os Municípios iriam então receber um acréscimo de pouco mais de R$700 milhões ao ano. Se levarmos em conta o número de Municípios no Brasil, mais de 5.500, vemos o quanto é insatisfatório esse montante e quão frustrante é para o movimento municipalista que tanto lutou.

A questão mal explicada, e que trará prejuízos aos Municípios, está relacionada à forma de financiamento do Fundo de Desenvolvimento Regional. Pela redação proposta na PEC nº 285, que corre o risco de ser aprovada, o Fundo de Desenvolvimento Regional será alimentado pelo fim dos créditos de incentivos fiscais que eram aplicados sobre o IPI a fim de compensar as perdas com as contribuições cumulativas. Não obstante, a partir da instituição da não-cumulatividade no PIS/PASEP e na COFINS – que ocorreram nos anos de 2003 e 2004 –, esses créditos se extinguiram e a arrecadação que geraram para o IPI passou a fazer parte do montante já distribuído, segundo o art. 159 da Constituição Federal. Em outras palavras, Sr. Presidente, o dinheiro que irá para o fundo já está sendo, hoje, repassado aos Municípios como FPM.

A PEC da reforma tributária também traz, como alteração do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a garantia de que o FPM deverá ser, nos anos de 2005 e 2006, de pelo menos R$1,5 bilhão a mais do que o montante de 2004. Entretanto, essa é uma garantia passageira e, de forma alguma, compensa as perdas permanentes de R$500 milhões ao ano.

Assim, Sras. e Srs. Deputados, estamos diante de um grande engodo, sendo imperativo que a sociedade e todos aqueles que lutam pelos Municípios conscientizem-se das perdas que podem ocorrer, sob pena de, mais uma vez, os Municípios serem alijados do processo de distribuição de riquezas e de oportunidades de desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Júlio Cesar, o Sr. Geraldo Resende, 3º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Átila Lins, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Concedo a palavra ao Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO (PT – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para registrar que, no decorrer desta semana, estive com diversas autoridades do Ministério do Trabalho e Emprego para discutir formas que agilizem a implementação, no Estado de Rondônia, do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego; do Programa Economia Solidária; e do Programa de Qualificação Profissional.

Entre as ações discutidas para serem implementadas não só no Município de Porto Velho, mas em todo o Estado, destaca-se a formação do consórcio social da juventude, condição inicial imposta pelo MTE para que o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego comece a ser operacionalizado.

De acordo com o Ministério, a meta do programa é incluir 1.000 jovens ainda este ano. Outra iniciativa é organizar a estrutura necessária para a execução do programa de qualificação de mão-de-obra, tendo em vista as novas demandas por força de trabalho qualificado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essas ações para gerar ocupação e renda demandam ampla mobilização da sociedade civil e do Poder Público para que se tornem realidade, uma vez que o problema do desemprego é complexo e de difícil solução. Por isso, as ações de combate não poderiam ser simplistas.

Durante essas audiências, estive acompanhado do Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Econômico da Prefeitura de Porto Velho, José Carlos Monteiro Gadelha, que, pela perseverança, trabalho e comprometimento com o progresso e desenvolvimento do nosso povo, muito colaborou com essas ações.

Sr. Presidente, solicito que o meu pronunciamento seja veiculado pelos meios de comunicação da Casa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para falar do maior projeto já apresentado nesta Casa para a cidade de Dourados e região, em Mato Grosso do Sul. A Universidade Federal da Grande Dourados – a UFGD. Este é um sonho acalentado por muitos anos e está próximo de se tornar realidade.

Quero enfatizar, senhoras e senhores, que Dourados sempre teve posição de destaque por sua vocação nos campos da agricultura e da pecuária, sendo apontada como a capital do Agronegócio. Agora, ampliando seu espectro de vocações, o Município está se consolidando a passos largos e firmes como um dos mais importantes pólos universitários da região Centro Oeste. Na cidade vêm se instalando várias universidades – estadual, federal e privadas —, contribuindo sensivelmente para o desenvolvimento regional, através dos cursos oferecidos e da pesquisa cientifica acadêmica.

Essas instituições são também fatores preponderantes no desenvolvimento econômico, com a chegada de alunos oriundos de outras cidades.

Hoje, está em votação nesta Casa o Projeto da criação da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, a partir do desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

A UFGD vai atender estudantes não só da região da Grande Dourados – que abrange 37 Municípios, correspondendo a 15,6% do território estadual e a 41,52% da população de Mato Grosso do Sul, mas também de Estados como o Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, São Paulo e outros, além dos estudantes de países vizinhos.

Atualmente, o campus de Dourados da UFMS oferece 12 cursos de graduação, seis cursos de especialização, quatro de mestrado e um de doutorado.

A Universidade Federal da Grande Dourados projeta suas atividades com 26 novos cursos de graduação, um de especialização, três de mestrado e três de doutorado, que atenderão, numa primeira fase, um universo de aproximadamente 2 mil alunos. E também permitirá concretizar a implantação do Hospital Universitário, que terá a função natural de Hospital Escola para o curso de Medicina, que foi implantado a partir de 2000, em Dourados.

Finalizando, destaco o empenho, a luta e a visão de futuro daqueles que idealizaram todo o projeto desde seus primeiros passos, do Governo Lula, que tem como grande objetivo transformar a educação neste País, ao criar instituições como a UFGD, assim como a união de toda a bancada federal mato-grossense-do-sul, para que possamos aprovar esse que, como disse no início, é o maior projeto já apresentado para Dourados na área da educação.

Muito obrigado.

O SR. NAZARENO FONTELES (PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso:) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna hoje para ressaltar a importância do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, no desenvolvimento e melhoria dos ensinos fundamental e médio no Brasil.

Na noite da última terça-feira, em reunião da bancada do PT na Câmara dos Deputados com o Ministro da Educação Tarso Genro, foram traçadas importantes discussões nesse sentido, destacando-se a necessidade da apreciação do projeto do FUNDEB, por esta Casa, antes mesmo da Reforma Universitária.

Primeiramente, gostaríamos de parabenizar o Ministro pela maneira como foram conduzidas as explanações durante a reunião, qual seja de forma didática, objetiva e com os devidos esclarecimentos às indagações e problemas suscitados pelos Parlamentares.

Naquela oportunidade, o Ministro chamou a atenção para o papel central do Plano Nacional de Qualidade da Educação Básica, lançado no último dia 14, que funcionará como uma ponte entre a situação atual da educação básica no Brasil e o início da operação do FUNDEB. Entre outras disposições, o plano cria novas ações para a formação e qualificação dos professores que lecionam na educação fundamental, fortalecendo o regime de colaboração entre União, Estados e Municípios para o desenvolvimento da educação básica.

Quero destacar que somos totalmente favoráveis à proposta do FUNDEB e, sobretudo, que ela seja apreciada antes da reforma do ensino superior, visto que o

incremento da educação universitária passa por uma reforma essencial na estrutura, organização e qualidade dos ensinos fundamental e médio em todos os Estados e Municípios do País.

Nesse sentido, o benefício essencial trazido pelo FUNDEB está no aumento proposto de 18% para 22,5% no percentual de vinculação de tributos federais destinados à educação, o que significa R$4,3 bilhões da União a mais em quatro anos.

Como resultados diretos e de grande proporção, teremos: o restabelecimento da justiça do custo-aluno médio no âmbito de cada Estado; o crescimento nas matrículas efetivadas, já que Estados e Municípios abrirão vagas a serem pagas com os recursos do fundo e não da sua receita disponível; uma facilidade maior para que promova a valorização salarial dos professores e o controle das contas e investimentos.

Ademais, são previstos pelo Fundo incentivos à educação no campo, indígena, especial, bem como a creches e pré-escolas, transpondo os limites principais dos ensinos fundamental e médio, aos quais se destinam grande parte dos recursos.

Desta feita, é incontestável a importância desse projeto, que se consubstancia em um compromisso antigo do Partido dos Trabalhadores e de seus Parlamentares nesta Casa e que se vem firmando como carro-chefe da área de educação no Governo Lula, sendo a grande prioridade do Ministério neste semestre.

Por conseguinte, nós, da bancada do PT, assumimos o papel de mobilizar os demais Parlamentares, nossas bases políticas e a população como um todo, no sentido de agilizar a apreciação, tramitação e votação do projeto do FUNDEB assim que chegar a esta Casa. Todos entendemos que este será o marco inicial para as grandes reformas educacionais no Brasil, promovendo-se a inclusão social por meio do maior acesso à educação bem estruturada e de qualidade.

Era isso o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

O SR. IVAN VALENTE (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos na tribuna nesta tarde para saudar a Câmara dos Deputados pela aprovação, ontem, do projeto de lei do Governo que cria a Universidade Federal do ABC. Juntamente com Deputados do ABC, apresentamos a proposta de criação de uma universidade federal, pública e gratuita na região. Prioritariamente, um projeto autorizativo. Posteriormente, o Presidente da República enviou o projeto de lei que ontem foi finalmente aprovado nesta Casa.

Primeiro, agradeço ao Deputado Luiz Alberto pela permuta do horário.

Quero dizer da legitimidade, justeza e oportunidade do projeto aprovado nesta Casa. Refiro-me à sua justeza porque o Governo anterior não teve plano algum de expansão do ensino superior para nosso País. O Governo Fernando Henrique Cardoso não criou nenhuma nova universidade durante 8 anos. Tínhamos a preocupação de que o Governo Lula caminhasse na mesma direção, dados os constrangimentos fiscais impostos pelo capital financeiro e pelo Fundo Monetário Internacional.

Nesse sentido, a importância e a legitimidade de se ter aprovado algo que vai em direção ao público, com a criação de vagas gratuitas, pela intervenção do Estado brasileiro e não pela transferência de recursos públicos ao setor privado.

Segundo, São Paulo só tem 1% das vagas ofertadas no Estado pelas universidades federais, 13% pelas estaduais e todo o resto pelas universidades particulares. Está mais do que na hora de o ensino superior público em São Paulo ser expandido, o que veio com a criação de uma universidade federal, que é reivindicação de 40 anos de história. Desde o Governo João Goulart, já havia luta e movimento no ABC pela criação de uma universidade. Inclusive, o local onde hoje é a Escola Técnica Lauro Gomes abrigou o primeiro campus da Universidade Federal do ABC, que depois a ditadura militar ceifou.

Em terceiro lugar, entendemos que a oportunidade é agora, porque estamos diante de uma agenda positiva. Esta é a agenda que interessa ao povo brasileiro: que fala em reforma da Previdência. Recrutar recursos por meio do brutal superávit primário para pagar juros e decretar um salário mínimo pequeno é uma agenda negativa, que vai contra os anseios decorrentes da eleição do Presidente Lula, contra a esperança despertada. Agora, temos uma agenda positiva.

Estamos dialogando com a sociedade, por intermédio da expansão do ensino superior público e da lógica de que é preciso obter recursos públicos para viabilizar uma educação de qualidade não apenas no terceiro grau.

Agora, temos de vir para cá com uma proposta de universalização da educação básica em nosso País, e, para isso, é preciso recursos.

Além de criar a Universidade do ABC, desejamos que esta universidade, que deve envolver 20 mil alunos quando estiver mais completa com um campus que vai abranger e gastar 150 milhões de reais por ano. Além disso, essa universidade terá ensino, pesquisa e extensão. Essa universidade será exemplo dentro dos padrões das universidades públicas brasileiras.

Sr. Presidente, queremos reivindicar desta tribuna que o Governo e o Ministério da Educação não se dei-

xem influenciar por aquelas idéias de que precisamos ter estatísticas educacionais, ou seja, a idéia de que vamos privilegiar a educação a distância e o ensino semipresencial.

São essas as recomendações do Banco Mundial, recomendações para que o País continue subalterno.

Nesse sentido, entendemos que a criação de mais uma universidade pública e a aprovação de vários regimes de urgência, indicando mais expansão no ensino superior público, é notícia alvissareira.

O Governo pratica uma agenda positiva, com a qual concordamos e apoiamos desta tribuna.

Entendemos que o povo do ABC também foi protagonista dessa vitória, ou seja, a sociedade civil organizada, os estudantes, os professores, as entidades do ABC, os Parlamentares, todos se mobilizaram, e quem ganha é o Brasil, porque teremos mais ciência, mais pesquisa e maior desenvolvimento econômico.

Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ DE PAULA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna nesta tarde para fazer apelo aos Srs. Líderes de partido e, em especial, ao Presidente desta Casa, Deputado Severino Cavalcanti – que, reconhecidamente, tem enfrentado, de forma altiva, as conveniências do Governo, e tem colocado em votação projetos importantes, numa clara demonstração da independência deste Poder: que retorne à pauta do plenário, o mais breve possível, o Projeto de Lei nº 3.466, de 2004, de autoria do ilustre Deputado Inocêncio Oliveira.

Sr. Presidente, esse projeto hoje mobiliza profissionais médicos em todo o País. Causou surpresa à classe médica o adiamento da apreciação da matéria.

As mais expressivas entidades brasileiras de representação médica, entre elas o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira, a Federação Nacional dos Médicos, as Sociedades de Especialidades Médicas, sem falar nas inúmeras entidades regionais, aguardavam, com expectativa, a apreciação por esta Casa do Projeto de Lei nº. 3.466, de 2004, que estabelece critérios para a edição de lista referencial de honorários médicos, no âmbito nacional.

Infelizmente, no último dia 24 de fevereiro, por interferência direta do Governo, o projeto foi retirado da pauta, de ofício, o que causou perplexidade.

A oportuna iniciativa do Deputado Inocêncio Oliveira vem oferecer uma solução lógica para um impasse interminável entre os planos de saúde e os tomadores de serviços médicos, clínicas e hospitais.

A proposição estabelece que a lista referencial de honorários e serviços para os procedimentos médicos a serem adotados pelos médicos e pelas instituições de saúde privadas, filantrópicas e outras, bem como pelas operadoras de planos e seguros de saúde que mantêm convênios e contratos no âmbito nacional, regional ou local será editada, anualmente, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Para a edição de tal lista deverá haver um acordo entre as operadoras de planos privados de assistência à saúde e de seguros privados de assistência à saúde, representadas pela Associação Brasileira de Medicina de Grupo – ABRAMGE e pela Federação Nacional dos Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, e a Comissão de Honorários das Entidades Médicas, representada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), entre outros a serem definidos pela regulamentação, tendo como referência a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM).

O projeto prevê que, não havendo consenso entre as partes, após 30 dias, a definição dos valores será feita por uma câmara arbitral, formada por 12 membros, provenientes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Advocacia-Geral da União, Entidades Médicas (CFM/AMB), operadoras de saúde, Ministério Público, Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, entidades de defesa do consumidor na área dos planos e seguros de saúde, e entidade especializada em negociação, mediação e arbitragem.

A proposição indica que quando houver reajuste dos valores cobrados pelas operadoras de planos e seguros de saúde ao consumidor, haverá igual ou superior reajuste a ser repassado aos prestadores de serviços médicos.

Dispõe, ainda, que o prazo máximo para pagamento dos honorários e serviços médicos pelas operadoras de planos e seguros de saúde aos profissionais e entidades hospitalares, contratados ou credenciados, será de 30 dias, a partir da data da apresentação da fatura.

O prazo limite para que as operadoras de planos de assistência à saúde apresentem as contas em divergência a fim de que sejam corrigidas em comum acordo com os prestadores será de 15 dias.

Finalmente, o projeto prevê aquela que no meu julgamento será a maior conquista da nova legislação, com rebate direto nos usuários: todo procedimento previamente autorizado pelas operadoras de planos de assistência à saúde, depois de realizado, passará a ser considerado dívida líquida e certa, não cabendo, para esses casos, os recursos de glosa ou suspensão de pagamentos.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa não pode admitir que os conflitos entre operadoras de planos de saúde e prestadores de serviços prejudiquem a prestação do serviço de saúde suplementar em nosso País.

Esses conflitos, justificados pelo desrespeito das operadoras em relação aos tomadores de serviço, terminam por penalizar a parte mais frágil dessa cadeia, os usuários, punidos em virtude da suspensão do atendimento médico ou da cobrança das consultas.

É preciso destacar, Sr. Presidente, que a nova lista incorporará mais de mil novos procedimentos relativos aos avanços da medicina na última década, atualmente órfãos de critérios de avaliação pecuniária – indefinição que sempre pesou nas costas dos usuários de planos de saúde.

As reivindicações dos médicos têm motivada razão. A defasagem na tabela de procedimentos, há mais de 12 anos, em que pese aos aumentos exorbitantes de até 250% impostos aos usuários, é enorme.

Enquanto isso, as operadoras se defendem, argumentando que as planilhas de custo não suportam reajustes proporcionais, já que as mensalidades são controladas pelo Governo. O que, todos sabem, não é verdadeiro.

A edição da lista referencial de honorários médicos pode pôr fim a esse impasse. Contribuirá, não tenho dúvida, para o fortalecimento do controle social nessa área e criará as bases para a melhoria da assistência à saúde no Brasil.

O regime de urgência conferido à tramitação do projeto reitera a importância que os Parlamentares enxergaram na matéria e garante o compromisso desta Casa na celeridade de sua apreciação.

O projeto foi, ainda, aperfeiçoado pela Câmara. Na Comissão de Seguridade Social e Família, o substitutivo oferecido ao projeto aperfeiçoa e amplia a abrangência da proposta original, sugerindo a mudança no nome da lista referencial para Rol de Procedimentos e Serviços Médicos – RPSM, bem como a constituição de uma Câmara Técnica Permanente.

É inaceitável que retardemos esse debate. Esse é um tema absolutamente suprapartidário.

Gostaria de concluir meu pronunciamento renovando meu veemente apelo ao Presidente Severino Cavalcanti e às Lideranças desta Casa para que façam retornar a matéria, com urgência, à pauta de votação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. ZELINDA NOVAES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna defender o povo brasileiro da fúria arrecadatória do atual Governo Federal e manifestar o meu repúdio à Medida Provisória nº 232, de 2004.

Mais uma vez, assistimos com indignação à chegada a esta Casa de uma medida provisória, encaminhada pelo Presidente Lula, com intuito de elevar a carga tributária dos setores menos favorecidos da economia.

Começo pela própria forma de encaminhamento dessas alterações. É inadmissível que temas tão importantes para o País sejam enviados ao Congresso Nacional por intermédio de medida provisória. Não há como mensurar o tamanho da irresponsabilidade e do descaso com a população quando decisões tão relevantes são impostas à sociedade sem o devido debate com seus representantes.

A data de publicação desse ato resume bem o que tento dizer. A MP 232 foi publicada numa edição extra do Diário Oficial no dia 30 de dezembro de 2004, estando o Congresso Nacional em recesso, no apagar das luzes do final de ano. Isso é ainda mais impressionante se considerarmos que o Governo teve o ano inteiro para discutir a matéria, pois o reajuste da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física é assunto recorrente nesta Casa.

Mais, ainda; além de termos apenas 45 dias para apreciar esse ato que envolve bilhões de reais e afeta a vida de milhões de brasileiros, a falta de informações dos órgãos de Governo nos impede de criar uma visão de seu real impacto na arrecadação. Pergunto, Sras. e Srs. Parlamentares, quem de V.Exas. pode afirmar, com convicção, qual será a queda na arrecadação decorrente do reajuste da tabela? Quem sabe quanto o Governo arrecadará com a elevação da base de cálculo para incidência do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para as prestadoras de serviço?

Pois bem, colegas de Parlamento. Onde estão esses cálculos que apontam para a perda de bilhões de reais? Na realidade, o que vemos é o aumento contínuo das receitas da União por causa dessas medidas "compensatórias" que, na verdade, se traduzem em aumento da carga tributária.

Assim, presenciamos perplexos o reajuste da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física em apenas 10%, como se fosse uma grande concessão do Presidente da República, um belo presente de Natal. Recuso-me a aceitar tamanha hipocrisia! O Governo está fazendo muito menos do que é sua obrigação, pois o índice de reajuste da tabela deveria ser bem maior. E pior: os insignificantes 10% trouxeram consigo um pacote de açoites a todos os pequenos contribuintes do País.

Primeiramente, cito a absurda retenção na fonte do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido nos pagamentos a empresas agropecuárias. Todos conhecemos a dificuldade do pequeno agricultor brasileiro, que, em vários meses do ano, acumula prejuízos. Pois bem. Mesmo nesses meses, o Governo quer obrigá-lo a pagar 1,5% de seu faturamento a título de Imposto de Renda antecipado.

Se esse mesmo agricultor tiver constituído uma pequena empresa, pagará mais 1% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Vejam que são até 2,5% de seu faturamento total, mesmo nos meses que tenha prejuízo. Cria-se o absurdo de se cobrar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em períodos em que não houve lucro!

Continuando com seus absurdos, a MP 232 acaba com a segunda instância no contencioso administrativo fiscal para processos tributários referentes a créditos inferiores a 50 mil reais. Chega a ser trágica a forma como o Governo trata o pequeno contribuinte. Justo aquele que possui menos recursos para contratar advogados, justo aquele que necessita da suspensão da cobrança do crédito enquanto se defende é impedido de recorrer ao Conselho de Contribuintes.

Como sempre, o cidadão de baixa renda vê seus direitos aviltados em virtude da inépcia da administração pública federal. Por que não aumentar o número de julgadores, se o problema é o excesso de processos? Essa seria a atitude de administradores preocupados com o bem-estar do contribuinte. Mas não é isso que presenciamos no atual Governo Federal.

É meu dever como Parlamentar manifestar minha posição contrária a tamanha falta de isonomia no tratamento do contribuinte. Tenho dúvidas, inclusive, sobre a constitucionalidade desse ato. Tenho a convicção, porém, de que não é assim que se deve nortear a administração tributária, pois a função principal do tributo deveria ser tirar de quem tem muito para dar àqueles que têm pouco, e não o contrário.

Muito obrigada.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, manifesto minha posição de desagrado com a nova elevação das taxas de juros pelo COPOM. A sinalização do mercado não é a de elevar, mas a de reduzir os juros.

Sras. e Srs. Deputados, ontem acordamos agenda que inclui a abertura de universidade no ABC e fixação do regime de urgência para apreciação dos projetos que criam outras universidades, porque em 8 anos do Governo Fernando Henrique foram abertas apenas duas no País.

Ressaltamos nosso apoio à posição do Ministro Tarso Genro e do Presidente Lula de ampliar o número dessas instituições. O que alguns chamam de elevação de gastos do Governo eu considero aumento de investimentos.

O Governo não tem gasto muito ao abrir universidades. Tem, isto sim, investido na criação de pólos de progresso e desenvolvimento, e deve continuar a fazê-lo. Em nossa opinião, a ampliação do número de universidades é fundamental.

Queremos agradecer ao Presidente Lula e ao Ministro Tarso Genro pela transformação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, localizada em Uberaba, em universidade, proposta que tive a oportunidade de relatar quando esteve em apreciação na Comissão de Educação e Cultura.

A Universidade do Triângulo já nasce com espírito *multicampi*, porque vai possibilitar a abertura de *campus* avançados nas Cidades de Araxá, Frutal e Iturama, o que é importante para nossa região.

Foi aprovada pelo Conselho Universitário a ampliação da Universidade Federal de Uberlândia a partir de abril, com abertura de campus em Ituiutaba, onde esperamos realizar ainda este ano o vestibular, e, depois, em Monte Carmelo e Araguari.

Entendemos que esse é o caminho para o País crescer, melhorar a distribuição de renda e assegurar ao povo melhores condições de vida. É o que queremos e apoiamos.

Discordamos da elevação da taxa de juros praticada pelo Governo, mas entendemos que a agenda apontada pelo Presidente Lula na área da educação é importante.

Queremos saudar os uberabenses, que lutaram pela implantação da Universidade do Triângulo Mineiro. O atual Prefeito de Uberaba, ex-Deputado Anderson Adauto, que foi também Ministro dos Transportes, fez grande trabalho nesse sentido.

Saudamos o Senador Aelton Freitas, o Deputado Narcio Rodrigues, os Deputados Estaduais Adelmo Carneiro Leão e Ricardo Archer, os representantes do movimento estudantil e os profissionais da educação de Uberaba, que muito têm lutado por essa expansão.

Sr. Presidente, também quero cumprimentar o Ministro Miguel Rossetto pelo trabalho que realiza na área do desenvolvimento agrário.

No último sábado, tive oportunidade, na cidade de Limeira do Oeste, juntamente com trabalhadores rurais que há 4 anos lutavam pela reforma agrária na região e que moravam embaixo de lonas, de presenciar a desapropriação da Fazenda Reserva pelo INCRA. Em outra oportunidade, enfrentamos a Polícia. Agora, abrimos as porteiras da fazenda, que pertence àqueles

trabalhadores rurais. Cento e oitenta famílias passam a ter um pedaço de chão para plantar e para dar melhores condições de vida aos seus filhos.

Cumprimento, repito, o Ministro Miguel Rossetto pela reforma agrária que realiza no País, em especial na nossa região.

Saúdo a FETAEMG e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Iturama, de Limeira do Oeste, de Carneirinho, de toda aquela região, por mais essa vitória. Cumprimento também o Deputado Romel Anizio, que participou do processo de assentamento daqueles companheiros.

A reforma agrária vai continuar sendo feita neste País. Tenho certeza de que o Presidente Lula vai dar o apoio necessário ao Ministro Miguel Rossetto para que dê prosseguimento a esse trabalho e garanta o crescimento da agricultura familiar.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a elevação da taxa básica de juros de 18,75% para 19,25% ao ano consolida a *pole position* do Brasil no mundo inteiro. O segundo colocado, a Turquia, amarga menos de 8%.

Na verdade, pergunto-me se a decisão é realmente técnica e se destina ao controle da inflação, como dizem alguns Deputados. Acho que é uma opção do Presidente Lula pela banca nacional e internacional. S.Exa. está totalmente deslumbrado. Imaginem como os banqueiros o bajulam! O Presidente, então, faz redistribuição da renda nacional com a elevação da taxa de juros.

O povo deve estranhar esse valor, porque, ao financiar uma compra, paga 150% ao ano, e não apenas 19,25%. Ocorre que este é o patamar inferior da remuneração da banca. Depois, os banqueiros, por meio dos *spreads* bancários, praticam a extorsão contra o povo brasileiro.

Sr. Presidente, na verdade, quero referir-me à Medida Provisória nº 232. O que a matéria tem a ver, podem perguntar, com o aumento da taxa de juros? Tudo. Ela não é apenas imoral, como afirmam alguns – é até condescendência –, mas também obscena. É um estupro cometido contra os produtores deste País, significa meter a mão na renda do povo brasileiro.

O PMDB ainda não tem posição firmada sobre o assunto. Preparei texto técnico junto com minha assessoria, mas não gosto muito de fazer discursos lidos, Sr. Presidente, porque nem sempre os traduzo com fidelidade. Mas participei da elaboração desse texto e vou discutir essa monumental boçalidade que é a Medida Provisória nº 232.

Alguns, nobre Deputado Raul Jungmann, tentam calafetar a medida provisória, dizendo que só incide sobre aqueles que despendem menos de 20% com força de trabalho. Não! Essa medida provisória é incalafetável.

Se o Governo tivesse um pouco menos de arrogância e de prepotência imperial, ele tomaria uma atitude decente: retiraria imediatamente essa Medida Provisória e pediria desculpas ao povo, aos trabalhadores e aos empreendedores brasileiros, vítimas atrozes dessa decisão, misto de insanidade e prepotência, obscenidade e concupiscência.

Sr. Presidente, vou propor ao PMDB, hoje em razoável posição de equilíbrio, que impeça a votação da MP 232, pois ela representa o reinado da arrogância e da obscenidade deste Governo. A pretexto de dar esmola de R$300,00 com o salário mínimo – a proposta virá a debate e vamos aumentar esse valor —, o império, o Rasputin propõe a Medida Provisória nº 232 para roubar o dinheiro do povo brasileiro.

Povo do Estado do Acre, votarei contra essa medida provisória *in totum*.

Desejo que Deus ilumine este Governo para que tenha o mínimo de vergonha e retire essa medida provisória, que está causando espécie à sociedade brasileira.

Manifesto meu total repúdio à MP 232. Não votarei alguns pontos que a calafetem. Ela tem de ser retirada de plano, pois envergonha o povo brasileiro.

O SR. RAUL JUNGMANN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RAUL JUNGMANN (PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui citado pelo nobre orador que me antecedeu e gostaria apenas de fazer uma observação.

Deputado João Correia, lamento não ter ouvido o início do seu discurso. V.Exa. vem se notabilizando nesta Casa como competente Parlamentar, sobretudo como intransigente defensor das causas populares do nosso País.

Em Pernambuco, o meu partido, PPS, está nas ruas coletando assinaturas contrárias a essa medida, que é, como V.Exa. citou, obscena. Recomendo a V.Exa. que também faça o mesmo, porque o clamor e a indignação do povo repercutirá nesta Casa. Tenho certeza de que a Câmara dos Deputados vai se afirmar votando contra a matéria, derrubando essa obscena Medida Provisória nº 232.

Meus parabéns, Deputado João Correia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Gouveia.

O SR. ROBERTO GOUVEIA (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem o Ministro da Saúde, Humberto Costa, esteve na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados. Parabenizo a atitude firme e decidida do Presidente Lula, do Ministro da Saúde e de sua equipe, no que diz respeito à intervenção na área de saúde, no Rio de Janeiro. A intervenção foi imposta. Era necessário que ela ocorresse. Defendemos o que prevê a Constituição. Tem de haver um Sistema Único de Saúde e co-responsabilidade entre os vários níveis de Governo – União, Estados e Municípios. Inclusive, a execução da prestação de serviço deve ser feita de forma descentralizada e municipalizada. Portanto, deve estar sob a responsabilidade do gestor municipal. O Rio de Janeiro encontrava-se em gestão plena de saúde. Só tomamos a iniciativa da intervenção como medida extrema. Evidentemente, queremos que seja pelo menor espaço de tempo possível.

O que o Prefeito César Maia estava desenvolvendo, com suas atitudes à frente da Prefeitura do Rio de Janeiro, no que diz respeito à saúde, configura verdadeiro crime contra a saúde pública do Município. Há várias informações a esse respeito. Alguns exemplos são muito claros.

A Prefeitura do Rio de Janeiro tem necessidade de 601 leitos de UTI, e tem sob sua gestão 666. Tinha a seu dispor 191.808 diárias de UTI, mas usou apenas 69 mil. Na maioria das Capitais brasileiras, a situação é inversa. Sobravam mais de 100 mil diárias de UTI na cidade do Rio, e a população estava desassistida. O Programa Saúde da Família tinha a seu dispor 35 milhões de reais, e o Prefeito César Maia contratou apenas 57 das 651 equipes de saúde da família que havia prometido, isto é, 9% da meta; atendeu a apenas 3,3% da população.

A irresponsabilidade com a saúde da população do Rio de Janeiro é total. Está estampada na capa do jornal *O Globo* a fotografia de uma senhora carregando no colo o próprio pai, que tem uma perna amputada. E havia duas cadeiras de rodas novas no porão do hospital de onde ele saiu.

Sr. Presidente, nossa Constituição é de 1988. Já se vão mais de 15 anos da sua promulgação. Precisamos acabar de uma vez por todas com esses crimes cometidos contra a saúde pública. Políticos estão fazendo politicagem com a saúde, sem o mínimo de sensibilidade.

Em agosto do ano passado, apresentei a esta Casa projeto de lei sobre responsabilidade sanitária. Não podemos mais conviver com tamanho descalabro. A exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, temos de aprovar nesta Casa a Lei de Responsabilidade Sanitária. Precisamos desse instrumento para punir os responsáveis pela total falta de compromisso com o nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – A. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inscrevi-me porque quero comentar o acordo firmado na sessão ordinária de ontem para acelerar a votação da PEC Paralela, uma atitude louvável do Plenário desta Casa, que redundou na aprovação da matéria.

No entanto, no bojo das negociações, surgiu o tema da criação de universidades federais. Há diversos projetos sobre esse assunto tramitando na Casa. No acordo, ficou acertado que se votariam os requerimentos de urgência urgentíssima dessas matérias assim que todos os projetos – alguns ainda não estão na Câmara – fossem reunidos, entre eles o que cria a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Durante o debate, teve-se a impressão de que o Líder da Minoria foi quem mais se empenhou para que o projeto de criação da Universidade do Recôncavo fosse incluído no acordo. Ocorre que a criação dessa universidade já havia sido definida pelo Presidente Lula. O projeto só não havia chegado a esta Casa porque faltavam alguns ajustes no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento. A proposição está neste momento na Casa Civil.

A proposta de criação da Universidade do Recôncavo mobilizou milhares de pessoas no Estado da Bahia. Foram realizadas 28 audiências públicas com a sociedade da região, Prefeitos e Vereadores. Infelizmente, nem todos os integrantes da bancada federal do meu Estado se envolveram nos debates. Louvo a participação maciça dos representantes do PT.

A criação da Universidade Federal do Recôncavo é quase uma realidade, principalmente depois que a Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia foi cedida para, depois de desmembrada, abrigar a nova universidade, cuja sede deverá ficar no Município de Cruz das Almas.

Sr. Presidente, por fim, quero dar um exemplo da postura autoritária do Governo do Estado da Bahia.

O Município de Lauro de Freitas vem sofrendo uma verdadeira agressão por parte do Governo do Estado, que resolveu construir na cidade, sem ouvir a opinião da população local, um presídio de segurança máxima. Não permitiram que se realizassem audiências públicas para ouvir a população.

A administração anterior do Município, sabendo da impopularidade da idéia, decidiu não encaminhar a proposta; no entanto, quando soube de sua derrota

nas urnas, deu licença imediata para que a obra fosse iniciada. Hoje, o caso está na mão da Prefeita Moema Gramacho, do Partido dos Trabalhadores, que não consegue marcar audiência com o Governador Paulo Souto. O Governador não só não responde às tentativas de contato da Prefeita, como ainda mandou aparato policial garantir que a obra fosse iniciada, a qualquer preço e a qualquer custo, num ato verdadeiramente brutal contra a administração municipal.

Tive hoje no Ministério Justiça uma reunião com o Sr. Cristiano de Andrade, Diretor Adjunto do Departamento Penitenciário Nacional, que admitiu ser possível encontrar uma saída alternativa para esse problema.

Lauro de Freitas vive principalmente do turismo. Se lá for implantado um presídio de segurança máxima, com certeza absoluta essa sua vocação econômica será afetada.

Nossa proposta é que o Ministério da Justiça promova uma reunião com o Governo do Estado da Bahia e com a Prefeitura de Lauro de Freitas, para buscarem juntos uma alternativa para esse impasse, talvez encontrando outro lugar para abrigar o presídio, o que pode ser feito com um aditivo ao convênio já firmado pelo Governo do Estado.

Apelo para o Governador Paulo Souto no sentido de que deixe de lado seu viés autoritário, marca das elites baianas, e sente-se com a Prefeita de Lauro de Freitas, para discutir uma solução para esse caso.

O SR. LEANDRO VILELA (PMD – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil da economia em recuperação e dos bons resultados no mercado internacional é também o País dos contrastes sociais extremos, do abandono e da omissão. É o Brasil em que o controle inflacionário ainda pesa mais na balança das prioridades do que a vida de muitos cidadãos.

Não é preciso procurar muito para encontrar diversos exemplos de desrespeito cruel pela vida humana. Em Jataí, minha cidade natal, por exemplo, faltam na rede pública de saúde remédios para os portadores de diabetes ou de pessoas com problemas metabólicos causados pela deficiência de insulina.

Aproximadamente 1500 pessoas cadastradas pelo Município precisam fazer uso contínuo desse medicamento. O cloridrato de metformina, princípio ativo do remédio, é fundamental para que elas continuem vivendo com qualidade.

A última remessa desse remédio pelo Ministério da Saúde ocorreu em agosto de 2004, e o lote enviado foi de apenas 33 mil unidades. Agora, os cidadãos de Jataí que dependem dele para manter a doença sob controle e que não têm condições de arcar com os custos do tratamento se vêem em situação delicada.

A saúde é um direito constitucional. Todos os dias, ao consumir um simples pãozinho francês ou ao comprar um pacote de arroz, o cidadão paga pesados impostos, que deveriam retornar em serviços públicos de qualidade. Os cidadãos de Jataí que precisam desses medicamentos não querem esmolas do Estado, não estão pedindo favores. Querem tão somente o direito à saúde assegurado.

Hoje, os cidadãos que têm renda um pouco melhor pagam para ter saúde de qualidade. O Estado deveria, pelo menos, garantir aos mais humildes tratamento digno na rede pública.

Ainda quero crer que o Brasil que merecemos esteja mais perto. Acredito na boa vontade do Governo Lula e no seu compromisso com os mais pobres. Por isso, faço apelo desta tribuna ao Ministério da Saúde, no sentido de que dê mais atenção à manutenção dos estoques de medicamentos para portadores de doenças crônicas. Os brasileiros que precisam desses remédios merecem viver tanto quanto os que podem pagar por eles.

Problemas como esse se resolvem com mais recursos, com criatividade, atenção e vontade política. Não os motivou a falta desses medicamentos em Jataí, mas aqui estou não somente para cobrar uma rápida solução do problema, mas também para lutar a fim de que ele não mais se repita.

Para mim, pessoas valem muito mais do que números. E deveria ser assim também em todas as áreas do Governo. Se podemos evitar dramas pessoais, se podemos livrar as pessoas de sofrimento e de humilhação desnecessários, é nossa obrigação fazê-lo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROGÉRIO TEÓFILO (PPS – AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acredito que o homem faz o seu tempo a partir dos seus objetivos, cumprindo-os com dedicação. A partir daí ele escreve as páginas de sua história. Essa é a minha visão do trabalho desenvolvido pelo Desembargador Washington Luiz Damasceno Freitas, ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, hoje conduzido ao cargo de Corregedor-Geral de Justiça do Estado.

Durante sua gestão à frente do TJ alagoano, Washington Luiz realizou diversas obras físicas, recuperando os fóruns das Comarcas de Major Isidoro, Maceió, São Miguel dos Campos, Penedo, Piranhas e Arapiraca – esta última abrange também o 1º Juizado Especial Cível e Criminal.

Inaugurou os fóruns de Traipu, Batalha, Delmiro Gouveia e Pão de Açúcar, bem como a sede do Juizado Especial e Criminal de União dos Palmares e dos 1º e 2º Juizados do Consumidor da Capital.

Preservar a história do Judiciário foi uma das preocupações do Desembargador Washington Luiz, que também inaugurou o Memorial do Poder Judiciário Desembargador Gerson Omena Bezerra, nas dependências da Escola Superior da Magistratura, dotando-o dos recursos mais modernos da museologia.

O ex-Presidente do Tribunal de Justiça alagoano desenvolveu excelente e ousado trabalho humano para acelerar o trabalho da Justiça; promoveu um mutirão do júri, realizando 60 sessões extraordinárias do

Tribunal do Júri. Em 5 meses, conseguiu despachar 2.135 processos.

A Escola Superior da Magistratura, sob a coordenação do Desembargador Alberto Jorge Correia de Barros Lima, com o apoio do Presidente do Tribunal de Justiça, promoveu dezenas de cursos, simpósios e seminários e o Congresso Brasileiro de Direitos Fundamentais, que levou para Maceió Ministros do Superior Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Para promover a atualização profissional, o Desembargador Washington Luiz realizou cursos para Juízes de Direito, Serventuários da Justiça e Procuradores do Tribunal de Justiça. Também realizou o I Encontro do Nordeste da Justiça Militar, que contou com mais de 300 participantes de 23 Estados brasileiros.

Mas a preocupação do Desembargador foi além do meio judiciário. Ele possibilitou que mais de 5.700 estudantes do ensino fundamental e médio tivessem noções de Justiça e cidadania, por meio do Programa Justiça Vai à Escola. Também foram aplicados cursos para professores com o objetivo de dar informação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos básicos do cidadão.

Ao transmitir o cargo ao seu sucessor, o Desembargador Washington Luiz fez um relato do seu trabalho desenvolvido no TJ, demonstrando a sua preocupação com o quadro de pessoal. Por isso, promoveu a reestruturação e o reajuste dos cargos comissionados do Tribunal de Justiça, que há mais de uma década estavam no mesmo patamar. Também regularizou os subsídios dos magistrados, disciplinando a remuneração dos juízes e desembargadores, além de regularizar a situação remuneratória de todos os registradores do Estado de Alagoas, tornando-a compatível com as relevantes funções exercidas pelos seus titulares.

Junto com os Desembargadores Humberto Eustáquio Martins e Eustáquio Luiz Gama de Lima, colaborou com a redação do novo Código de Organização Judiciária de Alagoas, que foi acolhido por unanimidade pelo Tribunal de Justiça e aprovado pela Assembléia Legislativa de Alagoas, posteriormente sancionado pelo Governador do Estado.

Esse novo Código veio beneficiar maior acesso do cidadão à Justiça, com a redução das custas judiciais.

O Desembargador Washington Luiz fez muito, diante de tão pouco tempo em que esteve à frente do Tribunal de Justiça de Alagoas. E tenho certeza de que deixou o cargo com a convicção da importância do seu trabalho. Por tudo o que fez pelo TJ alagoano é que lhe presto esta homenagem.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO BARBIERI (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a esta tribuna manifestação da Associação Nacional dos Servidores Administrativos da Receita Previdenciária, entidade representativa dos funcionários administrativos da arrecadação e cobrança do INSS, que exercem tarefas de alta complexidade no apoio e suporte técnico às atividades dos Auditores Fiscais da Previdência.

Ocorre que a Lei 11.098, de 13 de janeiro de 2005, ao criar a Secretaria da Receita Previdenciária no âmbito do Ministério da Previdência, em seu art. 8º, incisos II e II, transfere os Auditores Fiscais da Receita Previdenciária, tanto ativos como inativos, para o âmbito da Secretaria da Receita Previdenciária e, no mesmo artigo, incisos IV e V, fixa que somente os servidores do Ministério da Previdência Social e da Procuradoria-Geral Federal que se encontravam em efetivo exercício na data de 5 de outubro de 2004 não sofrerão prejuízos em suas remunerações e demais vantagens relacionadas ao cargo que ocupavam naquela data.

Os demais servidores que atuam no apoio aos Auditores Fiscais, ativos e inativos, que desempenham papel igualmente importante em atividade tão essencial, não apenas para a Previdência, mas para o País, ficaram rigorosamente discriminados, não podendo contar com os benefícios que a referida lei estipula para uma parcela dos servidores do setor.

O que eles buscam com essa manifestação, Srs. Parlamentares, é a reparação de uma falha administrativa e jurídica, amparados que estão por outra Lei, a nº 5.645/70, e pelo Decreto nº 72.933/73.

Esses servidores acusam, ainda, o descumprimento de Nota Técnica expedida pela Secretaria de Administração Federal, na qual, reconhecidamente, as atribuições exercidas pelos servidores administrativos da arrecadação do INSS consideradas de apoio à fiscalização devem ser tratadas isonomicamente às exercidas pelos Técnicos do Tesouro Nacional em relação ao Auditor da Receita Federal, inclusive no tocante à gratificação percebida pelos servidores administrativos da arrecadação do INSS.

Trata-se, como podem perceber os Srs. Parlamentares, de justa reivindicação de um segmento indispensável ao bom funcionamento e desempenho da atividade de fiscalização previdenciária, cada vez mais relevante em nosso País, razão pela qual registro as preocupações daqueles que representam esses servidores, fazendo apelo ao Governo para que, através dos órgãos competentes, repare essa distorção e promova as mudanças legais que assegurem os direitos reclamados, por uma questão de justiça. Anexo a este pronunciamento a manifestação da Associação Nacional dos Servidores Administrativos da Receita Previdenciária.

Muito obrigado.

MANIFESTAÇÃO A QUE SE REFERE O ORADOR

UNASLAF – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES ADMINISTRATIVOS DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA

Sede: SCN Q/6 Venâncio 3000 B/A Cj/608 – Tel/Fax: (061) 3282426 – CEP: 70.718-900
Brasília/DF
Home page: www.unaslaf.org.br E-Mail: unaslaf@terra.com.br

Ilmo. Sr.
Deputado Federal Marcelo Barbieri

A A S P L A F - Associação dos Servidores Paulistas Administrativos da Previdência Social, com sede em São Paulo, à Rua Barão de Itapetininga, nº 255 – 4º andar – cj/255- Centro e filiada a UNASLAF - Associação Nacional dos Servidores Administrativos da Receita Previdenciária, com sede em Brasília –SCN- Q6-Venâncio 3000-Bloco A – cj/608, foram fundadas com o objetivo de defender os interesses dos servidores administrativos da arrecadação e cobrança do INSS, cujas atribuições exercidas, de alta complexidade, têm a precípua tarefa de prestar o apoio e suporte técnico às atividades dos Auditores Fiscais, bem como a continuidade das ações fiscais desenvolvidas e pelos argumentos que a seguir descrevemos:

- Reparação pela falha administrativa e jurídica, amparados pela Lei nº 5.645/70 (Artº 2º) e Decreto nº 72.933/73 (Artº 3º);

- Descumprimento da Nota Técnica expedida pela Secretaria de Administração Federal – S A F , em 21/05/1993, onde, reconhecidamente, as atribuições exercidas pelos servidores administrativos da arrecadação do INSS foram consideradas como de apoio à fiscalização e, isonomicamente, àquelas exercidas pelos Técnicos do Tesouro Nacional em relação ao Auditor da Receita Federal, inclusive no tocante à gratificação percebida pelos administrativos da arrecadação do INSS., sugerindo, inclusive, que se fizesse a correção da falha cometida;

- Em data de 08/03/1995, através de consulta do Exmo. Sr. Vice Presidente da República – Dr. Marco Maciel, à Presidente do INSS – Sra. Mônica Costa, reconhece a equiparação das tarefas e atribuições exercidas pelos servidores administrativos como de apoio ao trabalho da fiscalização do INSS, sem, no entanto ter sido tomada qualquer providência para que se sanasse tal falha administrativa;

- A recente Lei nº 11.098, de 13/01/2005, que criou a Secretaria da Receita Previdenciária no âmbito do Ministério da Previdência Social, em seu Artº 8º - incisos II e III transfere o Auditor Fiscal da Receita Previdenciária – ativos e inativos - para o âmbito da Secretaria da Receita Previdenciária e no mesmo Artigo – inciso IV fixa os servidores da linha de

arrecadação (**somente os ativos**),onde mais uma vez se vislumbra o descaso em relação aos mesmos servidores, sugerindo um clima de desmotivação, insegurança e desconforto em relação ao seu destino.

Nestes termos, pedimos a V.Exa., na medida do possível, levar ao conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da República, através da Tribuna da Câmara Federal, que se proceda ao mesmo tratamento dispensado aos Auditores da Receita Previdenciária, no que se refere o Artigo 8º - inciso IV e assim, também, **transferindo** os servidores administrativos da arrecadação **ativos e inativos.**

Através de notícias veiculas pela mídia, é iminente a idéia dos técnicos do governo, a criação da Supersecretaria da Receita do Brasil, fundindo a Receita Federal com a Receita da Previdência, causando-nos preocupação, quanto ao destino funcional dos servidores da arrecadação da Previdência no novo órgão.

Contando com seu alto senso político, solicitamos sua aquiescência ao pleito, impedindo que outras injustiças não venham a se concretizar.

Nilda Maria Cachigian
Vice Pres.Finanças
ASPLAF
(11)6231-5784
(11)9186-0216

Paulo Roberto Beal de Leão
Presidente
UNASLAF

O SR. GERALDO RESENDE (PPS – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, considero de suma importância fazer um relato preocupante: a construção de estradas, causa e conseqüência da aproximação dos povos, de hidrelétricas e a expansão da agropecuária extensiva impulsionam o desmatamento, as queimadas e migrações. Tudo isso contribui para aumentar a ocorrência de doenças. Essa tendência tem sido observada em relação a dezenas de enfermidades, como gripe, tuberculose e tantas outras doenças infecciosas, inclusive malária. Mas a situação poderia ser ainda mais grave no caso da bartonelose, dada a falta de experiência com a doença no Brasil. Trata – se de doença praticamente desconhecida dos profissionais de saúde brasileiros e que está se aproximando de nossa fronteira. Seu impacto pode ser agravado pelo modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia.

A bartonelose, originária dos Andes, causada pela bactéria *bartonella bacilliformis*, é transmitida pelos mesmos mosquitos vetores da leishmaniose. Estudos na África e na Amazônia já mostraram que o maior dano à saúde das pessoas e aos ecossistemas ocorre ao longo das estradas, principalmente daquelas recentemente asfaltadas. É uma doença comum nos vales interandinos peruanos e que infelizmente se aproxima furtivamente do Brasil. Na última década, a bactéria atingiu áreas mais extensas do Peru, incluindo altitudes mais baixas. Em 2003, chegou ao Departamento de Loreto (fronteira com o Estado do Amazonas). Em 2004, infectou 19 pessoas em Madre de Diós, que faz fronteira com o Acre e a Bolívia. Existe o perigo de que, caso a bartonelose entre na Amazônia brasileira, sua disseminação seja acelerada pela falta de treinamento específico dos profissionais de saúde do País.

Os sintomas da bartonelose, também conhecida como doença de Carrión, aparecem após um período médio de incubação de 61 dias. O doente apresenta inicialmente sintomas inespecíficos, como mal – estar geral, sensação febril, com calafrios leves, e dores nos músculos, nas articulações e na cabeça, podendo chegar a ter náuseas e vômitos. Em sua fase mais avançada, a doença causa fraqueza, febres, calafrios e as vezes é confundida com a malária. O diagnóstico clínico diferencial se faz pela intensa palidez, resultante de forte anemia. O doente pode ainda apresentar a chamada bartonelose verrucosa, que se assemelha a tumores de pele, à leishmaniose tegumentar americana ou a algumas formas de hanseníase (lepra). No Peru, onde é mais comum, entre 1% e 17% dos pacientes morrem, dependendo do grau de pobreza local.

Estudiosos da Universidade Federal do Acre e sanitaristas atentos da região do Acre, de Rondônia e do Amazonas alertam para a possibilidade de surtos iminentes de bartonelose, uma vez que a Amazônia sul – ocidental está sujeita a alterações socioambientais sem precedentes: 3 novos eixos de rodovias a serem asfaltadas vão se somar a 3 usinas hidrelétricas (propiciando 4 mil quilômetros de hidrovias) e à expansão da agropecuária extensiva – futuro pólo de produção e transporte de matérias – primas –, transformando uma região historicamente isolada em um corredor que ligará o centro – sul brasileiro ao Oceano Pacífico. Mais de 20 milhões de pessoas, que vivem a um raio de 1.000 quilômetros do Acre, devem ser afetadas pelas mudanças ambientais e migrações causadas por esses megaprojetos.

A bartonelose também mudou de comportamento na última década, segundo informe recente das autoridades sanitárias peruanas. No Equador são encontrados casos procedentes da zona costeira, a oeste dos Andes e a apenas 150 metros acima do nível do mar. No Peru há evidências laboratoriais de comunidades nativas da Floresta Amazônica infectadas a leste dos Andes, também a apenas 120 metros de altitude.

A Amazônia sul – ocidental brasileira reúne muitas das condições necessárias para que a bartonelose passe a engrossar a lista das enfermidades endêmicas na região, incluindo o mosquito vetor. Esses insetos são os mesmos que transmitem de 26 mil a 38 mil casos de leishmaniose tegumentar por ano. Os mosquitos podem mudar de hábitat e, provavelmente, passar a transmitir mais de um microrganismo – e mais de uma doença.

Já estão sendo observadas mudanças ambientais e fluxos migratórios crescentes na região. E o que é mais grave, Sr. Presidente: os profissionais de saúde do Brasil não estão treinados para fazer frente à bartonelose. Para evitar e combater as doenças, principalmente aquelas intensificadas pela degradação do ambiente e pelas migrações associadas, seria preciso usar as ferramentas mais modernas disponíveis, como a modelagem de sistemas complexos e o desenvolvimento de sistemas de alerta precoce.

Diante desses fatos, que não deixam de ser alarmantes, pois indicam a aproximação de uma grave enfermidade que poderá afetar nosso território, estou solicitando ao Ministério da Saúde informações sobre treinamento e capacitação de pessoal, sobretudo nas regiões de fronteira, onde o risco de infecção é maior. Peço-lhe também que nos informe sobre as medidas que estão sendo tomadas para evitar, na medida do possível, não que a bartonelose chegue ao Brasil – parece que isso é inevitável, dada a nova realidade de

aproximação dos povos, da construção de estradas e do crescente fluxo migratório –, mas que sejam minimizados os danos, os riscos para a população, bem como sobre a capacitação de agentes, a aquisição de medicamentos e o combate aos vetores, para fazer face a esse novo risco para a saúde dos brasileiros.

O SR. CARLOS NADER (Bloco/PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal *O Globo*, edição de segunda – feira, dia 14, publicou interessante reportagem que revela que apenas 2,3% das cidades brasileiras têm transporte aéreo regular. Um índice incrivelmente pequeno para um país com as dimensões continentais do Brasil.

O investimento em aeroportos regionais deve ser uma de nossas prioridades. E, nesse sentido, lembro que existe hoje um movimento de Prefeitos da região sul do Estado do Rio que vem pleiteando a construção de um aeroporto para atender aquela parte do território fluminense, que reúne cerca de 1,5 milhão de habitantes.

A construção de um aeroporto regional no sul fluminense já está em análise pelo Departamento de Aviação Civil e será importante para fomentar o desenvolvimento econômico e turístico da região. Atualmente, para voar para outras partes do País, os moradores do sul fluminense são obrigados a se deslocar para o Rio de Janeiro.

A presença da CSN em Volta Redonda, da Peugeot Citröen em Porto Real e da Volkswagen, com sua fábrica de ônibus e caminhões, em Resende, além de outras empresas, proporciona um movimento significativo de executivos no sul fluminense. Fornecedores e clientes são obrigados a percorrer distâncias consideráveis do Rio até as cidades do sul do Estado, quando poderiam utilizar o transporte aéreo.

Por isso, é importante que o Governo Federal considere a possibilidade de instalação do aeroporto regional o mais brevemente possível. Além do aspecto econômico, há também a questão do turismo, que muito terá a ganhar, pois lá estão as cidades da região das Agulhas Negras, como Itatiaia, e do Ciclo do Café, como Vassouras e Barra do Piraí.

As primeiras estimativas são de que um aeroporto regional custaria cerca de 25 milhões de reais. Evidentemente, o Estado do Rio, interessado em tornar essa necessidade uma realidade, não tem como, sozinho, arcar com os custos, a exemplo dos Municípios. Será preciso um apoio decisivo da União, o qual esperamos venha de fato a ocorrer, para garantir essa obra tão necessária.

Passo agora a abordar outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Como legítimo representante nesta Casa do povo de Barra Mansa, Rio Janeiro, venho mais uma vez expor desta tribuna a ansiedade da população da minha cidade pela realização de um velho sonho, que, aliás, vem sendo embalado nos últimos anos por todos aqueles que se apresentam como candidatos e chegam ao exercício da Presidência da República.

Na campanha de 1998, o hoje Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva participou de um comício em Barra Mansa, no local conhecido como Praça da Liberdade, e anunciou em alto e bom som, para todo o público presente, que se empenharia na remoção do pátio de manobras ferroviárias do centro da cidade. Pode ser que o Presidente não se recorde, que alguns de seus correligionários que lá se encontravam não se lembrem, mas a promessa foi feita.

Até hoje, lamentavelmente, o povo barra – mansense sofre com as constantes manobras dos trens, que simplesmente causam um nó no trânsito da cidade. Até porque, coincidentemente, são realizadas nos horários de maior movimento.

E, mesmo quando não acontecem nos horários de pico, os transtornos são enormes, pois a cidade é cortada pelos ramais ferroviários. Só para recordar o que já pude afirmar desta tribuna, são 16 passagens de nível na cidade, o que permite a qualquer um perceber a dimensão do problema.

Mas o Presidente Lula não foi o único a assegurar aos meus conterrâneos a retirada do pátio. O ex – Presidente Fernando Henrique Cardoso, que em campanha em 1994 tomou cafezinho numa lanchonete no centro da cidade, também fez a mesma promessa. E o pátio lá se encontra, causando transtornos cada vez maiores, uma vez que a população cresce, o número de automóveis aumenta e os problemas evoluem em proporção ainda maior.

Uma emenda de bancada aprovada por todos os Parlamentares fluminenses prevê a liberação de recursos para a transferência do pátio, levando – o para uma área externa do Município. A liberação desses recursos, apesar de todo o empenho do nobre Ministro Alfredo Nascimento, dos Transportes, todavia depende também da sensibilidade do Governo com um todo, do Presidente em especial.

Por isso, faço aqui de público este apelo, para que essa questão seja logo resolvida. Os ramais ferroviários podem ser readequados e esse assunto já é tema de discussão no Ministério dos Transportes. Portanto, falta apenas os recursos serem efetivamente liberados para que, de fato, o sonho dos barra – mansenses, embalados, como eu disse, por pessoas em que acreditaram, possa ser tornar uma feliz realidade.

Muito obrigado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o ano de 2005 será, indubitavelmente, o ano do biodiesel no Brasil.

Todas as perspectivas são extremamente favoráveis para o deslanchar do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, criado pela Lei nº 11.907, de 2004, que prevê adição de até 5% de biodiesel ao óleo diesel consumido no Brasil.

Só em divisas, o País economizará e muito, já que consumimos 36 milhões de litros de óleo diesel por ano, sendo que 6 bilhões de litros de diesel são oriundos do exterior.

Outro aspecto importante são as vantagens ambientais do Programa, já que o biodiesel é renovável, aliviará os aterros sanitários, altamente poluidores, e reduzirá a poluição atmosférica, com redução de até 78% das emissões poluentes como o dióxido de carbono e 98% de enxofre na atmosfera.

Isso demonstra o compromisso do Brasil com as metas estabelecidas no Protocolo de Kyoto.

Em dezembro de 2004, o BNDES aprovou o Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Biodiesel, que prevê financiamento de até 90% dos itens passíveis de apoio para projetos com o Selo Combustível Social e de até 80% para os demais projetos.

Os financiamentos são destinados a todas as fases de produção, da agrícola à aquisição de máquinas e equipamentos homologados para o uso desse combustível.

Nas operações diretas para pequenas, médias e microempresas, os empréstimos serão corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo mais 1% – projetos com o Selo Combustível Social – ou 2% ao ano. Para grandes empresas, cobrará a TJLP mais 2% ao ano – projetos com o selo – ou 3% ao ano. Em operações indiretas, os juros serão idênticos, mas acrescidos da remuneração do banco repassador.

O fundamental no programa é a grande geração de empregos no campo, principalmente para os produtores de mamona, dendê, girassol e soja, atendendo à preocupação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de criar novas oportunidades de emprego no campo e, como conseqüência, mais postos de trabalho na indústria de bens e serviços.

Sr. Presidente, ao aplaudir a iniciativa do Governo Federal, desejamos que as ações do Programa Biodiesel estejam aliadas a uma política clara e transparente de comercialização, distribuição e preços do biodiesel.

Finalizo alertando as autoridades brasileiras para que mantenham a perenidade dos descontos na tributação do Programa, principalmente para não repetirmos as agruras acontecidas com o PROÁLCOOL.

Muito obrigado.

O SR. HAMILTON CASARA (Bloco/PL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já se tornou bem conhecida de todos a importância detida pelo setor turístico no mundo atual. Antes objeto de uma elite endinheirada, símbolo das extravagâncias reservadas a poucos, o turismo representa hoje uma das molas propulsoras da atividade econômica neste início de terceiro milênio.

Basta lembrar, por exemplo, que, de acordo com o Conselho Mundial de Viagens e Turismo – WTTC, o faturamento global do setor aproxima – se do impressionante total de 5 trilhões de dólares por ano, com uma arrecadação tributária associada de cerca de 800 bilhões de dólares; ou, então, cabe lembrar que mais de 600 milhões de pessoas demandam serviços turísticos anualmente, permitindo a criação de mais de 230 milhões de empregos.

Exatamente por conta destes números, cunhou – se o termo “indústria do turismo”, em reconhecimento ao seu porte. Afinal de contas, esse movimento gigantesco de recursos e de pessoas já coloca o setor turístico na dianteira de atividades industriais tradicionais, como as dos ramos eletroeletrônico, automobilístico e de petróleo.

Igualmente, é bem sabido o quanto a indústria turística pode contribuir para o crescimento do Pais com efetivo progresso social. De fato, o turismo apresenta a característica de favorecer a criação de empregos em número e ritmo bem superiores e com custos bem inferiores aos das demais atividades econômicas. Ademais, o setor absorve grande contingente de mão – de – obra pouco qualificada, atendendo, portanto, a uma das maiores preocupações da nossa sociedade.

Além disso, o Brasil é dotado de vantagens comparativas inquestionáveis no que se refere à implantação de uma indústria turística competitiva em nível mundial. Afinal de contas, temos um patrimônio natural, histórico, humano e arquitetônico sem igual em todo o mundo, emoldurado por um clima ameno e um povo acolhedor. Sem dúvida, necessitamos de muitas obras de infra – estrutura – como em telecomunicações, estradas e saneamento, entre outros. Deve – se atentar, porém, para o fato de que estes são investimentos que também beneficiarão, de forma permanente, toda a população residente nos destinos turísticos.

Justamente por estes motivos, Sras. e Srs. Parlamentares, as autoridades já guindaram o turismo ao topo das prioridades nacionais. O Plano Nacional do Turismo para o período 2003 – 2007 fixou como metas a chegada de 9 milhões de turistas estrangeiros, a

geração de 8 bilhões de dólares em divisas na conta turismo, a criação de 1,2 milhão de empregos diretos e indiretos no setor turístico, o total de 65 milhões de desembarques domésticos nos aeroportos nacionais e a criação de 3 produtos turísticos de nível internacional em cada Unidade da Federação para daqui a 3 anos.

É oportuno registrar, no entanto, que o termo "indústria turística" engloba um sem – número de vertentes distintas, cada uma delas correspondendo a um nicho de mercado específico. Entre elas, o ecoturismo surge como das mais promissoras. Conquanto não se disponham de informações precisas, sabe – se que esta modalidade atrai um contingente cada vez maior de aficionados em todo o mundo. No Brasil, em particular, estimativas da EMBRATUR indicam que cerca de 5 mil empresas e instituições privadas, empregando 30 mil pessoas, dão suporte a mais de 500 mil ecoturistas, constituindo um mercado que tem crescido a taxas da ordem de 10% ao ano.

O turismo ecológico não é importante, no entanto, apenas pelo montante de recursos movimentados, pelo número de visitantes recebidos ou pelas divisas incorporadas ao nosso balanço de pagamentos. Muito mais significativo é o impacto social e ambiental promovido pela expansão deste segmento da atividade turística.

Sem dúvida, o fortalecimento do Brasil como marca do ecoturismo trará inúmeros benefícios para o País. A experiência mundial comprova que o aproveitamento do turismo ecológico contribui sobremaneira para a preservação eficiente e responsável do meio ambiente. Além disso, engaja a população local neste esforço de preservação, o que acarreta elevação do emprego e renda, ratificando as condições de sustentabilidade do turismo ecológico. Na verdade, o que se observa nos principais sítios ecoturísticos é precisamente o resgate dos habitantes da miséria e do abandono a que estavam geralmente relegados, ao mesmo tempo em que se lhes confere o papel de guardiães do patrimônio ambiental.

Todos estes aspectos são particularmente importantes para Rondônia. Pela variedade de flora, fauna e paisagens, nosso Estado oferece inúmeros atrativos para os visitantes brasileiros e estrangeiros, tais como aventura, caça fotográfica, pesca esportiva, passeios e acampamentos ecológicos. Não temos dúvidas de que o pleno aproveitamento de nosso potencial ecoturístico poderá acelerar o desenvolvimento de nossa terra, com a conseqüente elevação do nível de renda e de qualidade de vida de nossa população.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente: duas datas do mês de março evidenciam a importância assumida pela proteção às relações de consumo nas últimas décadas em nosso País. No dia 11, registrou – se o décimo quarto aniversário de vigência do Código de Proteção e Defesa do Consumidor; no dia 15, comemorou-se, pelo terceiro ano consecutivo, o Dia Nacional do Consumidor.

Essas datas representam o coroamento do processo de conscientização da sociedade em diversos países e também no Brasil a respeito do papel fundamental das ações de consumo no desenvolvimento da cidadania e do próprio Estado Democrático de Direito.

Foi uma evolução marcada por muitas lutas, bem como pelo desequilíbrio das forças em disputa, que experimentou a primeira vitória significativa, no plano internacional, com a mensagem enviada pelo Presidente Kennedy ao Congresso americano, em 15 de março de 1962, tratando da proteção dos interesses dos consumidores. Estabelecia 4 regras básicas no tocante à compra de produtos e serviços, que funcionaram como uma verdadeira "Declaração dos Direitos do Consumidor": garantia de qualidade, acesso a informações corretas, liberdade de escolha e atenção do Governo em casos de injustiça.

Essa mensagem teve repercussão tamanha e serviu de base para legislações em tantos países que a ONU instituiu o dia 15 de março como o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, de modo a promover, internacionalmente, o desenvolvimento de relações éticas de consumo.

Nesse contexto, a atuação de grupos pioneiros em nosso País, a exemplo do PROCON, muito contribuiu, e continua a fazê – lo, para elevar o consumidor brasileiro à categoria de cidadão, na plenitude de seus direitos. Disso foi exemplo o grande esforço empreendido para assegurar a promoção da defesa do consumidor pelo Poder Público no texto da Constituição de 1988. Foi uma grande vitória, complementada pela aprovação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor nesta Casa 2 anos mais tarde.

O início da vigência do Código, em 15 de março de 1991, constituiu um divisor de águas no âmbito das relações de consumo no Brasil. Desde então, instalaram – se PROCONs e juizados especiais em centenas de Municípios e intensificou – se o trabalho da Secretaria de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

Aos poucos, a relação entre clientes e fornecedores de serviços e produtos vai – se tornando mais equânime. E não há dúvida de que melhorou muito na última década: o consumidor, apoiado na legislação, exige o cumprimento de seus direitos; as empresas, cientes de suas obrigações, investem em programas de satisfação da clientela.

Entretanto, é ainda longo o caminho a percorrer para universalizar o acesso à informação e às providências que assegurem a qualquer brasileiro, em qualquer dos mais de 5 mil Municípios, o pleno exercício de seus direitos. Também é longo o caminho a percorrer para harmonizar os interesses de consumidores e fornecedores com as demandas do crescimento econômico e da preservação do meio ambiente.

Ao homenagearmos o Código de Proteção e Defesa do Consumidor e o Dia Nacional do Consumidor, somos instados a refletir em nossa enorme responsabilidade para com o desenvolvimento de alternativas sustentáveis de consumo e de produção, a fim de possibilitar que todos os brasileiros usufruam dos benefícios da cidadania e da democracia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo dia 22 comemoramos o Dia Mundial da Água. A data foi fixada em 1993, quando a Organização das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos da Água.

Motivos díspares nos trazem a esta tribuna. Às vezes, pronunciamos aqui nosso regozijo, nosso contentamento, nosso tributo; outras vezes, trazemos preocupação, pesar, indignação e luta. Quisera hoje estar aqui para comemorar o Dia Mundial da Água. Entretanto, cá estou para manifestar minha preocupação e promover algumas reflexões.

Bem sabemos que, para muitos, a possibilidade de conviver com a escassez de água parece possibilidade muito mais que remota. Afinal, 12% da água doce disponível no planeta estão no Brasil, e isso corresponde a 53% dos recursos hídricos da América do Sul. Cada brasileiro possui, em tese, 34 milhões de litros ao ano à sua disposição; um volume enorme, já que é possível levar vida confortável com 2 milhões de litros ao ano, conforme as estimativas da ONU.

Mas, como quase sempre, as aparências enganam, e a lógica não é bem essa. Há de se ter em vista que a distribuição da água em nosso território é absolutamente desigual: enquanto 80% das águas doces do Brasil estão na Amazônia, onde vivem apenas 7% da população, ao Nordeste restam míseros 3%. Aqui mesmo, no Distrito Federal, o berço das águas brasileiras, há, anualmente, em média, disponíveis por habitante, apenas 1 milhão e 700 mil litros, quantidade inferior à recomendada pela ONU. Aqui também já se fala em escassez.

Por outro lado, esse flagelo que afeta o empobrecido Nordeste, por absurdo que pareça, também assola a Grande São Paulo, Capital econômica do Brasil. No Nordeste, a falta de chuvas; em São Paulo, onde vive um de cada oito brasileiros, há uma crise estrutural, com mananciais contaminados e afetados pelo desmatamento. Há cálculos oficiais de que o atual sistema atenderá somente até 2.010 as necessidades da região metropolitana.

É claro que fatos assim sequer nos aproximam da situação de países como Egito, África do Sul, Síria, Jordânia, Israel, Líbano, Haiti, Turquia, Paquistão, Iraque e Índia, onde os problemas com recursos hídricos já chegam a níveis críticos. Mas são, sem dúvida, um grande sinal de alerta, sobretudo porque aqui, como em todo o mundo, há uma cultura de desperdício, não obstante a constatação de que, da água doce existente, menos de 1% pode ser economicamente utilizado, pois mais de 2% encontram – se nas geleiras, em estado sólido, e 97% em áreas subterrâneas, formando os aqüíferos, ainda inacessíveis pelas tecnologias existentes.

Esquece – se, por exemplo, de que a água é patrimônio do planeta, de todos, e a água limpa está fora do alcance de muitos. Em todo o mundo, mais de um bilhão de pessoas não têm acesso a fontes de água melhoradas, enquanto quase 2,5 bilhões vivem sem saneamento básico. A ONU estima que isso contribui para 80% das doenças e das mortes no chamado mundo em desenvolvimento, onde nos incluímos, nobres colegas.

No Brasil, dados do Ministério da Saúde demonstram que de 80% a 90% das internações hospitalares são decorrentes de doenças transmitidas por água contaminada: febre tifóide, hepatite A, verminoses e cólera são algumas delas.

Como se vê, o problema é grave, a despeito de todo o potencial que possuímos.

Por isso, é de absoluto bom tom que, no Dia Mundial da Água, rememoremos os direitos expressos na Declaração elaborada pela ONU: a água faz parte do patrimônio do planeta e é condição essencial de vida de todo vegetal, animal ou ser humano; os recursos naturais de transformação da água em água potável são lentos, frágeis e muito limitados; o equilíbrio e o futuro de nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos; ela não é somente herança de nossos predecessores; é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores; a água tem valor econômico e o seu uso implica respeito à lei; a gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos de sua proteção e as necessidades de ordem econômica, sanitária e social; o planejamento dessa gestão deve levar em conta a solidariedade e o consenso em razão de sua distribuição desigual sobre a Terra; por último, a água é um recurso natural finito, e sua quantidade per capita diminui a cada dia, com o crescimento da população mundial e a constante degradação dos mananciais.

Bastaria, pois, nobres colegas, que a Declaração dos Direitos da Água fosse observada para que nossa luta pelo chamado desenvolvimento sustentável tivesse fim e a conquista dessa condição pudesse nos trazer aqui, futuramente, apenas para comemorar o Dia Mundial da Água. Oxalá isso não tarde muito. É o que espero, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer,

Muito obrigado.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PSB – AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o sofrimento de milhares de famílias diante da falta de água e da perda de grande parte da safra mostram um quadro triste e desolador. Quatrocentos e oito Municípios já decretaram estado de emergência. Morte de animais e de plantas das matas nativas, rios secos e terra rachada são cenários com que os sofridos agricultores estão se deparando nos últimos meses. Esta não é uma seca como as demais e por isso merece atenção especial.

O quadro que acabo de descrever, Sr. Presidente, não reflete, como estamos acostumados a supor, e como muitos com certeza foram induzidos a pensar, a seca no Nordeste. Trata – se da seca no Rio Grande do Sul, que de maneira inédita tem chamado a atenção da população brasileira. Acho natural e aceitável que o Governo mobilize tão rapidamente, com tanta presteza, os Ministérios para favorecer com recursos a população gaúcha e de parte do Paraná e Santa Catarina nesse momento de sofrimento. É bom ver essa solidariedade, esse interesse tão rápido diante dessa calamidade recente que aflige o Sul do Brasil, embora não deixemos de constatar que enquanto a seca limitava – se apenas ao Nordeste não havia essa celeridade tão comovente. Agora que está atingindo outras regiões, assistimos a esse show de mobilização governamental para o socorro do lugar. O Nordeste passa há séculos por esse sofrimento sem ver ação efetiva e definitiva.

Nós, os nordestinos, estamos já calejados de tanto padecer com os resultados da seca: a miséria, a fome, a escassez, a vida minguada e regrada. Já conseguimos conviver com o descaso, o esquecimento, o desdém governamental. De tal maneira que me alegro em ver essa mobilização tão tocante quanto instantânea em favor do Sul. Mobilização que eu acho justa, não me julguem mal. Só gostaria que ela acontecesse também em favor da população que há décadas sofre com a seca sem ver nada além de medidas paliativas.

Os problemas das secas somente serão superados por profundas transformações socioeconômicas de âmbito nacional, tais como:

– Estabelecer uma política de irrigação que adote tecnologias de mais fácil acesso aos trabalhadores rurais e que sejam mais adaptadas à realidade nordestina;

– Instituir a agricultura irrigada nas áreas onde houver disponibilidade de água e desenvolver a agricultura seca, de plantas xerófitas (que resistem à falta de água) e de ciclo vegetativo curto. Alimentos como o sorgo e o milheto, como substitutos do milho, seriam importantes para o Nordeste, a exemplo do que ocorre na Índia, China e no oeste dos Estados Unidos;

– Estabelecer uma política de industrialização, com a implantação de indústrias que beneficiem matérias – primas locais, visando à diminuição de custos com transporte, bem como oferecer oportunidades de trabalho à mão – de – obra da região;

– Proporcionar o acesso ao uso da água, com o aproveitamento da água acumulada nas grandes represas, açudes e barreiros, perfuração de poços, construção de barragens subterrâneas, de cisternas rurais, por parte da população atualmente excluída;

– Corrigir as práticas de ocupação do solo, no que se refere à pecuária, eliminando – se o excesso de gado nas pastagens, que pode ocasionar sérios danos sobre pastos e solos, a queima de pastos, que destrói a matéria orgânica existente, e o desmatamento, por conta da venda de madeira e lenha;

– Estimular o uso racional da vegetação nativa (caatinga) para carvão e comercialização de madeira de lei.

Não é possível, Sr. Presidente, eliminar um fenômeno natural. As secas vão continuar existindo. Mas é possível conviver com o problema. O Nordeste é viável, assim como o Sul, mas seus maiores problemas são provenientes mais da omissão dos homens, do que propriamente das secas de que é vítima.

O Governo Lula pretende dar 3 refeições por dia ao povo carente, numa resposta às metas de campanha, no propalado Fome Zero. O que estamos necessitando, sim, é de termos consciência de que a seca deve ser tratada de forma prioritária, através de ações coerentes, sérias, levando – se em consideração o estabelecimento de uma metodologia doméstica para convivência com o fenômeno, medidas essas que poderão ser postas em prática em caráter permanente e, sobretudo, levando – se em conta as especificidades locais de cada região.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez o IBGE divulga números favoráveis em relação ao emprego na indústria brasileira. O melhor é que, de acordo com a pesquisa divulgada,

cresceu não só o emprego, mas também o nível salarial dos operários.

A política econômica adotada pelo Presidente Lula é correta. Não me canso de afirmar isso desta tribuna. Escolhemos um caminho – um caminho difícil, que não agrada a todos, mas que se tem provado com resultados que é o correto. É o caminho do desenvolvimento sustentável, sem sobressaltos, sem vôos de galinha, como disse certa vez o Ministro Antonio Palocci.

Mais uma vez, meus parabéns à equipe econômica e ao Presidente Lula.

Por falar em bons resultados, Sr. Presidente, quero aqui ressaltar o desempenho do Ministério da Cultura. No ano passado a Pasta comandada pelo competente Ministro Gilberto Gil registrou os melhores resultados já alcançados na vigência da Lei Federal de Incentivo à Cultura, a Lei Rouanet. A captação total de recursos para projetos culturais chegou a R$467 milhões, um valor que supera em 10% o recorde de R$427,3 milhões obtido em 2003, e em 35% os R$342,6 registrados em 2002.

Vale ressaltar também que estamos observando uma descentralização dos recursos, como nos informa o site "Em Questão" do Governo Federal. No início da gestão do Ministro Gilberto Gil, mais de 80% dos recursos estavam concentrados no eixo Rio de Janeiro/São Paulo. Depois de 2 anos do Governo Lula, o Ministério da Cultura conseguiu ampliar a distribuição de recursos para outras regiões do País. A concentração de recursos no eixo Rio/São Paulo caiu de 72% para 66% entre 2002 e 2004, sem perda para a Região Sudeste, que também obteve no ano passado um recorde de captação, com R$354,8 milhões. Aliás, 12 Estados das 5 Regiões brasileiras obtiveram recordes de captação: Mato Grosso, no Centro – Oeste; Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe, no Nordeste; Acre, Amazonas, Rondônia e Tocantins, no Norte; Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, no Sudeste; e Rio Grande do Sul, na Região Sul.

Isso, Sr. Presidente, não aconteceu por acaso, e sim porque foram adotados novos critérios.

Outro aspecto que contribuiu para o crescimento dos resultados foi a participação ativa da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC. Os debates realizados em dezenas de cidades brasileiras, dentre elas São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Belo Horizonte, também possibilitaram a divulgação da Lei Rouanet e esclareceram o uso de seus mecanismos para centenas de artistas, produtores culturais e empresas investidoras, democratizando o acesso aos benefícios da lei.

Por isso tudo, quero parabenizar o Ministério da Cultura. Um país culturalmente forte cria as condições necessárias para que seu desenvolvimento seja pleno. Não basta apenas crescer economicamente; é preciso que nossa cultura seja forte e dinâmica, e o Ministro Gilberto Gil está mostrando que para que isso se torne realidade deve haver apenas organização e vontade de fazer.

São as minhas palavras. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, deixo registrada a denúncia que a Coordenação dos Movimentos Sociais do Paraná (CMS/PR) faz sobre a situação de repressão que se abateu sobre os trabalhadores rurais da região central do Estado. É nessa região que em março de 2003 surgiu a organização denominada Primeiro Comando Rural, formada por fazendeiros que têm por objetivo impedir ocupações de terra utilizando milícias armadas.

A partir de junho de 2004, três pais de família, trabalhadores rurais na Fazenda Barleta – também conhecida por Caracu –, foram presos, num processo que busca a criminalização da questão da reforma agrária. Em agosto de 2003, o imóvel foi ocupado por 270 famílias, apesar do forte esquema de segurança privada montado no local para impedir a aproximação de trabalhadores sem terra. Em maio de 2004, as famílias sofreram ação de despejo e, na seqüência, os trabalhadores Marciano Zanrosso (42 anos, 4 filhos), Ivaldino Simões Rodrigues (45 anos, 2 filhos) e Ademir Veiga (37 anos, 3 filhos) foram presos no Município de Guarapuava.

Passados mais de 8 meses, os trabalhadores continuam presos, e são tratados pela Justiça de Guarapuava como criminosos de alta periculosidade, com dificuldades em receber visita de familiares e lideranças. O que se configura em um completo absurdo, Sr. Presidente, uma vez que esses cidadãos não constituem risco à ordem pública, ao andamento do processo e à aplicação da lei. E qual a explicação para tal arbitrariedade? Talvez o fato de que um dos interessados no imóvel seja o Promotor de Justiça Luiz Francisco Barleta Marquiorato, parente do antigo proprietário. Esse promotor é um dos principais acusados de contratar pistoleiros e causar um clima de tensão na região, manchando o nome e a imagem do Ministério Público do Paraná, que sempre se colocou em defesa dos direitos humanos.

Sr Presidente, Sras e Srs. Deputados, identifico nessa situação uma tentativa de criminalizar a luta pela reforma agrária no Paraná. Mais uma vez, a Justiça brasileira se mostra parcial no tratamento de casos que envolvem conflitos agrários, servindo como instrumento de opressão aos trabalhadores. A lentidão

para julgar os processos judiciais de desapropriação de terras é um dos obstáculos à efetivação da reforma agrária. O sistema de justiça criminal, principal instrumento de controle social, está voltado à repressão das ações dos movimentos populares. No assassinato de trabalhadores rurais, por enquanto, a regra tem sido a impunidade. Não percebemos por parte da Justiça empenho para coibir as ações criminosas dos latifundiários, mas, quando se trata de perseguir e manter encarcerados trabalhadores sem terra, a Justiça age com presteza e rapidez.

Entendemos como urgente a imediata liberação dos trabalhadores rurais presos em Guarapuava e a revogação das prisões preventivas e temporárias decretadas contra outros 13 trabalhadores da região centro do Paraná. Urgente também é a identificação dos responsáveis pela manutenção de milícias privadas, que agem acima do Estado e da Lei.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dr. Cid Heráclito de Queiroz é um grande especialista em assuntos de natureza fiscal e financeiro, com grandes e importantes serviços prestados ao Ministério da Fazenda e ao País. Artigo de sua autoria aborda com precisão um dos assuntos de maior relevância no momento, qual seja, a dívida dos Municípios.

Peço seja transcrito nos Anais da Câmara dos Deputados artigo de autoria do ex – Procurador – Geral da Fazenda Nacional, Cid Heráclito Queiroz, publicado no Jornal do Brasil, edição do dia 3 de março de 2005.

Muito obrigado.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

A DÍVIDA DOS MUNICÍPIOS

(Cid Heráclito de Queiroz)

As origens dos orçamentos públicos remontam à Magna Carta, com regras impostas pelos barões ingleses, em 1215, na Idade Média, ao despótico Rei João-sem – Terra, a fim de conter as despesas da coroa britânica, mediante a limitação à liberdade de o monarca, para custeá – las, lançar tributos indiscriminadamente. “A história do orçamento observou o professor Alfred Buehler, da Universidade da Pennsylvania – é a história de séculos de lutas pelo controle popular do tesouro público”. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000) é, sem dúvida, um marco histórico nas finanças públicas do país, objetivando não só o saneamento financeiro da União, dos estados e dos municípios, mas também a manutenção do equilíbrio das contas do Tesouro Público, indispensável ao crescimento econômico e ao bem – estar social. A LRF está gerando uma nova postura dos brasileiros diante dos governantes, para fiscalizar – lhes a conduta quanto ao tratamento dispensado ao produto dos tributos cobrados à sociedade. O berço da LRF foi o BNDES onde procuramos dar forma jurídica adequada aos estudos e propostas de um grupo de competentes especialistas, chefiados por José Roberto Afonso, do que resultou o anteprojeto governamental que se transformou, com as modificações introduzidas pelo Congresso Nacional, na LRF, festejada no país e no exterior e já copiada por vários países. Com o apoio da imprensa, a LRF vem resistindo a várias propostas de sua alteração, para afrouxar a contenção financeira de estados e municípios, que relutam em adotar medidas saneadoras.

Com a posse dos novos prefeitos municipais, vieram a público as situações de elevado endividamento de diversas municipalidades. Diante desse quadro, surgiram propostas de alteração da LRF, para evitar a responsabilização de governantes, tanto a criminal, por iniciativa do Ministério Público, como a civil e administrativa, por decisão dos Tribunais de Contas, e, ainda, para possibilitar mais uma novação das dívidas junto ao Tesouro Nacional, naturalmente à conta do bolso do contribuinte. Nada disso se justifica. Todos tiveram tempo de tomar as medidas adequadas. Não é difícil reduzir a despesa pública municipal. Como medidas emergenciais, podem ser citadas, afora o costumeiro contingenciamento: (a) a extinção, fusão ou a temporária desativação de secretarias, autarquias, órgãos e unidades administrativas, com a exoneração dos titulares de cargos em comissão, o remanejamento do pessoal e dos equipamentos e a desocupação de salas e prédios; (b) a alienação de automóveis e outros veículos, equipamentos e materiais inservíveis; (c) a suspensão ou adiamento na execução de programas e atividades não essenciais ou supérfluos; (d) a desestatização de empresas, empreendimentos ou atividades; (e) o arrendamento de centros de convenção, estádios e teatros; (f) a cessão de ginásios e outras instalações esportivas a universidades, colégios e clubes: (f) a concessão, a empresas privadas, de serviços públicos, como o transporte urbano em ônibus, trens e metrôs, a coleta e destinação de lixo, a construção e manutenção de vias expressas, pontes e túneis; (g) a transferência a entidades privadas dos encargos relativos à realização de festejos e outros eventos e os de conservação e limpeza de parques, praças e praias, com a contrapartida publicitária; (h) a redução dos subsídios dos vereadores, etc.

Todavia, a questão da dívida dos municípios junto ao Tesouro Nacional merece algumas reflexões,

até porque as soluções podem ser encontradas sem alteração da LRF, cuja intocabilidade deve ser defendida por todos, a não ser para aperfeiçoá – la aqui e ali, mas sem a pressão de governantes. Visando coibir uma das práticas mais nocivas às finanças públicas, a LRF, em seu art. 35, vedou a realização de novas operações de crédito (e outras a ela equiparadas) entre entes públicos, inclusive sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente. A novação é modalidade de extinção da obrigação, pela qual uma nova obrigação extingue e substitui a anterior, podendo ser objetiva (substituição da dívida por outra), subjetiva passiva (substituição do devedor) ou subjetiva ativa (substituição do credor). O refinanciamento e a postergação da dívida constituem, em realidade, uma novação. O refinanciamento, como praticado pelas instituições bancárias, abrange, em muitos casos, não só a novação, em sentido estrito, como a concessão de um crédito mais amplo. A postergação diz respeito ao adiamento da data de vencimento da dívida, no todo ou em parte.

Os contratos firmados entre a União e os municípios constituem dupla novação. A União assumiu as dívidas dos municípios perante os credores originários e os municípios obrigaram – se a pagar à União, em 360 prestações mensais, as dívidas por esta assumidas. Na forma da lei (M.P. nº 2.185 – 35, de 2001), os municípios obrigaram – se a pagar a dívida acrescida de atualização monetária calculada pela variação do IGP – DI da FGV ou por outro índice que o substitua e de juros nominais de 9% ao ano, que podem ser reduzidos para 6% ou 7,5%, nas hipóteses preestabelecidas. Nos instrumentos contratuais, entretanto, foram acrescentadas duas condições não previstas na lei: (a) a substituição do IGP – DI da FGV somente poderá ocorrer no caso de sua extinção; (b) a dívida não será monetariamente corrigida, na hipótese de variação negativa do IGP – DI (provável num prazo de 36 anos). Assim, os municípios têm o direito à rerratificação dos contratos, para correção dos dois pontos. Nessa oportunidade, o IGP – DI poderia ser substituído por outro índice, mais adequado, tanto mais que a atualização da dívida refinanciada vem gerando, ao que se informa, um valor muito maior do que o decorrente do índice aplicado à dívida assumida pela União junto aos credores originários (basicamente taxa SELIC). A ratio legis da disposição legal aplicável foi a de prescrever, na linha de diplomas legais anteriores, uma ajuda substancial aos municípios que se encontravam altamente endividados. Nunca a de gerar ganhos financeiros para a União. Sob o ângulo político, essa é a melhor solução, por não depender de modificação da LRF.

Por outro lado, os contratos autorizam, com base na lei, a compensação das dívidas assumidas e refinanciadas pela União com créditos dos municípios, derivados de obrigações contratuais celebradas antes de 31 de janeiro de 1999. Ora, vários municípios são titulares de créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS (gerido pela União), derivados de obrigações contratuais vencidas, líquidas e certas. A compensação não pode ficar sujeita exclusivamente ao arbítrio da parte credora, ou seja, a uma condição potestativa. A compensação pode ser feita no valor global da dívida ou no valor das prestações.

Em tais condições, a questão da dívida dos municípios pode ser minorada por tratamento técnico, sem radicalismos incompatíveis com a hora presente e os propósitos do presidente da República, reconhecidamente adepto das soluções amigavelmente negociadas.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Presidente Nacional do PTB, um partido historicamente comprometido com as grandes causas nacionais, sinto – me no dever de alertar o Governo sobre a grave situação em que se encontra o setor nuclear brasileiro. Embora o Governo Federal reconheça que se trata de uma área estratégica, não existem diretrizes que protejam as atividades industriais ali inseridas. Essa afirmativa abrange tanto a geração de energia elétrica, a cargo da ELETROBRÁS Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, quanto a fabricação de elementos combustíveis, a cargo das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, bem como o programa de desenvolvimento tecnológico autônomo empreendido pela Marinha do Brasil.

A atual crise começou no Governo anterior, com a entrada em operação comercial de Angra II, devido à falta de uma política específica para o pagamento dos investimentos realizados para a construção dessa usina. Não havia, naquela ocasião, uma fonte de recursos específica para saldar os compromissos financeiros assumidos com a construção, nem eles foram considerados no cálculo da tarifa de venda de energia da ELETRONUCLEAR daquela época. Essa situação perpetua – se até hoje, o que levou a ELETRONUCLEAR a contrair empréstimos junto à ELETROBRÁS para viabilizar tais pagamentos, nacionais e internacionais, comprometendo gravemente suas disponibilidades financeiras pelo acréscimo de novos juros e demais custos financeiros, a ponto de o custo do endividamento já representar cerca de 30% da receita bruta anual da empresa.

Não me parece correto, entretanto, que tais dispêndios venham a ser repassados para o consumidor,

sob pena de macular – se o conceito de "modicidade tarifária", tão bem defendido e implementado pela Ministra Dilma Rousseff. Esses compromissos financeiros vêm, portanto, drenando os recursos da geração termonuclear, cuja receita não é mais capaz de garantir o pagamento total dos serviços de manutenção das usinas Angra I e Angra II, e a substituição do gerador de vapor de Angra I, para a qual foi necessária a contratação de novo financiamento junto à ELETROBRÁS, bem como o fornecimento do combustível nuclear. Assim, o déficit de recursos da ELETRONUCLEAR tem impactado os repasses financeiros para a INB, que, por sua vez, vê – se impossibilitada de cumprir seus compromissos internacionais, em particular aqueles relativos ao serviço de enriquecimento de urânio, realizado pelo Consórcio URENCO. A propagação desse efeito pela cadeia de relações comerciais fragiliza o sistema de fornecimento de combustível para a recarga dos reatores nucleares, afetando sua programação operacional, impondo-lhes até o risco de desligamento.

Por outro lado, a Marinha do Brasil, responsável pelo desenvolvimento da tecnologia de enriquecimento de urânio por meio da tecnologia das ultracentrífugas, encontra – se sem recursos para dar continuidade ao seu programa, inviabilizando – se, assim, o sonho de sermos capazes de enriquecer urânio em escala industrial. Embora os profissionais brasileiros tenham a competência necessária para se equipararem aos demais colegas integrantes do seleto clube dos detentores dessa tecnologia, o País vem sendo freado pelas indefinições governamentais para o setor nuclear.

Urge que a Presidência da República se posicione sobre a crise que se instalou no setor nuclear. Poucos países do mundo atingiram um patamar tão elevado nas diferentes áreas: geração elétrica, a cargo da ELETRONUCLEAR; fabricação de equipamentos pesados, missão da NUCLEP; fabricação de combustível nuclear, pela INB; fabricação de ultracentrífugas e desenvolvimento do projeto de reator nuclear para a propulsão de submarino, responsabilidade da Marinha do Brasil. Apesar disso, estamos na contramão dos países em desenvolvimento que dispõem dessa vantagem estratégica, como China, Índia e Coréia do Sul, uma vez que seus programas nucleares estão no centro das prioridades nacionais.

Assim sendo, gostaria de fornecer algumas sugestões que, creio, poderão iniciar o processo de equacionamento das graves questões que atualmente comprometem o setor nuclear brasileiro: primeiro, a eliminação da dívida oriunda de financiamento para a construção de Angra II, liberando – se a ELETROBRÁS e a ELETRONUCLEAR de tal compromisso; sugiro também a criação de um "fundo de compensação", capaz de assegurar à INB, em quaisquer circunstâncias, os recursos necessários para a consecução, em tempo hábil, do processo de fabricação de elementos combustíveis; é necessária ainda a alocação de recursos da União para a conclusão, pela Marinha do Brasil, do desenvolvimento de ultracentrífugas em escala industrial, assim como a redução dos tributos sobre as diversas atividades nucleares do Brasil.

Adicionalmente, parece – me oportuno sugerir uma reunião de emergência com os Ministros envolvidos diretamente com as questões ora mencionadas, quais sejam, o das Minas e Energia, o de Ciência e Tecnologia e o da Defesa, para definirem, sob a coordenação da Casa Civil, a política estratégica do setor nuclear.

Nossa autonomia tecnológica nesse setor depende essencialmente da imediata tomada de decisão do Governo, sob pena de vermos naufragar uma atividade científica e tecnológica que nos colocou em posição de destaque no mundo, e que será de importância cada vez mais acentuada para a soberania e o desenvolvimento de qualquer grande nação.

Essa é a preocupação do PTB, um partido acima de tudo comprometido com os ideais da Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. MOREIRA FRANCO (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a preocupação fundamental com a preservação e a defesa do meio ambiente, apesar de necessária, é recente. Desenvolveu – se decisivamente nas duas últimas décadas em todos os países do mundo, tocando fundo a opinião pública e a esfera das políticas governamentais.

Essa oportuna e indispensável conscientização acerca de problemas capazes de dificultar e interromper o ciclo da vida no planeta é uma atitude que se espalha e ganha novos adeptos todos os dias. Trata – se de um fenômeno universal, que, generalizando, podemos denominar de ecologia.

A força motriz dessa movimentação internacional está em grupos que procuram redimensionar as condições ideais em que o equilíbrio entre a ação do homem e seu impacto ambiental na natureza se mantenha estabilizado em níveis aceitáveis.

Os ecologistas, aglutinando e coordenando esforços para a obtenção de políticas públicas, legislações específicas e maior participação social, buscam soluções realistas para os graves problemas ambientais contemporâneos.

Os avanços da ciência e a utilização em larga escala das modernas tecnologias passaram a ser monitorados por denúncias e pesquisas interdisciplinares

que visam, em última estância, garantir condições futuras de sobrevivência a tudo que vive sobre e sob a superfície da Terra. Sem sombra de dúvida, essa importantíssima tendência há de caracterizar as buscas e discussões suprapartidárias neste milênio.

É imperativo que algo seja feito para interromper o processo de degradação do meio ambiente. Desde a revolução industrial, os graves e indiscriminados ataques à natureza têm comprometido a relação do trabalho humano com os ecossistemas planetários. Reportagens, análises e pesquisas têm sido constantemente divulgados e analisados pela opinião pública na tentativa de se estabelecer um diagnóstico real da situação atual. Há urgente necessidade de impor responsabilidade aos principais predadores da natureza e de conciliar os desafios do desenvolvimento com propostas alternativas ecologicamente corretas. Não se trata de confrontar ideologias ou dar voz a uma nova utopia romântica. O problema é real, é concreto; essa é a nossa realidade, e ela exige de nós uma postura igualmente realista.

É preciso agir com eficiência e rapidez. As dúvidas, diante dos fatos, são sempre as mesmas: o que fazer para compatibilizar o desenvolvimento com o desgaste das matérias – primas extraídas da natureza? Como realizar algum projeto que vise ao desenvolvimento econômico sem ferir o meio ambiente? Por que as modernas técnicas de produção poluem e esgotam os recursos naturais? Como alterar o comportamento de milhões de pessoas ligadas umbilicalmente ao mercado de trabalho e fazê – las aceitar proposições ambientalistas? Por onde começar essa urgente tarefa?

O histórico das lutas ecológicas é recheado de alternativas estratégicas de eficácia discutível. Desde 1972, em Estocolmo, na Suécia, quando da realização da primeira conferência internacional sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, depois em 1992, no Rio de Janeiro, no Brasil, e mais recentemente em 2002, em Johannesburg, na África do Sul, centenas de países mobilizam seus representantes a fim de concretizarem propostas de ação relativas aos problemas do meio ambiente, e as dúvidas ganharam expressão universal, passando a constar nas agendas dos governos das nações. Os resultados práticos daquelas conferências mundiais, mesmo quando se reduziram a formas de atuação meramente burocráticas, ampliaram significativamente a consciência ecológica no planeta. Apesar dos reduzidos orçamentos e dos frágeis poderes concedidos pelos Estados aos organismos referendados pela primeira conferência internacional sobre o assunto, com o passar dos anos eles agregaram voluntários de diversos setores à causa ambiental, e hoje, com advento das organizações não – governamentais, as ONGs, formam compostos e atuantes blocos de pressão social, que exigem e lutam por melhoras urgentes no trato do homem com o meio ambiente.

No Estado do Rio de Janeiro, a coletividade não aceita mais uma noção de progresso que traga a reboque irreversíveis danos ao meio ambiente e conseqüentemente uma baixa sensível no nível de qualidade de vida dos cidadãos. Como conseqüência natural do fortalecimento da cidadania, surgiram dezenas de ONGs ambientalistas com as mais variadas especializações e áreas de atuação. No bojo das discussões desses segmentos organizados originou – se a Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente – APEDEMA/RJ.

Como fórum permanente de entidades ambientalistas do Estado do Rio de Janeiro, a APEDEMA/RJ tem – se destacado desde a sua fundação, ao final da década de 80, na luta pela preservação e conservação do meio ambiente em todo o território fluminense. Com aproximadamente 108 entidades filiadas, vem ocupando cada vez mais espaços de representação institucional, garantindo indicações junto a conselhos e fundos de captação de recursos nos âmbitos nacional, estadual e municipal para meio ambiente e recursos hídricos.

Centenas de ativistas ecológicos discutirão suas metas para os próximos anos de atuação voluntária nos dias de 18, 19 e 20 de março de 2005, em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, quando a APEDEMA/RJ estará realizando seu VIII Congresso. O evento marca um momento de fortalecimento da cidadania ecológica e define, de uma vez por todas, uma agenda positiva junto à coletividade e às instituições públicas.

Vida longa à cidadania ecológica!

Parabéns à secretaria – executiva, às coordenações regionais e aos voluntários da APEDEMA/RJ.

Obrigado.

A SRA. LUCIANA GENRO (Sem Partido – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recebemos um dossiê sobre a situação da Kodak de um companheiro sindicalista dos Químicos Unificados.

A Kodak está fechando sua sede em São José dos Campos para instalar – se em Manaus devido à guerra fiscal aprofundada pelo Governo Lula, o que resulta no enfranquecimento do sindicato, pois somente na Kodak serão perdidos centenas de trabalhadores além de 4 dirigentes sindicais. Este fato é extremamente importante para os companheiros da região visto que a Kodak é a segunda maior fábrica da base química.

Diz o documento:

"Guerra fiscal atinge kodak e acentua demissões em São José dos Campos

As isenções fiscais praticadas por várias regiões do país estão provocando uma crise social no Vale do Paraíba. As facilidades de produção já levaram empresas como Solectron e Philips a transferirem parte ou toda a fábrica para regiões mais atrativas do ponto de vista fiscal. Isso significa que em nome de lucros maiores, as empresas deixam para trás inúmeros postos de trabalho diretos e indiretos nas unidades de São José dos Campos.

A prática é legitimada pelo Governo Federal que pouco tem feito para acabar com as ações desleais entre estados e municípios para atrair empresas. No ano passado, o presidente Lula sancionou uma medida que acentuou a competição fiscal entre a Zona Franca de Manaus e vários outros estados e cidades. A medida alterou a cobrança do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e criou benefícios fiscais para indústrias instaladas na Zona Franca. A guerra fiscal aguça a ambição das companhias por lucros cada vez maiores e estimula a transferência de fábricas inteiras, já estruturadas, em busca de mais e mais facilidades de implantação.

O resultado dessa competição infelizmente acaba de se abater também sobre os trabalhadores da kodak. A empresa anunciou a transferência de sua unidade de São José dos Campos para Manaus em busca das facilidades fiscais oferecidas pela Zona Franca.

A kodak justificou a desativação da unidade em São José dos Campos ao jornal ValeParaibano do dia 11/03/2005 como conseqüência da reestruturação mundial e do crescimento da fotografia digital. No entanto, a empresa não anunciou com exatidão o número de trabalhadores a serem demitidos e nem a data prevista para o fechamento completo da unidade. A empresa disse apenas que o fechamento será escalonado. O primeiro setor a ser atingido pela transferência para Manaus será o de produtos fotoquímicos, que será fechado até 24 de julho, com 128 demissões diretas. O setor de emulsionagem deverá ser fechado até 26 de agosto. O dia 28 de outubro é o prazo para o fechamento do setor de corte e acabamento de raio x.

Ao invés de apostar no desenvolvimento de novos projetos de tecnologia digital no complexo de São José dos Campos, a kodak corre atrás de aumento de lucro, mas aumento que pode ser transitório. Isso porque inúmeros projetos estão sendo discutidos no Congresso Nacional para reparar os estragos da política fiscal desastrosa do governo que estimula a competição fiscal desenfreada entre regiões do país. Representantes do poder público e da iniciativa privada são contra as ações do governo porque os benefícios concedidos à capital do Amazonas tornam desiguais as disputas por investimentos no país.

O complexo industrial da kodak em São José dos Campos de produtos fotossensíveis é o maior da América Latina. A empresa ocupa uma área de 832 mil metros quadrados e 2 quilômetros de fachada. A empresa chegou a empregar cerca de 2.200 funcionários na cidade. Hoje, o número é de pouco mais de 600 trabalhadores. A transferência da unidade vai fechar cerca de 650 postos de trabalho diretos e até 1. 500 indiretos, devido a empresas fornecedoras e de prestação de serviço.

O desrespeito da kodak com seus funcionários já era denunciado pelo Sindicato dos Químicos de São José dos Campos desde os anos 90. À ocasião, a empresa iniciou um processo de ataque e flexibilização dos direitos trabalhistas com a terceirização irregular do setor produtivo, precarização dos serviços médicos e de transporte e a retirada de direitos adquiridos.

As irregularidades foram comprovadas pelo Ministério Público do Trabalho com base em ação movida pelo Sindicato dos Químicos de São José dos Campos e resultou para a kodak em pena de ajuste de conduta.

Como inúmeras outras empresas, a kodak cerceia os direitos dos trabalhadores com assédio moral (crime previsto em lei) aparato policial e filmadoras, a fim de inibir a realização de assembléias.

Apesar do clima de desolação, a empresa exige através de um plano de "compensação financeira" empenho, assiduidade, qualidade e produtividade dos trabalhadores até o último dia de funcionamento da fábrica em São José dos Campos.

Contudo, o plano, que pretende recompensar o funcionário que permanecer na fábrica até o último dia de trabalho, usa uma fórmula matemática cujas variáveis são inatingíveis mesmo em condições normais, o que

dirá frente ao drama do desemprego vivido pelos trabalhadores!

A falta de respeito ao funcionário fica ainda mais notória no momento de rescisão. A empresa retém a maior parte dos valores pagos ao fundo de previdência privado, que, aliás, é administrado pela própria companhia. A administração do fundo promete retorno garantido omitindo o risco do mercado de ações, que pode de uma hora para outra sofrer um revés e levar consigo todo o dinheiro investido. Os trabalhadores desconhecem o funcionamento e as regras de tal fundo de previdência.

Para lutar pelo direito do trabalhador ao emprego, o Sindicato dos Químicos vai negociar a manutenção dos postos de trabalho com a kodak e os poderes públicos municipal, estadual e federal. O prefeito de São José Eduardo Cury e o governador do estado Geraldo Alckmin serão chamados para essa negociação.

Os diretores do Sindicato também vão tentar impedir a transferência da kodak com a ajuda de políticos nacionais. Nesta quarta – feira, 16, os sindicalistas vão procurar deputados e senadores, em Brasília, para evitar a desativação da kodak em São José. Também será entregue uma série de documentos ao Ministro do Trabalho Ricardo Berzoini defendendo a manutenção dos postos de trabalho.

Outra medida será o lançamento nesta quinta – feira, 17, de uma campanha contra o desemprego. A intenção é mobilizar a população da cidade sobre o impacto das demissões da kodak na vida social da cidade."

Sr. Presidente, quero registrar também a carta que recebemos do companheiro Arlindo Nelson Ritter, Presidente da ASERGHC – Associação dos Servidores do GHC, uma das categorias mais organizadas do Rio Grande do Sul.

Os trabalhadores do complexo Grupo Hospitalar Conceição estão travando uma luta ferrenha contra o desmonte daquelas unidades hospitalares, que hoje são administradas pelo PT – Partido dos Trabalhadores.

A carta cita alguns desmandos administrativos praticados pela atual direção, o que nos leva a questionar a competência da diretoria do Grupo Hospitalar Conceição que se tem mostrado extremamente despreparada para administrar o terceiro maior orçamento do Estado do Rio Grande do Sul.

Os trabalhadores clamam por providências imediatas da Câmara Federal no sentido de verem sanadas a situação caótica em que se encontram aquelas unidades hospitalares.

Diz a carta:

Deputada Luciana Genro

O Grupo Hospitalar Conceição – GHC, é uma sociedade Anônima desde 1975, formada pelos Hospitais Conceição, Criança Conceição, Cristo Redentor, Fêmina, e mais 12 postos de Saúde Comunitária que atende mais de 125 mil pessoas de vilas carentes da cidade. Vinculado ao Ministério da Saúde constitui a maior rede pública de hospitais do país, empregando 6 mil trabalhadores. Conta atualmente com 1.800 leitos, sendo responsável pela internação de uma média de 5.800 pacientes por mês. O GHC realiza ainda mais de 130 mil exames laboratoriais por mês e atende em seus ambulatórios/emergência mais de 1 milhão e 200 mil pacientes por ano. Os serviços estão voltados 100% ao SUS.

Ocorre que, os trabalhadores do complexo Grupo Hospitalar Conceição estão travando uma luta ferrenha contra o desmonte daquelas unidades hospitalares, que hoje são administradas por companheiros do Partido dos Trabalhadores – PT. Citamos alguns desmandos administrativos praticados pela atual direção do GHC:

– Contratação de assessores sem concurso público e sem previsão legal, com registro em carteira, FGTS etc., com altos salários;

– Demissões em larga escala, sem critérios, visando unicamente o enxugamento da folha de pagamento, ferindo o princípio constitucional da impessoalidade;

– Desvio de medicamentos sem uma responsável apuração;

– Troca – troca de cargos entre estado/município/GHC, buscando o compadrio político;

– Ampliação dos serviços terceirizados, aplicando caminho inverso adotados por outras redes de hospitais;

– Aquisição de materiais e medicamentos de baixa qualidade, colocando em risco a saúde dos pacientes;

– Dimensionamento de profissionais, muito abaixo do recomendável, nas áreas de enfermagem tirando a condição de bom atendimento, inclusive ocasionar erros graves e fatais.

Tendo em vista todas estas colocações, resta – nos concluir que a diretoria do Grupo Hospitalar Conceição é extremamente despreparada para administrar o terceiro maior orçamento do Estado do Rio Grande do Sul.

Os trabalhadores clamam por providências imediatas da Câmara Federal no sentido de verem sanadas a situação caótica em que se encontram aquelas unidades hospitalares."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo mais uma vez a tribuna para registrar que o corte orçamentário promovido pela equipe econômica do Governo, sem dúvida, prejudica projetos importantes para o meu Estado. No entanto, entendo que a decisão teve como principal objetivo garantir o equilíbrio orçamentário das contas públicas e dar seqüência à política econômica em curso.

Na próxima terça – feira reuniremos todos os membros da bancada de Mato Grosso do Sul, no Congresso Nacional, para encontrar alternativas que garantam a viabilização dos investimentos necessários para execução de projetos estruturantes e vitais para o desenvolvimento do meu Estado.

Ressalto que mesmo com o contingenciamento orçamentário colocado em prática no ano passado, a União empenhou R$99,4 milhões a mais para Mato Grosso do Sul em comparação a 2003. Logo, do meu ponto de vista, o corte promovido, recentemente, pelo Governo Federal, não significa, obrigatoriamente, a redução de recursos para Mato Grosso do Sul.

Para exemplificar, cito como exemplo o relatório de acompanhamento da execução orçamentária do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) da Secretaria de Tesouro Nacional (STN). Em 2003, Mato Grosso do Sul teve empenhado R$542.890.501; já em 2004, o valor saltou para R$614.557.891. Segundo os números, tenho convicção que nosso Estado poderá contar com o apoio do Governo Lula, que certamente vai ampliar a disponibilização de recursos, garantindo com isso melhoria na infra – estrutura e nas condições de vida no MS e em todo o País, como a recuperação das rodovias, ações nas áreas de saúde, educação e programas sociais.

Trabalharemos junto aos Ministérios para tentar reverter os cortes de emendas ou viabilizar alguma forma de compensação, por meio de projetos extra – orçamentários. Dentre eles, destaco o compromisso da União de garantir o pagamento de pelo menos parte dos R$600 milhões da dívida previdenciária de Mato Grosso, advinda da divisão do Estado em 1977. O repasse é legal, previsto em acordo presidencial, e existem precedentes abertos com o mesmo tipo de operação realizada com o Estado de Tocantins.

Lula já deu exemplos de ser compromissado com o Governador Zeca do PT e a bancada de Parlamentares do Estado. Destaco, como exemplo, os R$89,1 milhões da estadualização de recursos e mais R$60 milhões pelos *royalties* devidos pela Itaipu Binacional. Com criatividade e capacidade de articulação política, buscaremos formas de compensar o corte .

Muito obrigado.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará dirigiu expediente à nossa representação nesta Casa, solicitando imediato empenho junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para recompor, integralmente, a postulação do Governo local para o programa Aproveitamento do Potencial Hidroagrícola do Ceará, objeto de substancial e despropositada redução por parte daquele estabelecimento de crédito oficial.

No Requerimento referenciado, de n.º 0080/05, aquela Casa – que tive o privilégio de dirigir na década de 60 – demonstra o seu inconformismo com a deliberação, já que esta contraria aspiração legítima de importante área geográfica, favorecida pela irrigação conseqüente do Açude Castanhão, uma das maiores obras construídas no Nordeste do País.

Segundo ofício do Deputado Marcos Cals, o Governo do Ceará já investiu cerca de 18 milhões de reais naquele programa, nada justificando o posicionamento do BNDES, diante da postulação, devidamente justificada, encaminhada para deliberação de sua respectiva diretoria.

Na reclamação do Poder Legislativo cearense, vai ressaltado que nada poderia justificar a redução de R$24.600,00, o que certamente dificultará o prosseguimento da programação, na qual o Executivo local já investira importância vultosa.

Se não ocorrer uma ação revisional do Banco, dificilmente o Erário Estadual terá condições de arcar, sozinho, com o ônus da obra, cuja execução contribuirá, significativamente, para favorecer 500 famílias que foram deslocadas em razão das obras de construção daquele majestoso reservatório.

No documento enviado para nosso conhecimento e providências, vai ressaltado explicitamente que:

> "Tendo em vista a prioridade desses projetos hidroagrícolas para o desenvolvimento da região semi – árida do Estado, contribuindo para a interiorização dos investimentos e para o alcance de seus elevados objetivos sociais, é essencial que tenhamos os esclarecimentos solicitados ao BNDES, para que possa ser reexaminada a decisão que ora impossibilita a execução dos projetos mencionados".

Diante da manifestação dos Deputados estaduais cearenses, entendi de meu dever apelar para o Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico

e Social para que reveja a sua drástica deliberação, restabelecendo o quantitativo reclamado pelo Governo Estadual para uma obra de inquestionável interesse econômico – social.

Caberá ao Presidente Guido Mantega e aos seus colegas do colegiado rever o procedimento adotado, sem o que se frustrará a expectativa dos que seriam beneficiados pela iniciativa.

É o apelo que me senti na obrigação de transmitir àquela autoridade, com vistas a que se chegue a uma solução compatível com a realidade da região jaguaribana.

O projeto hidroagrícola é fundamental para assegurar a sobrevivência de 500 famílias, acossadas que foram pela construção do Açude Castanhão, que já armazenou mais de 50% de sua capacidade hídrica.

O SR. PAULO ROCHA (PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de comentar nesta Casa o I Encontro de Agricultores Familiares para o Desenvolvimento Local das Vilas Unidas do Norte e Santa Rita, no projeto de assentamento Rio Gelado, que fica no Município de Novo Repartimento, na região sul do Estado do Pará.

Os agricultores enviaram – me cópia do relatório do encontro e um documento solicitando apoio às suas reivindicações, o que eu não poderia deixar de participar a V.Exas., principalmente para a bancada paraense, até para que juntos somemos esforços em prol da melhoria de vida daqueles assentados.

Inicialmente, gostaria de destacar essa iniciativa muito importante das Associações de Pequenos Agricultores do Pacajazão, das Comunidades Coragem e Santa Rita, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Sindicato dos Produtores Rurais e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Novo Repartimento.

O encontro foi realizado nos dias 5 e 6 de março, com a participação de 225 agricultores familiares e de representantes do Prefeito Municipal, da Secretaria Municipal de Agricultura, do Secretário – Executivo de Agricultura do Estado do Pará, da Superintendência do Banco da Amazônia e da gerência da Agência de Novo Repartimento.

Com uma população estimada pelo IBGE em 42 mil habitantes, número questionado pela população cuja maioria, cerca de 70%, vive no interior, o Governo já liberou para o Município mais de R$1,5 milhão, por intermédio do PRONAF – A, e neste momento está em desenvolvimento as atividades do PRONAF – D.

O faturamento atual dos agricultores familiares, que gira em torno de R$7 mil, poderia chegar a R$12 mil com o novo modelo, no primeiro ano, e a R$34 mil no terceiro. É o que buscam sindicados, Secretaria de Agricultura e o BASA, que já está implantando o novo modelo de projeto para a agricultura familiar na região. No primeiro ano foram liberados 148 PRONAFs; no segundo, 300; e, no terceiro, foi superada a marca dos mil PRONAFs. Agora, espera – se que esse número cresça mais ainda.

O problema, como se vê, não está no financiamento. O Governo tem disponibilizado cada vez mais recursos para a agricultura familiar, mas numa região, como a região amazônica, as dificuldades de transporte, os problemas de saúde e educação complicam a situação dos pequenos produtores, na maioria das vezes isolados em áreas longínquas.

E no caso dos assentamentos de Novo Repartimento esse fato foi agravado porque os agricultores viveram abandonados durante muitos anos, sob a tutela ineficiente do INCRA, resultado de políticas de assentamentos de governos anteriores que não se preocupavam com estradas, assistência técnica, educação, saúde e muito menos com financiamento da agricultura familiar.

Foi por isso que a primeira providência do Presidente Lula foi a de dar assistência aos agricultores já assentados, enquanto também providencia novos assentamentos com todos os direitos que os assentados têm aos serviços que lhe estão sendo oferecidos agora.

Reforma agrária não é só dar terra e abandonar os agricultores à própria sorte. É preciso investir no homem do campo dando – lhes todas as condições para produzir. O retorno é garantido, e a história está aí para confirmar. Todos os países desenvolvidos passaram por esse processo.

Então, Sr. Presidente, nós temos uma situação de carência naquela região e os agricultores, com muita justiça, criticam o INCRA agora, em que pesem os esforços que o instituto vem fazendo para construir mais estradas nos assentamentos, que é a principal reivindicação local.

Eu quero dizer aos agricultores familiares do assentamento do Rio Gelado que estou encaminhando ao INCRA as reivindicações específicas de construção de estradas vicinais que eles apontam no documento que me enviaram e no relatório do encontro. E ainda as questões referentes a créditos para habitação e cadastramento das famílias que faltam.

Além disso, Sr. Presidente, os agricultores também querem que o IBAMA facilite o aproveitamento das áreas desmatadas e de capoeiras para aproveitamento da lenha para carvão. Querem melhorias no atendimento à saúde, principalmente no combate à malária, com mais postos de saúde, remédios e agentes de saú-

de, e a presença do médico pelo menos uma vez por mês na área, além de uma ambulância. Querem ainda mais escolas e transporte escolar e a implantação de telefonia comunitária para tender aos moradores das principais vilas da área.

As mulheres apresentaram reivindicações específicas que incluem campanhas de vacinação, alfabetização para adultos, implantação do ensino médio, implantação de 150 bolsas – escolas, recadastramento das famílias e a implantação de cursos profissionalizantes (corte e costura, cabeleireiro, manicure, pedicure, bordado etc.), além de apoio ao idoso, aposentadoria para mulheres e atendimento aos deficientes e excepcionais, entre outros pedidos.

Mas esses agricultores não fazem somente críticas e pedidos. Eles dão demonstrações do seu esforço e trabalho e já estão começando a colocar em prática um projeto de aproveitamento de capoeiras para a produção de carvão, com o apoio da indústria siderúrgica de Marabá para dar o impulso inicial a um projeto de desenvolvimento sustentável, que tem tudo para fazer crescer o assentamento do Rio Gelado. O projeto prevê a implantação de lavouras brancas mecanizadas e a implantação do Programa Biodiesel a partir do plantio da mamona, em consórcio com a lavoura de cacau, e essências florestais perenes como andiroba, copaíba e outras.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer, então, aos assentados do Rio Gelado e Novo Repartimento que eles podem contar comigo. Vamos fazer tudo o que for necessário para que suas reivindicações sejam atendidas. Que eles consigam colocar em prática todos os projetos que têm e que sirvam de exemplo para os assentados de todo o Brasil, como, de fato, já o estão fazendo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Passa – se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Almir Moura.

O SR. ALMIR MOURA (Sem Partido – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para tratar de 3 temas de extrema importância para o País. É a terceira vez neste meu mandato que ocupo um espaço no Grande Expediente. Tive a sorte que outros colegas não tiveram.

O primeiro assunto que quero abordar é o caos nos serviços de saúde do Estado do Rio de Janeiro; o segundo, a calamidade que assola Municípios do norte e do noroeste do meu Estado; o terceiro, a reforma sindical que tramita nesta Casa.

Sr. Presidente, é lamentável a situação do sistema de saúde pública da cidade do Rio de Janeiro. Juntamente com toda a população do Rio de Janeiro, pergunto: de quem é a culpa pelo caos na saúde? Da incompetência da administração pública municipal? Da falta de controle da administração federal? Afinal, de quem é a culpa? Estamos todos a perguntar.

A culpa é da falta de coordenação entre a União e o Município. Infelizmente, César Maia e Humberto Costa, em vez de brigarem para que a população carioca tenha atendimento de máxima qualidade nos hospitais públicos, deixam – se levar por questões menores. As eleições do ano que vem devem estar impedindo que os 2 demonstrem a competência que têm.

Não tenho motivos para defender o Prefeito do Rio de Janeiro. Nem sequer conversei por mais de 30 segundos com César Maia. Porém, o povo do Rio de Janeiro não pode pagar pelo fato de ele ter lançado sua candidatura à Presidência da República. Depois desse malfadado lançamento, a desgraça tomou conta do meu Estado e da saúde do Rio de Janeiro, o que impede que César Maia e Humberto Costa demonstrem a competência que têm para trazer bem – estar aos doentes da cidade.

Falta coordenação entre o Município e o Executivo Federal. O dinheiro público que deveria ser destinado para a saúde é jogado no ralo. Os jornais de ontem destacaram o desperdício de uma fortuna em remédios que estragaram, abandonados que estavam no almoxarifado do Hospital Cardoso Fontes, em Jacarepaguá. Esse hospital atende a emergências e casos graves na zona oeste do Estado, que chamamos zona oeste popular.

Na campanha para a Prefeitura do Rio de Janeiro, nós e todos os demais candidatos já denunciávamos o descalabro na saúde pública, o abandono desse hospital pela Prefeitura. Ninguém tomou providências. O Sr. Prefeito César Maia ganhou a eleição no primeiro turno. Jandira Feghali denunciou, Marcelo Crivella denunciou, todos os candidatos à Prefeitura do Rio de Janeiro fizeram denúncias sobre os problemas existentes no Cardoso Fontes. Ontem, os jornais destacaram o desperdício de uma fortuna em remédios, que estragaram abandonados no almoxarifado desse hospital.

O Ministério Público descobriu centenas de caixas de remédios estragados no Cardoso Fontes, mas ninguém sabe quanto remédio foi desperdiçado nos outros hospitais do Município e quantas pessoas morreram devido à não distribuição desses remédios. Esse é um problema grave.

Sr. Presidente, o Prefeito César Maia, irritado com o Ministro Humberto Costa, que determinou intervenção em 4 hospitais, exonerou centenas de servidores que lá trabalhavam. E a população? Como é que fica?

Antes de defender a população, quero dar uma informação aos amigos e colegas Parlamentares, sobretudo ao colega de São Paulo que falou sobre a saúde no Rio de Janeiro sem conhecimento de causa – sou do Rio de Janeiro, conheço a situação. O interventor no sistema de saúde do Rio de Janeiro, Sr. Sérgio Côrtes, tem demonstrado no hospital que dirige, o HTO – Hospital de Traumato-Ortopedia do Rio de Janeiro, a mais absoluta incompetência de gestão.

O que os amigos não sabem é que mais de seis mil estão inscritos para fazer uma consulta nesse hospital dirigido por Sérgio Côrtes. E esse número inclui pessoas idosas, pessoas que estão morrendo, pessoas em cadeira de rodas. Peçam informações sobre uma senhora chamada Eunice Madalena, de setenta e poucos anos, que há muito tempo está em cadeira de rodas e à beira da morte. Uma assessora do Sr. Sérgio Côrtes chamada Simone diz o seguinte: *"Ela é o número 22 da lista de preferência para atendimento no Hospital de Traumato – Ortopedia"*.

Ser o número 22 não seria nenhum absurdo, o atendimento poderia chegar rápido. Mas, para quem não sabe, só há 6 leitos disponíveis para os internados. Passam – se 60 dias no mínimo para liberar – se um leito. Sessenta dias. Se multiplicarmos 60 por 22, chegaremos a 44 meses. Para uma pessoa com 70 anos, vamos dar um prazo de 4 anos. Ela estará com quase 80 anos, numa cadeira de rodas, com um osso transpassado por cima do outro.

O Hospital Cardoso Fontes é um dos traumato – ortopédicos que podem operar, mas não o faz por incompetência do Sr. Sérgio Côrtes, que está agarrado ao cargo por questões políticas. Denunciou perseguição – é legítimo —, porém, sua incompetência está agarrada à denúncia que fez. Todo Ministro da Saúde deve, sim, verificar o que acontece com os aleijados que não precisavam estar em cadeira de rodas e que esperam na fila do hospital traumato – ortopédico do Rio de Janeiro, dirigido pelo interventor, Sr. Sérgio Côrtes.

Insensível, homem que não se sensibiliza com a dor alheia, mas que passa à mídia a impressão de que tem compaixão pelas pessoas, de que tem competência, o que não é verdade. Nem sua equipe é competente. Coloca leões – de – chácara para serem seus assessores, a fim de não deixar que ninguém chegue a ele. Ninguém consegue falar com o Sr. Sérgio Côrtes nem por telefone.

Esse homem, população do Rio de Janeiro, é o interventor na saúde no nosso Estado. É esse homem insensível, que permite que pessoas que poderiam estar sadias, andando, fazendo exercícios, continuem em cadeira de rodas ou de muletas nas mãos. Ele é um dos culpados por tal descalabro.

Nenhum Deputado do Rio de Janeiro pode calar – se diante de tanta vergonha, diante da imagem que está sendo passada para o Brasil. O Rio de Janeiro, uma cidade linda, maravilhosa, cartão – postal, porta de entrada do Brasil, está sofrendo nos noticiários nacionais e do mundo por causa da incompetência de algumas pessoas.

O nobre Deputado de São Paulo que usou a palavra antes do Deputado Luiz Alberto, da Bahia, disse que há dinheiro. Mas onde está esse dinheiro? Por que não se gasta o dinheiro com a saúde desse povo?

E mais, não são só o Município e o Governo Federal que estão nessa lama. O Governo do Estado também está. Quem nunca ouviu falar na desgraça do Albert Schweitzer, em Realengo, e do Rocha Farias, em Campo Grande? Nos hospitais estaduais, pessoas que chegam baleadas, às vezes com 8, 10 tiros, ficam no corredor, numa maca. Quem for agora ao hospital de Realengo vai ver que há dezenas de pessoas nos corredores. Não há leitos para atender os pacientes que estão morrendo, por exemplo, de pneumonia ou de qualquer outra doença grave. Isso acontece nos hospitais do Estado também.

No entanto, de longe, o Estado está rindo, porque ninguém falou no problema estadual, não houve intervenção. Será que é porque o Secretário Anthony Garotinho pula, briga, esperneia? Afinal de contas, o homem foi candidato à Presidência da República, obteve 15 milhões de votos, e é melhor não mexer com o Estado.

Mas não quero saber de política. Quero saber da população. Sabe o que a população do Rio de Janeiro está fazendo, Deputado Neucimar Fraga? Está indo para Itaperuna, no interior, a fim de se consultar e de submeter – se a operação, pedindo pelo amor de Deus ao Prefeito Jair Bittencourt, que faz um atendimento exemplar na área da saúde. Itaperuna atende a pessoas de Miracema, de Aperibe, de Santo Antonio de Pádua, de Porciúncula, de Bom Jesus do Itabapoana, do Espírito Santo, da região metropolitana do Rio de Janeiro, de Nova Iguaçu, de São Gonçalo e de outras cidades. Portanto, está sobrecarregada. E não se investe nessa cidade. É certo isso?

A UNIG possui um dos mais modernos campus de Itaperuna. No entanto, não há mais investimentos na cidade.

Parabenizo os administradores da UNIG e o prefeito do campus, José Carlos.

Sr. Presidente, não há ali nenhum outro tipo de investimento. Ah, sim, estou esquecendo! Fizeram um cadeião. Este foi o maior investimento.

São um orgulho para o Governo do Estado a delegacia legal e as cadeias públicas. Não deveriam ser. Deveria ser um orgulho a recuperação dos presos.

Ouço aparte do nobre Deputado Neucimar Fraga.

O SR. NEUCIMAR FRAGA – Deputado Almir Moura, parabenizo V.Exa. por abordar este assunto de extrema importância. Sabemos que a saúde no Brasil, não só no Rio de Janeiro, está na UTI há muito tempo. Mesmo contradizendo a regra da Medicina de que não se faz curativo em quem está na UTI, porque, na verdade, precisa de acompanhamento mais próximo, nossas autoridades insistem em fazer curativos na saúde brasileira. O momento pelo qual passa o Rio de Janeiro, que sofreu intervenção na área da saúde, não é apenas daquela cidade. Sabemos que isso acontece em todos os grandes centros urbanos do País. Digo isso porque na região metropolitana de Vitória, no Espírito Santo, a população também sofre com o descaso e, muitas vezes, a má administração dos serviços de saúde. Este ano, pacientes morreram na fila, aguardando atendimento nos hospitais públicos da Grande Vitória, que sofrem dos mesmos problemas enfrentados pela cidade do Rio de Janeiro. Pacientes oriundos do leste de Minas e do sul da Bahia deslocam – se para os hospitais dos grandes centros, até porque têm maior estrutura para atender à demanda. Isso acaba superlotando os hospitais. As pessoas ficam amontoadas nos corredores, como se fossem bichos, porque não têm oportunidade de ser atendidas pela equipe médica. Parabenizo V.Exa. e o povo do Rio de Janeiro, que o conduziu a esta Casa. Sou testemunha da sua luta em favor do Estado do Rio de Janeiro. O assunto que aborda nesta tarde deve ser debatido constantemente. O nobre Deputado Rafael Guerra, Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, tem lutado incessantemente para que possamos fazer justiça no campo da saúde no Brasil. Parabenizo V.Exa. pelo tema abordado e a população do Rio de Janeiro por tê – lo conduzido a esta Casa e digo que estarei com V.Exa. e todos os Parlamentares que lutam por saúde de qualidade no Brasil. Que Deus o abençoe.

O SR. ALMIR MOURA – Deputado Neucimar Fraga, sou testemunha da atuação de V.Exa. Como este Parlamentar, V.Exa. é Deputado de primeiro mandato nesta Casa, mas já se destaca como um veterano pelas matérias que tem defendido, pela defesa do seu Estado, pelas relatorias que tem feito e pela eleição para Presidente de uma Comissão que diz respeito a saúde, a CPI sobre tráfico de órgãos humanos. Sou testemunha do seu trabalho. O Espírito Santo fez bem quando escolheu V.Exa. para estar no Congresso Nacional. Muito obrigado pelo aparte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Rio de Janeiro, decididamente, não merece o Sr. Sérgio Côrtes. Precisamos de alguém que tenha pelo menos piedade de quem sofre. A falta de atendimento da população por parte dos Governos é uma forma hitleriana de exterminar o povo humilde, o povo carente. É só verem as fotos nos jornais.

Os Governos Federal, Estadual e Municipal não podem prestar – se a esse serviço. É duro ver nosso povo caído nas calçadas, sendo carregado pelas ruas.

Como ficam os milhões de cidadãos que elegeram César Maia no primeiro turno no ano passado?

Quero pedir ao Prefeito César Maia que volte seus ouvidos para os cidadãos carentes do Rio de Janeiro. A continuar nesse caminho de embates, o povo é que vai sofrer.

A disputa entre César Maia e Humberto Costa lembra a briga entre o Governador de Minas Gerais Itamar Franco e o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Na época, eu morava em Minas e pude ver *in loco* e sentir na pele as conseqüências desse tipo de estupidez para a população.

Quero pedir bom senso ao Prefeito César Maia e ao Ministro Humberto Costa. Penso que a atuação do Ministro nessa crise pode ser decisiva para sua continuidade à frente da Pasta da saúde. Tenho certeza de que tanto ele quanto o Prefeito saberão que, apesar de exercerem seus respectivos poderes em diferentes âmbitos da Federação, os 2 são sobretudo empregados do povo.

A segunda questão de que vou tratar é o sofrimento do povo do norte e do noroeste do Estado do Rio de Janeiro por causa das últimas chuvas.

Vários Municípios da região estão em estado de calamidade pública. A situação é desesperadora, especialmente em Itaperuna, Cardoso Moreira, Italva, Natividade, Bom Jesus do Itabapoana e Porciúncula, que é o maior produtor de café e de leite de todo o Estado do Rio de Janeiro. O Município tem 532 quilômetros de estradas vicinais. Em 208 quilômetros, caíram barreiras, as estradas estão totalmente destruídas, 7 pontes desabaram. A única ajuda que o Prefeito de Porciúncula teve foi um "vou pensar no caso, vou estudar". Não é justo. Essa foi a resposta para um homem que não tem um único trator para empurrar as toneladas de terra que destruíram as estradas.

O Prefeito ouviu dos governantes que vão estudar o caso, e a população fica desassistida, não se pode escoar a produção de leite e de café.

O Governo do Espírito Santo, mais uma vez, está de parabéns porque asfaltou uma estrada e escoou o café do Rio de Janeiro para aquele Estado.

Os agropecuaristas de Porciúncula estão desolados, porque os prejuízos já se acumulam em níveis insuportáveis.

Com quase metade das estradas vicinais destruídas, a produção não pode ser escoada.

A economia de Porciúncula pode entrar em colapso se os Governos Estadual e Federal não agirem depressa. A situação é grave também em outros Municípios banhados pelos Rios Itabapoana, Muriaé e Carangola.

Faço um apelo ao Ministro da Integração, Ciro Gomes, para que visite a região.

Sei que o Ministro tem muitas questões urgentes para resolver, que o País é muito grande e há problemas emergenciais assolando centenas de Municípios Brasil afora.

Ciro Gomes encontrou – se com Prefeitos da região esta semana, no Rio, e prometeu empenho. Tenho certeza de vai tomar as providências cabíveis. Se for até o local das enchentes, certamente ficará chocado. O acesso a algumas cidades está muito difícil, e o Ministro talvez só consiga chegar de helicóptero.

Caso não seja possível visitar pessoalmente a área, por favor, Ministro, envie um representante do Ministério.

O Governo Federal precisa liberar recursos em caráter emergencial para socorrer os Municípios alagados.

A Prefeitura de Porciúncula não dispõe de nenhum trator em condições de uso para desobstruir estradas e limpar áreas tomadas por entulhos por causa do deslizamento. É impossível que ninguém vá ajudar. A cidade precisa urgentemente de tratores para socorrer a população.

Eu fiquei muito sensibilizado com as péssimas condições dos Municípios.

O Governo pode fazer muito mais.

Em Itaperuna, a devastação é de fazer chorar. No trecho da BR – 356 que corta a cidade, no trevo de Bom Jesus, as chuvas abriram uma cratera que coloca em perigo os motoristas.

Falando de Itaperuna, aproveito para parabenizar a UNIG, uma universidade moderna e de qualidade que serve de opção aos jovens da cidade. Parabéns ao reitor e aos administradores da UNIG.

Voltando às conseqüências das enchentes, peço ao Ministro Ciro Gomes que reconheça o estado de calamidade que assola a região e libere rapidamente dinheiro, que já prometeu, para salvar o que restou. A rodovia tem sido interditada por causa de suas péssimas condições em alguns trechos.

Em laje do Muriaé, cerca de 200 pessoas ficaram desabrigadas. Os estragos por causa da enchente estão em toda parte.

Tenho certeza que o Ministro vai sensibilizar – se também com o triste quadro provocado pelas intensas chuvas no norte e no noroeste fluminense.

Ouço aparte do Deputado Josué Bengtson.

O Sr. Josué Bengtson – Deputado Almir Moura, parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento em que relata aquilo que ocorre em seu Estado, o que não é diferente do que está acontecendo no resto do Brasil. No mês de janeiro, o recém-eleito Prefeito de Belém, Duciomar Costa, do Partido Trabalhista Brasileiro, encontrou algo parecido naquela capital. A saúde está totalmente sucateada, o pronto – socorro municipal atende os pacientes em macas colocadas no chão. Às vezes, nobre Deputado, pequenas decisões resolvem muita coisa. O que fez S.Exa.? Passou a deixar os postos de saúde dos bairros de Belém funcionando 24 horas com médico presente. Isso já desafogou o maior pronto – socorro da cidade. A área da saúde do nosso País, primeiro tema do pronunciamento de V.Exa., sofre de descaso. Os médicos são mal pagos, e, por isso, marcam apenas sua presença e vão trabalhar em outro local. Esse é o grande nó. Temos de valorizar a classe médica, os funcionários dos Municípios e dos Estados. O destino do País que não cuida da saúde de seu povo é um ponto de interrogação, é incerto.

O SR. ALMIR MOURA – Agradeço ao nobre Deputado Josué Bengtson o aparte.

Quero dizer a V.Exa. que, pelo menos em meu Estado, não tenho visto políticas públicas de saúde. Tenho visto apenas as pessoas fazendo política na saúde.

Por último, Sr. Presidente, quero tratar da reforma sindical que o Governo acaba de enviar à Câmara. Ontem, o Ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, esteve na Comissão de Trabalho discutindo a proposta.

É importante que o Governo esteja preocupado com a eficiência dos sindicatos. Pelos padrões internacionais, sindicatos eficientes brotam da mobilização dos próprios trabalhadores em ambiente de liberdade.

Dessa forma, não é preciso muita regulamentação para que funcionem bem. O Governo precisa apenas garantir um mínimo de regulamentação, que assegure a liberdade de organização e atuação dos sindicatos.

O Ministro Berzoini, que, pessoalmente, é contrário à essência do texto, demonstrou boa vontade para tratar da matéria, mas a proposta encaminhada pelo Governo tem muitas falhas.

Ela criou mais regras para cercear a atuação dos sindicatos, em vez de retirar embaraços ao seu funcionamento.

Quanto mais regras, menos liberdade para os sindicatos. A PEC e o anteprojeto de lei do Governo têm centenas de artigos. Complicaram demais.

Em 2003, apresentei proposta de emenda à Constituição para democratizar nosso sistema sindical. A PEC nº 121/03, de minha autoria, fundamenta – se num tripé bem simples e exeqüível: fim da unicidade sindical, fim do imposto sindical e criação da taxa negocial.

A primeira medida acaba com a reserva de mercado dos atuais sindicatos.

Novos sindicatos poderão apresentar – se como opção aos trabalhadores, e, certamente, os melhores vão prevalecer.

O monopólio da representação é uma vergonha para o Brasil. Nenhum país sério adota mais a unicidade, concebida pela Itália fascista e há muito tempo superada.

A figura análoga ao sindicato único é o partido único, que nem na China comunista existe mais.

A unicidade sindical é antidemocrática – isso é consenso no mundo inteiro – e por isso foi banida pela Convenção nº 87 da OIT.

A reforma proposta pelo Governo mantém a unicidade sindical e piora ainda mais o atual modelo. Segundo ela, apenas alguns sindicatos, os já existentes, terão direito ao privilégio do monopólio. Basta adotarem um estatuto que agrade ao Governo. É um absurdo, um retrocesso.

Espero que o Presidente Severino Cavalcanti não coloque em segundo plano a minha PEC e a dos Deputados Maurício Rands e Vicentinho, que já tramitam na Casa.

Não há nenhuma razão para dar prioridade às proposições do Executivo, porque quando nós, Deputados, legislamos, fazemos o que nos é peculiar. O Executivo não tem como função precípua legislar. Portanto, que cuide de administrar. Não chega entupir a Câmara de medidas provisórias? Tenho certeza de que o Presidente Severino Cavalcanti vai priorizar as proposições parlamentares, conforme já havia afirmado mesmo antes da eleição da Mesa.

Sr. Presidente, não tenho nenhum tipo de animosidade contra qualquer governante, de Município, de Estado ou da União. Sou da base do Governo Federal e tenho votado 100% com ele. Muitas vezes, voto contra meus interesses, mas a favor do Governo e com o Governo, mas não posso ver pessoas morrendo por falta de atendimento à saúde nem Municípios destruídos pelas enchentes sem que nada seja feito.

O Governo deve, sim, administrar – e bem – e mandar socorro para essa gente, que literalmente precisa de socorro.

Socorro é algo que vem de outrem, é o que pedimos quando não podemos fazer nada por nós mesmos, quando não nos podemos salvar.

Mesmo alguém que sabe nadar, ao enfrentar um forte vento contrário ou um maremoto, não consegue salvar – se. Há coisas que a nossa mãe, o nosso pai ou os nossos amigos não podem fazer por nós. Há situações em que, mesmo vendendo todos os bens que temos, fazendo fortuna, não nos podemos salvar. Há situações em que não podemos fazer nada por nós mesmos. Em todos esses casos, precisamos de outrem.

Infelizmente, a população do Rio de Janeiro está precisando de outrem: os Governos Municipal, Estadual e Federal.

Muito obrigado.

O SR. WALTER BARELLI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WALTER BARELLI (PSDB – SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o detentor do Prêmio Nobel, Douglas North, tem ressaltado o poder das instituições. Não são só dados físicos, como a produção de aço, ou o volume das exportações, ou mesmo a renda *per capita,* que determinam o desenvolvimento de um povo. Suas instituições, aí incluídos seus órgãos de governo, inclusive o Legislativo, suas crenças e sua cultura, são fundamentais para caracterizar as oportunidades de crescimento de um país. Esse é o moderno conceito de desenvolvimento.

O Prof. André Franco Montoro Filho, suplente de Deputado Federal pelo PSDB paulista, acaba de se referir a isso, em artigo publicado na *Folha de S.* Paulo, edição de hoje. Nele, mostra a relevância do tema e a necessidade de investirmos nessa direção, citando como um desserviço a insinuação infundada de corrupção no Governo anterior. Querer ser avaliado pelo Risco Brasil, ou melhor, ser avaliado como um Brasil sem risco, exige instituições que estão à prova de ineficiências, desmandos e principalmente de corrupção.

É este o artigo em que o Prof. André Franco Montoro Filho mostra com muita força que “esconder, procurar abafar ou minimizar as declarações presidenciais é a forma mais segura de maximizar os danos impostos às instituições brasileiras”.

Peço então, Sr. Presidente, que autorize a transcrição nos Anais da Casa do artigo *Crescimento Eco-*

nômico e Corrupção, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, quinta – feira, 10 de março de 2005, pág. A3.

Muito obrigado.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

CRESCIMENTO ECONÔMICO E CORRUPÇÃO

André Franco Montoro Filho*

Recentes desenvolvimentos teóricos na ciência econômica resgataram o que nunca deveria ter sido abandonado: a enorme importância das instituições para o funcionamento das economias e, em especial, para o processo de desenvolvimento econômico.

O grande nome nessa área é Douglas North, considerado o pioneiro da "nova" história institucional. Em sua palestra proferida por ocasião da entrega do Prêmio Nobel de 1993, esclareceu: "Instituições são as restrições desenvolvidas pela humanidade que estruturam a interação humana. Elas são feitas de restrições formais (regras, leis, Constituições), de restrições informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta auto – impostos) e de como essas restrições são aplicadas ou impostas. Juntas elas definem as estruturas de incentivos das sociedades e, especificamente, das economias". Argumenta também que as instituições são determinantes básicos da performance econômica.

> "O presidente Lula tem o dever, para o bem do Brasil, de explicitar e provar sua denúncia ou retirar sua acusação"

Nessa direção, existe hoje um grande consenso sobre a importância fundamental da denominada segurança jurídica, especialmente no que diz respeito ao direito de propriedade e ao respeito aos contratos, para o crescimento econômico em economias de mercado. O raciocínio é relativamente simples: alta segurança significa baixo risco. Baixo risco significa retornos (e juros) exigidos menores e, assim, um maior estímulo aos investimentos. Ora, mais investimentos geram maior crescimento econômico.

A cadeia inversa também é verdadeira. Pouca segurança jurídica, altos riscos, poucos investimentos e, assim, baixo crescimento da economia.

O Brasil quer e precisa crescer. Mas, para podermos crescer, precisamos de instituições que estimulem os investimentos e, por decorrência, promovam o crescimento. Como nos ensina North, as instituições relevantes para a boa performance econômica não são apenas as instituições formais, não são somente as leis e normas legais; mas também muito importantes são as instituições informais – normas de comportamento e códigos de conduta. Entre estas, a cultura do cumprimento e da exigência do cumprimento das normas jurídicas.

Nesse contexto podemos examinar o fenômeno da corrupção no Brasil. É evidente que ambientes em que prevalece a corrupção são ambientes que não estimulam os investimentos nem a boa performance da economia. A razão é simples: corrupção é uma forma perversa de quebra de contrato e de regras. Cria insegurança, aumenta os riscos. A corrupção, assim, torna as instituições desfavoráveis ao desenvolvimento. Mais ainda se existe uma percepção generalizada de impunidade.

O que fez o presidente Lula em seu recente e tristemente comentado pronunciamento em Vitória, Espírito Santo? Lançou uma difusa e generalizada acusação de corrupção e uma explícita confissão de não haver determinado a sua apuração. Isso foi, sob todos os aspectos e de acordo com os ensinamentos da economia institucional, extremamente prejudicial ao bom funcionamento da economia.

Será possível minimizar os estragos feitos? Penso que sim. É ir até o fim. É preciso esclarecer todas as insinuações que foram levantadas. O presidente Lula tem o dever, para o bem do Brasil, para a melhoria das instituições brasileiras, de explicitar e provar sua denúncia ou retirar sua acusação. E ser responsabilizado pelo que fez.

O Brasil não merece mais ser enganado por suspeições generalizadas e por acusações difusas. Não é assim que se constrói uma nação. Não é assim que desenvolveremos instituições que favorecem o crescimento. Essa conduta irresponsável de acusar ou insinuar corrupção sem provas e ficar tudo por isso mesmo gera na população uma sensação de que todos são corruptos mancomunados no assalto aos cofres públicos. Isso não pode continuar. Esconder, procurar abafar ou minimizar as declarações presidenciais é a forma mais segura de maximizar os danos impostos às instituições brasileiras.

O Brasil precisa da verdade!

O SR. COSTA FERREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Tem V.Exa. a palavra.

---

*André Franco Montoro Filho, 61, economista, é professor titular da Faculdade de Economia e Administração da USP. Foi secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (gestões Mário Covas e Geraldo Alckmin) e presidente do BNDES (1985 – 87).

O SR. COSTA FERREIRA (PSC – MA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo hoje esta tribuna para falar – lhes de um assunto que consiste em um verdadeiro câncer da administração pública brasileira: a corrupção. E esse câncer tem produzido metástases de diversas conformações e em vários órgãos do corpo da máquina estatal, em todas as esferas de Governo.

No entanto, nobres colegas, embora seja uma doença grave, ela tem cura, e parte do remédio necessário para debelá – la nós podemos produzir aqui mesmo, no Congresso Nacional.

E temos feito isso com a apuração de denúncias, a investigação de atos duvidosos ou fraudulentos e o esquadrinhamento, pelas Comissões Parlamentares de Inquérito, da ação de membros e servidores corruptos dos 3 Poderes da União.

Também temos que elogiar a ação do Poder Executivo, que vem desbaratando verdadeiras quadrilhas de malfazejos públicos, assim como o Poder Judiciário, que tem buscado extirpar de sua estrutura as partes podres que lhe contaminam o corpo e o espírito de guardião das leis.

Não nos esqueçamos, igualmente, do Ministério Público, com sua incansável busca da verdade recôndita sob as freqüentes denúncias que acolhe, bem como da Polícia Federal, com suas operações inteligentes e de precisão cirúrgica, que desmontam esquemas mirabolantes de desvio ou mau uso de recursos públicos e de prevaricação.

Não obstante, senhoras e senhores, todos esses esforços que estão sendo envidados para combater a corrupção em nosso País, é fato certo que ela ainda é demasiadamente presente em nosso dia – a – dia. Para que tenhamos uma idéia, basta recorrermos às pesquisas empreendidas pela Organização das Nações Unidas para constatarmos que o Brasil ocupa uma posição nada honrosa entre as nações pesquisadas.

De acordo com o último relatório divulgado pela ONG Transparência Internacional, entidade mundialmente respeitada no combate à corrupção, na lista de 2004, de 146 países pesquisados, o Brasil aparece em 59º lugar, sendo o primeiro lugar ocupado pelo país menos corrupto e o último por aquele de situação mais crítica.

Ainda segundo os estudos dessa ONG, o nível de corrupção no Brasil não melhorou no último ano, de acordo com o índice de percepção de corrupção. Na opinião dos analistas, esse é um problema dos sistemas democráticos, que contam com muitos atores. Em primeiro lugar vêm os governos, mas também existem outros atores, como o setor privado, a mídia e a sociedade civil, que ainda não assumiram suas responsabilidades nos países que passaram por processos de democratização recentes e instáveis, interrompidos por crises políticas e econômicas.

Embora o resultado dessas pesquisas não seja exatamente alvissareiro, temos, porém, que manter nossa luta constante em busca de princípios morais e éticos na administração pública, dignos de uma nação da estatura do Brasil.

Precisamos conscientizar – nos mais e mais de que a corrupção solapa o crescimento e o desenvolvimento nacional, provocando a redução dos investimentos por falta de confiança na ordem estabelecida, favorecendo uma má distribuição dos gastos públicos e da renda e causando maior impacto sobre a população pobre, que finda por receber menos serviços sociais, seja em termos de quantidade, seja em qualidade.

Nesse sentido, a corrupção é mais nefasta que a inflação, pois, além de corroer os valores econômicos disponíveis para distribuição de serviços à população, ainda apregoa uma cultura de desonestidade que invade todas as esferas do convívio humano. O indivíduo passa então a buscar o que é mais vantajoso para ele próprio, mas sempre em detrimento dos demais, numa torrente sem fim de atitudes corruptas e corruptoras que impregnam até mesmo as relações mais íntimas e pessoais. A corrupção torna – se um vício.

É a esse ponto, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, que não nos podemos permitir chegar. É urgente que estabeleçamos novos padrões de moralidade nas relações existentes entre os Poderes da União, entre o público e o privado, entre patrões e empregados, entre ricos e pobres, entre os homens e a natureza.

A corrupção tem seu preço, e seu diagnóstico é sempre maligno. Lutemos, então, incansavelmente, numa terapia intensiva que seja capaz de curá – la.

Agradeço a todos a atenção.

O SR. LINCOLN PORTELA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PL – MG. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estudo realizado nos Estados Unidos pela Universidade de Rutgers revela que os fumantes desprezam os riscos a que estão expostos por causa do cigarro.

Foram avaliadas mais de 6 mil pessoas, e a conclusão é que os fumantes estão menos cientes dos males causados pelo uso do cigarro, principalmente doenças como o câncer, do que os não – fumantes.

Revela também o estudo que muitos fumantes acreditam na teoria de que a prática de exercícios físicos reverte os efeitos do cigarro. Outros acreditam

que a incidência maior de câncer no pulmão depende mais da composição genética do que qualquer outra coisa.

Isso prova que os fumantes realmente minimizam os riscos de contrair as doenças causadas pelo fumo e tentam convencer a si mesmos de que os não-fumantes também estão sujeitos aos mesmos males, e na mesma proporção, o que acaba contrariando completamente os argumentos da indústria do tabaco, de que as pessoas fumam por meio de uma escolha informada.

Outra preocupação é o problema enfrentado pelos fumantes passivos. Por exemplo, as crianças expostas à fumaça do cigarro correm risco 3,63% maior de desenvolver o câncer de pulmão na vida adulta do que as viventes em ambientes sem fumaça.

Mesmo aquelas que inalam fumaça poucas vezes por semana também têm probabilidade 1,45 vez maior de desenvolver o câncer de pulmão.

Enfim, as conclusões são as mais desanimadoras possíveis. O que nos alenta é que entrou em vigor, dia 27 de fevereiro deste ano, o primeiro tratado internacional destinado a reduzir o tabagismo. Com isso espera – se que seja diminuído o uso do cigarro e combatido esse mal responsável por cerca de 5 milhões de mortes por ano em todo o planeta.

Parabéns a todas as nações que assinaram o tratado, resultante de 3 anos de árduas lutas contra as mais duras e fortes pressões dos fabricantes de cigarros.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSUÉ BENGTSON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, em artigo intitulado *A epidemia sem nome e sem antídoto*, o Dr. Reinier Johannes Antonius Rozestraten, professor aposentado da USP, titular da cadeira de Psicologia do Trânsito, refere – se a uma epidemia terrível no mundo, capaz de atacar pessoas de todas as faixas etárias, de todas as raças, homens e mulheres, com sintomas variados. Acrescenta o professor que, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde, essa epidemia ceifa 1 milhão e 200 mil vidas por ano e deixa 50 milhões de feridos. Só no Brasil essa epidemia faz cerca de 40 mil vítimas fatais por ano, das quais 10% são crianças em idade escolar.

Poucos governos, no entanto, levam a sério o combate exigido diante da amplitude e gravidade do problema. Muitos adotam apenas medidas paliativas. O Brasil toma algumas providências, mas não chega a empreender um combate efetivo. Sequer são proporcionados os meios preventivos para a população poder defender – se melhor da mencionada epidemia.

Conforme esclarece o Prof. Dr. Reinier, essa epidemia poderia chamar – se "transitopatia", "transitose", "transitite" ou doença de locomoção. Ela engloba todos os tipos de vítimas do trânsito urbano e rural, abrangendo dos veículos motorizados nas ruas e estradas, ônibus e de trens aos barcos, navios e aviões – ou seja, as vítimas de acidentes de trânsito terrestre, aquático e aéreo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por que as autoridades de trânsito parecem indiferentes, diante do número alarmante de acidentes, ferimentos graves e mortes no trânsito?

Evidentemente, há meios preventivos para diminuir a quantidade de acidentes de trânsito. Não será demais renovar a ênfase aos itens que constituem o famoso tripé da segurança no trânsito: engenharia, fiscalização e educação.

Embora o País disponha de excelentes engenheiros, a construção de boas estradas depende de verba em volume suficiente. Às vezes, por razões políticas, conta – se apenas com metade da verba necessária, o que permite fazer apenas uma estrada com metade da segurança. Em pouco tempo essa estrada estará cheia de buracos e intransitável, elevando – se o risco de acidentes. No Brasil, também não é comum a utilização das hidrovias, e falta uma rede ferroviária para escoamento das cargas mais pesadas, de modo a evitar o estrago causado às rodovias pelos caminhões sobrecarregados.

Outro problema consiste na falta de fiscalização. Lombadas eletrônicas não podem substituir policiais bem treinados, que possuem conhecimento acerca das normas de segurança e das infrações. Mesmo havendo leis formalmente boas no Brasil, elas não funcionam sem fiscalização.

Sobre educação para o trânsito, importa lembrar que o Código de Trânsito inclui um capítulo sobre a matéria, prevendo, entre outras medidas, o funcionamento de Escolas Públicas de Trânsito, a inclusão da disciplina entre as atividades curriculares na pré – escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus e a promoção de campanhas de âmbito nacional sob a responsabilidade dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito. No entanto, os progressos nessa área são pouco expressivos ou mesmo inexistentes.

Inclusive existem recursos que, conforme o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, deveriam ser aplicados na prevenção de acidentes de trânsito, cobrindo então, nos diversos níveis de ensino, também as des-

pesas com educação para o trânsito, mas infelizmente não é isso que se observa na prática. Os cidadãos brasileiros pagam os impostos e o seguro obrigatório sem receberem a esperada contrapartida em termos de melhores estradas, mais educação e mais segurança no trânsito.

Com efeito, a educação para o trânsito desde cedo seria o grande antídoto contra a "transitopatia", pois formaria uma atitude mais favorável para um trânsito mais seguro e humano.

Cumpre, por fim, reforçar o apelo à responsabilidade do Poder Público, especialmente das autoridades de trânsito, bem como de cada cidadão, para determinar as mudanças necessárias, a melhoria das estradas e dos veículos, intensificar a fiscalização e também colocar em prática as medidas e princípios fundamentais de educação, visando reduzir o grande número de acidentes, lesões incapacitantes, de ordem física ou psicológica, e perdas de vidas humanas no trânsito.

Na minha cidade, Ulianópolis, no Pará, a cada semana morre uma criança atropelada. Assinamos com o Ministério dos Transportes um convênio para combater o problema e já alocamos recursos no Orçamento para esse fim. Brigamos por isso na Comissão Mista de Orçamento. E quero aqui fazer um apelo: que o Ministro olhe para a minha cidade e providencie a construção de uma segunda via, porque a rua principal de Ulianópolis é a Belém – Brasília, que é um perigo constante.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras Deputadas e Srs. Deputados, há muito se discute e muito ainda tem que se discutir a respeito da educação no Brasil. Como na Carta Constitucional de 1988 a educação infantil não foi inclusa como obrigatória, os Municípios, sob a justa alegação de escassez de recursos, deixam de assistir cerca de 14 milhões de crianças de 0 a 6 anos.

Considerando que a mensalidade escolar na pré – escola do ensino privado é extremamente elevada, apenas aquelas famílias de melhor condições financeiras têm condições de manter seus filhos nesses estabelecimentos, o que de plano gera uma desigualdade entre nossas crianças, porque, enquanto aqueles que podem freqüentar a pré – escola da rede privada vão para o ensino fundamental já alfabetizados, os que não têm condições de pagar uma escola particular já iniciam os estudos em condições desiguais, pois vão sem o menor conhecimento.

É bem verdade que o Governo vem empreendendo esforços no sentido de corrigir tais diferenças, com medidas como a criação do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que visa incluir na obrigatoriedade a educação infantil, os ensinos fundamental e de 2º grau.

Acrescente – se às necessidades de modificação no estudo básico a prioridade de se reformar profundamente a educação nacional, dando – se primazia ao ensino de 2º grau e profissionalizante, possibilitando assim melhor acesso ao mercado de trabalho e a oportunidade de manter – se nos estudos.

Torna – se necessário, também, a melhoria da qualidade da educação, sob pena de ver prevalecer a teoria da escola que "parece ser, mas não é". Ou então, nas palavras do saudoso antropólogo e educador Darcy Ribeiro: *"Uma escola que se pauta pelo pacto da mediocridade: o professor finge que ensina e o aluno finge que aprende"*.

Por tudo isso Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço aqui esse registro, exatamente, no momento em que se espera as modificações no âmbito de governo, para que a educação seja colocada em primeiro plano e levada a efeito pelo Ministério da Educação, em especial, o ensino fundamental voltado para as crianças pobres de 0 a 6 anos de idade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins) – Dando continuidade ao Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcelo Castro, que disporá de 25 minutos na tribuna.

O SR. MARCELO CASTRO (PMDB – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para tratar de assunto da mais alta relevância para o querido Estado do Piauí, o qual tenho a honra de representar nesta Casa, e também de grande importância para o Brasil: a criação do Estado do Gurguéia.

Trata-se de projeto que tramita nesta Casa há mais de 1 década e visa a conceder autonomia político-administrativa à região sul do Estado do Piauí. Abordarei também a redivisão territorial do Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho certeza de que o Brasil está perdendo precioso tempo em não redividir seu território. Basta pegarmos nosso mapa e observamos a divisão. Não é um ato de lógica, não é um ato racional, não é um ato de inteligência e não é um ato funcional. Há grandes disparidades.

Por exemplo, o Estado do Amazonas tem mais de 1 milhão e 500 mil quilômetros quadrados, enquanto o Estado de Sergipe tem apenas 21 mil quilômetros quadrados. Ou seja, o Amazonas comportaria 70 Sergipes. Isso demonstra a dificuldade dos Estados. A Bahia tem mais de 500 mil quilômetros quadrados, enquanto Sergipe, seu vizinho, tem apenas, como já disse, 21 mil quilômetros quadrados.

É bom lembrar que Minas Gerais, Estado de dimensões gigantescas, vizinho do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, 2 Estados de pequenas áreas, não tem saída para o mar. Se fossem 2 países independentes, como a Bolívia e o Chile, certamente já teriam guerreado no passado.

Todos esses argumentos que citei demonstram que nosso mapa precisa ser redividido. Podemos fazer analogia com os Estados Unidos, cuja área territorial é semelhante a nossa. Possui 50 Estados, enquanto nós temos 26 Estados e mais o Distrito Federal. Os Estados Unidos têm quase o dobro do número de Estados do Brasil.

Se excluirmos os pequenos Estados do leste daquele país, que datam ainda do período de sua colonização, veremos que o restante acompanha um padrão de divisão, uma lógica que segue os paralelos e os meridianos, de forma tal que cada Estado americano possui área territorial semelhante aos demais e configuração geográfica que se assemelha a um quadrado ou retângulo, o que seria, pela lógica, o ideal da constituição de um Estado.

No Brasil, ocorre exatamente o contrário: não há padrão lógico de divisão territorial. Se observarmos o mapa brasileiro, veremos que a Região Sul – os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – está razoavelmente bem dividida. Podemos acrescentar ainda os Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás. Então, nesta parte, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não precisamos mexer, está mais ou menos bem dividida.

Subindo um pouco mais, chegaremos ao Sudeste e encontraremos grandes disparidades, veja-se o Estado de Minas Gerais e o do Rio de Janeiro.

Dos 9 Estados que compõem a Região Nordeste, 3 são grandes, gigantescos – Bahia, Maranhão e Piauí –, enquanto alguns são pequenos e outros, pequeniníssimos.

Agora, se começássemos do zero, teríamos de, além de fazer a divisão de determinados territórios, realizar também a incorporação, tornando os Estados maiores do que são hoje, o que na prática é inviável. Então, vamos tratar do que é razoável, plausível, possível: a redivisão territorial brasileira.

Onde o Brasil está, a olho nu, mal dividido? Exatamente na Região Norte, cujos Estados fazem fronteira com Mato Grosso, Maranhão e Piauí. Assim, de maneira geral, podemos excluir quase todo o território nacional – a Bahia e Minas Gerais dificilmente poderão ser divididos. Temos então o restante do território nacional para dividir: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Mato Grosso.

Projetos tramitam nesta Casa com esse objetivo. Pimenta da Veiga, quando Deputado Federal, apresentou um projeto que dividia o Amazonas em 5 Estados, o Pará em 4 e Mato Grosso em 2. A proposição foi reapresentada pelo Deputado José Roberto Arruda, do Distrito Federal.

É isso que precisamos fazer com certa premência para propiciar o desenvolvimento dessas regiões mais deprimidas, menos desenvolvidas do Brasil. Alguns Estados têm dimensões continentais, como Amazonas, Pará, Mato Grosso e Maranhão. No caso do Piauí, seria mais por sua configuração geográfica, por ser muito comprido – vai do litoral até o Planalto Central – e possuir mais de 1.300 quilômetros de extensão. Essa seria boa área para matutarmos, pensarmos a respeito de uma divisão, agindo com firmeza em favor do País, das regiões menos desenvolvidas, a fim de promover seu progresso.

Se criássemos os Estados do Maranhão do Sul; do Gurguéia, no Piauí; mais 3 ou 4 Estados no Pará (Xingu, Carajás, Tapajós); 4 ou 5 Estados no Amazonas (Madeira, Solimões, Juruá); 1 em Mato Grosso (Araguaia), perceberíamos, ao voltarmos nossas vistas para o mapa brasileiro, sua melhor distribuição. Ele seria mais racional, mais lógico, mais funcional. A divisão seria mais inteligente do que a de hoje.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, talvez seja esse o fator de desenvolvimento, mais do que isso, o fator que possibilitaria diminuição das desigualdades regionais mais prementes, mais urgentes, aspecto importante para o Brasil.

Não vislumbro nenhuma medida ou ação do Governo Federal que possa trazer mais progresso e diminuir as desigualdades socioeconômicas existentes entre as diversas regiões do Brasil do que a criação desses novos Estados. Qual seria a lógica? A criação de mais 10, 12, 14 Estados no Brasil. O País ficaria com uns 40 Estados, como os Estados Unidos, que têm 50. Considerando a área territorial do Brasil, cerca de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, se tivéssemos 40 Estados, a média seria de aproximadamente 200 mil quilômetros quadrados por Estado, um bom tamanho. Assim, por mais 20, 30 ou 50 anos, não haveria necessidade de novas divisões territoriais no Brasil.

Atualmente, o Estado de Tocantins é um ícone, um exemplo, de forma que todos o miram quando o assunto é criação de novos Estados. Ele ocupa uma área territorial de 45% do antigo Estado de Goiás, e foi criado apenas com 21% de sua população. Na época de sua instituição, ele não contribuía nem com 3% da arrecadação dos tributos do Estado de Goiás. Trata-se de um exemplo palpável, vivo, real do benefício feito àquela região, ao Estado de Goiás e ao Brasil como um todo.

Até hoje, Tocantins cresceu mais que o Brasil, mais de 120%. Com isso já estamos dizendo tudo. A atual região do Estado de Tocantins era pobre, abandonada, quase uma taba; hoje ocupa a 12ª posição no Brasil relativamente ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o que não é pouca coisa.

Temos uma experiência vitoriosa no Piauí: a criação de novos Municípios. Quando Deputado Estadual, junto com muitos colegas da Assembléia Legislativa, levantamos a bandeira da criação de novos Municípios no Piauí. Na época, inúmeros Municípios foram criados no Brasil. Havia pessoas bem-intencionadas e outras com interesses divergentes que levantavam suas vozes contra a criação de novos Municípios brasileiros. Tenho orgulho por ter participado desse projeto, que trouxe benefício inigualável para o Piauí. Muitos empreenderam essa luta por convicção, por determinação.

Deputado Júlio Cesar, quando chego a uma cidade recém-criada, costumo fazer as seguintes perguntas ao Prefeito: "Hoje, há quantos alunos matriculados neste Município?" "Dois mil." "E havia quantos quando este Município era um povoado?" "Duzentos." Então, a relação, normalmente, é de 10 vezes mais. Se desconsiderarmos todas as outras vantagens, só essa já justificaria a criação de novos Municípios.

Na época, ouvia-se que a instituição de novos Municípios criaria mais cargos de Prefeito, Vereador, mais despesas. Hoje, todos aqueles que levantaram suas vozes contra o projeto dão a mão à palmatória, elogiam o trabalho que fizemos e dizem que trouxe um grande benefício para o Piauí.

Isto é o que queremos: redividir o território brasileiro, criar 10, 12, 14 Estados, fazer com que as regiões tenham mais oportunidades, os Estados tenham áreas mais próximas, a configuração geográfica não seja tão disforme como é hoje; fazer com que possamos ter um novo surto de progresso, desenvolvimento, prosperidade e bem-estar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este é um momento rico que estamos vivendo na vida política nacional. No que diz respeito à eleição do Presidente Severino Cavalcanti, não vi ainda nenhum articulista político, editorialista ou jornalista analisar os fatos do ângulo que os vejo. Eles sempre levam a questão para o lado do aumento salarial proposto pelo nobre Deputado. Sentimos que foi o momento de afirmação da independência e da autonomia do Poder Legislativo. E o Deputado Severino Cavalcanti simboliza isso. Seguem S.Exa. os problemas da seca e dos empresários, por exemplo.

Ontem, fiquei verdadeiramente surpreso e sensibilizado quando vi um grupo de integrantes da denominada comunidade GLS – *gays*, lésbicas e simpatizantes – ir à Presidência da Câmara dos Deputados pedir ao Deputado Severino Cavalcanti, líder maior da luta contra a legalização da união de homossexuais no Brasil, que colocasse em votação a proposta de lei que trata dos seus direitos.

No meu entender, há uma mensagem subliminar na vitória do Deputado Severino Cavalcanti, a de que este Poder é autônomo e independente e de que os direitos das cidadãs e dos cidadãos brasileiros são aqui respeitados.

Como é do seu estilo, o Presidente Severino Cavalcanti disse: "Eu vou colocar o projeto em votação, vou para a tribuna, sair da Presidência para trabalhar contra o projeto, mas não vou negar o direito de vocês".

O Deputado Júlio Cesar e eu, juntamente com outros companheiros, estivemos na residência de S.Exa. para pedir-lhe que colocasse em votação a proposta de decreto legislativo que autoriza o Tribunal Regional Eleitoral a realizar o plebiscito para que o povo do Piauí possa, de maneira autônoma e independente, dizer se quer ou não sua redivisão territorial.

O povo brasileiro também tem a mesma confiança que temos no Presidente da Casa, de que a nossa vez chegou. Acredito que teremos a oportunidade de ver o povo do Piauí manifestar livremente se quer ou não a redivisão territorial, para o seu progresso e desenvolvimento.

Ouço, com prazer, o nobre Deputado Júlio Cesar.

O SR. JÚLIO CESAR – Deputado Marcelo Castro, V.Exa. faz em seu pronunciamento verdadeiro relato da divisão territorial do País. Acima de tudo, avalia os espaços vagos existentes na extensa área territorial do País, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste. Quero crer que, assim como V.Exa., muitos Deputados da Casa apóiam essa idéia. V.Exa. nos acompanhou, juntamente com o Coordenador da Frente Parlamentar sobre a redivisão territorial, Deputado Ronaldo Dimas, à casa do Presidente da Câmara. O Presidente Severino Cavalcanti assumiu o compromisso com todos nós de, assim que for possível, colocar em votação projetos que estão parados há muito. O que trata da redivisão territorial do Piauí, por exemplo, é de 1994, foi apro-

vado na então Comissão de Constituição e Justiça e de Redação em 1995 e na de Finanças e Tributação em 2001. De lá para cá, espera na fila eterna para ser colocado em votação. Temos o compromisso de apoiar a redivisão territorial do Pará, a recriação do Estado da Guanabara, a criação do Estado do Maranhão do Sul. Pedimos o apoio para a proposta de redividir nosso Estado, permitindo ao povo piauiense que se manifeste a favor ou contra, como bem disse V.Exa. Deputado Marcelo Castro, não quero alongar o meu aparte, porque vejo que outros querem abrilhantar seu discurso. Parabenizo V.Exa. pela magnífica demonstração de conhecimento que tem, inclusive por citar o exemplo ícone da nacionalidade, o Estado de Tocantins. Espero estar sempre ao seu lado para, nessa luta, juntamente com o Deputado Paes Landim e aqueles que têm o mesmo desejo, reformular o território nacional, a fim de que o País se integre e se desenvolva.

O SR. MARCELO CASTRO – Deputado Júlio Cesar, agradeço a V.Exa. o aparte, que incorporo ao meu pronunciamento, com muita honra.

Ouço, com prazer, o Deputado Átila Lins.

O Sr. Átila Lins – Deputado Marcelo Castro, desejo render minhas homenagens a V.Exa. pelo tema que aborda, sobre o qual há muito nos debruçamos na Casa. Sou integrante da bancada da maior Unidade da Federação, o Amazonas, e mais do que ninguém acho importante a redivisão territorial brasileira. Lá existe a possibilidade de serem criados mais 3 ou 4 Territórios, se for o caso, ou 2 Estados. Menciono a região do Alto Solimões, conflagrada por uma série de problemas conjunturais, faz fronteira com 2 países e tem problemas que envolvem o IBAMA, a Polícia Federal, o narcotráfico, e a região dos Rios Negro, Juruá e Purus. A tese que V.Exa. defende é abraçada por muitos companheiros. Vamos nos enfileirar, com o propósito de ver as propostas que tratam da redivisão tramitando na Casa.

O SR. MARCELO CASTRO – Muito obrigado, Deputado Átila Lins, pelo aparte.

Ouço, com prazer, o Deputado Virgílio Guimarães.

O Sr. Virgílio Guimarães – Deputado Marcelo Castro, desejo unir-me a V.Exa. e saudar o Presidente Severino Cavalcanti, que assumiu o compromisso de colocar em pauta temas importantes. Falo muito à vontade, porque fui candidato à Presidência da Câmara dos Deputados e, quando discutíamos a idéia da independência dos Poderes, defendíamos a tese de serem colocadas em votação matérias oriundas da própria Casa. E a redivisão territorial faz parte desses princípios, segmentos da Casa pretendem promovê-la. Deputado Marcelo Castro, eu me somo a V.Exa. na saudação que faz ao Presidente Severino Cavalcanti, mas não posso, seria desonesto comigo mesmo, apoiá-lo no sua proposta de redivisão territorial, que precisa de discussão muito mais ampla. O desenvolvimento ocorrido nos Estados a partir da redivisão territorial disposta pela Constituinte se deu por projeto nacional e não local. Quando o projeto é nacional, a Federação assume o ônus da divisão, a dívida, os inativos, os programas de implantação do novo Estado. Quando a divisão se dá por direito constitucional, por vontade e definição dos próprios cidadãos, quem paga a conta são eles próprios. Há uma diferença entre direitos e projetos nacionais. Não é adequado se tomarem como exemplos os Estados que foram redivididos por projeto nacional, quando a Nação pagou a conta para promover o desenvolvimento deles. Em Minas Gerais, meu Estado, existem projetos de redivisão territorial propostos pela soberania da própria sociedade. Aplaudo V.Exa. pelo seu pronunciamento, Deputado Marcelo Castro, mas devemos fazer uma discussão nacional, porque as contas são nacionais.

O SR. MARCELO CASTRO – Deputado Virgílio Guimarães, agradeço a V.Exa. o aparte, que enriquece o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sinto essa mudança, essa renovação, essa efervescência, essa quase revolução no Congresso Nacional, o que nos entusiasma. Acredito que vamos votar não só a redivisão territorial, mas também a reforma política, que se impõe como a mais urgente, para o bem do Brasil, assim como a questão do Orçamento da União impositivo. São tarefas nossas, ingentes. Temos de estar de mãos dadas, para o bem de nossas regiões e do País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Durante o discurso do Sr. Marcelo Castro, assumem sucessivamente a presidência os Srs. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário, e José Thomaz Nonô, 1º Vice-Presidente.

O SR. ÁTILA LINS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ÁTILA LINS (PPS-AM. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cresce em todo o País movimento da sociedade civil organizada contra os constantes aumentos de impostos e taxas em todos os níveis, federal, estadual e municipal. O Brasil hoje é o país que tem a maior carga tributária em todo o mundo.

Esse movimento está ganhando força com o repúdio nacional à Medida Provisória nº 232, de 2004. Nós mesmos, Deputados, sentimos a todo momento essa pressão aqui na Câmara. Os computadores dos gabinetes dos Deputados estão entupidos de *e-mails* em que se pede a rejeição da referida medida provisória.

A sociedade brasileira não está aceitando mais a constante elevação da carga tributária, ao mesmo tempo em que exige mais transparência, mais rigor, mais controle com os gastos dos recursos públicos, tanto no Executivo como nos Poderes Legislativo e Judiciário. Reclama um ponto final na cultura de se cobrirem buracos orçamentários com aumentos de

impostos sem que ao menos seja previamente consultada ou chamada a participar de amplo debate. Não aceita a voracidade do Estado por recursos e a permanente facilidade com que ele aumenta os impostos para tapar buracos.

Um passo importante desse movimento popular foi dado ontem em São Paulo. Foi pedida a colocação de um freio na edição de medidas provisórias, com o impedimento imediato do seu uso para a criação ou correção de tributos. Matérias que venham a cuidar de assuntos tributários serão apresentadas somente por meio de projeto de lei, o que permite o debate amplo com a sociedade.

Quero aqui elogiar a decisão do Presidente Severino Cavalcanti, que encampou a idéia e vai colocá-la em discussão na Câmara.

Especificamente em relação à Medida Provisória nº 232, tenho observado que, entre os Deputados, pouco está valendo a estratégia do Governo de ceder em alguns pontos para reduzir a resistência a essa proposição. Tudo está indicando que a essa medida provisória vai ser rejeitada nesta Casa, o que seria uma derrota do Governo.

Sou daqueles que entende ser essa medida provisória inconstitucional, por que foi editada sem que houvesse urgência e relevância, conforme exige a Constituição.

O Presidente Lula e o Ministro Antonio Palocci, num gesto de grandeza, atendendo ao clamor nacional, poderiam retirar do Congresso essa proposição, mantendo apenas a parte que corrige os índices dos descontos da tabela do Imposto de Renda, que foi a razão principal de sua edição. Em seguida reuniria todas as sugestões até agora apresentadas, transformando-as num projeto de lei, que seria apreciado pelo Congresso Nacional.

Para finalizar, Sr. Presidente, digo que toda essa discussão que estamos vendo em torno dessa medida provisória é uma demonstração clara de que o País está precisando, com urgência, de uma reforma tributária ampla, que propicie melhor gestão das despesas do Estado brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PMDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, no programa *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo de Televisão, a que todos assistimos, ouvimos a ilustre colunista econômica Míriam Leitão – pessoa que admiramos muito, com quem temos uma ligação até fraterna, propiciada pelo saudoso Deputado Luis Eduardo, e nesta Casa mantivemos vários encontros, quando discutimos alguns problemas econômicos brasileiros – divulgou uma informação que não corresponde à verdade dos fatos.

A jornalista é uma pessoa séria, correta, decente. Portanto, espero que faça a retificação do que disse hoje de manhã – ou seja, que a Câmara, com a aprovação da PEC paralela, criou um rombo nas contas da Previdência Social de R$21 bilhões e 800 milhões. Ora, Sr. Presidente, o que a Câmara fez foi ratificar o texto que veio do Senado Federal, dirimindo inclusive problemas que seriam causados por alguns itens decorrentes dos entendimentos entre todos os partidos no Senado Federal, e viviam cobrando-nos isso, pois o projeto já estava há 1 ano nas gavetas da Câmara e não era votado!

Sr. Presidente, o dispositivo aludido pela ilustre colunista econômica da Rede Globo diz respeito à inclusão das donas de casa e das domésticas no sistema previdenciário. A Câmara estabeleceu que seriam incluídas as donas de casa de baixa renda e as domésticas, assunto ainda a ser regulado por lei, que fixará os critérios para a inclusão. Além disso, o sistema da Previdência Social é contributivo. Então, ninguém pode aposentar-se sem contribuir. A idade também será respeitada: 65 anos para o homem, 60 para a mulher. E serão exigidos 5 anos no cargo ou função. Logo, há uma série de exigências que ainda serão definidas em lei e nunca poderão ultrapassar os limites da Emenda nº 41, que estabeleceu os critérios.

Sr. Presidente, eu, na condição de membro desta Casa, e V.Exa., como nosso ilustre 1º Vice-Presidente, participamos das reuniões e temos o dever de dizer a verdade sobre os fatos. Temos sobretudo o dever de mostrar o que a Casa fez, e o que se fez aqui foi a votação que estava sendo exigida pela sociedade brasileira, já que a PEC Paralela minimiza alguns danos maiores relativos aos direitos adquiridos de algumas categorias, alguns prejuízos causados pela PEC original, votada inicialmente nesta Casa e posteriormente no Senado Federal. E foi aquela Casa que enviou a PEC Paralela à Câmara, e após um ano de discussão realizou-se a votação da matéria.

Por isso peço a retificação. Tenho grande admiração pela colunista Miriam Leitão e não quero condená-la; é uma pessoa muito correta, decente e eficiente, uma colunista econômica cujos comentários vale a pena ler e ouvir, mas acho que temos o dever de pedir-lhe que retifique a informação, porque ela não procede. A Câmara nada mais fez do que dirimir alguns problemas existentes no texto do Senado Federal, produto do entendimento entre todos os partidos com assento naquela Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Apresentação de proposições.

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:

Autor	Proposição	Ementa
Renato Casagrande	PFC 64/2005	Propõe que a Comissão de Minas e Energia fiscalize juntamente com o Tribunal de Contas da União a atuação da ANEEL e das Centrais Elétricas do Maranhão-CEMAR no programa Luz para Todos no estado do Maranhão.
Alexandre Santos	PDC 1582/2005	Convoca plebiscito no Estado do Rio de Janeiro sobre a subdivisão entre o antigo Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro.
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	PDC 1589/2005	Aprova o ato que autoriza a Associação Maria Mãe de Deus a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	PDC 1591/2005	Aprova o ato que autoriza a Fundação Sócio Cultural Amigos de Manaíra - FUNSCAM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manaíra, Estado da Paraíba.
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	PDC 1592/2005	Aprova o ato que autoriza a União Associativa Comunitária de Pé do Morro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Luiz Rocha, Estado do Maranhão.
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	PDC 1593/2005	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Martinópolis a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martinópolis, Estado de São Paulo.
João Grandão	PEC 380/2005	Acrescenta inciso ao art. 37 da Constituição Federal para permitir a reserva de vagas, em concursos públicos, para afro-descendentes.
Jair Bolsonaro	PL 4983/2005	Dá nova redação ao art. 258 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.
Luiz Carreira	PL 4984/2005	Altera o art. 3º da Lei n.º 10.200, de 14 de fevereiro de 2001, que "acresce e altera dispositivos da Lei n.º 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências
Silas Brasileiro	RIC 2658/2005	Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, sobre a falta de atuação do Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos - CTA.
Luiz Carlos Hauly	RIC 2661/2005	Solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre patrocínios no ano de 2004 no âmbito do BNDES.
Almerinda de Carvalho	PL 4985/2005	Institui o Fundo Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.
Leonardo Picciani	PL 4986/2005	Dispõe sobre o pagamento de adicional de insalubridade aos trabalhadores, Atendentes de Pedágio.
Luiz Couto	REQ 2690/2005	Requer que seja registrado nos anais da Casa, Artigo publicado na Revista PRISMA, Edição Nacional, Nº 42, publicação da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, intitulado "O (des)controle da segurança privada no Brasil: de quem é - ou a quem deveria ser atribuída - a responsabilidade", por José Olavo Farias Bonfim.
Lincoln Portela	REQ 2691/2005	Requer retirada de tramitação do PL 4377/2004
Almir Moura	PL 4987/2005	Prevê a dispensa de conciliação nos Juizados Especiais.
Betinho Rosado	REQ 2692/2005	Requer urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.490, de 2003, que "Dispõe sobre a transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró em Universidade Federal do Vale do Apodi e dá outras providências" e ao qual está apensado o Projeto de Lei nº 4.819, de 2005, do Executivo.

Durval Orlato	RIC 2662/2005	Solicita informações ao Ministro da Previdência Social, Exmo. Sr. Romero Jucá, no sentido de esclarecer esta casa sobre agências do INSS – GEX Campinas.
Rubens Otoni	INC 4833/2005	Sugere a prorrogação do prazo para apresentação do pedido de aposentadoria do trabalhador rural, de acordo com o art. 143, da Lei n.º 8.213 de 1991.
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	REQ 2693/2005	Requer novo despacho ao PL 268/2003
Celso Russomanno	RIC 2663/2005	Solicita o encaminhamento de requerimento de informações ao Sr. Ministro de Estado da Previdência Social acerca das providências tomadas para recuperar as contribuições previdenciárias dos ex-empregados da Transbrasil, indevidamente apropriadas.
Celso Russomanno	PL 4988/2005	Revoga dispositivos da Lei 10.490/2004 que amplia os casos de intimação pessoal pelo juiz.
Celso Russomanno	RIC 2664/2005	Solicita informações ao Ministro da Justiça sobre cumprimento da Lei de Execução Penal.
Celso Russomanno	RIC 2665/2005	Solicita o encaminhamento de requerimento de informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda acerca das providências tomadas para recuperar as contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o desconto referente ao imposto sobre a renda dos ex-empregados da Transbrasil, indevidamente apropriadas.
Celso Russomanno	RIC 2666/2005	Solicita o encaminhamento de requerimento de informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa acerca das providências tomadas em relação à falência da Transbrasil.
Celso Russomanno	PL 4989/2005	Dispõe sobre a equiparação, a consumidor, na forma da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, do usuário de serviço ou produto de instituição autorizada a funcionar ou fiscalizada pelo Banco Central
Sarney Filho	REQ 2694/2005	Requer a convocação de sessão solene da Câmara dos Deputados para o dia 07 de junho de 2005, às 10 horas, em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente e aos 18 anos de Fundação SOS Mata Atlântica.
Luiz Carlos Hauly	PDC 1594/2005	Susta os efeitos dos atos praticados pela Secretaria da Receita Federal.

VI – ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

Alceste Almeida PMDB
Almir Sá PL PL/PSL
Luciano Castro PL PL/PSL
Maria Helena PPS
Pastor Frankembergen PTB
Suely Campos PP
Total de Roraima: 6

AMAPÁ

Badu Picanço PL PL/PSL
Davi Alcolumbre PFL
Dr. Benedito Dias PP
Eduardo Seabra PTB
Janete Capiberibe PSB
Jurandil Juarez PMDB
Total de Amapá: 6

PARÁ

Ann Pontes PMDB
Babá S.Part.
Nilson Pinto PSDB
Paulo Rocha PT
Vic Pires Franco PFL
Wladimir Costa PMDB
Zé Lima PP
Zenaldo Coutinho PSDB
Zequinha Marinho S.Part.
Total de Pará: 9

AMAZONAS

Átila Lins PPS
Carlos Souza PP
Francisco Garcia PP
Humberto Michiles PL PL/PSL
Lupércio Ramos PMDB
Pauderney Avelino PFL
Silas Câmara PTB
Vanessa Grazziotin PCdoB
Total de Amazonas: 8

RONDÔNIA

Anselmo PT
Hamilton Casara PL PL/PSL
Miguel de Souza PL PL/PSL
Natan Donadon PMDB
Total de Rondônia: 4

ACRE

Chicão Brígido PMDB
João Correia PMDB
Nilson Mourão PT
Perpétua Almeida PCdoB
Ronivon Santiago PP
Zico Bronzeado PT
Total de Acre: 6

TOCANTINS

Ana Alencar PSDB
Darci Coelho PP
Eduardo Gomes PSDB
Homero Barreto PTB
Osvaldo Reis PMDB
Pastor Amarildo PMDB
Ronaldo Dimas PSDB
Total de Tocantins: 7

MARANHÃO

Antonio Joaquim PTB
César Bandeira PFL
Costa Ferreira PSC
Dr. Ribamar Alves PSB
Gastão Vieira PMDB
João Castelo PSDB
Nice Lobão PFL
Paulo Marinho PL PL/PSL
Pedro Fernandes PTB
Remi Trinta PL PL/PSL
Sarney Filho PV
Sebastião Madeira PSDB
Terezinha Fernandes PT
Wagner Lago PP
Total de Maranhão: 14

CEARÁ

Almeida de Jesus PL PL/PSL
André Figueiredo PDT
Aníbal Gomes PMDB
Antonio Cambraia PSDB
Ariosto Holanda PSDB
Arnon Bezerra PTB
Bismarck Maia PSDB
Gonzaga Mota PSDB
Inácio Arruda PCdoB
José Linhares PP
José Pimentel PT
Léo Alcântara PSDB
Manoel Salviano PSDB
Marcelo Teixeira PMDB
Mauro Benevides PMDB
Moroni Torgan PFL
Pastor Pedro Ribeiro PMDB
Vicente Arruda PSDB
Zé Gerardo PMDB
Total de Ceará: 19

PIAUÍ

Átila Lira PSDB
B. Sá PPS
Ciro Nogueira PP
Júlio Cesar PFL
Marcelo Castro PMDB
Mussa Demes PFL
Nazareno Fonteles PT
Paes Landim PTB
Simplício Mário PT
Total de Piau: 9

RIO GRANDE DO NORTE

Fátima Bezerra PT
Iberê Ferreira PTB
Ney Lopes PFL
Sandra Rosado PMDB
Total de Rio Grande do Norte: 4

PARAÍBA

Benjamin Maranhão PMDB
Carlos Dunga PTB
Domiciano Cabral PSDB
Enivaldo Ribeiro PP
Inaldo Leitão PL PL/PSL
Lúcia Braga PMDB
Philemon Rodrigues PTB
Ricardo Rique PL PL/PSL
Total de paraíba: 8

PERNAMBUCO

André de Paula PFL
Armando Monteiro PTB
Carlos Eduardo Cadoca PMDB
Fernando Ferro PT
Gonzaga Patriota PSB
Inocêncio Oliveira PMDB
Jorge Gomes PSB
José Chaves PTB
José Mendonça Bezerra PFL
José Múcio Monteiro PTB
Luiz Piauhylino PDT
Maurício Rands PT
Pastor Francisco Olímpio PSB
Pedro Corrêa PP
Raul Jungmann PPS
Roberto Magalhães PFL
Severino Cavalcanti PP
Total de Pernambuco: 17

ALAGOAS

Benedito de Lira PP
Givaldo Carimbão PSB
Helenildo Ribeiro PSDB
João Caldas PL PL/PSL
João Lyra PTB
José Thomaz Nonô PFL
Jurandir Boia PDT
Olavo Calheiros PMDB
Rogério Teófilo PPS
Total de Alagoas: 9

SERGIPE

Bosco Costa PSDB
Cleonâncio Fonseca PP
Ivan Paixão PPS
João Fontes PDT
José Carlos Machado PFL
Total de Sergipe: 5

BAHIA

Alice Portugal PCdoB
Claudio Cajado PFL
Colbert Martins PPS
Coriolano Sales PFL
Daniel Almeida PCdoB
João Carlos Bacelar PFL
João Leão PL PL/PSL
José Carlos Aleluia PFL
José Carlos Araújo PFL
Jutahy Junior PSDB
Luiz Alberto PT
Luiz Bassuma PT
Marcelo Guimarães Filho PFL
Mário Negromonte PP
Milton Barbosa PFL
Nelson Pellegrino PT
Pedro Irujo PL PL/PSL
Reginaldo Germano PP
Robério Nunes PFL
Severiano Alves PDT
Walter Pinheiro PT
Zelinda Novaes PFL
Total de Bahia: 22

MINAS GERAIS

Ademir Camilo PL PL/PSL
Aracely de Paula PL PL/PSL
Carlos Mota PL PL/PSL
Carlos Willian PMDB
César Medeiros PT
Custódio Mattos PSDB
Dr. Francisco Gonçalves PTB
Edmar Moreira PL PL/PSL
Eduardo Barbosa PSDB
Eliseu Resende PFL
Geraldo Thadeu PPS
Gilmar Machado PT
Isaías Silvestre PSB
Ivo José PT
Jaime Martins PL PL/PSL
João Paulo Gomes da Silva PL PL/PSL
José Militão PTB
Júlio Delgado PPS
Lael Varella PFL
Leonardo Monteiro PT
Lincoln Portela PL PL/PSL
Marcello Siqueira PMDB
Maria do Carmo Lara PT
Mário Assad Júnior PL PL/PSL
Mauro Lopes PMDB
Narcio Rodrigues PSDB
Osmânio Pereira PTB
Paulo Delgado PT
Rafael Guerra PSDB
Roberto Brant PFL
Romel Anizio PP
Romeu Queiroz PTB
Saraiva Felipe PMDB
Sérgio Miranda PCdoB
Silas Brasileiro PMDB
Virgílio Guimarães PT
Vittorio Medioli PSDB
Total de Minas Gerais: 37

ESPÍRITO SANTO

Feu Rosa PP
Iriny Lopes PT
Jair de Oliveira PMDB
Manato PDT
Marcelino Fraga PMDB
Marcus Vicente PTB
Neucimar Fraga PL PL/PSL
Nilton Baiano PP
Renato Casagrande PSB
Rose de Freitas PMDB
Total de Espírito Santo: 10

RIO DE JANEIRO

Aldir Cabral PFL
Alexandre Cardoso PSB
Alexandre Santos PMDB
Almerinda de Carvalho PMDB
Almir Moura S.Part.
Antonio Carlos Biscaia PT
Carlos Nader PL PL/PSL
Carlos Santana PT
Chico Alencar PT
Deley PMDB
Dr. Heleno PMDB
Edson Ezequiel PMDB
Eduardo Cunha PMDB
Eduardo Paes PSDB
Elaine Costa PTB
Fernando Gabeira PV
Fernando Lopes PMDB
Francisco Dornelles PP
Itamar Serpa PSDB
Jair Bolsonaro PFL
Jandira Feghali PCdoB
Jorge Bittar PT
José Divino PMDB
Juíza Denise Frossard PPS
Laura Carneiro PFL
Leonardo Picciani PMDB
Luiz Sérgio PT
Miro Teixeira PT
Moreira Franco PMDB
Nelson Bornier PMDB
Paulo Baltazar PSB
Paulo Feijó PSDB
Renato Cozzolino S.Part.
Roberto Jefferson PTB
Rodrigo Maia PFL
Sandro Matos PTB
Simão Sessim PP
Vieira Reis PMDB
Total de Rio de Janeiro: 38

SÃO PAULO

Alberto Goldman PSDB
Amauri Gasques PL PL/PSL
Angela Guadagnin PT
Antonio Carlos Pannunzio PSDB
Arnaldo Faria de Sá PTB
Ary Kara PTB
Cláudio Magrão PPS
Corauci Sobrinho PFL
Devanir Ribeiro PT
Dimas Ramalho PPS
Edinho Montemor PL PL/PSL
Edna Macedo PTB
Elimar Máximo Damasceno PRONA
Enéas PRONA
Ildeu Araujo PP
Ivan Valente PT
Jefferson Campos PMDB
João Batista PFL
João Paulo Cunha PT
José Mentor PT
Jovino Cândido PV
Julio Semeghini PSDB
Lobbe Neto PSDB
Luciano Zica PT
Luiz Antonio Fleury PTB
Luiz Carlos Santos PFL
Luiz Eduardo Greenhalgh PT
Luiza Erundina PSB
Marcelo Barbieri PMDB
Mariângela Duarte PT
Milton Monti PL PL/PSL
Nelson Marquezelli PTB
Neuton Lima PTB
Professor Irapuan Teixeira PP
Ricardo Izar PTB
Roberto Gouveia PT
Robson Tuma PFL
Rubinelli PT
Salvador Zimbaldi PTB
Silvio Torres PSDB
Telma de Souza PT
Vadão Gomes PP
Valdemar Costa Neto PL PL/PSL
Vanderlei Assis PP
Vicentinho PT
Walter Barelli PSDB
Wanderval Santos PL PL/PSL
Zarattini PT
Zulaiê Cobra PSDB
Total de São Paulo: 49

MATO GROSSO

Celcita Pinheiro PFL
Ricarte de Freitas PTB
Teté Bezerra PMDB
Thelma de Oliveira PSDB
Welinton Fagundes PL PL/PSL
Total de Mato Grosso: 5

DISTRITO FEDERAL

Alberto Fraga PTB
Jorge Pinheiro PL PL/PSL
José Roberto Arruda PFL
Osório Adriano PFL
Sigmaringa Seixas PT
Tatico PL PL/PSL
Wasny de Roure PT
Total de Distrito Federal: 7

GOIÁS

Capitão Wayne PSDB
Carlos Alberto Leréia PSDB
João Campos PSDB
Jovair Arantes PTB
Leandro Vilela PMDB
Luiz Bittencourt PMDB
Neyde Aparecida PT
Pedro Canedo PP
Pedro Chaves PMDB
Ronaldo Caiado PFL
Rubens Otoni PT
Sandes Júnior PP
Sandro Mabel PL PL/PSL
Sergio Caiado PP
Vilmar Rocha PFL
Total de Goiás: 15

MATO GROSSO DO SUL

Antonio Cruz PTB
Geraldo Resende PPS
João Grandão PT
Murilo Zauith PFL
Nelson Trad PMDB
Vander Loubet PT
Waldemir Moka PMDB
Total de Mato Grosso do Sul: 7

PARANÁ

Affonso Camargo PSDB
Airton Roveda PTB
Alex Canziani PTB
André Zacharow PSB
Chico da Princesa PL PL/PSL
Dilceu Sperafico PP
Dr. Rosinha PT
Eduardo Sciarra PFL
Giacobo PL PL/PSL
Gustavo Fruet PSDB
Hermes Parcianello PMDB
Iris Simões PTB
Luiz Carlos Hauly PSDB
Moacir Micheletto PMDB
Nelson Meurer PP
Osmar Serraglio PMDB
Paulo Bernardo PT
Ricardo Barros PP
Total de Paraná: 18

SANTA CATARINA

Adelor Vieira PMDB
Carlito Merss PT
Fernando Coruja PPS
Gervásio Silva PFL
Ivan Ranzolin PP
João Pizzolatti PP
Leodegar Tiscoski PP
Paulo Afonso PMDB
Paulo Bauer PFL
Zonta PP
Total de Santa Catarina: 10

RIO GRANDE DO SUL

Alceu Collares PDT
Augusto Nardes PP
Beto Albuquerque PSB
Enio Bacci PDT
Francisco Turra PP
Henrique Fontana PT
Marco Maia PT
Mendes Ribeiro Filho PMDB
Milton Cardias PTB
Osvaldo Biolchi PMDB
Pastor Reinaldo PTB
Paulo Gouvêa PL PL/PSL
Pompeo de Mattos PDT
Wilson Cignachi PMDB
Total de Rio Grande do Sul: 14

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – A lista de presença registra o comparecimento de 363 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Passa-se à apreciação da matéria que está sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

REQUERIMENTO Nº 895, DE 2003

Sr. Presidente, requeremos, nos termos do art. 155 do RICD, Urgência para tramitação do PL n° 2057, de 1991, de autoria do Deputado Aloisio Mercadante, que dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas.

Sala das Sessões, em 18, junho de 2003. – J**anete Capiberibe,** Vice-Líder do PSB; **Antônio Carlos Magalhães Neto**, Vice-Líder do PFL; **Eduardo Gomes,** Vice-Líder do PSDB; **Jorge Alberto,** Vice-Líder do PMDB; **José Linhares,** Vice-Líder do PP; **Dr. Hélio,** Vice-Líder do PDT; **Inácio Arruda**, Líder do PC do **B; Fernando Gonçalves,** Vice-Líder do PTB; **Roberto Freire**, Líder do PPS

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Sobre a mesa requerimento em que solicita a retirada de pauta do Requerimento de Urgência nº 895/03 para o PL nº 2.057/91, Estatuto das Sociedades Indígenas.

Assina o requerimento a nobre Deputada Janete Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Para encaminhar, concedo a palavra à nobre Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, já insistimos, nas 2 sessões passadas, pela retirada do Estatuto. Quero, brevemente, dizer que retornaremos a ele, mas ainda não é o momento certo de ser apreciado pelo Colegiado completo desta Casa. Esperamos o apoio de todos os colegas para, futuramente, aprovarmos um bom Estatuto do Índio.

Obrigada, Sr. Presidente.

. **O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Em votação o requerimento. **O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. RODRIGO MAIA – Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – O pedido de verificação é regimental.

O SR. RODRIGO MAIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL está em obstrução.

O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dialogar com o Líder do PFL. Por isso, pedi a V.Exa. a palavra.

Sr. Presidente, é evidente que há uma série de divergências em relação à pauta apresentada, mas há pontos dela em que há total convergência. Cito, por exemplo, a necessidade da apreciação de matéria como a do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Portanto, é possível, tanto para a Liderança do Governo, quanto para a Liderança da Oposição – aqui representada pelos Deputados Rodrigo Maia e Rafael Guerra, do PSDB –, negociar a retirada dos itens da pauta que temos divergências, já que é notória e evidente a falta de *quorum* para um processo de apreciação.

Então, peço a V.Exa. que, se puder, faça a intermediação por pelo menos 5 minutos. E, se houver entendimento quanto a este projeto, poderíamos aprová-lo.

Tenho conversado com alguns Parlamentares da Oposição e não há nenhum tipo de restrição à aprovação de matérias, principalmente, como essa a que me referi, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Nobre Deputado Walter Pinheiro, acho que o espírito da intervenção de V.Exa. é altamente salutar. Ocorre que a Presidência tem um problema, digamos assim, operacional. O nobre Líder Rodrigo Maia, no exercício de suas funções, pediu verificação de votação e declarou-se, de imediato, em obstrução.

A única coisa que a Mesa Diretora pode fazer é aguardar uma tratativa, talvez, pessoal de S.Exa., por livre questão. Mas, por hora, estamos em processo de votação. Não há o que fazer. Só se houver desistência.

O SR. BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. conduz adequadamente o pedido de verificação. Particularmente, gostaríamos, primeiro, de compreender as razões, se fosse possível, do pedido de verificação ou de obstrução da Liderança do PFL. Preparávamo-nos para fazer uma proposta – quem sabe? – de construção de um acordo que permitisse votar número até significativo de requerimentos e de matérias na Ordem do Dia. Obviamente, excluídas dessa pauta os projetos de lei complementar, que exigem *quorum* qualificado.

A minha intenção era de propor ao nobre Líder do PFL, se ainda fosse possível, que pudéssemos pactuar uma mínima votação hoje, que poderia até relatar: os requerimentos dos itens II, III, V, VI, VII e VIII e a mensagem do item XVIII poderiam ser votados.

Dos itens da pauta, consideramos prioridade o item 1, o combate à pirataria. Trata-se de matéria importante. Poderíamos votar o item 2, excluindo os projetos de lei complementar por conta de *quorum*. Votaríamos também o item 9, que é importante. É a matéria que trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, há pouco reafirmado pelo Deputado Walter Pinheiro. E mesmo os decretos legislativos.

A idéia era propor um acordo mínimo de procedimentos para, quem sabe, vencermos a pauta. Todos nós sabemos que, mantida a decisão do PFL de verificação da pauta, vai cair a sessão e não avançaremos em nada na Ordem do Dia de hoje.

Então, apelo ao nobre Líder Rodrigo Maia no sentido de tentar construir um mínimo acordo de votação para que possamos, na tarde de hoje, votar algumas matérias e ganhar tempo. Estamos abertos para esse entendimento sobre as matérias em pauta que poderiam ser deliberadas.

O SR. FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Enquanto V.Exas. discutem o assunto com o Líder Rodrigo Maia, concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na quinta-feira passada, fizemos um acordo, que foi avalizado pelo Líder do Governo, Deputado Professor Luizinho, e pelo Presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. Tenho até as notas taquigráficas sobre o fato.

Esse acordo incluía a votação dos requerimentos de urgência para as universidades, inclusive a Universidade do ABC, votada ontem, e a entrada na pauta do nosso requerimento de urgência para o plebiscito sobre armas. E estranhamente o nosso requerimento nem em pauta está.

Evidentemente, vamos acompanhar o Deputado Rodrigo Maia. De qualquer forma, não vamos participar do acordo proposto, porque infelizmente, Sr. Presidente, virou hábito nesta Casa fazer acordo e não cumprir. Houve o caso da PEC Paralela no Senado, problemas de várias ordens. Já estou duvidando que se vote aqui no futuro qualquer outro projeto referente a universidades.

Sr. Presidente, na semana passada fizemos um acordo junto à Mesa. O Líder do Governo se comprometeu a colocar – acertado com o Presidente Severino Cavalcanti – a matéria em pauta. Acatamos, e ontem não questionamos a questão das universidades.

Portanto, qualquer acordo que porventura venha a ser feito entre outros grupos não contará com a nossa aquiescência.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – A Presidência informa ao Deputado Fernando Coruja que o requerimento em tela foi retirado de pauta pelo Presidente Severino Cavalcanti exatamente para, digamos assim, propiciar melhor entendimento sobre a própria proposição, uma vez que vários Parlamentares manifestaram à Presidência divergências quanto à matéria. Foi exatamente para preservar o requerimento que, de ofício, no uso de seus poderes regimentais, o Presidente o retirou. Mas entendo perfeitamente a posição de V.Exa.

O SR. FERNANDO CORUJA – Entendo perfeitamente a ponderação, mas, enquanto não houver entendimento, vamos esperar inertes.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Inerte não, porque V.Exa. jamais fica inerte. Mas acho que V.Exa. tem todo o direito de agir assim.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Consulto o Deputado Rodrigo Maia sobre se houve algum avanço nas tratativas ou se vamos manter o pedido de verificação.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nas últimas semanas, a cada votação nesta Casa estamos tendo uma surpresa, como no caso do destaque dos delegados e auditores em que o Governo obteve 13 votos – foram 370 em 2003. Enfim, tudo pode acontecer neste plenário. Infelizmente, a base do Governo neste momento é muito frágil, para não usar outro termo.

No que diz respeito ao pedido dos Deputados Walter Pinheiro e Átila Lira, e até porque há acordo no tocante aos itens 2 e 9, o PFL concorda.

Cabe registrar o acordo, feito com o PPS, de se votar o requerimento de urgência do Deputado Raul Jungmann. O PFL participou desse acordo, mas infelizmente o requerimento não está na pauta.

Entretanto, para que possamos votar alguns projetos na tarde de hoje, o PFL retira o pedido de verificação, contanto que o acordo seja no sentido de votar os itens 2 e 9, o projeto que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o do Deputado Átila Lira.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Gostaria de ouvir o PPS, pois é fundamental ouvir a manifestação deste partido.

Posteriormente, poderemos prosseguir na apreciação dos requerimentos que estão sobre a Mesa.

O SR. EDUARDO PAES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes, enquanto o PPS confabula.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parece-me que as considerações do Líder do PFL, Deputado Rodrigo Maia, são absolutamente pertinentes. Essas surpresas, às vezes, não são saudáveis para a convivência do Parlamento.

O Deputado Átila Lira fez questão de registrar a importância da votação do item 2 da pauta, que trata do ensino da língua espanhola, assunto fundamental para o PSDB e para o Deputado Átila Lira.

Concordamos com a proposta do Deputado Rodrigo Maia. Mas gostaria de saber especialmente do Deputado Rodrigo Maia, dos Srs. Líderes e do Presidente se há possibilidade, também neste acordo, de colocarmos em votação hoje, pelo menos, a urgência do Requerimento nº 895/03, que trata de projeto absolutamente relevante que dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas, de autoria do Líder do Governo no Senado Federal Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – V.Exa. me permite que eu o interrompa?

O SR. EDUARDO PAES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – A nobre Deputada Janete Capiberibe requereu a retirada do requerimento de pauta, o que foi deferido pela Mesa e aprovado pelo Plenário.

O SR. EDUARDO PAES – Lamento de público, Deputada Janete, porque tenho muito medo de que este projeto tão relevante, tão importante, que trata do Estatuto do Índio demore muito a ser votado.

Do jeito que as coisas estão indo, daqui a pouco não teremos mais índios para tratar nesse Estatuto.

Faço este protesto porque o Governo precisa estar atento a essa questão. Todos os dias vemos o descaso deste Governo para com a população indígena.

É aquela velha história, Sr. Presidente: incompetência mata.

O SR. IVAN RANZOLIN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. IVAN RANZOLIN (PP – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a atitude do Líder do PFL é louvável, porque se ontem tivemos uma sessão histórica, como aqui registrado, este Poder só vai se engrandecer se hoje, nesta tarde de quinta-feira, votarmos as propostas da pauta, como bem disse o Deputado Rodrigo Maia, quais sejam: os item 2 e 9.

Data venia, se houver concordância da parte de todos, gostaríamos de pedir a votação do requerimento do item V, de autoria do Deputado Celso Russomanno, que dispõe sobre a concessão de título e transferência de posse e domínio das moradias financiadas com recursos do Orçamento Geral da União, preferencialmente à mulher. Isso, Sr. Presidente, se for possível, se houver concordância.

Mas nosso partido concorda com a iniciativa do Líder do PFL: votar as matérias por ele propostas.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – A Presidência só poderá votar as urgências se houver concordância entre os Srs. Líderes.

Então, gostaria de ouvir a posição do PPS sobre isso.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Sem revisão do orador.) – O PPS, Sr. Presidente, não vai votar nenhuma urgência.

O SR. EDUARDO PAES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos tentar construir um acordo com os itens 2 e 9, porque o PSDB se solidariza com o PFL e o PPS.

O SR. BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, renovamos o desejo de votar as matérias em pauta.

A proposta referida pelo Líder Rodrigo Maia de votarmos os itens 2 e 9 é razoável e importante. Concordaremos com a retirada das urgências se esse for o acordo para avançarmos na pauta. Então, dois itens da pauta de hoje estariam vencidos, o que até justificaria o esforço dos Parlamentares presentes.

Portanto, a Liderança do Governo está de acordo com a proposta dos nobres Líderes em votar os itens 2 e 9 e retirar as urgências, retomando na terça-feira o debate na mesma ordem em que estão a urgência e o debate na pauta.

O SR. HUMBERTO MICHILES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. HUMBERTO MICHILES (Bloco/PL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desde a semana passada consta da pauta o projeto de decreto legislativo que susta os efeitos da Resolução nº 168, que estabelece a obrigatoriedade do

curso de direção defensiva e primeiros socorros para todos os motoristas quando da renovação da Carteira Nacional de Habilitação. Essa resolução entraria em vigor no dia 22.

Então, é importante que a Casa delibere sobre o projeto. Não há como o cidadão entender que por isenção política deixemos de apreciar projeto que certamente vai evitar seja imposta ao cidadão mais uma exigência burocrática. É o apelo que faço .

Já conversei com o Líder Rodrigo Maia, que acata a proposta de deliberar a respeito também do item 10, que trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.554, que já tem por escrito o apoio de todas as Lideranças.

Muito obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há indicativo de acordo. Gostaria que V.Exa., mais uma vez, indagasse aos Líderes Fernando Coruja e Colbert Martins se há concordância em relação a essa proposta, haja vista que nas urgências não existe acordo.

Aproveitando a oportunidade, Sr. Presidente, agradeço ao Líder do PFL, Deputado Rodrigo Maia, assim como ao Líder do PSDB, Deputado Eduardo Paes, o atendimento do apelo.

Repito, gostaria que V.Exa. indagasse ao PPS se há acordo para votarmos as matérias listadas.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Nobre Deputado Walter Pinheiro, a Presidência é escrava do Regimento. Louvo a percepção otimista de V.Exa., mas meus ouvidos não captaram a mesma mensagem. O que percebi muito claramente é que o PPS não votará as urgências.

Tenho de seguir a pauta e não posso dar saltos qualitativos de forma alguma. O item 2 da matéria sobre a mesa é o Requerimento nº 1.452/03, de autoria do nobre Deputado Sandes Júnior. E, nesse caso, a votação será nominal.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Sobre a mesa Requerimento de urgência nº 1452, no seguinte teor:

> Sr. Presidente, com base no art. 155 do Regimento interno, requeremos regime de urgência para apreciação do PL nº. 4846/94, apresentado pelo Deputado Francisco Silva, "Estabelece medidas destinadas a restringir o consumo de bebidas alcoólicas"
>
> Sala das Sessões, 4 de dezembro de 2003. – **Sandes Júnior,** Vice–Líder do PP; **Pastor Amarildo,** Líder do PSC; **Maurício Rands,** Vice-Líder do PT; Rodrigo Maia, Vice-Líder do PFL; **Sebastião Madeira,** Vice-Líder do PSDB; **Pastor Reinaldo,** Vice-Líder do PTB .

O SR. BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quem pediu a votação nominal?

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – A votação do requerimento de urgência só não é nominal se há consenso, e já está manifestada a divergência. A votação, portanto, tem de ser nominal.

O SR. JOSUÉ BENGTSON – Sr. Presidente, o PTB também não tem culpa.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Vamos poupar tempo. Há muita discordância.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nessas circunstâncias, vários partidos vão se declarar em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Recomendo que assim o façam. A orientação é absolutamente regimental.

O SR. WALTER PINHEIRO – Os partidos podem fazer acordo. Talvez não seja preciso nem a consulta.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Vou colher a manifestação dos Srs. Líderes.

O SR. JOSUÉ BENGTSON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB encontra-se em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Vamos seguir a ordem, até para registrarmos melhor a manifestação de cada Líder.

Como vota o PRONA? *(Pausa.)* .

Como vota o PV? *(Pausa.)* .

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PSB?

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PSB entra em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Lembro aos Srs. Deputados que declaram os votos que é preciso votar.

Como vota o PPS?

O SR. COLBERT MARTINS (PPS – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS encontra-se em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Como vota Bloco PL/PSL?

O SR. HUMBERTO MICHILES (Bloco/PL-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco PL/PSL se declara em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Como vota o PTB?

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Como vota o PP?

O SR. IVAN RANZOLIN (PP – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PP está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Como vota o PSDB?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – SR. Presidente, o PSDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – O PFL anteriormente já se declarou em obstrução.

Como vota o PMDB?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Como vota o PT?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente só nos resta a obstrução. Lamentamos, porque seria possível, no nosso entender, chegar a um acordo para votar o itens 2 e 9, que são importantíssimos. Mas, diante da situação, repito, só nos resta lamentar e obstruir.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Como vota o PV?

O SR. JOVINO CÂNDIDO (PV – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PV está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Como vota a Liderança do Governo?

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lamento que não tenhamos construído o mínimo acordo no dia de hoje, pois há expressiva presença de Parlamentares neste Plenário.

Se a vontade majoritária é a de obstrução, é a de não fazer andar a pauta, não vamos nos insurgir contra ela, mas lamentamos que não possamos fazer a pauta avançar com a presença de tantos Parlamentares em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – À vista da manifestação quase unânime dos partidos pela obstrução, é evidente que não vou prolongar a votação.

O SR. RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RONALDO DIMAS (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está ocorrendo gravíssimo erro da Mesa Diretora relativamente à elaboração da pauta. Se tivesse havido a reunião dos Líderes para definir a pauta, poderíamos ter concertado um amplo acordo, Sr. Presidente.

Sei que o Presidente Severino Cavalcanti tem a melhor das intenções ao relacionar os projetos a serem incluídos na pauta, mas poderíamos ter caminhado bastante se a reunião de Líderes tivesse sido feita e acertado um amplo acordo para votarmos determinadas matérias.

Então, encareço a V.Exa. que faça chegar ao Exmo. Sr. Presidente Severino Cavalcanti apelo no sentido de, quem sabe na próxima quinta-feira, reunir-se com os Líderes para chegarmos em Plenário com uma pauta acordada.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Acho procedente o apelo de V.Exa. Apenas me permito, com meu ceticismo habitual, abstrair que na próxima quinta-feira estejam presentes todos os Líderes partidários. Mas, como V.Exa. é otimista, eu também serei.

É extremamente oportuna a intervenção de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – A votação está iniciada.

Srs. Deputados, queiram votar.

O SR. INÁCIO ARRUDA – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o sistema não está recebendo os votos.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tecnicamente, é necessário que os que estão em obstru-

ção registrem os respectivos votos. Como ainda não houve nenhum registro, o painel não os acusou.

O SR. INÁCIO ARRUDA – Sr. Presidente, o PCdoB está em obstrução.

O SR. RAUL JUNGMANN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RAUL JUNGMANN (PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, apenas para recordar que, na votação de ontem, tão brilhantemente conduzida por V.Exa., a certa altura eu lhe indaguei a respeito do acordo de quinta-feira. Esse acordo, não é demais lembrar, visou exatamente a que pudéssemos chegar a bom termo na votação dos requerimentos. E deve V.Exa. também se recordar de que o PPS deu decisiva contribuição ao sair da obstrução e propor ao Presidente Severino Cavalcanti a suspensão da sessão, para que pudéssemos encontrar uma saída e não houvesse a paralisação dos trabalhos.

Naquela oportunidade, depois de nossa iniciativa, tivemos o assentimento do Líder do Governo, Deputado Professor Luizinho, dos demais Líderes e também a concordância do Presidente da Casa – o que está registrado nos Anais.

Qual a nossa surpresa, porém, ao ver que o requerimento estava no Ordem do Dia desta semana, publicada na última sexta-feira, e hoje ele foi retirado.

Acresce, Sr. Presidente, a título ainda de esclarecer nossa posição, que, nas últimas 48 horas, na Comissão de Segurança Pública, onde o projeto de decreto legislativo que regulamentava o referendo sobre desarmamento estava parado há 8 meses, apareceu novo Relator e um novo parecer.

Pode-se até pensar, Sr. Presidente, na existência de um complô, embora nele eu não inclua nenhum dos Deputados aqui citados. Entretanto, confirmo a V.Exa. que manteremos nossa posição de obstrução, porque 130 milhões de brasileiros precisam dizer "não" à violência, "não" à bala, "não" à morte e "sim" à paz e à segurança.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – A Mesa esclarecerá a V.Exa., nobre Deputado Raul Jungmann, que talvez não estivesse presente no plenário quando fiz as mesmas ponderações ao Deputado Fernando Coruja. A decisão foi do Presidente Severino Cavalcanti, que teve por escopo exatamente resguardar o requerimento. Se há restrições, embora não me caiba desempenhar esse papel, sugiro que haja contato do PPS com o Presidente Severino Cavalcanti para identificar onde elas estão.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Está encerrada a votação.

A Presidência vai proclamar o resultado:

VOTARAM

Sim	2
Não	1
Abstenções	00
Total	3

Está em Obstrução Quase a Totalidade dos Srs. Deputados. não Houve *Quorum.* fica Adiada a Apreciação da Matéria.

LISTAGEM DE VOTAÇÃO

Proposição:
REQ Nº 1452/2003 – URGÊNCIA PARA PL Nº 4.846/1994
Início Votação: 17/03/2005 16:46
Fim Votação: 17/03/2005 16:50
Presidiram a Votação:
José Thomaz Nonô
Resultado da Votação
Sim 2
Não 1
Total da Votação 3
Total Quorum 3
Obstrução 11
Orientação
PT – Obstrução
PMDB – Obstrução
PFL – Obstrução
PSDB – Obstrução
PP – Obstrução
PTB – Obstrução
PL/PSL – Obstrução
PPS – Obstrução
PSB – Obstrução
PCdoB – Obstrução
PV – Obstrução
Partido Bloco Voto
TOCANTINS
Ronaldo Dimas PSDB Sim
Total Tocantins: 1
CEARÁ
Antenor Naspolini PSDB Obstrução
Total Ceará: 1
PIAUÍ
Átila Lira PSDB Obstrução
Total Piauí: 1

PERNAMBUCO

Osvaldo Coelho PFL Não
Pastor Francisco Olímpio PSB Obstrução
Raul Jungmann PPS Obstrução
Total Pernambuco: 3

ALAGOAS

José Thomaz Nonô PFL Sim
Total Alagoas: 1

BAHIA

Colbert Martins PPS Obstrução
Total Bahia: 1

MINAS GERAIS

Cleuber Carneiro PTB Obstrução
Total Minas Gerais: 1

ESPÍRITO SANTO

Neucimar Fraga PL PL/PSL Obstrução
Total Espírito Santo: 1

RIO DE JANEIRO

Bernardo Ariston PMDB Obstrução
Total Rio de Janeiro: 1

SÃO PAULO

Ildeu Araujo PP Obstrução
Total São Paulo: 1

SANTA CATARINA

Ivan Ranzolin PP Obstrução
Total Santa Catarina: 1

RIO GRANDE DO SUL

Júlio Redecker PSDB Obstrução
Total Rio Grande do Sul: 1

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se fôssemos seguir o rigor regimental adotado por V.Exa. em relação a não saltar a ordem dos requerimentos de urgência, teríamos de encerrar a sessão, e não apenas a Ordem do Dia, porque é evidente a falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Deputado Walter Pinheiro, o que cai com a falta de *quorum* é a Ordem do Dia, e não a sessão.

Assumem sucessivamente a Presidência os Srs. **Inocêncio Oliveira,** 1º Secretário, **José Thomaz Nonô**, 1º Vice-Presidente, e Inocêncio Oliveira, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – O Presidente José Thomaz Nonô foi muito claro: o que caiu foi a Ordem do Dia, porque os partidos obstruíram a votação. Poderíamos até seguir apreciando as matérias em discussão, o que não vamos fazer porque o Sr. Presidente encerrou a Ordem do Dia. Mas vamos continuar a sessão.

O SR. SEVERIANO ALVES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT pediu a palavra reiteradas vezes ao Presidente José Thomaz Nonô para se manifestar sobre a votação, mas a palavra não lhe foi concedida.

Para efeito administrativo, registro perante V.Exa. que o PDT também esteve em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência determina o registro da obstrução do PDT, conforme declaração do Líder do partido, o Deputado Severiano Alves.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAÚJO (PP – SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande satisfação que venho a esta tribuna, na data de hoje, anunciar o lançamento da Frente Parlamentar Mista da Indústria Têxtil, de Confecção e Moda, a qual tenho a honra de presidir.

A Frente será oficialmente lançada no mês de maio do corrente. Estamos preparando uma série de eventos para compor a Semana de Moda Brasileira no Congresso Nacional, sob o título *Congresso na Moda*. Acontecerão palestras e debates, montaremos painéis e faremos exposições e desfiles de marcas que levam o nome do Brasil para além de nossas fronteiras.

Por decisão dos Deputados e Senadores que compõem a Frente Parlamentar, por ocasião do evento entregaremos o título de Embaixadora da Moda Brasileira à modelo gaúcha Gisele Bündchen. A Frente Parlamentar também homenageará, com a entrega de diplomas de honra ao mérito, pela contribuição ao desenvolvimento da indústria brasileira têxtil, de confecção e moda, a Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, Secretária de Turismo do Governo do Distrito Federal; os estilistas Clodovil Hernandez, Ocimar Versolato, Amir Slama, Walter Rodrigues, Alexandre Herchcovitch e Ricardo Almeida; as consultoras de moda Constanza Pascolato, Erika Palomino, Gloria Kalil e Regina Guerreiro; o atual Presidente da FIESP, empresário Paulo Skaf; o organizador da São Paulo Fashion Week, Paulo Borges; o Vice-Presidente da República e Ministro de Estado da Defesa, José Alencar; a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – ABIT;

o Sr. Mário Zoca, Presidente do Pólo Tecnológico da Região Têxtil do Estado de São Paulo; as empresas DeMillus, Vicunha, COTEMINAS e Santista, além de outras empresas que se destacaram na produção têxtil e de confecção.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a indústria têxtil brasileira exportou 141,6 milhões de dólares em janeiro, montante 3,6% superior ao registrado em igual período do ano passado. Em compensação, de acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – ABIT, as importações tiveram incremento de 12,51% sobre o faturamento verificado em janeiro de 2004, atingindo 115,9 milhões de dólares. Esse desempenho aponta para uma queda de 23,51% no saldo da balança comercial do setor, que permanece superavitária em 25,7 milhões de dólares em janeiro deste ano.

De acordo com o Presidente da ABIT, o valoroso empresário mineiro Josué Gomes da Silva, o Brasil tem capacidade para responder por 1% do comércio mundial de têxteis, estimado em 600 bilhões de dólares para 2007. Nossa indústria tem mão-de-obra qualificada, capacitação tecnológica, matéria-prima e energia a baixos custos e *designers* de moda extremamente competentes e criativos.

Aproveito a oportunidade para lamentar o fato de indústrias têxteis brasileiras já terem anunciado investimentos da ordem de 250 milhões de dólares fora do País. Os investimentos estão migrando devido às vantagens encontradas na América Central, como diferencial de juros e impostos, câmbio inteligente e acordos bilaterais com importantes mercados compradores de confeccionados, como os Estados Unidos e a Europa.

É por isso, Sr. Presidente, que urge o lançamento definitivo de nossa entidade, que, com o apoio de mais de 100 Parlamentares e, no futuro, com representações nas Assembléias Legislativas em todo o País, representará com todo o empenho os anseios dos empresários têxteis, de confecção e moda, de forma a garantir a continuidade do crescimento no setor, gerando emprego e renda aos brasileiros e evitando que nossas divisas saiam do País.

Era o que tinha a dizer

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Capitão Wayne.

O SR. CAPITÃO WAYNE (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Polícia Militar do Estado de Goiás é uma das mais eficientes do Brasil, e não digo isso apenas por ter a honra de fazer parte de tão prestigiada corporação. Ela está entre as melhores, se for comparado o número de seus integrantes na ativa com o de habitantes.

Portanto, o Estado de Goiás inteiro se assustou com as críticas do Senador Maguito Vilela à aplaudida ação da Polícia Militar ao cumprir ordem da Justiça e desocupar um terreno em Goiânia.

Pesquisas mostram que mais de 70% da população goiana aprovou a ação da Polícia Militar, e até os 30% restantes reprovam a atitude do Senador.

Na desocupação, os arautos do "caos" previam derramamento de sangue, e o resultado foi o cumprimento na íntegra da ordem judicial. Duas pessoas morreram. O laudo da Medicina Legal mostra que uma das vítimas foi assassinada fora da área, e a perícia no outro corpo ainda não foi concluída. Os especialistas não dispõem de informações para confirmar quem matou, mas um dos feridos com gravidade foi o Tenente Ricardo Mendes, oficial da Polícia Militar. A alegre turma dos direitos humanos visitou apenas os invasores. As famílias dos policiais vítimas da violência foram esquecidas, como se eles não fossem cidadãos, como se não fossem humanos.

É também assim que Maguito Vilela sempre tratou os policiais. Quando foi Governador de Goiás, Maguito chegou ao cúmulo de afirmar que não ia tornar justo o salário da Polícia Militar, porque, em suas palavras, *"dar aumento para Polícia é salgar carne podre*". Foi doloroso para os policiais, seus amigos e familiares ouvir isso de um Governador.

Sr. Presidente, não se pode esperar sequer dignidade de alguém assim em relação à Polícia, mas a sociedade espera que um Senador não seja boquirroto. Se ele quer fazer figura com seus novos parceiros do PT, que faça suas gracinhas em algum campo de futebol, ou nas suas rodas, não na tribuna do Senado Federal. As ações do "inimigo das Polícias" foram imediatamente retaliadas em Goiás, com manifestações populares nos veículos de comunicação e repúdio das autoridades.

Como Governador, Maguito abandonou completamente a segurança pública. Um péssimo exemplo ele deu foi aqui mesmo, no Entorno do Distrito Federal. Quando deixou o Governo do Estado, em 1999, a Organização das Nações Unidas divulgou relatório segundo o qual a região do Entorno estava se transformando em um dos lugares mais perigosos do mundo, sendo mais violenta até que locais em guerra. A violência foi controlada depois de muito investimento do Governador Marconi Perillo, que substituiu Maguito Vilela e dele recebeu o Estado em cacos, cheio de problemas.

Não se pode dizer que o Entorno do Distrito Federal atualmente é um paraíso, pois continua com

muitos problemas, mas pelo menos tem governo, tem controle, tem ação das Polícias, tem programas sociais e educacionais sérios. A segurança pública só não está melhor por falta de participação do Governo Federal. Se o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva investisse em segurança pública, o Estado poderia fazer como nos bons tempos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, de 1999 a 2002, enviou para Goiás recursos para pagar gratificação aos policiais, comprar viaturas e equipamentos e erguer as obras tão necessárias à população.

É o povo que o Presidente da República tem de ouvir, não os boquirrotos inimigos da segurança pública.

Sr. Presidente, ao final, elogio a ação do Secretário de Segurança Pública, Prof. Jônathas Silva, do Comandante-Geral da Polícia Militar, Basílio de Queiroz, e de todas as instituições que cumpriram aquela ordem judicial.

Muito obrigado.

O SR. NEUCIMAR FRAGA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, registro que nesta semana a bancada federal do Estado do Espírito Santo, em reunião realizada com o Ministro da Educação, Tarso Genro, e com o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Sr. Antonio Ibañez, em que estiveram presentes Vereadores e Prefeitos do Espírito Santo, recebeu notícias muito boas para a sociedade capixaba.

A primeira delas é que, em atendimento ao pleito feito pelos Deputados Federais e Senadores do Espírito Santo, junto com Prefeitos ali presentes, o Ministro decidiu acatar requerimento da bancada federal do Estado no sentido de que se forme comissão para estudar a viabilidade de se construir uma universidade pública federal no sul do Estado.

Toda a bancada federal do Espírito Santo também está lutando para que a região norte do Estado seja contemplada com a construção de uma universidade pública federal.

Fomos informados pelo Ministro Tarso Genro de que, caso não seja possível a construção dessas universidades em nosso Estado, o Espírito Santo poderá ser contemplado com o plano de expansão universitária. O novo modelo desse plano de expansão prevê que as Prefeituras que serão sede das expansões não terão que arcar com custos, pois todo o custeio do processo de expansão que está sendo implantado pelo Presidente Lula será mantido pelo Governo Federal.

Esse modelo interessa ao Espírito Santo, pois sabemos da dificuldade de edificarmos em tempo hábil novas universidades. Logo, se não for possível construí-las no Estado, a sociedade capixaba se sentirá contemplada com essas 2 expansões, uma no norte e a outra no sul do Espírito Santo.

O outro pleito feito por Deputados ali representados foi no sentido de sermos contemplados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação com a construção de unidades do CEFET em Vila Velha, Cariacica, norte do Estado do Espírito Santo e região serrana.

O Secretário de Educação Profissional e Tecnológica assumiu o compromisso de, ainda neste ano, colocar em funcionamento a unidade do CEFET em Cachoeiro de Itapemirim. Essa obra foi iniciada há mais de 10 anos, mas está paralisada. Enquanto isso, milhares de jovens da sociedade capixaba perdem a oportunidade de acesso ao mercado de trabalho por não terem capacitação profissional de nível médio.

Deixo os meus agradecimentos ao Ministro da Educação, Tarso Genro, e ao Secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Dr. Antonio Ibañez, por atenderem aos pleitos da bancada capixaba.

Os Deputados Federais e os Senadores do Espírito Santo reafirmam ao povo do Estado o compromisso de que vamos lutar, interceder e fazer essa reivindicação para atender aos desejos e ao sonho do Estado do Espírito Santo.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe esta Casa!

O SR. NILSON MOURÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NILSON MOURÃO (PT – C. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para manifestar a minha indignação e a minha perplexidade com relação a matérias veiculadas por 2 grandes órgãos da imprensa nacional.

A revista *Veja* e o jornal *Folha de S.Paulo,* edição de hoje, tentam, de forma clara, em seus títulos, vincular o Partido dos Trabalhadores, particularmente no processo eleitoral, ao movimento político revolucionário chamado Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC.

Sr. Presidente, a ação política das FARC é um problema de autonomia do povo colombiano e dos seus protagonistas. A posição política do Partido dos Trabalhadores é pública: defendemos que haja diálogo

político aberto entre o povo colombiano, para que ele encontre a solução, e respeitamos a sua autonomia e a sua soberania.

Não temos razão alguma para estabelecer relações com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia a fim de conseguir dinheiro para financiar nossas campanhas eleitorais.

O jornal *Folha de S.Paulo* sabe disso. Recebeu documentação da ABIN que diz claramente que não têm fundamento algum os documentos em sua propriedade e que não autoriza ninguém a vincular a campanha do Partido dos Trabalhadores a dinheiro recebido pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

A revista *Veja* anuncia a matéria na capa com o objetivo claro de fazer esse vínculo, porém, no interior da revista, o Sr. Policarpo Júnior deixa definitivamente claro que não se pode fazer nenhuma vinculação.

E por que essas matérias? Por que elas são divulgadas? Elas são divulgadas, Sr. Presidente, no meu entendimento, com o objetivo de colocar uma cortina de fumaça, de levantar suspeição sobre a ação do Partido dos Trabalhadores e de antecipar claramente as eleições do ano que vem.

Não estamos em ano eleitoral. Neste ano, todos precisamos trabalhar – Prefeitos, Governadores e o Presidente Lula. As eleições serão realizadas no ano que vem, e o Presidente Lula vai ser candidato à Presidência da República. Vamos pedir votos em todos os 5.500 Municípios brasileiros, de cabeça erguida. Não é necessário que esses veículos de comunicação, para fazer o jogo de alguns partidos conservadores desta Casa, precipitem o processo.

Querem colocar fumaça no desenvolvimento econômico, no crescimento do PIB e na popularidade do Presidente e atingir diretamente o Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, a direção do partido encaminhou, sim, uma pesquisa junto ao povo brasileiro para saber qual a sua visão a respeito do PT. Pois é, Sr. Presidente, continua muito bem, obrigado. O povo brasileiro continua confiando no Partido dos Trabalhadores. Não são matérias desse quilate que vão incompatibilizar a direção e a política do partido com o povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS – BA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, a Bahia terá mais uma universidade federal, no Recôncavo Baiano, mais especificamente com Reitoria na cidade de Cruz das Almas.

Uma luta de baianos comprometidos com a ampliação do ensino público no Estado, contando com a participação do Reitor da Universidade Federal da Bahia, Naomar Almeida. A atual Faculdade de Agronomia será o tronco da nossa segunda universidade pública federal.

Comparando com outras Unidades da Federação, a Bahia tem um dos piores índices de cobertura no ensino superior, fato atribuível, principalmente, à miopia, ao atraso, ao autoritarismo, à falta de compromisso do grupamento político que ocupou o Governo do Estado nos últimos anos, nos últimos 15 anos.

A força política deste grupo voltou-se para ganhos de cunho duvidosos, algumas vezes de beneficiamento a grupos empresariais, na perspectiva de manutenção do poder a qualquer custo, distanciados dos maiores interesses dos homens e mulheres da Bahia.

Nos discursos, representantes dessas carcomidas figuras que ainda insistem em dizer-se grandes representantes do Estado surpreendem-se ao constatar que Minas Gerais possui 13 universidades federais e a Bahia, 1, uma vez que a Universidade do São Francisco tem sede na cidade de Petrolina, em Pernambuco – algumas de suas unidades funcionam na cidade de Juazeiro, na Bahia.

A universidade foi criada no Governo FHC-PFL, no qual esse grupo "mandou e desmandou", com períodos de ter 3 Ministros no Executivo, a Presidência do Senado Federal, todos os 3 Senadores do Estado e 30 dos 39 Deputados Federais. Tanto poder para quê?

Algumas dessas figuras até foram professores da nossa UFBA, embora nunca tenham dado uma aula sequer, tenham entrado pela janela, sem concurso público, e, grande "competência", tenham se aposentado sem nunca ter trabalhado. Pense num absurdo e na Bahia tem precedentes. (Otávio Mangabeira, ex-Governador do Estado.)

Uma nova universidade federal criada neste Governo na Bahia é de ser saudada com efusividade e compromisso de manutenção tanto da qualidade, quanto dos financiamentos necessários à sua manutenção.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu registro é sobre a votação da PEC Paralela. Continuo insistindo em que essa é uma PEC mais atravessada do que paralela, não só pela demora como pela expectativa que se criou em torno dela. Na

minha opinião, as mudanças são pontuais. No entanto, acentuo um avanço muito importante, além daquilo que foi agregado na Câmara: o acatamento por parte do Relator, o nosso companheiro Deputado José Pimentel, de um tratamento adequado para os professores do ensino fundamental e do ensino médio.

Diversos professores do País inteiro têm-me procurado. Na realidade, obtivemos uma grande conquista com a redução do tempo de contribuição por parte dos professores, que no caso das mulheres caiu de 30 para 25 anos, e no caso dos homens, de 35 para 30 anos, mantida a condição, ou o critério, respeitante à idade para a aposentadoria. É bom lembrar que, nesse particular – isso até foi muito bem esclarecido pelo Relator, Deputado José Pimentel, quando tive oportunidade de indagá-lo a esse respeito —, aos professores também será aplicada a regra que estabelece a redução de 1 ano em relação à idade por cada ano trabalhado que ultrapassar o limite de contribuição. Portanto, creio que a correção vem amenizar o sofrimento desses profissionais.

Sr. Presidente, na minha opinião, todos os servidores públicos trabalham muito, sejam os professores universitários, sejam os servidores dos diversos órgãos públicos. No entanto, conhecemos a natureza do trabalho do professor, principalmente o que atua nas regiões mais distantes. Que o digam os do nosso Nordeste. Conheço cidades na Bahia em que a zona rural fica a 120 quilômetros da sede e as estradas não são trafegáveis nem em lombo de burro. Portanto, em razão do sofrimento, da batalha, das condições de trabalho dessa categoria, não há privilégio algum, como alguns insinuaram, em darmos a esses servidores públicos um tratamento não diferenciado, mas adequado à natureza do seu trabalho. Creio que essa correção foi uma vitória do Parlamento.

Concluo dizendo a V.Exa. que o empenho da Mesa e dos Parlamentares de todos os partidos desta Casa foi importante, inclusive no sentido de superarmos as exigências regimentais para concluirmos a votação da PEC Paralela. Retirando essa história dos prazos, tivemos a oportunidade de aprovar a PEC Paralela, para o bem dos servidores públicos federais. E espero que o Senado, em consonância com o desejo da Câmara, mantenha aquilo que esta Casa majoritariamente resolveu modificar na proposta que veio do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SILAS CÂMARA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SILAS CÂMARA (PTB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muita alegria, ocupo mais uma vez a tribuna desta Casa para dizer a V.Exa. que é praticamente unânime no Brasil a opinião de que os meios de comunicação de massa têm sido um poderoso instrumento da violência, da destruição da família, da desvirtuação dos conceitos do bem e do mal na sociedade brasileira.

Hoje estou feliz, e ocupo esta tribuna para dizer a V.Exa. que está completando 12 anos no Brasil um projeto comprometido já no seu nascedouro com o resgate, nesta Nação, dos valores da família, dos princípios cristãos que vão, sem dúvida alguma, em pouco tempo, resgatar o conceito do bem na comunicação de massa no Brasil.

Refiro-me, Sr. Presidente, à Rede Boas Novas Brasil, que nesta semana completa 12 anos de existência. V.Exa., que é um admirador desse projeto e o ajudou a criar, sabe perfeitamente que ele é fruto do sacrifício de uma comunidade cristã, mais especificamente a Assembléia de Deus do Estado do Amazonas – onde se iniciou esse trabalho –, que buscou para isso recursos de uma cidade tão pobre como Manaus, com um dos menores orçamentos desta Nação, e também da instituição assembleiana, e ousou mostrar que a comunicação de massa não deve servir apenas a quem tem muito dinheiro e poder nesta Nação, mas acima de tudo a quem tem propósito no coração e visão comprometida com o futuro redentor que, na graça de Jesus Cristo, esta Nação terá.

Sr. Presidente, venho anunciar a comemoração dos 12 anos da nossa Rede Boas Novas Brasil e congratular-me o Pastor Samuel Câmara, conhecido no Brasil como o Apóstolo da Comunicação. Ao querido pastor deixo um abraço fraterno, parabenizando-o pela fé e pela visão ampliada que Deus lhe deu para que concretizasse esse projeto.

Quero parabenizar também o Pastor Jonatas Câmara, Presidente da Assembléia de Deus no Amazonas, a principal incentivadora e financiadora desse projeto.

Sr. Presidente, a Rede Boas Novas é proprietária do canal de satélite chamado JesusSat, que alcança todos os países de língua portuguesa, e conta com 6 geradoras e mais de 150 retransmissoras no Brasil, oferecendo uma programação de qualidade para a família brasileira e para os cristãos. Além disso, opera várias emissoras de rádio em todo o País e um provedor de Internet. Enfim, ousa dizer que esta Nação não se dobrará diante dos meios de comunicação de má qualidade, comprometidos com a destruição da família e do cidadão brasileiro.

O projeto da Rede Boas Novas tem, em primeiro lugar, um compromisso com Deus, o Senhor da Nação brasileira, e em segundo lugar com o resgate desta Nação. Sua missão é anunciar o Evangelho e dizer que não aceitamos que o Brasil seja destruído pelos meios de comunicação de massa descomprometidos com o povo.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que seja divulgada nos meios de comunicação desta Casa a realização dessa glória que é a celebração dos 12 anos da Rede Boas Novas.

Que incidam luzes e bênçãos sobre a Nação brasileira!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS MOTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CARLOS MOTA (Bloco/PL – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro a presença neste plenário do Presidente da Câmara Municipal da cidade de Capelinha, o Vereador José Antônio Alves de Souza, e dos Vereadores Jailson Pereira e Laerte Ferreira dos Santos, bem como do Vereador Kleverton Tiago Monteiro Gomes, da cidade de Água Boa, também de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Saúdo os ilustres representantes municipais.

O SR. MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MILTON BARBOSA (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também quero juntar-me aos que, nesta tarde, homenageiam a Rede Boas Novas pelos seus 12 anos de atividades no Brasil, onde tem disseminado a palavra de Deus.

Parabenizo os pastores Samuel Câmara e Jonatas Câmara, esses dois baluartes da fé, insignes divulgadores da palavra de Deus, que, com muita coragem e denodo, iniciaram, há 12 anos, essa maravilhosa arrancada de proclamação do Evangelho por intermédio da televisão, importante meio de comunicação.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que os evangélicos de todo o Brasil estão orando e agradecendo a Deus por essas vidas e pela louvável iniciativa de tornar a nossa televisão mais conceituada. Estou convicto de que esses 12 anos têm sido de lutas e sofrimento, mas também de grandes vitórias.

Dou meu testemunho da expansão da Rede Boas Novas, que, na terça-feira passada, chegou à Bahia, onde passou a ser transmitida pelo canal 23. A Bahia está sendo abençoada com a rica programação da Rede Boas Novas, a qual não tem outro objetivo senão falar de Cristo, do seu amor, da sua paz.

A Bíblia Sagrada nos diz que lâmpada para os nossos pés é a palavra de Deus.

Sr. Presidente, todos os que são hoje alcançados pela Rede Boas Novas têm muito o que agradecer ao Senhor, que grandes coisas tem feito na vida dos que o aceitam como seu Senhor e Salvador. A Rede Boas Novas tem sido valioso instrumento de propagação da paz e da alegria e tem tornado os lares mais felizes.

Nobre Deputado Maurício Rands, exemplo de homem de bem, que tem dedicado sua vida à divulgação de valores morais, tenho certeza de que o Brasil está carecendo de programações como as da Rede Boas Novas.

Nesta tarde, congratulo-me com os fundadores e dirigentes da Rede por esses 12 anos de lutas e de vitórias, na certeza de que muito em breve ela estará em todo o Brasil semeando paz, alegria e felicidade.

Parabéns, pastor Samuel Câmara e toda a diretoria da Rede Boas Novas. V.Sas. podem contar conosco.

Nesta Casa temos o nosso querido companheiro Deputado Silas Câmara, que tem sido corajoso lutador pela expansão da Rede Boas Novas. Nós, seus pares evangélicos, em especial os assembleianos, estamos felizes por esta grande iniciativa, na convicção de que maiores vitórias Deus dará ao nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores que nos assistem pela *TV Câmara*, participamos nesta semana de reunião com uma delegação de Deputados Federais e Estaduais de Sergipe e da Bahia para discutir o encaminhamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 524, que prevê a revitalização hidroambiental do Rio São Francisco. Trata-se de iniciativa do Senador Antônio Carlos Valadares, do Estado de Sergipe, a qual estamos relatando nesta Casa.

Estamos agindo assim porque consideramos urgente e fundamental destinarmos recursos para sanar as agressões sofridas pelo leito do Velho Chico. O Rio São Francisco, patrimônio nacional, tem sido secularmente agredido por processos de desmatamento; pelo lançamento em massa, nas suas águas, de esgotos urbanos e agrotóxicos; pelo despejo de rejeitos industriais da Região Metropolitana de Belo Horizonte e por ações

das hidrelétricas, que também modificaram o curso de suas águas com o objetivo de gerar energia.

Uma série de investimentos causaram impactos no Rio São Francisco e aqui estamos para discutir formas de mitigar esses impactos e destinar recursos à recuperação do rio, a fim de que continue sendo fonte de vida e energia para nossa região. A idéia é constituir um fundo a partir de dotações de recursos que poderão vir de impostos cobrados no País ou de *royalties*, compensações financeiras pagas pelas empresas hidrelétricas pela sua política de instalação de grandes hidrelétricas ao longo do curso do Rio São Francisco.

Espero que a iniciativa de revitalizar o Rio São Francisco sirva também de instrumento para desenvolvermos uma política de recursos hídricos para o semi-árido, com a integração de bacias, e que nos possibilite discutir mais sobre a propalada transposição das águas do rio. Essa obra permitirá a implantação de políticas que democratizem o acesso à água em vastas regiões do semi-árido nordestino.

Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, concluo meu pronunciamento apelando para que, após a apresentação do meu parecer, que farei depois da Semana Santa, votemos com urgência essa PEC, sem sombra de dúvida uma proposição extremamente importante para o semi-árido brasileiro e para nós, que amamos o Rio São Francisco e compreendemos a sua importância para a região.

Estarei, portanto, durante a elaboração do meu parecer, imbuído dessa missão e comprometido com o resgate das boas condições hidroambientais do Rio São Francisco.

Muito obrigado.

O SR. ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, criado em 1991, por meio da Lei Estadual nº 5.591, de 13 de dezembro de 1991, o Município de Jacareacanga ainda não atingiu sua completa emancipação devido principalmente ao seu isolamento e à ausência total do Estado.

O Município não possui qualquer infra-estrutura além da Prefeitura e da Câmara de Vereadores. Nenhum órgão dos Governos Estadual e Federal possui ali escritório ou representação. O extremo é tanto que, mesmo sendo um Município de população predominantemente indígena e quase todo o seu território pertencer à Terra Indígena Munduruku, a FUNAI não possui ali um escritório. Todo atendimento à população indígena fica por conta dos escritórios da FUNAI de Itaituba e do Distrito de Saúde Indígena da FUNASA, também em Itaituba.

Para se ter idéia do isolamento daquela gente, a cidade de Itaituba fica a quase 350 quilômetros de distância. O acesso ao Município vizinho, se for pela Transamazônica, mesmo considerando sua trafegabilidade regular, devido à ação do Governo Federal que a recuperou recentemente, não é fácil devido à falta de uma linha regular de ônibus.

Diante de tantas dificuldades, a população daquele Município, reiteradas vezes, procurou o meu gabinete para pedir meu apoio às suas reivindicações por melhores condições de vida e cidadania. Dentre essas reivindicações, uma é prioritária. Trata-se da instalação de uma Comarca na sede do Município.

Nesse sentido, enviei solicitação ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, ao Governador Simão Jatene, à Secretaria de Defesa Social e a diversas entidades representativas da magistratura estadual, para que se instale o quanto antes uma Comarca naquele Município.

A instalação da Comarca de Jacareacanga compreenderá a construção do Fórum, composto pelos cartórios judiciais e extrajudiciais, a instalação do Ministério Público estadual, a casa do juiz, e demais órgão necessários à promoção e à aplicação da justiça naquele Município.

O SR. MAURÍCIO RANDS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para dar conhecimento à Câmara dos Deputados de audiência pública ontem realizada na Comissão de Fiscalização e Controle com o Ministro da Saúde, Humberto Costa.

A audiência havia sido requerida pelo Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Cardoso, no sentido de fazer balanço da situação de calamidade pública, decretada pelo Governo Federal, no sistema de saúde do Rio de Janeiro. A intervenção aconteceu a partir da requisição administrativa de 6 hospitais em situação caótica.

O Ministro Humberto Costa fez diagnóstico detalhado, minucioso e muito bem fundamentado da situação de caos: filas com milhares de pacientes que aguardavam intervenções cirúrgicas; unidades hospitalares fechadas; recursos disponibilizados pelo Ministério da Saúde ou potencialmente utilizáveis pelos

programas de saúde da cidade não estavam sendo devidamente explorados.

Lembro que o Programa Saúde da Família cobre apenas 3% da população de algumas cidades, enquanto em outras, como Recife, a cobertura é de 60%, sendo executado pelo Município, mas financiado e orientado pelo Ministério da Saúde.

Depois do diagnóstico, o Ministro Humberto Costa fez minucioso relato do processo de negociação, que culminou com impasse. S.Exa. mostrou que ao longo das negociações sua Pasta tudo fez para ampliar os recursos e transferi-los à rede de saúde municipal, e sempre se deparou com novas reivindicações. Mas houve incremento na proposta do Ministério, que chegou a oferecer 328 milhões de reais e uma série de outras iniciativas para que houvesse negociação. Infelizmente, o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro quis fazer da saúde pública um objeto de disputa política, de factóide, em desrespeito aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde.

O Ministro Humberto Costa mostrou que com a intervenção foram reabertos os Hospitais de Andaraí e Miguel Couto. Portanto, foi normalizado o funcionamento daquelas 6 unidades hospitalares, entre as quais o do maior hospital de emergência da América Latina.

Então, a situação hoje é de tentativa de normalização. Foram realizados mutirões para cirurgias que estavam sendo aguardadas há meses e às vezes até anos; abertas essas unidades hospitalares; contratados emergencialmente profissionais de saúde para atender à população; dirigidos estoques de medicamentos para que os pacientes tenham acesso aos medicamentos depois dos procedimentos hospitalares. Enfim, foi feita uma verdadeira operação de guerra, reconhecida pela população do Rio de Janeiro.

Por onde passam no Rio de Janeiro, o Presidente Lula e o Ministro Humberto Costa recebem menção de agradecimento e reconhecimento da população, que sente o que há muito tempo não se verificava no Rio de Janeiro: a atenção correta do Poder Público com a saúde da população.

Do episódio ficam dois ensinamentos. Primeiro, não se pode, de maneira alguma, fazer disputa política com a saúde. A população não mais aceita que as ações do setor não sejam prioridade absoluta dos gestores públicos. Portanto, ela não tolera que se criem factóides, que seja utilizada como instrumento de disputa, de propaganda, negando serviços a quem tem direito. Mais: o povo não aceita o retrocesso que representa a implantação do Sistema Único de Saúde com a descentralização e a transferência de unidades federais aos Municípios.

No Rio de Janeiro, infelizmente, pela falta de responsabilidade e de atenção à saúde da comunidade, tentou-se fazer o inverso, ou seja, devolver hospitais à esfera federal. Mas esta – o Ministério da Saúde e o Governo do Presidente Lula – está tendo a corajosa postura de repelir a instrumentalização da saúde pública, porque é algo muito sério.

O segundo ensinamento é que pode a intervenção de um Governo sério, comprometido com os direitos da comunidade, fazer concretas melhorias de imediato. Hoje o povo do Rio de Janeiro conta de novo com os serviços da rede hospitalar, bloqueados pela má gestão do atual Prefeito.

Registro meu sentimento de satisfação por ver a corajosa medida do Ministro Humberto Costa e do Presidente Lula, portanto, do Governo Federal, que soluciona a crise do setor naquele Estado. Oxalá a Prefeitura queira agora implantar os programas disponibilizados pelo Ministério da Saúde, para que a atenção básica elimine o estrangulamento dos hospitais.

Parabéns ao Presidente Lula, ao Ministro da Saúde e a sua equipe, mais de 150 servidores, envolvidos nessa operação de guerra com o objetivo de cuidar da saúde emergencial da população do Rio de Janeiro.

Obrigado a V.Exa., Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores funcionários, inicialmente parabenizo a querida Rede Boas Novas de Rádio e Televisão, que hoje completa 12 anos de fundação. Em São Paulo ela é transmitida pelo Canal 44. São 12 anos levando mensagem de vida, de paz e de amor ao povo brasileiro.

Neste momento, somo-me aos festejos da emissora, cuja sede é em Manaus e que, por meio de retransmissoras, envia mensagens a todo o País.

Parabenizo o Pastor Samuel Câmara e o querido Deputado Silas Câmara, que nesta Casa tem realizado grande trabalho para ajudar a Rede Boas Novas de Rádio e Televisão, rede da família, que leva mensagem de vida e de paz a uma sociedade cujas famílias estão se desagregando a cada dia. Felizmente, essa emissora transmite mensagens de vida, de amor, de transformação de vida e da alma por meio do poder de Nosso Senhor e Salvador, Jesus Cristo.

Deixo aos amigos e companheiros da emissora meu abraço e carinho.

Que Deus abençoe essa rede para que ele continue crescendo e levando mensagens de vida à população.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, também lamento a nova decisão tomada pelo COPOM. Para o bem do povo brasileiro, o ideal seria que o Comitê não se reunisse mais, porque, cada vez que ele faz isso, lá vai o Brasil ladeira abaixo, lá vai o Brasil se endividando e os banqueiros ganhando dinheiro e se enriquecendo.

Para os senhores terem uma idéia, nos 7 últimos meses em que o COPOM se reuniu, os juros já aumentaram 19,25%. Com isso, o Brasil perdeu quase 14 bilhões nesse período. Esses membros do COPOM não têm coração, são insensíveis, frios, calculistas, e estão muito mais preocupados com o sistema financeiro do que com o povo brasileiro. É profundamente lamentável vermos esses homens entronizados no Banco Central. E ainda vêm nos falar, Srs. Deputados, em autonomia do Banco Central. No dia em que o BACEN tiver autonomia, esses homens vão se reunir e aumentar os juros todos os dias, para dar lucro aos banqueiros.

Senhores membros do COPOM, homens insensíveis, frios, sem coração, os senhores precisam ir à periferia do Brasil para ver a situação do povo, que está morrendo de fome, enquanto os senhores estão muito mais preocupados com o lucro dos banqueiros! Nós repudiamos essa manobra vergonhosa! Parem com isso, pelo amor de Deus! Mudem essa política econômica! Esse modelo exauriu-se, não dá certo, faliu, está levando, infelizmente, o povo brasileiro à falência.

Os bancos estão lucrando como nunca. E o povo brasileiro está pagando mais juros do que nunca.

Nobre Deputado João Batista, damos nota zero ao COPOM. Eles deveriam reduzir os juros a zero, mas preferem aumentá-los em 0,5% a cada reunião.

Queira Deus que o COPOM deixe de se reunir, porque, cada vez que ele se reúne, eleva a dívida brasileira em 1,5 bilhão de reais. Essa dívida, o Governo paga aos banqueiros.

Portanto, reunião do COPOM, tristeza para o povo brasileiro!

Muito obrigado.

O SR. JOÃO BATISTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO BATISTA (PFL – SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, segundo estudo da Organização das Nações Unidas, cerca de 1 trilhão de dólares originado da corrupção é movimentado no mundo. Desse total, nobres colegas, a participação do Brasil é de 5%, ou seja, de aproximadamente 50 bilhões de dólares, cujo valor impressiona, apesar de o tema não ser novidade.

Recentemente foi realizado na cidade goiana de Pirenópolis o Encontro Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, ocasião em que foram aprovadas 43 metas para 2005, objetivando o desmantelamento das redes de corrupção.

Iniciativas dessa natureza são imprescindíveis, ainda mais em uma época em que as redes de corrupção e as quadrilhas vêm – se utilizando dos avanços tecnológicos para sofisticarem cada vez mais seus meios de atuação. Com o advento do computador e da Internet, as quadrilhas, que antes agiam regionalmente, expandiram de forma assustadora seus campos de atuação, extrapolando quaisquer limites territoriais.

O combate à corrupção requer, contudo, a participação de toda a sociedade, além de todos os meios de comunicação. Há que se conscientizar a população de que a corrupção se constitui em um dos principais fatos geradores da pobreza e da injustiça social, além de um sério obstáculo à eficiência e à qualidade dos serviços às populações.

Não se pode alcançar o desenvolvimento econômico e humano sem que se acabe com a complacência com o desvio do dinheiro público. É preciso que cada cidadão desenvolva a noção básica de que os recursos públicos são provenientes de suas contribuições, e, por esse motivo, necessitam ser bem empregados.

Cumpre mencionar que os membros do Ministério Público têm oferecido relevantes contribuições no combate à corrupção. Se forem declarados inconstitucionais os poderes investigatórios dessa Instituição, há que se dotar as polícias de instrumentos mais eficazes de ação, por meio de um volume maior de verbas orçamentárias. Lamentavelmente, esses órgãos, essenciais para o funcionamento do Estado, encontram – se vergonhosamente desaparelhados, bem distantes de acompanhar a evolução tecnológica da mesma forma que os criminosos. Isso sem falar na falta de incentivos aos nossos policiais.

Sem que haja valorização de nossas instituições, nobres colegas, torna – se mais difícil qualquer plano de megaoperação de combate à corrupção sair efetivamente do papel.

Para concluir, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que determine a divulgação deste discurso nos órgãos de comunicação desta Casa, bem como no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. JOSUÉ BENGTSON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ocupo a tribuna na tarde de hoje para falar sobre o meu Estado, o Pará, que, lamentavelmente, tem ocupado a mídia nacional e internacional apenas quando ocorre algum fato ruim.

O Pará é atualmente o maior produtor brasileiro de óleo de palma, o segundo maior produtor de mandioca, o segundo maior produtor de cacau – brevemente, será o primeiro –, possui o quarto maior rebanho bovino do Brasil, com todas as condições de vir brevemente o ser o primeiro.

Terça – feira passada, participei de reunião da Federação da Agricultura do Estado do Pará, em Belém, juntamente com mais de 200 produtores rurais do Estado, que foram reivindicar, junto aos órgãos competentes, maior apoio para o setor.

Parabenizo todos aqueles que estiveram presentes ao evento, representantes de cerca de 40 Municípios, como de Uirará, Medicilândia, Anapu, Altamira, Marabá, Xinguara, para mostrar ao Pará e ao Brasil as realizações do setor produtivo do nosso Estado.

Queremos fazer um apelo ao Governador do Pará, Simão Jatene, no sentido de que S.Exa. receba bem a comitiva que irá visitá – lo amanhã.

O Estado do Pará só é notícia – volto a repetir – quando acontece um fato desagradável. Não mostram o verdadeiro Pará, que produz carne bovina, minério, madeira e diversos produtos agrícolas.

Sr. Presidente, para concluir, parabenizo o Governo brasileiro pelo envio das tropas à Anapu, a fim de ajudar a resolver um problema que, aliás, já estava resolvido pelas Polícias Federal e Estadual. Ao mesmo tempo, lamento que, após ter sido assassinado há alguns dias um produtor rural em Parauapebas, nenhum comissário de Polícia Federal lá esteve.

Será que, no Brasil, vale mais a vida de um estrangeiro do que a de um brasileiro? Nós somos contra a morte de qualquer pessoa. E quando acontece um caso como aquele triste de aconteceu em Anapu, enviam ao local 2 mil policiais do Exército. E quando outros atos de violência são praticados no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Pernambuco, ou mesmo no Pará, que atitudes o Exército brasileiro adota?

Este é apenas um alerta. Não podemos agir com 2 pesos e duas medidas. Vale tanto a vida de um brasileiro quanto a de qualquer estrangeiro que vive em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ontem esta Casa votou várias matérias importantes, dentre elas a PEC Paralela e requerimentos de urgência para tramitação dos projetos sobre a criação das Universidades do ABC paulista, do Triângulo Mineiro, de Alfenas, do Vale do Jequitinhonha e de Dourados.

Nesse sentido, venho fazer um apelo para que, na próxima terça – feira, seja votado um requerimento de inclusão na pauta de votação do Projeto de Lei nº 4.819, de 2005, que dispõe sobre a transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM em Universidade Federal Rural do Semi – Árido – UFERSA/RN.

Mais uma vez, destaco o quanto é importante essa luta não só para o nosso Estado, mas também para toda a região nordestina.

Na verdade, essa é uma luta de mais de 20 anos, há muito reivindicada pela comunidade acadêmica da gloriosa ESAM e por todo a população do Rio Grande do Norte.

Sr. Presidente, neste mandato temos nos empenhado muito nessa luta, junto com toda a bancada federal do Estado. Em 2003 e 2004 fizemos gestões junto aos Ministros Cristovam Buarque e Tarso Genro. O Presidente Lula se sensibilizou e enviou ao Congresso projeto de lei que atualmente tramita na Comissão de Trabalho e Serviço Público. Peço a colaboração de V.Exa. para colher a assinatura dos demais Líderes, a fim de incluí – lo na pauta de terça – feira.

Achamos por demais justo, já que vamos votar requerimentos que transformam e criam universidades públicas federais no Recôncavo Baiano, no Vale do Jequitinhonha, no Triângulo Mineiro, incluir um que peça urgência para a transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró em universidade federal voltada para o semi – árido. A ESAM está pronta para ser transformada em universidade e, assim, servir não só a Mossoró e ao Rio Grande do Norte, mas a toda o Nordeste, já que dispõe de quadros com saber especializado voltado principalmente para a realidade do semi – árido.

Presidente Inocêncio Oliveira, o Deputado Paulo Rocha, Líder do PT, já assinou nosso requerimento. Conto com o apoio de V.Exa. para colher as assinaturas dos demais Líderes, a fim de terça – feira analisarmos a matéria em plenário.

Por último, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Nobre Deputada Fátima Bezerra, conte com meu total apoio para sua reivindicação, que é das mais justas. O Rio Grande do Norte merece que essa importante entidade seja transformada em universidade federal, para continuar prestando serviços de profissionalização à juventude do País.

As adversidades do nosso semi – árido merecem, cada vez mais, a atenção dos governos, sobretudo neste momento em que o Nordeste vive mais um período de grande apreensão, por conta de 19 de março, Dia de São José, que, com a passagem do equinócio, de acordo com a crendice popular, se não passar com chuva, teremos um novo ano de grande estiagem.

Meus parabéns a V.Exa., nobre Deputada.

O SR. PASTOR FRANKEMBERGEN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chamo a atenção da população brasileira para a Rede Boas Novas de Rádio e Televisão, sistema de comunicação de massa que tem prestado grandes serviços à Nação, o que não posso dizer de muitas outras, que, infelizmente, prestam um desserviço ao País.

A RBN tem levado mensagem de paz, amor e unidade à família brasileira, que tem sido massacrada, perturbada – para falar uma palavra mais forte – por emissoras que, infelizmente, têm prestado um desserviço à Nação, transmitindo programações que entram nos nossos lares para denegrir ainda mais e degradar a família brasileira.

Parabenizo o Pastor Samuel Câmara, o Pastor Jônatas Câmara e todos aqueles que fazem da Rede Boas Novas essa grande emissora que leva mensagens de paz ao lares brasileiros.

Em Roraima, estamos de parabéns. Temos uma repetidora cujo sinal nos envia paz, amor, fraternidade, mensagens que edificam nossas famílias. O mesmo não podemos dizer de outras emissoras, que transmitem apenas perturbações. Enquanto houver a RBN e emissoras compromissadas com a educação e a edificação do ser humano, certamente teremos no Brasil pessoas que prestam serviço leal à família brasileira.

Sr. Presidente, a Rede Boas Novas muitas vezes tem sido até ameaçada por aqueles que não querem bem – estar para a família brasileira.

Eu me uno ao Deputado Silas Câmara e à equipe da RBN. Vamos continuar pregando a paz, o amor, a bondade e tudo que edifica o ser humano. É disso que o povo brasileiro precisa, e não de mensagens destrutivas muitas vezes veiculadas por outras emissoras de televisão.

Muito obrigado.

O SR. ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZÉ GERARDO (PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros que me ouvem neste momento, registro mais uma ação positiva da Polícia Federal, em Altamira. Nesta semana, 22 pessoas foram presas por envolvimento com tráfico de drogas, roubo de cargas e veículos, inclusive o diretor do presídio da cidade, por envolvimento com o tráfico de drogas.

O Exército Brasileiro está na região. Já solicitei ao Governo Federal que mantenha e amplie sua presença, porque a situação é grave.

A falta de confiança nas Polícias Civil e Militar, a falta de planejamento, de investimento e de decisão política do Governo do Estado em resolver o problema deixam a população desamparada.

Os ônibus da empresa que faz a linha Marabá—Belém são assaltados de duas a 3 vezes por semana, nos mesmos lugares. As pessoas são levadas para a estrada, obrigadas a deitarem no chão, roubadas, e não há apuração do crime para que os assaltantes sejam presos.

O investimento na criação de Delegacias da Polícia Federal e a presença dela e do Exército são muito importantes. A Força da Terra vai agir também nas áreas destinadas à reforma agrária, para garantir o assentamento de famílias em áreas que, embora da União, o INCRA não pode entrar para demarcar, porque existem donos.

O setor produtivo precisa se organizar e cobrar ações do Governo do Estado. Precisamos separar o joio do trigo, saber quem é produtor e o que produz, para fazer o Pará continuar a crescer e a ser desenvolvido e produtivo.

Muito obrigado.

O SR. RAIMUNDO SANTOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RAIMUNDO SANTOS (Bloco/PL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, quero me somar aos Parlamentares de diversos Estados que hoje homenagearam a Rede Boas Novas de Rádio e Televisão pelos 12 anos de sua fundação: os Deputados Milton Barbosa, Gilberto Nascimento, Pastor Frankembergen

e, em especial, o Deputado Silas Câmara, que liderou esse movimento.

Hoje, a Rede Boas Novas tem forte apoio político em razão do magnífico trabalho que faz, não apenas de propagação da fé para este País, mas também por sua programação sadia na rádio e televisão, em que destaca a construção da cidadania, a boa cultura e o aspecto social.

Parabéns ao Pastor Samuel Câmara, idealizador dessa rede de comunicação!

Aproveito para pedir que conste dos Anais desta Casa, por tão magna data, artigo do Pastor Samuel Câmara, publicado pelo jornal *O Liberal*, no dia 12 deste mês, sábado passado, intitulado *Doze anos de Luz e Milagres*. Nesse artigo, ele relata que Deus lhe deu uma visão quando estava no Alto Rio Juruá, no Município de Ipixuna, na Amazônia, para que implantasse uma rede de comunicação que visasse ao ser humano, à família, ao povo do Brasil, que tanto precisa, neste momento conturbado em que vivemos, de uma boa mensagem de Deus aos corações.

Meus cumprimentos à Rede Boas Novas; ao Pastor Samuel Câmara, Presidente da Rede; ao Pastor Jonatas Câmara, no Estado do Amazonas; e, particularmente, a todos os Deputados que no Congresso Nacional apóiam esse empreendimento, inclusive, a meu amigo Deputado Silas Câmara, que, no caso da Rede Boas Novas, é nosso líder político aqui.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Jornal O Liberal
Doze anos de Luz e Milagres

No dia 15 de março de 1993, em Manaus, por efeito de um grande milagre de Deus, surgiu a Rede Boas Novas. São passados doze anos, mas ainda me lembro de como tudo começou.

A visão de Deus para implantar uma rede de comunicação foi implantada no meu coração da forma mais inusitada possível. Eu estava no alto rio Juruá, para resolver um problema numa igreja no município de Ipixuna (AM).

Um irmão em Cristo bem pobre se aproximou e me surpreendeu com o pedido:

– Pastor, eu queria que o senhor me presenteasse com uma filmadora.

Tendo sido outrora um perigoso bandido procurado pela polícia, ele se convertera, se casara e, agora, tinha uma filha. O seu sonho, me disse ele, era poder filmar a sua filhinha crescendo e depois mandar a fita aos parentes no Nordeste, de onde viera e ninguém mais soubera notícias suas.

Naquele momento, o Senhor Jesus falou ao meu coração utilizando-se desse fato como uma poderosa metáfora:

– Construa uma rede de televisão para mostrar a minha Noiva, a Igreja, e a minha mensagem para todo o País.

Quando chegou o tempo de Deus, imaginamos começar comprando uma emissora de rádio. Ao procurarmos uma rádio que estivesse à venda, surgiu-nos a oportunidade de comprar a Rede Brasil Norte. O preço, contudo, era algo exorbitante para os nossos padrões financeiros. Ademais, como não tínhamos fiadores, o contrato previa que, se houvesse atraso em algum pagamento, a rede voltaria aos antigos donos e perderíamos tudo.

Tudo o que tínhamos era a fé de que Deus estava nesse negócio. Parecia loucura, mas era um claro sinal de que tínhamos de confiar inteiramente em Deus, que é dono do ouro e da prata, e não no homem.

Houve uma intensa mobilização da igreja, irmãos vendiam suas posses, outros vendiam picolés, sanduíches e frutas, e todos traziam suas generosas ofertas, de modo que, finalmente, pagarão cada centavo. Esse foi um grande milagre de Deus! A Ele seja a honra e a glória!

Essa história está contada em detalhes no livro "Luz, Câmera...Milagre!", de autoria do pastor Benjamin de Souza, que será lançado durante as comemorações dos doze anos da RBN. Escolhemos para este aniversário o tema: "Doze anos de Luz e Milagres". Porque isto que a Rede Boas Novas tem vivido, por absoluta graça do Senhor Jesus.

Eu sempre me pergunto: "Por que Deus escolheu começar uma obra dessa no Norte, numa região onde nenhum empresário de bom senso começaria nada dessa magnitude? Por que não no Sul ou no Sudeste?"

A única resposta que tenho é essa: "Isso é coisa de Deus!"

Os caminhos de Deus são mais altos que os nossos caminhos e seus pensamentos são mais elevados que os nossos pensamentos. Está escrito que Deus "escolheu as coisas loucas do mundo para envergonhar os sábios e escolheu as coisas fracas do mundo para envergonhar as fortes".

O mesmo Deus que escolheu Belém do Pará para começar a Assembléia de Deus com apenas dois jovens missionários e a tornou a maior igreja evangélica do mundo, escolheu começar a RBN em Manaus. Isso me basta!

Embora estejamos comemorando doze anos, ainda dependemos do suprimento diário de Deus, assim como o povo de Israel no deserto do Sinai dependia

do maná a cada manhã. Isto porque RBN é uma obra missionária.

Eu sempre digo que não nos interessam disputas por audiência, embora queiramos atingir o maior número de pessoas com a mensagem de Jesus. Nosso **slogan** permanente é: "Rede Boas Novas, transmitindo Jesus".

Não nos fascina a idéia de sermos melhores que as outras emissoras, mas apenas fazermos o melhor que podemos com aquilo que temos. Não nos inquieta não sermos aplaudidos, mas sim contar com o aprove de Deus. E enquanto vamos seguindo fielmente os planos de Deus, Ele mesmo nos acrescenta dia a dia mais bênçãos para que possamos cumprir essa grandiosa missão.

Começamos em Manaus (e em 35 cidades do Amazonas) e Porto Velho. Depois vieram Belém, Rio de Janeiro e o Satélite. Agora, temos a grata satisfação de anunciar que Deus nos propiciou concessões para cobrir todas as capitais do País, algumas já em atividade.

Queremos exaltar o nome de Jesus, colocando-o iluminado no topo de todas as torres de televisão, como testemunho de que "não haverá impossíveis em todas as suas promessas". (Lc. 37)

Eu quero sempre me lembrar de que "Deus mandou a sua ordem, e grande é o exército dos que anunciam as boas novas". (Sl 68. 11)

A Deus a minha eterna gratidão! Agradeço também a todos os mantenedores que ajudaram a tornar esse sonho uma realidade.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Vai-se passar ao horário de

VII – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Tem a palavra o nobre Deputado João Correia, pelo PMDB.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, farei algumas observações sobre uma das criaturas mais reputadas e respeitadas da República brasileira, Ulysses Guimarães. Mas antes quero fazer alguns comentários sobre o que disse o Deputado Gilberto Nascimento, que tratou há pouco da reunião de ontem do COPOM, na qual a taxa de juros, já escorchante, já *pole position* no mundo, passou de 18,75% para 19,25%.

Realmente, os banqueiros do COPOM são cruéis, malvados, perversos. Como dizem na minha terra, eles têm coragem de mamar em onça. Fazer uma coisa dessas com este País, tão pujante, com economia tão vibrante, com população tão carente de trabalho e de prosperidade, é realmente algo muito perverso. É preciso ser um banqueiro sem coração para hoje compor o COPOM.

Sr. Presidente, mas estas duas expressões não rimam: banqueiros do COPOM e Ulysses Guimarães. Essa é uma rima que não dá para fazer. Estamos com 20 anos de redemocratização do Brasil e, nestes 2 últimos dias, vimos todo um processo de comemorações nesta Casa. Aliás, este local chama-se Plenário Ulysses Guimarães.

A redemocratização foi comemorada por uma sessão nesta Casa e outra no Senado Federal. Se compararmos o processo de reestruturação democrática como uma coroa, falta-lhe sua jóia principal, Ulysses Guimarães. Sem embargo do calvário, sem embargo do martírio da figura extraordinária de Tancredo Neves e do não-comprometimento da figura de José Sarney.

Não podemos negar, de forma alguma, que as luzes e o brilho do processo democrático do Brasil devem-se, substantivamente, à extraordinária figura do patriota e democrata Ulysses Guimarães.

O Brasil é conhecido por fazer as transições de seus momentos históricos, como dizem os acadêmicos, pelo alto. Ou seja, transições pelas elites. Os pactos são feitos com as elites, o que é verdade. Na Independência do Brasil, vivemos isso. Foi um português da realeza que a proclamou. Os nossos vizinhos latino-americanos morrem de inveja por não terem sediado a Coroa, a sede da realeza espanhola. Nós sediamos a realeza lusitana.

Assim foi feito com a abolição da escravatura. As elites alimentavam-se dela, mas uma princesa a proclamou e a assinou. Não quero diminuir a luta extraordinária dos abolicionistas.

A transição da Monarquia para a República também foi um pacto pelo alto, nas elites. Depois tivemos a Revolução de 30 – quem sou eu para fazer profunda digressão sobre a história do Brasil. Mas cheguemos, então, ao momento do golpe militar.

Aliás, sobre revolução ou contra-revolução, o Brasil tem que ler os livros extraordinários de Elio Gaspari a respeito da evolução das ditaduras.

Tivemos no processo de redemocratização uma transição também pelo alto. Ela não fugiu à regra da história brasileira e foi feita através de um Colégio Eleitoral, ao qual o PT, ainda não convertido ao ideário neoliberal, recusava. O PT recusava o Colégio Eleitoral – repito.

As figuras carimbadas da ARENA que serviram à ditadura depois conduziram o processo democrático, a instalação da Constituição e a configuração definitiva das liberdades públicas no Brasil.

Ulysses teve conexões iniciais com o movimento de 1964, na contra-revolução ou na revolução, porque há uma dubiedade muito grande em relação a esse movimento, se ele foi contra-revolucionário ou revolucionário. Mas Ulysses não espreitava pelas frestas do poder para saber onde o andor ia para pular dentro dele e aportar em portos seguros.

Ulysses, então, começou a fazer a transição, numa conexão com o povo brasileiro. Se há algo que tem o cheiro de povo foi a ação de Ulysses Guimarães no processo da resistência neste plenário e no Brasil inteiro contra a ditadura militar. Ele arriscou, teve o que arriscar, enfrentou os cães da ditadura – falo literalmente dos cachorros amestrados das forças da repressão. E Ulysses Guimarães não foi tão focalizado nesses 2 últimos dias. Pessoas que foram muito mais adjetivas, menos substantivas do que ele, levaram pela discussão dessa reforma ministerial talvez tenham recebido luzes nem tão necessárias nem tão justas. E a jóia da coroa não brilhou com a sua pujança e com o seu tamanho histórico.

Só tive o PMDB como partido e espero somente tê-lo até o fim dos meus dias. E isso vem de família, do meu pai, da minha juventude na luta contra a ditadura.

Vi o Dr. Ulysses no comício da Candelária, no Rio de Janeiro, onde muitos estavam ausentes; vi o Dr. Ulysses no comício da Sé, em São Paulo, quando tantos estavam ausentes. E vi no Acre a figura grandiosa, respeitável, reputada, honrada, decente e honesta de Ulysses fazer sua pregação da liberdade, da luta pela democracia no Brasil.

Sr. Presidente, hoje o PMDB é um partido que ainda continua grande, ainda é um partido muito grande, mas precisa espelhar-se, precisa honrar a dignidade que lhe ensinou e que lhe patrocinou o Dr. Ulysses Guimarães.

O PMDB não poderia deixar jamais, nesses 20 anos de comemoração das liberdades democráticas, de enaltecer, de colocar no frontispício desta Pátria a figura respeitável, honrada, decente de democrata que foi o Dr. Ulysses Guimarães.

Estou dizendo isso aqui, mas não tive o privilégio de compartilhar 2 ou 3 metros de distância ao lado dele. Não tive mais do que uma ou duas vezes esse privilégio e essa oportunidade. Acompanhava-o, ele tinha erudição real, ele realmente havia lido Luís de Camões, em *Os Lusíadas,* ele falava no velho do restelo com conhecimento de causa, ele sabia o que dizia, sabia onde o seu dedo apontava para este País. E não era o dedo duro da ditadura não; era o dedo estendido da liberdade, do sol da democracia, do sol do nosso PMDB.

Sr. Presidente, desejo que o PMDB recupere o sangue no olho que teve Ulysses Guimarães em sua trajetória e o coloque a serviço da prosperidade do povo brasileiro.

E, ao falar em Ulysses Guimarães, sinto até vontade de começar a contar muito, porque era uma figura pública em quem se pode espelhar com orgulho, com simplicidade e com satisfação, sem aquelas posições melífluas dos oportunistas ou daqueles que não têm o amor, um sentimento popular.

Ulysses Guimarães viveu grandiosamente, Deputados Zico Bronzeado, Ronivon Santiago e Júnior Betão, do Estado do Acre, que dão a honra de ouvir o colega Deputado João Correia.

Ulysses Guimarães teve uma vida grandiosa e só poderia ter uma morte tão grandiosa como foi sua vida. O oceano, e não o mar, talvez ainda seja pequeno para abraçar o seu corpo, o tamanho do serviço que prestou à democracia no Brasil e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Por conseguinte, Ulysses Guimarães, como seu ancestral na antigüidade clássica, fez a odisséia da democracia brasileira.

Em nome do meu partido, no da minha terra e no do PMDB do Acre saúdo a figura excelsa de Ulysses Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Nobre Deputado João Correia, na qualidade de novo integrante do PMDB, concordo com V.Exa. em gênero, número e grau em todas as homenagens a que se possa prestar ao extraordinário homem público que foi o nosso queridíssimo Ulysses Guimarães, referência de seriedade e espírito público e o grande responsável pela redemocratização deste País.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Júlio Redecker, do PSDB.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande honra que ocupo esta tribuna no período das Comunicações Parlamentares em nome do meu partido, o PSDB, para homenagear o *Jornal NH*, de Novo Hamburgo, minha terra – cidade onde moro, onde nasceram meus filhos – , pela passagem dos 45 anos deste jornal que tem prestado ao Rio Grande do Sul e ao Brasil grandes serviços no que se refere ao desenvolvimento econômico e à justiça social.

O nosso *Jornal NH* foi fundado em 1960 e amanhã completa 45 anos. O Presidente em exercício, Inocêncio Oliveira, teve a oportunidade de visitá-lo. O jornal é veículo líder do Grupo Editorial Sinos. São 45 anos voltados a nossa comunidade regional. O jornalismo comunitário é o foco do *Jornal NH*, mas

sem se descuidar das coberturas estadual, nacional e internacional.

Somente em Novo Hamburgo são quase 30 mil exemplares para assinantes fiéis que fazem a baliza dos fatos nacionais a partir da credibilidade do jornal. Hoje, o *Jornal NH* tem também expressiva participação na radiocomunicação e em outros veículos, como a *Revista Lançamentos*, o *Jornal Exclusivo* e a *Rádio ABC 900*, que estão no Rio Grande do Sul demonstrando como se faz um jornalismo sério, competente e correto.

Atualmente, o jornal tem quase 45 mil exemplares diários. Abrange mais de 45 Municípios nos Vales dos Sinos, Caí e Paranhana, na Serra Gaúcha e no litoral norte do Estado. Ocupa a 11ª posição em número de assinaturas no *ranking* brasileiro de jornais diários, segundo o instituto verificador de circulação, atrás apenas de jornais de algumas das grandes Capitais do País.

O *Jornal NH* mantém a liderança absoluta em circulação paga na sua área de abrangência. E o Grupo Editorial Sinos, comandado pelo experiente homem, empresário e jornalista Mário Gusmão, é hoje a terceira maior empresa jornalística do Rio Grande do Sul e disponibiliza informação, cultura, entretenimento e interatividade por meio de seus jornais diários, como o *Jornal NH*. É a 21ª empresa jornalística em receita líquida no País; possui o maior parque gráfico do interior do Brasil e o 29º da América Latina, de acordo com balanço da *Gazeta Mercantil*.

Falar do *Jornal NH* é falar de um jornal companheiro da comunidade. Uma de suas lutas é erradicar o analfabetismo, e o faz por meio de programas que constituem a união dos setores público e privado para que possamos levar a luz a todo o mundo.

Outra luta que realiza é para que haja uma nova ligação rodoviária entre o Vale do Sinos e a Capital do Estado, a nossa Rodovia do Progresso. Esse anel rodoviário é fundamental para que tenhamos uma interligação que hoje está estreita, vive em gargalos; qualquer acidente não permite que tenhamos uma ligação entre Novo Hamburgo, Porto Alegre e todo o Vale do Sinos.

É importante todo o trabalho que esse jornal tem feito para apoiar o desenvolvimento do setor coureiro-calçadista, a nossa FENAC, a promoção das exportações. Acompanha as feiras nacionais e internacionais de calçados, sem falar na sua vinculação com a comunidade, para que ela tenha não só informação local, mas, fundamentalmente, uma visão globalizada dos fatos do mundo.

Sr. Presidente, neste momento, queremos desejar a toda a família do *Jornal NH* – assinantes, anunciantes, colaboradores, acionistas e diretores – votos de saúde e paz pelos seus 45 anos, com a certeza de que esta é uma caminhada com muito chão pela frente. Essa certeza é fruto da convicção de que uma empresa sólida se faz com trabalho e talento mas, sobretudo, com pessoas, porque atrás da máquina tem gente, como ensinou o nosso querido Nestor de Paula, presidente da Azaléia já falecido, e é com gente com talento que se fazem os grandes empreendimentos.

Sr. Presidente, registro, portanto, o aniversário deste **Jornal NH**, que para nós, moradores do Rio Grande do Sul, especialmente dos Vales do Sinos e do Paranhana, é um realidade que traz progresso, desenvolvimento e faz com que tenhamos sempre a fé em uma cidade melhor, um Estado melhor e um País melhor.

Desejamos uma grande comemoração a toda a família do *Jornal NH* pelo seu aniversário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – No restante do tempo destinado ao PSDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Madeira. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última terça-feira, dia 15 de março, foi aniversário da cidade de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, e lá estivemos em visita. Ela tem apenas 17 anos, desde que foi alçada à condição de cidade. Hoje é administrada por uma mulher – a Prefeita Aurinha – do nosso partido, o PSDB.

Visitamos unidades que prestam serviço de saúde e de educação e pudemos constatar que Dona Aurinha está administrando a cidade com o mesmo cuidado com o qual administra cotidianamente a sua casa. É uma cidade limpa, bem cuidada e os seus habitantes mantêm enorme esperança de que a administração de Miranda do Norte, ao final de 4 anos, possa darlhes melhores condições de vida. Visitei o hospital do Município, onde havia médicos e muitas pessoas estavam sendo atendidas. Fiquei muito satisfeito com o desenvolvimento da administração da Prefeita.

Sr. Presidente, quero deixar registrado meu protesto contra a insana política do Governo Lula de aumento permanente dos juros. Sabemos que depois do dia vem a noite e que depois da noite vem o dia; da mesma maneira é a política do Governo Lula: todo mês há 0,5% de aumento na taxa SELIC. A cada mês, 2,5 bilhões de reais são retirados dos meios produtivos em função dos juros, dificultando ainda mais a vida dos brasileiros, principalmente dos mais pobres.

Para não ser injusto dizendo que todos são prejudicados, uma pequena casta está-se dando muito

bem: os banqueiros. Não é à toa que hoje os bancos no Brasil estão tendo os maiores lucros do mundo, é justamente por uma correspondência biunívoca, porque os juros no Brasil são os maiores do mundo.

Enquanto isso, as estradas continuam precárias. Nos dias 12 e 13 deste mês, sábado e domingo, fui e voltei de Imperatriz a Balsas. Aquilo não é estrada, já houve uma estrada naquele lugar. Aquela é justamente uma das regiões mais produtivas do País. Centenas de carretas circulam diariamente carregando soja de Balsas para Porto Franco, de onde seguem de trem para o porto de São Luís.

O Presidente Lula mantém uma equipe econômica que castiga o País com os maiores juros do planeta. Diariamente, em suas perorações, fala e fala, promovendo a fritura coletiva de toda a sua equipe ministerial. Ao mesmo tempo, mantém esta política econômica perversa, que a cada mês, tão certo quanto o novo dia vai surgir, aumenta a taxa dos juros em mais 0,5% e retira 2,5 bilhões de reais da economia. Esses valores vão-se somando sucessivamente, mês a mês.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO CASTELO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO CASTELO (PSDB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar o meu pesar pela maneira como o Governo vem tratando os assuntos que dizem respeito aos funcionários públicos. Refiro-me principalmente aos antigos funcionários, em particular os do Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, V.Exa., que é médico, deve ter conhecimento do que vou dizer. Há médicos aposentados, idosos, do Ministério da Saúde, que há muitos anos têm recursos a receber – inclusive pessoas com 90 anos de idade, que ganharam na Justiça o direito de recebê-los.

Há o caso, por exemplo, do Diretor do FUNRURAL, Dr. Antonio Vespasiano Ramos, de 90 anos, médico brilhante, professor da faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que tem recursos a receber há mais de 1 ano, correspondentes a salários atrasados. Ele ganhou na Justiça o direito de receber o pagamento do benefício, mas o Ministro não toma as devidas providências.

Há 6 meses faço menção a esse assunto. Inclusive, encaminhei ofício ao Sr. Ministro. No entanto, no momento em que há um problema no Rio de Janeiro, S.Exa. faz um verdadeiro carnaval; manda, inclusive, aviões da FAB para lá. Gastam-se recursos absurdos para transportar certos medicamentos, que existem naquele Estado – há necessidade apenas de transportá-los de um hospital para outro.

Espero que o Sr. Ministro tenha um pouco mais de responsabilidade no exercício de sua função e considere esses casos. Uma pessoa de 90 anos não pode esperar muito tempo. Por que estão amontoando recursos de superávit primário para o FMI? Os idosos não podem deixar esses recursos que não recebem para a família, quando morrem. Estão negando a quem tem direito o dinheiro que querem economizar para o Governo.

Era o que tinha a registrar.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Zezéu Ribeiro, pelo PT. S.Exa. dispõe de até 5 minutos na tribuna.

O SR. ZEZÉU RIBEIRO (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de iniciar meu pronunciamento, registro a presença neste plenário de Vereadores do Município de Alagoinhas: Roberto Torres, Presidente da Câmara de Vereadores; Elionaldo de Faro Teles, Líder do Governo; Raimunda Florêncio e Edvando Santana. Eles participaram do Encontro Nacional de Vereadores e agora acompanham os trabalhos desta Casa.

Sr. Presidente, inscrevi-me hoje para fazer com os Srs. Deputados uma reflexão sobre a responsabilidade que temos na implementação de políticas públicas que não enganem o povo.

O Governo passado, numa escamoteação, adotou um sistema para acabar com as universidades federais do Brasil, provocando a privatização do ensino. Estamos afirmando uma política nacional para recuperar o sentido republicano da universidade pública, gratuita e de qualidade como projeto de nação, promovendo a criação de novos centros e fazendo profunda reforma no ensino superior, a fim de, no prazo determinado em lei, tornar públicas 30% das vagas oferecidas no ensino superior.

Os Deputados Walter Pinheiro, Luiz Alberto, Alice Portugal e eu temos trabalhado com a Universidade Federal da Bahia pela criação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

Na segunda-feira atrasada, juntamente com o Reitor e o Vice-Reitor da UFB e o Diretor da Escola de Agronomia da Universidade, que funciona em Cruz das Almas, fomos ao Ministério da Educação tentar aprovar a criação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, seguindo as diretrizes fixadas pelo Presidente Lula no âmbito do MEC.

Na segunda-feira passada, em Cruz das Almas, foi implantado o Centro de Ciências Agrárias e Ambientais, que incorporou a Escola de Agronomia. No processo de revigoramento da universidade, além do

Curso de Agronomia, que já existe há quase 50 anos, foram criados os Cursos de Zootecnia, de Engenharia Florestal e de Engenharia de Pesca. Já se prepara o espaço para a Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

Esse projeto deve ter chegado hoje à Casa Civil e possivelmente esteja aqui na próxima semana. Estavam sendo feitos ajustes. Por isso, ele ainda não havia sido encaminhado pelos Ministérios do Planejamento e da Educação.

Trabalhou-se muito para a constituição dessa universidade. Foram feitas audiências públicas em 28 Municípios da região, com a participação de Prefeitos e Deputados, independentemente de partido. Houve liderança afirmativa do Partido dos Trabalhadores na consumação desse projeto, definida como diretriz de intervenção regional. Mas estivemos abertos à participação de todos.

Acho que o Deputado José Carlos Aleluia não participou de um único debate. Mas, numa espécie de golpe, só porque repercutiu na imprensa a reunião no Ministério da Educação, fez-se patrono do processo, o que é ruim, porque sua participação não foi efetiva.

Vamos implantar a Universidade Federal do Recôncavo Baiano, mas queremos criar também outras universidade no Estado.

Esteve em tramitação nesta Casa, em 2002, o projeto de criação da Universidade de Petrolina. Graças a uma articulação da bancada da Bahia, encabeçada pelo Deputado Walter Pinheiro, conseguimos ampliar a abrangência do centro, constituindo a primeira universidade interestadual do Brasil: a Universidade do Vale do São Francisco.

Entre as propostas de implementação de universidades, está a da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. No momento da discussão da matéria, vou mostrar a importância da participação da Bahia nessa mesorregião.

Já defendi em seminários a integração da Bahia, que teve ocupação predominantemente no sentido norte – sul, diferentemente de Minas, que ocupou seu território de leste a oeste. Os Rios Jequitinhonha e Mucuri têm grande importância na integração do Estado, e há uma intervenção articulada do Governo Federal no sentido da transversalidade, visando reconhecer a cultura, as potencialidades e as debilidades de cada região.

Propomos que a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri se estenda ao extremo sul da Bahia, com a implantação de unidades acadêmicas nas cidades de Teixeira de Freitas e Porto Seguro. Porto Seguro é o berço da Nação e o segundo pólo turístico do Nordeste. Depois de Salvador, é a cidade com maior número de leitos em todo o Nordeste do País. Teixeira de Freitas é a terceira capital regional, pólo de serviços para o desenvolvimento da economia da celulose e da agroindústria.

Sr. Presidente, vamos apresentar emenda propondo a criação também da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para usar o restante do tempo do Partido dos Trabalhadores, concedo a palavra à Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com satisfação que saúdo a iniciativa da Prefeitura Municipal de Natal, tendo à frente a Secretária de Planejamento, a economista Virgínia Ferreira, e o Sr. Prefeito Carlos Eduardo de proporem a criação do Fórum de Gestores da Grande Natal. Esse Fórum tem como objetivo a definição de estratégias e diretrizes para o desenvolvimento socioeconômico da Região Metropolitana de Natal.

Nesse sentido, a SEMPLA/PMN considerou a relevância de se formular uma agenda de trabalho que contemple um conjunto de ações e de estratégias para a promoção do desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Natal.

Os problemas que afligem nossas cidades, desde as condições de vida da população, o acesso a transporte, habitação, pavimentação, saúde, educação e emprego, para ficar nos mais visíveis, representam um grande desafio para as gestões municipais.

Quando se trata de Municípios circunvizinhos à Capital, os problemas são comuns e a organização do consórcio de cidades e da Capital, com vistas a resolução conjunta dos problemas, vem se mostrando uma saída mais favorável para a resolução dos problemas com economia de recursos, que, como todos sabemos, são escassos.

A Região Metropolitana de Natal foi criada a partir da Lei Complementar nº 152, de 16 de janeiro de 1997, de minha autoria. Ela congrega os Municípios de Natal, Parnamirim, Nísia Floresta, Macaíba, São José de Mipibu, São Gonçalo do Amarante, Extremoz e Ceará-Mirim. Essa iniciativa partiu da nossa compreensão de que soluções para os problemas que afligem as cidades circunvizinhas da Capital devem ser tomadas no seu conjunto, já que se reproduzem e se refletem umas sobre as outras, exigindo intervenções integradas dos Poderes Públicos.

A Região Metropolitana de Natal concentra uma população de 1.099.273 habitantes, dos quais 712.317 em Natal, 124.690 em Parnamirim, 69.435 em São Gonçalo do Amarante, 19.572 em Extremoz, 34.912 em

São José de Mipibu, 19.040 em Nísia Floresta, 54.883 em Macaíba e 62.424 em Ceará-Mirim.

Nos últimos anos, Natal vem atraindo um grande fluxo turístico nacional e internacional, reconfigurando a cidade como um pólo importante de turismo. A vocação turística atuou na ocupação das faixas litorâneas e na expansão do setor de serviços, seja do parque hoteleiro, na oferta de restaurantes e bares, seja no comércio varejista em geral. Potencializado pela vocação turística, essa expansão trouxe grandes desafios do ponto de vista da preservação ambiental, bem como da oferta adequada de serviços como abastecimento de água, coleta de lixo, rede de esgotamento sanitário.

A magnitude dos problemas sociais que afligem a nossa população, como a pobreza, o desemprego e a desigualdade social, assume uma enorme complexidade, conformando-se num desafio que se traduz na urgente necessidade de se formular um novo projeto para a sociedade. Esse projeto deve contemplar a perspectiva da melhoria das condições de vida da população por meio de reformas profundas e que apontem para a superação da pobreza e da injustiça social.

A construção desse projeto se constitui em um complexo desafio para o Governo Federal, os Estados, os Municípios e a sociedade. É preciso que tenhamos consciência de que muitas ações não podem ser realizadas individualmente, sendo necessária a realização de ações conjuntas e integradoras, com o objetivo de romper com os graves desequilíbrios socioeconômicos que afligem cotidianamente a nossa população.

Pensar a Região Metropolitana de Natal de forma integrada, solidária e harmônica representa o primeiro e talvez o mais importante passo na construção de um ambiente metropolitano menos desigual, mais integrado social, política e economicamente e mais sustentável.

Sr. Presidente, é, portanto, com grande satisfação que estamos acompanhando o início do processo de articulação da Região Metropolitana de Natal.

No dia 11 de março, participei de reunião na Secretaria de Planejamento de Natal, coordenada pelo Sr. Prefeito da cidade de Natal, Carlos Eduardo, e pela Secretária de Planejamento, a economista Virgínia Ferreira, com a presença dos Prefeitos Agnelo Alves, de Parnamirim; Ednólia Melo, de Ceará-Mirim; Fernando Cunha, de Macaíba; Enilton Trindade, de Extremoz; Jarbas Cavalcanti, de São Gonçalo, e representantes dos Municípios de São José e Nísia Floresta. Naquela oportunidade foi criado o Fórum de Gestores da Grande Natal.

Em decorrência da criação do Fórum já podemos citar alguns movimentos importantes. A Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte, tendo à frente o nosso correligionário, um médico competente, Dr. Rui Pereira dos Santos, juntamente com o Fórum de Gestores do conjunto de cidades que compõem a região metropolitana, representantes da Universidade Federal e do Ministério Público reuniram-se para discutir, compartilhar e disciplinar responsabilidades sobre os hospitais sediados na região metropolitana, com vistas à melhoria do atendimento da saúde da população.

Em outra reunião, também realizada entre Secretaria Estadual da Saúde, Prefeitos, Secretários Municipais de Saúde da região metropolitana, Secretaria de Trânsito e Transportes Urbanos, Secretaria de Planejamento de Natal e DER, foram debatidas questões como: ações conjuntas dos Municípios da Região Metropolitana de Natal nas áreas de saúde e transporte; dados operacionais sobre o sistema de transportes e sua problemática na cidade de Natal; dificuldades na remuneração de médicos e enfermeiros e a alta rotatividade dos profissionais de saúde, gerando descontinuidade nos serviços de atendimento do PSF.

Entre as importantes deliberações da reunião podemos citar: implementação da ponte Natal – Redinha cujo projeto encontra-se no BNDES; redução e unificação das tarifas de ônibus na região metropolitana; continuidade à luta pela unificação das tarifas de telefones, encampada pelo nosso mandato desde 2003; integração dos setores responsáveis pela área de transportes das diversas Secretarias da Região Metropolitana de Natal, através de reuniões no DER para elaboração de projetos de interesses comuns; realização de um pacto entre SMS/Prefeitura com o objetivo de pensar as dificuldades/soluções da saúde em âmbito Federal, Estadual e Municipal; adequação da estrutura física do Hospital Walfredo Gurgel, que tem o mais importante pronto-socorro do Estado, a fim de possibilitar uma melhoria no atendimento, em parceria com o Ministério da Saúde; fortalecer a atenção básica no atendimento nas demais cidades do Rio Grande do Norte para evitar a superlotação do Hospital Walfredo Gurgel; elaboração de um plano para a Região Metropolitana de Natal e criação do Fórum de Segurança para a Região Metropolitana de Natal.

A SEMPLA/PMN está propondo aos outros 7 Municípios que compõem a referida região um tipo de metodologia uniforme de elaboração dos PPAs 2006/2009. O objetivo principal dessa uniformização é o de criar um instrumento de intervenção que torne mais eficiente a articulação entre as diversas políticas públicas adotadas na região. Uma das principais conseqüências disso é o estabelecimento de condições reais de aproximação e diálogo entre os atores institucionais e sociais presentes.

Sr. Presidente, pensar a Região Metropolitana de Natal de forma integrada, solidária e harmônica representa o primeiro, e talvez o mais importante, passo na construção de um ambiente metropolitano menos desigual, mais integrado social, política e economicamente e mais sustentável.

É de uma riqueza extraordinária ver a Grande Natal, uma das regiões mais importantes do nosso Estado, pois representa 46% da população rio-grandense-do-norte, de repente pensar e discutir seus problemas e buscar uma solução de forma conjunta.

Por isso, parabenizo essa iniciativa e digo, não só ao Prefeito de Natal, mas aos de toda a região e a toda a população, que podem contar com o apoio da Deputada Fátima Bezerra, do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, encerro minhas palavras reafirmando a minha alegria em testemunhar o início do processo de concretização da Região Metropolitana de Natal. Temos a certeza de que a partir dela teremos melhoria nas condições de vida da população, especialmente dos mais pobres, de modo que se cumpra o projeto de nosso Governo em relação à inclusão social e às deliberações da III Conferência das Cidades.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Léo Alcântara. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. LÉO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho hoje à tribuna para falar da votação que tivemos na sessão de terça-feira. Em um dos destaques da PEC Paralela da Previdência, aprovamos o subteto do Judiciário para as carreiras de delegado, agente fiscal e advogado do Estado.

Isso terá conseqüências muito graves para os cofres estaduais. Cito, por exemplo, o caso do Estado do Ceará, onde o delegado poderá receber, com certeza, mais do que o Governador. O salário do Governador é de 8 mil e 500 reais. O teto do Judiciário passou a ser de 17 mil reais. Devíamos ter levado esse fato em consideração ao votar esse destaque.

O Líder do Governo, Deputado Professor Luizinho, assim como o Relator da PEC Paralela, o Deputado José Pimentel, muito bem alertaram para o fato de o quão danosa iria ser a aprovação daquele destaque. Mas naquela noite o que escutei de alguns Parlamentares é que seria muito antipático votar contra aquele destaque e que nós deixaríamos, então, para o Senado Federal ajeitar o que nós, na Câmara, tínhamos feito. Isso é que foi o maior absurdo, porque esta Casa não pode fazer as coisas sem pensar nas conseqüências. Mais ainda: deixar para o Senado Federal a função de corrigir.

Até meu partido liberou a bancada. O Líder era contrário à matéria, mas, naquele momento, liberou a bancada. Do Estado do Ceará, apenas o Relator, Deputado José Pimentel, votou contra a matéria. Eu me abstive, o mesmo que votar contra, porque eram necessários 308 votos para aprová-la.

Resta agora aos Governadores esperarem que o Senado Federal conserte o erro que a Câmara cometeu. Espero que fiquem atentos, pois grande quantidade de Senadores já foram Governadores e sabem o quanto os Estados serão prejudicados.

Os delegados, os agentes fiscais e os advogados merecem salários maiores? Sim, mas primeiro é preciso saber se os cofres estaduais agüentam pagar. Nenhum Estado terá condições de impor esse subteto aos delegados, aos agentes fiscais e aos advogados.

Sr. Presidente, ontem aprovamos 5 requerimentos de urgência para a criação de 5 novas universidades federais. Tramita também nesta Casa projeto do Senador Reginaldo Duarte para a criação da Universidade Federal do Cariri. V.Exa. conhece muito bem aquela região. A Universidade Federal do Cariri vai agrupar várias universidades que existem na região do Crato, Juazeiro e Barbalha.

Vejam bem. Minas Gerais – nada contra aquele Estado – possui hoje 13 universidades federais. Com as duas urgências aprovadas ontem, provavelmente passará a ter 15. E o Estado do Ceará possui apenas uma.

Essa Universidade Federal do Cariri iria englobar a Universidade Regional do Cariri, que é estadual, o CEFET e a Faculdade de Medicina de Barbalha. Enfim, apenas seriam agrupadas as universidades já existentes com a criação da universidade federal. O Estado possui 3 universidades estaduais, o que é muito pesado para seus cofres.

É desejo do nosso Estado e dos Parlamentares daquela região que seja incluído o projeto que trata da Universidade Federal do Cariri entre as urgências que serão votadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, pela manhã, uma comissão de técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional participou da reunião da Mesa Diretora da Comissão de Finanças e Tributação desta Casa. Lá nos foi entregue o relatório da dívida pública referente ao exercício de 2004.

Quero abordar rapidamente essa questão, porque ontem a sociedade brasileira recebeu mais um presente de grego: a elevação da taxa SELIC em mais 0,5%, o que representa, para aqueles que ainda se preocupam com a matemática das contas públicas, elevação de quase 2,5 bilhões de reais na dívida pública cotada nos títulos disponíveis no mercado, a dívida pública mobiliária interna.

Este quadro é extremamente grave, porque a dívida pública brasileira talvez seja a que mais evoluiu seu estoque no mundo. Em apenas 10 anos, foi multiplicada por quase 14 vezes num país que não viu seu Produto Interno Bruto crescer de forma a gerar oportunidades para a maioria da população.

Há alguns anos, desde 1999, para ser mais preciso, estamos criando um brutal superávit primário, não estão sendo suficientes as economias do Tesouro Nacional para o pagamento dos juros da dívida pública e agora a taxa SELIC, que remunera 60% dos títulos da dívida pública mobiliária interna, foi elevada em mais 0,5%. Portanto, chega a 19,25% a taxa remuneratória dos títulos brasileiros.

Este quadro precisa ser passado a limpo, Sr. Presidente. É inadmissível que uma decisão pretensamente técnica, neutra, possa ser tomada impondo transferência de renda daqueles que trabalham no campo e na cidade, daqueles que pagam tributos ao Tesouro Nacional. Eles não podem ser sacrificados por uma decisão tomada por poucas pessoas, que não são submetidas a nenhum mecanismo de avaliação sobre as conseqüências de sua decisão.

Nós, Deputados, disputamos eleição; os servidores públicos submetem-se a concurso para ingressar na carreira de Estado. No entanto, os membros do COPOM decidem, segundo uma cartilha ortodoxa, que mais 0,5%, mais 1%, mais 1,5% ou mais 2% serão suficientes para resolver a problemática da inflação.

Propusemos à Comissão um seminário de peso, representativo, para discutirmos técnica e politicamente a problemática da gestão da dívida pública, a evolução ou não das taxas de juros e o impacto desta gestão macroeconômica nas contas e nos investimentos do País.

Sr. Presidente, voltaremos a falar dessa matéria na próxima segunda-feira, dia 21, quando faremos um pronunciamento no período do Grande Expediente.

Muito obrigado.

O SR. WLADIMIR COSTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira; Sras. e Srs. Deputados; funcionários da Casa; público presente: ocupo a tribuna para falar exatamente sobre a questão da CPI das Privatizações. Sua instalação estava prevista para hoje, às 10h, no Plenário 4 das Comissões, mas não ocorreu.

Tive o prazer e a satisfação de ter sido escolhido Relator pelo meu Líder, José Borba, e pelo meu partido, o PMDB. Também fui avalizado pelo nobre Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti, para assumir a relatoria da CPI. Às 9h45min, estava no local. Os Deputados foram chegando. O Deputado João Pizzolatti, futuro Presidente dessa Comissão, também chegou. As imprensas falada, escrita e televisada estavam presentes. Só que, em determinado momento, comecei a sentir, meu Presidente Inocêncio Oliveira, uma energia negativa muito grande. Tenho essa sensibilidade, porque sou filho de Nossa Senhora de Nazaré, sou caboclo do Estado do Pará. E já que senti essa energia negativa, fiquei extremamente à vontade para desistir da relatoria.

O nobre Líder José Borba presenteou-me com essa confiança. O Presidente Severino Cavalcanti, ainda há pouco, intimou-me a comparecer a seu gabinete e lá insistiu para que eu permanecesse na relatoria. Recuei, dei vários passos para trás e resolvi agradecer ao Presidente Severino Cavalcanti e ao Líder José Borba, porque não senti firmeza em relação a essa CPI.

Quero informar ao público brasileiro e aos meus colegas Parlamentares que fui eleito pelo povo humilde do meu Estado do Pará com quase 200 mil votos. Sou Parlamentar de primeiro mandato. Nesses 2 anos, adquiri o respeito e a admiração da Presidência, dos funcionários da Casa e de todos os colegas Parlamentares. Sinceramente, senti que não teria condições de desenvolver o trabalho que desejaria fazer.

Existem sérios indícios de que ocorreram falcatruas, no que diz respeito às privatizações, com o uso do dinheiro do BNDES. Se eu fosse o Relator da CPI e encontrasse culpados ou elementos envolvidos, fossem eles políticos, empresários, Governadores, podem ter certeza de que iria pleitear que prestassem contas nas barras da Justiça, porque tenho senso de responsabilidade social e respeito o Erário, os quase 200 mil paraenses que me elegeram Deputado Federal e todos os meus colegas Parlamentares.

Sr. Presidente, senti que não teria condições de fazer uma relatoria séria, com apoio dos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado, Presidente Severino Cavalcanti. Muito obrigado, meu Líder José Borba. Não quero ser o Relator da CPI das Privatizações. Uma energia extremamente negativa fez-me desistir.

Tenho uma história de vida no meu Estado. Morei na rua dos 6 aos 21 anos de idade. E agora, aos 41 anos, estou no Congresso Nacional. Sou filho de uma família de origem extremamente humilde, sem dinheiro, mas rica em dignidade e espiritualidade. Portanto, não quero ser o Relator da CPI das Privatizações. Deus tocou meu coração, e eu agradeço a Ele.

Se V.Exas. puderem, façam um bom trabalho,. Vamos ver quem vai receber essa árdua missão de ser Relator da CPI das Privatizações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Paes Landim, pelo PTB.

O SR. PAES LANDIM (PTB – PI.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal *O Estado de S. Paulo* estampou reportagem de 2 páginas sobre as ameaças de depredação que vêm ocorrendo em relação ao Parque Nacional da Serra da Capivara, fatos esses que relatei nesta Casa e que também foram divulgados por outros órgãos de comunicação do País, como é o caso de *O Globo.*

Na terça-feira, o jornal *O Globo* e os jornais de Teresina anunciaram a ameaça de morte feita por caçadores e depredadores do parque à dirigente da Fundação Museu do Homem Americano, entidade que administra, em conjunto com o IBAMA, aquela bela paisagem ambiental da caatinga mais bem preservada do Brasil. Em razão disso, venho à tribuna reiterar apelo já feito nesta Casa, por ofícios e discursos, e, pessoalmente, ao Sr. Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, com quem estive há cerca de 15 dias, para que seja autorizada a Polícia Federal, por intermédio de seu competente Diretor-Geral, Dr. Paulo Lacerda – que recebeu junto com a Dra. Niède Guidon e outras eminentes personalidades o prêmio Faz a Diferença, do jornal *O Globo*, no Copacabana Palace, no dia 3 do corrente mês – , a instalar uma unidade daquela instituição em São Raimundo Nonato.

A direção da Polícia Federal sempre tem argumentado que só pode haver unidades da Polícia Federal em locais onde haja vara federal. No caso de São Raimundo Nonato, temos tentado criar uma vara federal naquela cidade. O Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Vidigal, garantiu-me que em breve enviará mensagem a esta Casa pedindo a criação de novas varas federais no Brasil e que nela será incluída a cidade de São Raimundo Nonato.

Portanto, em razão de se tratar de região que tem 2 parques federais, fronteiriça com Bahia e Pernambuco, no chamado triângulos das bermudas do tráfico de drogas; diante do grande contrabando de madeira da Serra das Confusões; e diante das ameaças sofridas pela arqueóloga Niède Guidon, cientista mundial, o apelo que renovo aqui a S.Exa. o Ministro da Justiça é no sentido de que instale imediatamente essa unidade da Polícia Federal e que dê proteção à Dra. Niède Guidon, a fim de que, como disse muito bem o jornalista Arimatéia Azevedo, o Piauí não vá depois para o noticiário nacional e internacional com o mesmo drama acontecido com a Irmã Dorothy, o que seria profundamente lamentável para a imagem do Brasil no exterior.

Estou certo de que o Presidente Lula, se tomar conhecimento da proporção que tem hoje a tensão na área do Parque Nacional da Serra da Capivara, tomará imediatamente essas providências.

Sr. Presidente, por último, quero dizer que o eminente Deputado Sarney Filho, Vice-Líder do Partido Verde, solicitou ontem a esta Casa, em conjunto com o Deputado Fernando Gabeira, a designação de missão oficial para ver **in loco** o quadro de tensão que paira sobre a manutenção do Parque Nacional da Serra da Capivara. O apelo que faço a V.Exa., portanto, é no sentido de que seja dada prioridade a esse requerimento do Deputado Sarney Filho, a fim de que seja imediatamente designada a Comissão oficial desta Casa à Serra da Capivara, para evitar que conflitos levem à morte de pessoas, o que só tisnaria a imagem do Brasil em âmbito internacional.

Eram essas as providências que eu pediria a V.Exa., diante do requerimento encaminhado ontem à direção desta Casa pelo eminente Deputado Sarney Filho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Elimar Máximo Damasceno, pelo PRONA. S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome do PRONA, subo hoje a esta tribuna para homenagear uma das mais nobres brasileiras que o Brasil já conheceu. Refiro-me à brava e generosa enfermeira Ana Néri, cujo serviço voluntário na Guerra do Paraguai teve grande importância para o sucesso do Brasil no confronto.

Há homens e mulheres cujas virtudes morais são tão acentuadas que contagiam as pessoas com as quais convivem e ainda o ambiente em que atuam. Ana Néri era uma dessas admiráveis personalidades. Era viúva quando os seus 3 filhos foram convocados para lutar na Guerra do Paraguai. Além dos filhos, 2 de seus irmãos também foram chamados ao combate.

Inconformada com a perspectiva de afastar-se tão tragicamente do núcleo de sua família, escreveu uma carta ao Presidente da Província oferecendo

gratuitamente seus serviços durante o tempo em que durasse a guerra.

A oferta foi aceita e Ana Néri partiu da Bahia, em 1865, para auxiliar o corpo de saúde do Exército. O que encontrou lá foi um panorama desolador. O corpo de saúde do Exército imperial era extremamente reduzido para as necessidades dos combatentes e a pobreza material era extrema.

Pouco tempo depois, Ana Néri partiu para trabalhar no hospital de Corrientes, onde contou com a ajuda de poucas freiras vicentinas para cuidarem de mais de 6 mil soldados internados. Durante as operações no Paraguai, apesar do comissionamento de profissionais civis, a situação pouco melhorou. Ana Néri e suas abnegadas companheiras tinham que lutar contra a péssima falta de higiene que levavam quase inevitavelmente à gangrena, à septicemia e à morte.

Depois de algum tempo, Ana Néri partiu para as cidades de Salto, Humaitá, Curupaiti e Assunção. Em todas essas localidades, a precariedade da situação era a mesma: as enfermarias, improvisadas, acolhiam um número muito maior de doentes do que seria razoável. Nessas condições, poucos escapavam dos ferimentos mais graves. Quando a *causa mortis* não era septicemia, os combatentes morriam contaminados por doenças como cólera, tifo, disenteria, malária e varíola.

Ao chegar à capital paraguaia, então ocupada e sitiada pelo Exército brasileiro, Ana Néri montou uma enfermaria modelo, com recursos próprios, herdados da família. Trabalhou até o fim da guerra e era respeitosamente chamada de "a mãe dos brasileiros".

Ao voltar ao Brasil, foi verdadeiramente reconhecida pelo seu trabalho e sua generosa dedicação nos campos de combate. Recebeu do Imperador uma pensão vitalícia que lhe ajudou a educar 4 órfãos que recolhera no Paraguai.

Foi condecorada com diversas medalhas e agraciada pelas mulheres baianas com uma coroa de louros cravejada de brilhantes.

O grande pintor Vítor Meireles fez seu retrato de corpo inteiro, que atualmente está em lugar de honra no Paço Municipal de Salvador. E a primeira escola oficial de enfermagem de alto padrão, fundada por Carlos Chagas em 1923, tem o seu nome.

Sr. Presidente, nobres colegas, Ana Néri não foi somente uma enfermeira dedicada e generosa. Com sua singular maneira de estar no mundo, ela é um exemplo que as futuras gerações deverão sempre lembrar. Sua atuação heróica inscreveu-a definitivamente no panteão daqueles brasileiros e brasileiras que dedicaram suas vidas a minorar o sofrimento humano e a tornar o Brasil um país melhor, mais próspero e fraterno.

E é com respeito e admiração que o PRONA faz uma singela homenagem a esta grande enfermeira brasileira!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Edson Duarte, pelo Partido Verde.

O SR. EDSON DUARTE (PV – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estive com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, grande homem, ativo, receptivo, que vem dando a lição de fazer acontecer – pelo menos tem feito enorme esforço. Discutimos importante questão social para o Vale do São Francisco que diz respeito aos funcionários da Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE. Essa empresa tem história, tem enorme importância para a história do Vale do São Francisco e para Juazeiro, minha cidade.

Discutimos processo que se arrasta há 14 anos referente a diferença salarial dos funcionários, que ganham tão pouco mas se dedicam tanto. A FRANAVE resiste em pagar aquilo que é de direito dos servidores.

Discutimos uma solução com servidores, lideranças e representantes dos funcionários, como o Prof. José Vidal e o Sr. Carlos Silva, com o Presidente da FRANAVE e o Ministro. Não é possível que a situação não se resolva, uma vez que a Justiça já deu ganho de causa. É preciso encontrar uma saída. A comunidade são-franciscana espera resolver o problema, especialmente os funcionários da Companhia de Navegação do São Francisco, muitos dos quais com mais de 60 anos; alguns, inclusive, já morreram esperando uma definição.

Abraçamos essa causa e queremos a solidariedade da Câmara dos Deputados. Obtivemos apoio do Ministro Alfredo Nascimento, que quer encontrar uma solução; se não for possível, cobraremos da Justiça que a mesma se pronuncie de forma definitiva para que os responsáveis façam valer a decisão judicial.

Lembro que a FRANAVE é uma importante instituição do Vale do São Francisco, que já fez e precisa continuar fazendo história. A navegação do São Francisco tem um papel a cumprir na região, transportando não somente cargas, grãos do oeste, produção de fruticultura do Vale do São Francisco, mas também cultura e pessoas que criam possibilidades ao longo do Vale do São Francisco.

A FRANAVE possui uma história importante. Infelizmente, ao longo de sua própria vida foi abandonada e hoje passa por um dos seus momentos mais difíceis.

Sabemos que há empenho do Governo Federal em resgatar a navegação do São Francisco, o que, na

verdade, é um bom sinal para o Nordeste, sobretudo para a região do semi-árido, cortada por este patrimônio que tem na navegação grande possibilidade de desenvolvimento.

O desenvolvimento do Vale do São Francisco depende da navegação; e a navegação depende do resgate, do restabelecimento pleno da Companhia de Navegação do Rio São Francisco.

Trago a mensagem de que continuaremos a lutar por essa companhia, para que ela possa receber os recursos necessários e que o Rio São Francisco seja revitalizado e a navegação, recuperada.

Ao encerrar meu pronunciamento aproveito para prestar homenagem à figura do falecido José Teodomiro Mendes, o velho Téo, que muito lutou pelo Rio São Francisco e continuará sua história nas mãos e na voz de todos aqueles que gostam e que vêem o São Francisco como uma grande possibilidade de desenvolvimento.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a tolerância e sua grande contribuição a esta causa. V.Exa. é pernambucano e sabe da importância do Rio São Francisco para o povo nordestino.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Nobre Deputado Edson Duarte, V.Exa. é merecedor de nossa distinção, porque tem desempenhado o mandato com seriedade, assiduidade, competência e espírito público e foi uma das grandes personalidades desta nova Legislatura. Quero continuar dando-lhe esse estímulo. V.Exa. é um nordestino que tem honrado nossa terra e seu mandato. Fico muito feliz em ser hoje seu grande amigo e admirador do seu trabalho.

Essa luta pelo Rio São Francisco é de todos nós. Trata-se de um rio de integração nacional, e sua revitalização é muito mais importante do que qualquer outra medida.

Outro dia, quase chorei ao ver que 8 afluentes do rio haviam secado. É preciso fazer saneamento nas cidades à sua margem para que ele não continue servindo de fossa do esgoto ali despejado.

Sem sombra de dúvidas, o Rio São Francisco é a maior dádiva de Deus para nossa região!

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que amanhã, às 14h, haverá sessão solene em homenagem à Batalha do Jenipapo.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) –

COMPARECEM MAIS À SESSÃO OS SRS.:

AMAPÁ

Hélio Esteves PT
Total de Amapá: 1

PARÁ

Asdrubal Bentes PMDB
José Priante PMDB
Josué Bengtson PTB
Nicias Ribeiro PSDB
Raimundo Santos PL PL/PSL
Zé Geraldo PT
Total de Pará 6

RONDÔNIA

Marinha Raupp PMDB
Total de Rondônia 1

ACRE

Júnior Betão PL PL/PSL
Total de Acre 1

MARANHÃO

Clóvis Fecury PFL
Total de Maranhão 1

CEARÁ

Antenor Naspolini PSDB
Total de Ceará 1

PERNAMBUCO

Joaquim Francisco PTB
Osvaldo Coelho PFL
Paulo Rubem Santiago PT
Renildo Calheiros PCdoB
Total de Pernambuco 4

BAHIA

Aroldo Cedraz PFL
Edson Duarte PV
Zezéu Ribeiro PT
Total de Bahia 3

MINAS GERAIS

Ana Guerra PT
Cleuber Carneiro PTB
José Santana de Vasconcellos PL PL/PSL
Total de Minas Gerais 3

RIO DE JANEIRO

André Costa PT
Bernardo Ariston PMDB
João Mendes de Jesus PSL PL/PSL
Total de Rio de Janeiro 3

SÃO PAULO

Arlindo Chinaglia PT
Durval Orlato PT
Gilberto Nascimento PMDB
José Eduardo Cardozo PT
Marcelo Ortiz PV
Total de São Paulo 5

DISTRITO FEDERAL

Maninha PT
Total de Distrito Federal 1

MATO GROSSO DO SUL

Antônio Carlos Biffi PT
Total de Mato Grosso do Sul 1

PARANÁ

Colombo PT
Dra. Clair PT
Total de Paraná 2

RIO GRANDE DO SUL

Júlio Redecker PSDB
Luciana Genro S.Part.
Nelson Proença PPS
Total de Rio Grande do Sul 3

DEIXAM DE COMPARECER À SESSÃO OS SRS.:

RORAIMA

Dr. Rodolfo Pereira PDT
Francisco Rodrigues PFL
Total de Roraima 2

AMAPÁ

Gervásio Oliveira PMDB
Total de Amapá 1

PARÁ

Anivaldo Vale PSDB
Jader Barbalho PMDB
Total de Pará 2

RONDÔNIA

Agnaldo Muniz PP
Eduardo Valverde PT
Nilton Capixaba PTB
Total de Rondônia 3

ACRE

Henrique Afonso PT
Total de Acre 1

TOCANTINS

Kátia Abreu PFL
Total de Tocantins 1

MARANHÃO

Luciano Leitoa PSB
Neiva Moreira PDT
Pedro Novais PMDB
Total de Maranhão 3

CEARÁ

Gorete Pereira PMDB
João Alfredo PT
Total de Ceará 2

PIAUÍ

Moraes Souza PMDB
Total de Piauí 1

RIO GRANDE DO NORTE

Álvaro Dias PDT
Betinho Rosado PFL
Henrique Eduardo Alves PMDB
Nélio Dias PP
Total de Rio Grande do Norte 4

PARAÍBA

Luiz Couto PT
Marcondes Gadelha PTB
Wellington Roberto PL PL/PSL
Wilson Santiago PMDB
Total de Paraíba 4

PERNAMBUCO

Marcos de Jesus PL PL/PSL
Miguel Arraes PSB
Ricardo Fiuza PP
Roberto Freire PPS
Total de Pernambuco 4

SERGIPE

Heleno Silva PL PL/PSL
Jackson Barreto PTB
Jorge Alberto PMDB
Total de Sergipe 3

BAHIA

Antonio Carlos Magalhães Neto PFL
Fábio Souto PFL
Félix Mendonça PFL
Fernando de Fabinho PFL

Geddel Vieira Lima PMDB
Gerson Gabrielli PFL
Guilherme Menezes PT
Jairo Carneiro PFL
João Almeida PSDB
Jonival Lucas Junior PTB
José Rocha PFL
Josias Gomes PT
Luiz Carreira PFL
Paulo Magalhães PFL
Total de Bahia 14

MINAS GERAIS

Bonifácio de Andrada PSDB
Cabo Júlio PMDB
Carlos Melles PFL
Fernando Diniz PMDB
Ibrahim Abi-Ackel PP
João Magalhães PMDB
João Magno PT
Leonardo Mattos PV
Márcio Reinaldo Moreira PP
Mário Heringer PDT
Odair Cunha PT
Reginaldo Lopes PT
Vadinho Baião PT
Total de Minas Gerais 13

RIO DE JANEIRO

André Luiz S.Part.
Carlos Rodrigues PL PL/PSL
Josias Quintal PMDB
Julio Lopes PP
Reinaldo Betão PL PL/PSL
Total de Rio de Janeiro 5

SÃO PAULO

Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
Carlos Sampaio PSDB
Celso Russomanno PP
Delfim Netto PP
Iara Bernardi PT
Jamil Murad PCdoB
João Herrmann Neto PDT
Marcos Abramo PFL
Medeiros PL PL/PSL
Michel Temer PMDB
Orlando Fantazzini PT
Paulo Kobayashi PSDB
Paulo Lima PMDB
Professor Luizinho PT
Vicente Cascione PTB
Xico Graziano PSDB
Total de São Paulo 16

MATO GROSSO

Carlos Abicalil PT
Pedro Henry PP
Thaís Barbosa PMDB
Total de Mato Grosso 3

GOIÁS

Barbosa Neto PSB
Enio Tatico PL PL/PSL
Total de Goiás 2

PARANÁ

Abelardo Lupion PFL
Assis Miguel do Couto PT
Cezar Silvestri PPS
José Borba PMDB
José Janene PP
Max Rosenmann PMDB
Odílio Balbinotti PMDB
Oliveira Filho PL PL/PSL
Selma Schons PT
Takayama PMDB
Total de Paraná 10

SANTA CATARINA

Edison Andrino PMDB
Jorge Boeira PT
Luci Choinacki PT
Mauro Passos PT
Valdir Colatto PMDB
Vignatti PT
Total de Santa Catarina 6

RIO GRANDE DO SUL

Adão Pretto PT
Cezar Schirmer PMDB
Darcísio Perondi PMDB
Eliseu Padilha PMDB
Érico Ribeiro PP
Francisco Appio PP
Kelly Moraes PTB
Luis Carlos Heinze PP
Maria do Rosário PT
Onyx Lorenzoni PFL
Orlando Desconsi PT
Paulo Pimenta PT
Tarcísio Zimmermann PT
Yeda Crusius PSDB
Total de Rio Grande do Sul 14

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Encerro a sessão, convocando outra, para amanhã, sexta-feira, dia 18, às 9h.

AVISOS

PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

EMENDAS

RECURSOS

3. CONTRA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE – ART. 164, § 1º, DO RI
(SUJEITOS A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO, APÓS OUVIDA A CCJR, NOS TERMOS DO ART. 164, § 2º E § 3º, DO RI)
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: ART. 164, § 2º, DO RI

PROJETO DE LEI:

Nº 1.266/1999 (GILBERTO KASSAB) – Destina recursos da exploração dos bingos às Secretarias, Autarquias e Fundações de Esportes dos Municípios e do Distrito Federal.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 22-3-05

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 278/2002 (OSMAR TERRA) – Altera a redação da lista de serviços do art. 12 do Decreto – Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 22-3-05

4. DEVOLVIDO AO AUTOR, nos termos do artigo 137, § 1º, do RI.
Prazo para apresentação de recurso artigo 137, § 2º (05 sessões), as seguintes proposições:

PROJETOS DE LEI:

Nº 4.843/2005 (JOÃO LYRA) – Autoriza o Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, a priorizar os programas que menciona, nos municípios do Semi-Árido, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) inferior a 0,6.
DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 24-3-05

Nº 4.853/2005 (ALMERINDA DE CARVALHO) – Dispõe sobre a assistência jurídica gratuita aos policiais civis e militares, e bombeiros militares e dá outras providências.
DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 24-3-05

ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE EXPEDIENTE DO MÊS DE MARÇO DE 2005

Dia 18, 6ª-feira

10:00 MANINHA (PT – DF)
10:25 NEYDE APARECIDA (PT – GO)
10:50 LUIZ BITTENCOURT (PMDB – GO)
11:15 NELSON TRAD (PMDB – MS)
11:40 ANSELMO (PT – RO)
12:05 VANDERLEI ASSIS (PP – SP)
12:30 ANGELA GUADAGNIN (PT – SP)
12:55 OSVALDO COELHO (PFL – PE)
13:20 DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)

Dia 21, 2ª-feira

15:00 ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA)
15:25 ZARATTINI (PT – SP)
15:50 DR. FRANCISCO GONÇALVES (PTB – MG)
16:15 JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP)
16:40 CHICÃO BRÍGIDO (PMDB – AC)
17:05 ÁTILA LINS (PPS – AM)
17:30 MARCELO BARBIERI (PMDB – SP)
17:55 DOMICIANO CABRAL (PSDB – PB)
18:20 MARIA HELENA (PPS – RR)

Dia 22, 3ª-feira

15:00 BOSCO COSTA (PSDB – SE)
15:25 DR. BENEDITO DIAS (PP – AP)

Dia 23, 4ª-feira

15:00 ASSIS MIGUEL DO COUTO (PT – PR)
15:25 ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ)

Dia 28, 2ª-feira

15:00 PAULO PIMENTA (PT – RS)
15:25 DARCI COELHO (PP – TO)
15:50 CÉSAR BANDEIRA (PFL – MA)
16:15 MARCELLO SIQUEIRA (PMDB – MG)
16:40 AGNALDO MUNIZ (PP – RO)
17:05 NICE LOBÃO (PFL – MA)
17:30 FERNANDO FERRO (PT – PE)
17:55 JOSIAS GOMES (PT – BA)
18:20 JORGE ALBERTO (PMDB – SE)

Dia 29, 3ª-feira

15:00 OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS)
15:25 MARCOS DE JESUS (PL – PE)

Dia 30, 4ª-feira

15:00 CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS)
15:25 PEDRO FERNANDES (PTB – MA)

Dia 31, 5ª-feira

15:00 ROGÉRIO TEÓFILO (PPS – AL)
15:25 PAULO ROCHA (PT – PA)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES

I – COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18-3-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.782/01 – do Sr. Dr. Hélio – que "modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando que as linhas telefônicas sejam habilitadas apenas para ligações nacionais"
RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.

PROJETO DE LEI Nº 2.315/03 – do Sr. Jorge Bittar – que "dispõe sobre os critérios para definição dos valores das bolsas de fomento ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural e dá outras providências".
RELATORA: Deputada MARIÂNGELA DUARTE.

PROJETO DE LEI Nº 2.834/03 – do Sr. Eduardo Paes – que "dispõe sobre a proteção ao patrimônio intelectual produzido por instituições de pesquisa, desenvolvimento, inovação e capacitação tecnológica que recebem recursos oriundos de entidades que fazem jus a benefícios fiscais legalmente assegurados".
RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA.

PROJETO DE LEI Nº 3.684/04 – do Sr. Carlos Eduardo Cadoca – que "dispõe sobre medidas creditícias de incentivo às empresas de desenvolvimento de programas de computador livres"
RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 3.771/04 – do Sr. Maurício Rabelo – que "dispõe sobre a identificação obrigatória da localização de paisagens de interesse turístico nas condições que especifica".
RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA.

PROJETO DE LEI Nº 3.793/04 – da Sra. Laura Carneiro – que "altera o art. 47 e acrescenta o art. 81-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, criando a modalidade de programa de graduação intitulada "Universidade Funcional"".
RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 4.285/04 – do Sr. Carlos Eduardo Cadoca – que "dispõe sobre a destinação de recursos estrangeiros para fins de pesquisa e preservação da biodiversidade".
RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 21/3/2005)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 6.304/02 – do Senado Federal – TIÃO VIANA – (PLS 122/2001) – que "institui o Dia Nacional do Controle das Infecções Hospitalares".
RELATOR: Deputado JOSÉ MENTOR.

PROJETO DE LEI Nº 826/03 – do Sr. Lobbe Neto – que "define diretrizes para a política de atenção integral aos portadores da Doença de Parkinson no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências". (Apensados: PL 1545/2003 e PL 3631/2004)
RELATORA: Deputada ZULAIÊ COBRA.

PROJETO DE LEI Nº 2.640/03 – do Senado Federal – Aelton Freitas – que "altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para modificar a descrição da rodovia BR – 461, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal".
RELATOR: Deputado ISAÍAS SILVESTRE.

PROJETO DE LEI Nº 3.094/04 – do Sr. Lobbe Neto – que "altera o art. 64 da Lei nº 9.503, de 23 de dezembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro".
RELATOR: Deputado JOÃO ALMEIDA.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 4.333/04 – da Sra. Ann Pontes – que "altera o art. 1.180 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil".
RELATOR: Deputado CELSO RUSSOMANNO.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 24-3-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 1.163/03 – do Sr. Rogério Silva – que "altera a redação do caput do art. 551 do Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para suprimir a função de revisor no recurso de apelação e nos embargos infringentes". (Apensado: PL 1379/2003)
RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-3-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 1.299/03 – do Sr. Carlos Nader – que "modifica dispositivo da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980".
RELATOR: Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH.

PROJETO DE LEI Nº 2.491/03 – do Sr. Carlos Alberto Rosado – que "dispõe sobre a organização do júri". (Apensado: PL 2858/2004)
RELATOR: Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-3-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 2.511/03 – do Sr. Neucimar Fraga – que "altera o inciso I do artigo 23 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado JOÃO ALMEIDA.

PROJETO DE LEI Nº 3.338/04 – do Sr. Benedito de Lira – que "altera a redação de dispositivo do art. 3º da Lei nº 10.267, de 18 de agosto de 2001, que alterou o § 3º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973".
RELATOR: Deputado PAES LANDIM.

PROJETO DE LEI Nº 3.694/04 – do Sr. Pastor Reinaldo – que "acrescenta § 2º ao artigo 2º da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950".
RELATOR: Deputado VIC PIRES FRANCO.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 6.511/02 – do Sr. Osmar Serraglio – que "denomina "Ponte Ilha Grande" a ponte rodoviária sobre o Rio Paraná, entre os Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná".
RELATOR: Deputado NELSON TRAD.

PROJETO DE LEI Nº 7.199/02 – do Senado Federal – MOZARILDO CAVALCANTI – (PLS 130/2001) – que "dispõe sobre o adicional tarifário para a suplementação de linhas aéreas regionais". (Apensado: PL 2623/2000)
RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 40/03 – do Sr. Wasny de Roure – que "dispõe sobre presunção de verdade nas anotações da carteira de trabalho para efeitos dos direitos previdenciários e das relações trabalhistas".
RELATORA: Deputada ALICE PORTUGAL.

PROJETO DE LEI Nº 70/03 – do Sr. Luiz Antonio Fleury – que "dispõe sobre a adição de ácido fólico na farinha de trigo e na farinha de milho".
RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

PROJETO DE LEI Nº 110/03 – do Sr. Alexandre Cardoso – que "inclui entidades da sociedade civil como usuários dos Sistemas de consulta, fiscalização e acompanhamento orçamentário, administrativo, fiscal e monetário das Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal, direta e indireta".
RELATOR: Deputado JAMIL MURAD.

PROJETO DE LEI Nº 786/03 – do Sr. Odair – que "dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.958, de 20 de janeiro de 1994 que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ANTÔNIO CARLOS BIFFI.

PROJETO DE LEI Nº 1.524/03 – do Senado Federal – Aloizio Mercadante – que "torna obrigatória a identificação dos servidores dos órgãos de segurança pública do Estado quando participem em operações

de controle e manutenção da ordem pública e dá outras providências". (Apensados: PL 1473/2003 e PL 1474/2003)
RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES.

PROJETO DE LEI Nº 1.780/03 – do Sr. Léo Alcântara – que "dispõe sobre a fixação de prazo para o cumprimento do disposto no art. 16 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000".
RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO.

PROJETO DE LEI Nº 1.836/03 – do Sr. Orlando Fantazzini – que "acrescenta ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, os parágrafos 2º ao 6º, fixando penalidade e dá outras providências".
RELATOR: Deputado SÉRGIO MIRANDA.

PROJETO DE LEI Nº 2.171/03 – do Sr. Rubens Otoni – que "dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de freqüência a alunos impossibilitados de comparecer à escola, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa".
RELATOR: Deputado IVAN RANZOLIN.

PROJETO DE LEI Nº 2.306/03 – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que "dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região".
RELATOR: Deputado SIGMARINGA SEIXAS.

PROJETO DE LEI Nº 2.422/03 – do Sr. Luciano Zica – que "dispõe sobre a comercialização de gasolina, óleo Diesel e álcool etílico hidratado pelas companhias distribuidoras de combustíveis líquidos para postos revendedores".
RELATOR: Deputado WILSON SANTIAGO.

PROJETO DE LEI Nº 2.672/03 – do Senado Federal – Tião Viana – que "altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS, para incluir nesse benefício os portadores dos vírus das hepatites, os doentes com hepatites crônicas e com fibrose cística". (Apensados: PL 2092/2003 e PL 3706/2004)
RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.

PROJETO DE LEI Nº 2.690/03 – do Sr. Welinton Fagundes – que "altera, na Lei nº 9.503, de 23 setembro de 1997, que " institui o Código de Trânsito Brasileiro", a redação do art. 284, dos parágrafos 1º e 2º do art. 286 e suprime o parágrafo 2º do art. 288". (Apensado: PL 3296/2004)
RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS SANTOS.

PROJETO DE LEI Nº 2.904/04 – do Sr. Walter Pinheiro – que "dispõe sobre o impedimento de repasses de verbas federais a Municípios que deixam de respeitar a legislação pertinente aos servidores públicos municipais no tocante a pagamento de vencimentos e demais títulos de natureza salarial".
RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.

PROJETO DE LEI Nº 3.016/04 – do Sr. Léo Alcântara – que "altera o Art. 267 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro".
RELATOR: Deputado LUIZ PIAUHYLINO.

PROJETO DE LEI Nº 3.041/04 – do Sr. Inocêncio Oliveira – que "altera o art. 2º da Lei nº 9.452/97, de 20 de março de 1997, que determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências".
RELATOR: Deputado VICENTE ARRUDA.

PROJETO DE LEI Nº 3.161/04 – do Sr. Dr. Pinotti – que "acrescenta parágrafo ao art. 511 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho".
RELATOR: Deputado CARLOS RODRIGUES.

PROJETO DE LEI Nº 4.153/04 – da Sra. Ann Pontes – que "dispõe sobre a realização de exame de corpo de delito em vítimas de violência sexual em hospitais do Sistema Único de Saúde".
RELATOR: Deputado MAURO BENEVIDES.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 24-3-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.598/03 – do Sr. André Luiz – que "dispõe sobre a proteção dos direitos dos consumidores de combustíveis e dá outras providências". (Apensados: PL 2365/2003, PL 3862/2004 e PL 4301/2004)
RELATOR: Deputado JOSÉ CARLOS ARAÚJO.

PROJETO DE LEI Nº 2.789/03 – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que "dispõe sobre a vedação da concessão de patrocínio a eventos que impliquem em atos de abuso, maus-tratos, ferimento, mutilação ou sacrifício, bem como qualquer outro tipo de sofrimento a animais".
RELATOR: Deputado NATAN DONADON.

PROJETO DE LEI Nº 3.231/04 – do Sr. Luis Carlos Heinze – que "dispõe sobre direitos de propriedade intelectual e direitos do consumidor relativos a programas de computador, e disciplina sua comercialização".
RELATOR: Deputado LUIZ BASSUMA.

PROJETO DE LEI Nº 4.565/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Dispõe sobre o prazo de postagem dos boletos bancários, documentos de cobrança ou similares por parte das empresas dos setores públicos e privados para clientes e dá outra providências.""
RELATOR: Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.701/04 – do Senado Federal – Almeida Lima – (OF. 2527/2004) – que "dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual das faturas pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos". (Apensado: PL 4106/2001)
RELATOR: Deputado LUIZ BASSUMA.

PROJETO DE LEI Nº 4.864/05 – do Sr. Carlos Nader – que ""Obriga os supermercados a divulgarem em destaque a data de vencimento da validade dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por estes estabelecimentos." "
RELATOR: Deputado NATAN DONADON.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 22-3-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.415/02 – do Sr. Pompeo de Mattos – que "veda às empresas operadoras de Telefonia Celular, impor aos usuários de telefones celulares pré-pagos, limite de tempo para a utilização de créditos ativados". (Apensados: PL 1897/2003, PL 2352/2003, PL 3388/2004, PL 4182/2004 e PL 4441/2004)
RELATOR: Deputado CELSO RUSSOMANNO.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 21/3/2005)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.856/05 – dos Srs. Enéas e Elimar Máximo Damasceno – que "proíbe a produção e comercialização de alimentos em forma de cigarros ou de outros produtos derivados do tabaco"
RELATOR: Deputado RUBENS OTONI.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-3-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.667/04 – do Sr. José Eduardo Cardozo – que "dispõe sobre os efeitos jurídicos das decisões dos Organismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ORLANDO FANTAZZINI.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 24-3-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.104/02 – do Sr. Gastão Vieira – que "dispõe sobre inadimplência na prestação de contas e cumprimento das normas de programas federais na área de educação".
RELATOR: Deputado SÉRGIO MIRANDA.
DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18-3-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.032/04 – do Sr. Pompeo de Mattos – que "torna obrigatório a numeração das cadeiras nas salas de cinema".
RELATOR: Deputado CHICO ALENCAR.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 21/3/2005)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 5.672/01 – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que "altera dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.

PROJETO DE LEI Nº 835/03 – do Sr. Paulo Marinho – que "cria Área de Livre Comércio no Município de Caxias, no Estado do Maranhão, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ARMANDO MONTEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 2.371/03 – do Sr. Fernando de Fabinho – que "dispõe sobre a criação de Área de Livre Comércio no município de Feira de Santana, no Estado da Bahia"
RELATOR: Deputado FÉLIX MENDONÇA.

PROJETO DE LEI Nº 4.829/05 – do Sr. Nelson Marquezelli – que "dispõe sobre a isenção do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, na aquisição de material escolar e dá outras providências".
RELATOR: Deputado MUSSA DEMES.

PROJETO DE LEI Nº 4.831/05 – do Sr. Jamil Murad – que "introduz alterações na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 , e dá outras providênncias".
RELATOR: Deputado JÚLIO CESAR.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18-3-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 4.591/04 – do Sr. Eduardo Cunha – que "altera a Lei nº 10.482, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências". (Apensado: PL 4640/2004)
RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL.

PROJETO DE LEI Nº 4.705/04 – da Sra. Juíza Denise Frossard – que "dá nova redação ao artigo 4º, da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965, que dispõe sobre o pagamento da gratificação de Natal".
RELATOR: Deputado JOSÉ CARLOS MACHADO.

PROJETO DE LEI Nº 4.706/04 – da Sra. Juíza Denise Frossard – que "acrescenta parágrafos ao artigo 5º, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional".
RELATOR: Deputado JOSÉ PRIANTE.

PROJETO DE LEI Nº 4.707/04 – do Sr. Julio Semeghini – que "acrescenta inciso ao art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que trata da COFINS não cumulativa".
RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.

PROJETO DE LEI Nº 4.760/05 – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que "altera o art. 3º da Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990".
RELATOR: Deputado FÉLIX MENDONÇA.

PROJETO DE LEI Nº 4.764/05 – do Sr. Carlos Souza – que "acrescenta o § 6º ao art. 51 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos no âmbito da Administração Pública".
RELATOR: Deputado MOREIRA FRANCO.

PROJETO DE LEI Nº 4.765/05 – do Sr. Augusto Nardes – que "altera a legislação tributária, dispõe sobre a apuração do imposto de renda pelo lucro presumido, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado PAULO BERNARDO.

PROJETO DE LEI Nº 4.797/05 – do Sr. Rubinelli – que "acrescenta dispositivo à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que especifica, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências".
RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.

PROJETO DE LEI Nº 4.798/05 – do Sr. José Divino – que "altera a Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985, para criar a obrigatoriedade de impressão de fotografia do rosto do titular e do co-titular de conta de depósito nos cheques a ele fornecidos, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado SILVIO TORRES.

B – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária (art. 54):

PROJETO DE LEI Nº 4.595/04 – do Sr. José Carlos Aleluia – que "altera o art. 4º, §2º e o caput do art.7º da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, que

regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências".
RELATOR: Deputado JOSÉ CARLOS MACHADO.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 32/03 – do Sr. Bismarck Maia – que "proíbe a cobrança do contribuinte de qualquer taxa ou tarifa para a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas da Secretaria da Receita Federal".
RELATOR: Deputado CARLITO MERSS.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 24-3-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.709/04 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "dispõe sobre a proibição da construção de novas usinas nucleares até o término da construção do depósito definitivo de rejeitos radioativos".
RELATOR: Deputado EDUARDO VALVERDE.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 23-3-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.893/04 – do Sr. Fernando Gabeira – que "altera o art. 2º da Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, estabelecendo limite para o consumo de eletricidade por aparelhos operando em modo de espera".
RELATOR: Deputado B. SÁ.

PROJETO DE LEI Nº 4.767/05 – do Sr. Eduardo Paes – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de instituição de Fundo de Garantia de Reserva de Royalties, para os Entes Federativos que se beneficiam da participação ou compensação financeira de que trata o § 1º do artigo 20 da Constituição Federal, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado SIMÃO SESSIM.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 24-3-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.869/05 – do Sr. Roberto Jefferson – que "Acrescenta o inciso X ao art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que 'Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências' ".
RELATOR: Deputado LUIZ ANTONIO FLEURY.
DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18-3-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 2.669/03 – do Sr. Alberto Fraga – que "Altera a Lei n.º 10.486, de 04 de julho de 2002".
RELATOR: Deputado CABO JÚLIO.

PROJETO DE LEI Nº 3.773/04 – do Sr. Carlos Nader – que "Estabelece a obrigatoriedade do uso de sistema de vigilância eletrônica nas escolas públicas e dá outras providências".
RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

PROJETO DE LEI Nº 4.550/04 – do Sr. Carlos Nader – que "Autoriza o Poder Executivo a implantar aparelhos com sistema de raio x para inspecionar todos os objetos, bolsas e sacolas que entrarem nas penitenciárias e dá outra providências".
RELATOR: Deputado CARLOS SAMPAIO.

PROJETO DE LEI Nº 4.626/04 – do Sr. Carlos Nader – que "Cria o programa Bombeiro Professor".
RELATOR: Deputado REGINALDO GERMANO.

PROJETO DE LEI Nº 4.677/04 – do Sr. Milton Monti – que "Dispõe sobre autorização para as Polícias Federal, Civil e Militar utilizarem as torres de telefonia celular para instalação de sistemas de rádio comunicação e dá outras providências".
RELATOR: Deputado JAIR BOLSONARO.

PROJETO DE LEI Nº 4.690/04 – do Sr. Josias Quintal – que "Dispõe sobre o reconhecimento dos cursos da carreira militar, como títulos, para efeito de concursos públicos para provimento de cargo na área de segurança pública".
RELATOR: Deputado NEUCIMAR FRAGA.

PROJETO DE LEI Nº 4.699/04 – do Sr. Ivan Paixão – que "Dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de violência por toda a rede de serviços de saúde existente no Brasil".
RELATOR: Deputado RAUL JUNGMANN.

PROJETO DE LEI Nº 4.752/05 – do Sr. Carlos Nader – que "Dispõe sobre a compensação social em municípios e cidades, que abrigam estabelecimentos prisionais e dá outras providências".
RELATOR: Deputado JOSIAS QUINTAL.

PROJETO DE LEI Nº 4.768/05 – da Sra. Perpétua Almeida – que "Dispõe sobre a concessão de indenização aos beneficiários de policiais federais falecidos em serviço".
RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.

PROJETO DE LEI Nº 4.795/05 – do Sr. Vieira Reis – que "Dispõe sobre os procedimentos para preservação do local do crime em ocorrências criminais com vítimas fatais e envolvendo policiais civis e militares".
RELATOR: Deputado LINCOLN PORTELA.

PROJETO DE LEI Nº 4.835/05 – do Poder Executivo – que "Institui a Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF, devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima e do antigo Distrito Federal, altera dispositivos da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, dispõe sobre a reorganização e a remuneração da Carreira Policial Civil dos ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado PAULO PIMENTA.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 21/3/2005)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.408/04 – do Sr. Enio Bacci – que "institui o PROGRAMA DE INCENTIVO aos doadores de órgãos em vida".
RELATOR: Deputado DR. FRANCISCO GONÇALVES.

PROJETO DE LEI Nº 4.089/98 – do Sr. Enio Bacci – que "institui o exame ginecológico preventivo gratuito, inclusive exame de mamografia, custeados pelo SUS".
RELATOR: Deputado DR. FRANCISCO GONÇALVES.

PROJETO DE LEI Nº 261/99 – do Sr. Barbosa Neto – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção em etiquetas, de orientações impressas que versem sobre exames preventivos do Câncer de Mama, Colo do Útero e de Próstata e dá outras providências. NOVA EMENTA – dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata, e dá outras providências".
RELATORA: Deputada ALMERINDA DE CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 2.414/91 – DELCINO TAVARES – que "dispõe sobre indicação de composição química no rótulo ou embalagem de produtos alimentícios industrializados". (Apensado: PL 2093/2003)
RELATOR: Deputado MANATO.

PROJETO DE LEI Nº 1.822/96 – do Sr. Ary Kara – que "destina as receitas financeiras dos prêmios prescritos da Loteria Federal aos municípios onde se deu a premiação". (Apensados: PL 2645/1996, PL 3835/1997 (Apensado: PL 582/2003) e PL 4213/1998)
RELATOR: Deputado JORGE ALBERTO.

PROJETO DE LEI Nº 2.574/00 – do Sr. Pompeo de Mattos – que "assegura às pessoas portadoras de deficiência auditiva o direito de serem atendidas nas repartições públicas federais e estaduais por meio da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e dá outras providências". (Apensados: PL 3115/2000, PL 5690/2001 e PL 3249/2004)
RELATOR: Deputado ANTONIO JOAQUIM.

PROJETO DE LEI Nº 2.967/00 – do Senado Federal – Luiz Estevão – (PLS 660/1999) – que "acrescenta § 3º ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências". (Apensados: PL 2935/2000, PL 5743/2001, PL 5749/2001 e PL 2993/2004)
RELATOR: Deputado NILTON BAIANO.

PROJETO DE LEI Nº 3.647/00 – do Sr. Lincoln Portela – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de consultas aos trabalhadores e servidores públicos do sexo masculino, nas situações que especifica". (Apensados: PL 3890/2000 e PL 3902/2000)
RELATORA: Deputada ALMERINDA DE CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 6.799/02 – do Sr. Jair Bolsonaro – que "altera dispositivos da Lei nº 8.059, de 4 de julho de 1990, que dispõe sobre a pensão especial devida aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e a seus dependentes".
RELATOR: Deputado DARCÍSIO PERONDI.

PROJETO DE LEI Nº 7.416/02 – do Sr. Valdemar Costa Neto – que "institui percentual de participação de deficientes físicos no quadro funcional de empresas constituídas para operação, manutenção e exploração de rodovias por meio de pedágio".
RELATOR: Deputado JORGE ALBERTO.

PROJETO DE LEI Nº 398/03 – do Sr. Bispo Rodrigues – que "dispõe sobre a vedação de toda e qualquer forma de discriminação em relação aos portadores do vírus HIV e aos atingidos pela Síndrome de Insuficiência Imunológica Adquirida (AIDS)".
RELATORA: Deputada ALMERINDA DE CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 640/03 – do Sr. Celso Russomanno – que "altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para acrescentar normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência em hotéis, bares, restaurantes e similares".
RELATOR: Deputado JORGE ALBERTO.

PROJETO DE LEI Nº 840/03 – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que "institui o Exame de Ordem como condição prévia ao exercício da Medicina".
RELATOR: Deputado JORGE ALBERTO.

PROJETO DE LEI Nº 853/03 – do Sr. José Divino – que "dispõe sobre o teor máximo permitido de Alcatrão, Nicotina e Monóxido de Carbono (CO) por cigarro produzido e consumido em todo Território Nacional".
RELATOR: Deputado DR. BENEDITO DIAS.

PROJETO DE LEI Nº 1.008/03 – da Sra. Angela Guadagnin – que "considera a neoplasia maligna de pele como doença relacionada ao trabalho".
RELATOR: Deputado ARLINDO CHINAGLIA.

PROJETO DE LEI Nº 1.841/03 – do Sr. Carlos Nader – que "dispõe sobre a assistência gratuita pelas empresas aos filhos e dependentes dos trabalhadores desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas".
RELATORA: Deputada ALMERINDA DE CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 2.132/03 – do Sr. Pastor Reinaldo – que "institui Campanha Educacional sobre Aleitamento Materno, nas Escolas de Ensinos fundamental e médio; hospitais, clínicas e maternidades, públicas ou privadas, bem como todo e qualquer estabelecimento ou espaço comunitário, que estimulem o aleitamento e a doação do leite materno e dá outras providências".
RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 2.445/03 – do Sr. Rogério Silva – que "obriga a que os alimentos industrializados destinados a crianças recém-nascidas ou com até dois anos de idade sejam exclusivamente produzidos com matéria-prima orgânica". (Apensado: PL 2599/2003)
RELATORA: Deputada THAÍS BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 2.474/03 – do Sr. Joaquim Francisco – que "estabelece o direito ao usufruto de planos de saúde pelo período correspondente ao período de carência efetivamente paga".
RELATORA: Deputada CELCITA PINHEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 2.592/03 – do Sr. Max Rosenmann – que "altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para dispor sobre a cooperação institucional entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e instituições de ensino universitário e de pesquisa mantidas pelo Poder Público".
RELATOR: Deputado JORGE ALBERTO.

PROJETO DE LEI Nº 2.654/03 – da Sra. Maria do Rosário – que "dispõe sobre a alteração da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o Novo Código Civil, estabelecendo o direito da criança e do adolescente a não serem submetidos a qualquer forma de punição corporal, mediante a adoção de castigos moderados ou imoderados, sob a alegação de quaisquer propósitos, ainda que pedagógicos, e dá outras providências".
RELATORA: Deputada TETÉ BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 3.250/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Obriga os estabelecimentos comerciais a terem em seu quadro, funcionários destinados ao atendimento de deficientes auditivos na forma que menciona"".
RELATORA: Deputada SUELY CAMPOS.

PROJETO DE LEI Nº 3.271/04 – do Sr. Renato Casagrande – que "acrescenta parágrafos 5º e 6º ao artigo 68 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991".
RELATOR: Deputado DR. RIBAMAR ALVES.

PROJETO DE LEI Nº 3.310/04 – do Sr. Eduardo Paes – que "estabelece princípios e diretrizes para as ações voltadas para a educação nutricional e segurança alimentar e nutricional da população e dá outras providências".
RELATOR: Deputado REMI TRINTA.

PROJETO DE LEI Nº 3.329/04 – do Sr. Chico Alencar – que "institui a Casa da Acolhida do Empregado Doméstico e dá outras providências".
RELATORA: Deputada THAÍS BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 3.536/04 – do Sr. Walter Feldman – que "dispõe sobre o atendimento de requisitos específicos, nas licitações para a compra de medicamentos e insumos farmacêuticos".
RELATOR: Deputado RAFAEL GUERRA.

PROJETO DE LEI Nº 3.661/04 – do Sr. Luiz Carlos Santos – que "acrescenta artigo à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, obrigando a sua divulgação".
RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.

PROJETO DE LEI Nº 3.715/04 – do Sr. Adelor Vieira – que "dispõe sobre a permissão de acesso aos seus clientes, às cozinhas dos estabelecimentos fornecedores de refeições em todo Território Nacional".
RELATOR: Deputado MANATO.

PROJETO DE LEI Nº 3.774/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Torna obrigatório o fornecimento de cadeiras de rodas para deficientes físicos e idosos em estabelecimentos centrais de compras e shopping centers.""
RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 3.813/04 – do Sr. Neuton Lima – que "altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, estendendo às pessoas portadoras de doenças graves ou crônicas e aos acompanhantes o benefício do passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual". (Apensado: PL 4247/2004)
RELATOR: Deputado REMI TRINTA.

PROJETO DE LEI Nº 3.834/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Dispõe sobre a criação do Programa de Aproveitamento de Alimentos Não Consumidos e dá outras providências.""
RELATORA: Deputada SUELY CAMPOS.

PROJETO DE LEI Nº 3.835/04 – do Senado Federal – Paulo Paim – (PLS 297/2003) – que "altera a redação dos arts. 60 e 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".
RELATORA: Deputada ALMERINDA DE CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 3.844/04 – do Sr. Max Rosenmann – que "define o ato de enfermagem".
RELATORA: Deputada ALMERINDA DE CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 3.870/04 – do Sr. Renato Casagrande – que "cria a Profissão de Agente de Vigilância Sanitária e dá outras providências".
RELATORA: Deputada ALMERINDA DE CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 3.881/04 – do Sr. Celso Russomanno – que "dispõe sobre a adoção de processos de automação nas atividades perigosas e insalubres".
RELATOR: Deputado PEDRO CANEDO.

PROJETO DE LEI Nº 3.907/04 – do Sr. Philemon Rodrigues – que "dá nova redação ao § 2º do art. 5º da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, para fixar em onze por cento da remuneração o valor do recolhimento das contribuições necessárias à averbação do tempo de mandato".
RELATOR: Deputado GERALDO THADEU.

PROJETO DE LEI Nº 3.913/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exames oftalmológicos nos alunos matriculados na rede oficial de ensino e dá outras providências.""
RELATORA: Deputada ALMERINDA DE CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 3.934/04 – do Sr. Almir Moura – que "dá nova redação aos arts. 15, 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária do construtor, pessoa física, de imóvel residencial destinado a uso próprio".
RELATOR: Deputado ANTONIO JOAQUIM.

PROJETO DE LEI Nº 3.978/04 – do Sr. Dr. Francisco Gonçalves – que "altera a Lei nº 7.649, de 25 de janeiro de 1988".
RELATOR: Deputado GERALDO RESENDE.

PROJETO DE LEI Nº 3.993/04 – do Sr. José Divino – que "altera o art. 78 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente incluindo obrigação de embalar anúncios classificados que contenham apelo pornográfico".
RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.

PROJETO DE LEI Nº 3.995/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Determina impressão do quadro de vacinas infantis obrigatórias nas embalagens de leite.""
RELATORA: Deputada TETÉ BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.010/04 – do Sr. Roberto Gouveia – que "dispõe sobre a aplicação de penalidades administrativas no âmbito do Sistema Único de Saúde e dá outras providências". (Apensado: PL 4606/2004)
RELATOR: Deputado MILTON BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 4.036/04 – do Sr. Luiz Bittencourt – que "cria a Semana Nacional da Amamentação".
RELATORA: Deputada TETÉ BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.051/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Disciplina a aplicação de recursos previstos em programas e fundos destinados a assistir populações carentes, a combater a miséria .""
RELATOR: Deputado ASSIS MIGUEL DO COUTO.

PROJETO DE LEI Nº 4.053/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Mama""
RELATOR: Deputado ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO.

PROJETO DE LEI Nº 4.056/04 – da Sra. Maninha – que "dá nova redação ao §1º do artigo 48 e aos artigos 52 e 53 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 199,1 que

"Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências"".
RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.

PROJETO DE LEI Nº 4.065/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Estabelece normas para a realização de promoções em estabelecimentos destinados à venda de fármacos e derivados e dá outras providências.""
RELATOR: Deputado DR. BENEDITO DIAS.

PROJETO DE LEI Nº 4.097/04 – do Sr. Zenaldo Coutinho – que "dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos".
RELATORA: Deputada ZELINDA NOVAES.

PROJETO DE LEI Nº 4.110/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de testes sorológicos para o diagnóstico da infecção pelo HTLV e seu tratamento pelos hospitais públicos. ""
RELATOR: Deputado SARAIVA FELIPE.

PROJETO DE LEI Nº 4.116/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Dispõe sobre a reserva de vagas para idosos nos estacionamentos públicos e privados.""
RELATOR: Deputado MILTON BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 4.122/04 – do Sr. Carlos Nader – que "torna obrigatória a destinação de pelo menos 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais desenvolvidas pelos Estados, Municípios ou por ele subsidiados com recursos da Administração Pública Federal, a pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos".
RELATOR: Deputado JORGE ALBERTO.

PROJETO DE LEI Nº 4.133/04 – do Sr. Damiao Feliciano – que "cria a "Bolsa-Medicamento", no âmbito do Sistema Único de Saúde".
RELATOR: Deputado DR. BENEDITO DIAS.

PROJETO DE LEI Nº 4.135/04 – do Sr. Ivan Paixão – que "altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que "dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências"".
RELATORA: Deputada SUELY CAMPOS.

PROJETO DE LEI Nº 4.136/04 – do Sr. Ivan Paixão – que "dá nova redação ao parágrafo único do artigo 18 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, determinando percentual de arrecadação da CPMF para aplicação obrigatória em hospitais universitários federais, estaduais e municipais".
RELATORA: Deputada ALMERINDA DE CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.158/04 – do Sr. Dr. Rodolfo Pereira – que "estabelece isenção de Imposto de Importação incidente sobre as doações voluntárias de bens hospitalares, destinados a hospitais da rede pública de saúde".
RELATOR: Deputado JORGE ALBERTO.

PROJETO DE LEI Nº 4.172/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Cria a campanha de divulgação, objetivando a prevenção da Hantavirose em todo o Território Nacional e dá outras providências.""
RELATOR: Deputado MILTON BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 4.175/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Estabelece a obrigatoriedade de constar placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizante para a saúde dos humanos nas dependências de academia de ginástica, "sport center", "fitness", clube esportivo ou similar, e dá outras providências.""
RELATOR: Deputado JAMIL MURAD.

PROJETO DE LEI Nº 4.176/04 – do Sr. Luiz Antonio Fleury – que "dispõe sobre a adoção de legenda em filmes nacionais e em exibições de peças teatrais".
RELATOR: Deputado EDUARDO BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 4.180/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Dispõe sobre a reserva de vagas em apartamentos térreos para os deficientes físicos, nos conjuntos habitacionais populares e dá outras providências.""
RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.

PROJETO DE LEI Nº 4.187/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Estabelece políticas públicas visando a conscientização e combate ao câncer em crianças e adolescentes.""
RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 4.189/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Dispõe sobre a instalação de setor destinado a prestação de serviços de odontologia nos hospitais públicos e dá outras providências.""
RELATOR: Deputado ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO.

PROJETO DE LEI Nº 4.191/04 – do Sr. Wladimir Costa – que "dispõe sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares e por meio de atendimento pedagógico domiciliar". (Apensado: PL 4610/2004)
RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 4.193/04 – do Sr. Pastor Reinaldo – que "acrescenta artigo ao Novo Código Civil dispondo sobre regime de bens de conjugação de esforços".
RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 4.208/04 – do Sr. Marcos de Jesus – que "da nova redacao ao art. 102 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir a concessão de aposentadoria por invalidez, auxilio-doenca e pensão

por morte após a perda da qualidade de segurado do Regime Geral de Previdência Social".
RELATOR: Deputado MARCONDES GADELHA.

PROJETO DE LEI Nº 4.210/04 – do Sr. Dr. Heleno – que "institui programa visando a criação de Centros de Referência para o tratamento gratuito dos portadores de Esclerose Múltipla, e dá outras providências".
RELATORA: Deputada THAÍS BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 4.226/04 – do Sr. Milton Cardias – que "modifica a redação do artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990". (Apensado: PL 4494/2004)
RELATORA: Deputada TETÉ BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.233/04 – do Sr. Carlos Rodrigues – que "dá nova redação ao parágrafo único do art. 1.573 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil".
RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 4.255/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Torna obrigatória a reserva de leitos nos estabelecimentos hospitalares públicos ou particulares, para os pacientes que estão recebendo soro, ou qualquer medicamento intravenoso e dá outras providências.""
RELATORA: Deputada MANINHA.

PROJETO DE LEI Nº 4.268/04 – do Sr. Pompeo de Mattos – que "regulamenta a publicação da lista dos cidadãos beneficiários pelo Programa Bolsa Família".
RELATOR: Deputado MÁRIO HERINGER.

PROJETO DE LEI Nº 4.270/04 – do Sr. Henrique Afonso – que "altera a redação do § 13 do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para excluir da incidência da contribuição previdenciária os valores despendidos pelas entidades religiosas na prestação de serviços religiosos".
RELATOR: Deputado OSMÂNIO PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.282/04 – do Poder Executivo – que "altera o valor da pensão especial concedida a Mário Kozel e Terezinha Lana Kozel pela Lei nº 10.724, de 20 de agosto de 2003".
RELATOR: Deputado PEDRO CANEDO.

PROJETO DE LEI Nº 4.311/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Obriga os hotéis e similares, a colocarem a disposição dos hospedes deficientes visuais , ficha de estadia, demais serviços e normas existentes dentro do estabelecimento, com leitura do método braile.""
RELATORA: Deputada ALMERINDA DE CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.353/04 – do Sr. Carlos Nader – que "dispõe sobre a obrigatoriedade das Indústrias Farmacêuticas manterem o Serviço de Atendimento ao Consumidor durante as vinte e quatro horas do dia".
RELATOR: Deputado DR. BENEDITO DIAS.

PROJETO DE LEI Nº 4.361/04 – do Sr. Vieira Reis – que "modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente", estabelecendo limites ao funcionamento de casas de jogos de computadores".
RELATOR: Deputado EDUARDO BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 4.362/04 – do Sr. Davi Alcolumbre – que "altera a Lei nº 9.604, de 05 de fevereiro de 1998, para permitir o repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social a entidades ou organizações civis regulares".
RELATOR: Deputado RAFAEL GUERRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.372/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Dispõe sobre a reserva de vagas para gestantes nos estacionamentos, e dá outras providências.""
RELATORA: Deputada MANINHA.

PROJETO DE LEI Nº 4.393/04 – do Sr. Enio Bacci – que "dispõe sobre a concessão gratuita de "LIGADURA de TROMPAS", para gestantes portadoras de Deficiência Imunológica Adquirida – SIDA / HIV".
RELATOR: Deputado DR. FRANCISCO GONÇALVES.

PROJETO DE LEI Nº 4.426/04 – do Sr. José Carlos Machado – que "altera a redação do art. 66 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e do art. 2º da Lei nº 10.888, de 24 de junho de 2004, para fixar em 18 anos a idade limite dos dependentes para fins de direito ao salário-família".
RELATOR: Deputado DR. ROSINHA.

PROJETO DE LEI Nº 4.427/04 – do Sr. Pastor Francisco Olímpio – que "dá nova redação ao inciso II do artigo 25 da Lei nº 7.210 , de 11 de julho de 1984".
RELATOR: Deputado JORGE GOMES.

PROJETO DE LEI Nº 4.448/04 – da Sra. Marinha Raupp – que "dá nova redação ao art. 71, 72 e 124 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir a concessão de salário-maternidade à segurada desempregada".
RELATORA: Deputada THAÍS BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 4.479/04 – do Sr. Enio Bacci – que "proíbe a venda de armas e similares, mesmo que de brinquedos, às crianças, e dá outras providências". (Apensado: PL 4826/2005)
RELATOR: Deputado BENJAMIN MARANHÃO.

PROJETO DE LEI Nº 4.482/04 – do Sr. Enio Bacci – que "estabelece normas para fiscalização de poços

artesianos e dá outras providências". (Apensado: PL 4483/2004)
RELATORA: Deputada ZELINDA NOVAES.

PROJETO DE LEI Nº 4.487/04 – do Sr. Enio Bacci – que "proíbe qualquer imagem de crianças envolvidas em ato infracional e dá outras providências".
RELATOR: Deputado MILTON BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 4.488/04 – do Sr. Enio Bacci – que "prevê recursos no orçamento para programas em favor da criança e adolescente e dá outras providências".
RELATOR: Deputado DR. ROSINHA.

PROJETO DE LEI Nº 4.517/04 – do Sr. Alexandre Cardoso – que "altera os arts. 98 e 99 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 10 da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997".
RELATOR: Deputado ARLINDO CHINAGLIA.

PROJETO DE LEI Nº 4.522/04 – do Sr. Celso Russomanno – que "altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir os portadores de deficiência mental entre os beneficiários da Previdência Social, mediante declaração judicial da incapacidade civil".
RELATOR: Deputado NILTON BAIANO.

PROJETO DE LEI Nº 4.567/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Torna obrigatória a instalação de telefones públicos adaptados para os portadores de necessidade especiais e para os usuários de cadeiras de rodas e dá outras providências.""
RELATORA: Deputada SUELY CAMPOS.

PROJETO DE LEI Nº 4.569/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Institui medidas com o objetivo de facilitar a busca e a localização de pessoas desaparecidas e dá outras providências.""
RELATOR: Deputado ARLINDO CHINAGLIA.

PROJETO DE LEI Nº 4.598/04 – do Sr. Nazareno Fonteles – que "altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, acrescentando-lhe parágrafo que dispõe sobre a gestão de ações e serviços de saúde que caracterizam-se como de referência estadual ou regional".
RELATOR: Deputado GUILHERME MENEZES.

PROJETO DE LEI Nº 4.609/04 – do Sr. Marcos de Jesus – que "dispõe sobre a destinação de multas e indenizações por lesão a direitos do consumidor, arrecadadas pela União, institui mecanismos de incentivo à conduta cidadã dos fornecedores de bens e serviços, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado AMAURI GASQUES.

PROJETO DE LEI Nº 4.627/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Dispõe sobre o Programa de Alimentação Escolar da Rede Pública Federal de Ensino.""
RELATORA: Deputada MANINHA.

PROJETO DE LEI Nº 4.632/04 – do Sr. Jamil Murad – que "altera o art. 25 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre oa planos de seguro privados de assistência de saúde".
RELATOR: Deputado DR. RIBAMAR ALVES.

PROJETO DE LEI Nº 4.664/04 – do Sr. Antonio Cambraia – que "proíbe a venda de álcool etílico 96 ° GL no País".
RELATOR: Deputado DURVAL ORLATO.

PROJETO DE LEI Nº 4.675/04 – do Sr. Walter Feldman – que "destina o valor arrecadado por meio do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre o cigarro e derivados do tabaco para o tratamento e prevenção de doenças provocadas pelo uso desses produtos".
RELATOR: Deputado DR. BENEDITO DIAS.

PROJETO DE LEI Nº 4.688/04 – do Sr. Milton Cardias – que "dispõe sobre o serviço voluntário na construção de templos religiosos".
RELATOR: Deputado ANTONIO JOAQUIM.

PROJETO DE LEI Nº 4.698/04 – do Sr. Ivan Paixão – que "acresce parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, a qual dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências".
RELATOR: Deputado RAFAEL GUERRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.704/04 – do Sr. Feu Rosa – que "concede isenção da contribuição de seguridade social às entidades religiosas, relativamente às remunerações pagas, devidas ou creditadas, em virtude de obras de construção de templos ou da sede social".
RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.

PROJETO DE LEI Nº 4.737/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Cria o Programa de Restaurantes Populares e dá outras providências.""
RELATORA: Deputada TELMA DE SOUZA.

PROJETO DE LEI Nº 4.754/05 – do Sr. Carlos Nader – que ""Altera o inciso IV do art. 16 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências"".
RELATOR: Deputado VANDERLEI ASSIS.

PROJETO DE LEI Nº 4.757/05 – do Sr. Luiz Antonio Fleury – que "torna obrigatório o fornecimento gratuito de sapatos especiais ou de palmilhas ortopédicas para pacientes portadores de diabetes mellitus, no âmbito do SUS".
RELATOR: Deputado WALTER BARELLI.

PROJETO DE LEI Nº 4.762/05 – do Sr. Edson Duarte – que "proíbe os produtos agrotóxicos que têm como

componentes ingredientes ativos pertencentes ao grupo químico organoclorado, sendo vedado seu emprego na agricultura, no tratamento de madeiras, ou em qualquer outra finalidade".
RELATOR: Deputado WALDEMIR MOKA.

PROJETO DE LEI Nº 4.775/05 – do Sr. José Borba – que "dá nova redação ao inciso I do artigo 1829 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "Institui o Código Civil"".
RELATOR: Deputado WALDEMIR MOKA.

PROJETO DE LEI Nº 4.777/05 – do Sr. Dr. Rodolfo Pereira – que "disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências".
RELATOR: Deputado MILTON CARDIAS.

PROJETO DE LEI Nº 4.820/05 – do Sr. Carlos Nader – que "dispõe sobre a criação da Política de Prevenção e Combate ao Câncer de Mama e dá outras providências".
RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

PROJETO DE LEI Nº 4.821/05 – do Sr. Carlos Nader – que "dispõe sobre financiamento às associações de aposentados, pensionistas e idosos para aquisição de ônibus, micro ônibus e vans, e dá outras providencias".
RELATOR: Deputado JORGE ALBERTO.

PROJETO DE LEI Nº 4.833/05 – do Sr. Josias Quintal – que "altera a Lei nº 10.845,de 5 de março de 2004 , de modo a tornar o valor per capita para a educação especial no âmbito do Programa de Atendimento Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência – PAED equivalente ao valor por aluno repassado através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF aos educandos com necessidades especiais, matriculados em escolas públicas".
RELATOR: Deputado EDUARDO BARBOSA.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 24-3-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.427/04 – do Sr. Carlos Mota – que "altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991".
RELATOR: Deputado VICENTINHO.
DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18-3-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.419/04 – do Sr. Eduardo Paes – que "regulamenta o exercício da atividade, define as atribuições do Perito Judicial e do Assistente Técnico, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado CARLOS SANTANA.

PROJETO DE LEI Nº 4.744/05 – do Poder Executivo – que "altera o art. 6º da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, que autoriza o Poder Executivo a transformar a autarquia Casa da Moeda em empresa pública".
RELATOR: Deputado LEONARDO PICCIANI.

II – COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (8 DIAS)

Decurso: 6º Dia
Último Dia: 20/3/2005

PROJETO DE LEI Nº 02/2005-CN, que "abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 1.200.000.000,00, (um bilhão e duzentos milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."
RELATOR: Deputado JORGE BITTAR

III – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES

EM 17/03/2005:
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.564/2005
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.565/2005
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.566/2005
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.567/2005
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.568/2005
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.569/2005
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.570/2005
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.571/2005
PROJETO DE LEI Nº 4.465/2001

(Encerra-se a sessão às 19 horas e 13 minutos.)

PARECERES

PROJETO DE LEI N.º 2.513-B, DE 1996
(Do Sr. Paulo Lima)

Altera o artigo 13 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que "complementa e modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações"; tendo pareceres: da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pela aprovação (relator: DEP. ADEMIR LUCAS); e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. GUSTAVO FRUET).

Despacho:às Comissões de Educação, Cultura e Desporto; de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissã de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

I – Relatório

O PROJETO DE LEI Nº 2.513, de 1996, de autoria do Deputado Paulo Lima, pretende alterar a redação do art. 13 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que estabelece as condições para funcionamento das televisões educativas, de forma a permitir que essas emissoras veiculem propaganda institucional e recebam patrocínio para seus programas dentro de limites estabelecidos.

O ilustre autor da proposta entende que as emissoras educativas estão enfrentando dificuldades financeiras, devido às limitações impostas pela atual legislação, uma vez que o supracitado dispositivo veda expressamente a transmissão de qualquer propaganda ou patrocínio, mesmo que não haja publicidade de produtos e serviços.

Cabe à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática posicionar-se sobre o mérito da matéria, à qual não foram apresentadas emendas durante o prazo regimental. Cumpre ressaltar, ainda, que a proposição foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

II – Voto do Relator

Nos últimos anos, as televisões educativas, vêm enfrentando dificuldades financeiras devido à proibição legal de captação de recursos oriundos de patrocínio, apoio cultural ou propaganda, bem como a restrições orçamentárias, no caso das estatais. Para tentar superá-las, as emissoras vêm buscando formas de contornar a vedação constante do art. 13 do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1962. Considerando que o referido decreto foi editado há mais de quarenta anos, cremos que são oportunas as iniciativas que visam amenizar as vedações legais com o intuito de viabilizar o funcionamento da televisão educativa em nosso País.

Desde a apresentação da proposta em análise pelo Deputado Paulo Lima, houve uma certa flexibilização das limitações impostas pelo Decreto-Lei nº 236, na medida em que foi aprovada, no âmbito da legislação que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, dispositivo legal (art. 19 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998), que permite que "as entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa" possam "receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público e privado, a título de apoio cultural, admitindo-se, ainda, o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos".

Em nossa opinião, a flexibilização promovida pela Lei nº 9.637 é adequada, pois permitirá a captação de recursos pelas emissoras educativas, sem que sua programação seja invadida pela veiculação de publicidade de produtos e serviços, o que seria danoso para o cumprimento de suas finalidades. No entanto, tal medida não beneficia todas as emissoras de radiodifusão educativa, porque está inserida dentro de uma lei que trata especificamente da qualificação de organizações sociais e, como tal, somente se aplica àquelas rádios e televisões educativas que se enquadrarem nesta categoria.

O projeto de lei em discussão, apesar de ter sido apresentado em 1996, continua oportuno, uma vez que sua aprovação ensejará a extensão desses benefícios a todas as emissoras de radiodifusão educativa. Ademais, consideramos adequada a limitação do tempo total de patrocínio e de propaganda institucional a dez por cento do tempo de transmissão diária da emissora, pois mesmo as emissoras comerciais se sujeitam a limites dessa natureza. Não concordamos porém que uma emissora educativa possa receber recursos na forma de patrocínio ou veicular publicidade institucional de fabricantes ou de empresas que comercializam produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. Assim sendo, apresentamos emenda no sentido de vedar tal prática, ao mesmo tempo em que adequamos a redação do caput do art. 13 do Decreto-Lei nº 236 a um conceito mais moderno de radiodifusão educati-

va. Entendemos que para ser considerada educativa, uma emissora não precisa dedicar-se exclusivamente à transmissão de aulas, conferências e palestras, mas sim veicular apenas programas com finalidades educativas, artísticas e culturais.

Concluindo, votamos pela aprovação do PROJETO DE LEI Nº 2.513, de 1996, com a modificação introduzida pela emenda que ora apresentamos.

Sala da Comissão, em 13 de maio de 2004 . – Deputado **Gustavo Fruet,** Relator

EMENDA DE RELATOR

Dê-se ao art. 1º do PROJETO DE LEI Nº 2.513, de 1996, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 13 do Decreto-Lei nº 236, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas de caráter educativo, cultural e artístico.

§ 1º É vedada a transmissão pelas emissoras educativas de propaganda de produtos e serviços, direta ou indiretamente.

§ 2º São permitidos o patrocínio de programas e a veiculação de propaganda institucional de órgãos da administração pública, de fundações ou de entidades privadas, exceto de fabricantes ou de empresas que comercializam derivados do tabaco, bebidas alcoólicas, medicamentos e terapias e agrotóxicos.

§ 3º As inserções publicitárias de que trata o § 2º não poderão ocupar mais do que 10% (dez por cento) do tempo total de transmissão diária da emissora."

Sala da Comissão, 13 de maio de 2004. – Deputado **Gustavo Fruet,** Relator

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o PROJETO DE LEI Nº 2.513-A/1996, com emenda, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Gustavo Fruet.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jader Barbalho – Presidente, Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes, Adelor Vieira, Ariosto Holanda, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Durval Orlato, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Jovino Cândido, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Jurandir Boia, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Mariângela Duarte, Miro Teixeira, Nazareno Fonteles, Nelson Proença, Pedro Canedo, Pedro Irujo, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Takayama, Vanderlei Assis, Walter Pinheiro, Wanderval Santos, Lobbe Neto.

Sala da Comissão, 16 de março de 2005. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente

PROJETO DE LEI Nº 3.522-B, DE 2000

(Da Sra. Zulaiê Cobra)

Acrescenta dispositivos ao art. 649, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que "Institui o Código de Processo Civil"; tendo pareceres da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação, com substitutivo (relator: Dep. Orlando Fantazzini) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, e pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com subemenda, e, no mérito, pela rejeição do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família (relator: Dep. Inaldo Leitão).

Despacho: Às Comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania

Apreciação: Proposição Sujeita à apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de proposição que modifica o Art. 649, inciso XI do Código de Processo Civil.

A Autora justifica a proposição afirmando que a medida busca proibir o uso para outros fins dos recursos do Sistema Único de Saúde que ficam bloqueados totalmente ou em parte por determinação judicial.

A proposição foi aprovada pela Comissão de Seguridade Social e Família, com substitutivo.

É o Relatório.

II – Voto do Relator

A proposição e o substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família são constitucionais, revestem-se de juridicidade e estão de acordo com o Regimento Interno da Casa.

No mérito, é despiciendo colocar em relevo a importância social da medida: obviamente, os recursos do SUS devem ser preservados para que cumpram os fins de sua destinação pública e, por isso mesmo, de-

vem ficar imunes à penhora. Tais recursos não servem para integrar o patrimônio das instituições de saúde, mas sim para remunerar os serviços que são prestados pelo próprio Estado aos cidadãos.

Trata-se, sem dúvida, de caso em que o interesse público se sobrepõe ao particular do exeqüente.

Há que se considerar que o texto original não merece reparos, desde que melhor atende aos objetivos da proposição. De fato, não há que se estabelecer o tamanho percentual da possibilidade de lesão aos recursos públicos. Estes devem estar protegidos independentemente do seu valor.

Por seu turno, o substitutivo da Comissão de Seguridade e Família, embora contenha intenção positiva, mantém os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) parcialmente suscetíveis de penhora e vulneráveis ao desvio de sua finalidade, o que não deve ser permitido. Dinheiro público, seja de que valor, é bem da coletividade e somente para esta deve ser destinado.

A impenhorabilidade, na hipótese vertente, incide sobre recursos recebidos da administração pública com destinação específica. Nada mais justo, portanto, que receba proteção especial e fique imune a ações predadoras.

Impõe-se pequena correção de técnica legislativa, para acrescentar ao projeto original as letras NR, conforme ditames da Lei Complementar 95/98.

Ex positis, voto pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do PL nº 3.522, de 2000, e do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda. No mérito, voto pela aprovação do PL nº 3.522 e pela rejeição do substitutivo da CSSF.

É como voto, salvo melhor juízo.

Sala da Comissão, 14 de abril de 2003 . – Deputado **Inaldo Leitão ,** Relator

SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Acrescente-se ao art.1º do substitutivo a sigla (NR), ao final do inciso XI acrescentado ao Art. 649 do CPC.

Sala da Comissão, 14 de abril de 2002. – Deputado **Inaldo Leitão,** Relator

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Leinº 3.522-A/2000 e pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com subemenda (apresentada pelo Relator) e, no mérito, pela rejeição do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Inaldo Leitão.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Antonio Carlos Biscaia – Presidente, José Mentor e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Bosco Costa, Carlos Mota, Cezar Schirmer, Darci Coelho, Edna Macedo, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, Jamil Murad, Jefferson Campos, João Almeida, João Paulo Cunha, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Piauhylino, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Pellegrino, Nelson Trad, Ney Lopes, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paulo Afonso, Paulo Magalhães, Professor Luizinho, Reginaldo Germano, Robson Tuma, Rubinelli, Sandra Rosado, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zenaldo Coutinho, Zulaiê Cobra, Ann Pontes, Ary Kara, Colbert Martins, Helenildo Ribeiro, Júlio Delgado, Moroni Torgan, Neucimar Fraga e Ricardo Barros.

Sala da Comissão, 15 de março de 2005 – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente

PROJETO DE LEI Nº 376-A, DE 2003

(Da Sra. Laura Carneiro)

Dispõe sobre a proibição da importação, comercialização, reprodução e veiculação de filmes, fotos, espetáculos ou qualquer outro meio de comunicação em que sejam exibidas cenas de sexo explícito, sem que se faça uso de preservativos; tendo parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela rejeição (relator: Dep. Walter Pinheiro).

Despacho:Às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

I – Relatório

O PROJETO DE LEI Nº 376, de 2003, proíbe a comercialização e a exibição, em qualquer forma, de filmes, fotografias ou espetáculos que contenham cenas de sexo explícito nas quais não se faça uso de preservativos.

Pretende a ilustre autora, Deputada LAURA CARNEIRO, obrigar os produtores de tais obras ou eventos a induzir os espectadores ao uso do preservativo, como estratégia no combate às doenças sexualmente transmissíveis, em especial a Aids.

A matéria foi enviada a esta Comissão para exame do seu mérito, consoante o disposto no art. 32, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Transcorrido o prazo regimental de cinco sessões, não foram apresentadas emendas à mesma.

É o relatório.

II – Voto do Relator

A preocupação da Deputada LAURA CARNEIRO, ilustre autora do texto que ora apreciamos, é compreensível, em vista do avanço das doenças sexualmente transmissíveis. Como bem lembra a nobre parlamentar na justificativa ao projeto, há hoje um consumo relativamente amplo de filmes e espetáculos que incluem a apresentação de cenas de sexo, sem que exista uma preocupação com a proteção preventiva por parte dos artistas ou figurantes.

Entretanto, temos a lamentar que a ampla liberdade de expressão assegurada na Constituição, que reputamos valor essencial da democracia, enseje a produção e a divulgação de espetáculos desse tipo. Essas exibições, que devemos tolerar em nome das garantias fundamentais de que usufruem todos os brasileiros, encontram-se à margem do que entendemos ser ético e digno.

Tal desabafo, porém, não deve servir de argumento ao exame da matéria, sob pena de extrapolarmos a competência da Comissão, conforme disposto no art. 32, inciso III, do Regimento Interno da Casa.

Restringindo-nos, pois, aos aspectos da matéria cuja análise compete a esta Comissão, devemos lembrar que a Constituição Federal determina:

> "Art. 220 A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.
>
> .....
>
> ....".

As restrições admitidas pela Carta referem-se à classificação indicativa dos espetáculos, à preservação dos valores éticos da pessoa e da família e a restrições à propaganda de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias.

A lei poderá, então, determinar restrições à veiculação de cenas de sexo na forma da classificação indicativa do espetáculo ou de limitações à sua veiculação, aspectos que já se encontram adequadamente tratados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A proposta em exame, porém, extrapola, no nosso entendimento, o mandato constitucional. Não se pode impor condições à forma como se filma, fotografa ou encena uma obra, qualquer que esta seja. E embora compreendamos as preocupações da ilustre autora, somos impedidos de opinar favoravelmente ao projeto ora analisado, em função do mandamento constitucional que protege a liberdade de expressão artística e cultural.

O nosso Voto, em suma, é pela Rejeição do Projeto De Lei Nº 376, de 2003.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2004 – Deputado **Walter Pinheiro,** Relator

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou unanimemente o Projeto De Lei Nº 376 – 2003, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Walter Pinheiro.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jader Barbalho – Presidente, Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes, Adelor Vieira, Ariosto Holanda, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Durval Orlato, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Jovino Cândido, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Jurandir Boia, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Mariângela Duarte, Miro Teixeira, Nazareno Fonteles, Nelson Proença, Pedro Canedo, Pedro Irujo, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Takayama, Vanderlei Assis, Walter Pinheiro, Wanderval Santos, Lobbe Neto.

Sala da Comissão, 16 de março de 2005. –Deputado **Jader Barbalho,** Presidente

PROJETO DE LEI Nº 667-B, DE 2003

(Do Sr. Rogério Silva)

Define o valor da indenização a ser paga pelas seguradoras nos sinistros com a perda total do veículo segurado; tendo pareceres: da Comissão de Defesa do Consumidor, pela aprovação, com emenda (relator: Dep. Celso Russomanno); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição deste e da emenda da Comissão

de Defesa do Consumidor (relator: Dep. Luiz Carreira).

Despacho:às Comissões de Defesa do Consumidor; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II, "g"

Publicação do Parecer da Comissão de Finanças e Tributação

I – Relatório

O projeto de lei em questão define que, nos sinistros com perda total de veículo automotor de vias terrestres, o valor da indenização a ser paga pelas seguradoras será o estipulado na respectiva apólice e que esta indenização será ajustada entre seguradora e segurado por valor determinado ou de mercado. Define também que, nos casos em que a modalidade escolhida for pelo valor de mercado, cláusula específica da apólice deverá indicar a tabela pela qual, quando do eventual sinistro, será apurado esse valor de mercado do veículo.

Na Comissão de Defesa do Consumidor, que nos antecedeu na análise da matéria, o PL nº 667, de 2003, foi aprovado com emenda que alterou a redação do art. 1º do projeto, nos termos do Parecer Vencedor do Relator, Deputado Celso Russomanno .

Nesta Comissão não foram apresentadas emendas.

II – Voto do Relator

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, aprovada em 29 de maio de 1996, que *"estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira".*

Nesse sentido, o PL nº 667/03, bem como a emenda que lhe foi apresentada na Comissão de Defesa do Consumidor, pelo seu caráter essencialmente normativo, não conflita com as normas de finanças públicas atualmente vigentes não tendo, portanto, repercussão nos Orçamentos da União.

Quanto ao mérito, cumpre esclarecer que o assunto atualmente já se encontra devidamente regulamentado, ressalte-se, em consonância com o pretendido pelo projeto de lei sob análise, na "Seção III – Forma de Contratação", arts. 4º e 5º, da Circular SUSEP nº 269, de 30 de setembro de 2004, que "Estabelece, altera e consolida as regras e critérios complementares de funcionamento e de operação dos contratos de seguros de automóveis, com inclusão ou não, de forma conjugada, da cobertura de responsabilidade civil facultativa de veículos e/ou acidentes pessoais de passageiros", a seguir reproduzida:

"SEÇÃO III – FORMA DE CONTRATAÇÃO

Art. 4º As sociedades seguradoras, que comercializarem apólices de seguro de automóveis, podem oferecer ao segurado, quando da apresentação da proposta, a cobertura de "valor de mercado referenciado" e/ou de "valor determinado".

§ 1º Para efeito desta Circular, fica estabelecido que a cobertura de "valor de mercado referenciado" é a modalidade que garante ao segurado, no caso de indenização integral, o pagamento de quantia variável, em moeda corrente nacional, determinada de acordo com a tabela de referência, expressamente indicada na proposta do seguro, conjugada com fator de ajuste, em percentual, a ser aplicado sobre o valor de cotação do veículo, na data da liquidação do sinistro.

§ 2º A aplicação do fator de ajuste de que trata o parágrafo 1º deste artigo poderá resultar em valor superior ou inferior àquele cotado na tabela de referência estabelecida na proposta, de acordo com as características do veículo e seu estado de conservação.

§ 3º Para efeito desta Circular, fica estabelecido que a cobertura de "valor determinado" é a modalidade que garante ao segurado, no caso de indenização integral, o pagamento de quantia fixa, em moeda corrente nacional, estipulada pelas partes no ato da contratação do seguro.

Art. 5º As sociedades seguradoras deverão observar os seguintes critérios na comercialização da modalidade de seguro de "valor de mercado referenciado":

I – A tabela de referência deverá ser estabelecida dentre aquelas divulgadas em revistas especializadas ou jornais de grande circulação;

II – As condições contratuais devem conter cláusula prevendo a utilização de uma segunda tabela de referência, estabelecida na proposta do seguro, observado o disposto no inciso I deste artigo, que será aplicada em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela adotada por ocasião da contratação do seguro, ficando entendido que, para fins de remissão, tal tabela será chamada de tabela substituta;

III – A tabela de referência, a tabela substituta, o veículo de comunicação utilizado para fins de divulgação das tabelas e o fator de ajuste, em percentual, que serão utilizados na data da liquidação do sinistro, deverão constar expressamente da apólice; e

IV – Para veículo zero quilômetro, deverá ser fixado prazo não inferior a 90 (noventa) dias, contado a partir da data de sua entrega ao segurado, durante o qual vigorará a cobertura com base no "valor de novo", devendo a sociedade seguradora definir expressamente os critérios necessários para que seja aceita tal condição;

§ 1º Entende-se como "valor de novo" o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

§ 2º Fica vedada a utilização de qualquer tabela elaborada por sociedade seguradora ou corretora de seguros.

§ 3º Para efeito de controle estatístico, a sociedade seguradora deverá manter, em seus registros, o percentual, o valor da cotação do veículo obtido pela tabela adotada por ocasião da contratação do seguro e as tabelas de referência utilizadas."

Como se verifica, a questão já se encontra devidamente regulamentada pela Circular SUSEP nº 269, de 2004. Além disso, pela dinâmica do mercado de seguros, trata-se de matéria que, no nosso entendimento, não deve ser engessada mediante regulamentação por meio de projeto de lei.

Diante do exposto, somos pela não implicação da matéria em aumento de despesa ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto aos seus aspectos financeiro e orçamentário públicos, e, quanto ao mérito, votamos pela rejeição do Projeto de Lei Nº 667, de 2003, e da emenda apresentada na Comissão de Defesa do Consumidor.

Sala da Comissão, 22 de fevereiro de 2005. – Deputado **Luiz Carreira**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu, unanimemente, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição do PROJETO DE LEI Nº 667-A/03,e da emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, nos termos do parecer do relator, Deputado Luiz Carreira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Geddel Vieira Lima, Presidente; Eduardo Cunha, Luiz Carlos Hauly e Carlito Merss, Vice-Presidentes; Armando Monteiro, Coriolano Sales, Delfim Netto, Enivaldo Ribeiro, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Francisco Dornelles, José Carlos Machado, José Militão, José Pimentel, Luiz Carreira, Moreira Franco, Mussa Demes, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Roberto Brant, Silvio Torres, Wasny de Roure, Yeda Crusius, Alex Canziani, Antonio Cambraia, Carlos Willian, Eliseu Padilha, Eliseu Resende, Nelson Bornier e Paulo Rubem Santiago.

Sala da Comissão, 16 de março de 2005. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Presidente

PROJETO DE LEI Nº 1.283-A, DE 2003

(Do Sr. Inaldo Leitão)

Acrescenta parágrafo ao artigo 578 do Decreto – Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. MARCELO ORTIZ).

Despacho:à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Esse projeto acrescenta parágrafo ao artigo 578 do Código de Processo Penal, Decreto-Lei 3.689/1941, que dispõe sobre a forma de interposição de recurso.

O objetivo do projeto é comunicar aos órgãos de controle da atividade judiciária os processos sancionados com nulidade devido à falta de fundamentação.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Presentes os pressupostos formais de constitucionalidade: competência da União (C. F., art. 22, inciso I), atribuição do Congresso Nacional (C. F., art. 48), legitimidade de iniciativa (C. F., art. 61, *caput*) e elaboração de lei ordinária, devido não ser exigido lei complementar (C. F., art. 22, inciso I) e competência das comissões (art. 58, § 2.º, inciso I).

A apresentação (RICD, art. 132), discussão e votação pela Comissão de Constituição e Justiça (RICD, art. 24, inciso II; art; 32, inciso IV, alíneas "a" e "e"; art. 53, inciso III) estão de acordo com o Regimento Interno.

A técnica legislativa para alteração da lei e a redação não estão de acordo art. 7º da Lei Complementar 95/1999.

Embora intimamente relacionada à disciplina da atividade do magistrado, essa proposição não regula o processo disciplinar do magistrado, apenas regulamenta a forma como deve ser comunicada esta infração aos órgãos disciplinares.

A gravidade dessa infração, por sua vez, obriga a uma providência de forma a aprimorar a prestação jurisdicional. Há necessidade de dar eficácia à garantia constitucional de acesso à jurisdição, que em nosso tempo, compreende a fundamentação das decisões.

Desta forma, conclui-se pela constitucionalidade, juridicidade, e adequada a redação, na forma da emenda que apresentamos, e no mérito, pela aprovação do projeto.

Sala da Comissão, 8 de dezembro de 2004.– Deputado **Marcelo Ortiz,** Relator

EMENDA ADITIVA Nº 1

Acrescente-se ao projeto o seguinte artigo, renumerando os demais:

> "Art. 1.º Esta lei torna obrigatória a comunicação aos órgãos de controle da atividade judiciária de sentença desprovida de fundamentação nos processos penais."

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2004. – Deputado **Marcelo Ortiz,** Relator

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda (apresentada Relator, Deputado Marcelo Ortiz.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Antonio Carlos Biscaia – Presidente, José Mentor e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Bosco Costa, Carlos Mota, Cezar Schirmer, Darci Coelho, Edna Macedo, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, Jamil Murad, Jefferson Campos, João Almeida, João Paulo Cunha, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Piauhylino, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Pellegrino, Nelson Trad, Ney Lopes, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paulo Afonso, Paulo Magalhães, Professor Luizinho, Reginaldo Germano, Robson Tuma, Rubinelli, Sandra Rosado, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zenaldo Coutinho, Zulaiê Cobra, Ann Pontes, Ary Kara, Colbert Martins, Helenildo Ribeiro, Júlio Delgado, Moroni Torgan, Neucimar Fraga e Ricardo Barros.

Sala da Comissão, 15 de março de 2005 – Deputado **Antonio Carlos Biscaia**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 2.167-A, De 2003
(Do Sr. Elimar Máximo Damasceno)

> **Institui o Dia Nacional da Gratidão; tendo parecer da Comissão de Educação e Cultura, pela rejeição (relator: DEP. OSVALDO BIOLCHI).**
>
> **Despacho:**às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54 RICD)
>
> **Apreciação:**proposição Sujeita à apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Educação e Cultura

I – Relatório

O Projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Elimar Máximo Damasceno, visa a instituir o Dia Nacional da Gratidão.

A tramitação dá-se com a apreciação conclusiva por parte desta Comissão, nos termos do art. 24, II do Regimento Interno.

Esgotados os procedimentos e prazos regimentais, não foram recebidas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

A Comissão de Educação e Cultura tem sido cautelosa ao analisar os vários Projetos de Lei que instituem dias comemorativos que aparecem em sua pauta.

O art. 215, § 2º, da Constituição Federal estabelece que "a lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais". De acordo com a orientação presente na Súmula de Recomendações aos Relatores n.º 1, aprovada por esta Comissão em 2001, entendem-se por de alta significação, as datas que representam evidente significação nacional ou especial interesse público.

A intenção de fixar no calendário nacional uma data comemorativa destinada a lembrar o nobre sentimento da gratidão é meritória. Vivenciar a gratidão em sua plenitude deve ser, de fato, preocupação de todo

ser humano. Manter o coração agradecido permite a elevação do espírito, inspira bons sentimentos e contribui para a harmônica convivência entre os homens.

No entanto, se criarmos um dia específico para cada sentimento humano que julgamos por bem valorizar, estaremos saturando o calendário de datas nacionais e esvaziando o sentido desse tipo de comemoração.

No mais, apesar de a gratidão ser, sem dúvida, nobre sentimento, a preocupação com a vivência de tal qualidade moral é questão privada, não representando, portanto, matéria **de evidente significação nacional ou especial interesse público**.

Em razão do exposto, voto pela rejeição do PL n.º 2.167 de 2003.

Sala da Comissão, 6 de janeiro de 2005. – Deputado **Osvaldo Biolchi,** Relator

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitouunanimemente oProjeto De Lei Nº 2.167/2003, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Osvaldo Biolchi.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Paulo Delgado – Presidente, João Correia – Vice-Presidente, Álvaro Dias, Antenor Naspolini, Átila Lira, César Bandeira, Gastão Vieira, Geraldo Resende, Iara Bernardi, Ivan Paixão, Ivan Valente, Lobbe Neto, Marcos Abramo, Maria do Rosário, Murilo Zauith, Neuton Lima, Neyde Aparecida, Nice Lobão, Nilson Pinto, Onyx Lorenzoni, Osvaldo Biolchi, Paulo Rubem Santiago, Professor Irapuan Teixeira, Ricardo Izar, Rogério Teófilo, Carlos Abicalil, Dr. Heleno, José Linhares, Osmar Serraglio e Roberto Magalhães.

Sala da Comissão, 9 de março de 2005. – Deputado Paulo Delgado, Presidente

PROJETO DE LEI Nº 2.535-A, DE 2003

(Do Sr. Jefferson Campos)

Dispõe sobre dedução integral, na declaração do imposto de renda da pessoa física, das despesas com cursos profissionalizantes, cursos de idiomas e cursos de informática; tendo parecer da Comissão de Finanças e Tributação, pela inadequação financeira e orçamentária (relator: Dep. Antonio Cambraia).

Despacho: Às Comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Finanças e Tributação

I – Relatório

O PROJETO DE LEI Nº 2.535, de 2003, pretende incluir entre as despesas passíveis de dedução da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, os pagamentos relativos a cursos profissionalizantes, cursos de idiomas e cursos de informática do contribuinte e de seus dependentes.

Em sua justificação, o autor da proposta ressalta que a medida tem o cunho de incentivar e promover o desenvolvimento educacional do povo brasileiro, assegurando ao contribuinte do imposto de renda da pessoa física o direito de ampliar as possibilidades de dedução das despesas com instrução e aperfeiçoamento profissional

Encaminhada à apreciação da Comissão de Finanças e Tributação, a proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Cabe a esta Comissão, além do exame do mérito, inicialmente, apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que "*estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira*", aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005 (Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004), em seu art. 94, condiciona a aprovação de lei ao cumprimento do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), o qual, por sua vez, determina:

> "Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do

aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

À vista do que foi descrito acima, o PROJETO DE LEI Nº 2.535/03, ao instituir uma nova modalidade de despesa dedutível na apuração do imposto de renda devido pela pessoa física, acarreta renúncia de receita tributária, Apesar disso, a proposição não está acompanhada dos requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal anteriormente citados, a saber: a estimativa da renúncia de receita, as medidas de compensação e a comprovação de que a renúncia já está computada na estimativa das receitas orçamentárias.

Destarte, malgrado os nobres propósitos que nortearam a elaboração da referida proposição, não pode a mesma ser considerada adequada e compatível sob a ótica mais restrita da adequação orçamentária e financeira.

Ademais, fica também prejudicado o exame quanto ao mérito na Comissão de Finanças e Tributação, em acordo com o disposto no art. 10 da Norma Interna – CFT.

Por todo o exposto, voto pela inadequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 2.535, de 2003.

Sala da Comissão, 10 de março de 2005.– Deputado **Antônio Cambraia,** Relator

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje,concluiu, unanimemente, pela inadequação financeira e orçamentária do PROJETO DE LEI Nº 2.535/03, nos termos do parecer do relator, Deputado Antonio Cambraia.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Geddel Vieira Lima, Presidente; Eduardo Cunha, Luiz Carlos Hauly e Carlito Merss, Vice-Presidentes; Armando Monteiro, Coriolano Sales, Delfim Netto, Enivaldo Ribeiro, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Francisco Dornelles, José Carlos Machado, José Militão, José Pimentel, Luiz Carreira, Moreira Franco, Mussa Demes, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Roberto Brant, Silvio Torres, Wasny de Roure, Yeda Crusius, Alex Canziani, Antonio Cambraia, Carlos Willian, Eliseu Padilha, Eliseu Resende, Nelson Bornier e Paulo Rubem Santiago.

Sala da Comissão, 16 de março de 2005. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Presidente

PROJETO DE LEI Nº 2.614-A, DE 2003

(Do Sr. Colbert Martins)

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição (relator: Dep. Virgílio Guimarães).

Despacho:às Comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Finanças e Tributação

I – Relatório

Cuida o PROJETO DE LEI Nº 2.614, de 2003, de suprimir inicialmente o inciso II e o § 4º do art. 57 da Lei nº 8.666/93 – que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública -, cujos teores são respectivamente os seguintes:

> "Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:
>
> ....
>
> II – a prestação de serviços a serem executados de forma continua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses.
>
> ....
>
> § 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado em até doze meses."

A proposição tem ainda como objetivo modificar a redação do inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93, introduzindo no mencionado dispositivo a expressão abaixo destacada por nós:

> "Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> .....
>
> IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência

de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com amparo neste inciso;..."

É o relatório.

II – Voto do Relator

Cabe a esta Comissão o exame preliminar de adequação orçamentária e financeira do PROJETO DE LEI Nº 2.614, de 2003. De acordo com o teor de nosso relatório, a proposição em tela limita-se a alterar parcialmente as regras de licitação para a contratação e a execução de contratos no âmbito da Administração Pública. As medidas legais aqui tratadas não dizem respeito a alterações na composição ou no montante das receitas e despesas, que possam provocar impactos de qualquer ordem no orçamento público.

Desse modo, dada a natureza normativa da matéria a que se refere a proposição, fica dispensado o exame de adequação orçamentária, restando, então, a sua apreciação quanto ao mérito.

Preliminarmente, analisaremos as mudanças propostas no art. 57, quais sejam, a de suprimir o inteiro teor do inciso II e do § 4º daquele artigo, dispositivos absolutamente conexos.

A título de facilitar o entendimento da matéria, lembramos que o autor da proposição em tela é contrário a que a Lei nº 8.666/93 continue excetuando da regra estabelecida no *caput* do art. 57 (*a duração dos contratos ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários*) a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 60 meses **(inciso II)**, bem como sua prorrogação por mais 12 meses **(§ 4º)**.

Segundo ensinam os especialistas[1] que investigam os meandros de nossa mais importante legislação sobre licitações e contratos públicos, o dispositivo (inciso II do art. 57) que se quer suprimir já foi objeto de mais duas alterações, desde a sua versão original, na redação dada pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Recapitulemos tais mudanças, a partir da citada redação original, observada na Lei nº 8.666/93.

A redação original do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 dizia o seguinte:

> "Art. 57. .....
>
> II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, os quais poderão ter a sua duração estendida por igual período."

Neste caso, tínhamos uma situação na qual a duração do contrato não estava objetivamente sujeita a limites temporais. Se o período inicial do contrato era, por exemplo, de seis anos, ele poderia ser prorrogado por igual período.

Em face disto, deu-se a primeira alteração na mencionada regra por meio da Lei nº 8.883, de junho de 1994, tendo como objetivo impor algum limite à duração dos contratos de prestação de serviços, nos seguintes termos:

> "Art. 57. .....
>
> II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que deverão ter a sua duração dimensionada com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a duração a sessenta meses."

A Medida Provisória nº 1.081, de 28 de julho de 1995, mais tarde convertida na Lei nº 9.648/98, introduziu o § 4º já comentado no art. 57 da Lei nº 8.666/93, permitindo, portanto, em caráter excepcional, devidamente justificada, a prorrogação do prazo estabelecido no inciso II do mesmo artigo por mais 12 meses.

Vemos, então, que os contratos de prestação de serviços aos entes públicos passaram a ter uma duração limitada a cinco anos, incluindo-se eventuais prorrogações, até 12 meses, quando plenamente justificadas.

A última mudança de redação do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 foi introduzida pela MP nº 1.500, de 7 de junho de 1996, convertida também na Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nos seguintes termos:

> *"Art. 57* .....
>
> .....
>
> II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses."

A mudança mais significativa está associada à substituição do termo *"deverão"* pelo termo *"poderão"*,

o que parece mais razoável, já que, no primeiro caso, poder-se-ia entender que a prorrogação de contratos de prestação de serviços seria uma imposição da lei e não uma faculdade concedida pelo legislador às autoridades administrativas nestes casos.

Feitas as digressões de ordem normativa acima a respeito das mudanças ocorridas no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, vemos que a proposição em epígrafe, ao defender a supressão do inciso, bem como do dispositivo conexo já mencionado, acaba deixando em aberto a questão associada à prorrogação de contratos de prestação de serviços. Tal inovação pode trazer sérios transtornos para a administração pública, não se descartando a possibilidade de favorecimentos indesejáveis, justamente o que o autor do projeto de lei quer evitar.

Isto posto, somos forçados a discordar do teor da proposição em tela, votando, pois, pela manutenção dos dois dispositivos do art. 57 da Lei nº 8.666/93. Em reforço ao nosso voto, valemo-nos uma vez mais do magistério do Prof. Marçal Juster Filho, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos"[2] a propósito do fundamento lógico da regra contida no inciso II e no § 4º do art. 57 da Lei de Licitações:

> "A adoção da regra relaciona-se com dois motivos preponderantes. O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades de atendimento ao interesse público. A demanda permanente de atuação do particular produziria uma espécie de trauma na transição de um contrato para outro. Se a contratação fosse pactuada por períodos curtos, haveria ampliação do risco de problemas na contratação posterior. Isso significaria, ademais, o constrangimento à realização de licitações permanentemente. O encerramento de uma licitação seria sucedido pela instalação de outra, destinada a preparar a contratação subseqüente. Acabaria por multiplicar-se o custo da Administração: seria necessário departamento encarregado exclusivamente de realizar licitações para aquele objeto. Ademais, os serviços prestados de modo contínuo teriam de ser interrompidos, caso fosse vedada a contratação superior ao prazo de vigência dos créditos orçamentários. Isso importaria sério risco de continuidade da atividade administrativa. Suponha-se, por exemplo, serviços de fornecimento de alimentação. A Administração seria constrangida a promover contratação direta, em situação de emergência, ao final de cada exercício, caso a contratação não pudesse se fazer por prazo mais longo.
>
> O segundo motivo é o da previsibilidade de recursos orçamentários. A Lei presume a disponibilidade de recursos para custeio dos encargos contratuais. Tanto mais porque os contratos de prestação de serviços não usam montar a valores que possam afetar as disponibilidades orçamentárias. Em princípio, qualquer que seja a distribuição de verbas na lei orçamentária posterior, certamente existirão recursos para pagamento dos serviços." (grifamos)

Em outros termos, independentemente de quem vai realizar o serviço, ele continuará sendo necessário no exercício seguinte, o que levou a Lei de Responsabilidade Fiscal a tornar obrigatória a estimativa do impacto financeiro das despesas de caráter continuado nos exercícios subseqüentes em que se originaram.

Por último, igualmente parece-nos também arriscada a tese de se introduzir no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93 a proibição à recontratação de empresa que tenha sido contratada, sem licitação, para atender a situações de emergência ou de calamidade pública. Entendemos que não se deva colocar maiores empecilhos à solução oportuna de problemas trazidos à população em situações emergenciais ou de calamidade pública.

Em face do exposto, somos pela não-implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à sua adequação financeira e orçamentária. No mérito, somos forçados a votar pela rejeição do PL n° 2.614, de 2003.

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 2004. – Deputado **Virgílio Guimarães,** Relator

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu, unanimemente, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição do PROJETO DE LEI Nº 2.614/03, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Virgílio Guimarães.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Geddel Vieira Lima, Presidente; Eduardo Cunha, Luiz Carlos Hauly e Carlito Merss, Vice-Presidentes; Armando Monteiro, Coriolano Sales, Delfim Netto, Enivaldo Ribeiro, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Francisco Dornelles, José Carlos Machado, José Militão, José Pimentel, Luiz Carreira, Moreira Franco, Mussa

Demes, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Roberto Brant, Silvio Torres, Wasny de Roure, Yeda Crusius, Alex Canziani, Antonio Cambraia, Carlos Willian, Eliseu Padilha, Eliseu Resende, Nelson Bornier e Paulo Rubem Santiago.

Sala da Comissão, 16 de março de 2005. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Presidente

PROJETO DE LEI Nº 2.961-B, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

Acrescenta artigo à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição (relator: DEP. RICARDO RIQUE); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição (relator: DEP. MAX ROSENMANN).

Despacho:às Comissões de:trabalho, de Administração E Serviço Público Finanças e Tributação Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Finanças e Tributação

I – Relatório

O PROJETO DE LEI Nº 2.961, de 2004, de autoria do nobre Deputado Carlos Neder, visa a vedar a participação, em um mesmo processo licitatório, de sociedades coligadas, controladoras e respectivas controladas, quando tiverem os mesmos sócios ou cotistas majoritários.

Distribuído inicialmente à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o Projeto foi rejeitado por unanimidade, e vem à apreciação desta Comissão de Finanças e Tributação para exame de mérito e de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira, devendo, a seguir, ser submetido à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto.

É rio.

II – Voto do Relator

Sob o ponto de vista do mérito, a ser examinado no âmbito desta Comissão, com a devida vênia do nobre Autor da proposição, o ilustre Deputado Carlos Neder, devemos acompanhar o Parecer contrário do Relator da matéria na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, entendendo ser excessiva a limitação proposta à participação de empresas em processos licitatórios.

Tenha-se em mente que o objetivo maior visado com a realização desses certames para contratação de fornecedores de bens, serviços ou execução de obras é precisamente a máxima ampliação do número de competidores que demonstrem ter plenas condições de atender às necessidades da Administração; justamente o oposto do pretendido pela proposição em apreço.

Sob o enfoque das finanças públicas, entendemos, portanto, não estarem presentes os requisitos de aprovação do Projeto, relativos à sua conveniência e oportunidade.

Com relação ao exame da compatibilidade do Projeto com as disposições legais em vigor sobre matéria orçamentária e financeira (PPA, LDO e LOA), nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (arts. 32, IX, "h", e 53, II), verifica-se que a matéria tratada não tem repercussão direta nos Orçamentos da União, por revestir-se de caráter estritamente normativo, referente à titularidade das empresas participantes em certames licitatórios.

Em vista do exposto, somos pela não-implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento desta Comissão quanto à sua compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira, e, no mérito, votamos pela rejeição do PROJETO DE LEI Nº 2.961, de 2004.

Sala da Comissão, 3 de março de 2005 – Deputado **Max Rosenmann,** Relator

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu, unanimemente, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição do PROJETO DE LEI Nº 2.961-A/04, nos termos do parecer do relator, Deputado Max Rosenmann.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Geddel Vieira Lima, Presidente; Eduardo Cunha, Luiz Carlos Hauly e Carlito Merss, Vice-Presidentes; Armando Monteiro, Coriolano Sales, Delfim Netto, Enivaldo Ribeiro, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Francisco Dornelles, José Carlos Machado, José Militão, José Pimentel, Luiz Carreira, Moreira Franco, Mussa Demes, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Roberto Brant, Silvio Torres, Wasny de Roure, Yeda Crusius, Alex Canziani, Antonio Cambraia, Carlos Willian, Eli-

seu Padilha, Eliseu Resende, Nelson Bornier e Paulo Rubem Santiago.

Sala da Comissão, 16 de março de 2005.–Deputado **Geddel Vieira Lima,** Presidente

PROJETO DE LEI Nº 3.096-B, DE 2004
(Do Sr. Max Rosenmann)

Denomina "Rodovia Governador José Richa" O Trecho Da Rodovia Br-476, Entre As Cidades De Adrianópolis E Curitiba, No Estado Do Paraná; Tendo Pareceres: Da Comissão De Viação E Transportes, Pela Aprovação (Relator: Dep. Chico Da Princesa); E Da Comissão De Educação E Cultura, Pela Aprovação (Relatora: Dep. Selma Schons).

Despacho: Às Comissões De:viação e Transportes; Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Educação Cultura e Desporto

I – Relatório

O ilustre Deputado Max Rosenmann propõe, pelo Projeto de Lei nº 3.096/2004 que seja dada a denominação de "Rodovia Governador José Richa" ao trecho da BR-476 situado entre as cidades de Adrianópolis e Curitiba, no Estado do Paraná.

Submetida a exame pela Comissão de Viação e Transportes, a proposição recebeu voto favorável do Relator, Deputado Chico da Princesa, o qual foi seguido por unanimidade.

Cabe agora a esta Comissão de Educação Cultura e Desporto pronunciar-se quanto ao mérito da homenagem cívica.

É o relatório.

II – Voto da Relatora

O Ilustre Deputado Max Rosenmann em preito de homenagem ao homem público paranaense José Richa, falecido em 17 de dezembro de 2003, propõe que se denomine "Rodovia Governador José Richa" o trecho da BR-476 entre a cidade paranaense de Adrianópolis e a capital Curitiba.

Coincidentemente, depois de mais de 30 anos de luta, o último trecho da BR-476 começa a ser finalmente pavimentado pelo Governo Federal que está empregando, na obra, cerca de R$ 56 milhões. Os recursos para a obra estão previstos em emenda coletiva da Bancada do Paraná, que ajudamos a articular. Se ainda estivesse entre nós, José Richa certamente se alegraria com a realização desta obra, estratégica para a recuperação econômica da região que, mesmo tendo vocação agrícola e sendo grande produtora de minérios, é uma das mais pobres do País.

Muito embora ciente do teor da Súmula de Recomendações aos Relatores Nº 1/2001, da Comissão de Educação e Cultura e Desporto, a qual indica "... o voto favorável apenas para aqueles Projetos de Lei de denominação (ou renomeação) de bem público que venham instruídos com uma prova clara de concordância da comunidade local ou regional", entendemos, de conformidade com esta mesma súmula, que tal recomendação tem por objetivo subsidiar a decisão dos colegas da comissão, nos casos em que o homenageado é personalidade de expressão apenas local ou regional. Não é este o caso de José Richa.

Dono de uma trajetória política marcada pelo compromisso com a construção da democracia brasileira, José Richa integrou a oposição à ditadura militar, sendo um dos fundadores do MDB. Em seguida foi o gestor municipal de Londrina, Senador, militante das Diretas Já, o primeiro governador eleito do Paraná, um dos fundadores do PSDB, e em seus últimos anos de mandato no Senado, o empenhado defensor da causa parlamentarista. Seu legado dispensa-nos da tarefa de nos alongarmos no reconhecimento do mérito do Projeto que propõe aos brasileiros que lhe prestemos esta homenagem.

Conforme dispõe a mesma Súmula antes mencionada, "... *importante é que haja certeza quanto ao apoio popular à iniciativa"* . Desta certeza estamos bem servidos.

Manifestamo-nos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.096/2004.

Sala da Comissão, 2 de março de 2005. – Deputada **Selma Schons,** Relatora

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o PROJETO DE LEI Nº 3.096/2004, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Selma Schons.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Paulo Delgado – Presidente, João Correia – Vice-Presidente, Álvaro Dias, Antenor Naspolini, Átila Lira, César Bandeira, Gastão Vieira, Geraldo Resende, Iara Bernardi, Ivan Paixão, Ivan Valente, Lobbe Neto, Marcos Abramo, Maria do Rosário, Murilo Zauith, Neuton Lima, Neyde Aparecida, Nice Lobão, Nilson Pinto, Onyx Lorenzoni, Osvaldo Biolchi, Paulo Rubem Santiago, Professor Irapuan Teixeira, Ricardo Izar, Rogério Teó-

filo, Carlos Abicalil, Dr. Heleno, José Linhares, Osmar Serraglio e Roberto Magalhães.

Sala da Comissão, 9 de março de 2005. – Deputado **Paulo Delgado,** Presidente

PROJETO DE LEI Nº 3.677-A, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Cria o Programa de Habitação em parceria com os municípios e dá outras providências."; tendo parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano pela rejeição (relator: DEP. ARY VANAZZI).

Despacho: Às Comissões de Desenvolvimento Urbano; de Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, Ricd); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 Ricd)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24, II

Publicação do Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano

I – Relatório

Chega para o exame deste órgão técnico a proposição supracitada, que pretende criar o programa de habitação em parceria com os municípios, visando à suprir o déficit de habitação popular em comunidades carentes. Nos termos da proposta, o Poder Executivo federal deve, por intermédio da Secretaria de Habitação, repassar aos municípios que se habilitarem, "conjuntos básicos de construção", para montagem de unidades habitacionais padronizadas.

Segundo o texto apresentado, o credenciamento das Prefeituras interessadas em participar do programa far-se-á mediante convênio específico, do qual deve constar o plano de habitação com as características respectivas. Por ocasião do credenciamento, devem ser informadas, ainda, as metas a serem alcançadas junto à população alvo (referentes ao crescimento de indicadores positivos da habitação nos respectivos municípios) e acordadas as condições de reciprocidade e de administração dos "conjuntos básicos de construção".

O referido programa deve contemplar unidade habitacional em planta padronizada, nos moldes recomendados pelas organizações mundiais, em alvenaria, de até 36 metros quadrados, com previsão de instalações elétricas e hidrossanitárias. Para as construções poderão ser utilizados terrenos pertencentes a loteamentos urbanizados municipais, como também os de propriedade dos próprios interessados, desde que comprovadas as condições de carência para adesão ao programa. As obras de construção serão realizadas em regime de mutirão, com fiscalização e execução a cargo das Prefeituras Municipais. Caberá, também, às Prefeituras dispor sobre a utilização de mão-de-obra oriunda de população carente.

O conteúdo do "conjunto básico de construção", bem como as normas complementares para o funcionamento do Programa, devem ser definidos, segundo o texto proposto, em regulamentação específica, a ser editada pela Secretaria de Habitação do Estado, em 90 (noventa) dias a contar da publicação da lei que vier a se originar desta proposição.

Finalmente, o texto prevê que a lei que vier a se originar desta proposição deve entrar em vigor no ano subseqüente ao de sua publicação. Prevê, ainda, dotação orçamentária própria, a ser consignada no Orçamento Geral da União.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o nosso relatório.

II – Voto do Relator

Tem razão o nobre Autor da proposta em foco quando aponta a carência de moradias como um dos principais problemas da sociedade brasileira. Hoje, mais de 80% da população vive em áreas urbanas, particularmente em grandes núcleos urbanos, cada vez mais complexos e problemáticos. Estimativa de um estudo realizado para o Governo Federal pela Fundação João Pinheiro indica um déficit de aproximadamente 6,5 milhões de novas habitações, sem contar os casos em que é necessária a realização de melhorias nos imóveis existentes ou de adequação da infra-estrutura.

Entretanto, quer nos parecer que a proposta não reúne mérito que recomende sua aprovação.

Em primeiro lugar, é bastante questionável a alternativa de criação de programa governamental por meio de lei. Sendo essa uma questão de caráter administrativo, na esmagadora maioria dos casos a instituição de programa é feita mediante sua simples inclusão na legislação orçamentária, para que haja previsão de recursos, seguida de edição de portaria ministerial contendo normas regulamentares. Tal procedimento justifica-se por garantir maior agilidade e flexibilidade de ajuste aos programas criados.

Exceções existem, é verdade, como são os casos do Programa de Arrendamento Residencial (Lei 10.188/01) e do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (MP 2.212/01), mas é importante frisar que, mesmo nesses casos, os detalhes de natureza operacional (público alvo, requisitos, meios de implementação, entre outros) são ditados em regulamentação. Importa notar, ainda, que as normas legais que criaram esses programas citados nasceram a partir

de iniciativa do Poder Executivo, o que torna possível a definição de atribuições em relação à execução do programa, envolvendo os entes públicos do setor, sem esbarrar em vício de iniciativa.

Outro aspecto que desaconselha a criação de programa governamental por meio de lei diz respeito ao provimento de recursos financeiros. De acordo com o art. 165, § 1º, da Constituição Federal, cabe à lei que instituir o plano plurianual (PPA), entre outros pontos, estabelecer diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal relativos aos programas de duração continuada. Por seu turno, a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), que orienta a elaboração da lei orçamentária anual (LOA), deve abranger as metas e prioridades da administração pública federal (art. 165, § 2º, Constituição Federal). Assim, para que um programa receba recursos orçamentários ele deve estar, primeiramente, previsto no PPA para, em decorrência, ser contemplado na LDO e na LOA. Registre-se, a propósito, que todas essas normas legais são de iniciativa privativa do Poder Executivo (art. 165, *caput*). Dessa forma, é inócuo o art. 7º da proposta, que prevê dotação orçamentária própria para o programa a ser criado.

Deve ser levada em conta, ainda, a questão da autonomia dos entes federados, garantida pelo art. 18, **caput**, da nossa Carta Magna. Em respeito a essa autonomia, uma lei federal não poderia impor encargos para Estados e Municípios, na implementação do programa a ser criado, como pretendem alguns dispositivos da proposta. São inaceitáveis, por exemplo, o art. 5º, que prevê obrigações para as Prefeituras municipais na fiscalização e execução dos mutirões, bem como o art. 6º, que remete às Secretarias de Habitação estaduais a definição de regulamentação específica para o programa a ser criado.

Finalmente, cabe lembrar que, mais do que a mera criação de um novo programa habitacional, por mais bem intencionado que seja, importa empreender uma completa reformulação das normas que regulam o setor habitacional no Brasil, com a definição de uma política pública de longo prazo para o setor. A partir daí, pode-se estruturar um novo sistema habitacional, ao qual estarão vinculados programas de ação específicos. Um primeiro passo nesse sentido já está sendo dado com o PL 2.710/92, de iniciativa popular, que propõe um novo modelo para a atuação do Poder Público na questão da habitação para a baixa renda. Essa proposição, que foi aprovada recentemente no Plenário desta Casa e encontra-se no Senado Federal, cria um sistema habitacional de interesse social e um fundo nacional de habitação de interesse social, bem como um conselho gestor, que deverá ser responsável, entre outras atribuições, pela definição de diretrizes e critérios para a alocação de recursos no âmbito do sistema.

Diante do exposto, nosso voto é pela rejeição quanto ao mérito do Projeto de Lei nº 3.677, de 2004.

Sala da Comissão, 19 de dezembro de 2004. – Deputado **Ary Vanazzi ,** Relator

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Desenvolvimento Urbano, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o PROJETO DE LEI Nº 3.677/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Ary Vanazzi.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Julio Lopes – Presidente, Fábio Souto, Colbert Martins e Jaime Martins – Vice-Presidentes, Barbosa Neto, Elimar Máximo Damasceno, Inácio Arruda, João Magno, Maria do Carmo Lara, Marinha Raupp, Paulo Gouvêa, Pedro Fernandes, Gustavo Fruet.

Sala da Comissão, 16 de março de 2005.– Deputado **Julio Lopes**, Presidente

PROJETO DE LEI Nº 3.777-A, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Dispõe Sobre a Proibição da Energização de Cercas Ligadas Diretamente da Rede Elétrica"; Tendo Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Pela Aprovação (Relator: Dep. Ary Vanazzi).

Despacho:às Comissões de:desenvolvimento Urbano Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação:proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II

Comissão De Desenvolvimento Urbano

I – Relatório

De autoria do Nobre Deputado Carlos Nader, o projeto de lei em exame veda ao proprietário ou morador de edificação, localizada na zona urbana ou rural e que possua cerca energizada ou venha a instalar esse tipo de equipamento, a energização diretamente da rede elétrica. É permitida, porém, a energização por meio de "eletrificador".

O art. 2º da proposição define cercas energizadas como sendo aquelas instaladas em propriedades nos perímetros urbanos e rurais, dotadas de corrente elétrica de intensidade tal que não venha a causar danos fatais às pessoas. Sua instalação, manutenção e fiscalização serão acompanhadas por técnicos habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, incumbidos de emitir relatório técnico e apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

O proprietário ou ocupante de imóvel equipado com cerca energizada responderá civil e criminalmente pelos danos resultantes de acidentes causados por esse tipo de equipamento.

Ao Poder Executivo caberá regulamentar o documento legal proposto no prazo de cento e oitenta dias contados a partir de sua publicação.

Na justificação, o Autor aponta o uso generalizado, no País, do equipamento de proteção em apreço, apesar da ausência de documento legal que regulamente a matéria. Daí a necessidade de se disciplinar tal prática, de forma a evitar acidentes com cidadãos inadvertidos.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em análise.

É o Relatório.

II – Voto do Relator

O aumento generalizado da violência em todo o País tem levado a população a adotar medidas drásticas para garantir a própria integridade, bem como a de seus familiares, sem que a rigorosa observação de procedimentos técnicos e de segurança seja levada em conta de forma adequada.

Em muitos casos, porém, isso ocorre pelo fato de tais normas inexistirem ou, em existindo, sua observância obrigatória não se encontrar legalmente regulamentada.

A proposição em análise destina-se a suprir essa lacuna na legislação brasileira, reforçando e garantindo a integridade pessoal e a segurança coletiva de nossos cidadãos, no seu direito à vida e à livre circulação em todo o território nacional, que lhes são constitucionalmente assegurados.

Nosso voto é, portanto, **pela aprovação** do projeto de lei em exame, tendo em vista seu inquestionável mérito.

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 2004. – Deputado **Ary Vanazzi,** Relator

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Desenvolvimento Urbano, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o PROJETO DE LEI Nº 3.777/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Ary Vanazzi.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Julio Lopes – Presidente, Fábio Souto, Colbert Martins e Jaime Martins – Vice-Presidentes, Barbosa Neto, Elimar Máximo Damasceno, Inácio Arruda, João Magno, Maria do Carmo Lara, Marinha Raupp, Paulo Gouvêa, Pedro Fernandes, Gustavo Fruet.

Sala da Comissão, 16 de março de 2005. – Deputado **Julio Lopes,** Presidente

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.451-A, DE 2004
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 211/2004
MSC Nº 499/2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Shalon a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cassilândia, Estado do Mato Grosso do Sul; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: Dep. José Eduardo Cardozo).

Despacho:À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria nº 2.843, de 11 de dezembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Shalon a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cassilândia, Estado do Mato Grosso do Sul.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.451, de 2004.

Sala da Comissão, 16 de dezembro de 2005. – Deputado **José Eduardo Cardozo,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.451/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado José Eduardo Cardozo.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, José Mentor, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Bosco Costa, Carlos Mota, Darci Coelho, Edmar Moreira, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, João Almeida, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Piauhylino, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zenaldo Coutinho, André de Paula, Ann Pontes, Ary Kara, Átila Lira, Badu Picanço, Colbert Martins, Isaías Silvestre, João Mendes de Jesus, José Pimentel, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Neucimar Fraga, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 8 de março de 2005 – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.452-A, DE 2004

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)

TVR Nº 223/2004

MSC Nº 500/2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária "São Francisco" a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcântaras, Estado do Ceará; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. ANTONIO CARLOS BISCAIA).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria nº 356, de 17 de julho de 2003, que autoriza a Associação Comunitária "São Francisco" a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcântaras, Estado do Ceará.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.452, de 2004.

Sala da Comissão, 24 de fevereiro de 2005. – Deputado **Antônio Carlos Biscaia,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.452/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Antonio Carlos Biscaia.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, José Mentor, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Bosco Costa, Carlos Mota, Darci Coelho, Edmar Moreira, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, João Almeida, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Piauhylino, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zenaldo Coutinho, André de Paula, Ann Pontes, Ary Kara, Átila Lira, Badu Picanço, Colbert Martins, Isaías Silvestre, João Mendes de Jesus, José Pimentel, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Neucimar Fraga, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 8 de março de 2005. – Deputado, **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.453-A, DE 2004

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)

TVR Nº 229/2004

MSC Nº 501/2004

Aprova o ato que autoriza a APAI – Associação de Proteção ao Adolescente de Itacaré a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacaré, Estado da Bahia; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. ALCEU COLLARES).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer 9/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria nº 353, de 17 de julho de 2003, que autoriza a APAI – Associação de Proteção ao Adolescente de Itacaré a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacaré, Estado da Bahia.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.453, de 2004.

Sala da Comissão, 16 de dezembro de 2004. – Deputado **Alceu Collares,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.453/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Alceu Collares.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, José Mentor, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Bosco Costa, Carlos Mota, Darci Coelho, Edmar Moreira, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, João Almeida, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Piauhylino, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zenaldo Coutinho, André de Paula, Ann Pontes, Ary Kara, Átila Lira, Badu Picanço, Colbert Martins, Isaías Silvestre, João Mendes de Jesus, José Pimentel, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Neucimar Fraga, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 8 de março de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.454-A, DE 2004

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, ComunicaçãoInformática)

TVR Nº 242/2004

MSC Nº 502/2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Nova Glória a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Glória, Estado de Goiás; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: Dep. Inaldo Leitão).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria nº 658, de 09 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Nova Glória a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Glória, Estado de Goiás.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.454, de 2004.

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 2004. – Deputado **Inaldo Leitão,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.454/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Inaldo Leitão.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, José Mentor, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Bosco Costa, Carlos Mota, Darci Coelho, Edmar Moreira, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, João Almeida, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Piauhylino, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zenaldo Coutinho, André de Paula, Ann Pontes, Ary Kara, Átila Lira, Badu Picanço, Colbert Martins, Isaías Silvestre, João Mendes de Jesus, José Pimentel, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Neucimar Fraga, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 8 de março de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.455-A, DE 2004

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)

TVR Nº 243/2004

MSC Nº 502/2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural do Município de Jandaia – Estado de Goiás (Rádio Cultural Jandaia FM) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jandaia, Estado de Goiás; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: Dep. Marcelo Ortiz).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria nº 659, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Cultural do Município de Jandaia – Estado de Goiás (Rádio Cultural Jandaia FM) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jandaia, Estado de Goiás.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.455, de 2004.

Sala da Comissão,15 de dezembro de 2004. – Deputado **Marcelo Ortiz,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.455/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Marcelo Ortiz.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, José Mentor, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Bosco Costa, Carlos Mota, Darci Coelho, Edmar Moreira, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, João Almeida, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Piauhylino, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zenaldo Coutinho, André de Paula, Ann Pontes, Ary Kara, Átila Lira, Badu Picanço, Colbert Martins, Isaías Silvestre, João Mendes de Jesus, José Pimentel, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Neucimar Fraga, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 8 de março de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.456-A, DE 2004
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação Informática)
TVR Nº 244/2004
MSC Nº 502/2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Santa Margarida a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade Santa Margarida, Estado Minas Gerais; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: Dep. Inaldo Leitão).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria nº 666, de 09 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Cultural de Santa Margarida a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Margarida, Estado de Minas Gerais.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.456, de 2004.

Sala da Comissão, 16 de dezembro de 2005. – Deputado **Inaldo Leitão,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.456/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Inaldo Leitão.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, José Mentor, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Bosco Costa, Carlos Mota, Darci Coelho, Edmar Moreira, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, João Almeida, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Piauhylino, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zenaldo Coutinho, André de Paula, Ann Pontes, Ary Kara, Átila Lira, Badu Picanço, Colbert Martins, Isaías Silvestre, João Mendes de Jesus, José Pimentel, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Neucimar Fraga, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 8 de março de 2005. – Deputado, **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.459-A, DE 2004
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 249/2004
MSC Nº 503/2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural do Conjunto Prefeito José Walter a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria nº 713, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Cultural do Conjunto Prefeito José Walter a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.459, de 2004.

Sala da Comissão, 22 de dezembro de 2004. – Deputado **Antonio Carlos Magalhães Neto,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.459/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, José Mentor, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Bosco Costa, Carlos Mota, Darci Coelho, Edmar Moreira, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, João Almeida, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Piauhylino, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zenaldo Coutinho, André de Paula, Ann Pontes, Ary Kara, Átila Lira, Badu Picanço, Colbert Martins, Isaías Silvestre, João Mendes de Jesus, José Pimentel, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Neucimar Fraga, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 8 de março de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.461-A, DE 2004

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)

TVR Nº 262/2004

MSC Nº 509/2004

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Itapuranga a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuranga, Estado de Goiás; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. BOSCO COSTA).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria nº 2.851, de 11 de dezembro de 2002, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Itapuranga a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuranga, Estado de Goiás.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.461, de 2004.

Sala da Comissão, 23 de dezembro de 2004. – Deputado **Bosco Costa,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislati-

vo nº 1.461/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Bosco Costa.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, José Mentor, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Bosco Costa, Carlos Mota, Darci Coelho, Edmar Moreira, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, João Almeida, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Piauhylino, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zenaldo Coutinho, André de Paula, Ann Pontes, Ary Kara, Átila Lira, Badu Picanço, Colbert Martins, Isaías Silvestre, João Mendes de Jesus, José Pimentel, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Neucimar Fraga, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 8 de março de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.466-A, DE 2004

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)

TVR Nº 284/2004
MSC Nº 521/2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Sapucaia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapucaia, Estado do Pará; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: Dep. Odair Cunha).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria nº 533, de 8 de outubro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Sapucaia, a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, na cidade de Sapucaia, Estado do Pará.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.466, de 2004.

Sala da Comissão,16 de dezembro de 2004. – Deputado **Odair,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.466/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Odair Cunha.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, José Mentor,

Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Bosco Costa, Carlos Mota, Darci Coelho, Edmar Moreira, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, João Almeida, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Piauhylino, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zenaldo Coutinho, André de Paula, Ann Pontes, Ary Kara, Átila Lira, Badu Picanço, Colbert Martins, Isaías Silvestre, João Mendes de Jesus, José Pimentel, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Neucimar Fraga, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 8 de março de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.467-A, DE 2004
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 294/2004
MSC Nº 523/2004

Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Artística e Cultural de Ouvidor-GO a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouvidor, Estado de Goiás; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: Dep. Luiz Eduardo Greenhalgh).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria nº 756, de 19 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação de Difusão Artística e Cultural de Ouvidor – GO a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouvidor, Estado de Goiás.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.467, de 2004.

Sala da Comissão, 21 de dezembro de 2004. – Deputado **Luiz Eduardo Greenhalgh,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.467/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, José Mentor, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Bosco Costa, Carlos Mota, Darci Coelho, Edmar Moreira, Gonza-

ga Patriota, Inaldo Leitão, João Almeida, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Piauhylino, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zenaldo Coutinho, André de Paula, Ann Pontes, Ary Kara, Átila Lira, Badu Picanço, Colbert Martins, Isaías Silvestre, João Mendes de Jesus, José Pimentel, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Neucimar Fraga, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 8 de março de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

RECURSO Nº 163-A, DE 2005

(Do Sr. André Luiz)

Recurso contra decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que determinou a cassação do mandato parlamentar do Deputado André Luiz; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela improcedência (relator: Dep. Antonio Carlos Magalhães).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 14, inciso VIII, do código de ética e decoro parlamentar.

Publicação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Em 10 de março deste ano, o Deputado André Luiz interpôs o presente recurso contra decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, que, na reunião de 8 de março, deliberou pela procedência da Representação nº 25/04, acolhendo, por unanimidade, o Parecer do Relator, Deputado Gustavo Fruet, que recomenda a cassação do mandato parlamentar do Recorrente.

Em síntese, a inconformidade do Recorrente se fundamenta em duas alegações básicas, a saber:

1) Cerceamento das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, e, por conseguinte, o comprometimento do devido processo legal, tendo em vista que, no curso das investigações da Comissão de Sindicância, levadas a efeito no âmbito da Corregedoria desta Casa:

a) "o Impetrante não foi ouvido, apenas instado a manifestar-se sobre a reportagem" publicada pela revista **Veja**, cujas denúncias ensejaram o processo disciplinar;

b) "a perícia foi realizada com os quesitos apresentados somente pela Comissão de Sindicância, ausente os quesitos do Impetrado e sem assistente técnico";

c) "ouve a oitiva de testemunha (Deputado Federal Carlos Rodrigues, o ex-bispo Rodrigues – fls. 87 a 93 dos Autos de Sindicância) sem a devida intimação do advogado do Impetrante";

d) "após a entrega do laudo da fita pelo perito contratado pela Comissão de Sindicância, o Impetrante não foi intimado para manifestar-se";

2) Ilicitude na instrução probatória do processo disciplinar instaurado no Conselho de Ética, de vez que o aludido Conselho referendou o laudo pericial da Comissão de Sindicância, que teve como perito o Dr. Ricardo Molina Figueiredo, o mesmo perito contratado pela revista **Veja**.

O presente recurso encontra-se previsto no Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, instituído pela Resolução nº 25, de 2001, que em seu art. 14, § 4º, incisos VIII e IX, assim menciona esta Comissão:

"Art. 14..... .....

VIII – da decisão que contrariar norma constitucional, regimental ou deste Código, poderá o acusado recorrer à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se pronunciará exclusivamente sobre os vícios apontados;

IX – concluída a tramitação no Conselho de Ética, ou na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, na hipótese de interposição de recurso nos termos do inciso VIII, o processo será encaminhado à Mesa e, uma vez lido no expediente, publicado e distribuído em avulsos para inclusão na Ordem do Dia."

II – Voto do Relator

Nos termos do que determina o Código de Ética e Decoro Parlamentar, norma que integra o Regimento Interno desta Casa, não há como desconhecer o Recurso interposto. Por força do dispositivo retro mencionado, cumpre a esta Comissão dirimir qualquer dúvida jurídica quanto à aplicação e interpretação da Constituição Federal e do regimento interno nos processos disciplinares contra os deputados federais.

A competência desta Comissão restringe-se tão-somente à discussão de Direito Parlamentar, sendo-

lhe defeso a apreciação fática da matéria, cujo mérito compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e ao Plenário da Casa.

A primeira objeção jurídica oposta pelo Recorrente incide sobre a subtração do seu direito de defesa e de contraditar durante o procedimento investigatório feito pela Comissão de Sindicância, no âmbito da Corregedoria da Casa.

O Recorrente, conforme suas próprias palavras:

> – "não foi ouvido, apenas instado a manifestar-se sobre a reportagem";
>
> – "a perícia foi realizada com os quesitos apresentados somente pela Comissão de Sindicância ausente os quesitos do Impetrado e sem assistente técnico";
>
> – "ouve a oitiva de testemunha (Deputado Federal Carlos Rodrigues, o ex-bispo Rodrigues – fls. 87 a 93 dos Autos de Sindicância) sem a devida intimação do advogado do Impetrante";
>
> – "após a entrega do laudo da fita pelo perito contratado pela Comissão de Sindicância, o Impetrante não foi intimado para manifestar-se". (grifos nossos)

Ao examinarmos o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Casa, sem dificuldade, constatamos que o processo contra Deputado por falta de decoro parlamentar só é instaurado a partir do recebimento da denúncia encaminhada pela Mesa ao Conselho de Ética (art. 13, inciso II, do Código de Ética). É no Conselho de Ética que nasce o processo disciplinar.

Todas as providências tomadas pela Mesa, em face de fatos imputados contra Deputado, constituem procedimentos pré-processuais, meramente investigativos, a fim de verificar se há realmente elementos, indícios suficientes para a abertura de processo disciplinar.

Os procedimentos são, até então, de natureza inquisitorial, sendo descabido exigir-se a observância do devido processo legal, do princípio processual do contraditório e do princípio processual do direito de ampla defesa, pois ainda nâo há processo.

O cargo de Corregedor, previsto no parágrafo único do art. 267 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, é atribuído pela Mesa a um de seus membros, geralmente o Segundo Vice-Presidente.

Considerando ser a função correcional de cunho administrativo, ela não é regulada por meio de Resolução, mas sim por ato normativo secundário, isto é, por Ato da Mesa.

Assim é que o Ato da Mesa nº 17, de 5 de junho de 2003, disciplina a atuação da Corregedoria, no tocante à análise de representações relacionadas com o decoro parlamentar remetidas pelo Presidente da Casa, nos termos que passamos a destacar:

> "Art. 1º..... ....
> ....
>
> § 3º Para efeito do atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 5º do Código de Ética e Decoro Parlamentar, o Corregedor deverá analisar a idoneidade das provas apresentadas cabendo-lhe, no caso de denúncia instruída consistentes da deputado, promover apenas com indícios ilicitude imputada ao a produção de provas.
>
> Art. 2º Recebido o expediente encaminhando pelo Presidente, o Corregedor remeterá cópia ao Deputado a que o mesmo se refira, consignando-lhe o prazo de cinco sessões para se manifestar, findo o qual adotará as medidas que entender necessárias à apuração do fato.
>
> § 1º A manifestação de que trata o **caput** deste artigo não impede que o Corregedor, no curso do procedimento inquisitorial
>
> que preside, solicite o depoimento do deputado representado, se assim entender necessário.
>
> Art. 3º O conteúdo dos esclarecimentos ou depoimentos prestados pelos Deputados perante o Corregedor deverá ser mantido em sigilo até o término do procedimento de apuração da Mesa."

Ao confrontarmos os ditames da norma interna com os procedimentos adotados pela Comissão de Sindicância no caso sob comento, Constata-se que a Corregedoria atuou com a maior lisura e dentro da mais estreita legalidade, considerando que anorma determina apenas a notificação do representado para que se manifeste sobre a denúncia, o seu depoimento e posteriores manifestações só ocorrerão se o Corregedor entender necessários.

É inquestionável que ao Corregedor são concedidos poderes bastantes para proceder a investigação como melhor lhe aprouver, podendo, inclusive, tomar a oitiva de Deputados sob sigilo. Parece-me induvidoso, também, que a matéria é disciplinada com o objetivo claro de imprimir a maior celeridade possível à investigação preliminar, a fim de que a Câmara dos Deputados possa responder prontamente àsociedade sobre a necessidade ou não da instauração de processo disciplinar.

Quanto ao segundo argumento expendido pelo Recorrente, qual seja, a ilicitude da instrução probatória no Conselho de Etica, que se valeu do mesmo laudo pericial já solicitado pela Comissão de Sindicância, é bom que se tenha em mente que o processo disciplinar contra Deputado por falta de decoro parlamentar é de natureza política.

Por mais que se intente buscar nas normas e nos princípios gerais de direito processual subsídios para balizar os procedimentos do processo parlamentar, não podemos perder de vista que, pela sua própria natureza, a matéria não pode ser tratada com o rigor exegético e com a ortodoxia do processo judicial.

A **rato essendi** do processo disciplinar e da perda do mandato não se sustenta na existência de um crime, mas sim na ocorrência de um fato que macule a dignidade da instituição, que fira o decoro do conjunto dos deputados diante de seus representados, que ponha em xeque a honestidade dos mandatários e, conseqüentemente, a legitimidade dos mandatos.

A questão aqui não é judicial, mas política.

O cerne do problema não é saber quantas perícias seriam necessárias para se confirmar a autenticidade da gravação objeto da denúncia, mas que a juízo do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o laudo pericial foi suficiente para atestar a sua autenticidade.

A missão do Conselho de Etica e Decoro Parlamentar é, acima de tudo, zelar pela imagem do Poder Legislativo, a fim de demonstrar ao povo que ele possui uma Câmara dos Deputados confiável, merecedora dos mandatos que lhe foram outorgados, capaz de corresponder às suas expectativas e idônea para promover o bem-estar social.

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto pela improcedência do Recurso nº 163, de 2005.

Sala da Comissão, 16 de março de 2005. – Deputado **Antônio Carlos Magalhães Neto,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela improcedência do Recurso nº 163/2005, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Antonio Carlos Biscaia – Presidente, Roberto Magalhães – Vice-Presidente, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de

Lira, Bosco Costa, Carlos Mota, Carlos Rodrigues, Cezar Schirmer, Darci Coelho, Edmar Moreira, Edna Macedo, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, Ivan Ranzolin, Jamil Murad, Jetferson Campos, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza

Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Carlos Santos, Luiz Piauhyiino, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Ney Lopes, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Afonso, Paulo Magalhães, Professor Luizinho, Robson Tuma, Rubinelli, Sandra Rosado, Sérgio Miranda, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vicente Cascione, Wagner Lago, Zenaldo Coutinho, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ann Pontes, Átila Lira, Coriolano Saies, Fernando Coruja, iara Bernardi, Iriny Lopes, Luciano Zica, Luiz Couto, Mauro Benevides, Ricardo Barros, Rubens Otoni e Sergio Caiado.

Sala da Comissão, 16 de março de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscáia,** Presidente.

COMISSÃO

DESIGNAÇÕES

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Armando Monteiro

PROJETO DE LEI Nº 835/03 – do Sr. Paulo Marinho – que "cria Área de Livre Comércio no Município de Caxias, no Estado do Maranhão, e dá outras providências".

Ao Deputado Beto Albuquerque

PROJETO DE RESOLUÇÃO (CD) Nº 128/03 – do Sr. André Luiz e outros – que "institui a Comissão Parlamentar de inquérito destinada a investigar e apurar as denuncias de fraudes contra a RECEITA FEDERAL, com fortes suspeitas de Evasão Fiscal".

Ao Deputado Félix Mendonça

PROJETO DE LEI Nº 6.204/02 – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que "autoriza o parcelamento dos débitos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, relativos a contribuições devidas ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais, e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 2.371/03 – do Sr. Fernando de Fabinho – que "dispõe sobre a criação de Área de Livre Comércio no município de Feira de Santana, no Estado da Bahia"

Ao Deputado Fernando Coruja

PROJETO DE LEI Nº 5.672/01 – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que "altera dispositivos da Lei nº 6.404, de

15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, e dá outras providências".

Ao Deputado José Carlos Machado

PROJETO DE LEI Nº 6.322/02 – do Sr. Pompeo de Mattos – que "assegura o oferecimento, preventivo e gratuito, pelo Estado, no âmbito do SUS, do exame de triagem de diagnóstico de deficiência de alfa-1-antitripsina e dá outras providências".

Ao Deputado José Priante

PROJETO DE LEI Nº 3.316/04 – do Sr. Carlos Nader – que ""Acrescenta o parágrafo 5° ao art. 39 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995."" (Apensado: PL 3493/2004 (Apensados: PL 3901/2004 (Apensado: PL 4217/2004) e PL 4558/2004))

Ao Deputado Júlio Cesar

PROJETO DE LEI Nº 3.326/04 – do Sr. Eduardo Paes – que "acrescenta parágrafo único ao art. 23 da Lei nº 8.906, de 04 de Julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e estabelece prazo para sua regulamentação".

PROJETO DE LEI Nº 4.831/05 – do Sr. Jamil Murad – que "introduz alterações na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 , e dá outras providênncias".

Ao Deputado Max Rosenmann

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 227/04 – do Sr. Almir Moura – que "acrescenta parágrafos ao art. 3º, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para disciplinar o bloqueio de saldo em conta corrente por instituição financeira para fins de cumprimento de ordem judicial".

Ao Deputado Moreira Franco

PROJETO DE LEI Nº 2.124/03 – do Sr. Washington Luiz – que "institui o Fundo de Compensação para pessoas deslocadas de seus locais de moradia ou trabalho em decorrência da implantação de programas e projetos de responsabilidade da União e dá outras providências".

Ao Deputado Mussa Demes

PROJETO DE LEI Nº 4.829/05 – do Sr. Nelson Marquezelli – que "dispõe sobre a isenção do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, na aquisição de material escolar e dá outras providências".

Ao Deputado Silvio Torres

PROJETO DE LEI Nº 5.472/01 – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que "concede dilação de prazo para pagamento do imposto de importação, nas operações de importação de mercadoria, com o objetivo de incentivar a instalação de fábricas no país, e dá outras providências".

Sala da Comissão, 17 de março de 2005. – **Geddel Vieira Lima,** Presidente.

SEÇÃO II

ATA DA MESA

Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Qüinquagésima Segunda Legislatura Ata da terceira reunião da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 17 de março de 2005

Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e cinco, às onze horas e trinta minutos, reúne-se, na Sala de Reuniões do Espaço Cultural, a Mesa Diretora, sob a Presidência do Senhor Deputado Severino Cavalcanti, Presidente. Presentes os Senhores Deputados José Thomaz Nonô, Primeiro Vice-Presidente; Ciro Nogueira, Segundo Vice-Presidente; Inocêncio Oliveira, Primeiro Secretário; Eduardo Gomes, Terceiro Secretário; João Caldas, Quarto Secretário; Givaldo Carimbão, Primeiro Suplente de Secretário; e Geraldo Resende, Terceiro Suplente de Secretário. Ausente, por motivo justificado, o Senhor Deputado Nilton Capixaba, Segundo Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. I – PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE. A Mesa Diretora referenda os despachos favoráveis, *ad referendum*, exarados nos seguintes processos: 1) Processo nº 101.484/05, de interesse do Deputado Leonardo Vilela, referente a reembolso de despesas médico-hospitalares; 2) Processo nº 108.542/04, de interesse da Capital Empresa de Serviços Gerais Ltda. Parecer exarado à fl. 67, pelo então Presidente, Deputado João Paulo Cunha: "Este processo trata de solicitação da Capital – Empresa de Serviços Gerals Ltda. para que seja aprovada a nova composição de sua proposta vencedora da licitação que resultou na celebração do Contrato nº 2004.038.0, relativo ao fornecimento de mão-de-obra para a prestação de serviços de informática, tendo em vista reajuste no valor do auxílio-alimentação da categoria. Por força de Convenção Coletiva de Trabalho da categoria de Processamento de Dados do Distrito Federal, de 22/8/2003, o auxílio-alimentação dos prestadores de serviços de informática da Capital foi aumentado para R$ 8,47 (oito reais e quarenta e sete centavos). Esse valor esteve vigente até 1º/9/04,quando decisão no Processo nº 101.759/2004 o elevou para R$ 9,00 (nove reais). Tendo em vista as informações prestadas pelos órgãos técnicos, que salientam a peculiaridade dessa situação contratual (fls. 55 e 60), e o fato de tratar-se de benefício de especial relevância social, AUTORIZO, *ad referendum* da Mesa, a nova composição da proposta da Capital Empresa de Serviços Gerais Ltda., resultante de reajuste do auxílio-alimentação, importando em despesa no valor total de R$ 35.524,56 (trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e quatro reais e cinqüenta e seis centavos), re-

ferente ao período entre 1º/3/04 e 31/8/04, e a adoção como regra de que nos contratos de terceirização, na hipótese de novos reajustes de benefícios por iniciativa da Câmara dos Deputados, sejam esses aumentos consignados nas avenças a título de antecipação a ser oportunamente descontada, conforme a manifestação do Senhor Diretor-Geral às fls. 60/61, nos termos da instrução do processo. Encaminhe-se ao Senhor Diretor-Geral para providências." Em continuação, a Mesa Diretora concede vista ao Senhor Deputado José Thomaz Nonô, Primeiro Vice-Presidente, dos seguintes processos: 1) nº 119.622/04, referente às propostas orçamentárias relativas às unidades orçamentárias e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados para o exercício de 2005 e revisão anual do Plano Plurianual 2004/2007; 2) nº 101.581/05, referente ao detalhamento final do Orçamento Analítico da Câmara dos Deputados do exercício financeiro de 2004; 3) nº 103.579/05, referente ao detalhamento inicial do Orçamento Analítico da Câmara dos Deputados para o exercício financeiro de 2005; e 4) nº 129.144/03, da Comissão de Sindicância instituída para apurar possível envolvimento do Deputado Pedro Corrêa em atos incompatíveis com o decoro parlamentar. Com a palavra, o Senhor Deputado José Thomaz Nonô esclarece que, ao pedir vista do processo, não significa que seja a favor ou contra, quer apenas ler os autos, acha que é preciso ter cautela. Diz, ainda, estar orgulhoso pelo que a Mesa Diretora fez nesses trinta dias, acha que estão bem. Aborda que, na reunião de ontem, a Mesa Diretora aprovou o reajuste da verba de gabinete, apesar da ponderação que deveria esperar informações do Senado Federal. Assim, quando um repórter da Globo perguntou, não teve como negar a informação. Considera que, toda vez que se toma uma decisão em que há risco de críticas da opinião pública, há de se buscar o equilíbrio, produzindo um fato positivo. Pondera, de antemão, a posição para eventuais fatos futuros. Sempre que vier algo à Mesa Diretora, ele se recusará a deliberar de imediato. Quer apenas que se discuta bem o assunto antes. O Senhor Presidente agradece aos Senhores Deputados José Thomaz Nonô e Inocêncio Oliveira as palavras proferidas em plenário como elogio. O Senhor Deputado Inocêncio Oliveira reclama do tratamento que a imprensa vem dando em relação à votação da PEC Paralela, quando diz que a Câmara dos Deputados provocou um rombo nas contas da Previdência Social. Diz que está com a consciência tranqüila que fizemos o melhor, acrescenta, ainda, que está cansado desta Casa levar o ônus e o Senado Federal o bônus. II – PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO. A Mesa Diretora aprova os pareceres exarados por Sua Excelência nos seguintes projetos de resolução: 1) nº 007, de 2003, de autoria do Deputado Paulo Rocha, que "determina a criação de mecanismo de tradução para deficientes auditivos na TV Câmara". Parecer: pela rejeição; 2) nº 075, de 2003, de autoria do Deputado Chico Alencar, que "dispõe sobre o reajuste da Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar e dá outras providências". Parecer: pela rejeição; 3) nº 160, de 2004, de autoria do Deputado Fernando Ferro, que "torna obrigatório o uso da Bandeira Nacional nas dependências da Câmara dos Deputados". Parecer: pela aprovação; 4) nº 175, de 2004, de autoria do Deputado Vittorio Medioli, que "cria centro de coleta de sangue no âmbito do Departamento Médico". Parecer: pela rejeição. Em continuação, Sua Excelência, o Deputado Inocêncio Oliveira, relata os processos a seguir: 1) Processo nº 21.126/1999. Recurso. Parecer: "Trata-se de pedido de pensão civil, formulado pelo Sr. ALDO OLIVEIRA GIL, na qualidade de companheiro da servidora Adélia Lúcia Arruda Santos Gil, falecida em 05 de junho de 1999. O pleito original foi indeferido pelo Sr. Diretor-Geral, em 23/04/2003, em acolhimento ao inteiro teor dos pareceres da Secretaria de Controle Interno e da Assessoria Técnica daquela Diretoria (fls. 133). Oposto pedido de reconsideração pelo Requerente, foi denegado pelo Sr. Diretor-Geral, em 30/09/2003 (fls. 200). Irresignado, o Requerente, nos termos do art. 19, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com os arts. 107, I e 108 da Lei nº 8.112/90, interpôs Recurso Administrativo em 19/11/2003. Encaminhado o processo, em grau de recurso, a esta Secretaria, foi solicitado preliminarmente o pronunciamento da Secretaria de Controle Interno e da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, que reiteraram posição quanto ao indeferimento do pedido. Em síntese, concluiu a ATEC-DG: a) pelo NÃO-CONHECIMENTO do Recurso, visto não ter sido observado o prazo de quinze dias, contados da publicação da decisão (21/10/2003), para a interposição do instrumento recursal, em conformidade com o disposto no art. 31 da Resolução nº 31, de 1990, a qual disciplina, especificamente, a concessão de benefícios a dependentes de funcionários falecidos da Câmara dos Deputados; b) pelo NÃO-PROVIMENTO do Recurso, com fulcro em todos os elementos contrários, materiais e formais, coligidos aos autos (contradições entre as informações prestadas em Juízo e documentos administrativos apresentados à Câmara dos Deputados; nulidades processuais na Ação Judicial que homologou o Reconhecimento da Sociedade de Fato; sentença proferida em procedimento de jurisdição voluntária, que não produz coisa julgada material e, portanto, não atinge a esfera jurídica da União); c) pelo encaminhamento de cópia do inteiro

teor do presente processo ao Ministério Público, para que adote as providências que entender cabíveis. À vista do exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, acompanhando a manifestação da Assessoria Técnica da Diretoria Geral.". Analisado o recurso, a Mesa Diretora aprova o parecer supra. 2) Processo nº 109.660/1996. Curso. Parecer: "Trata-se de pedido de reexame das condições de afastamento do servidor RICARDO JOSÉ PEREIRA RODRIGUES, Consultor Legislativo, ponto nº 5.711, para participação em curso de Doutorado em Ciência Política na Universidade Estadual de Nova Iorque, em Albany, Estados Unidos, de 01/09/1996 a 31/08/1999, autorizado *ad referendum* da Mesa, com remuneração integral do cargo efetivo e dispensa da Função Comissionada FC-07, que exercia na Consultoria Legislativa. Em 26 de janeiro de 2001, o interessado solicitou reexame de seu processo, pleiteando o pagamento de vantagens pecuniárias relativas à função comissionada que deixou de perceber no período do seu afastamento. Alegou que o *"afastamento de servidores para participação em curso de tal gênero no exterior tem sido autorizado com todas as vantagens do cargo, incluídas as parcelas referentes à função comissionada."* (fls. 93) Esclareça-se que o período solicitado não abrange os meses de fevereiro a agosto de 1999, visto que em 26/05/1999 a douta Mesa aprovou o restabelecimento da função comissionada do servidor, a contar de fevereiro de 1999, por proposta de iniciativa do então Diretor do Departamento de Pessoal (fls. 30/36). Inicialmente, manifestaram-se sobre o pedido o Departamento de Pessoal, a Diretoria Administrativa e a Diretoria-Geral, opinando pelo seu acolhimento. A primeira o fez *"levando em consideração não só os processos similares já deferidos anteriormente, mas também a recente legislação que trata da matéria"* (fls. 96*)*. A segunda, *"por dever de justiça"* (fls. 102). A terceira, por fim, assim se manifestou: *"exercendo seu poder de autotutela administrativa para resguardar o princípio constitucional da igualdade, nada impede que a Mesa possa reexaminar os seus atos e, atendido o princípio da legalidade ditado por suas atribuições regimentais, reconsiderar a exoneração do servidor no período mencionado, condição sine qua non para o deferimento do pleito ora examinado."* (fls. 105). Encaminhado o processo a esta Secretaria, foi solicitado preliminarmente o pronunciamento da Secretaria de Controle Interno/SECIN, que propugnou pelo indeferimento do pleito, tendo em vista que as normas legais pertinentes ao assunto, vigentes à época da concessão do afastamento do Requerente, não lhe asseguravam a percepção das vantagens da função comissionada. Esclarece que somente com a edição do Ato da Mesa nº 41/2000 os servidores desta Casa passaram a fazer jus ao pagamento integral de sua remuneração. Em relação aos precedentes mencionados, entendeu a SECIN não se aplicarem à espécie, *"tendo em vista que as autorizações do Senhor Presidente da Câmara não foram unânimes com relação ao deferimento das respectivas remunerações."* (fls.109). Ainda, em preliminar, esta Secretaria encaminhou o processo, após pronuncimento da SECIN, para manifestação da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral/ATEC-DG e do Departamento de Pessoal/DEPES. Acompanhando o entendimento da SECIN, a ATEC-DG opinou pelo indeferimento do pedido, por *"absoluta falta de amparo legal e normativo na época da autorização do afastamento em questão"*.(fls. 151) Por fim, o DEPES esclareceu que a manifestação favorável proferida anteriormente por aquele órgão decorreu da compreensão de que a Administração da Casa, bem como a douta Mesa, em razão de autorizações concedidas a afastamentos de natureza similar, inclinavam-se no sentido de dar interpretação extensiva ao art. 4º do Ato da Mesa nº 16/75, ao considerar a função comissionada como parte integrante dos "vencimentos do cargo e respectivas vantagens". À vista do exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, acompanhando os pronunciamentos da SECIN e da ATEC-DG, no sentido do indeferimento do pedido, uma vez ausente embasamento legal que justifique a concessão solicitada." A Mesa Diretora, após apreciação da matéria, aprova o parecer supra, pelo indeferimento do pleito. 3) Processo nº 108.817/04. Prestação de contas. Parecer: "Trata-se da Prestação de Contas do Programa de Assistência à Saúde dos Servidores da Câmara dos Deputados – PRÓ-SAÚDE, relativa ao exercício de 2003, em cumprimento ao disposto no art. 38 do Regulamento aprovado pelo Ato da Mesa nº 72/1993 e alterações, *in verbis*: "*Art. 38 A prestação de contas anual das atividades do PRÓ-SAÚDE será apreciada pelo Conselho Diretor após parecer da Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados e submetida à aprovação da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados."* No encaminhamento do processo a esta Secretaria, o Diretor-Geral informa que a Secretaria de Controle Interno aprovou a referida prestação de contas, com ressalvas de ordem formal, conforme Relatório de Auditoria nº 11/2004 – CACOP (fls. 58 a 73). Ressalta, contudo, que as ressalvas apontadas por aquele órgão de controle interno foram dirimidas pelas unidades técnicas envolvidas, a teor das manifestações de que tratam as fls. 75, 77/94, 95, 98 e 101. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, encaminhando-a pela

aprovação, nos termos das informações e manifestações dos órgãos técnicos da Casa." A Mesa Diretora aprova o parecer supra. 4) Processo nº 101.373/03. Participação no Pró-Saúde. Parecer: "Trata-se da convalidação do Ato da Mesa nº 42, de 2004, *que permite a inscrição de ex-deputados no Pró-Saúde*. Tal convalidação decorre da recomendação da Secretaria de Controle Interno – SECIN no Relatório de Auditoria nº 11/2004, cujo item c.2 estabelece: *"c.2) providenciar e anexar ao Processo/CD nº 104.743/04 a documentação exigida pelo art. 16 da LRF, submetendo-o posteriormente à apreciação da Mesa Diretora para convalidação do Ato da Mesa nº 42/04, uma vez que as despesas que não atendam ao disposto nos artigos 16 e 17 da LRF são consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, conforme parágrafos 44 a 49."* Entende aquela Secretaria que as despesas decorrentes da implementação do Ato da Mesa nº 42/2004 sujeitam-se às exigências contidas nos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF, a saber: estimativas do impacto orçamentário-financeiro e demonstrativo da adequação orçamentária e financeira. Tais exigências foram cumpridas pelo Diretor-Geral, conforme declaração de fls. 125. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, pela aprovação, nos termos das informações e manifestações dos órgãos técnicos da Casa, com vistas à convalidação do Ato da Mesa nº 42/2004." A Mesa Diretora aprova o parecer supra. Dando seguimento à reunião, o Senhor Deputado Inocêncio Oliveira apresenta, extrapauta, os seguintes processos: 1) nº 116.146/04. Folha de pagamento. Parecer: "Trata-se de proposta da Coordenação de Pagamento de Pessoal para que seja unificada a folha de pagamento dos Deputados, procedimento já adotado pelo Senado Federal, em face da atual sistemática de concessão de margem consignável para fins de averbação de consignações facultativas, a teor do Ato da Mesa nº 111/2002. A instrução do processo revela que o Serviço de Pagamento de Deputados, ante as disposições da norma supramencionada, foi orientado a emitir margem consignável considerando tão-somente 30% (trinta por cento) do valor líquido da folha mensal. Assim, o valor máximo possível para averbação, em folha, de empréstimos e/ou outras consignações facultativas é de R$2.861,17 para os Deputados vinculados ao Regime Geral da Previdência, e de R$2.613,83 para os Deputados vinculados ao PSSC. Em razão dessa limitação, o órgão de Pessoal tem-se deparado com situações em que não está sendo possível efetuar os descontos de consignações. Com a unificação sugerida, permitir-se-á a concessão de uma margem consignável sobre a totalidade dos subsídios (valor bruto) e não mais apenas sobre o valor líquido da folha mensal, passando dos valores atualmente praticados para R$3.854,16. Ressalte-se que a medida, além de solucionar as dificuldades técnicas apontadas, atenderia também ao princípio da economicidade, eliminado que estaria o custo de uma folha complementar. Acrescente-se, por fim, que a Diretoria-Geral encaminhou aos Deputados pesquisa sobre o posicionamento de cada um – se favorável ou contrário à adoção da medida. Obteve-se resposta de 321 parlamentares, sendo: 232 favoráveis; 85 contrários; e 4 indiferentes. Ante o exposto, esta Secretaria submete o pleito ao exame e à deliberação da Douta Mesa, com parecer favorável, nos termos das informações e manifestações dos órgãos técnicos da Casa.". Discutido o assunto, a Mesa Diretora aprova o parecer supra, unificando a folha de pagamento dos deputados para o dia 15 de cada mês. 2) nº 7.371/1987. Recurso. Parecer: "Trata-se de pedido de pensão civil, em habilitação tardia, formulado pela Sra. SHIRLEY DE ALMEIDA, na qualidade de filha maior solteira não ocupante de cargo público permanente, com base no artigo 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373, de 1958, em decorrência do óbito do servidor Arrigo de Almeida, ocorrido em 06 de janeiro de 1987. O pleito original foi indeferido pelo Sr. Diretor-Geral, em 02/12/2003, em acolhimento ao inteiro teor do relatório da Comissão Permanente de Benefícios (fls. 131/134), e em razão do não-preenchimento da segunda exigência prevista no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 1958, uma vez que, à época do falecimento, a postulante era professora da Fundação Educacional do Distrito Federal. A legislação aplicável à matéria, parágrafo único do art. 5º da Lei n° 3.373/58, estabelece: *"Art. 5º Para os efeitos do artigo anterior, considera-se família do segurado:. Parágrafo único. A filha solteira, maior de 21 (vinte e um) anos, só perderá a pensão temporária quando ocupante de cargo público permanente." (destacamos)* Conforme instrução processual, o indeferimento do pleito foi publicado no Boletim Administrativo nº 233, de 04/12/2003 e a interessada foi devidamente cientificada da decisão em 15/12/2003. Irresignada, a Requerente, com base nos artigos 5º, XXXIV, "a", e 37 da Constituição Federal e nos artigos 114 e 219 da Lei nº 8.112/90, interpôs Recurso Administrativo em 12 de março de 2004. Argumenta a recorrente que o pedido de pensão encontra amparo no artigo 192 da Lei nº 1.711/52, norma especial em relação à Lei nº 3.373/1958, essa última posterior, mas de caráter supletivo, não podendo contrariar aquela. O art. 192 mencionado dispõe não estar compreendida na proibição de acumular, nem sujeita a quaisquer limites, a percepção de pensões com ven-

cimentos, remuneração ou salários. Alega ainda violação aos Princípios da Publicidade e da Eficiência, ante a ausência de concessão à recorrente do direito de opção, previsto na Lei nº 1.711/52, bem como defende direito adquirido à pensão, a qual só perderia se houvesse renúncia expressa, nos termos do art. 222, inciso VI, da Lei nº 8.112/90. Esta Secretaria, ao receber o processo, em grau de recurso, solicitou preliminarmente o pronunciamento do Sr. Diretor-Geral, que decidiu não reconsiderar sua decisão pelo indeferimento da habilitação, sob o esteio da manifestação da Comissão Permanente de Benefícios, que reiterou posição contrária ao pedido. Em síntese, assim se posicionou a Comissão Permanente de Benefícios: a) pelo NÃO-CONHECIMENTO do Recurso, visto não ter sido observado o prazo de quinze dias, contados da publicação da decisão (04/12/2003), para a interposição do instrumento recursal, em conformidade com o disposto no art. 31 da Resolução nº 31, de 1990, a qual disciplina, especificamente, a concessão de benefícios a dependentes de funcionários falecidos da Câmara dos Deputados; b) pelo NÃO-PROVIMENTO do Recurso, uma vez não ter sido acrescentado nenhum fato novo aos argumentos já expendidos por ocasião do pedido de habilitação que pudesse ensejar modificação do entendimento da Comissão. À vista do exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, acompanhando a manifestação da Comissão Permanente de Benefícios e a decisão do Sr. Diretor-Geral." A Mesa Diretora aprova o parecer supra. III – PAUTA DO SENHOR TERCEIRO SECRETÁRIO. O Senhor Deputado Eduardo Gomes dá conhecimento aos seus pares do Relatório dos processos despachados pela sua Secretaria no período de 18 de novembro de 2004 a 15 de março de 2005, conforme a seguir: "1. Justificativas de faltas; 1.1. Atestado de Junta Médica Oficial, de acordo com o Art. 4º, parágrafo 4º do DL 07/95, disciplinado pelo Art. 1º do Ato da Mesa Nº 23/99, e do Art. 236 do Regimento Interno, *com ressarcimento financeiro*: (Deputado – Período:) Alceste Almeida-03 dias a partir de 09/11/2004 – 30 dias a partir de 23/11/2004; Airton Roveda-11,12 e 16/11/2004; André Luiz-16 dias a partir de 26/11/2004 – 07 dias a partir de 10/12/2004 – 05 dias a partir de 19/12/2004; Anderson Adauto-03 dias a partir de 17/11/2004; Angela Guadagnin-04 dias a partir 30/11/2004; Antonio Carlos Biscaia-20 dias a partir de 06/12/2004; Asdrubal Bentes-19 a 29/10/2004; Bernardo Ariston-08 dias a 13/11/2004; Bonifácio de Andrada-11,12,18 e 19/05/04 – 1º e 29/06/2004; Drª CLAIR-Dia 01/03/05; Cláudio Cajado-05 dias a partir do dia 07/03/05 – 03 dias a partir de 02/03/05; Cleonâncio Fonseca-15 dias a partir de 25/11/2004 – 10 dias a partir de 14/12/2004 – 03 dias a partir de 22/02/05; Dr. Rosinha-15 dias a partir de 20/12/2004; Erico Ribeiro-12 dias a partir de 10/10/2004; Francisco Dornelles-Período de 26/11 a 04/12/2004; Francisco Garcia-04 dias a partir de 30/11/2004; Geraldo Thadeu-03 dias a partir de 27/10/2004; Gorete Pereira-10 dias a partir do dia 08/03/05; Helenildo Ribeiro-08 dias a partir de 04/10/2004; Itamar Serpa-07/12/2004; Ivan Ranzolin-03 dias a partir de 23/11/2004; João Carlos Bacelar-03 dias a partir de 16/11/2004; Jorge Pinheiro-03 dias a partir de 14/12/2004; José Carlos Machado-03 dias a partir de 06/12/2004; José Mentor-04/02/2004; Josias Quintal-02 dias a partir de 26/10/2004; Lael Varella-04 dias a partir de 01/03/05; Leonardo Mattos-07 dias a partir de 17/10/2004; Lúcia Braga-11/11/2004 – 02 dias a partir de 17/11/2004 – 16, 23 a 25/11 e 09/12/2004; Luiz Bassuma-03 dias a partir de 23/11/2004; Luiz Carreira-02 dias a partir de 17/11/2004; Marcus Vicente-05 dias a partir de 06/12/2004; Mauro Passos-08/12/2004; Max Rosenmann-01/12/2004; Moacir Micheletto – 07/10 e 18 dias a partir de 21/10/2004; Mussa Demes-03 dias a partir de 24/11/2004 – 02 dias a partir de 22/02/05; Neiva Moreira-45 dias a partir de 14/02/05; Nélio Dias-04 dias a partir de 22/11/2004 – 03 dias a partir de 29/11/2004; Nelson Bornier-02 dias a partir de 18/11/2004 – 23/11/2004 – 02 dias a partir de 08/12/2004; Nelson Trad-02 dias a partir de 30/11/2004 – 05 dias a partir de 06/12/2004 – 07 dias a partir de 11/12/2004; Ney Lopes-15/12/2004; Nice Lobão-02 dias a partir de 18/11/2004; Nicias Ribeiro-07,08,09,14 e 15/12/2004; Olavo Calheiros-30 dias a partir de 14/12/2004; Osmar Serraglio-05 dias a partir de 22/11/2004; Osvaldo Reis-04 dias a partir de 16/11/2004; Pastor Francisco Olímpio-06 dias a partir de 02/12/2004 – 03 dias a partir de 08/12/2004; Paulo Gouvêa-18/11/2004 – 02 dias a partir de 24/11/2004; Paulo Kobayashi-14/09, 20 e 21/10/2004 – 02 dias a partir de 26/10/2004; Pedro Novaes-30/11/2004; Reinaldo Betão-60 dias a partir de 13/02/05; Remi Trinta-05 dias a partir de 25/10/2004 – 22/11/2004 – 15 dias a partir de 06/12/2004; Romel Anízio -período de 16/11 a 16/12/2004 – período de 17 a 31/12/2004; Rose de Freitas-14/12/2004; Rubinelli-04 dias a partir de 09/12/2004; Sebastião Madeira-20 dias a partir de 15/11/2004; Simão Sessim-03 dias a partir de 07/12/2004; Telma de Souza-07 dias a partir de 30/11/2004; Terezinha Fernandes-03 dias a partir 24/11/2004; Walter Feldman-07 dias a partir de 02/12/2004; Wilson Santiago-15 dias a partir do dia 24/02/05. 1.2. Licença para Afastamento do País, em atendimento ao Art. 228, do Regimento Interno: (Deputado – Período:) Antonio Cruz-29/01 a 13/02/2005; Ann Pontes-10 a 16/01/2005; Custódio Mattos-14 a

29/01/2005 – 03 a 07 de março; Edson Ezequiel-05 a 18/01/2005; Eduardo Cunha-03 a 08/02/2005; Jairo Carneiro-1º a 07/01/2005; José Roberto arruda-26 a 30/11/2004; Júlio Semeghini-03 a 18/01/2005; Leonardo Picciani-24 a 27/02/2005; Maninha-28/01 a 10/02/2005; Marcondes Gadelha-22/12/2004 a 05/01/2005; Maria Helena-02 a 16/01/2005; Paulo Afonso-17 a 31/01/2005; Pedro Irujo-04 a 14/02/2005; Rose de Freitas-06 a 26/01/2005; Vic Pires Franco-02 a 16/01/2005; Wanderval Santos-1º a 08/02/2005. Em continuação, o Senhor Deputado Eduardo Gomes apresenta, para conhecimento, relatório dos processos (2004/2005) de ressarcimento, referente à passagem aérea, no período de 18/11/04 a 15/03/05: (Deputado – Processo nº): Alberto Goldman-130.110; Alceste Almeida-102.940/05 – 104.795/05; Aldir Cabral-102.082/05; Almir Moura-127.857; Anderson Adauto-128.402 -129.165 -129.435 -130.652 -130.830 -103.694/05; Angela Guadagnin-103.060/05; Antenor Naspolini-101.078/05; Aracely de Paula-127.401 -129.944 -102.083/05 -104.240/05 -105.601/05 -104.781/05; Betinho Rosado-104.907/05; Capitão Wayne-104.234/05; Carlos Alberto Leréia-105.828/05; Cesar Medeiros-129.463; Ciro Nogueira-130.090 -130.089 -130.088 -126.922 -128.508 -128.889 -129.737 -130.886 -130.791 -102.831/05 -101.013/05 -101.569/05 -102.281/05 -102.605/05 -103.497/05 -103.820/05; Cláudio Cajado-127.832 -128.403 -129.727 -130.428 -102.118/05 -102.380/05 -103.381/05 -105.597/05 -106.186/05; Cleuber Carneiro-126.517 -128.293 -103.035/05 -105.052/05 -107.299/05; Corauci Sobrinho-130.173 -127.859 -128.409 -129.083 – 129.136 -130.141 -129.436 -104.922/05 -106.733/05 -106.204/05; Dilceu Sperafico-130.087 -129.187; Eduardo Gomes-104.098/05; Eduardo Paes-102.990/05; Eduardo Sciarra-128.434 -104.787/05; Felix Mendonça – 105.837/05; Dr. Francisco Gonçalves – 126.521 -106.803/05; Gervásio Silva-129.778 -130.812; Gilberto Nascimento-106.016/05; Gilmar Machado-129.775; Guilherme Menezes -129.797 -128.301; Hermes Parcianello-127.513 -128.288 -129.832 -130.425 -102.922/05; Humberto Michiles-101.936/05; Ivi José-130.082 -126.994 -129.322 -129.443 -131.103 -107.371/05; Jaime Martins-130.455 -102.323/05 -105.644/05; Jefferson Campos-130.948; João Alfredo-130.938; João Almeida-128.566 -100.388/05 -101.098/05 -101.295 -104.238/05 -104.456/05; Jorge Boeira-104.243; João Campos-129.817; João Correia-130.304; João Fontes-130.407; João Herrmann Neto-131.021; João Magno-130.523 -130.085 -127.655 -129.284 -129.369 -129.831 -130.986 -104.914/05 -107.195/05; Jonival Lucas Júnior-129.047 -130.245 -101.330 -106.543/05; Jorge Boeira-126.562 -128.800 -131.088 -101.432 -105.124/05; José Carlos Aleluia-127.786; José Eduardo Cardozo-101.880/05; José Militão-127.392 -129.176 -101.023/05 -106.790/05; José Rocha -129.214 -104.611/05 -105.832/05 -107.064/05; Júlio César-126.966 -128.232 -129.000 -129.189 -130.291 -102.213/05 -103.309/05 -101.857/05 -103.642/05 -105.482/05 -105.484/05 -104.706/05 -106.590/05 -106.534/05; Júlio Semeghini-106.937/05; Jurandir Boia-105.056/05; Kátia Abreu-105.769/05; Leandro Vilela-130.119; Leonardo Vilela-130.217; Lobbe Neto-127.658 -128.565 -129.239 -104.963/05 -105.640/05 -107.208/05; Luciano Zica-107.366/05; Luiz Alberto-128.799; Manoel Salviano-126.914 -130.101 -101.938/05 -104.399/05 -106.518/05; Marcelo Castro-129.061 -101.483 -103.377/05 -104.248/05 -105.646/05; Maria do Carmo Lara-105.591/05; Mário Heringer-105.831/05; Milton Monti-102.708/2005; Moacir Micheletto-129.186; Narcio Rodrigues-126.366 -128.751 -129.433 -130.512 -131.002 -104.398/05; Natan Donadon-103.541/05 -104.458/05 -106.799/05; Odelmo Leão-126.410 -127.371; Orlando Desconsi-129.227 -130.884; Osmar Serraglio-129.554; Osvaldo Reis – 106.460/05; Pastor Reinaldo-127.805 -128.422 -128.748 -129.301 -130.219 – 101.676/05 -106.478/05; Pedro Chaves-127.380 -105.479/05; Pedro Irujo – 106.022/05; Pompeo de Mattos-103.864/05-104.393/05; Professor Luizinho-130.972; Robério Nunes-128.749 -129.126 -100.733/05 -103.825/05 -104.792/05 -106.728/05 -107.107/05; Rogério Teófilo-129.683; Romel Anizio-107.374/05; Romeu Queiroz-130.086; Rommel Feijó-129.760 -104.910/05; Ronaldo Dimas-127.720 -129.724 -129.429 -102.027/05; Rubens Otoni-130.083 -128.768 -128.938 -129.893 -130.698 -130.813; Sebastião Madeira-130.114; Vicente Arruda-105.733/05; Vieira Reis-128.584; Vignatti-129.651; Walter Pinheiro-130.910; Wilson Santiago-126.297; Zezéu Ribeiro -129.772 -102.204/05. O Senhor Deputado Eduardo Gomes diz estar efetuando estudos para aperfeiçoar o serviço de passagens aéreas. Comenta que se aproxima a abertura de nova licitação, sendo hora de otimizar os serviços. Ainda com a palavra, faz questionamento sobre o noticiário de hoje que disse que a Câmara dos Deputados deu, ontem, ao votar a PEC Paralela, prejuízo ao país. Sugere que, como em outras ocasiões, o Presidente vá à TV para explicar que não é bem isso. Ainda sobre as passagens aéreas, o Senhor Deputado José Thomaz Nonô, Primeiro Vice-Presidente, relata que o deputado viaja em classe econômica, enquanto os membros do poder executivo, assessores e funcionários viajam sempre de classe executiva. Acha que, para escapar à critica sobre gastos, que se apure a qualidade, mandando menos gente. Acrescenta que devemos examinar o assunto, aperfeiçoando-se os critérios. Sobre a aferição de presença dos deputados,

o Senhor Presidente diz que a Casa tem que votar às terças, quartas e quintas-feiras. O Senhor Deputado Givaldo Carimbão diz que o painel na quinta-feira abre pela manhã. Sugere painel à tarde, no que é aprovado por todos. O Senhor Deputado Inocêncio Oliveira propõe que, após a Semana Santa, o painel se abra sempre à tarde. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e cinqüenta minutos, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, , Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. – Deputado **Severino Cavalcanti,** Presidente.

ATOS DO PRESIDENTE

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARIA INES ALONSO NEVES,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Padrão 30, ponto nº 4.395, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto B, CNE-10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido da Social Democracia Brasileira, a partir de 15 de março do corrente ano.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **SIMONE REBELO DE MELO,** ponto n.º 116.155, do cargo em comissão de Assessor Administrativo, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce na Diretoria Legislativa.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ADRIANO DE AQUINO OLIVEIRA E SILVA,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 5.958, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido da Social Democracia Brasileira, a partir de 15 de março do corrente ano.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **BEATRIZ DE FÁTIMA E SILVA MEZENCIO,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Contador, Classe Especial, Padrão 45, ponto nº 5.276, da função comissionada de Diretor, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia na Coordenação de Auditoria de Licitações, Contratos e Patrimônio, da Secretaria de Controle Interno, a partir de 1º de abril do corrente ano.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JAIRO CESAR DOS SANTOS RIBEIRO,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social, Classe Especial, Padrão 44, ponto nº 6.294, da função comissionada de Chefe do Serviço de Reportagem de Rádio, FC-06, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia na Coordenação Rádio Câmara dos Deputados, da Secretaria de Comunicação Social, a partir de 1º de março do corrente ano.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JORGE LUIZ RODRIGUES DE BARROS,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 5.766, da função comissionada de Chefe da Seção de Revisão e Indexação, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia na Coordenação de Publicações, do Centro de Documentação e Informação, a partir de 1º de março do corrente ano.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **LUIZ FERNANDO MIYAMOTO,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Psicólogo, Classe Especial, Padrão 45, ponto nº 4.052, da função comissionada de Assessor Técnico, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido da Social Democracia Brasileira, a partir de 15 de março do corrente ano.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARCELO OLIVEIRA DE AZEVEDO,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 4.349, da função comissionada de Assessor de Controle Interno, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia Secretaria de Controle Interno, a partir de 1º de abril do corrente ano.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARCO AURELIO TAVARES,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técni-

ca Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, ponto nº 3.576, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido Democrático Trabalhista, a partir de 16 de março do corrente ano.

DISPENSAR de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MONICA THATY SOARES DA SILVA NUNES,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social, Classe Especial, Padrão 44, ponto nº 6.307, da função comissionada de Chefe da Seção de Transmissão ao Vivo, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia na Coordenação Rádio Câmara dos Deputados, da Secretaria de Comunicação Social, a partir de 1º de março do corrente ano.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **PATRÍCIA CALDERARO VENTURA DE AZEVEDO,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe B, Padrão 36, ponto nº 5.620, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido da Social Democracia Brasileiro, a partir de 08 de março do corrente ano.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa n.º 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

DESIGNAR POR ACESSO, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **ADRIANO DE AQUINO OLIVEIRA E SILVA,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 5.958, para exercer, a partir de 15 de março do corrente ano, no Gabinete do Líder do Partido da Social Democracia Brasileira, a função comissionada de Assessor Técnico, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, conforme o Ato da Mesa nº 11, de 1º de abril de 2003.

DESIGNAR POR ACESSO, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **BEATRIZ DE FÁTIMA E SILVA MEZENCIO,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Contador, Classe Especial, Padrão 45, ponto nº 5.276, para exercer, a partir de 1º de abril do corrente ano, na Secretaria de Controle Interno, a função comissionada de Assessor de Controle Interno, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformada pelo artigo 1º do Ato da Mesa nº 37, de 30 de maio de 2000.

DESIGNAR POR ACESSO, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **JAIRO CESAR DOS SANTOS RIBEIRO,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social, Classe Especial, Padrão 44, ponto nº 6.294, para exercer, a partir de 1º de março do corrente ano, na Coordenação Rádio Câmara dos Deputados, da Secretaria de Comunicação Social, a função comissionada de Chefe da Seção de Transmissão ao Vivo, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criada pelo artigo 1º do Ato da Mesa nº 85, de 02 de abril de 1998.

DESIGNAR POR ACESSO, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **JESSEMINE CARVALHO DUARTE,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe "B", Padrão 36, ponto nº 6.769, para exercer, a partir de 25 de fevereiro do corrente ano, no Gabinete do Terceiro-Secretário, a função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criada pelo Ato da Mesa nº 09, de 1º de abril de 2003.

DESIGNAR POR ACESSO, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **LUZIMAR GOMES DE PAIVA,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, ponto nº 6.154, para exercer, a partir de 1º de março do corrente ano, na Coordenação de Publicações, do Centro de Documentação e Informação, a função comissionada de Chefe da Seção de Revisão e Indexação, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformada pelo Ato da Mesa nº 15, de 26 de maio de 1987, combinado com o artigo 55 da Resolução nº 21, de 04 de novembro de 1992.

DESIGNAR POR ACESSO, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **MARCELO OLIVEIRA DE AZEVEDO,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 4.349, para exercer, a partir de 1º de abril do corrente ano, na Coordenação de Auditoria de Licitações, Contratos e Patrimônio, da Secretaria de Controle Interno, a função comissionada de Diretor, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, conforme Resolução nº 23, de 06 de novembro de 1997.

DESIGNAR POR ACESSO, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **MÔNICA THATY SOARES DA SILVA NUNES,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social, Classe Especial, Padrão 44, ponto nº 6.307, para exercer, a partir de 1º de março do corrente ano, na Coordenação Rádio Câmara dos Deputados, da Secretaria de Comunicação Social, a função comissionada de Chefe do Serviço Radiofônico, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criada pelo artigo 1º do Ato da Mesa nº 85, de 02 de abril de 1998.

DESIGNAR POR ACESSO, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **PATRÍCIA CALDERARO VENTURA DE AZEVEDO,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe B, Padrão 36, ponto nº 5.620, para exercer, a partir de 08 de março do corrente ano, no Gabinete do Primeiro Vice-Presidente, a função comissionada de Chefe de Secretaria, FC-06, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformada pelo artigo 2º do Ato da Mesa nº 15, de 26 de maio de 1987, combinado com o artigo 55 da Resolução nº 21, de 04 de novembro de 1992.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa n.º 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GILCELLY GLAUCY DE SOUZA MARTINS** para exercer, na Diretoria Legislativa, o cargo em comissão de Assessor Administrativo Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformado pelo artigo 1º da Resolução nº 23, de 17 de junho de 1980, combinado com o artigo 3º do Ato da Mesa nº 47, de 7 de outubro de 1992, e com o Ato da Mesa nº 1, de 24 de fevereiro de 1999.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ EDMAR SANTIAGO DE MELO JÚNIOR** para exercer, na Diretoria Legislativa, o cargo em comissão de Assessor Administrativo Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformado pelo artigo 1º da Resolução nº 23, de 17 de junho de 1980, combinado com o artigo 3º do Ato da Mesa nº 47, de 7 de outubro de 1992, e com o Ato da Mesa nº 1, de 24 de fevereiro de 1999.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LÍVIA OLIVEIRA DELGADO** para exercer, na Diretoria Legislativa, o cargo em comissão de Assessor Administrativo Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformado pelo artigo 1º da Resolução nº 23, de 17 de junho de 1980, combinado com o artigo 3º do Ato da Mesa nº 47, de 7 de outubro de 1992, e com o Ato da Mesa nº 1, de 24 de fevereiro de 1999.

Câmara dos Deputados, 17 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PORTARIA Nº 032/05

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Renovar o credenciamento do Senhor **ALFREDO PERES DA SILVA** como Representante da **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE DE CARGAS E LOGÍSTICA / NTC&LOGÍSTICA.**

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 17 de março de 2005.

Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA**
Primeiro-Secretário

MESA DIRETORA

Presidente:
SEVERINO CAVALCANTI - PP - PE
1º Vice-Presidente:
JOSÉ THOMAZ NONÔ - PFL - AL
2º Vice-Presidente:
CIRO NOGUEIRA - PP - PI
1º Secretário:
INOCÊNCIO OLIVEIRA - PMDB - PE
2º Secretário:
NILTON CAPIXABA - PTB - RO
3º Secretário:
EDUARDO GOMES - PSDB - TO
4º Secretário:
JOÃO CALDAS - PL - AL
1º Suplente de Secretário:
GIVALDO CARIMBÃO - PSB - AL
2º Suplente de Secretário:
JORGE ALBERTO - PMDB - SE
3º Suplente de Secretário:
GERALDO RESENDE - PPS - MS
4º Suplente de Secretário:
MÁRIO HERINGER - PDT - MG

LÍDERES E VICE-LÍDERES

PT
Líder: PAULO ROCHA
Vice-Líderes:
Angela Guadagnin, Vignatti, Durval Orlato, Fernando Ferro, Henrique Fontana, Iara Bernardi, Iriny Lopes, Ivan Valente, João Grandão, José Eduardo Cardozo, José Pimentel, Luiz Sérgio, Maria do Rosário, Nilson Mourão, Neyde Aparecida, Orlando Desconsi, Paulo Pimenta, Roberto Gouveia, Wasny de Roure, Zezéu Ribeiro, Arlindo Chinaglia e Colombo.

PMDB
Líder: JOSÉ BORBA
Vice-Líderes:
Mendes Ribeiro Filho, Sandra Rosado, Benjamin Maranhão, Asdrubal Bentes, Adelor Vieira, Osvaldo Biolchi, Carlos Eduardo Cadoca, Leandro Vilela, Osmar Serraglio, Mauro Benevides, Henrique Eduardo Alves, Wilson Santiago, Jorge Alberto, Zé Gerardo, Rose de Freitas, Jader Barbalho, Hermes Parcianello, Takayama, Max Rosenmann, Marcelino Fraga, Pedro Novais, José Divino e Wladimir Costa.

PFL
Líder: RODRIGO MAIA
Vice-Líderes:
Roberto Brant (1º Vice), Murilo Zauith, Kátia Abreu, José Roberto Arruda, Luiz Carlos Santos, José Rocha, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Abelardo Lupion, Paulo Bauer, Pauderney Avelino, Nice Lobão, José Carlos Machado, Moroni Torgan, Corauci Sobrinho, José Carlos Araújo e Júlio Cesar.

PSDB
Líder: ALBERTO GOLDMAN
Vice-Líderes:
Eduardo Paes (1º Vice), Jutahy Junior, Yeda Crusius, Ronaldo Dimas, Lobbe Neto, Carlos Alberto Leréia, Antonio Carlos Mendes Thame, João Almeida, Antonio Carlos Pannunzio, Eduardo Barbosa, Nilson Pinto, Vicente Arruda e Zulaiê Cobra.

PP
Líder: JOSÉ JANENE
Vice-Líderes:
Mário Negromonte (1º Vice), José Linhares, Francisco Dornelles, Romel Anizio, Ivan Ranzolin, Francisco Appio, Ricardo Fiuza, Nélio Dias, Professor Irapuan Teixeira, Reginaldo Germano, Julio Lopes, João Pizzolatti e Simão Sessim.

PTB
Líder: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Vice-Líderes:
Ricarte de Freitas (1º Vice), Arnaldo Faria de Sá, Nelson Marquezelli, Eduardo Seabra, Josué Bengtson, Ricardo Izar, Pastor Reinaldo, Marcondes Gadelha, Iris Simões, Paes Landim, Jackson Barreto e Elaine Costa.

Bloco PL, PSL
Líder: SANDRO MABEL
Vice-Líderes:
Miguel de Souza (1º Vice), Carlos Rodrigues, Lincoln Portela, Almir Sá, Amauri Gasques, Aracely de Paula, Heleno Silva, Inaldo Leitão, João Paulo Gomes da Silva, Neucimar Fraga, Paulo Marinho e Welinton Fagundes.

PPS
Líder: DIMAS RAMALHO
Vice-Líderes:
Rogério Teófilo, Raul Jungmann, Fernando Coruja, Geraldo Thadeu e B. Sá.

PSB
Líder: RENATO CASAGRANDE
Vice-Líderes:
Dr. Ribamar Alves, Isaías Silvestre, Barbosa Neto e Jorge Gomes.

PDT
Líder: SEVERIANO ALVES
Vice-Líderes:
Álvaro Dias (1º Vice), Manato, Pompeo de Mattos e João Fontes.

PCdoB
Líder: RENILDO CALHEIROS
Vice-Líderes:
Jamil Murad, Perpétua Almeida e Inácio Arruda.

PV
Líder: MARCELO ORTIZ
Vice-Líderes:
Leonardo Mattos e Edson Duarte.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PRONA
Repr.: ENÉAS

PSC
Repr.:

Liderança do Governo
Líder: PROFESSOR LUIZINHO
Vice-Líderes:
Beto Albuquerque, Sigmaringa Seixas, Vicente Cascione e Renildo Calheiros.

Liderança da Minoria
Líder: JOSÉ CARLOS ALELUIA

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

Roraima

Alceste Almeida - PMDB
Almir Sá - PL
Dr. Rodolfo Pereira - PDT
Francisco Rodrigues - PFL
Luciano Castro - PL
Maria Helena - PPS
Pastor Frankembergen - PTB
Suely Campos - PP

Amapá

Badu Picanço - PL
Davi Alcolumbre - PFL
Dr. Benedito Dias - PP
Eduardo Seabra - PTB
Gervásio Oliveira - PMDB
Hélio Esteves - PT
Janete Capiberibe - PSB
Jurandil Juarez - PMDB

Pará

Anivaldo Vale - PSDB
Ann Pontes - PMDB
Asdrubal Bentes - PMDB
Babá - S.PART.
Jader Barbalho - PMDB
José Priante - PMDB
Josué Bengtson - PTB
Nicias Ribeiro - PSDB
Nilson Pinto - PSDB
Paulo Rocha - PT
Raimundo Santos - PL
Vic Pires Franco - PFL
Wladimir Costa - PMDB
Zé Geraldo - PT
Zé Lima - PP
Zenaldo Coutinho - PSDB
Zequinha Marinho - S.PART.

Amazonas

Átila Lins - PPS
Carlos Souza - PP
Francisco Garcia - PP
Humberto Michiles - PL
Lupércio Ramos - PMDB
Pauderney Avelino - PFL
Silas Câmara - PTB
Vanessa Grazziotin - PCdoB

Rondônia

Agnaldo Muniz - PP
Anselmo - PT
Eduardo Valverde - PT
Hamilton Casara - PL
Marinha Raupp - PMDB
Miguel de Souza - PL
Natan Donadon - PMDB
Nilton Capixaba - PTB

Acre

Chicão Brígido - PMDB
Henrique Afonso - PT
João Correia - PMDB
Júnior Betão - PL
Nilson Mourão - PT
Perpétua Almeida - PCdoB
Ronivon Santiago - PP
Zico Bronzeado - PT

Tocantins

Ana Alencar - PSDB
Darci Coelho - PP
Eduardo Gomes - PSDB
Homero Barreto - PTB
Kátia Abreu - PFL
Osvaldo Reis - PMDB
Pastor Amarildo - PMDB
Ronaldo Dimas - PSDB

Maranhão

Antonio Joaquim - PTB
César Bandeira - PFL
Clóvis Fecury - PFL
Costa Ferreira - PSC
Dr. Ribamar Alves - PSB
Gastão Vieira - PMDB
João Castelo - PSDB
Luciano Leitoa - PSB
Neiva Moreira - PDT
Nice Lobão - PFL
Paulo Marinho - PL
Pedro Fernandes - PTB
Pedro Novais - PMDB
Remi Trinta - PL
Sarney Filho - PV
Sebastião Madeira - PSDB
Terezinha Fernandes - PT
Wagner Lago - PP

Ceará

Almeida de Jesus - PL
André Figueiredo - PDT
Aníbal Gomes - PMDB
Antenor Naspolini - PSDB
Antonio Cambraia - PSDB
Ariosto Holanda - PSDB
Arnon Bezerra - PTB
Bismarck Maia - PSDB
Gonzaga Mota - PSDB
Gorete Pereira - PMDB
Inácio Arruda - PCdoB
João Alfredo - PT
José Linhares - PP
José Pimentel - PT
Léo Alcântara - PSDB
Manoel Salviano - PSDB
Marcelo Teixeira - PMDB
Mauro Benevides - PMDB
Moroni Torgan - PFL
Pastor Pedro Ribeiro - PMDB
Vicente Arruda - PSDB
Zé Gerardo - PMDB

Piauí

Átila Lira - PSDB
B. Sá - PPS
Ciro Nogueira - PP
Júlio Cesar - PFL
Marcelo Castro - PMDB
Moraes Souza - PMDB
Mussa Demes - PFL
Nazareno Fonteles - PT
Paes Landim - PTB
Simplício Mário - PT

Rio Grande do Norte

Álvaro Dias - PDT
Betinho Rosado - PFL
Fátima Bezerra - PT
Henrique Eduardo Alves - PMDB
Iberê Ferreira - PTB
Nélio Dias - PP
Ney Lopes - PFL
Sandra Rosado - PMDB

Paraíba

Benjamin Maranhão - PMDB
Carlos Dunga - PTB
Domiciano Cabral - PSDB

Enivaldo Ribeiro - PP
Inaldo Leitão - PL
Lúcia Braga - PMDB
Luiz Couto - PT
Marcondes Gadelha - PTB
Philemon Rodrigues - PTB
Ricardo Rique - PL
Wellington Roberto - PL
Wilson Santiago - PMDB

Pernambuco

André de Paula - PFL
Armando Monteiro - PTB
Carlos Eduardo Cadoca - PMDB
Fernando Ferro - PT
Gonzaga Patriota - PSB
Inocêncio Oliveira - PMDB
Joaquim Francisco - PTB
Jorge Gomes - PSB
José Chaves - PTB
José Mendonça Bezerra - PFL
José Múcio Monteiro - PTB
Luiz Piauhylino - PDT
Marcos de Jesus - PL
Maurício Rands - PT
Miguel Arraes - PSB
Osvaldo Coelho - PFL
Pastor Francisco Olímpio - PSB
Paulo Rubem Santiago - PT
Pedro Corrêa - PP
Raul Jungmann - PPS
Renildo Calheiros - PCdoB
Ricardo Fiuza - PP
Roberto Freire - PPS
Roberto Magalhães - PFL
Severino Cavalcanti - PP

Alagoas

Benedito de Lira - PP
Givaldo Carimbão - PSB
Helenildo Ribeiro - PSDB
João Caldas - PL
João Lyra - PTB
José Thomaz Nonô - PFL
Jurandir Boia - PDT
Olavo Calheiros - PMDB
Rogério Teófilo - PPS

Sergipe

Bosco Costa - PSDB
Cleonâncio Fonseca - PP
Heleno Silva - PL
Ivan Paixão - PPS
Jackson Barreto - PTB
João Fontes - PDT
Jorge Alberto - PMDB
José Carlos Machado - PFL

Bahia

Alice Portugal - PCdoB
Antonio Carlos Magalhães Neto - PFL
Aroldo Cedraz - PFL
Claudio Cajado - PFL
Colbert Martins - PPS
Coriolano Sales - PFL
Daniel Almeida - PCdoB
Edson Duarte - PV
Fábio Souto - PFL
Félix Mendonça - PFL
Fernando de Fabinho - PFL
Geddel Vieira Lima - PMDB
Gerson Gabrielli - PFL
Guilherme Menezes - PT
Jairo Carneiro - PFL
João Almeida - PSDB
João Carlos Bacelar - PFL
João Leão - PL
Jonival Lucas Junior - PTB
José Carlos Aleluia - PFL
José Carlos Araújo - PFL
José Rocha - PFL
Josias Gomes - PT
Jutahy Junior - PSDB
Luiz Alberto - PT
Luiz Bassuma - PT
Luiz Carreira - PFL
Marcelo Guimarães Filho - PFL
Mário Negromonte - PP
Milton Barbosa - PFL
Nelson Pellegrino - PT
Paulo Magalhães - PFL
Pedro Irujo - PL
Reginaldo Germano - PP
Robério Nunes - PFL
Severiano Alves - PDT
Walter Pinheiro - PT
Zelinda Novaes - PFL
Zezéu Ribeiro - PT

Minas Gerais

Ademir Camilo - PL
Ana Guerra - PT
Aracely de Paula - PL
Bonifácio de Andrada - PSDB
Cabo Júlio - PMDB
Carlos Melles - PFL
Carlos Mota - PL
Carlos Willian - PMDB
César Medeiros - PT
Cleuber Carneiro - PTB
Custódio Mattos - PSDB
Dr. Francisco Gonçalves - PTB
Edmar Moreira - PL
Eduardo Barbosa - PSDB
Eliseu Resende - PFL
Fernando Diniz - PMDB
Geraldo Thadeu - PPS
Gilmar Machado - PT
Ibrahim Abi-ackel - PP
Isaías Silvestre - PSB
Ivo José - PT
Jaime Martins - PL
João Magalhães - PMDB
João Magno - PT
João Paulo Gomes da Silva - PL
José Militão - PTB
José Santana de Vasconcellos - PL
Júlio Delgado - PPS
Lael Varella - PFL
Leonardo Mattos - PV
Leonardo Monteiro - PT
Lincoln Portela - PL
Marcello Siqueira - PMDB
Márcio Reinaldo Moreira - PP
Maria do Carmo Lara - PT
Mário Assad Júnior - PL
Mário Heringer - PDT
Mauro Lopes - PMDB
Narcio Rodrigues - PSDB
Odair Cunha - PT
Osmânio Pereira - PTB
Paulo Delgado - PT
Rafael Guerra - PSDB
Reginaldo Lopes - PT
Roberto Brant - PFL

Romel Anizio - PP
Romeu Queiroz - PTB
Saraiva Felipe - PMDB
Sérgio Miranda - PCdoB
Silas Brasileiro - PMDB
Vadinho Baião - PT
Virgílio Guimarães - PT
Vittorio Medioli - PSDB

Espírito Santo

Feu Rosa - PP
Iriny Lopes - PT
Jair de Oliveira - PMDB
Manato - PDT
Marcelino Fraga - PMDB
Marcus Vicente - PTB
Neucimar Fraga - PL
Nilton Baiano - PP
Renato Casagrande - PSB
Rose de Freitas - PMDB

Rio de Janeiro

Aldir Cabral - PFL
Alexandre Cardoso - PSB
Alexandre Santos - PMDB
Almerinda de Carvalho - PMDB
Almir Moura - S.PART.
André Costa - PT
André Luiz - S.PART.
Antonio Carlos Biscaia - PT
Bernardo Ariston - PMDB
Carlos Nader - PL
Carlos Rodrigues - PL
Carlos Santana - PT
Chico Alencar - PT
Deley - PMDB
Dr. Heleno - PMDB
Edson Ezequiel - PMDB
Eduardo Cunha - PMDB
Eduardo Paes - PSDB
Elaine Costa - PTB
Fernando Gabeira - PV
Fernando Lopes - PMDB
Francisco Dornelles - PP
Itamar Serpa - PSDB
Jair Bolsonaro - PFL
Jandira Feghali - PCdoB
João Mendes de Jesus - PSL
Jorge Bittar - PT
José Divino - PMDB
Josias Quintal - PMDB
Juíza Denise Frossard - PPS
Julio Lopes - PP
Laura Carneiro - PFL
Leonardo Picciani - PMDB
Luiz Sérgio - PT
Miro Teixeira - PT
Moreira Franco - PMDB
Nelson Bornier - PMDB
Paulo Baltazar - PSB
Paulo Feijó - PSDB
Reinaldo Betão - PL
Renato Cozzolino - S.PART.
Roberto Jefferson - PTB
Rodrigo Maia - PFL
Sandro Matos - PTB
Simão Sessim - PP
Vieira Reis - PMDB

São Paulo

Alberto Goldman - PSDB
Amauri Gasques - PL
Angela Guadagnin - PT
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Antonio Carlos Pannunzio - PSDB
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Ary Kara - PTB
Carlos Sampaio - PSDB
Celso Russomanno - PP
Cláudio Magrão - PPS
Corauci Sobrinho - PFL
Delfim Netto - PP
Devanir Ribeiro - PT
Dimas Ramalho - PPS
Durval Orlato - PT
Edinho Montemor - PL
Edna Macedo - PTB
Elimar Máximo Damasceno - PRONA
Enéas - PRONA
Gilberto Nascimento - PMDB
Iara Bernardi - PT
Ildeu Araujo - PP
Ivan Valente - PT
Jamil Murad - PCdoB
Jefferson Campos - PMDB
João Batista - PFL
João Herrmann Neto - PDT
João Paulo Cunha - PT
José Eduardo Cardozo - PT
José Mentor - PT
Jovino Cândido - PV
Julio Semeghini - PSDB
Lobbe Neto - PSDB
Luciano Zica - PT
Luiz Antonio Fleury - PTB
Luiz Carlos Santos - PFL
Luiz Eduardo Greenhalgh - PT
Luiza Erundina - PSB
Marcelo Barbieri - PMDB
Marcelo Ortiz - PV
Marcos Abramo - PFL
Mariângela Duarte - PT
Medeiros - PL
Michel Temer - PMDB
Milton Monti - PL
Nelson Marquezelli - PTB
Neuton Lima - PTB
Orlando Fantazzini - PT
Paulo Kobayashi - PSDB
Paulo Lima - PMDB
Professor Irapuan Teixeira - PP
Professor Luizinho - PT
Ricardo Izar - PTB
Roberto Gouveia - PT
Robson Tuma - PFL
Rubinelli - PT
Salvador Zimbaldi - PTB
Silvio Torres - PSDB
Telma de Souza - PT
Vadão Gomes - PP
Valdemar Costa Neto - PL
Vanderlei Assis - PP
Vicente Cascione - PTB
Vicentinho - PT
Walter Barelli - PSDB
Wanderval Santos - PL
Xico Graziano - PSDB
Zarattini - PT
Zulaiê Cobra - PSDB

Mato Grosso

Carlos Abicalil - PT
Celcita Pinheiro - PFL

Pedro Henry - PP
Ricarte de Freitas - PTB
Teté Bezerra - PMDB
Thaís Barbosa - PMDB
Thelma de Oliveira - PSDB
Welinton Fagundes - PL

Distrito Federal

Alberto Fraga - PTB
Jorge Pinheiro - PL
José Roberto Arruda - PFL
Maninha - PT
Osório Adriano - PFL
Sigmaringa Seixas - PT
Tatico - PL
Wasny de Roure - PT

Goiás

Barbosa Neto - PSB
Capitão Wayne - PSDB
Carlos Alberto Leréia - PSDB
Enio Tatico - PL
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Leandro Vilela - PMDB
Luiz Bittencourt - PMDB
Neyde Aparecida - PT
Pedro Canedo - PP
Pedro Chaves - PMDB
Ronaldo Caiado - PFL
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP
Sandro Mabel - PL
Sergio Caiado - PP
Vilmar Rocha - PFL

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos Biffi - PT
Antonio Cruz - PTB
Geraldo Resende - PPS
João Grandão - PT
Murilo Zauith - PFL
Nelson Trad - PMDB
Vander Loubet - PT
Waldemir Moka - PMDB

Paraná

Abelardo Lupion - PFL
Affonso Camargo - PSDB
Airton Roveda - PTB
Alex Canziani - PTB
André Zacharow - PSB
Assis Miguel do Couto - PT
Cezar Silvestri - PPS
Chico da Princesa - PL
Colombo - PT
Dilceu Sperafico - PP
Dr. Rosinha - PT
Dra. Clair - PT
Eduardo Sciarra - PFL
Giacobo - PL
Gustavo Fruet - PSDB
Hermes Parcianello - PMDB
Iris Simões - PTB
José Borba - PMDB
José Janene - PP
Luiz Carlos Hauly - PSDB
Max Rosenmann - PMDB
Moacir Micheletto - PMDB
Nelson Meurer - PP
Odílio Balbinotti - PMDB
Oliveira Filho - PL
Osmar Serraglio - PMDB
Paulo Bernardo - PT
Ricardo Barros - PP
Selma Schons - PT
Takayama - PMDB

Santa Catarina

Adelor Vieira - PMDB
Carlito Merss - PT
Edison Andrino - PMDB
Fernando Coruja - PPS
Gervásio Silva - PFL
Ivan Ranzolin - PP
João Pizzolatti - PP
Jorge Boeira - PT
Leodegar Tiscoski - PP
Luci Choinacki - PT
Mauro Passos - PT
Paulo Afonso - PMDB
Paulo Bauer - PFL
Valdir Colatto - PMDB
Vignatti - PT
Zonta - PP

Rio Grande do Sul

Adão Pretto - PT
Alceu Collares - PDT
Augusto Nardes - PP
Beto Albuquerque - PSB
Cezar Schirmer - PMDB
Darcísio Perondi - PMDB
Eliseu Padilha - PMDB
Enio Bacci - PDT
Érico Ribeiro - PP
Francisco Appio - PP
Francisco Turra - PP
Henrique Fontana - PT
Júlio Redecker - PSDB
Kelly Moraes - PTB
Luciana Genro - S.PART.
Luis Carlos Heinze - PP
Marco Maia - PT
Maria do Rosário - PT
Mendes Ribeiro Filho - PMDB
Milton Cardias - PTB
Nelson Proença - PPS
Onyx Lorenzoni - PFL
Orlando Desconsi - PT
Osvaldo Biolchi - PMDB
Pastor Reinaldo - PTB
Paulo Gouvêa - PL
Paulo Pimenta - PT
Pompeo de Mattos - PDT
Tarcísio Zimmermann - PT
Wilson Cignachi - PMDB
Yeda Crusius - PSDB

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Presidente: Ronaldo Caiado (PFL)
1º Vice-Presidente: Luis Carlos Heinze (PP)
2º Vice-Presidente: Francisco Turra (PP)
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Adão Pretto	Guilherme Menezes
Anselmo	Luci Choinacki
Assis Miguel do Couto	Odair Cunha
João Grandão	Reginaldo Lopes
Josias Gomes	Vadinho Baião
Orlando Desconsi	Vignatti
Vander Loubet	Zé Geraldo
PMDB	
Gervásio Oliveira	Mauro Lopes
Leandro Vilela	Osvaldo Reis
Moacir Micheletto	Pedro Chaves
Odílio Balbinotti	Rose de Freitas
Silas Brasileiro	Wilson Cignachi
Waldemir Moka	2 vagas
Zé Gerardo	
Bloco PFL, PRONA	
Abelardo Lupion	Betinho Rosado
Carlos Melles	Eduardo Sciarra
Enéas	Félix Mendonça
João Carlos Bacelar vaga do PV	Francisco Rodrigues
Kátia Abreu	Lael Varella
Osvaldo Coelho vaga do PC do B	
Ronaldo Caiado	
PSDB	
Anivaldo Vale	Antonio Carlos Mendes Thame
Xico Graziano	Carlos Alberto Leréia
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Júlio Redecker
(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Cleonâncio Fonseca vaga do PL	Augusto Nardes
Dilceu Sperafico	Benedito de Lira vaga do PL
Francisco Turra	Érico Ribeiro
Luis Carlos Heinze	Ivan Ranzolin vaga do PSB
Nélio Dias vaga do S.PART.	Nelson Meurer
Zé Lima vaga do PSDB	Sergio Caiado
Zonta	
PTB	
Carlos Dunga	Airton Roveda
Iberê Ferreira	Alberto Fraga
João Lyra	Dr. Francisco Gonçalves
Nelson Marquezelli	Josué Bengtson
PL	
Almir Sá vaga do PSDB	Tatico
Heleno Silva	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Welinton Fagundes	1 vaga
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PPS	
Cezar Silvestri	Geraldo Thadeu
PSB	
Luciano Leitoa	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PDT	
Dr. Rodolfo Pereira	Pompeo de Mattos
PC do B	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	1 vaga
PV	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	1 vaga
S.PART.	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 36
Telefones: 216-6403/6404/6406
FAX: 216-6415

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente: Maria Helena (PPS)
1º Vice-Presidente: Átila Lins (PPS)
2º Vice-Presidente: Júnior Betão (PL)
3º Vice-Presidente: Severiano Alves (PDT)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlos Abicalil	Anselmo
Henrique Afonso	Nilson Mourão
Zé Geraldo	2 vagas
Zico Bronzeado	
PMDB	
Ann Pontes	Asdrubal Bentes
Lupércio Ramos	Marcelo Castro
Natan Donadon	1 vaga
Bloco PFL, PRONA	
Davi Alcolumbre	Marcos Abramo
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Anivaldo Vale
1 vaga	Zenaldo Coutinho
PP	
Agnaldo Muniz	Suely Campos
Carlos Souza	1 vaga
PTB	
Roberto Jefferson	2 vagas
1 vaga	
PL	
Júnior Betão	Raimundo Santos
Miguel de Souza	1 vaga
PPS	
Átila Lins vaga do PSDB	1 vaga
Maria Helena	
PSB	
Janete Capiberibe	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
PDT	
Severiano Alves	Dr. Rodolfo Pereira
PCdoB	
Perpétua Almeida vaga do Bloco PFL, PRONA	Vanessa Grazziotin vaga do PSB

Secretário(a): Cristiano Ferri Soares de Faria
Local: Anexo II - Sala T- 59
Telefones: 216-6432
FAX: 216-6440

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Jader Barbalho (PMDB)
1º Vice-Presidente: Pedro Chaves (PMDB)
2º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)
3º Vice-Presidente: Silas Câmara (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Durval Orlato	Angela Guadagnin
Jorge Bittar	César Medeiros
Mariângela Duarte	Fernando Ferro
Miro Teixeira	Henrique Afonso
Nazareno Fonteles	Vicentinho
Walter Pinheiro	Wasny de Roure
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Zarattini
PMDB	

Adelor Vieira	Gastão Vieira
Gilberto Nascimento	Henrique Eduardo Alves
Hermes Parcianello	Luiz Bittencourt
Jader Barbalho	Marinha Raupp
Marcelo Barbieri	Pastor Pedro Ribeiro
Pedro Chaves	Wladimir Costa
Takayama	1 vaga

Bloco PFL, PRONA

Corauci Sobrinho	Aldir Cabral
Eduardo Sciarra	César Bandeira
João Batista	Davi Alcolumbre
José Mendonça Bezerra vaga do PTB	José Carlos Araújo
José Rocha	Robson Tuma
Júlio Cesar	

PSDB

Ariosto Holanda	João Campos
Gustavo Fruet	João Castelo
Julio Semeghini	Lobbe Neto
Narcio Rodrigues	Manoel Salviano

PP

Pedro Canedo	Enivaldo Ribeiro
Ricardo Barros	Leodegar Tiscoski
Sandes Júnior	Romel Anizio
Vanderlei Assis	(Dep. do PTB ocupa a vaga)

PTB

Iris Simões	Antonio Cruz
Silas Câmara	Antonio Joaquim
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Arnon Bezerra
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Pastor Reinaldo
	Salvador Zimbaldi vaga do PP

PL

Badu Picanço vaga do PT	Amauri Gasques
Carlos Nader vaga do PTB	Carlos Rodrigues
Pedro Irujo	Inaldo Leitão
Raimundo Santos	José Santana de Vasconcellos vaga do PSL
Wanderval Santos	

PPS

Nelson Proença	Raul Jungmann

PSB

Jorge Gomes vaga do PC do B	André Zacharow
Luiza Erundina	

PDT

Jurandir Boia	Luiz Piauhylino

PC do B

(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Inácio Arruda

PV

Jovino Cândido	Leonardo Mattos

PSL

João Mendes de Jesus	(Dep. do PL ocupa a vaga)

Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49
Telefones: 216-6452 A 6458
FAX: 216-6465

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Presidente: Antonio Carlos Biscaia (PT)
1º Vice-Presidente: José Mentor (PT)
2º Vice-Presidente: Wilson Santiago (PMDB)
3º Vice-Presidente: Roberto Magalhães (PFL)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Antônio Carlos Biffi
João Paulo Cunha	Arlindo Chinaglia
José Eduardo Cardozo	Dr. Rosinha
José Mentor	Iara Bernardi
Luiz Eduardo Greenhalgh	Iriny Lopes
Maurício Rands	José Pimentel
Nelson Pellegrino	Luciano Zica
Odair Cunha	Luiz Couto
Professor Luizinho	Miro Teixeira
Rubinelli	Rubens Otoni
Sigmaringa Seixas	Walter Pinheiro
PMDB	
Cezar Schirmer	Ann Pontes
Jefferson Campos	Leonardo Picciani
José Borba	Mauro Benevides
José Divino	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
Mendes Ribeiro Filho	7 vagas
Michel Temer	
Nelson Trad	
Osmar Serraglio	
Paulo Afonso	
Sandra Rosado	
Wilson Santiago	
Bloco PFL, PRONA	
Antonio Carlos Magalhães Neto	André de Paula
José Roberto Arruda	Coriolano Sales
Luiz Carlos Santos	Enéas
Ney Lopes	Jair Bolsonaro
Paulo Magalhães	Laura Carneiro
Roberto Magalhães	Moroni Torgan
Robson Tuma vaga do PTB	Mussa Demes
Vic Pires Franco	Onyx Lorenzoni
Vilmar Rocha	
PSDB	
Bosco Costa	Antonio Carlos Pannunzio
João Almeida	Átila Lira
Jutahy Junior	Bonifácio de Andrada
Vicente Arruda	Custódio Mattos
Zenaldo Coutinho	Helenildo Ribeiro
Zulaiê Cobra	Léo Alcântara
PP	
Benedito de Lira	Agnaldo Muniz
Darci Coelho	Celso Russomanno
Ibrahim Abi-ackel	Professor Irapuan Teixeira
Ivan Ranzolin	Ricardo Barros
Reginaldo Germano	Sandes Júnior
Ricardo Fiuza	Sergio Caiado
Wagner Lago vaga do PTB	
PTB	
Antonio Cruz	Ary Kara
Edna Macedo	Cleuber Carneiro
Paes Landim	Luiz Antonio Fleury
Vicente Cascione	(Dep. do PL ocupa a vaga)
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	(Dep. do PL ocupa a vaga)
(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga
PL	
Ademir Camilo	Almeida de Jesus
Carlos Mota	Aracely de Paula
Carlos Rodrigues	Badu Picanço vaga do PTB
Edmar Moreira	Enio Tatico
Inaldo Leitão	Neucimar Fraga vaga do PTB
	Pedro Irujo
	(Dep. do PSL ocupa a vaga)
PPS	
Juíza Denise Frossard	Colbert Martins
Roberto Freire	Fernando Coruja
	Júlio Delgado vaga do PMDB
PSB	
Gonzaga Patriota	Alexandre Cardoso
(Dep. do PC do B ocupa a vaga)	Isaías Silvestre
PDT	
Alceu Collares	João Fontes
Luiz Piauhylino	Pompeo de Mattos
PC do B	
Jamil Murad vaga do PSB	Alice Portugal
Sérgio Miranda	

PV

Marcelo Ortiz — Sarney Filho

PSL

João Mendes de Jesus vaga do PL

Secretário(a): Rejane Salete Marques
Local: Anexo II,Térreo, Ala , sala 21
Telefones: 216-6494
FAX: 216-6499

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Luiz Antonio Fleury (PTB)
1º Vice-Presidente: Eduardo Seabra (PTB)
2º Vice-Presidente: Paulo Kobayashi (PSDB)
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Ana Guerra	Luiz Bassuma
Selma Schons	Maria do Carmo Lara
Simplício Mário	Rubinelli
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PMDB	
Luiz Bittencourt	José Divino
Paulo Lima	Max Rosenmann
Wladimir Costa vaga do PT	Natan Donadon
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
José Carlos Araújo vaga do PL	Fernando de Fabinho vaga do PPS
Marcelo Guimarães Filho	Kátia Abreu
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Zelinda Novaes
1 vaga	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PSDB	
Carlos Sampaio	Yeda Crusius
Paulo Kobayashi	1 vaga
PP	
Celso Russomanno	Julio Lopes
1 vaga	Ricardo Fiuza
PTB	
Eduardo Seabra	Neuton Lima
Jonival Lucas Junior vaga do Bloco PFL, PRONA	Ricardo Izar
Luiz Antonio Fleury	Sandro Matos vaga do Bloco PFL, PRONA
PL	
Almeida de Jesus	Marcos de Jesus
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Remi Trinta
PPS	
1 vaga	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
PSB	
Givaldo Carimbão	Paulo Baltazar
PDT	
1 vaga	1 vaga
S.PART.	
Renato Cozzolino vaga do PMDB	

Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152
Telefones: 216-6920 A 6922
FAX: 216-6925

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Romeu Queiroz (PTB)
1º Vice-Presidente: Ildeu Araujo (PP)
2º Vice-Presidente: Reginaldo Lopes (PT)
3º Vice-Presidente: Fernando de Fabinho (PFL)

Titulares	Suplentes
PT	
Jorge Boeira	Jorge Bittar
Reginaldo Lopes	Josias Gomes
Rubens Otoni	Paulo Bernardo
PMDB	
Bernardo Ariston	Lupércio Ramos
Carlos Eduardo Cadoca	Wilson Cignachi
Edson Ezequiel	1 vaga
Bloco PFL, PRONA	
Fernando de Fabinho	Murilo Zauith
Gerson Gabrielli	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PSDB	
Júlio Redecker	Gonzaga Mota
Léo Alcântara vaga do PV	Yeda Crusius
Ronaldo Dimas	
PP	
Ildeu Araujo	Augusto Nardes vaga do PL
Sergio Caiado	Delfim Netto
	Dr. Benedito Dias vaga do S.PART.
	Nélio Dias
PTB	
Joaquim Francisco	Armando Monteiro
Romeu Queiroz	Nelson Marquezelli
PL	
Reinaldo Betão	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PV	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	1 vaga
S.PART.	
Luciana Genro	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PDT	
	André Figueiredo vaga do Bloco PFL, PRONA

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33
Telefones: 216-6601 A 6609
FAX: 216-6610

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente: Julio Lopes (PP)
1º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL)
2º Vice-Presidente: Colbert Martins (PPS)
3º Vice-Presidente: Jaime Martins (PL)

Titulares	Suplentes
PT	
João Magno	Devanir Ribeiro
Maria do Carmo Lara	Roberto Gouveia
Zezéu Ribeiro	Terezinha Fernandes
PMDB	
Alexandre Santos	Zé Gerardo
Marinha Raupp	2 vagas
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
Elimar Máximo Damasceno	Milton Barbosa
Fábio Souto	Nice Lobão
PSDB	
Custódio Mattos	Domiciano Cabral
1 vaga	Gustavo Fruet
PP	
Augusto Nardes	Darci Coelho
Julio Lopes	Mário Negromonte
PTB	
Jackson Barreto	José Chaves
Pedro Fernandes	Pastor Frankembergen
	Silas Câmara vaga do PL
PL	
Jaime Martins	Chico da Princesa
Paulo Gouvêa	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PPS	
Colbert Martins	1 vaga
PSB	
Barbosa Neto	1 vaga
PCdoB	
Inácio Arruda vaga do PMDB	

Secretário(a): James Lewis Gorman Júnior
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188
Telefones: 216-6551/ 6554
FAX: 216-6560

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente: Iriny Lopes (PT)
1º Vice-Presidente: Luiz Couto (PT)
2º Vice-Presidente: Pompeo de Mattos (PDT)
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Chico Alencar	Adão Pretto
Iriny Lopes	Ana Guerra vaga do Bloco PFL, PRONA
Luci Choinacki	João Alfredo vaga do PTB
Luiz Alberto vaga do PSDB	Luiz Eduardo Greenhalgh
Luiz Couto vaga do PMDB	Maria do Rosário
Orlando Fantazzini vaga do PL	
PMDB	
Jurandil Juarez	Alceste Almeida
(Dep. do PT ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
Bloco PFL, PRONA	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Jairo Carneiro
2 vagas	(Dep. do PT ocupa a vaga)
	1 vaga
PSDB	
Sebastião Madeira	Eduardo Barbosa
(Dep. do PT ocupa a vaga)	João Almeida
PP	
Pedro Corrêa	José Linhares
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Nilton Baiano
PTB	
Alberto Fraga	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
Pastor Reinaldo	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PL	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Paulo Gouvêa
PPS	
1 vaga	Geraldo Thadeu vaga do PTB
	Roberto Freire
PV	
Leonardo Mattos	1 vaga
PDT	
Mário Heringer vaga do PP	
Pompeo de Mattos vaga do Bloco PFL, PRONA	

Secretário(a): Ruy dos Santos Siqueira
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185
Telefones: 216-6575
FAX: 216-6580

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Paulo Delgado (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)
3º Vice-Presidente: João Correia (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antônio Carlos Biffi	Carlos Abicalil
Iara Bernardi	Chico Alencar
Ivan Valente vaga do PL	Colombo
Maria do Rosário	Fátima Bezerra
Neyde Aparecida	Gilmar Machado
Paulo Delgado	Luiz Alberto
Paulo Rubem Santiago	
PMDB	
Gastão Vieira	Dr. Heleno
João Correia	Luiz Bittencourt
João Matos (Licenciado)	Osmar Serraglio
Osvaldo Biolchi	Paulo Lima
Pastor Pedro Ribeiro	2 vagas
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
Celcita Pinheiro	José Roberto Arruda
César Bandeira	Osvaldo Coelho
Clóvis Fecury vaga do PP	Paulo Magalhães
Marcos Abramo	Roberto Magalhães
Murilo Zauith vaga do PTB	
Nice Lobão	
Onyx Lorenzoni vaga do PL	
PSDB	
Antenor Naspolini vaga do PL	Itamar Serpa
Átila Lira	Rafael Guerra
Bonifácio de Andrada vaga do PP	Thelma de Oliveira
Lobbe Neto	
Nilson Pinto	
PP	
Professor Irapuan Teixeira	José Linhares
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Márcio Reinaldo Moreira
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Zé Lima
PTB	
Neuton Lima	Elaine Costa
Ricardo Izar	Jonival Lucas Junior
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Kelly Moraes
PL	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Humberto Michiles
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Medeiros
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Milton Monti
PPS	
Geraldo Resende vaga do PSB	1 vaga
Ivan Paixão vaga do PMDB	
Rogério Teófilo	
PSB	
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Luciano Leitoa
PDT	
Álvaro Dias	Severiano Alves
PC do B	
Alice Portugal	1 vaga

Secretário(a): Anamélia Lima Rocha Fernandes
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170
Telefones: 216-6622/6625/6627/6628
FAX: 216-6635

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Geddel Vieira Lima (PMDB)
1º Vice-Presidente: Eduardo Cunha (PMDB)
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
3º Vice-Presidente: Carlito Merss (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlito Merss	Henrique Fontana
José Pimentel	João Paulo Cunha
Paulo Bernardo	Jorge Boeira
Vignatti	Nazareno Fonteles
Virgílio Guimarães	Paulo Rubem Santiago
Wasny de Roure	Tarcísio Zimmermann
PMDB	
Eduardo Cunha	Carlos Willian
Geddel Vieira Lima	Eliseu Padilha
João Magalhães	Michel Temer
José Priante vaga do PTB	Nelson Bornier
Marcelino Fraga	Odílio Balbinotti
Max Rosenmann	1 vaga
Moreira Franco	
Pedro Novais vaga do PC do B	
Bloco PFL, PRONA	
Claudio Cajado	Eliseu Resende
Coriolano Sales vaga do PL	João Batista

Félix Mendonça	José Carlos Araújo
José Carlos Machado	Júlio Cesar
Luiz Carreira	
Mussa Demes vaga do PL	
Pauderney Avelino vaga do PDT	
Roberto Brant vaga do PP	
PSDB	
Gonzaga Mota	Antonio Cambraia
Luiz Carlos Hauly	Custódio Mattos
Silvio Torres	Julio Semeghini
Yeda Crusius	Walter Barelli
PP	
Delfim Netto	Benedito de Lira
Enivaldo Ribeiro vaga do PL	Carlos Souza
Francisco Dornelles	Feu Rosa vaga do PL
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Zonta
PTB	
Armando Monteiro	Alex Canziani
José Militão	2 vagas
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PL	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Ademir Camilo
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	1 vaga
PPS	
Fernando Coruja	Nelson Proença
PSB	
1 vaga	Beto Albuquerque
PDT	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	André Figueiredo
PC do B	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Sérgio Miranda

Secretário(a): Maria Linda Magalhães
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136
Telefones: 216-6654/6655/6652
FAX: 216-6660

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Presidente: Alexandre Cardoso (PSB)
1º Vice-Presidente: Pastor Francisco Olímpio (PSB)
2º Vice-Presidente: Francisco Garcia (PP)
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Colombo	Eduardo Valverde
3 vagas	José Mentor
	Sigmaringa Seixas
	Virgílio Guimarães
PMDB	
Aníbal Gomes vaga do PTB	Almerinda de Carvalho
Asdrubal Bentes vaga do PL	João Correia vaga do PTB
Fernando Lopes	2 vagas
Mauro Benevides	
Olavo Calheiros	
Bloco PFL, PRONA	
Aldir Cabral	José Carlos Machado
Paulo Bauer	Ney Lopes
(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
Eduardo Paes	João Almeida
Manoel Salviano	Luiz Carlos Hauly
PP	
Francisco Garcia	Luis Carlos Heinze
Ronivon Santiago vaga do Bloco PFL, PRONA	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Simão Sessim	
PTB	
Elaine Costa	Iris Simões
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PL	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Carlos Nader vaga do PP
1 vaga	Paulo Marinho
	Wellington Roberto
PPS	
1 vaga	B. Sá
PSB	
Alexandre Cardoso	Paulo Baltazar
Pastor Francisco Olímpio vaga do PDT	
PDT	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Edilson Saraiva Alencar
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161
Telefones: 216-6671 A 6675
FAX: 216-6676

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Fátima Bezerra (PT)
1º Vice-Presidente: Leonardo Monteiro (PT)
2º Vice-Presidente: Selma Schons (PT)
3º Vice-Presidente: Luiza Erundina (PSB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fátima Bezerra	Ana Guerra
Leonardo Monteiro	João Alfredo
Selma Schons	Vadinho Baião
PMDB	
Almerinda de Carvalho	Olavo Calheiros
Wilson Santiago	2 vagas
1 vaga	
Bloco PFL, PRONA	
André de Paula	Laura Carneiro
Vilmar Rocha	1 vaga
PSDB	
Antenor Naspolini	2 vagas
1 vaga	
PP	
2 vagas	2 vagas
PTB	
Pastor Reinaldo	2 vagas
1 vaga	
PL	
Jaime Martins	2 vagas
João Leão	
PPS	
1 vaga	1 vaga
PSB	
Luiza Erundina	1 vaga

Secretário(a): Gardene Maria Ferreira de Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122
Telefones: 216-6692 / 6693
FAX: 216-6700

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Presidente: Luciano Castro (PL)
1º Vice-Presidente: Jorge Pinheiro (PL)
2º Vice-Presidente: Paulo Baltazar (PSB)
3º Vice-Presidente: Kelly Moraes (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
César Medeiros	Dra. Clair
João Alfredo	Luiz Sérgio
Leonardo Monteiro	Mauro Passos
Luciano Zica	Selma Schons

PMDB

Carlos Willian — Max Rosenmann
Fernando Diniz — Teté Bezerra
(Dep. do PV ocupa a vaga) — (Dep. S.PART. ocupa a vaga)

Bloco PFL, PRONA

(Dep. do PV ocupa a vaga) — Gervásio Silva
(Dep. do PL ocupa a vaga) — Luiz Carreira

PSDB

Antonio Carlos Mendes Thame — Affonso Camargo
(Dep. do PV ocupa a vaga) — Vicente Arruda [vaga do PL]
Xico Graziano

PP

(Dep. S.PART. ocupa a vaga) — (Dep. do PSB ocupa a vaga)
(Dep. do PL ocupa a vaga) — (Dep. do PTB ocupa a vaga)

PTB

Kelly Moraes — Joaquim Francisco
Sandro Matos — Paes Landim
Vicente Cascione [vaga do PP]

PL

Jorge Pinheiro — Welinton Fagundes
Luciano Castro — (Dep. do PSDB ocupa a vaga)
Oliveira Filho [vaga do Bloco PFL, PRONA]
Paulo Marinho [vaga do PP]

PPS

(Dep. do PSB ocupa a vaga) — Cezar Silvestri

PSB

Paulo Baltazar [vaga do PPS] — Janete Capiberibe [vaga do PP]

PV

Edson Duarte [vaga do Bloco PFL, PRONA]
Fernando Gabeira [vaga do PSDB]
Sarney Filho [vaga do PMDB]

S.PART.

Babá [vaga do PP] — Renato Cozzolino [vaga do PMDB]

Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 150
Telefones: 216-6521 A 6526
FAX: 216-6535

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Nicias Ribeiro (PSDB)
1º Vice-Presidente: Paulo Feijó (PSDB)
2º Vice-Presidente: Rose de Freitas (PMDB)
3º Vice-Presidente: Nelson Meurer (PP)

Titulares — **Suplentes**

PT

Eduardo Valverde — André Costa
Fernando Ferro — Hélio Esteves
Luiz Bassuma — Ivo José
Luiz Sérgio — João Magno
Mauro Passos — Vander Loubet

PMDB

Dr. Heleno — Alexandre Santos
Marcello Siqueira — Josias Quintal
Pastor Amarildo — Marinha Raupp
Rose de Freitas — Moreira Franco
1 vaga — 1 vaga

Bloco PFL, PRONA

Betinho Rosado [vaga do PC do B] — Aroldo Cedraz
Gervásio Silva — Gerson Gabrielli
José Carlos Aleluia — Luiz Carlos Santos
Robério Nunes — Pauderney Avelino
(Dep. do PTB ocupa a vaga)

PSDB

Helenildo Ribeiro — Capitão Wayne
Nicias Ribeiro — João Almeida
Paulo Feijó — Ronaldo Dimas

PP

João Pizzolatti — Dilceu Sperafico [vaga do PTB]
Nelson Meurer — Francisco Appio
Romel Anizio [vaga do PDT] — Reginaldo Germano
1 vaga — Simão Sessim [vaga do PTB]
Vadão Gomes

PTB

Airton Roveda [vaga do Bloco PFL, PRONA] — Edna Macedo
Marcus Vicente — (Dep. do PP ocupa a vaga)
Osmânio Pereira — (Dep. do PP ocupa a vaga)
Salvador Zimbaldi

PL

Aracely de Paula — Edinho Montemor
José Santana de Vasconcellos — Maurício Rabelo (Licenciado)
Tatico — 1 vaga

PPS

B. Sá — 1 vaga

PSB

Renato Casagrande — 1 vaga

PDT

(Dep. do PP ocupa a vaga) — Jurandir Boia

PC do B

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) — 1 vaga

Secretário(a): Damaci Pires de Miranda
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56
Telefones: 216-6711 / 6713
FAX: 216-6720

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente: Aroldo Cedraz (PFL)
1º Vice-Presidente: Jairo Carneiro (PFL)
2º Vice-Presidente: Nilson Mourão (PT)
3º Vice-Presidente: João Castelo (PSDB)

Titulares — **Suplentes**

PT

André Costa — Ivan Valente
Maninha — José Eduardo Cardozo
Nilson Mourão — Orlando Fantazzini
Terezinha Fernandes — Paulo Delgado
Zarattini — Zico Bronzeado

PMDB

Chicão Brígido — Marcelino Fraga
Edison Andrino — (Dep. do PV ocupa a vaga)
Vieira Reis — 3 vagas
(Dep. do PDT ocupa a vaga)
(Dep. do PL ocupa a vaga)

Bloco PFL, PRONA

André de Paula — Antonio Carlos Magalhães Neto
Aroldo Cedraz — Carlos Melles
Francisco Rodrigues — Jair Bolsonaro
Jairo Carneiro — Paulo Bauer [vaga do PTB]
Robério Nunes [vaga do PTB]
Vilmar Rocha

PSDB

Antonio Carlos Pannunzio — Antonio Carlos Mendes Thame
Itamar Serpa — Luiz Carlos Hauly
João Castelo — Zulaiê Cobra

PP

Feu Rosa — Francisco Dornelles
Vadão Gomes — Francisco Turra
(Dep. do PL ocupa a vaga) — Ronivon Santiago

PTB

Arnon Bezerra — Jackson Barreto
Marcondes Gadelha — (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Pastor Frankembergen — (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

PL

Hamilton Casara	Almir Sá
João Paulo Gomes da Silva	Júnior Betão
Lincoln Portela	Miguel de Souza
Marcos de Jesus vaga do PP	
Medeiros vaga do PMDB	

PPS

Júlio Delgado	Rogério Teófilo

PSB

André Zacharow	Luiza Erundina

PDT

João Herrmann Neto vaga do PMDB	Manato
Neiva Moreira	

PC do B

Renildo Calheiros	Perpétua Almeida

PV

Fernando Gabeira vaga do PMDB

Secretário(a): Fernando Luiz Cunha Rocha
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125
Telefones: 216-6739 / 6738 / 6737
FAX: 216-6745

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Presidente: Enio Bacci (PDT)
1º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)
2º Vice-Presidente: Alberto Fraga (PTB)
3º Vice-Presidente: Carlos Sampaio (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Paulo Pimenta	Antonio Carlos Biscaia
Paulo Rubem Santiago	Luiz Couto
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Nelson Pellegrino
PMDB	
Cabo Júlio	3 vagas
Gilberto Nascimento	
Josias Quintal	
Bloco PFL, PRONA	
Jair Bolsonaro	Laura Carneiro
Moroni Torgan	Vic Pires Franco
PSDB	
Capitão Wayne vaga do PT	Bosco Costa
Carlos Sampaio	Zulaiê Cobra
João Campos	
PP	
Reginaldo Germano	Ricardo Barros
1 vaga	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PTB	
Alberto Fraga	Luiz Antonio Fleury
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Pastor Reinaldo
PL	
Neucimar Fraga	Edmar Moreira
Wanderval Santos	Lincoln Portela
PPS	
Raul Jungmann	Juíza Denise Frossard
PSB	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Givaldo Carimbão
PDT	
Enio Bacci vaga do PSB	
PCdoB	
Perpétua Almeida vaga do PTB	
S.PART.	
	Luciana Genro vaga do PP

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C
Telefones: 216-6761 / 6762
FAX: 216-6770

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Dr. Benedito Dias (PP)
1º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
2º Vice-Presidente: Guilherme Menezes (PT)
3º Vice-Presidente: Almerinda de Carvalho (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Angela Guadagnin	Assis Miguel do Couto
Arlindo Chinaglia	Durval Orlato
Dr. Rosinha	Maninha
Guilherme Menezes	Selma Schons
Henrique Fontana	Telma de Souza
Roberto Gouveia	1 vaga
PMDB	
Almerinda de Carvalho	Sandra Rosado
Benjamin Maranhão	Waldemir Moka
Darcísio Perondi	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Jorge Alberto	3 vagas
Saraiva Felipe	
Tetê Bezerra	
Thaís Barbosa vaga do PV	
Bloco PFL, PRONA	
Laura Carneiro	Celcita Pinheiro
Milton Barbosa	Elimar Máximo Damasceno
Zelinda Novaes	José Mendonça Bezerra
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
PSDB	
Eduardo Barbosa	Ana Alencar
Rafael Guerra	Eduardo Paes
Thelma de Oliveira	Walter Barelli
PP	
Dr. Benedito Dias	Pedro Canedo
José Linhares	Vanderlei Assis
Nilton Baiano vaga do Bloco PFL, PRONA	1 vaga
Suely Campos	
PTB	
Antonio Joaquim	Homero Barreto vaga do PMDB
Arnaldo Faria de Sá	Marcondes Gadelha
Dr. Francisco Gonçalves	Milton Cardias
	Osmânio Pereira
PL	
Amauri Gasques	Carlos Mota
Remi Trinta	Jorge Pinheiro
1 vaga	1 vaga
PPS	
Geraldo Thadeu	Geraldo Resende vaga do Bloco PFL, PRONA
	Ivan Paixão
PSB	
Dr. Ribamar Alves	Jorge Gomes
PDT	
Manato	Mário Heringer
PC do B	
Jandira Feghali	Jamil Murad
PV	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Gardene Aguiar
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145
Telefones: 216-6787 / 6781 A 6786
FAX: 216-6790

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Henrique Eduardo Alves (PMDB)
1º Vice-Presidente: Osvaldo Reis (PMDB)
2º Vice-Presidente: Enio Tatico (PL)
3º Vice-Presidente: Marco Maia (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Dra. Clair	Carlos Santana
Marco Maia	Leonardo Monteiro
Paulo Pimenta	Maurício Rands
Tarcísio Zimmermann	Neyde Aparecida

Vicentinho — Professor Luizinho

PMDB

Henrique Eduardo Alves — Ann Pontes
Leonardo Picciani — Benjamin Maranhão
Lúcia Braga — Luiz Bittencourt
Moraes Souza — Marcelo Barbieri
Osvaldo Reis — 1 vaga

Bloco PFL, PRONA

(Dep. do PCdoB ocupa a vaga) — Marcelo Guimarães Filho
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga) — (Dep. do PTB ocupa a vaga)
1 vaga — 1 vaga

PSDB

Carlos Alberto Leréia — Eduardo Barbosa
Walter Barelli — Narcio Rodrigues
1 vaga — 1 vaga

PP

Érico Ribeiro — Pedro Corrêa
Pedro Henry — 1 vaga

PTB

Jovair Arantes — Arnaldo Faria de Sá
Milton Cardias — Homero Barreto vaga do Bloco PFL, PRONA
Ricarte de Freitas

PL

Enio Tatico — Sandro Mabel
Ricardo Rique — 1 vaga

PPS

Cláudio Magrão — Júlio Delgado

PSB

Isaías Silvestre — Pastor Francisco Olímpio

PDT

João Fontes — Alceu Collares

PCdoB

Daniel Almeida vaga do Bloco PFL, PRONA
Vanessa Grazziotin vaga do Bloco PFL, PRONA

Secretário(a): Anamélia Ribeiro Correia de Araújo
Local: Anexo II, Sala T 50
Telefones: 216-6805 / 6806 / 6807
FAX: 216-6815

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

Presidente: Antonio Cambraia (PSDB)
1º Vice-Presidente: André Figueiredo (PDT)
2º Vice-Presidente: Marcelo Teixeira (PMDB)
3º Vice-Presidente: Márcio Reinaldo Moreira (PP)

Titulares — **Suplentes**

PT

Gilmar Machado — Mariângela Duarte
Ivo José — Orlando Desconsi
Vadinho Baião — Simplício Mário

PMDB

Alceste Almeida — Edison Andrino vaga do PPS
Deley — Luiz Bittencourt
Marcelo Teixeira — Moraes Souza
(Dep. do PTB ocupa a vaga)

Bloco PFL, PRONA

(Dep. do PTB ocupa a vaga) — Fábio Souto
1 vaga — José Rocha
Marcelo Guimarães Filho vaga do PDT

PSDB

Alberto Goldman — Jutahy Junior
Antonio Cambraia — Silvio Torres
Bismarck Maia vaga do PPS

PP

Márcio Reinaldo Moreira — Ildeu Araujo
(Dep. do PTB ocupa a vaga) — Pedro Henry

PTB

Alex Canziani vaga do PP — José Militão
Cleuber Carneiro vaga do PL — Jovair Arantes
José Chaves — Marcus Vicente vaga do PL
Josué Bengtson — Philemon Rodrigues vaga do PMDB
Ricarte de Freitas vaga do Bloco PFL, PRONA

PL

Edinho Montemor — Hamilton Casara
(Dep. do PTB ocupa a vaga) — (Dep. do PTB ocupa a vaga)

PPS

(Dep. do PSDB ocupa a vaga) — (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PSB

1 vaga — Dr. Ribamar Alves

PDT

André Figueiredo — (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

Secretário(a): Elizabeth Paes dos Santos
Local: Anexo II, Ala A , Sala 5,Térreo
Telefones: 216-6831 / 6832 / 6833

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: Mário Assad Júnior (PL)
1º Vice-Presidente: Humberto Michiles (PL)
2º Vice-Presidente: Homero Barreto (PTB)
3º Vice-Presidente: Nelson Bornier (PMDB)

Titulares — **Suplentes**

PT

Carlos Santana — Carlito Merss
Devanir Ribeiro — Marco Maia
Hélio Esteves — Paulo Pimenta
Telma de Souza — Zezéu Ribeiro
(Dep. do PL ocupa a vaga) — 1 vaga

PMDB

Eliseu Padilha — Marcello Siqueira
Gorete Pereira vaga do PDT — Marcelo Teixeira
Jair de Oliveira — 3 vagas
Marcelo Castro vaga do PPS
Mauro Lopes
Nelson Bornier
Tadeu Filippelli (Licenciado)

Bloco PFL, PRONA

Eliseu Resende — Claudio Cajado
Lael Varella — 3 vagas
(Dep. do PL ocupa a vaga)
(Dep. do PL ocupa a vaga)

PSDB

Affonso Camargo — Nicias Ribeiro
Domiciano Cabral — Paulo Feijó
Vittorio Medioli — Silvio Torres

PP

Francisco Appio — (Dep. do PL ocupa a vaga)
Leodegar Tiscoski — (Dep. do PL ocupa a vaga)
Mário Negromonte — 1 vaga

PTB

Ary Kara — Carlos Dunga
Homero Barreto — Pedro Fernandes
Philemon Rodrigues — Romeu Queiroz

PL

Chico da Princesa vaga do Bloco PFL, PRONA — Jaime Martins
Humberto Michiles vaga do PT — João Leão
Mário Assad Júnior — João Paulo Gomes da Silva vaga do PP
Milton Monti vaga do Bloco PFL, PRONA — Oliveira Filho vaga do PP
Wellington Roberto — Reinaldo Betão
1 vaga

PPS

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — Átila Lins

PSB

Beto Albuquerque — Gonzaga Patriota

PDT

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — Jurandir Boia

PC do B

1 vaga — Jandira Feghali

Secretário(a): Ruy Omar Prudencio da Silva
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175
Telefones: 216-6853 A 6856
FAX: 216-6860

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A "ACOMPANHAR AS NEGOCIAÇÕES DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS".

Presidente:
1º Vice-Presidente: Edson Ezequiel (PMDB)
2º Vice-Presidente: Alberto Goldman (PSDB)
3º Vice-Presidente: Francisco Garcia (PP)
Relator: Maninha (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
José Pimentel	Dra. Clair
Maninha	Henrique Fontana
Paulo Delgado	Ivan Valente
Rubens Otoni	Luci Choinacki
Tarcísio Zimmermann	Paulo Pimenta
1 vaga	1 vaga
PFL	
Fábio Souto	Robério Nunes
Marcos Abramo	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Ney Lopes	3 vagas
Pauderney Avelino	
Ronaldo Caiado	
PMDB	
Cezar Schirmer	Bernardo Ariston
Edson Ezequiel	Moacir Micheletto
Max Rosenmann	2 vagas
Silas Brasileiro	
PSDB	
Alberto Goldman	Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)
Antonio Carlos Mendes Thame	Luiz Carlos Hauly
Antonio Carlos Pannunzio	Nilson Pinto
Yeda Crusius	1 vaga
PP	
Feu Rosa	Francisco Dornelles
Francisco Garcia	Leodegar Tiscoski
Francisco Turra	Vadão Gomes
PTB	
Jackson Barreto	Arnaldo Faria de Sá
Roberto Jefferson	Arnon Bezerra
	Paes Landim vaga do PFL
PL	
João Paulo Gomes da Silva	Humberto Michiles
1 vaga	Paulo Marinho
PSB	
Alexandre Cardoso	Janete Capiberibe
Luiza Erundina	Renato Casagrande
PPS	
Nelson Proença	1 vaga
PDT	
Severiano Alves	Manato
PC do B	
Jamil Murad	Inácio Arruda
PRONA	
1 vaga	Elimar Máximo Damasceno

Secretário(a): Mário Dráusio Oliveira de A. Coutinho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6203 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROPOR DIRETRIZES E NORMAS LEGAIS RELATIVAS AO TRATAMENTO A SER DADO AOS ARQUIVOS GOVERNAMENTAIS DADOS COMO CONFIDENCIAIS, RESERVADOS E/OU SECRETOS, BEM COMO PROMOVER A CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS E LEGISLAÇÃO EXISTENTES SOBRE O MESMO ASSUNTO.

Presidente: Mário Heringer (PDT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Luiz Eduardo Greenhalgh	
PMDB	
Mauro Benevides	
PFL	
Vilmar Rocha	
PTB	
Vicente Cascione	
PL	
Lincoln Portela	
PDT	
Mário Heringer	

Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6201/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO DE PROJETOS E AÇÕES COM VISTAS À TRANSPOSIÇÃO E À INTEGRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS PARA A REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO.

Presidente: José Carlos Machado (PFL)
1º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL)
2º Vice-Presidente: Henrique Eduardo Alves (PMDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Marcondes Gadelha (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Fátima Bezerra	Zezéu Ribeiro
Fernando Ferro	5 vagas
José Pimentel	
Josias Gomes	
Luiz Couto	
Nazareno Fonteles	
PFL	
Fernando de Fabinho	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
José Carlos Machado	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
José Rocha	3 vagas
Luiz Carreira	
Osvaldo Coelho	
PMDB	
Benjamin Maranhão	Aníbal Gomes
Henrique Eduardo Alves	Sandra Rosado
Jorge Alberto	2 vagas
Marcelo Castro	
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Bosco Costa
Átila Lira	Eduardo Barbosa
Helenildo Ribeiro	Gonzaga Mota
Manoel Salviano	João Castelo
PP	
Benedito de Lira	Mário Negromonte
Cleonâncio Fonseca	Nélio Dias
Enivaldo Ribeiro	1 vaga
PTB	
Jackson Barreto	Carlos Dunga
Marcondes Gadelha	Paes Landim vaga do PFL
	1 vaga
PL	
Almeida de Jesus	2 vagas
Heleno Silva	

PSB

Gonzaga Patriota — Isaías Silvestre
Pastor Francisco Olímpio — Luciano Leitoa vaga do PDT
1 vaga

PPS

B. Sá — 1 vaga

PDT

Severiano Alves — João Fontes vaga do PFL
(Dep. do PSB ocupa a vaga)

PC do B

Daniel Almeida — 1 vaga

PV

Edson Duarte — Sarney Filho

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6209/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À MENSAGEM N º 183, DE 2004, DO PODER EXECUTIVO, QUE "SUBMETE À CONSIDERAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL O TEXTO DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO".

Presidente: Antonio Carlos Pannunzio (PSDB)
1º Vice-Presidente: Zulaiê Cobra (PSDB)
2º Vice-Presidente: Moroni Torgan (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Paulo Rubem Santiago (PT)

Titulares — **Suplentes**

PT

Antonio Carlos Biscaia — 6 vagas
Orlando Fantazzini
Paulo Delgado
Paulo Pimenta
Paulo Rubem Santiago
Selma Schons

PMDB

Ann Pontes — 5 vagas
Cabo Júlio vaga do PSC
Edison Andrino
Eliseu Padilha
Marcelino Fraga
Vieira Reis

Bloco PFL, PRONA

José Carlos Aleluia — 4 vagas
Moroni Torgan
Onyx Lorenzoni
Roberto Brant

PP

Feu Rosa — Professor Irapuan Teixeira
Ivan Ranzolin — 2 vagas
1 vaga

PSDB

Antonio Carlos Pannunzio — Bonifácio de Andrada
Zulaiê Cobra — Carlos Sampaio
(Dep. do PPS ocupa a vaga) — João Campos

PTB

Jackson Barreto — Pastor Frankembergen
Marcondes Gadelha — 2 vagas
Milton Cardias

Bloco PL, PSL

Coronel Alves (Licenciado) — João Paulo Gomes da Silva
Edmar Moreira — Wanderval Santos
Lincoln Portela — (Dep. S.PART. ocupa a vaga)

PPS

Juíza Denise Frossard vaga do PSDB — Átila Lins
(Dep. do PDT ocupa a vaga)

PSB

Isaías Silvestre — 1 vaga

PDT

João Herrmann Neto vaga do PPS — Severiano Alves
1 vaga

PC do B

Perpétua Almeida — 1 vaga

PSC

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — Costa Ferreira

PV

Leonardo Mattos — Edson Duarte

S.PART.

Almir Moura vaga do Bloco PL, PSL

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6211/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 002-A, DE 2003, QUE "ACRESCENTA ARTIGOS 90 E 91 AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, POSSIBILITANDO QUE OS SERVIDORES PÚBLICOS REQUISITADOS OPTEM PELA ALTERAÇÃO DE SUA LOTAÇÃO FUNCIONAL DO ÓRGÃO CEDENTE PARA O ÓRGÃO CESSIONÁRIO".

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares — **Suplentes**

PT

Luciano Zica — Iara Bernardi
Wasny de Roure — João Alfredo
Zé Geraldo — 4 vagas
3 vagas

PMDB

Cabo Júlio vaga do PSC — Lupércio Ramos vaga do PPS
Marcelo Castro — 5 vagas
Mauro Benevides
Osvaldo Reis
Sandra Rosado
Wilson Santiago

Bloco PFL, PRONA

Gervásio Silva — 4 vagas
Laura Carneiro
Milton Barbosa
Vilmar Rocha

PP

Érico Ribeiro — Vadão Gomes
Mário Negromonte — 2 vagas
Pedro Corrêa

PSDB

Carlos Alberto Leréia — Itamar Serpa
Nicias Ribeiro — João Campos
Zenaldo Coutinho — 1 vaga

PTB

Jovair Arantes — 3 vagas
Nelson Marquezelli
Philemon Rodrigues

Bloco PL, PSL

Paulo Marinho — Almeida de Jesus
Reinaldo Betão — Luciano Castro
1 vaga — Medeiros

PPS

Geraldo Thadeu — (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PSB

Gonzaga Patriota — 1 vaga

PDT

Pompeo de Mattos — Alceu Collares

PC do B

Sérgio Miranda — 1 vaga

PSC

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) (Dep. S.PART. ocupa a vaga)

PV

Marcelo Ortiz 1 vaga

S.PART.

Renato Cozzolino vaga do PSC

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 3-A, DE 1999, QUE "ALTERA OS ARTS. 27, 28, 29, 44 E 82 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E INTRODUZ DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, DE FORMA A FAZER COINCIDIR OS MANDATOS ELETIVOS QUE MENCIONA E ATRIBUIR-LHES NOVO PERÍODO DE DURAÇÃO" E APENSADAS.

Presidente: Affonso Camargo (PSDB)
1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB)
2º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT)
3º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)
Relator: Eduardo Sciarra (PFL)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Chico Alencar	Luiz Couto
José Eduardo Cardozo	Maria do Carmo Lara
Paulo Delgado	4 vagas
Paulo Rocha	
Rubens Otoni	
Rubinelli	
PFL	
André de Paula	Davi Alcolumbre vaga do PDT
Eduardo Sciarra	Fernando de Fabinho
Jairo Carneiro	Rodrigo Maia
Mendonça Prado (Licenciado)	Ronaldo Caiado
Nice Lobão	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Roberto Magalhães vaga do PTB	1 vaga
PMDB	
Cezar Schirmer	Marcelo Castro
Eliseu Padilha	3 vagas
Henrique Eduardo Alves	
Jefferson Campos	
PSDB	
Affonso Camargo	Antonio Carlos Pannunzio
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	Bonifácio de Andrada
Rafael Guerra	Bosco Costa
Vicente Arruda	Zenaldo Coutinho
PP	
Enivaldo Ribeiro	Leodegar Tiscoski
Pedro Corrêa	Mário Negromonte
Romel Anizio	1 vaga
PTB	
Vicente Cascione	Arnaldo Faria de Sá
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	Luiz Antonio Fleury
PL	
João Paulo Gomes da Silva	Carlos Nader vaga do PFL
Lincoln Portela	Oliveira Filho
	1 vaga
PSB	
Pastor Francisco Olímpio	2 vagas
1 vaga	
PPS	
Raul Jungmann	Colbert Martins
PDT	
Manato	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
PC do B	
Renildo Calheiros	1 vaga
PV	
Jovino Cândido	Marcelo Ortiz

Secretário(a): Ana Lucia R. Marques
Local: Anexo II Pavimento Superior s/170-A
Telefones: 261-6214/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54-A, DE 1999, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (DISPONDO QUE O PESSOAL EM EXERCÍCIO QUE NÃO TENHA SIDO ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO, ESTÁVEL OU NÃO, PASSA A INTEGRAR QUADRO TEMPORÁRIO EM EXTINÇÃO À MEDIDA QUE VAGAREM OS CARGOS OU EMPREGOS RESPECTIVOS).

Presidente: Laura Carneiro (PFL)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)
Relator: Átila Lira (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlos Abicalil	6 vagas
Fátima Bezerra	
Jorge Boeira	
Odair Cunha	
Tarcísio Zimmermann	
1 vaga	
PFL	
João Carlos Bacelar	Antonio Carlos Magalhães Neto
Laura Carneiro	José Roberto Arruda
Ney Lopes	3 vagas
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
1 vaga	
PMDB	
Jefferson Campos	Adelor Vieira
Jorge Alberto	3 vagas
Leonardo Picciani	
1 vaga	
PSDB	
Átila Lira	Ariosto Holanda
Eduardo Barbosa	Zenaldo Coutinho
Helenildo Ribeiro	2 vagas
(Dep. do PL ocupa a vaga)	
PP	
Agnaldo Muniz vaga do PPS	Nilton Baiano
Feu Rosa	Zé Lima
Nélio Dias	1 vaga
Sandes Júnior	
Vanderlei Assis vaga do PFL	
PTB	
Eduardo Seabra	Philemon Rodrigues
1 vaga	1 vaga
PL	
Hamilton Casara vaga do PSDB	Medeiros
Luciano Castro	Welinton Fagundes
Paulo Marinho	
PSB	
Gonzaga Patriota	2 vagas
Pastor Francisco Olímpio	
PPS	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Geraldo Thadeu
PDT	
Alceu Collares	Pompeo de Mattos
PC do B	
Alice Portugal	1 vaga
PV	
Jovino Cândido	Marcelo Ortiz

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58-A, DE

2003, QUE "DISPÕE SOBRE A CONVALIDAÇÃO DE ALIENAÇÕES DE TERRAS PROCEDIDAS PELOS ESTADOS NA FAIXA DE FRONTEIRA".

Presidente: João Grandão (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Luis Carlos Heinze (PP)

Titulares	Suplentes
PT	
Eduardo Valverde	Hélio Esteves
João Grandão	Zico Bronzeado
José Eduardo Cardozo	4 vagas
Nilson Mourão	
Vignatti	
1 vaga	
PMDB	
Alceste Almeida	Darcísio Perondi
Gervásio Oliveira vaga do PDT	João Matos (Licenciado)
Osmar Serraglio	Lupércio Ramos vaga do PPS
Teté Bezerra	Moacir Micheletto
Waldemir Moka	Nelson Trad
1 vaga	1 vaga
Bloco PFL, PRONA	
Eduardo Sciarra	Ronaldo Caiado
Francisco Rodrigues	3 vagas
Murilo Zauith	
Onyx Lorenzoni	
PP	
Cleonâncio Fonseca vaga do PV	Ivan Ranzolin
Luis Carlos Heinze vaga do PSB	José Janene
Mário Negromonte	1 vaga
Pedro Henry	
Ronivon Santiago	
Zonta vaga do PSC	
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Helenildo Ribeiro
Júlio Redecker	Manoel Salviano
Thelma de Oliveira	Nicias Ribeiro
PTB	
Nelson Marquezelli	Iris Simões
Ricarte de Freitas	Silas Câmara
1 vaga	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Carlos Mota	Edmar Moreira
2 vagas	João Paulo Gomes da Silva
	1 vaga
PPS	
1 vaga	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSB	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Barbosa Neto
PDT	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Dr. Rodolfo Pereira
PC do B	
Jamil Murad	1 vaga
PSC	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PV	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga
S.PART.	
	Zequinha Marinho vaga do PSC

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II,Pavimento Superior, Sala 170-B
Telefones: 216.6215
FAX: 216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 92-A, DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 101 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL",

DETERMINANDO QUE OS MEMBROS DO STF SERÃO ESCOLHIDOS DENTRE OS MEMBROS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES QUE INTEGREM A CARREIRA DA MAGISTRATURA, MENORES DE SESSENTA E CINCO ANOS DE IDADE, INDICADOS EM LISTA TRÍPLICE PELO PRÓPRIO TRIBUNAL, COM NOMEAÇÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E APROVAÇÃO DO SENADO FEDERAL.

Presidente: Antonio Carlos Biscaia (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Divino (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Iriny Lopes
Eduardo Valverde	5 vagas
João Alfredo	
José Eduardo Cardozo	
Maurício Rands	
Paulo Delgado	
PFL	
Coriolano Sales	Antonio Carlos Magalhães Neto
José Roberto Arruda	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Luiz Carlos Santos	3 vagas
Marcelo Guimarães Filho	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PMDB	
Carlos Willian vaga do PSB	Ann Pontes
José Divino	Osmar Serraglio
Marcelino Fraga	2 vagas
Nelson Trad	
1 vaga	
PSDB	
Carlos Sampaio	Bonifácio de Andrada
Nicias Ribeiro	Helenildo Ribeiro
Vicente Arruda	Zenaldo Coutinho
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Cleonâncio Fonseca	Ivan Ranzolin
Darci Coelho vaga do PFL	2 vagas
Dilceu Sperafico	
Ricardo Fiuza	
Wagner Lago vaga do PDT	
PTB	
Luiz Antonio Fleury	Antonio Cruz
Vicente Cascione	Paes Landim vaga do PFL
	1 vaga
PL	
Edmar Moreira	José Santana de Vasconcellos
Mário Assad Júnior	Raimundo Santos
PSB	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PPS	
Cezar Silvestri	Dimas Ramalho
Juíza Denise Frossard vaga do PSDB	
PDT	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Severiano Alves
PC do B	
Jamil Murad	1 vaga
PV	
Sarney Filho	Marcelo Ortiz

Secretário(a): Walbia Vânia de Farias Lora
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER

À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 101-A, DE 2003, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 4º DO ART. 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (AUTORIZANDO A REELEIÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DIRETORAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL).

Presidente: Arlindo Chinaglia (PT)
1º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)
2º Vice-Presidente: Jader Barbalho (PMDB)
3º Vice-Presidente: Luiz Sérgio (PT)
Relator: Paes Landim (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Arlindo Chinaglia	Devanir Ribeiro
José Pimentel	Fernando Ferro
Luiz Sérgio	Neyde Aparecida
Professor Luizinho	Nilson Mourão
Rubens Otoni	Paulo Rocha
Zarattini	1 vaga
PMDB	
Fernando Diniz	Almerinda de Carvalho
Gastão Vieira	Aníbal Gomes
Jader Barbalho	Pastor Pedro Ribeiro
José Borba	Wilson Santiago
Nelson Trad	Zé Gerardo
Pastor Amarildo vaga do PTB	
Bloco PFL, PRONA	
Laura Carneiro	Ney Lopes
Moroni Torgan	Rodrigo Maia
Robério Nunes	2 vagas
Vic Pires Franco	
PP	
Benedito de Lira	Feu Rosa
Leodegar Tiscoski	Romel Anizio
Professor Irapuan Teixeira	1 vaga
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	Bismarck Maia
Jutahy Junior	Bosco Costa
Luiz Carlos Hauly	Carlos Alberto Leréia
PTB	
José Múcio Monteiro	Iris Simões
Paes Landim	Jovair Arantes
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Luciano Castro	Medeiros
Sandro Mabel	Paulo Marinho
Valdemar Costa Neto	1 vaga
PPS	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Átila Lins
PSB	
Jorge Gomes	1 vaga
PDT	
Álvaro Dias	Mário Heringer
João Herrmann Neto vaga do PPS	
PC do B	
Daniel Almeida	Jamil Murad
PV	
Sarney Filho	Jovino Cândido

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115-A, DE 1995, DO SR. GERVÁSIO OLIVEIRA, QUE "MODIFICA O PARÁGRAFO 4º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INCLUINDO O CERRADO NA RELAÇÃO DOS BIOMAS CONSIDERADOS PATRIMÔNIO NACIONAL".

Presidente: Ricarte de Freitas (PTB)
1º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)
2º Vice-Presidente: Luiz Bittencourt (PMDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Neyde Aparecida (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Antônio Carlos Biffi	Zezéu Ribeiro
João Grandão	5 vagas
Maninha	
Neyde Aparecida	
Rubens Otoni	
Wasny de Roure	
PFL	
Celcita Pinheiro	Eliseu Resende
José Roberto Arruda	Lael Varella
Vilmar Rocha	Ronaldo Caiado
2 vagas	2 vagas
PMDB	
Aníbal Gomes	4 vagas
Fernando Diniz	
Luiz Bittencourt	
Moacir Micheletto	
PSDB	
Carlos Alberto Leréia	Átila Lira
Professora Raquel Teixeira (Licenciado)	João Campos
Ronaldo Dimas	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Thelma de Oliveira	1 vaga
PP	
Romel Anizio	Carlos Souza
Zé Lima	2 vagas
1 vaga	
PTB	
Ricarte de Freitas	2 vagas
Sandro Matos	
PL	
Jaime Martins	Hamilton Casara vaga do PSDB
Maurício Rabelo (Licenciado)	Júnior Betão vaga do PPS
	Raimundo Santos
	1 vaga
PSB	
Janete Capiberibe	2 vagas
1 vaga	
PPS	
Raul Jungmann	(Dep. do PL ocupa a vaga)
PDT	
Dr. Rodolfo Pereira	Enio Bacci
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
PRONA	
1 vaga	Elimar Máximo Damasceno

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6209/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 199-A, DE 2003, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "B" E ACRESCENTA ALÍNEA "C" AO INCISO XXIII DO ART. 21, E ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO V DO ART. 177 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA EXCLUIR DO MONOPÓLIO DA UNIÃO A PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RADIOISÓTOPOS DE MEIA-VIDA CURTA, PARA USOS MÉDICOS, AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS".

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes

PT

Angela Guadagnin	Assis Miguel do Couto
João Grandão	César Medeiros
José Eduardo Cardozo	Zarattini
Luciano Zica	3 vagas
Mauro Passos	
Walter Pinheiro	

PMDB

Almerinda de Carvalho	Cabo Júlio vaga do PSC
Darcísio Perondi	5 vagas
Dr. Heleno vaga do PP	
Jefferson Campos	
Jorge Alberto	
Nelson Trad	

Bloco PFL, PRONA

José Rocha	4 vagas
Kátia Abreu	
Laura Carneiro	
Ronaldo Caiado	

PP

Nelson Meurer	Reginaldo Germano
Simão Sessim	Vanderlei Assis
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga

PSDB

Ariosto Holanda	Carlos Alberto Leréia
Nilson Pinto	Julio Semeghini
Walter Feldman (Licenciado)	Narcio Rodrigues

PTB

Iris Simões	3 vagas
Romeu Queiroz	
Salvador Zimbaldi	

Bloco PL, PSL

Luciano Castro	Almir Sá
Mário Assad Júnior	Carlos Nader
Remi Trinta	1 vaga

PPS

Dimas Ramalho	1 vaga

PSB

Isaías Silvestre	Pastor Francisco Olímpio

PDT

Mário Heringer	1 vaga

PC do B

Jamil Murad	1 vaga

PSC

Costa Ferreira	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PV

Edson Duarte	Sarney Filho

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 227-A, DE 2004, QUE "ALTERA OS ARTIGOS 37, 40, 144, 194, 195 E 201 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (PEC PARALELA - ALTERANDO A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 2003 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA).

Presidente: Roberto Brant (PFL)
1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (PFL)
2º Vice-Presidente: Antonio Joaquim (PTB)
3º Vice-Presidente: Yeda Crusius (PSDB)
Relator: José Pimentel (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Eduardo Valverde	Devanir Ribeiro
Henrique Fontana	Durval Orlato
José Pimentel	Guilherme Menezes
Maurício Rands	Ivan Valente
Nelson Pellegrino	Mariângela Duarte
Nilson Mourão	Paulo Pimenta
Professor Luizinho	Roberto Gouveia
PFL	
Gervásio Silva	Dr. Pinotti (Licenciado)
Júlio Cesar	Laura Carneiro
Murilo Zauith	Pauderney Avelino
Onyx Lorenzoni	Robson Tuma
Roberto Brant	2 vagas
Vilmar Rocha	
PMDB	
Aníbal Gomes	Adelor Vieira
Fernando Diniz	Deley vaga do PV
Jorge Alberto	Mauro Benevides
Olavo Calheiros	Silas Brasileiro
Wilson Santiago	2 vagas
PSDB	
Alberto Goldman	Antonio Carlos Pannunzio
Anivaldo Vale	Bismarck Maia
Eduardo Barbosa	Zenaldo Coutinho
João Campos	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
Yeda Crusius	1 vaga
PP	
José Linhares	Benedito de Lira
Ronivon Santiago	Dr. Benedito Dias
1 vaga	1 vaga
PTB	
Antonio Joaquim	Ricardo Izar
Arnaldo Faria de Sá	Ricarte de Freitas
Luiz Antonio Fleury	1 vaga
PL	
Carlos Rodrigues	Chico da Princesa
Milton Monti	Wellington Roberto
1 vaga	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PSB	
Paulo Baltazar	Dr. Ribamar Alves
1 vaga	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PPS	
1 vaga	Geraldo Thadeu
	Juíza Denise Frossard vaga do PSDB
PDT	
Alceu Collares	Jurandir Boia vaga do PSB
	Manato
PC do B	
Jamil Murad	Inácio Arruda
PV	
Leonardo Mattos	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
S.PART.	
	Almir Moura vaga do PL

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6215 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 228-A, DE 2004, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Mussa Demes (PFL)
1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)
2º Vice-Presidente: Pedro Novais (PMDB)
3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
Relator: Virgílio Guimarães (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlito Merss	Devanir Ribeiro
Jorge Bittar	José Pimentel
José Mentor	Nilson Mourão
Paulo Bernardo	Paulo Delgado
Virgílio Guimarães	Paulo Pimenta
Walter Pinheiro	Paulo Rubem Santiago
Zezéu Ribeiro	Wasny de Roure

PFL

Antonio Carlos Magalhães Neto	Abelardo Lupion
Gerson Gabrielli	Eduardo Sciarra
José Roberto Arruda	Eliseu Resende
Mussa Demes	José Carlos Machado
Pauderney Avelino	Luiz Carreira
Vic Pires Franco	Paulo Bauer

PMDB

Eduardo Cunha	Ann Pontes
Henrique Eduardo Alves	Benjamin Maranhão
Lupércio Ramos vaga do PPS	José Priante
Osmar Serraglio	Wilson Santiago
Pedro Chaves	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
Pedro Novais	

PSDB

Antonio Cambraia	Anivaldo Vale
Julio Semeghini	Antonio Carlos Mendes Thame
Luiz Carlos Hauly	Gonzaga Mota
Walter Feldman (Licenciado)	Ronaldo Dimas
Zenaldo Coutinho	Yeda Crusius

PP

Delfim Netto	Enivaldo Ribeiro
Francisco Dornelles	Feu Rosa
Romel Anizio	Professor Irapuan Teixeira

PTB

Armando Monteiro	Jackson Barreto
José Militão	Pedro Fernandes
Philemon Rodrigues	Vicente Cascione

PL

Miguel de Souza	Carlos Rodrigues
Raimundo Santos	Humberto Michiles
Sandro Mabel	Jaime Martins

PSB

Beto Albuquerque	Barbosa Neto
Renato Casagrande	Gonzaga Patriota

PPS

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)

PDT

Manato	Dr. Rodolfo Pereira
	João Herrmann Neto vaga do PPS

PC do B

Sérgio Miranda	Daniel Almeida

PRONA

Enéas	Elimar Máximo Damasceno

S.PART.

André Luiz vaga do PMDB

Secretário(a): Angélica Fialho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6218 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 272-A, DE 2000, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO À ALÍNEA "C" DO INCISO I DO ART. 12 DA CONSTITUIÇÃO E ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, ASSEGURANDO O REGISTRO NOS CONSULADOS DE BRASILEIROS NASCIDOS NO ESTRANGEIRO".

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Leonardo Monteiro	6 vagas
Maninha	
Nilson Mourão	
Orlando Fantazzini	
Paulo Delgado	
Zarattini	
Zé Geraldo vaga do PMDB	
PMDB	
Fernando Lopes	Carlos Willian vaga do PSC
João Correia	5 vagas
Vieira Reis	
Wilson Santiago	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
Francisco Rodrigues	4 vagas
João Carlos Bacelar	
Murilo Zauith	
Vilmar Rocha	
PP	
Feu Rosa	Dilceu Sperafico
Ivan Ranzolin	Francisco Dornelles
1 vaga	Professor Irapuan Teixeira
PSDB	
Bosco Costa	Antonio Carlos Pannunzio
Helenildo Ribeiro	Luiz Carlos Hauly
João Castelo	Manoel Salviano
PTB	
Arnon Bezerra	3 vagas
Jackson Barreto	
1 vaga	
Bloco PL, PSL	
Almeida de Jesus	Edmar Moreira
Carlos Mota	Jaime Martins
João Paulo Gomes da Silva	1 vaga
PPS	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Átila Lins
PSB	
Alexandre Cardoso	1 vaga
PDT	
João Herrmann Neto vaga do PPS	Mário Heringer
Severiano Alves	
PC do B	
Jamil Murad	1 vaga
PSC	
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PV	
1 vaga	1 vaga
S.PART.	
Zequinha Marinho vaga do PSC	

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 347-A, DE 1996, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (INCLUINDO O DISPOSITIVO QUE PROÍBE A INTERRUPÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA SEM APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL).

Presidente: Orlando Desconsi (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Isaías Silvestre (PSB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Mauro Passos
Chico Alencar	5 vagas
Gilmar Machado	
Orlando Desconsi	
Selma Schons	
Walter Pinheiro	
PFL	
Corauci Sobrinho	Laura Carneiro
Dr. Pinotti (Licenciado)	Marcelo Guimarães Filho
Milton Barbosa	3 vagas
Vilmar Rocha	
1 vaga	

PMDB

Almerinda de Carvalho — Alceste Almeida
Edson Ezequiel — João Correia
Nelson Bornier — Lupércio Ramos vaga do PPS
Pedro Chaves — 2 vagas

PSDB

Alberto Goldman — Átila Lira
Nicias Ribeiro — Helenildo Ribeiro
Ronaldo Dimas — Paulo Kobayashi
1 vaga — Professora Raquel Teixeira (Licenciado)

PP

Cleonâncio Fonseca — 3 vagas
Márcio Reinaldo Moreira
Roberto Balestra (Licenciado)

PTB

2 vagas — Milton Cardias
Pastor Reinaldo

PL

Carlos Rodrigues — Heleno Silva
Wellington Roberto — João Paulo Gomes da Silva

PSB

André Zacharow vaga do PDT — 2 vagas
Isaías Silvestre
Pastor Francisco Olímpio

PPS

1 vaga — (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PDT

(Dep. do PSB ocupa a vaga) — Mário Heringer

PC do B

Jamil Murad — Daniel Almeida

PRONA

Elimar Máximo Damasceno — 1 vaga

Secretário(a): Leila Machado C. de Freitas
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 349-A, DE 2001, DO SR. LUIZ ANTONIO FLEURY, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 52, 53, 55 E 66 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ABOLIR O VOTO SECRETO NAS DECISÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL".

Presidente: Juíza Denise Frossard (PPS)
1º Vice-Presidente: Ney Lopes (PFL)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Eduardo Cardozo (PT)

Titulares — **Suplentes**

PT

Chico Alencar — 6 vagas
José Eduardo Cardozo
Nilson Mourão
Orlando Desconsi
Rubens Otoni
Sigmaringa Seixas

PMDB

Cezar Schirmer — 5 vagas
Eliseu Padilha
Paulo Afonso
2 vagas

Bloco PFL, PRONA

José Roberto Arruda — Eduardo Sciarra
Luiz Carlos Santos — Onyx Lorenzoni
Ney Lopes — 2 vagas
Ronaldo Caiado

PP

Francisco Turra — Enivaldo Ribeiro
Romel Anizio — Márcio Reinaldo Moreira
1 vaga — 1 vaga

PSDB

Bosco Costa — Antonio Carlos Pannunzio
Zenaldo Coutinho — Átila Lira
(Dep. do PPS ocupa a vaga) — Bonifácio de Andrada

PTB

Luiz Antonio Fleury — Jovair Arantes
2 vagas — 2 vagas

Bloco PL, PSL

Almir Sá — João Leão
Carlos Rodrigues — Mário Assad Júnior
João Paulo Gomes da Silva — Oliveira Filho

PPS

Juíza Denise Frossard vaga do PSDB — Dimas Ramalho
1 vaga

PSB

Alexandre Cardoso — Renato Casagrande

PDT

1 vaga — Enio Bacci

PC do B

Renildo Calheiros — Jamil Murad

PSC

Costa Ferreira — 1 vaga

PV

Marcelo Ortiz — Sarney Filho

Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6203/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 431-A, DE 2001, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFOS PRIMEIRO E SEGUNDO AO ARTIGO 204 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DESTINANDO 5% DOS RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO FEDERAL, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS PARA CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Presidente: Jamil Murad (PCdoB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Mário Heringer (PDT)

Titulares — **Suplentes**

PT

Angela Guadagnin — 6 vagas
Jorge Boeira
Maria do Rosário
Selma Schons
Tarcísio Zimmermann
Telma de Souza

PFL

André de Paula — 5 vagas
Fábio Souto
Jairo Carneiro
Laura Carneiro
Mendonça Prado (Licenciado)

PMDB

Cezar Schirmer — João Correia
Gilberto Nascimento vaga do PSB — Osvaldo Reis
Marcelo Castro — Sandra Rosado
Max Rosenmann — 1 vaga
Paulo Afonso

PSDB

Antonio Cambraia — Carlos Alberto Leréia
Eduardo Barbosa — Rafael Guerra
Thelma de Oliveira — Walter Feldman (Licenciado)
Yeda Crusius — (Dep. do PPS ocupa a vaga)

PP

Benedito de Lira	Zonta
José Linhares	2 vagas
Suely Campos	
PTB	
Kelly Moraes	Arnaldo Faria de Sá
Marcondes Gadelha	1 vaga
PL	
Almeida de Jesus	Marcos de Jesus
Oliveira Filho	Wanderval Santos
PSB	
Luiza Erundina	André Zacharow vaga do PDT
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	2 vagas
PPS	
1 vaga	Geraldo Resende
	Juíza Denise Frossard vaga do PSDB
PDT	
Mário Heringer	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PC do B	
Jamil Murad	Alice Portugal
PRONA	
Elimar Máximo Damasceno	1 vaga

Secretário(a): Angélica Maria L. F. Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6218 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 438-A, DE 2001, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 243 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (ESTABELECENDO A PENA DE PERDIMENTO DA GLEBA ONDE FOR CONSTADA A EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO; REVERTENDO A ÁREA AO ASSENTAMENTO DOS COLONOS QUE JÁ TRABALHAVAM NA RESPECTIVA GLEBA).

Presidente: Isaías Silvestre (PSB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Bernardo Ariston (PMDB)
3º Vice-Presidente: Anivaldo Vale (PSDB)
Relator: Tarcísio Zimmermann (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Chico Alencar
Dra. Clair	Eduardo Valverde
Leonardo Monteiro	João Grandão vaga do PSB
Neyde Aparecida	Jorge Boeira
Paulo Rocha	Orlando Fantazzini
Tarcísio Zimmermann	Zé Geraldo
	1 vaga
PFL	
Francisco Rodrigues	Abelardo Lupion
Kátia Abreu	Fernando de Fabinho
Marcos Abramo	José Carlos Araújo
Ronaldo Caiado	Milton Barbosa
1 vaga	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PMDB	
Almerinda de Carvalho	Pastor Amarildo vaga do PL
Asdrubal Bentes	Sandra Rosado
Bernardo Ariston	3 vagas
Teté Bezerra	
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	Bosco Costa
Anivaldo Vale	João Almeida
Eduardo Barbosa	Júlio Redecker
Helenildo Ribeiro	Léo Alcântara
PP	
Wagner Lago	Cleonâncio Fonseca
Zé Lima	Enivaldo Ribeiro
1 vaga	Ivan Ranzolin
PTB	
Homero Barreto	Alberto Fraga
Josué Bengtson	Pastor Reinaldo
PL	
Medeiros	Luciano Castro
1 vaga	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSB	
Isaías Silvestre	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Luiza Erundina	1 vaga
PPS	
Colbert Martins	Geraldo Resende
PDT	
1 vaga	Dr. Rodolfo Pereira
PC do B	
Daniel Almeida	Jamil Murad
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga
S.PART.	
	Zequinha Marinho vaga do PFL

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II, Pavimento Superior s/ 170-A
Telefones: 216.6211
FAX: 216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PEC 524-A, DE 2002, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, A FIM DE INSTITUIR O FUNDO PARA A REVITALIZAÇÃO HIDROAMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO".

Presidente: Fernando de Fabinho (PFL)
1º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL)
2º Vice-Presidente: Daniel Almeida (PCdoB)
3º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB)
Relator: Fernando Ferro (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fernando Ferro	Josias Gomes
José Pimentel	5 vagas
Luiz Bassuma	
Virgílio Guimarães	
Walter Pinheiro	
Zezéu Ribeiro	
PFL	
Fernando de Fabinho	José Carlos Araújo
José Carlos Machado	Júlio Cesar
José Rocha	3 vagas
Luiz Carreira	
Osvaldo Coelho	
PMDB	
Jorge Alberto	4 vagas
Mauro Lopes	
Olavo Calheiros	
Wilson Santiago	
PSDB	
Gonzaga Mota	Antonio Cambraia
Helenildo Ribeiro	Narcio Rodrigues
João Almeida	Vicente Arruda
1 vaga	Walter Feldman (Licenciado)
PP	
Cleonâncio Fonseca	3 vagas
Márcio Reinaldo Moreira	
Mário Negromonte	
PTB	
Jackson Barreto	Jonival Lucas Junior
Marcondes Gadelha	1 vaga
PL	
Heleno Silva	João Leão
Jaime Martins	1 vaga
PSB	

Givaldo Carimbão 2 vagas
Gonzaga Patriota

PPS

Raul Jungmann Colbert Martins

PDT

Mário Heringer Severiano Alves

PC do B

Daniel Almeida 1 vaga

PRONA

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Angélica Maria L. Fialho Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6218/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 534-A, DE 2002, QUE "ALTERA O ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE AS COMPETÊNCIAS DA GUARDA MUNICIPAL E CRIAÇÃO DA GUARDA NACIONAL".

Presidente: Iara Bernardi (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Durval Orlato
Devanir Ribeiro	José Mentor
Eduardo Valverde	Odair Cunha
Iara Bernardi	Patrus Ananias (Licenciado)
Mariângela Duarte	2 vagas
Paulo Rubem Santiago	
PFL	
César Bandeira	Abelardo Lupion
Coriolano Sales	José Carlos Araújo
Dr. Pinotti (Licenciado)	3 vagas
Félix Mendonça	
Paulo Magalhães	
PMDB	
Benjamin Maranhão	Edison Andrino
Cezar Schirmer	Osmar Serraglio
Gilberto Nascimento	Silas Brasileiro
Mauro Lopes	1 vaga
PSDB	
João Campos	Bosco Costa
Zenaldo Coutinho	Helenildo Ribeiro
Zulaiê Cobra	Vicente Arruda
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Francisco Garcia	Érico Ribeiro
Nelson Meurer	Julio Lopes
1 vaga	Leodegar Tiscoski
PTB	
Alberto Fraga	Ricardo Izar
Arnaldo Faria de Sá	Romeu Queiroz
PL	
Coronel Alves (Licenciado)	Humberto Michiles
Edmar Moreira	Maurício Rabelo (Licenciado)
PSB	
Givaldo Carimbão	2 vagas
Gonzaga Patriota	
PPS	
Geraldo Resende	Dimas Ramalho
Juíza Denise Frossard vaga do PSDB	
PDT	
Pompeo de Mattos	Mário Heringer
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PV	
Jovino Cândido	Leonardo Mattos

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6201 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 544-A, DE 2002, QUE "CRIA OS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DA 6ª, 7ª, 8ª E 9ª REGIÕES".

Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
1º Vice-Presidente: Custódio Mattos (PSDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Eduardo Sciarra (PFL)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Dra. Clair	Orlando Fantazzini
Eduardo Valverde	5 vagas
Gilmar Machado	
Guilherme Menezes	
Iriny Lopes	
João Magno	
PFL	
Coriolano Sales	Murilo Zauith
Eduardo Sciarra	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Fábio Souto	3 vagas
Fernando de Fabinho	
1 vaga	
PMDB	
Carlos Willian vaga do PSB	4 vagas
Mauro Lopes	
Rose de Freitas vaga do PSDB	
Wilson Santiago	
Zé Gerardo	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
PSDB	
Custódio Mattos	Affonso Camargo
Gustavo Fruet vaga do PMDB	Narcio Rodrigues
João Almeida	Sebastião Madeira
Luiz Carlos Hauly	1 vaga
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PP	
Dilceu Sperafico	Darci Coelho vaga do PFL
Herculano Anghinetti (Licenciado)	Mário Negromonte
1 vaga	2 vagas
PTB	
Iris Simões	2 vagas
José Militão	
PL	
Mário Assad Júnior	Carlos Mota
Oliveira Filho	Chico da Princesa
PSB	
André Zacharow vaga do PDT	2 vagas
Pastor Francisco Olímpio	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PPS	
Geraldo Thadeu	Cezar Silvestri
PDT	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Mário Heringer
PC do B	
Jamil Murad	1 vaga
PV	
Leonardo Mattos	Sarney Filho

Secretário(a): Leila Machado Campos de Freitas
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1399, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Sandra Rosado (PMDB)
1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)
2º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Dr. Francisco Gonçalves (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Iara Bernardi	Iriny Lopes
Luci Choinacki	Maninha
Maria do Rosário	4 vagas
Mariângela Duarte	
Selma Schons	
Telma de Souza	
PFL	
Celcita Pinheiro	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
Kátia Abreu	4 vagas
Laura Carneiro	
Nice Lobão	
Zelinda Novaes	
PMDB	
Almerinda de Carvalho	Benjamin Maranhão
Ann Pontes	Teté Bezerra
Marinha Raupp	2 vagas
Sandra Rosado	
PSDB	
Professora Raquel Teixeira (Licenciado)	Eduardo Barbosa
Thelma de Oliveira	Ronaldo Dimas
Yeda Crusius	Sebastião Madeira
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Zulaiê Cobra
PP	
Benedito de Lira	Celso Russomanno
Cleonâncio Fonseca	2 vagas
Suely Campos	
PTB	
Dr. Francisco Gonçalves	Kelly Moraes
Elaine Costa	1 vaga
PL	
Maurício Rabelo (Licenciado)	Carlos Mota
Oliveira Filho	Marcos de Jesus
PSB	
Janete Capiberibe	2 vagas
Luiza Erundina	
PPS	
Juíza Denise Frossard vaga do PSDB	Geraldo Thadeu
Maria Helena	
PDT	
Alceu Collares	Álvaro Dias
PC do B	
Alice Portugal	Jandira Feghali
PV	
Fernando Gabeira	Leonardo Mattos
S.PART.	
	Renato Cozzolino vaga do PFL

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146, DE 2003, QUE "REGULAMENTA O ART. 37 INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI PRINCÍPIOS E NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente:
1º Vice-Presidente: Enio Tatico (PL)
2º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)
3º Vice-Presidente: Abelardo Lupion (PFL)
Relator: Sérgio Miranda (PCdoB)

Titulares	Suplentes
PT	
João Grandão	6 vagas
José Pimentel	
Paulo Bernardo	
Paulo Rubem Santiago	
Vander Loubet	
1 vaga	
PMDB	
Carlos Willian vaga do PSC	5 vagas
Eliseu Padilha	
Marcelino Fraga	
Max Rosenmann	
Nelson Trad	
Zé Gerardo	
Bloco PFL, PRONA	
Abelardo Lupion	Eduardo Sciarra
Corauci Sobrinho	Pauderney Avelino
Mussa Demes	Paulo Bauer
1 vaga	1 vaga
PP	
Pedro Corrêa	3 vagas
Ricardo Barros	
Zonta	
PSDB	
João Almeida	Julio Semeghini
Léo Alcântara	Luiz Carlos Hauly
Paulo Kobayashi	Walter Feldman (Licenciado)
PTB	
Elaine Costa	Dr. Francisco Gonçalves
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	José Chaves
1 vaga	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Enio Tatico vaga do PTB	Edmar Moreira
José Santana de Vasconcellos	João Leão
Miguel de Souza	1 vaga
Milton Monti	
PPS	
Átila Lins	Geraldo Thadeu
PSB	
Gonzaga Patriota	1 vaga
PDT	
Mário Heringer	1 vaga
PC do B	
Sérgio Miranda	Vanessa Grazziotin
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PV	
Marcelo Ortiz	Edson Duarte
S.PART.	
	Zequinha Marinho vaga do PSC

Secretário(a): Carla Medeiros
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1756, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE A LEI NACIONAL DA ADOÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Maria do Rosário (PT)
1º Vice-Presidente: Zelinda Novaes (PFL)
2º Vice-Presidente: Severiano Alves (PDT)
3º Vice-Presidente: Kelly Moraes (PTB)
Relator: Teté Bezerra (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Angela Guadagnin	Luiz Couto
Fernando Ferro	Neyde Aparecida
Maria do Rosário	Terezinha Fernandes
Rubens Otoni	3 vagas
Selma Schons	
Telma de Souza	
PFL	
Corauci Sobrinho	Celcita Pinheiro
Laura Carneiro	Kátia Abreu
Paulo Bauer	Nice Lobão
Zelinda Novaes	2 vagas
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PMDB	
João Matos (Licenciado)	Ann Pontes
Marcelo Castro	Deley vaga do PV
Paulo Afonso	Marinha Raupp
Teté Bezerra	2 vagas
PSDB	
Eduardo Barbosa	Professora Raquel Teixeira (Licenciado)
Helenildo Ribeiro	Yeda Crusius
Júlio Redecker	2 vagas
Thelma de Oliveira	
PP	
Darci Coelho vaga do PFL	3 vagas
Francisco Garcia	
José Linhares	
1 vaga	
PTB	
Kelly Moraes	Jonival Lucas Junior
1 vaga	1 vaga
PL	
Marcos de Jesus	Almeida de Jesus
1 vaga	Lincoln Portela
PSB	
Luiza Erundina	2 vagas
1 vaga	
PPS	
1 vaga	1 vaga
PDT	
Severiano Alves	Enio Bacci
PC do B	
Perpétua Almeida	Jamil Murad
PV	
Marcelo Ortiz	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2377, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE LINHAS DE CRÉDITO FEDERAIS DIRECIONADAS ÀS ATIVIDADES TURÍSTICAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
André Costa	César Medeiros
João Grandão	5 vagas
José Pimentel	
Maninha	
Mariângela Duarte	
Rubens Otoni	
PMDB	
Alceste Almeida	5 vagas
Carlos Eduardo Cadoca	
João Matos (Licenciado)	
Pedro Chaves	
1 vaga	
Bloco PFL, PRONA	
Fábio Souto	4 vagas
Marcelo Guimarães Filho	
Ney Lopes	
1 vaga	
PP	
Dr. Benedito Dias	Francisco Garcia
João Pizzolatti	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
Bismarck Maia	Eduardo Paes
Carlos Alberto Leréia	Luiz Carlos Hauly
Domiciano Cabral	Professora Raquel Teixeira (Licenciado)
PTB	
Alex Canziani	Arnon Bezerra
2 vagas	2 vagas
Bloco PL, PSL	
Chico da Princesa	João Tota (Licenciado)
João Mendes de Jesus	2 vagas
Reinaldo Betão	
PPS	
Geraldo Thadeu	Nelson Proença
PSB	
Isaías Silvestre	Barbosa Neto
PDT	
Severiano Alves	Álvaro Dias
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PSC	
Costa Ferreira	1 vaga
PV	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3.337, DE 2004, QUE "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, A ORGANIZAÇÃO E O CONTROLE SOCIAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS, ACRESCE E ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997, Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999, Nº 9.961, DE 28 DE JANEIRO DE 2000, Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000, Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000, E Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001, DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Henrique Fontana (PT)
1º Vice-Presidente: Eliseu Resende (PFL)
2º Vice-Presidente: Ricardo Barros (PP)
3º Vice-Presidente:
Relator: Leonardo Picciani (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	Devanir Ribeiro
Henrique Fontana	Eduardo Valverde
Luciano Zica	José Pimentel
Mauro Passos	Telma de Souza
Paulo Bernardo	Zezéu Ribeiro
Terezinha Fernandes	1 vaga

PMDB

Eliseu Padilha — Almerinda de Carvalho
Leonardo Picciani — Cabo Júlio [vaga do PSC]
Mauro Lopes — Darcísio Perondi
Moreira Franco — Deley [vaga do PV]
Osmar Serraglio — Eduardo Cunha
Gilberto Nascimento
José Priante

Bloco PFL, PRONA

Eduardo Sciarra — Aroldo Cedraz
Eliseu Resende — José Carlos Araújo
José Roberto Arruda — Rodrigo Maia
Vilmar Rocha — 1 vaga

PP

Dr. Benedito Dias — Leodegar Tiscoski
Francisco Appio — Vadão Gomes
Ricardo Barros — 1 vaga

PSDB

Alberto Goldman — Julio Semeghini
Antonio Carlos Mendes Thame — Ronaldo Cezar Coelho (Licenciado)
1 vaga — Ronaldo Dimas

PTB

Iris Simões — Jovair Arantes
Jackson Barreto — Luiz Antonio Fleury
Jonival Lucas Junior — Nelson Marquezelli

Bloco PL, PSL

José Santana de Vasconcellos — Medeiros
Luciano Castro — Paulo Marinho
Mário Assad Júnior — 1 vaga

PPS

Fernando Coruja — Roberto Freire

PSB

Renato Casagrande — 1 vaga

PDT

1 vaga — Severiano Alves

PC do B

Sérgio Miranda — Inácio Arruda

PSC

(Dep. S.PART. ocupa a vaga) — (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PV

Sarney Filho — (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

S.PART.

Renato Cozzolino [vaga do PSC]

Secretário(a): Leila Machado
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PL Nº 3638, DE 2000, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Leonardo Mattos (PV)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Celso Russomanno (PP)

Titulares — **Suplentes**

PT

Angela Guadagnin — 6 vagas
Antônio Carlos Biffi
Assis Miguel do Couto
Luci Choinacki
Maria do Rosário
Neyde Aparecida

PMDB

Almerinda de Carvalho — Deley [vaga do PV]
Marinha Raupp — 5 vagas
Osvaldo Biolchi
Pastor Amarildo [vaga do PSC]
Rose de Freitas
1 vaga

Bloco PFL, PRONA

Laura Carneiro — 4 vagas
Milton Barbosa
Zelinda Novaes
1 vaga

PP

Celso Russomanno — José Linhares
Ildeu Araujo — Suely Campos
Julio Lopes — 1 vaga

PSDB

Eduardo Barbosa — Rafael Guerra
Professora Raquel Teixeira (Licenciado) — Walter Feldman (Licenciado)
Thelma de Oliveira — (Dep. do PPS ocupa a vaga)

PTB

Arnaldo Faria de Sá — Luiz Antonio Fleury
Pastor Reinaldo — Marcus Vicente
Ricardo Izar — 1 vaga

Bloco PL, PSL

Lincoln Portela — Coronel Alves (Licenciado)
Maurício Rabelo (Licenciado) — Marcos de Jesus
Paulo Gouvêa — 1 vaga

PPS

1 vaga — Juíza Denise Frossard [vaga do PSDB]
1 vaga

PSB

Luciano Leitoa — 1 vaga

PDT

Severiano Alves — Enio Bacci

PC do B

Daniel Almeida — 1 vaga

PSC

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — Costa Ferreira

PV

Leonardo Mattos — (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A
Telefones: 216.6203
FAX: 216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3884, DE 2004, QUE "INSTITUI NORMAS GERAIS DE CONTRATOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS, BEM COMO DE CONTRATOS DE PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO DE GESTÃO ASSOCIADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares — **Suplentes**

PT

Angela Guadagnin — Orlando Desconsi
Antonio Carlos Biscaia — Reginaldo Lopes
Carlos Abicalil — 4 vagas
Maria do Carmo Lara
Neyde Aparecida
Zezéu Ribeiro

PMDB

Deley [vaga do PV] — Carlos Willian [vaga do PSC]
Eliseu Padilha — 5 vagas
Gervásio Oliveira [vaga do PDT]
João Magalhães
Max Rosenmann

Pastor Amarildo vaga do PSC
Paulo Afonso
Zé Gerardo

Bloco PFL, PRONA

Fábio Souto — 4 vagas
Fernando de Fabinho
José Carlos Aleluia
José Rocha

PP

3 vagas — 3 vagas

PSDB

Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) — Alberto Goldman
Antonio Carlos Pannunzio — Gonzaga Mota
Bismarck Maia — Yeda Crusius

PTB

Eduardo Seabra — Jackson Barreto
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) — 2 vagas
1 vaga

Bloco PL, PSL

Almeida de Jesus — 3 vagas
Almir Sá
Enio Tatico vaga do PTB
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)

PPS

Geraldo Thadeu — 1 vaga

PSB

Alexandre Cardoso — Luciano Leitoa

PDT

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — Mário Heringer

PC do B

Perpétua Almeida — 1 vaga

PSC

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PV

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — 1 vaga

S.PART.

Almir Moura vaga do Bloco PL, PSL
Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OFERECER PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO RECEBIDAS PELO PROJETO DE LEI Nº 4874, DE 2001, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO DESPORTO".

Presidente: Deley (PMDB)
1º Vice-Presidente: Marcelo Guimarães Filho (PFL)
2º Vice-Presidente: Bismarck Maia (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Gilmar Machado (PT)

Titulares — **Suplentes**

PT

César Medeiros — Antônio Carlos Biffi
Dr. Rosinha — 5 vagas
Gilmar Machado
João Grandão
Jorge Bittar
Mariângela Duarte

PMDB

Aníbal Gomes — Nelson Bornier
Carlos Willian vaga do PSC — Tadeu Filippelli (Licenciado)
Darcísio Perondi — 3 vagas
Deley vaga do PV
Gastão Vieira
Pedro Chaves
Wilson Santiago

Bloco PFL, PRONA

José Roberto Arruda — Claudio Cajado
José Rocha — Corauci Sobrinho
Marcelo Guimarães Filho — Davi Alcolumbre vaga do PDT
Ronaldo Caiado — Onyx Lorenzoni
Rodrigo Maia

PP

Ivan Ranzolin — Pedro Corrêa
Julio Lopes — 2 vagas
Ronivon Santiago

PSDB

Bismarck Maia — Lobbe Neto
Léo Alcântara — Nilson Pinto
Silvio Torres — Professora Raquel Teixeira (Licenciado)

PTB

José Militão — Josué Bengtson
Jovair Arantes — Sandro Matos
Marcus Vicente — 1 vaga

Bloco PL, PSL

Carlos Rodrigues — João Mendes de Jesus
Júnior Betão vaga do PPS — João Tota (Licenciado)
Paulo Marinho — Maurício Rabelo (Licenciado)
Reinaldo Betão

PPS

(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) — Cláudio Magrão

PSB

Dr. Ribamar Alves — Luciano Leitoa

PDT

Pompeo de Mattos — (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

PC do B

Daniel Almeida — 1 vaga

PSC

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — Costa Ferreira

PV

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — Leonardo Mattos

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A
Telefones: 216.6211

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 184, DE 2004, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE - SUDECO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Carlos Abicalil (PT)
1º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (PFL)
2º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Sandro Mabel (PL)

Titulares — **Suplentes**

PT

Antônio Carlos Biffi — Maninha
Carlos Abicalil — Sigmaringa Seixas
João Grandão — 4 vagas
Neyde Aparecida
Rubens Otoni
Wasny de Roure

PMDB

Luiz Bittencourt — Leandro Vilela
Nelson Trad — 4 vagas
Pastor Amarildo vaga do PSC
Pedro Chaves
Teté Bezerra
Waldemir Moka

Bloco PFL, PRONA

Celcita Pinheiro — José Roberto Arruda
Murilo Zauith — Vilmar Rocha
Ronaldo Caiado — 2 vagas
1 vaga

PP

Darci Coelho	Pedro Henry
Leonardo Vilela (Licenciado)	Sandes Júnior
1 vaga	1 vaga
PSDB	
Carlos Alberto Leréia	Ronaldo Dimas
João Campos	Vittorio Medioli
Professora Raquel Teixeira (Licenciado)	1 vaga
PTB	
Jovair Arantes	3 vagas
Ricarte de Freitas (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	
Bloco PL, PSL	
Enio Tatico vaga do PTB	Luciano Castro
Jorge Pinheiro	Maurício Rabelo (Licenciado)
Lincoln Portela vaga do PV	Miguel de Souza
Sandro Mabel	
1 vaga	
PPS	
Geraldo Resende	Júlio Delgado
PSB	
Barbosa Neto	1 vaga
PDT	
Severiano Alves	Mário Heringer
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PV	
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	1 vaga
S.PART.	
	Zequinha Marinho vaga do PSC

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6206/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".

Presidente: Marcelino Fraga (PMDB)
1º Vice-Presidente: José Pimentel (PT)
2º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Zezéu Ribeiro (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fátima Bezerra	João Alfredo
José Pimentel	Josias Gomes
Leonardo Monteiro	Luiz Alberto
Luiz Couto	Maurício Rands
Paulo Rubem Santiago	Terezinha Fernandes
Zezéu Ribeiro	1 vaga
PFL	
André de Paula	José Carlos Araújo
César Bandeira	4 vagas
Fábio Souto	
Luiz Carreira	
1 vaga	
PMDB	
Jorge Alberto	Carlos Eduardo Cadoca
Marcelino Fraga	Mauro Lopes
Mauro Benevides	Moraes Souza
Sandra Rosado	Zé Gerardo
PSDB	
Antonio Cambraia	Átila Lira
Bosco Costa	Gonzaga Mota
Helenildo Ribeiro	João Castelo
João Almeida	1 vaga
PP	
Benedito de Lira	Enivaldo Ribeiro
Cleonâncio Fonseca	Márcio Reinaldo Moreira
Ricardo Fiuza	Wagner Lago vaga do PDT
	Zé Lima
PTB	
Armando Monteiro	2 vagas
1 vaga	
PL	
Jaime Martins	Sandro Mabel
1 vaga	1 vaga
PSB	
Isaías Silvestre	Eduardo Campos (Licenciado)
Maurício Quintella Lessa (Licenciado)	1 vaga
PPS	
B. Sá	1 vaga
PDT	
Álvaro Dias	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PC do B	
Renildo Calheiros	Inácio Arruda
PRONA	
Elimar Máximo Damasceno	1 vaga

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6211 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 91, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".

Presidente: Átila Lins (PPS)
1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)
2º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)
3º Vice-Presidente: Hamilton Casara (PL)
Relator: Paulo Rocha (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Anselmo	Eduardo Valverde
Carlos Abicalil	Nilson Mourão
Hélio Esteves	Zé Geraldo
Henrique Afonso	Zico Bronzeado
Paulo Rocha	2 vagas
Terezinha Fernandes	
PFL	
Kátia Abreu	Clóvis Fecury
Pauderney Avelino	Davi Alcolumbre vaga do PDT
Vic Pires Franco	Francisco Rodrigues
(Dep. do PP ocupa a vaga)	3 vagas
1 vaga	
PMDB	
Alceste Almeida	Ann Pontes
Asdrubal Bentes	Deley vaga do PV
Marinha Raupp	Wladimir Costa
Osvaldo Reis	2 vagas
PSDB	
Nicias Ribeiro	Anivaldo Vale
Nilson Pinto	João Castelo

(Dep. do PL ocupa a vaga) Zenaldo Coutinho
1 vaga 1 vaga

PP

Darci Coelho vaga do PFL Zé Lima
Francisco Garcia 2 vagas
Ronivon Santiago
Suely Campos

PTB

Pastor Frankembergen Josué Bengtson
Silas Câmara 1 vaga

PL

Hamilton Casara vaga do PSDB Coronel Alves (Licenciado) vaga do PSB
Humberto Michiles Luciano Castro
Raimundo Santos Maurício Rabelo (Licenciado)

PSB

Dr. Ribamar Alves (Dep. do PL ocupa a vaga)
Janete Capiberibe 1 vaga

PPS

Átila Lins 1 vaga

PDT

Dr. Rodolfo Pereira (Dep. do PFL ocupa a vaga)

PC do B

Perpétua Almeida Vanessa Grazziotin

PV

Sarney Filho (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6215 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA PREVIDENCIÁRIA.

Presidente: Roberto Brant (PFL)
1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (PFL)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Pimentel (PT)

Titulares **Suplentes**

PT

Arlindo Chinaglia Adão Pretto
Dr. Rosinha Assis Miguel do Couto
Eduardo Valverde Durval Orlato
Henrique Fontana Guilherme Menezes
Ivan Valente Maninha vaga do PSB
José Pimentel Mariângela Duarte vaga do PSB
Nilson Mourão Roberto Gouveia
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
1 vaga

PFL

Félix Mendonça vaga do PTB Jair Bolsonaro vaga do PTB
Gervásio Silva Luiz Carreira
Murilo Zauith Vic Pires Franco
Onyx Lorenzoni Vilmar Rocha
Roberto Brant (Dep. do PTB ocupa a vaga)
Robson Tuma (Dep. do PL ocupa a vaga)
(Dep. do PP ocupa a vaga) (Dep. do PP ocupa a vaga)

PMDB

Adelor Vieira Osvaldo Biolchi
Alexandre Santos vaga do PSDB 4 vagas
Darcísio Perondi
Jorge Alberto
Mendes Ribeiro Filho
(Dep. do PTB ocupa a vaga)

PSDB

Alberto Goldman Anivaldo Vale
Custódio Mattos Bismarck Maia
Eduardo Barbosa João Campos
Yeda Crusius (Dep. do PP ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga) 1 vaga

PP

Darci Coelho vaga do PFL Feu Rosa vaga do PSDB
José Linhares Ivan Ranzolin
2 vagas Reginaldo Germano vaga do PFL
Ronivon Santiago
1 vaga

PTB

Alberto Fraga vaga do PMDB Marcondes Gadelha vaga do PFL
Arnaldo Faria de Sá Ricardo Izar
Dr. Francisco Gonçalves Vicente Cascione
(Dep. do PFL ocupa a vaga) (Dep. do PFL ocupa a vaga)

PL

Carlos Mota Humberto Michiles
Chico da Princesa Maurício Rabelo (Licenciado)
Medeiros Paulo Marinho vaga do PFL
Wellington Roberto

PSB

Paulo Baltazar (Dep. do PT ocupa a vaga)
1 vaga (Dep. do PT ocupa a vaga)

PPS

1 vaga Geraldo Thadeu

PDT

Alceu Collares (Dep. do PSL ocupa a vaga)

PC do B

Jandira Feghali Alice Portugal

PRONA

Enéas 1 vaga

PSL

João Mendes de Jesus vaga do PDT

S.PART.

Luciana Genro vaga do PT

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 216-6215 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA DO JUDICIÁRIO.

Presidente: José Eduardo Cardozo (PT)
1º Vice-Presidente: João Alfredo (PT)
2º Vice-Presidente: Nelson Trad (PMDB)
3º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)

Titulares **Suplentes**

PT

Antonio Carlos Biscaia Iriny Lopes
Dra. Clair Mariângela Duarte
João Alfredo 5 vagas
José Eduardo Cardozo
José Mentor
Maurício Rands
Rubinelli

PFL

Coriolano Sales Jair Bolsonaro vaga do PTB
Jairo Carneiro José Mendonça Bezerra
Luiz Carlos Santos Robério Nunes
Mendonça Prado (Licenciado) Vilmar Rocha
(Dep. do PP ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)
(Dep. do PTB ocupa a vaga) 2 vagas

PMDB

Bernardo Ariston Osmar Serraglio
Carlos Willian vaga do PSB Paulo Lima
Marcelino Fraga 3 vagas
Nelson Trad
Wilson Santiago
1 vaga

PSDB

Aloysio Nunes Ferreira Bonifácio de Andrada
(Licenciado)
João Campos Bosco Costa

Vicente Arruda	Nicias Ribeiro
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Zenaldo Coutinho
1 vaga	Zulaiê Cobra

PP

Darci Coelho vaga do PFL	Celso Russomanno
Feu Rosa	Nélio Dias
Ibrahim Abi-ackel	Roberto Balestra (Licenciado)
Ricardo Fiuza	
Wagner Lago vaga do PDT	

PTB

Luiz Antonio Fleury	Arnaldo Faria de Sá
Paes Landim vaga do PFL	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
Vicente Cascione	1 vaga
1 vaga	

PL

Carlos Mota	João Paulo Gomes da Silva
José Santana de Vasconcellos	Paulo Marinho vaga do PFL
1 vaga	Raimundo Santos
	Wellington Roberto

PSB

Renato Casagrande	2 vagas
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	

PPS

Dimas Ramalho	Fernando Coruja
Juíza Denise Frossard vaga do PSDB	

PDT

(Dep. do PP ocupa a vaga)	Pompeo de Mattos

PC do B

Perpétua Almeida	1 vaga

PRONA

1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6201 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA POLÍTICA.

Presidente: Alexandre Cardoso (PSB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Ronaldo Caiado (PFL)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Chico Alencar	César Medeiros
Devanir Ribeiro	Colombo
Fernando Ferro	João Alfredo
José Eduardo Cardozo	Luiz Sérgio
Luiz Couto	Maria do Carmo Lara
Paulo Delgado	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Rubens Otoni	1 vaga
PFL	
André de Paula	Antonio Carlos Magalhães Neto
Luiz Carlos Santos	Eduardo Sciarra
Marcos Abramo	José Rocha
Roberto Magalhães vaga do PTB	Marcelo Guimarães Filho
Ronaldo Caiado	Paulo Bauer
Vic Pires Franco	Zelinda Novaes
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
PMDB	
Cezar Schirmer	Almerinda de Carvalho
José Divino	Jorge Alberto
Marcelino Fraga	Leandro Vilela
Osmar Serraglio	Mauro Benevides
Osvaldo Biolchi	Vieira Reis
PSDB	
Affonso Camargo	Carlos Alberto Leréia
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	Nicias Ribeiro
Bonifácio de Andrada	Thelma de Oliveira
João Almeida	Vicente Arruda
Professora Raquel Teixeira (Licenciado)	1 vaga
PP	
Agnaldo Muniz vaga do PPS	Francisco Dornelles
Leodegar Tiscoski	Nélio Dias
Mário Negromonte	Ricardo Barros
Nilton Baiano	
PTB	
Jackson Barreto	Edna Macedo
Paes Landim vaga do PFL	José Múcio Monteiro
Philemon Rodrigues	Neuton Lima
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	
PL	
Carlos Rodrigues	Almeida de Jesus
João Paulo Gomes da Silva	Mário Assad Júnior
Lincoln Portela	Oliveira Filho
PSB	
Alexandre Cardoso	2 vagas
Luiza Erundina	
PPS	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Átila Lins
PDT	
Severiano Alves	João Fontes vaga do PT
	Mário Heringer
PC do B	
Renildo Calheiros	Inácio Arruda
PV	
Jovino Cândido	Marcelo Ortiz

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6214 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA.

Presidente: Vicentinho (PT)
1º Vice-Presidente: Maurício Rands (PT)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Chaves (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlos Santana	Antônio Carlos Biffi
Dra. Clair	Antonio Carlos Biscaia
Luiz Alberto	Henrique Afonso
Maurício Rands	Josias Gomes
Orlando Desconsi	Neyde Aparecida
Paulo Rocha	Tarcísio Zimmermann
Vicentinho	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PFL	
Coriolano Sales	Celcita Pinheiro
João Batista	Gerson Gabrielli
Paulo Bauer	Onyx Lorenzoni
Robson Tuma	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Vilmar Rocha	2 vagas
(Dep. do PL ocupa a vaga)	
PMDB	
Leonardo Picciani	Jefferson Campos
Marcelo Teixeira	Leandro Vilela
Wladimir Costa	Pastor Pedro Ribeiro
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Takayama
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
Antonio Carlos Pannunzio	Ariosto Holanda

Carlos Alberto Leréia	Átila Lira
Eduardo Paes	Carlos Sampaio
Ronaldo Dimas	2 vagas
Zenaldo Coutinho	

PP

Francisco Dornelles	Leonardo Vilela (Licenciado)
Nelson Meurer	Luis Carlos Heinze
Roberto Balestra (Licenciado)	Vadão Gomes

PTB

Iris Simões	Homero Barreto
Joaquim Francisco	Paes Landim vaga do PFL
José Chaves vaga do PMDB	Philemon Rodrigues
José Múcio Monteiro	1 vaga

PL

Miguel de Souza	Heleno Silva
Paulo Marinho vaga do PFL	Milton Monti
Sandro Mabel	Raimundo Santos
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	

PSB

Dr. Ribamar Alves	Luciano Leitoa vaga do PDT
Isaías Silvestre	2 vagas

PPS

Cláudio Magrão	Raul Jungmann
Maria Helena vaga do PMDB	

PDT

Pompeo de Mattos	(Dep. do PSB ocupa a vaga)

PC do B

Daniel Almeida	Jamil Murad

PRONA

1 vaga	1 vaga

S.PART.

Almir Moura vaga do PL	Babá vaga do PT

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 216-6206 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.

Presidente: Mussa Demes (PFL)
1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)
2º Vice-Presidente: Carlos Eduardo Cadoca (PMDB)
3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
Relator: Virgílio Guimarães (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlito Merss	Paulo Pimenta
Jorge Bittar	Reginaldo Lopes
José Mentor	Telma de Souza
Paulo Bernardo	Vignatti
Paulo Rubem Santiago	Wasny de Roure
Virgílio Guimarães	(Dep. do PV ocupa a vaga)
Walter Pinheiro	1 vaga
PFL	
Gerson Gabrielli	Aroldo Cedraz
José Carlos Machado	Eduardo Sciarra
José Roberto Arruda	Eliseu Resende
Mussa Demes	Gervásio Silva
Pauderney Avelino	Júlio Cesar
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Vic Pires Franco
PMDB	
Carlos Eduardo Cadoca	Ann Pontes
Luiz Bittencourt	Jorge Alberto
Lupércio Ramos vaga do PPS	Paulo Afonso
Marcelo Teixeira	Pedro Chaves
Max Rosenmann	1 vaga
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
PSDB	
Antonio Cambraia	Anivaldo Vale
Eduardo Paes vaga do PFL	Antonio Carlos Mendes Thame
Julio Semeghini	Gonzaga Mota
Luiz Carlos Hauly	Yeda Crusius
Narcio Rodrigues	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Walter Feldman (Licenciado)	
PP	
Delfim Netto	Augusto Nardes
Francisco Dornelles	Márcio Reinaldo Moreira
Romel Anizio	1 vaga
PTB	
Armando Monteiro vaga do PMDB	Arnon Bezerra vaga do PSDB
José Militão	Pedro Fernandes
Nelson Marquezelli	(Dep. do PL ocupa a vaga)
1 vaga	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PL	
Edmar Moreira	Enio Tatico vaga do PTB
João Leão	Jaime Martins
Sandro Mabel	João Paulo Gomes da Silva
	Reinaldo Betão
PSB	
André Zacharow vaga do PDT	Pastor Francisco Olímpio
Beto Albuquerque	1 vaga
Renato Casagrande	
PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PDT	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	João Herrmann Neto vaga do PPS
	1 vaga
PC do B	
Sérgio Miranda	Vanessa Grazziotin
PV	
Edson Duarte	Fernando Gabeira vaga do PT
	Leonardo Mattos
S.PART.	
	Zequinha Marinho vaga do PTB

Secretário(a): Angélica Maria Landim Fialho de Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 216-6218 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OUVIR OS DIVERSOS POSICIONAMENTOS A RESPEITO DO TEMA E PROPOR MEDIDAS VISANDO A REFORMA UNIVERSITÁRIA.

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
6 vagas	6 vagas
PMDB	
Gastão Vieira	Osmar Serraglio
João Matos (Licenciado)	4 vagas
Marinha Raupp	
Osvaldo Biolchi	
1 vaga	
Bloco PFL, PRONA	
César Bandeira	4 vagas
Clóvis Fecury	
Corauci Sobrinho	
Murilo Zauith	
PP	
Feu Rosa	Márcio Reinaldo Moreira
Professor Irapuan Teixeira	Ronivon Santiago
Simão Sessim	Suely Campos
Vanderlei Assis	Wagner Lago
PSDB	
Átila Lira	Bonifácio de Andrada
Nilson Pinto	Lobbe Neto
Professora Raquel Teixeira	Rafael Guerra

(Licenciado)

PTB

Alberto Fraga — Alex Canziani
Eduardo Seabra — Elaine Costa
Jonival Lucas Junior — Paes Landim

Bloco PL, PSL

Carlos Mota — Pedro Irujo
Milton Monti — (Dep. S.PART. ocupa a vaga)
Paulo Marinho — 1 vaga

PPS

Rogério Teófilo — Fernando Coruja

PSB

Luciano Leitoa — 1 vaga

PDT

Severiano Alves — 1 vaga

PC do B

Alice Portugal — Jamil Murad

PSC

Costa Ferreira — 1 vaga

PV

Sarney Filho — Marcelo Ortiz

S.PART.

Almir Moura vaga do Bloco PL, PSL

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO N º 29, DE 1993.

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares — **Suplentes**

PT

Antonio Carlos Biscaia

PMDB

Mendes Ribeiro Filho

PFL

Moroni Torgan
Secretário(a): Tarcísio
Local: CEDI
Telefones: 216-5615 / 5625

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR O TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS".

Presidente: Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB)
1º Vice-Presidente: Moacir Micheletto (PMDB)
2º Vice-Presidente: Josué Bengtson (PTB)
3º Vice-Presidente: Perpétua Almeida (PCdoB)
Relator: Sarney Filho (PV)

Titulares — **Suplentes**

PT

Dr. Rosinha — João Alfredo
Henrique Afonso — 3 vagas
Leonardo Monteiro
Nilson Mourão

PMDB

Gervásio Oliveira vaga do PDT — 3 vagas
Leandro Vilela
Luiz Bittencourt
Moacir Micheletto

Bloco PFL, PRONA

João Carlos Bacelar — 3 vagas
Robson Tuma
1 vaga

PP

Benedito de Lira — Roberto Balestra (Licenciado)
Francisco Garcia — 1 vaga

PSDB

Antonio Carlos Mendes Thame — Nicias Ribeiro
Nilson Pinto — Thelma de Oliveira

PTB

Antonio Cruz — Pastor Reinaldo
Josué Bengtson — 1 vaga

Bloco PL, PSL

Coronel Alves (Licenciado) — 2 vagas
Hamilton Casara vaga do PSB
Miguel de Souza

PPS

Maria Helena — 1 vaga

PSB

(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) — 1 vaga

PDT

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — Dr. Rodolfo Pereira

PC do B

Perpétua Almeida — Vanessa Grazziotin

PV

Sarney Filho — Edson Duarte
Secretário(a): Saulo Augusto
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B
Telefones: 216-6276/6252
FAX: 216-6285

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR A AÇÃO CRIMINOSA DAS MILÍCIAS PRIVADAS E DOS GRUPOS DE EXTERMÍNIO EM TODA A REGIÃO NORDESTE".

Presidente: Bosco Costa (PSDB)
1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB)
2º Vice-Presidente: Luiz Alberto (PT)
3º Vice-Presidente: Geraldo Thadeu (PPS)
Relator: Luiz Couto (PT)

Titulares — **Suplentes**

PT

Fernando Ferro — Guilherme Menezes
João Alfredo — José Pimentel
Luiz Alberto — Maurício Rands
Luiz Couto — Nelson Pellegrino

PFL

José Carlos Araújo — Davi Alcolumbre vaga do PDT
José Carlos Machado vaga do PRONA — Fernando de Fabinho
Marcelo Guimarães Filho — Rodrigo Maia
1 vaga — 1 vaga

PMDB

Josias Quintal — Pastor Pedro Ribeiro
Marcelo Castro — Sandra Rosado
Mauro Lopes — 1 vaga

PSDB

Bosco Costa — Carlos Sampaio
Helenildo Ribeiro — João Campos
Vicente Arruda — 1 vaga

PP

Enivaldo Ribeiro — Márcio Reinaldo Moreira
Mário Negromonte — Nélio Dias

PTB

Jonival Lucas Junior — Arnaldo Faria de Sá
Romeu Queiroz — Osmânio Pereira

PL

Marcos de Jesus — Almeida de Jesus
1 vaga — Edmar Moreira

PSB

Dr. Ribamar Alves — 1 vaga

PPS

Geraldo Thadeu — Colbert Martins

PDT

1 vaga — (Dep. do PFL ocupa a vaga)

PC do B

Daniel Almeida — 1 vaga

PRONA

(Dep. do PFL ocupa a vaga) — Elimar Máximo Damasceno

Secretário(a): Francisco de Assis Diniz
Local: Anexo II, Sala 151-B
Telefones: 216-6213 / 6252
FAX: 216-6285

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO E O PAPEL NELE DESEMPENHADO PELO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES.

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	4 vagas
Jorge Boeira	
Mauro Passos	
1 vaga	
PMDB	
Marcello Siqueira	Josias Quintal
Marinha Raupp	2 vagas
Pastor Amarildo vaga do PSC	
Wladimir Costa	
Bloco PFL, PRONA	
José Carlos Aleluia	3 vagas
José Carlos Araújo	
Pauderney Avelino	
PP	
João Pizzolatti	Ricardo Barros
Mário Negromonte	Vadão Gomes
PSDB	
João Almeida	Antonio Cambraia
Silvio Torres	Rafael Guerra
PTB	
Osmânio Pereira	Arnaldo Faria de Sá
Salvador Zimbaldi	Marcus Vicente
Bloco PL, PSL	
Giacobo	Jaime Martins
Inaldo Leitão	Luciano Castro
PPS	
B. Sá	Colbert Martins
PSB	
Jorge Gomes	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PDT	
Luiz Piauhylino	Enio Bacci
	Jurandir Boia vaga do PSB
PC do B	
Sérgio Miranda	Vanessa Grazziotin
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
S.PART.	
	Renato Cozzolino vaga do PSC

Secretário(a): -

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DO TRÁFICO DE ARMAS.

Presidente: Moroni Torgan (PFL)
1º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PFL)
2º Vice-Presidente: Josias Quintal (PMDB)
3º Vice-Presidente: Neucimar Fraga (PL)
Relator: Paulo Pimenta (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Luiz Couto	Antonio Carlos Biscaia
Odair Cunha	José Eduardo Cardozo
Paulo Pimenta	2 vagas
Rubinelli	
PMDB	
Gervásio Oliveira	Cabo Júlio
Josias Quintal	Gilberto Nascimento
Mauro Lopes	2 vagas
Nelson Trad	
Bloco PFL, PRONA	
Laura Carneiro	Eduardo Sciarra
Moroni Torgan	Onyx Lorenzoni
Robson Tuma	1 vaga
PSDB	
Carlos Sampaio	Bosco Costa
João Campos	Capitão Wayne
	Zulaiê Cobra vaga do PTB
PP	
Nilton Baiano	Francisco Appio
Reginaldo Germano	Mário Negromonte
PTB	
Alberto Fraga	Luiz Antonio Fleury
Arnaldo Faria de Sá	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PL	
Neucimar Fraga	Carlos Mota
1 vaga	Medeiros
PPS	
Juíza Denise Frossard	Colbert Martins
PSB	
Paulo Baltazar	1 vaga
PDT	
Pompeo de Mattos	Alceu Collares
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PV	
Edson Duarte	Jovino Cândido

Secretário(a): Manoel Alvim
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B
Telefones: 216-6210/6252
FAX: 216-6285

REQUER A INSTALAÇÃO DE COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E TOMAR MEDIDAS CABÍVEIS NAS DENÚNCIAS DE DESVIO DE VERBAS FEDERAIS RELATIVAS À SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Titulares	Suplentes
PT	
Chico Alencar	
PMDB	
José Divino	
PFL	
Laura Carneiro	
PSB	
Alexandre Cardoso	
PC do B	
Jandira Feghali	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES DO ASSASSINATO DOS AUDITORES FISCAIS E DO MOTORISTA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, NA REGIÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS, NA CIDADE DE UNAÍ.

Coordenador: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)
Relator: Carlos Mota (PL)

Titulares **Suplentes**

PT

Eduardo Valverde
Luiz Eduardo Greenhalgh
Virgílio Guimarães

PFL

José Roberto Arruda

PSDB

Eduardo Barbosa

PTB

Arnaldo Faria de Sá

PL

Carlos Mota

PPS

Colbert Martins

PCdoB

Sérgio Miranda

Secretário(a): Maria de Fátima Moreira
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6204/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE SUCESSIVOS ATAQUES, SEGUIDOS DE MORTE, PRATICADOS CONTRA MORADORES DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO.

Coordenador: Orlando Fantazzini (PT)

Titulares **Suplentes**

PT

Luiz Eduardo Greenhalgh
Orlando Fantazzini

PMDB

Gilberto Nascimento
Jefferson Campos

Bloco PFL, PRONA

Dr. Pinotti (Licenciado)

PP

Celso Russomanno

PSDB

Zulaiê Cobra

PTB

Arnaldo Faria de Sá

Bloco PL, PSL

Wanderval Santos

PPS

Geraldo Thadeu

PSB

Luiza Erundina

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VERIFICAR, "IN LOCO", AS CAUSAS DO INCÊNDIO E BUSCAR CONHECIMENTO PARA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS POSSAM DESENVOLVER O ESTADO DE RORAIMA.

Titulares **Suplentes**

PT

Josias Gomes
Paulo Rocha
Professor Luizinho
Zico Bronzeado

PMDB

Alceste Almeida

PFL

Francisco Rodrigues

PTB

Pastor Frankembergen

PP

Suely Campos

PDT

Dr. Rodolfo Pereira

PC do B

Vanessa Grazziotin

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A REALIZAR VISITAS ÀS INSTALAÇÕES DE ENRIQUECIMENTO DE URÂNIO LOCALIZADAS EM RESENDE - RJ, EM CAITITÉ - BA EM OUTROS MUNICÍPIOS, E ELABORAR RELATÓRIO DESCRITIVO, CONTENDO ANÁLISE E AVALIAÇÃO CIRCUNSTANCIAL DOS PROCESSOS E PRECEDIMENTOS OBSERVADOS NO PROJETO NUCLEAR BRASILEIRO.

Titulares **Suplentes**

PT

Maninha
Zarattini

PMDB

Moreira Franco

PFL

Carlos Melles
Jair Bolsonaro
Murilo Zauith
Robério Nunes

PSDB

Antonio Carlos Pannunzio

PP

Feu Rosa
Ivan Ranzolin

PL

Marcos de Jesus

PDT

João Herrmann Neto

PV

Edson Duarte
Fernando Gabeira

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR A BAHIA E AVERIGUAR AS RAZÕES DO CONFLITO ENTRE OS MÉDICOS BAIANOS E OS PLANOS DE SAÚDE.

Titulares **Suplentes**

PT

Angela Guadagnin
Guilherme Menezes
Nelson Pellegrino

PMDB

Geddel Vieira Lima
Jorge Alberto

Bloco PFL, PRONA

José Rocha
1 vaga

PP

Nilton Baiano
Vanderlei Assis

PSDB

João Almeida

PTB

Jonival Lucas Junior

Bloco PL, PSL

Amauri Gasques

PPS

Colbert Martins

PSB

Jorge Gomes

PC do B

Alice Portugal

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A AVERIGUAR A SITUAÇÃO DE CONFLITO EXISTENTE ENTRE OS MORADORES E O IBAMA, NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, NO ESTADO DO PARANÁ.

Titulares **Suplentes**

PT

Assis Miguel do Couto

PMDB

Osmar Serraglio

PFL

Eduardo Sciarra

PSDB

Luiz Carlos Hauly

PP

Nelson Meurer

PTB

Alex Canziani

PV

Fernando Gabeira

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE O ENVENENAMENTO DE ANIMAIS OCORRIDO NA FUNDAÇÃO ZOOLÓGICO DE SÃO PAULO.

Coordenador: Marcelo Ortiz (PV)

Titulares **Suplentes**

PT

Devanir Ribeiro

Roberto Gouveia

PMDB

Ann Pontes

(Dep. do PV ocupa a vaga)

Bloco PFL, PRONA

Dr. Pinotti (Licenciado)

(Dep. do PV ocupa a vaga)

PP

Ildeu Araujo

Professor Irapuan Teixeira

PSDB

Antonio Carlos Mendes Thame

PTB

Arnaldo Faria de Sá

Bloco PL, PSL

Amauri Gasques

PPS

Geraldo Thadeu

PSB

1 vaga

PV

Edson Duarte vaga do PMDB

Marcelo Ortiz

Sarney Filho vaga do Bloco PFL, PRONA

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6209/6232

FAX: 216-6225

COMISSÃO EXTERNA, SEM ÔNUS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA A AVERIGUAR, "IN LOCO", A MORTE DE CRIANÇAS INDÍGENAS POR DESNUTRIÇÃO NO MATO GROSSO E NO MATO GROSSO DO SUL.

Coordenador: Geraldo Resende (PPS)

Titulares **Suplentes**

PT

João Grandão

PMDB

Teté Bezerra

Thaís Barbosa

PSDB

Thelma de Oliveira

PPS

Geraldo Resende

PCdoB

Perpétua Almeida

PV

Fernando Gabeira

Secretário(a): Ana Clara Fonseca

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6235/6232

FAX: 215-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS CONFRONTOS ENTRE OS GARIMPEIROS E ÍNDIOS CINTA-LARGA PELA EXPLORAÇÃO ILEGAL DO GARIMPO DE DIAMANTES NA RESERVA ROOSEVELT, SITUADA NO SUL DE RONDÔNIA.

Coordenador: Alberto Fraga (PTB)

Relator: Luis Carlos Heinze (PP)

Titulares **Suplentes**

PT

Carlos Abicalil

Eduardo Valverde

PP

Agnaldo Muniz

Luis Carlos Heinze

PTB

Alberto Fraga

Nilton Capixaba

PL

Miguel de Souza

PCdoB

Perpétua Almeida

PV

Edson Duarte

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6211/6232

FAX: 216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR AS UNIDADES PRISIONAIS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DESENVOLVER DIÁLOGO COM AS AUTORIDADES DO ESTADO PERTINENTES À ÁREA, COM VISTAS A BUSCAR SOLUÇÃO PARA A GRAVE CRISE DO SETOR.

Coordenador: Mário Heringer (PDT)

Titulares **Suplentes**

PT

Antonio Carlos Biscaia

Chico Alencar

PMDB

Gilberto Nascimento

Josias Quintal

Bloco PFL, PRONA

Laura Carneiro

PP

Reginaldo Germano

PSDB

(Dep. do PPS ocupa a vaga)

Bloco PL, PSL

Wanderval Santos

(Dep. S.PART. ocupa a vaga)

PPS

Geraldo Thadeu

Juíza Denise Frossard vaga do PSDB

PSB

Alexandre Cardoso

PDT

Mário Heringer

S.PART.

Almir Moura [vaga do Bloco PL, PSL]

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA COM A FINALIDADE DE AVERIGUAR AS CAUSAS E A EXTENSÃO DOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE PELO VAZAMENTO DE UMA BARRAGEM DE REJEITOS DA INDÚSTRIA CATAGUASES DE PAPEL LTDA., ATINGINDO MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E DO RIO DE JANEIRO.

Coordenador: César Medeiros (PT)

Relator: Renato Cozzolino (S.PART.)

Titulares **Suplentes**

PT

César Medeiros

Leonardo Monteiro

PMDB

Deley

Luiz Bittencourt

Nelson Bornier

PP

Julio Lopes

PTB

Sandro Matos

PV

Edson Duarte

Fernando Gabeira

Jovino Cândido

Leonardo Mattos

Marcelo Ortiz

Sarney Filho

S.PART.

Renato Cozzolino

Secretário(a): .

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO AOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO REFERENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E OFERECER INDICATIVO À CASA SOBRE A MATÉRIA.

Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)

Relator: Vicente Cascione (PTB)

Titulares **Suplentes**

PT

Durval Orlato

Jorge Boeira

Maria do Rosário

Terezinha Fernandes

PFL

Laura Carneiro

Zelinda Novaes

(Dep. do PP ocupa a vaga)

PMDB

Ann Pontes

Osmar Serraglio

Rose de Freitas

PSDB

Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)

Eduardo Barbosa

Thelma de Oliveira

PP

Darci Coelho [vaga do PFL]

Ivan Ranzolin

Ricardo Fiuza

PTB

Luiz Antonio Fleury

Vicente Cascione

PL

Carlos Mota

PSB

Luiza Erundina

PPS

Rogério Teófilo

PDT

Severiano Alves

Secretário(a): Saulo Augusto Pereira

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6276/6232

FAX: 216-6225

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A, NO PRAZO DE 20 DIAS, EXAMINAR E OFERECER UM INDICATIVO AO PLENÁRIO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2003, QUE "SUSTA O DECRETO N° 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, A AVALIAÇÃO DE CURSOS E INSTITUIÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", INCLUINDO O RECADASTRAMENTO DAS UNIVERSIDADES.

Titulares **Suplentes**

PT

Iara Bernardi

PMDB

Gastão Vieira

PFL

Paulo Magalhães

PSDB

Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)

Professora Raquel Teixeira (Licenciado)

Secretário(a): -

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 31,00**
Porte do Correio	**R$ 96,60**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 127,60**

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 62,00**
Porte do Correio	**R$ 193,20**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 255,20**

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	**R$ 0,30**
Porte avulso	**R$ 0,80**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	**GESTÃO 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Adminstração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.

EDIÇÃO DE HOJE: 270 PÁGINAS